

**[ATE]**  
**Não excluir esta página**

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

**Diagnóstico Ambiental**

**Setembro de 2014**

**ATE XXII**

**Preencher os campos abaixo**

**Coordenador:**

**Consultor:**

**Editorado por:**

**Data:**

**Última Gravação por:**

**Menic Sander Perreira da  
Silva**

**Data:**

**17/09/2014 20:16**

**Obs: Impressão Frente e Verso**



## Índice

<b>7.3</b>	<b>Meio Socioeconômico .....</b>	<b>1</b>
7.3.1	Introdução .....	1
7.3.1.1	Metodologia.....	1
7.3.1.1.1	Considerações iniciais sobre o empreendimento e as áreas de influência .....	1
7.3.1.1.2	Aspectos Metodológicos .....	2
7.3.2	Caracterização da Área de Influência Indireta .....	6
7.3.2.1	Organização Regional da Área de Influência Indireta .....	6
7.3.2.1.1	Deslocamentos Pendulares .....	14
7.3.2.1.2	Migração.....	16
7.3.2.1.3	Vetores de Crescimento Regional .....	18
7.3.2.2	Composição e dinâmica populacional.....	29
7.3.2.2.1	Histórico de Analândia – SP .....	29
7.3.2.2.2	Histórico de Araras – SP.....	30
7.3.2.2.3	Histórico de Artur Nogueira , SP .....	31
7.3.2.2.4	Histórico de Campinas, SP .....	32
7.3.2.2.5	Histórico de Conchal, SP.....	34
7.3.2.2.6	Histórico de Corumbataí, SP .....	35
7.3.2.2.7	Histórico de Cosmópolis, SP .....	36
7.3.2.2.8	Histórico de Engenheiro Coelho, SP.....	37
7.3.2.2.9	Histórico de Holambra, SP .....	38
7.3.2.2.10	Histórico de Jaguariúna, SP.....	39
7.3.2.2.11	Histórico de Leme, SP .....	40
7.3.2.2.12	Histórico de Paulínia, SP .....	41
7.3.2.2.13	Histórico de Santa Cruz da Conceição, SP .....	42
7.3.2.2.14	Histórico de Américo Brasiliense, SP.....	43
7.3.2.2.15	Histórico de Araraquara, SP .....	43
7.3.2.2.16	Histórico de Dobrada, SP .....	44
7.3.2.2.17	Histórico de Motuca, SP .....	45

7.3.2.2.18	Histórico de Rincão, SP .....	47
7.3.2.2.19	Histórico de Santa Ernestina, SP .....	48
7.3.2.2.20	Histórico de Santa Lúcia, SP .....	49
7.3.2.2.21	Histórico de Taquaritinga, SP .....	50
7.3.2.2.22	Histórico de Altair, SP .....	51
7.3.2.2.23	Histórico de Fronteira, MG.....	52
7.3.2.2.24	Histórico de Cajobi, SP.....	52
7.3.2.2.25	Histórico de Icém, SP .....	53
7.3.2.2.26	Histórico de Olímpia, SP.....	54
7.3.2.2.27	Histórico de Paraíso, SP.....	54
7.3.2.2.28	Histórico de Pirangi, SP .....	55
7.3.2.2.29	Histórico de Severínia, SP.....	56
7.3.2.2.30	Histórico de Descalvado, SP .....	57
7.3.2.2.31	Histórico de São Carlos, SP .....	58
7.3.2.2.32	Histórico de Monte Alto, SP.....	59
7.3.2.2.33	Histórico de Vista Alegre do Alto, SP .....	60
7.3.2.2.34	Demografia e dinâmica populacional.....	61
7.3.2.2.35	Qualidade de Vida .....	107
7.3.2.2.36	Síntese dos aspectos demográficos da All .....	122
7.3.2.3	Estrutura Econômica .....	124
7.3.2.3.1	Produto Interno Bruto.....	124
7.3.2.3.2	Renda per capita .....	129
7.3.2.3.3	Valor adicionado ao PIB total .....	133
7.3.2.3.4	Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária .....	138
7.3.2.3.5	Valor adicionado bruto a preços correntes de serviços .....	144
7.3.2.3.6	Uso e ocupação do solo para produção .....	149
7.3.2.3.7	Receitas municipais.....	154
7.3.2.3.8	Admissões e desligamentos .....	184
7.3.2.3.9	População economicamente ativa.....	205



7.3.2.3.10	Análise de percepção segundo os gestores municipais (Meio Ambiente) .....	209
7.3.2.3.11	Análise Integrada dos aspectos econômicos da AI.....	215
7.3.2.4	Infraestrutura.....	217
7.3.2.4.1	Sistema de Saúde .....	217
7.3.2.4.2	Sistema Educacional .....	308
7.3.2.4.3	Sistema de Segurança Pública.....	330
7.3.2.5	Uso e ocupação do solo.....	343
7.3.2.5.1	Autorizações municipais para a instalação do empreendimento.....	343
7.3.2.5.2	Zoneamentos Ecológicos .....	344
7.3.2.6	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico .....	346
7.3.3	Caracterização Área de Influência Direta.....	348
7.3.3.1	Aspectos gerais da AID .....	348
7.3.3.2	Composição e dinâmica populacional.....	349
7.3.3.2.1	Por quantidade absoluta.....	349
7.3.3.2.2	Número de famílias residentes.....	350
7.3.3.2.3	Domicílios em condições de ocupação.....	352
7.3.3.2.4	Composição de faixa etária e distribuição de gênero .....	354
7.3.3.2.5	Vínculo familiar e/ou econômico com o proprietário.....	356
7.3.3.2.6	Geração e distribuição de renda .....	357
7.3.3.2.7	Fontes de renda.....	358
7.3.3.2.8	Renda média .....	359
7.3.3.2.9	Profissão.....	360
7.3.3.3	Caracterização das Propriedades.....	362
7.3.3.3.1	Informações sobre os domicílios .....	362
7.3.3.3.2	Benfeitorias .....	363
7.3.3.3.3	Mão de obra .....	366
7.3.3.3.4	Quantidade de trabalhadores fixos e temporários.....	367
7.3.3.4	Caracterização dos canteiros, acessos e subestações.....	368

7.3.3.4.1	Américo Brasiliense.....	368
7.3.3.4.2	Olímpia.....	377
7.3.3.4.3	Araras.....	380
7.3.3.4.4	Jaguariúna.....	382
7.3.3.4.5	Campinas.....	388
7.3.3.4.6	Fronteira, Minas Gerais.....	390
7.3.3.5	Infraestrutura.....	391
7.3.3.5.1	Sistema de Distribuição de Energia Elétrica.....	392
7.3.3.5.2	Sistema de fornecimento e abastecimento de água.....	393
7.3.3.5.3	Sistema de Esgotamento Sanitário.....	395
7.3.3.5.4	Disposição de resíduos.....	395
7.3.3.5.5	Sistema de saúde.....	397
7.3.3.5.6	Sistema de transporte.....	398
7.3.3.5.7	Meios de Comunicação.....	406
7.3.3.6	Uso e ocupação do solo.....	408
7.3.3.6.1	Tipos de utilização das propriedades.....	411
7.3.3.6.2	Área total das propriedades.....	411
7.3.3.6.3	Quantidade anual produzida (Em kg).....	443
7.3.3.6.4	Tipos de agricultura.....	444
7.3.3.6.5	Produção pecuária – Tipo de criação.....	447
7.3.3.6.6	Produção de derivados.....	448
7.3.3.6.7	Outras atividades produtivas.....	449
7.3.3.6.8	Reserva Legal.....	450
7.3.3.7	Restrições de uso da faixa de servidão da LT.....	452
7.3.3.8	Comunidades Tradicionais.....	456
7.3.3.8.1	Comunidades Quilombolas.....	456
7.3.3.8.2	Terras Indígenas.....	456
7.3.3.9	Aspectos Culturais.....	456
7.3.3.9.1	Manifestações Culturais.....	456
7.3.3.9.2	Comunidades tradicionais.....	458

7.3.3.9.3	Assentamentos Rurais .....	458
7.3.3.9.4	Organização social e comunitária .....	459
7.3.3.10	Análise integrada da AID .....	463
<b>7.4</b>	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>464</b>

## Índice de Figuras

<b>Figura 1 – Traçado da LT Marimondo e sua Área de Influência Indireta (municípios interceptados). .....</b>	<b>2</b>
<b>Figura 2 – Identificação das propriedades mapeadas ao longo da LT e AID do empreendimento.....</b>	<b>5</b>
<b>Figura 3 - Esquema demonstrativo das Relações de Hierarquia existentes nas Cidades da All.....</b>	<b>13</b>
<b>Figura 4 - Estrutura da Rede Urbana de São Paulo- 2011. Fonte: Geoeconômicas e Pesquisa em sustentabilidade e CEBRAP, 2014.....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 5 – Pirâmide Etária da microrregião de Rio Claro, 2010.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 6 – Pirâmide Etária do município de Corumbataí, 2010.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 7 – Crescimento populacional da microrregião de Rio Claro e do município correspondente, 1991-2000 e 2000-2010.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 8 – Crescimento populacional rural e urbano, município de Corumbataí, microrregião de Rio Claro, 1991 e 2010.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 9 – Pirâmide Etária da microrregião de Mogi Mirim, 2010.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 10 – Pirâmide Etária do município de Artur Nogueira, 2010.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 11 – Pirâmide Etária do município de Engenheiro Coelho, 2010.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 12 – Crescimento populacional microrregião de Mogi Mirim e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 13 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Mogi Mirim, 1991 e 2010.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 14 – Pirâmide Etária da microrregião de Catanduva, 2010.....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 15 - – Pirâmide Etária do município de Paraíso, 2010.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 16 – Pirâmide Etária do município de Severínia, 2010.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 17 – Pirâmide Etária do município de Cajobi, 2010.....</b>	<b>70</b>

Figura 18 – Crescimento populacional microrregião de Catanduva e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	71
Figura 19 – Crescimento populacional do município de Paraíso, 1991-2000 e 2000-2010. ....	71
Figura 20 – Crescimento populacional do município de Severínia, 1991-2000 e 2000-2010. ....	71
Figura 21 - – Crescimento populacional do município de Cajobi, 1991-2000 e 2000-2010. ....	72
Figura 22 – Pirâmide Etária da microrregião de São Carlos, 2010. ....	74
Figura 23 – Pirâmide Etária do município de Analândia, 2010. ....	74
Figura 24 – Pirâmide Etária do município de Descalvado, 2010. ....	75
Figura 25 – Pirâmide Etária do município de São Carlos, 2010. ....	75
Figura 26 – Crescimento populacional microrregião de São Carlos e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	75
Figura 27 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de São Carlos, 1991 e 2010. ....	76
Figura 28 – Pirâmide Etária da microrregião de São José do Rio Preto, 2010. ....	78
Figura 29 – Pirâmide Etária do município de Altair, 2010. ....	79
Figura 30 – Pirâmide Etária do município de Olímpia, 2010. ....	79
Figura 31 – Pirâmide Etária do município de Içém, 2010. ....	79
Figura 32 – Crescimento populacional microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	80
Figura 33 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de São José do Rio Preto, 1991 e 2010. ....	81
Figura 34 – Pirâmide Etária da microrregião de Limeira, 2010. ....	83
Figura 35 – Pirâmide Etária do município de Leme, 2010. ....	83
Figura 36 – Pirâmide Etária do município de Araras, 2010. ....	84
Figura 37 – Pirâmide Etária do município de Conchal, 2010. ....	84
Figura 38 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz da Conceição, 2010. ....	84
Figura 39 – Crescimento populacional microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	85
Figura 40 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Limeira, 1991 e 2010. ....	86

Figura 41 – Pirâmide Etária da microrregião de Jaboticabal, 2010. ....	89
Figura 42 – Pirâmide Etária do município de Monte Alto, 2010. ....	89
Figura 43 – Pirâmide Etária do município de Pirangi, 2010. ....	90
Figura 44 – Pirâmide Etária do município de Santa Ernestina, 2010. ....	90
Figura 45 – Pirâmide Etária do município de Taquaritinga, 2010. ....	90
Figura 46 – Pirâmide Etária do município de Vista Alegre do Alto, 2010.....	91
Figura 47 – Crescimento populacional microrregião de Jaboticabal e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	91
Figura 48 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Jaboticabal, 1991 e 2010.....	92
Figura 49 – Pirâmide Etária da microrregião de Campinas, 2010.....	94
Figura 50 – Pirâmide Etária do município de Jaguariúna, 2010. ....	95
Figura 51 – Pirâmide Etária do município de Paulínia, 2010.....	95
Figura 52 – Pirâmide Etária do município de Campinas, 2010.....	95
Figura 53 – Pirâmide Etária do município de Cosmópolis, 2010. ....	96
Figura 54 – Pirâmide Etária do município de Holambra, 2010. ....	96
Figura 55 – Crescimento populacional microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	96
Figura 56 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Campinas, 1991 e 2010. ....	97
Figura 57 – Pirâmide Etária da microrregião de Jaboticabal, 2010. ....	100
Figura 58 – Pirâmide Etária do município de Américo Brasiliense, 2010.....	101
Figura 59 – Pirâmide Etária do município de Araraquara, 2010.....	101
Figura 60 – Pirâmide Etária do município de Motuca, 2010. ....	101
Figura 61 – Pirâmide Etária do município Rincão, 2010. ....	102
Figura 62 – Pirâmide Etária do município de Santa Lúcia, 2010.....	102
Figura 63 – Pirâmide Etária do município Dobrada, 2010.....	102
Figura 64 – Crescimento populacional microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	103
Figura 65 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Araraquara, 1991 e 2010.....	104
Figura 66 – Pirâmide Etária da microrregião de Frutal, 2010. ....	106

Figura 67 – Pirâmide Etária do município de Fronteira, 2010.....	106
Figura 68 – Crescimento populacional microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010. ....	106
Figura 69 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Frutal, 1991 e 2010. ....	107
Figura 70 – Indicadores de Qualidade de Vida de Corumbataí e do estado de São Paulo, 2010.....	109
Figura -71 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Mogi Mirim, 2010 .....	110
Figura 72 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Catanduva, 2010.....	112
Figura -73 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All analisados da Microrregião de São Carlos, 2010 .....	113
Figura 74 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de São José do Rio Preto, 2010 .....	114
Figura 75 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Limeira, 2010 .....	116
Figura 76 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All de Jaboticabal, 2010 .....	118
Figura 77 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Campinas, 2010 .....	119
Figura -78 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Araraquara, 2010.....	121
Figura 79 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Frutal, 2010.....	122
Figura 80 – Principais características ambientais nos municípios de até 10 mil habitantes .....	210
Figura 81 – Principais características ambientais nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes .....	211
Figura 82 – Principais características ambientais nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes .....	212
Figura 83 – Principais características ambientais nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes .....	213

Figura 84 – Principais características ambientais nos municípios com mais de 50 mil habitantes.....	215
Figura 85 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de até 10 mil habitantes.....	296
Figura 86 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes.....	297
Figura 87 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes.....	298
Figura 88 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes.....	299
Figura 89 – Principais características da situação da Saúde nos municípios mais de 50 mil habitantes.....	301
Figura 90 – Série histórica de casos de dengue nos municípios da All.....	303
Figura 91 – Série histórica de casos de febre amarela, leishmaniose e malária nos municípios da All.....	303
Figura 92 – Série histórica da taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos nos municípios da All.....	304
Figura 93 – Taxa de profissionais da saúde por mil habitantes.....	305
Figura 94 – Número de estabelecimentos de saúde na All.....	307
Figura 95 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Rio Claro e dos municípios correspondentes, 2012.....	309
Figura 96 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2012.....	311
Figura 97 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Catanduba e dos municípios correspondentes, 2012.....	312
Figura 98 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2012.....	314
Figura 99 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 2012.....	315
Figura 100 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2012.....	317
Figura 101 Taxa de Alfabetização da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2012.....	318

Figura 102 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 2012.....	320
Figura 103 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2012.....	321
Figura 104 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 2012.....	323
Figura 105 – Principais características da situação da Educação nos municípios de até 10 mil habitantes.....	324
Figura 106 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes.....	325
Figura 107 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes.....	326
Figura 108 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes.....	327
Figura 109 – Principais características da situação da Educação nos municípios de mais de 50 mil habitantes.....	328
Figura 110 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de até 10 mil habitantes.....	336
Figura 111 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes.....	337
Figura 112 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes.....	338
Figura 113 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes.....	339
Figura 114 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes.....	340
Figura 115 – Porcentagem de famílias por propriedade.....	351
Figura 116 – Porcentagem de domicílios por propriedade.....	353
Figura 117 – Gênero dos residentes na AID.....	354
Figura 118 – Pirâmide Etária da AID.....	355
Figura 119 – Vínculo familiar com o proprietário.....	356
Figura 120 – Exemplo de moradia cedida por empresa ao funcionário.....	357
Figura 121 – Renda dos moradores da AID.....	358
Figura 122 – Renda média da família dos proprietários.....	360



Figura 123 – Profissão dos proprietários.....	361
Figura 124 – Aspectos construtivos dos domicílios.....	362
Figura 125 – Exemplo de padrões construtivos dos domicílios localizados na AID. ....	363
Figura 126 – Benfeitorias das propriedades da AID.....	364
Figura 127 Exemplo de benfeitoria existente nas propriedades. ....	364
Figura 128 – Exemplos de outras benfeitorias nas propriedades da AID .....	365
Figura 129 – Relações trabalhistas na AID. ....	366
Figura 130 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Américo Brasiliense.....	369
Figura 131 – Área de implantação do canteiro de obras e bairros do município de Américo Brasiliense.....	370
Figura 132 – Via de acesso direto a área de implantação do canteiro de obras – Rua Manoel Borba. ....	371
Figura 133 – Agrupamento e divisão de áreas do entorno do local de implantação do canteiro de obras. ....	372
Figura 134 – Acesso ao condomínio, próximo a Rua Manoel Borba. ....	373
Figura 135 – Padrão construtivo da área 01 e torre de telecomunicação. ....	373
Figura 136 – Padrão construtivo da área 01. ....	373
Figura 137 – Padrão construtivo e benfeitorias residenciais da área 01.....	373
Figura 138 – Padrão construtivo e iluminação irregular da área 01.....	373
Figura 139 – Padrão construtivo e sistema de segurança particular na área 01.....	373
Figura 140 – Padrão construtivo da área 02. ....	375
Figura 141 – Vias de deslocamento e sistema de iluminação residencial ao fundo, área 02.....	375
Figura 142 – Padrão construtivo 02, área 02. ....	375
Figura 143 – Novas áreas de ocupação populacional na área 02.....	375
Figura 144 – Praça Pública e Quadra Poliesportiva no Jardim Luis Ometto II.....	376
Figura 145 – Instalações da Secretaria de Assistência Social no Jardim Luis Ometto II. ...	376
Figura 146 – Malha viária no Jardim Luis Ometto II.....	376
Figura 147 – Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.....	376
Figura 148 – Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.....	377
Figura 149 - Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.....	377

Figura 150 - – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Olímpia.....	378
Figura 151 - – Área de implantação do canteiro de obras e bairros do município de Olímpia.....	379
Figura 152 – Rodovia SP – 425 em frente à área de implantação do canteiro de obras. .	380
Figura 153 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Araras. ....	381
Figura 154 – Rodovia SP – 191 em frente à área de implantação do canteiro de obras. .	382
Figura 155 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Jaguariúna. ....	383
Figura 156 – Rodovia SP – 340 em frente à área de implantação do canteiro de obras. .	384
Figura 157 – Estrada Vicinal de acesso a área em estudo.....	384
Figura 158 – Instalações da Motorola.....	385
Figura 159 – Demais instalações industriais.....	385
Figura 160 – Via de acesso a área em foco. ....	386
Figura 161 – Via de acesso a área da Embrapa.....	386
Figura 162 – Primeiras instalações Educacionais e/ou de Pesquisa da área.....	386
Figura 163 – Rotatório de entrada do Loteamento Alphavile, entre o município de Jaguariúna e Campinas. ....	387
Figura 164 – Padrão construtivo da área residencial 02. ....	388
Figura 165 – Quadra Poliesportiva da área residencial 02.....	388
Figura 166 - Acesso a condomínio residencial. ....	388
Figura 167 – Áreas sem uso definido.....	388
Figura 168 - – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Campinas. ....	389
Figura 169 – Localização das áreas de implantação de canteiros de obras no município de Fronteira, Minas Gerais.....	390
Figura 170 – Via de acesso a área de implantação do canteiro de obras.....	391
Figura 171 – Propriedades ligadas à rede de distribuição de energia elétrica. ....	392
Figura 172 – Fonte de água para consumo humano. ....	393
Figura 173 – Fonte de água para manutenção das atividades da propriedade.....	394
Figura 174 – Condições do esgoto nas propriedades.....	395

Figura 175 – Destinação do lixo.....	396
Figura -176 – Disposição inadequada de resíduos na AID.....	397
Figura 177 – Principal meio de locomoção da propriedade à sede do município.....	399
Figura -178 – Aeródromos e helipontos identificados próximos ao traçado da LT.....	400
Figura 179 – Visão de todas as pistas de pouso de aeronaves na AID do empreendimento.....	401
Figura 180 – Mapeamento das pistas de pouso no município de Fronteira/MG.....	401
Figura 181- Mapeamento das pistas de pouso no município de Altair/SP. ....	402
Figura 182 - Mapeamento das pistas de pouso no município de Santa Lúcia/SP.....	402
Figura 183 – Mapeamento de pistas de pouso.....	403
Figura 184 – Mapeamento de pistas de pouso no município de Monte Alto.....	403
Figura 185- Mapeamento das pistas de pouso do município de São Carlos/SP. ....	404
Figura 186 - Mapeamento das pistas de pouso do município de Campinas/SP. ....	404
Figura 187 – Conhece algum lugar nas proximidades que seja utilizado como área de voo livre? .....	405
Figura 188 – Eficiência dos meios de comunicação para informar a população.....	407
Figura 189 – Tipos de utilização da propriedade. ....	411
Figura 190 Uso do solo e pontos notáveis em Fronteira.....	414
Figura 191 Municípios que possuem 28 hectares como módulo rural. ....	415
Figura 192 - Uso do solo e pontos notáveis em Icém e Altair.....	418
Figura 193 - Município com módulo fiscal de 20 hectares – Olímpia. ....	419
Figura194 - Uso do solo e pontos notáveis em Olímpia.....	420
Figura 195 Municípios que possuem 16 hectares como módulo rural. ....	424
Figura 196 - Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 16 hectares.....	425
Figura 197 - Uso do solo e pontos notáveis em Cajobi, Paraíso e Severínia.....	428
Figura 198 Municípios que possuem 14 hectares como módulo rural. ....	429
Figura 199 Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 14 hectares.....	429
Figura 200 Municípios que possuem 12 hectares como módulo rural. ....	432
Figura 201 Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 12 hectares.....	433

Figura 202 - Uso do solo e pontos notáveis em Conchal, Descalvado, Motuca e São Carlos.....	436
Figura 203 Municípios que possuem 18 hectares como módulo rural. ....	437
Figura 204- Uso do solo e pontos notáveis em Analândia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição e Leme. ....	439
Figura 205 Municípios que possuem 10 hectares como módulo rural ....	440
Figura 206 - Uso do solo e pontos notáveis em Artur Nogueira, Araras, Holambra, Engenheiro Coelho e Campinas. ....	442
Figura 207 – Tipo de agricultura realizada.....	445
Figura 208 Localização dos Pivôs Centrais no município de Morro Alto, em relação ao empreendimento.....	446
Figura 209 Localização dos Pivôs Centrais no município de São Carlos, em relação ao empreendimento.....	447
Figura 210 – Percentual de animais criados na AID – pecuária. ....	447
Figura 211 – Exemplo cultura bovina na AID.....	447
Figura 212 – Produção de produtos derivados ....	448
Figura -213 - Entrada da empresa Agrindus Agropecuária. ....	449
Figura 214 – Rebanho da Fazenda Santa Rita.....	449
Figura 215 – Porcentagem de Propriedades que possuem reserva legal. ....	450
Figura 216 Exemplo de Área de Reserva Legal.....	451
Figura 217 – Quantidade de ha dedicados às Áreas de Reserva Legal.....	452
Figura 218 – Cultura produzida nas propriedades. ....	453
Figura 219 – Exemplo de áreas de plantio da cultura de cana – de - açúcar na AID. ....	454
Figura 220 – Plantio de laranja na AID. ....	455
Figura 221 – Plantio de seringueira e eucalipto na AID.....	455
Figura 222 - Localização dos assentamentos do INCRA na AID do empreendimento.....	459
Figura 223 – Algum morador participa de alguma associação, ONG, Movimento Social .....	460

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Hierarquia dos Centros Urbanos dos 33 municípios inseridos na AII - 2007. ....	7
Quadro 2 - Regiões Ampliadas e Intermediárias de Articulação da AII - 2008.....	9

Quadro 3 - Regiões Imediatas de Articulação Urbana da AII - 2008.....	9
Quadro 4 - Pessoas ocupadas na semana de referência por local de exercício do trabalho principal - 2010.....	15
Quadro 5 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam - 2010 .....	16
Quadro 6 - População Residente por naturalidade, 2010.....	17
Quadro 7 - População Residente por Região de Nascimento - 2010. ....	18
Quadro 8 – Características demográficas do município de Corumbataí com relação à da Microrregião de Rio Claro e o estado de São Paulo, 2010.....	62
Quadro 9 – Características demográficas do município de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho com relação à Microrregião de Mogi Mirim e estado de São Paulo, 2010. ....	65
Quadro 10 – Características Demográficas da Microrregião de Catanduva e dos municípios correspondentes, 2010. ....	68
Quadro 11 – Características Demográficas da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2010. ....	72
Quadro 12 – Características Demográficas da Microrregião de São José do Rio Preto e os municípios correspondentes, 2010. ....	78
Quadro 13 – Características Demográficas da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2010. ....	82
Quadro 14 – Características Demográficas da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2010. ....	88
Quadro 15 – Características Demográficas da Microrregião de Campinas e os municípios correspondentes, 2010. ....	94
Quadro 16 – Características Demográficas da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2010. ....	100
Quadro 17 – Características Demográficas da Microrregião de Frutal e os municípios correspondentes, 2010.....	105
Quadro 18 – Indicadores de Qualidade de Vida do município da AII da Microrregião de Rio Claro, 2000 e 2010 .....	108
Quadro 19 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII da Microrregião de Mogi Mirim, 2000 e 2010.....	109
Quadro 20 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII da Microrregião de Catanduva, 2010. ....	111

Quadro 21 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All analisados da Microrregião de São Carlos, 2010. ....	113
Quadro 22 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de São José do Rio Preto, 2010.....	114
Quadro 23 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Limeira, 2010. ....	115
Quadro 24 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Jaboticabal, 2010.....	117
Quadro 25 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Campinas, 2010 .....	119
Quadro 26 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Araraquara, 2010.....	121
Quadro 27 – Características Demográficas da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2010 .....	122
Quadro 28 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro de 2006 a 2011. ....	124
Quadro 29 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim de 2006 a 2011. ....	124
Quadro 30 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva de 2006 a 2011. ....	125
Quadro 31 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos de 2006 a 2011. ....	125
Quadro 32 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto de 2006 a 2011.....	126
Quadro 33 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira de 2006 a 2011. ....	126
Quadro 34 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal de 2006 a 2011. ....	127
Quadro 35 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas de 2006 a 2011. ....	128
Quadro 36 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara de 2006 a 2011. ....	128
Quadro 37 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal de 2006 a 2011. ....	129

Quadro 38 – Renda per capita - Microrregião de Rio Claro – 1991, 2000, 2010.....	129
Quadro 39 – Renda per capita - Microrregião de Mogi Mirim – 1991, 2000, 2010.....	130
Quadro 40 – Renda per capita - Microrregião de Catanduva – 1991, 2000, 2010.....	130
Quadro 41 – Renda per capita - Microrregião de São Carlos – 1991, 2000, 2010. ....	130
Quadro 42 – Renda per capita - Microrregião de São José do Rio Preto – 1991, 2000, 2010.....	131
Quadro 43 – Renda per capita - Microrregião de Limeira – 1991, 2000, 2010.....	131
Quadro 44 – Renda per capita - Microrregião de Jaboticabal – 1991, 2000, 2010.....	131
Quadro 45 – Renda per capita - Microrregião de Campinas – 1991, 2000, 2010.....	132
Quadro 46 – Renda per capita - Microrregião de Araraquara – 1991, 2000, 2010.....	132
Quadro 47 – Renda per capita - Microrregião de Frutal .....	133
Quadro 48 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro – 2006 a 2011 .....	133
Quadro 49 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim – 2006 a 2011 .....	133
Quadro 50 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva – 2006 a 2011.....	134
Quadro 51 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos – 2006 a 2011.....	134
Quadro 52 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto – 2006 a 2011.....	135
Quadro 53 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira – 2006 a 2011.....	135
Quadro 54 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal – 2006 a 2011 .....	136
Quadro 55 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas – 2006 a 2011.....	137
Quadro 56 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara – 2006 a 2011.....	137
Quadro 57 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal – 2006 a 2011.....	138
Quadro 58 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro. – 2006 a 2011.....	138

Quadro 59 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim. – 2006 a 2011 .....	139
Quadro 60 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva. – 2006 a 2011.....	139
Quadro 61 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos. – 2006 a 2011 .....	140
Quadro 62 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto. – 2006 a 2011.....	140
Quadro 63 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira. – 2006 a 2011.....	141
Quadro 64 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal. – 2006 a 2011 .....	142
Quadro 65 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas. – 2006 a 2011.....	142
Quadro 66 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara. – 2006 a 2011.....	143
Quadro 67 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal. – 2006 a 2011 .....	144
Quadro 68 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro. – 2006 a 2011.....	144
Quadro 69 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Micr.....	145
Quadro 70 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva. – 2006 a 2011.....	145
Quadro 71 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos – 2006 a 2011. ....	146
Quadro 72 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto. – 2006 a 2011.....	146
Quadro 73 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira – 2006 a 2011, 2014.....	147
Quadro 74 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal – 2006 a 2011.....	147
Quadro 75 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas – 2006 a 2011.....	148



<b>Quadro 76 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara– 2006 a 2011.....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 77 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal – 2006 a 2011.....</b>	<b>149</b>
<b>Quadro 78 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Rio Claro – 2006.....</b>	<b>149</b>
<b>Quadro 79 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Mogi Mirim – 2006 .....</b>	<b>150</b>
<b>Quadro 80 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Catanduva – 2006.....</b>	<b>150</b>
<b>Quadro 81 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de São Carlos– 2006. ....</b>	<b>151</b>
<b>Quadro 82 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de São José do Rio Preto – 2006.....</b>	<b>151</b>
<b>Quadro 83 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Limeira – 2006.....</b>	<b>152</b>
<b>Quadro 84 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Jaboticabal – 2006.....</b>	<b>152</b>
<b>Quadro 85 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Campinas – 2006.....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 86 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Araraquara – 2006.....</b>	<b>154</b>
<b>Quadro 87 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Frutal – 2006. ....</b>	<b>154</b>
<b>Quadro 88 – Receita municipal total .....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 89 – Receitas tributárias .....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 90 - Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM .....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 91 - ICMS .....</b>	<b>156</b>
<b>Quadro 92 - Receita municipal total.....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 93 – Receitas tributárias .....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 94 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM.....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 95 – ICMS .....</b>	<b>158</b>
<b>Quadro 96 - Receita municipal total.....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 97 – Receitas tributárias .....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 98 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM.....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 99 – ICMS .....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 100 - Receita municipal total.....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 101 – Receitas tributárias .....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 102 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM.....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 103 – ICMS .....</b>	<b>164</b>
<b>Quadro 104 – Receita municipal total .....</b>	<b>167</b>

Quadro 105 – Receitas tributárias.....	167
Quadro -106 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM.....	167
Quadro 107 – ICMS.....	167
Quadro 108 – Receita municipal total .....	171
Quadro 109 – Receitas tributárias.....	171
Quadro 110 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM .....	171
Quadro 111 –ICMS.....	171
Quadro 112 – Receita municipal total .....	175
Quadro 113 – Receitas tributárias.....	175
Quadro 114 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM .....	175
Quadro 115 – ICMS.....	175
Quadro 116 – Receita municipal total .....	178
Quadro 117 – Receitas tributárias.....	178
Quadro 118 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM .....	178
Quadro 119 – ICMS.....	179
Quadro 120 – Receita municipal total .....	182
Quadro 121 – Receitas tributárias.....	182
Quadro 122 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM .....	182
Quadro 123 – ICMS.....	183
Quadro 124 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) - Microrregião de Rio Claro – 2010 a 2013.....	185
Quadro 125 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) - Microrregião de Mogi Mirim – 2010 a 2013 .....	187
Quadro 126 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Catanduva - 2010 a 2013 .....	189
Quadro 127 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de São Carlos -2010 a 2013.....	191
Quadro 128 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de São José do Rio Preto - 2010 a 2013. ....	193
Quadro 129 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Limeira - 2010 a 2013. ....	195

Quadro 130 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Jaboticabal - 2010 a 2013. ....	197
Quadro 131 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Campinas - 2010 a 2013.....	199
Quadro 132 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Araraquara - 2010 a 2013. ....	202
Quadro 133 –Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Frutal - 2010 a 2013.....	204
Quadro 134 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Rio Claro.....	205
Quadro 135 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Mogi Mirim, 2010.....	205
Quadro 136 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Catanduva, 2010 .....	206
Quadro 137 – Microrregião de São Carlos, 2010 .....	206
Quadro 138 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de São José do Rio Preto, 2010 .....	206
Quadro 139 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Limeira, 2010 .....	207
Quadro 140 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Jaboticabal, 2010.....	207
Quadro 141 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Campinas, 2010 .....	208
Quadro 142 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Araraquara, 2010 .....	208
Quadro 143 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Frutal, 2010 .....	208
Quadro 144 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Rio Claro – 2005 A 2011 .....	217
Quadro 145 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011 .....	218
Quadro 146 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011 .....	219

Quadro 147 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011.....	219
Quadro 148 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011 .....	220
Quadro 149 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011 .....	221
Quadro 150 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011 .....	222
Quadro 151 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Campinas – 2005 A 2011 .....	223
Quadro 152 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011 .....	223
Quadro 153 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Frutal – 2005 A 2011.....	224
Quadro 154 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Rio Claro. – 2005 A 2011 .....	225
Quadro 155 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011.....	225
Quadro 156 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011 .....	225
Quadro 157 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011 .....	226
Quadro 158 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011 .....	226
Quadro 159 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011 .....	227
Quadro 160 Número de casos de AIDS registrados por ano - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011.....	227
Quadro 161 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Campinas, – 2005 A 2011 .....	228
Quadro 162 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011 .....	228
Quadro 163 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Frutal – 2005 A 2011.....	229

Quadro 164 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Rio Claro – 2005 A 2011 .....	229
Quadro 165 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011 .....	230
Quadro 166 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011 .....	230
Quadro 167 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011 .....	230
Quadro 168 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011 .....	231
Quadro 169 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011 .....	232
Quadro 170 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011 .....	232
Quadro 171 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Campinas – 2005 A 2011 .....	233
Quadro 172 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011 .....	234
Quadro 173 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Rio Claro .....	235
Quadro 174 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Mogi Mirim .....	237
Quadro 175 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Catanduva .....	240
Quadro 176 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de São Carlos .....	243
Quadro 177 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de São José do Rio Preto .....	246
Quadro 178 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Limeira .....	249
Quadro 179 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Jaboticabal .....	252
Quadro 180 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Campinas .....	256

Quadro 181 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Araraquara.....	259
Quadro 182 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Frutal .....	262
Quadro 183 – Leitos de internação - Microrregião de Rio Claro .....	264
Quadro 184 – Leitos de internação - Microrregião de Mogi Mirim .....	264
Quadro 185 – Leitos de internação - Microrregião de Catanduva .....	264
Quadro 186 – Leitos de internação - Microrregião de São Carlos.....	265
Quadro 187 – Leitos de internação - Microrregião de São José do Rio Preto .....	265
Quadro 188 – Leitos de internação - Microrregião de Limeira .....	266
Quadro 189 – Leitos de internação - Microrregião de Jaboticabal .....	266
Quadro 190 – Leitos de internação - Microrregião de Campinas.....	266
Quadro 191 – Leitos de internação - Microrregião de Araraquara .....	267
Quadro 192 – Leitos de internação - Microrregião de Frutal.....	267
Quadro 193 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Rio Claro.....	269
Quadro 194 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Mogi Mirim .....	271
Quadro 195 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Catanduva.....	274
Quadro 196 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de São Carlos .....	277
Quadro 197 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de São José do Rio Preto.....	280
Quadro 198 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Araras.....	283
Quadro 199 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Jaboticabal.....	285
Quadro 200 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Campinas.....	288
Quadro 201 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Araraquara.....	291

<b>Quadro 202 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Frutal.....</b>	<b>293</b>
<b>Quadro 203 – Dados de Educação da Microrregião de Rio Claro e do município de Corumbataí, 2010 e 2012.....</b>	<b>309</b>
<b>Quadro 204 – Dados de Educação da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>310</b>
<b>Quadro 205 – Dados de Educação da Microrregião de Catanduva e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>311</b>
<b>Quadro 206 – Dados de Educação da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>313</b>
<b>Quadro 207 – Dados de Educação da Microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>315</b>
<b>Quadro 208 – Dados de Educação da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>316</b>
<b>Quadro 209 – Dados de Educação da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>317</b>
<b>Quadro 210 – Dados de Educação da Microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>319</b>
<b>Quadro 211 – Dados de Educação da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>321</b>
<b>Quadro 212 – Dados de Educação da Microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012 .....</b>	<b>322</b>
<b>Quadro 213 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Rio Claro.....</b>	<b>330</b>
<b>Quadro 214 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Moji-Mirim.....</b>	<b>331</b>
<b>Quadro 215 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Catanduva.....</b>	<b>331</b>
<b>Quadro 216 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de São Carlos .....</b>	<b>331</b>
<b>Quadro 217 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de São José do Rio Preto .....</b>	<b>332</b>
<b>Quadro 218 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Limeira .....</b>	<b>332</b>

Quadro 219 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Jaboticabal.....	333
Quadro 220 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Campinas.....	333
Quadro 221 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Araraquara.....	334
Quadro 222 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Frutal .....	334
Quadro 223 – Fontes de Renda dos Proprietários.....	359
Quadro 224 – Outras benfeitorias das propriedades.....	364
Quadro 225 – Mão de obra ativa na AID.....	367
Quadro 226 – Localização dos canteiros de obras por município. ....	368
Quadro 227 – Locais em que a população da ADA procura atendimentos médicos.....	397
Quadro-228 – Quadro de locais de voo livre .....	405
Quadro 229 – Meios de comunicação citados.....	407
Quadro 230 – Uso e ocupação do solo na AID.....	410
Quadro 231 – Propriedades da AID e módulos fiscais. ....	412
Quadro 232 - Valores das propriedades de acordo com os seus respectivos módulos fiscais.....	413
Quadro 233 - – Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Icém e Altair. ....	416
Quadro 234 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas no município de Olímpia.....	422
Quadro 235 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Cajobi, Paraíso e Severínia.....	426
Quadro 236 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Pirangi, Vista Alegre do Alto, Monte Alto, Taquaritinga e Santa Ernestina. ....	430
Quadro 237 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Conchal, Descalvado, Motuca e São Carlos. ....	434
Quadro 238 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Leme e Analândia. ....	438



<b>Quadro 239 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Araras, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna e Paulínia. ....</b>	<b>441</b>
<b>Quadro 240 – Municípios com produções agrícolas de destaques .....</b>	<b>443</b>
<b>Quadro 241 – Quadro de manifestações culturais na AID.....</b>	<b>457</b>
<b>Quadro 242 – Lista de Organizações Sociais citadas durante as entrevistas realizadas na AID.....</b>	<b>460</b>
<b>Quadro 243 – Lideranças locais identificadas.....</b>	<b>462</b>



## **7.3 Meio Socioeconômico**

### **7.3.1 Introdução**

O presente diagnóstico referente ao empreendimento LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas apresenta resultados de um estudo cujo objetivo principal foi caracterizar as áreas de influência sob a ótica da socioeconomia.

Esta abordagem, historicamente, passa pela descrição e compreensão de temáticas relacionadas à dinâmica sócio-ocupacional, estrutura econômica, infraestrutura geral de serviços e bens e, aspectos culturais da sociedade inserida nas áreas de influência do empreendimento.

Tais informações, compiladas, deverão configurar e/ou subsidiar a tradução da dinâmica socioambiental da região de modo a compreender suas interfaces com o futuro empreendimento e, na sequência, auxiliar a elaboração de uma possível lista de impactos sociais a serem minimizados ou remediados quando da instalação e operação do empreendimento.

#### **7.3.1.1 Metodologia**

##### **7.3.1.1.1 Considerações iniciais sobre o empreendimento e as áreas de influência**

O diagnóstico socioeconômico foi estruturado a partir das definições das áreas de influência direta e indireta da LT Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas dispostas na Portaria Interministerial 421 de 2011. Diante do exposto faz-se necessário breve introdução das áreas para melhor compreensão das informações dispostas na sequência do documento.

A Área de Influência Indireta da LT Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas é formada por 33 municípios interceptados pelo empreendimento ao longo de 327,79 KM, são eles: Fronteira (MG), Icém (SP), Altair (SP), Olímpia (SP), Severínia (SP), Cajobi (SP), Paraíso (SP), Pirangi (SP), Vista Alegre do Alto (SP), Monte Alto (SP), Taguaritinga (SP), Santa Ernestina (SP), Dobrada (SP), Motuca (SP), Rincão (SP), Santa Lúcia (SP), Américo Brasiliense (SP), Araraquara (SP), São Carlos (SP), Descalvado (SP), Analândia (SP), Corumbataí (SP), Santa Cruz da Conceição (SP), Leme (SP), Araras (SP), Conchal (SP), Engenheiro Coelho (SP), Artur Nogueira (SP), Cosmópolis (SP), Paulínia (SP), Holambra (SP), Jaguariúna (SP), Campinas (SP).

A Figura 1 abaixo mostra a LT Marimbondo II – Campinas e os municípios interceptados em toda a sua extensão.



**Figura 1 – Traçado da LT Marimbondo e sua Área de Influência Indireta (municípios interceptados).**

Já a Área de Influência Direta é composta pelas propriedades que compõem uma faixa de 60 metros, sendo que 30 metros para cada lado do eixo principal da LT, bem como o entorno das infraestruturas de apoio, a exemplo de canteiros de obra, vias de acesso e subestações (SE Fronteira e SE Campinas).

### 7.3.1.1.2 Aspectos Metodológicos

A metodologia de análise de dados e informações levantadas e compiladas, para efeito do estudo socioeconômico das Áreas de Influência do projeto de implantação da LT Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, incorpora levantamento de dados secundários e primários de variáveis relevantes dentro de cada tema estudado. Vale lembrar que os aspectos tratados neste estudo são aqueles determinados pela Portaria Interministerial 421 de 2011.

A coleta de dados secundários para a Área de Influência Indireta teve como objetivo caracterizar os 33 municípios a partir de sete eixos analíticos, a saber: 1) composição e

dinâmica populacional; 2) economia; 3) qualidade de vida; 4) saúde; 5) educação, 6) segurança pública e, por fim, 7) Planos e Programas Governamentais.

O levantamento dos dados foi realizado através dos bancos de estatísticas públicas disponíveis nos Censos de 1991 e 2000 e 2010; a Contagem de População para o ano de 2007 do DATASUS – Ministério da Saúde e o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD. Para os indicadores de estrutura produtiva, as bases de dados foram o Censo Agropecuário (1996), a Pesquisa Agrícola Municipal (2006), a Pesquisa Pecuária Municipal (2005) – todos do IBGE; o IPEADATA do IPEA e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, da Fundação João Pinheiro.

Por fim, os indicadores de condições de vida e infraestrutura social e de serviços foram obtidos do SIM, do Ministério da Saúde e do IEPHA do Governo de Minas Gerais e do OSEADE de São Paulo, para além dos já citados DATASUS, ADH-PNUD e IMRS-FJP.

Para a Área de Influência Indireta também utilizou-se a coleta de dados primários, visando a complementação qualitativa e o aprofundamento de informações previamente levantadas sobre a área. Para tanto cinco roteiros semiabertos foram estruturados sob a referência da metodologia de *survey* e destinaram-se às seguintes instituições locais: 1) Secretarias de Meio Ambiente; 2) Secretarias de Educação; 3) Secretarias de Saúde; 4) Polícia Militar ou Polícia Civil; e 5) Stakeholders (atores de relevância que se configuram como partes interessadas em relação com o empreendimento).

A estrutura e/ou modelo de questionário é apresentado, para conhecimento, no Anexo 5.

A Área de Influência Direta do empreendimento, por sua vez, tal como citado anteriormente é composta pelas propriedades interceptadas pela poligonal de 60 metros da LT 500 KV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, respectivo à sua faixa de servidão. Tecnicamente, considera-se 30 metros para cada lado do eixo principal. Também considerou-se como AID as áreas prováveis de recebimento de infraestruturas de apoio do empreendimento, a exemplo do canteiros de obra, vias de acesso e subestações associadas.

Toda a área da AID agrega em torno de 930 propriedades - em grande medida, na zona rural dos municípios que compõe a AII. As áreas localizadas em perímetro urbano, majoritariamente, são destinadas aos canteiros de obra.

Com o objetivo de caracterizar a AID qualitativamente, assumiu-se como metodologia adequada a descrição amostral das propriedades, em razão da semelhança de componentes socioambientais, seja em grau ou condições de antropização das áreas. No

total foram entrevistadas, ou caracterizadas, 19% das propriedades totais. É importante destacar que o número total de propriedades abordadas para a caracterização foi de 276 (30% do total), mas, apenas 176 responderam o questionário (tal informação será melhor descrita em item a seguir). Por número de propriedades, destacam-se os municípios de Monte Alto (29), Olímpia (28), Arthur Nogueira (27) e Pirangi (25) – todos localizados em São Paulo.

A Figura 2 a seguir mostra as propriedades identificadas na AID.

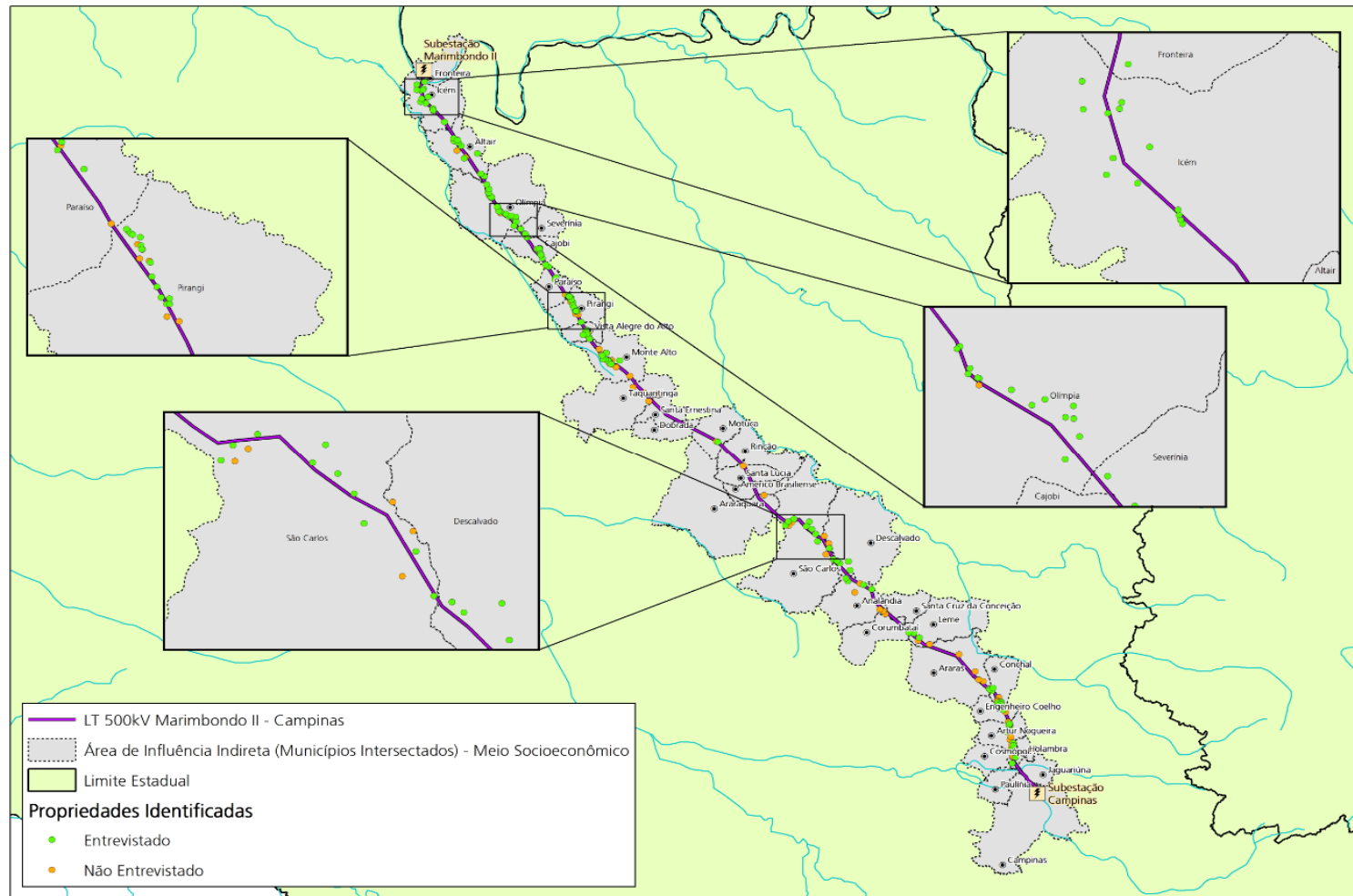


Figura 2 – Identificação das propriedades mapeadas ao longo da LT e AID do empreendimento.

Dos 33 municípios que compõe a All do empreendimento e, conseqüentemente, agrega propriedades na AID, apenas em 7 (sete) não foi possível obter informações, são estes: Corumbataí, Cosmópolis, Paulínia, Santa Cruz da Conceição, Araraquara, Dobrada e Rincão. Este fato se deu, em parte porque a interceptação de alguns destes municípios é pequena, como é o caso do município de Santa Cruz da Conceição e Cosmópolis, prejudicando os trabalhos de identificação e efetivação de entrevistas. Demais detalhes a cerca do tema serão descritos em subitem a seguir.

Assim como na All, os dados levantados para a AID foram levantados com base em sete eixos analíticos, a saber: 1) composição e dinâmica populacional; 2) economia; 3) qualidade de vida; 4) saúde; 5) educação, 6) segurança pública e, por fim, 7) Planos e Programas Governamentais.

### **7.3.2 Caracterização da Área de Influência Indireta**

#### **7.3.2.1 Organização Regional da Área de Influência Indireta**

A análise das hierarquias, influências, migrações e vetores de crescimento regional das cidades inseridas na Área de Influência Indireta da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas foi feita com base na publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Regiões de Influência das Cidades em sua quarta versão do ano de 2007, sendo complementado pela observação de campo e pesquisa de dados qualitativos disponibilizados na Rede Mundial de Computadores. Entender a divisão urbano regional do Brasil possibilita uma visão do país, um melhor planejamento dos investimentos e da implantação de serviços (públicos e privados). Ademais, a inserção dessa análise no estudo atende a Portaria No 421, de 26 de outubro de 2011 que dispõe sobre o licenciamento ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.

Analisar a Área de Influência Indireta do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, a partir dos fluxos articulados pela rede urbana, permite uma melhor compreensão de como ocorre a dinâmica de oferta e a procura de bens e serviços de alta complexidade, assim como os deslocamentos cotidianos da população dos 33 municípios entre as cidades da região. Isso porque, segundo a Diretoria de Geociências e a Coordenação de Geografia do IBGE, o espaço de fluxo comanda o processo econômico de organização do território e suas redes possuem grande força de transformação do território. Desse modo, a Diretoria de Geociências e a Coordenação de Geografia do IBGE, considera que as cidades sempre devem ser compreendidas em conjunto e que o



entendimento das cidades só é possível através de suas relações com outras cidades. Assim é definido que as cidades são nós no espaço de fluxo de onde e para onde convergem informações, pessoas e materiais. A dinâmica das cidades ocorre por dois processos distintos comando e abastecimento de sua área de influência e conexão em rede com outras cidades do país e do mundo.

Na análise aqui apresentada acerca dos municípios que compõem a All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, pode ser verificado que cada município pertence a uma única região, em que os limites não ficam necessariamente restritos as fronteiras estaduais. Exemplifica isso, o caso da cidade de Fronteira, que se localiza no estado de Minas Gerais, porém tem como região ampliada de articulação urbana São Paulo.

Observou-se que as 33 cidades analisadas estão agrupadas em quatro grandes níveis, subdivididos em sub - níveis, conforme apresenta o Quadro 1, sendo eles: Capitais Regionais, subdivididos no caso desse estudo em níveis A e C; Centros Sub-regionais, subdivididos em A e B; Centros de Zona, subdivididos em A e B e Centros Locais.

**Quadro 1 - Hierarquia dos Centros Urbanos dos 33 municípios inseridos na All - 2007.**

<b>Classificação dos municípios da All</b>		
<b>Centro Urbanos/Subníveis</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Município da All do Contexto Regional</b>
Metrópoles -Grande Metrópole Nacional - Metrópole Nacional -Metrópole	São os 12 principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações.	Nenhum dos municípios da All se enquadrou nessa classificação
Capital Regional A	Nível formado por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.	Campinas
Capital Regional C	Nível formado por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.	Araraquara
Centro Subregional A	Nível formado por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.	São Carlos
Centro Subregional B	Nível formado por 79 centros com atividades de gestão menos complexas, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos	Araras
Centro de Zona A	Nível formado por 192 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Exercem funções de gestão elementares.	Olímpia
Centro de Zona B	Nível formado por 364 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. Exercem funções de gestão elementares.	Monte Alto
		Leme
		Taquaritinga

Classificação dos municípios da All		
Centro Urbanos/Subníveis	Caracterização	Município da All do Contexto Regional
Centro local	As demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).	Pirangi
		Altair
		Américo Brasiliense
		Analândia
		Artur Nogueira
		Cajobi
		Conchal
		Corumbataí
		Descalvado
		Dobrada
		Engenheiro Coelho
		Icém
		Motuca
		Paraíso
Rincão		
Santa Cruz da Conceição		
Santa Ernestina		
Santa Lúcia		
Severínia		
Vista Alegre do Alto		
Holambra		
Fronteira		
Jaguariúna		
Cosmópolis		
Paulínia		
Sem dados	Não foram informados dados	

Fonte: IBGE, 2014.

No âmbito da Divisão Urbano-Regional do Brasil realizada pelo IBGE integrante do Projeto de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2008, observou-se que de acordo com o Quadro 2, todas as cidades inseridas na Área de Estudo do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas, pertencem a uma mesma Região Ampliada de Articulação Urbana: São Paulo. Em todo o Brasil, ao todo são 14 regiões ampliadas de articulação urbana, essas regiões identificam as principais cidades, que exercem influência em termos macrorregionais.

Nesse estudo as cidades da Área de Influência Indireta foram agrupadas em cinco regiões intermediárias, a saber: Campinas, Araraquara, São José do Rio Preto, São Carlos e Ribeirão Preto. Dessas, a região que mais concentrou os municípios da All foi Campinas, que abarcou 13 municípios, seguida de Araraquara e São José do Rio Preto, que englobaram oito cada uma. São Carlos e Ribeirão Preto também se inseriram nesse estudo como região intermediária, abarcando duas cidades, cada uma. A articulação interna entre essas regiões intermediárias e as cidades se traduz na oferta e busca de bens e serviços de alta complexidade.

**Quadro 2 - Regiões Ampliadas e Intermediárias de Articulação da AII - 2008.**

Região Ampliada de Articulação	Região Intermediária	Municípios da AII	
São Paulo	Campinas	Analândia	
		Araras	
		Artur Nogueira	
		Campinas	
		Conchal	
		Corumbataí	
		Cosmópolis	
		Engenheiro Coelho	
		Holambra	
		Jaguariúna	
		Leme	
		Paulínia	
		Santa Cruz da Conceição	
	Araraquara	Américo Brasiliense	
		Araraquara	
		Dobrada	
		Motuca	
		Rincão	
		Santa Ernestina	
		Santa Lúcia	
		Taquaritinga	
		São José do Rio Preto	Fronteira
			Altair
	Cajobi		
	Icém		
	Olímpia		
	Paraíso		
	Pirangi		
	Severínia		
	São Carlos	Descalvado	
		São Carlos	
	Ribeirão Preto	Monte Alto	
		Vista Alegre do Alto	

Fonte: IBGE, 2014.

No Brasil há 482 regiões imediatas de articulação urbana formadas a partir da subdivisão das regiões intermediárias. Elas são formadas geralmente em torno dos centros sub-regionais A e B e dos centros de zona A e B. As 33 cidades da Área de Estudo do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas se enquadraram em 10, sendo elas: Campinas, Araraquara, São José do Rio Preto, São Carlos, Ribeirão Preto, Araras, Olímpia, Catanduva, Rio Claro e Limeira, conforme apresenta o Quadro 3.

Araraquara é a região que mais abrangeu municípios da Área de Estudo, oito; seguida de Campinas, que englobou, seis; Limeira articulou somente o município de Engenheiro Coelho, entre aqueles pertencentes a Área de Estudo do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas.

**Quadro 3 - Regiões Imediatas de Articulação Urbana da AII - 2008**

Região Ampliada de Articulação	Região Imediata de Articulação Urbana	Municípios
São Paulo	Campinas	Artur Nogueira
		Campinas

Região Ampliada de Articulação	Região Imediata de Articulação Urbana	Municípios
		Cosmópolis
		Holambra
		Jaguariúna
		Paulínia
	Araraquara	Américo Brasiliense
		Araraquara
		Dobrada
		Motuca
		Rincão
		Santa Ernestina
		Santa Lúcia
		Taquaritinga
		Fronteira
	São José do Rio Preto	Altair
		Icém
		Descalvado
	São Carlos	São Carlos
		Monte Alto
	Ribeirão Preto	Vista Alegre do Alto
		Araras
	Araras	Conchal
		Leme
		Santa Cruz da Conceição
		Cajobi
	Olímpia	Olímpia
		Severínia
		Paraisópolis
	Catanduva	Pirangi
		Analândia
	Rio Claro	Corumbataí
		Engenheiro Coelho
	Limeira	

Fonte: IBGE, 2014.

A relação das cidades com essas regiões expressa a área vivida pela população e seu deslocamento mais cotidiano, assim como na procura por atividades e produtos de menor complexidade e demandas de amplitude mais restritas. Exemplo de tais serviços demandados podem ser pelo atendimento ao nível de ensino médio, compra de bens de consumo não duráveis, serviços de advocacia, contabilidade, oftalmologia, ortopedia e busca de bens como geladeiras, televisões e automóveis.

A Figura 3 apresenta de forma sintética e adaptada para esse estudo, um esquema que demonstra as articulações entre os 33 municípios da área de estudo. Sua observação permite analisar quais são os municípios influenciados e influenciadores. Desse modo, verificou-se que Campinas entre as cidades da All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, é a única que é classificada como Capital Regional A. Isso significa que sua gestão é de nível imediatamente inferior ao das metrópoles e que exerce influência em nível regional, sendo referência de destino para várias atividades, por muitos municípios. Entre eles, serão citados aqui aqueles que estão inseridos na All. Desse

modo, verificou-se que Artur Nogueira e Holambra, têm como referência direta Campinas, ou seja Campinas é a primeira e a principal opção da população desses dois municípios para a demanda de serviços e gestão de nível superior.

A cidade de Araras, classificada como Centro Sub-regional B é referência para Conchal naquelas atividades de gestão menos complexas. Araras se comparado a Campinas tem uma área de atuação muito mais reduzida, dessa forma quando a população de Conchal necessita de atividades de gestão mais complexas precisa recorrer a Campinas. O mesmo ocorre com as cidades de Corumbataí e Analândia que, têm Rio Claro como Centro Sub-regional A e Engenheiro Coelho que tem Limeira, também como Centro Sub-regional A. Embora Rio Claro e Limeira não estejam na All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, sendo representados na cor branca, na Figura 3, foram mencionados aqui, devido a importância que tem como referência de acesso a serviços para os habitantes de Corumbataí, Analândia e Engenheiro Coelho.

Leme foi classificado como Centro de Zona B, significando que é uma cidade de menor porte, realizando funções de gestão elementares. Sua atuação é restrita a sua área imediata, exercendo influência nesse sentido, entre as 33 cidades que compõem a All, apenas na cidade de Santa Cruz da Conceição. Destarte, quando a população de Santa Cruz da Conceição necessita de serviços de gestão de média complexidade se direciona a Araras e para os casos de alta complexidade o destino é Campinas.

A cidade de Descalvado tem São Carlos como Centro Sub-regional A, ou seja, para recorrer em caso de demandas menos complexas. Para as situações mais intrincadas, a população de Descalvado e mesmo a de São Carlos tomam a cidade de São Paulo, que é classificada como Grande Metrópole Nacional, como referência.

As cidades de Américo Brasiliense, Motuca, Rincão e Santa Lúcia têm Araraquara como Capital Regional C. Sendo Araraquara ainda referência para Taquaritinga que é Centro de Zona B e referência para a cidade de Santa Ernestina e para Matão que é Centro de Zona B e referência para a cidade de Dobrada. A cidade de Matão não está incluída na All, no entanto devido a sua representação para a cidade de Dobrada foi citada nesse estudo e representada na Figura 3 na cor cinza, como forma de distinguir-se das cidades da All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas.

A cidade de Monte Alto é Centro de Zona B de Vista Alegre do Alto, estando as duas cidades inseridas na All. Contudo, notou-se que Ribeirão Preto é a Capital Regional B que influencia essas duas cidades, por isso, mesmo não estando inserido na All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, Ribeirão Preto não

poderia deixar de ser mencionada nesse estudo devido a importância que tem para Monte Alto e Vista Alegre do Alto.

Olímpia é Centro de Zona A para Cajobi e Severínia, ou seja, exerce funções de gestão elementares para esses dois municípios, sendo que a referência para a gestão de complexidade mais elevada são as cidades classificadas como Capital Regional B. Assim, tanto para Olímpia, Cajobi e Severínia, quanto para Paraíso, Pirangi, Fronteira, Altair e Icém, é a cidade de São José do Rio Preto, que exerce as funções de gestões mais complexas. Embora não esteja inserido na All, São José do Rio Preto foi mencionado aqui por ser influenciador dos municípios citados acima. Do mesmo modo é apontado nesse estudo a cidade de Catanduva que é classificada como Centro Sub-regional A de Paraíso e Pirangi, cidades que compõem a All. Dessa forma, as cidades que não estão na abrangência das 33 cidades da All, mas que são influenciadoras dessas cidades foram representadas na Figura 3 na cor cinza ou branca.

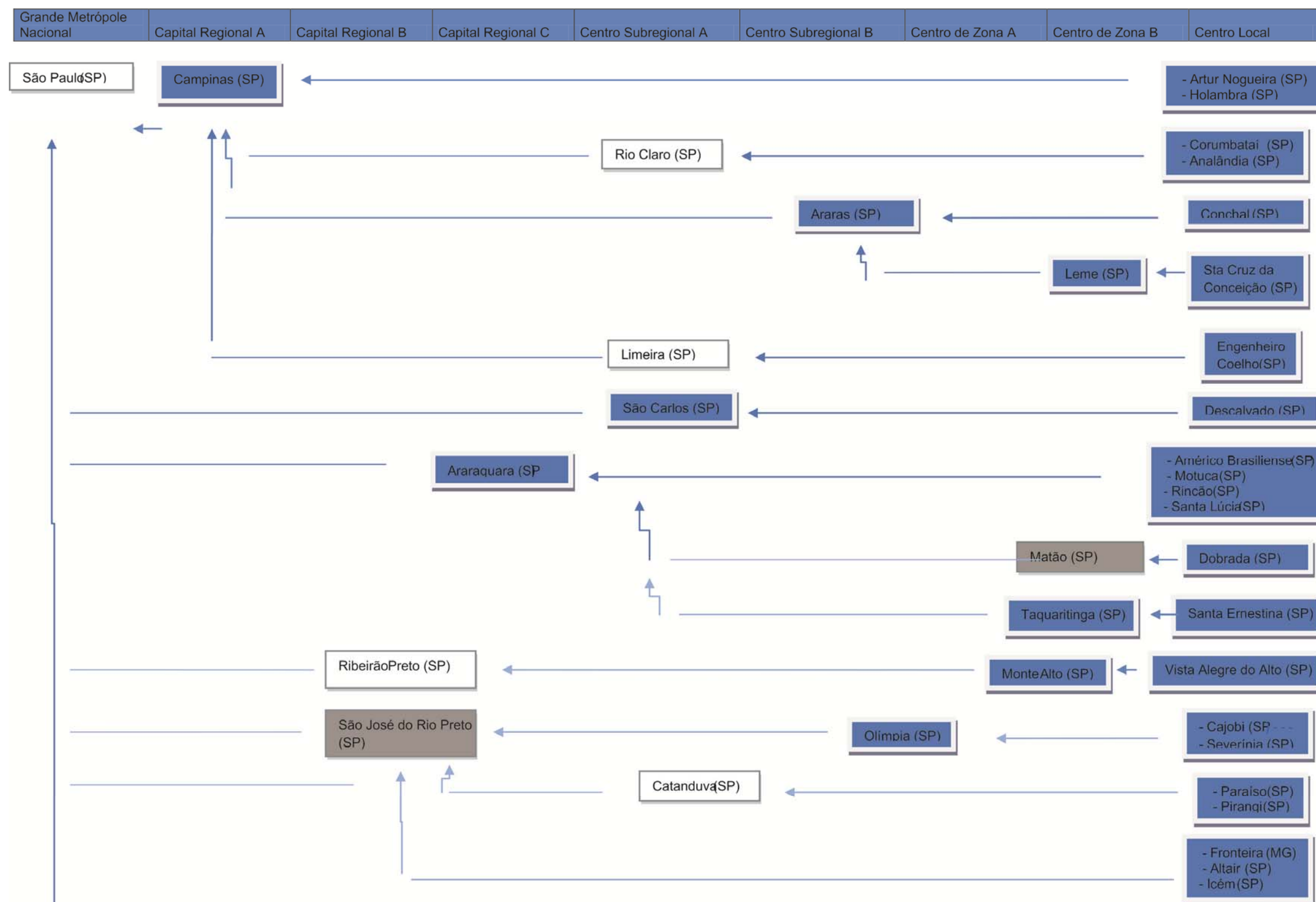
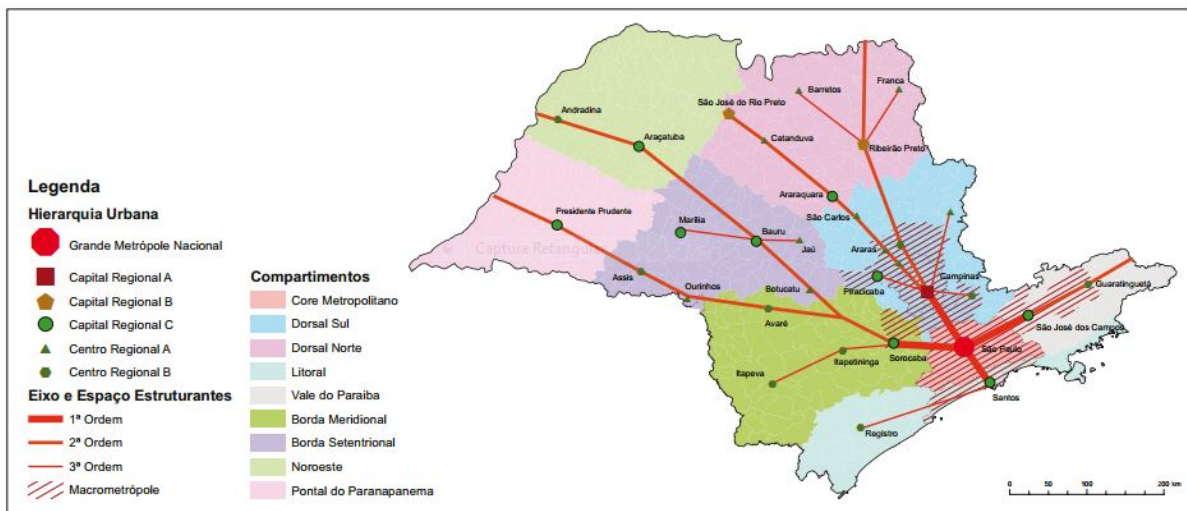


Figura 3 - Esquema demonstrativo das Relações de Hierarquia existentes nas Cidades da All.



São Paulo não está incluída na All do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas entretanto sua relevância para os municípios da All e para o País, devido a ser classificada como Grande Metrópole Nacional, é inegável, sendo cidade influenciadora de todos os municípios da All. Dessa forma não poderia deixar de ser citada nesse estudo, sendo representada na Figura 3 na cor branca.

A Figura 4, representa a cidade de São Paulo articulada direta ou indiretamente com todas as regiões do estado.



**Figura 4 - Estrutura da Rede Urbana de São Paulo- 2011. Fonte: Geoeconômicas e Pesquisa em sustentabilidade e CBRAP, 2014.**

### 7.3.2.1.1 Deslocamentos Pendulares

Os deslocamentos pendulares são deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com objetivos específicos. Os dados sobre deslocamentos domicílio-trabalho e domicílio-estudo contribuem para um melhor entendimento dos processos de metropolização e expansão urbana. Desse modo é apresentado na sequência, dados sobre os deslocamentos ocorridos com a finalidade de trabalhar e estudar. Essa análise é feita a partir dos municípios da All que se caracterizaram como influenciadores, ou seja, da Capital Regional A, Campinas; da Capital Regional C, Araraquara; do Centro Sub-regional A, São Carlos; do Centro Sub-regional B, Araras; do Centro de Zona A, Olímpia; e dos Centros de Zona B Monte Alto, Leme e Taquaritinga.

Desse modo notou-se que Taquaritinga foi o município que apresentou a maior porcentagem de pessoas ocupadas que tem como local de exercício do trabalho outro município que não o seu próprio de residência, 14,74% do total de pessoas ocupadas,



representando 3.938 habitantes. São Carlos foi o município que apresentou o menor percentual de pessoas ocupadas exercendo função fora do município de residência, 3,80%, equivalendo a 4.255 habitantes. O município de Leme apresentou a maior porcentagem de pessoas ocupadas em mais de um município, 2,74%, representando 1.263 habitantes e Campinas registrou o menor percentual de pessoas ocupadas que exercem função em mais de um município.

**Quadro 4 - Pessoas ocupadas na semana de referência por local de exercício do trabalho principal - 2010.**

Capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona localizados na All	Mais de um município ou país (%)	Fora do domicílio de residência (%)	Domicílio de residência (%)	Outro município (%)	País estrangeiro (%)	Por local de exercício do trabalho principal - Total					
Campinas	4.719	0,87	336.483	61,90	154.571	28,44	47.520	8,74	257	0,05	543.550
Araraquara	1.656	1,55	79.142	74,15	19.063	17,86	6.875	6,44	0	0,00	106.737
São Carlos	1.394	1,25	88.289	78,91	17.923	16,02	4.255	3,80	21	0,02	111.882
Araras	589	1,01	44.058	75,63	10.338	17,75	3.268	5,61	0	0,00	58.253
Olímpia	370	1,49	18.055	72,75	4.920	19,82	1.473	5,94	0	0,00	24.818
Monte Alto	319	1,29	19.093	77,17	3.894	15,74	1.424	5,76	10	0,04	24.740
Leme	1.263	2,74	30.081	65,22	8.813	19,11	5.961	12,92	7	0,02	46.124
Taquaritinga	575	2,15	17.957	67,23	4.238	15,87	3.938	14,74	0	0,00	26.708

Fonte: IBGE, 2014.

Com relação aos deslocamentos ocorridos com a função de estudar, notou-se que Monte Alto foi o município que apresentou o maior percentual de contingente de pessoas que frequentavam creche ou escola em outro município, 15,23%, do total de pessoas que frequentavam escola, equivalendo a 1.799 pessoas. Isso pode indicar uma fragilidade desse município ao que se refere aos serviços de educação sejam de nível infantil, quanto juvenil e adulto, podendo incluir-se nesse caso cursos de nível superior. A partir desse dado pode-se inferir que Vista Alegre não tem em Monte Alto uma boa referência para os serviços de educação, embora seja influenciado por Monte Alto que exerce funções de gestões elementares.

**Quadro 5 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam - 2010**

Capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona localizados na All	Município de residência	(%)	Outro município	(%)	País estrangeiro	(%)
Campinas	302.023	93,03	22.392	6,90	231	0,07
Araraquara	53.488	95,25	2.667	4,75	0	0,00
São Carlos	57.484	94,47	3.342	5,49	23	0,04
Araras	30.505	93,78	2.024	6,22	0	0,00
Olímpia	11.108	90,27	1.197	9,73	0	0,00
Monte Alto	10.011	84,77	1.799	15,23	0	0,00
Leme	23.971	93,31	1.720	6,69	0	0,00
Taquaratinga	13.009	93,61	888	6,39	0	0,00

Fonte: IBGE, 2014.

De outro modo Araraquara revelou o menor percentual de pessoas que frequentavam escola ou creche em outro município, 4,75%, do total de pessoas que frequentavam escola, representando 2.667 pessoas.

### 7.3.2.1.2 Migração

Na sequência é apresentada uma análise da migração existente na All projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, a partir dos municípios influenciadores, ou seja, da Capital Regional A, Campinas; da Capital Regional C, Araraquara; do Centro Sub-regional A, São Carlos; do Centro Sub-regional B, Araras; do Centro de Zona A, Olímpia; e dos centros de zona B Monte Alto, Leme e Taquaratinga, localizados na All.

Desse modo, ao verificar a Quadro 6, notou-se, de acordo com informações do Censo Demográfico 2010 do IBGE, que São Carlos foi o município que mais registrou proporcionalmente população residente natural de outro município, 44,4% de sua população residente total. Campinas, Araraquara e Monte Alto, também apresentaram significativo contingente populacional de outros municípios 42,9%, 41% e 40,5%, respectivamente. Desse modo, entre os municípios aqui analisados, conforme aponta o Quadro 6, Olímpia é o município que possui o maior quantitativo de população natural do município 69,5% do total de sua população residente.

Ao analisar a atração que os municípios exercem sobre a população de outros estados, observou-se que 22,9% da população residente total de Campinas e 19,9% da população de Leme é natural de outros estados que não São Paulo. Olímpia destacou-se mais uma vez por apresentar o maior percentual de população residente natural do estado de São Paulo 90,2% do total. Ou seja, até 2010, entre os municípios analisados

Olímpia foi o que menos atraiu população exógena, tanto de outros municípios de São Paulo, quanto de outros estados.

**Quadro 6 - População Residente por naturalidade, 2010.**

Capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona localizados na AII	Não naturais do município	(%)	Naturais do município	(%)	Não naturais de São Paulo	(%)	Naturais de São Paulo	(%)	População residente por naturalidade total
Campinas	463.376	42,9	617.737	57,1	246.966	22,9	833.147	77,1	1.080.113
Araraquara	85.527	41,0	123.135	59,0	29.170	14,0	179.492	86,0	208.662
São Carlos	98.476	44,4	123.474	55,6	36.498	16,4	185.452	83,6	221.950
Araras	41.396	34,8	77.447	65,2	18.566	15,6	100.277	84,4	118.843
Olímpia	15.257	30,5	34.767	69,5	4.918	9,8	45.106	90,2	50.024
Monte Alto	18.896	40,5	27.746	59,5	6.062	13,0	40.580	87,0	46.642
Leme	34.337	37,4	57.419	62,6	18.265	19,9	73.491	80,1	91.756
Taquaritinga	18.818	34,9	35.170	65,1	8.036	14,9	45.952	85,1	53.988

Fonte: IBGE, 2014.

Ao se analisar a população residente desses municípios por local de nascimento em relação ao estrangeiro e as regiões geográficas do País, percebeu-se que de acordo com informações do Censo Demográfico de 2010, apresentadas no Quadro 7, Campinas era o município que possuía o maior percentual de população estrangeira 0,58%, equivalendo a 6.248 habitantes e Araras possuía o menor percentual 0,12%, correspondendo a apenas 139 habitantes. A região que mais possuía população residente nos municípios analisados, era a Região Sudeste, possivelmente por ser a região de instalação dos municípios aqui analisados, assim 92,25% da população residente em Olímpia nasceu nessa na região Sudeste. Leme foi o município que registrou menor percentual de população residente nascida na Região Sudeste 83,90%.

A segunda região que mais apresentou população por local de nascimento nos municípios analisados foi o Nordeste. Nesse sentido Leme, comparada aos outros municípios analisados apresentou o maior percentual de população residente nascida na Região Nordeste, 11,93% de sua população total, seguida por Campinas que registrou 8,52%. Monte Alto registrou o menor percentual 4,85%.

O menor contingente de população residente por local de nascimento foram das regiões Norte e Centro Oeste. Notou-se que todos os municípios aqui analisados apresentaram menos de 1% de população nascida em cada uma dessas duas regiões. Assim Leme registrou o menor percentual de população nascida tanto na Região Norte, 0,11%, representando apenas 101 habitantes, quanto na Centro Oeste, 0,36%, equivalendo a

331 habitantes. Campinas apresentou o maior percentual, tanto na região Norte, 0,42%, equivalendo a 4.505 habitantes, quanto na Centro Oeste, 0,94%, representando 10.206 habitantes.

**Quadro 7 - População Residente por Região de Nascimento - 2010.**

Capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona localizados na All	Pais estrangeiro	(%)	(%)	Nordeste	(%)	Norte	(%)	Sudeste	(%)	Sul	(%)	População residente por local de nascimento - Total	
Campinas	6.248	0,58	0,78	0,94	92.055	8,52	4.505	0,42	909.194	84,18	49.525	4,59	1.080.113
Araraquara	533	0,26	0,36	0,82	13.435	6,44	404	0,19	185.274	88,79	6.557	3,14	208.662
São Carlos	991	0,45	(%)	0,70	14.307	6,45	789	0,36	193.370	87,12	10.109	4,55	221.950
Araras	139	0,12	0,25	0,55	10.116	8,51	248	0,21	104.467	87,90	2.926	2,46	118.843
Ólimpia	159	0,32	0,27	0,74	2.506	5,01	127	0,25	46.146	92,25	583	1,17	50.024
Monte Alto	137	0,29	0,36	0,55	2.263	4,85	83	0,18	41.840	89,70	1.895	4,06	46.642
Leme	133	0,14	0,32	0,36	10.949	11,93	101,0	0,11	76.983	83,90	2.969	3,24	91.756
Taquaritinga	156	0,29	0,08	0,51	2.720	5,04	222	0,41	48.020	88,95	2.553	4,73	53.988

Fonte: IBGE, 2014.

### 7.3.2.1.3 Vetores de Crescimento Regional

A análise dos vetores de crescimento da All do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas foi feita a partir de seus municípios e cidades influenciadoras, a saber da Capital Regional A, Campinas; da Capital Regional C, Araraquara; do Centro Sub-regional A, São Carlos; do Centro Sub-regional B, Araras; do Centro de Zona A, Ólimpia; e dos centros de zona B Monte Alto, Leme e Taquaritinga, localizados na All. Considerando que as demais cidades da All, classificadas como Centros Locais, são influenciadas pelas cidades listadas acima, tomou-se como premissa que os vetores de crescimento presentes nos municípios influenciadores podem repercutir em uma rede de municípios, incluindo os centros locais que compõem a All.

Desse modo ao se analisar Campinas, classificada como Capital Regional A, notou-se que ela é a única cidade que não é capital estadual a se enquadrar nessa classificação, apenas 11 cidades se enquadram nessa categoria. Isso demonstra que sua capacidade de gestão é imediatamente inferior ao das metrópoles e que sua área de influência é de âmbito regional, sendo referência para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Ou seja, Campinas, por si somente, já pode ser considerada um vetor de crescimento para os municípios que influencia, no caso desse estudo, os municípios de Araras, Leme, Artur Nogueira, Holambra, Corumbataí, Analândia, Conchal, Santa Cruz da

Conceição, Engenheiro Coelho e Descalvado, por ser a sede de sua Região Metropolitana que abrange uma área de 3,6 mil Km<sup>2</sup>, uma das regiões metropolitanas mais importantes do país e também é sede da Região Administrativa de Campinas.

### **7.3.2.1.3.1 Campinas**

A formalização de Campinas como sede de sua Região Metropolitana ocorreu no ano 2000, por meio de Lei Complementar Estadual nº 870 de 19/06/2000. Um dos fatores que permite considerar Campinas como um vetor de crescimento para os seus municípios influenciados é a facilidade de acesso aos principais centros do país pelas curtas distâncias e boas características do sistema viário, sendo mais adequado considerar aqui a região de Campinas, incluindo os municípios da All, influenciados por Campinas, e não somente a cidade. Assim a posição estratégica da região de Campinas torna-se um diferencial por favorecer a logística de transporte, armazenamento e distribuição da produção.

Os vetores de crescimento que alavancaram a região de Campinas, segundo informações constantes em seu Plano Diretor foi o desenvolvimento da cana - de - açúcar e posteriormente da cultura do café, que fortaleceram sua ligação com São Paulo, com o Porto de Santos, com o Vale do Paraíba e com o Rio de Janeiro. A consolidação do complexo cafeeiro na região incentivou a implantação da rede ferroviária que se caracterizou como um vetor de crescimento para vários municípios da All, visto que a rede ferroviária favoreceu o desenvolvimento industrial da região.

Outro relevante vetor de crescimento instalado no município de Campinas é a Unicamp fundada em 1966, foi construída em um terreno onde no passado era ocupado por cafezais e canaviais. Atualmente a Unicamp responde por 10% da pesquisa acadêmica do Brasil e mantém liderança entre as universidades brasileiras no que se refere a patentes e ao número de artigos per capita publicados anualmente em revistas indexadas na base de dados ISI/WoS.

Os vetores de crescimento que marcaram as alterações no tecido urbano tradicional de Campinas, segundo informações do Plano Diretor foi a inauguração do Shopping Iguatemi em 1979, em área pouco urbanizada, distante da área central, próxima à Rodovia Dom Pedro I. Na década de 1990 tem se a consolidação do loteamento San Conrado, no Distrito de Sousas, com mais de 2 mil lotes, destinado ao mercado de média e alta renda.

Quanto aos vetores de expansão urbana da região de Campinas, devido a grande abrangência da região, será citado aqui apenas aqueles de interesse para All, ou seja aqueles que se relacionam com os demais municípios inseridos na All. Assim, pela rodovia Milton Tavares - SP 332, ligam-se a Campinas os municípios de Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho (vetor 3 de Campinas). Privilegia esse vetor a localização da Refinaria do Planalto - Replan, da Petrobrás, e do polo petroquímico em Paulínia responsáveis pelos impactos diretos na expansão urbana, de características predominantemente popular, de Paulínia e Cosmópolis, isto é na direção oposta à divisa com Campinas. Vários loteamento "fechados" foram implantados nas proximidades da divisa com Campinas, entre a SP-332 e a estrada da Rodhia.

Notou-se que na região que envolve Paulínia, no período de 1989 a 2000, a área de ocupação urbana cresceu em torno de 50%. Em Paulínia ocorreram diversos parcelamentos na forma de loteamentos fechados, com legislação específica e incentivados pelo poder Público Municipal. No período de 1989 a 2000 nos municípios de Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho foram aprovados 33 empreendimentos em quase sete milhões de m<sup>2</sup> e mais de 10,2 mil lotes, sendo 66% dos lotes em Paulínia.

Outro município salientado pelo Plano Diretor de Campinas é Artur Nogueira que possuía uma área média de lote alta, se comparado aos outros municípios da região de Campinas, 486m<sup>2</sup>. Nesse município ocorreu o parcelamento de fazendas em "chácaras de recreio o moradia".

A rodovia SP-340 que articula o vetor 4 de expansão urbana de Campinas, liga a Campinas a vários municípios, entre aqueles incluídos na All, estão Jaguariúna e Holambra. Segundo informações constantes no Plano Diretor de Campinas, este tem sido o eixo preferencial de implantação de indústrias de alta tecnologia, possibilitando uma inclusão diferenciadas desses municípios, principalmente Jaguariúna, à expansão metropolitana. No período de 1989 a 2000, na região de inserção desses municípios foram aprovados 25 empreendimentos em 3,9 milhões de m<sup>2</sup>, com 7,7 mil lotes, estando 75% dos lotes localizados em Jaguariúna. Jaguariúna apresentou a menor área média de lotes, 213 m<sup>2</sup>, e Holambra a maior área de toda a Região Metropolitana de Campinas, 527m<sup>2</sup>.

De acordo com o Plano Diretor a prefeitura de Jaguariúna tem exercido forte controle sobre a abertura de novos loteamentos e criado incentivos para a implantação de atividades econômicas.

De acordo com análise do Plano Diretor de Campinas, em relação aos municípios da All que são influenciados por Campinas, em Paulínia, Jaguariúna e Holambra, observou-se uma pulverização das áreas incorporadas ao uso urbano, já no município de Cosmópolis, grande parte das áreas urbanas ocuparam vazios existentes em áreas urbanizadas anteriormente ou deram continuidade a essas.

### **7.3.2.1.3.2 Araraquara**

Araraquara foi classificada pelo IBGE como Capital Regional C, possui capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, possui uma área de influência de nível regional, sendo citada como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios, entre eles os seguintes municípios inseridos na All, Américo Brasiliense, Motuca, Rincão e Santa Lúcia.

Araraquara possui destaque não somente no cenário regional, sendo sede da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, mas também no contexto nacional. Assim é dotada de todos os recursos urbanos e político-administrativos para atender as demandas dos setores comerciais, industriais e sociais. Nesse município, de acordo com informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal são oferecidos serviços da Secretaria Regional da Receita Federal; da Secretaria Regional da Receita Estadual; da Polícia Federal e da Justiça Federal.

A agroindústria é a base de sua estrutura industrial tendo como principais produtos a cana e a laranja, além de materiais vegetais, leite e derivados, açúcar e álcool, frutas frescas e café. Destaca-se também o setores metal-mecânico, indústria têxtil, tecnologia de informação, Allronáutico e serviços, com os seguintes produtos, inseticidas, equipamentos elétricos, autoclaves, partes e acessórios de veículos e refrigeradores e pedras naturais.

Um dos fatores que caracteriza a região de Araraquara como facilitadora do crescimento é sua localização privilegiada, sendo cortada por importantes rodovias para o estado e país, entre elas a SP-255 (norte/sul) e a SP - 310 (leste/oeste). Está também em Araraquara um dos principais terminais ferroviários de carga do Brasil que liga regiões produtoras (Centro-oeste) e exportadoras (capital paulista e portos marítimos). Ademais, ainda relacionado a logística de transporte, Araraquara possui um aeroporto com pista de 1.800 metros com iluminação noturna, recebendo cerca de mil passageiros ao ano, com capacidade para 100 mil.



Araraquara é o entroncamento da Infovia, uma rede de comunicação que utiliza tecnologia de fibras óticas, de alta velocidade na transmissão de dados e informações, com acesso ininterrupto, interligando as principais cidades do país com 18 mil Km de extensão.

Outras características que colocam Araraquara em condição de polo regional de desenvolvimento do município, é o fato de possuir 21 empreendimentos hoteleiros, contabilizando 2.508 leitos, com uma ocupação diária aproximada de 85%, dotados com infraestrutura necessária para a realização dos mais variados eventos de negócios e sociais, além de todas as agências do Sistema S, segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Araraquara.

Em relação ao comércio, segundo informações disponibilizadas pela Faculdade de Araraquara, o município atrai consumidores de dezenas de outras cidades para o atacado e varejo, além de muitas empresas prestadoras de serviço. Há dois Shoppings Centers em Araraquara, o Shopping Jaraguá, com aproximadamente 100 lojas e o Shopping Lupo.

As principais empresas presentes em Araraquara são: Cutrale; Lupo; Nestlé; Cervejaria Femsá; ZF Sachs; IESA GE Hidro; Alumínio Nigro; Usina Zanin; FMC; Usina Maringá; Ramos alumínio; EDS; Cast; Bio Petgro; Big Dutchman; Cosan; Fortaleza Argamassas.

Em relação aos demais municípios influenciados por Araraquara, observa-se uma conurbação entre Araraquara e Américo Brasiliense. De acordo com Casagrande e Paiva, Américo Brasiliense possui como atividades principais as realizadas nos setores de Alimentação e bebidas - com destaque para a colheita de cana - de - açúcar; a construção civil, metalurgia e mecânica. A conurbação de Américo Brasiliense com Araraquara induziu o seu crescimento econômico, no período de 1996 a 2008. A interação e a influência de Araraquara sobre Américo Brasiliense, repercutiu na expansão e diversificação do comércio e dos serviços urbanos pessoais e de apoio à produção.

A conurbação entre Araraquara e Américo Brasiliense ocorreu no setor leste de Araraquara que nas décadas de 1970 e 1980 recebeu diferentes tipos de investimentos, desde chácaras, com a finalidade residencial, a bairros populares. A transposição da via férrea e do curso d'água estimulou a expansão que foi potencializada em direção leste, no sentido de Américo Brasiliense, onde havia empreendimentos imobiliários e o contato com as vias regionais de acesso.



Em Américo Brasiliense, a expansão ocorreu a partir da área central direcionando-se para Araraquara. A partir da década de 1980, a demanda por lotes nesse município passou a aumentar devido a consolidação das atividades de citricultura e do setor sucroalcooleiro. Inicialmente o município passou a receber população para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e laranja e posteriormente ocorreram mudanças de famílias de Araraquara para Américo Brasiliense devido ao encarecimento da terra urbana.

Ademais, Araraquara por possuir usinas recebe cana dos seguintes municípios inseridos na All: Américo Brasiliense, Descalvado, Motuca e Santa Lúcia. Nota-se também que Araraquara e Américo Brasiliense exportam açúcar e álcool etílico, tendo em 2009 a exportação desse produto representado US\$ 141.798.577,00 e US\$ 13.527.913, respectivamente.

Embora, Américo Brasiliense tenha um perfil agroindustrial, com destaque para os setores sucroalcooleiro e de citrus, destaca-se também a implantação em seu território da fábrica de medicamentos FURP.

#### **7.3.2.1.3.3 São Carlos**

A cidade de São Carlos foi categorizada, de acordo com o IBGE, como Centro Sub-regional A. Isso significa que é uma cidade com capacidade de gestão menos complexa e área de atuação mais reduzida. Entre os municípios inseridos na All São Carlos influencia a cidade de Descalvado.

Segundo informações disponibilizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo, na década de 1970 São Carlos especializou-se no setores mecânico e metalúrgico produtores de bens de capital. Ocorre também em seu território de maneira notável atividades de agroindústria regional e de indústria de bens de consumo duráveis vinculados ao mercado nacional, como motores e outras máquinas. O município foi impulsionado com a abertura da Escola de Engenharia de São Carlos, associada a Universidade de São Paulo-USP, na década de 1950; a criação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, na década de 1970 e com a instalação de dois centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa.

São Carlos apresenta também um forte setor terciário, com todos os segmentos do comércio. No setor de serviço, a RAIS 2008 destaca como relevantes suas atividades de transporte terrestre; transporte aéreo; pesquisa e desenvolvimento científico; seleção,

agenciamento e locação de mão de obra; atividades de vigilância e segurança; serviços de escritório, apoio administrativo e prestação de serviços para empresas; educação; atenção à saúde humana; e esportes e lazer.

Desse modo, destaca-se em São Carlos a presença do Parque de Alta Tecnologia-Parq Tec, além de grandes corporações como a Volkswagen, a Electrolux e a Faber Castell que atraíram outras empresas de base de alta tecnologia nas áreas de automação, tecnologia da informação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina, ótica, entre outras.

Ademais, estão instaladas em São Carlos no setor agropecuário as seguintes empresas: A D'Oro Alimentícia, Pecuária Damha; no setor de alimentos e bebidas, as empresas Potreiro Agropecuária, Ometto, Pavan Açúcar e Álcool; no setor têxtil, Tapetes São Carlos, Tecelagem São Carlos; no setor madeireiro, Irpa e Matra; no setor de papel e celulose, São Carlos, Art Pel; no setor de borracha e plástico, Cardinalli, Incoplas; no setor de metalurgia, Engemasa; no setor de produtos de metal, Imart Marrara, Eduardo Fusi, Raco; no setor de Máquinas e equipamentos, Tecumseh, Electrolux, Latina, Prominas, Hece, Siltomac; no setor de máquinas e materiais elétricos, Tecnomotor, Equitron; no setor de equipamentos de instrumentação (Bio Art, Digmotor, Opto Eletrônica; no setor de veículos automotores, a já citada Volkswagen. Salienta-se também que São Carlos está inserido na cadeia produtiva Allronáutico por meio do Centro Tecnológico da TAM Linhas Aéreas.

Em 1988 foi criado em São Carlos o Centro Empresarial de Alta Tecnologia Dr. Emílio Fehr-CEAT, um polo tecnológico e empresarial, que inclui empresas variadas como transportadoras, metalúrgicas, de montagem industrial, equipamentos eletrônicos e digitais, laticínios, química, concretaria, marcenaria, componentes plásticos, fundição e distribuidoras.

Para dar apoio estrutural às empresas de base tecnológica, foi criado o Centro de Desenvolvimento de Indústrias Nascentes - CEDIN, associado a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado que tem como objetivo servir de incubadora para as empresas de base tecnológica.

No ano de 1995 teve início a criação do São Carlos Science Park, que abriga laboratórios de pesquisa e desenvolvimento. Para apoiar às micro, pequenas e médias empresas da região foi fundada no início de 1997, a Associação das Empresas Nascentes, que envolve também empresas industriais tradicionais, de comércio e de serviços.

Desse modo a estrutura educacional de São Carlos, científica e tecnológica para o desenvolvimento de inovações tecnológicas fez do município um polo de indústrias de alta tecnologia, possuindo mais de 100 empresas inovativas que atuam em áreas estratégicas, como informática, robótica, automação, química fina, eletrônica, genética e novos materiais.

São Carlos e Descalvado destacaram-se também em termos de produção animal pela avicultura de corte, sendo que Descalvado destacou-se em 2007/08, por apresentar o maior plantel do estado de São Paulo, 27,9 milhões de cabeças. Descalvado também se sobressai na produção de laranja, na produção de produtos químicos, estando em seu território a Indústria Brasileira de Gases-IBG, na produção de produtos plásticos, com a construção em seu território da fábrica de produção de BioMeg (polímero plástico reciclável). Descalvado também realiza a exportação de alimentos para animais, tendo exportando em 2009 o equivalente a US\$9.837.932,00 para esse produto.

#### **7.3.2.1.3.4 Araras**

A cidade de Araras foi classificada pelo IBGE como Centro Sub-regional B, significando que possui atividades de gestão menos complexas e áreas de atuação mais reduzidas. Os municípios diretamente influenciados por Araras são: Conchal e Leme.

Araras apresenta uma estrutura que tem atraído diversas empresas de grande porte, entre elas destaca-se Dairy Partners America (DPA) formada pela Nestlé e a cooperativa neozelandesa Fonterra, que se caracteriza por ser a maior empresa de produtos lácteos da América do Sul. Segundo informações obtidas no site da Nestlé foram investidos R\$ 86 milhões na implantação do novo Centro de Distribuição (CD) em dezembro de 2013. Esse CD tem área de 4,6 mil m<sup>2</sup> e capacidade para 7 mil paletes de produtos. Outras importantes empresas instaladas em Araras que colaboram para que o município influencie outras cidades, são a Polti do Brasil, fabricante do Vaporetto, Torque S/A (mecânica pesada) e a Sucorrício S/A, sucos cítricos, entre outras. A maior empresa de Araras é a Usina São João, fundada em 1944 pelo Sr. José Ometto e filhos. Essa empresa atualmente processa 200.000 toneladas de cana produzindo 205.000 toneladas de açúcar e 100.000 m<sup>3</sup> de álcool hidratado, 110.000 m<sup>3</sup> de álcool anidro, empregando 6.000 funcionários.

Araras possui os distritos industriais I, II, III e o IV em fase de implantação. As áreas dos distritos são subsidiadas pela Prefeitura Municipal por meio do PRODEIA - Programa de Desenvolvimento Industrial de Araras que desenvolve políticas de incentivo para isenção

de taxas e parcerias para a formação de mão de obra especializada. Os Distritos Industriais possuem infraestrutura e fácil acesso, considerando a localização do município junto à Rodovia Anhanguera, que está entre as mais importantes do País. As áreas dos Distritos Industriais são destinadas a empresas de todos os portes.

#### **7.3.2.1.3.5 Conchal**

Com relação a Conchal município que é diretamente influenciado por Araras, a base de sua economia é a agropecuária. Destaca-se em Conchal a produção de citros, cana-de-açúcar, milho, mandioca e hortifrutigranjeiros que abastecem mercados da região e do estado de São Paulo. Segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal, a laranja é responsável atualmente por 70% de toda a produção rural. São 250 mil toneladas produzidas para o mercado interno e para a exportação. Em relação ao setor industrial de Conchal destaca-se as fábricas de farinha e amido de mandioca, usinas de beneficiamento e transformação de cereais, algodão e laranja. O município também tem-se especializado na fabricação de bolsas de couro, com o funcionamento de dezenas de pequenas e médias indústrias.

#### **7.3.2.1.3.6 Olímpia**

Olímpia de acordo com a classificação do IBGE, Olímpia é um Centro de Zona A, tem um porte menor e atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Entre os municípios inseridos na All, Olímpia exerce influência em Cajobi e Severínia.

De acordo com informações consultadas no site da Prefeitura Municipal, Olímpia é considerada um dos polos turísticos mais importantes do estado de São Paulo, sendo considerada uma Estância Turística. Sua economia é baseada na agroindústria e no comércio, embora o turismo venha se destacando cada vez mais. Olímpia possui também dois distritos industriais contíguos I e II, sendo que em 2013 foi aprovado pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental a implantação do Distrito Industrial III de Olímpia.

A influência de Olímpia sobre Cajobi é histórica, visto que Cajobi foi distrito da Comarca de Olímpia. Cajobi é um município de pequeno porte, possuindo como destaque em seu território uma empresa produtora de palmitos, a Palmitos Rosolen Indústria e Comércio Ltda. A produção de laranja que já foi significativa no município sofreu uma queda, sendo que de acordo com informações do BGA, até 2001 no município havia 2,2 milhões de

pés de laranja e atualmente, somente conta-se cerca de 800 mil pés. Segundo informações noticiadas na imprensa o cultivo de batata doce está tomando conta dos pomares de laranja do município.

O município de Severínia, também é de pequeno porte e tem sua economia voltada para a agroindústria, sua principal produção é de laranja e cana-de-açúcar. Segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Severínia, a empresa de maior expressão no município é a Empresa Guarani S/A, sendo a maior fonte geradora de empregos e impostos.

#### **7.3.2.1.3.7 Leme**

O município de Leme foi classificado pelo IBGE como Centro de Zona B, que são aqueles municípios de porte menor, com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Entre os municípios da All, Leme influencia diretamente Santa Cruz da Conceição.

De acordo com informações da Câmara Municipal de Leme, a economia do município está baseada na agricultura e na indústria. Na agricultura se sobressai a cultura da cana-de-açúcar, do algodão, da laranja e do café. O setor industrial é mais diversificado, com produção nas áreas de alimentos, máquinas, enfeites natalinos, cerâmicas, plásticos, telhas (material de construção), fibrocimento, entre outros.

O setor bancário também é representativo, Leme possui 10 agências bancárias que juntas, movimentam cerca de R\$ 150.000.000,00 em operações de crédito, de acordo com a Câmara Municipal de Vereadores de Leme.

Santa Cruz da Conceição município influenciado por Leme, situado a 8 Km de distância a Leste de Leme, tem como principal atividade econômica, segundo Araújo (2008), aquelas relacionadas ao setor primário, destacando-se as culturas de cana de açúcar e citricultura e também pastagens de criação extensiva de gado. No setor secundário há as atividades relacionadas a produção de cerâmica, como olarias e uma indústria de tecnologia Aeronáutica de aviões do tipo ultraleve ou de fios.

#### **7.3.2.1.3.8 Taquaritinga**

Taquaritinga é uma cidade classificada, assim como Leme, de acordo com o IBGE, como Centro de Zona B. Influencia a cidade de Santa Ernestina, distando dela 14 Km à leste. Segundo informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga o seu

poder produtivo tem diminuído, tendo a agricultura perdido posição para o setor de serviços. As décadas de 1970 e início de 1980 foram positivas para o município que experimentou o enriquecimento associado a produção da laranja. Notando-se também que o município já foi o maior produtor mundial de goiaba e uma das maiores produtoras de tomate. Essas riqueza das produções estimulou a instalação de indústrias alimentícias, entretanto a partir de meados da década de 1980 essas empresas se transferiram para o Centro-Oeste devido aos incentivos fiscais. Na década de 1990 houve uma diversificação de sua economia, porém sem alcançar as antigas taxas de crescimento populacional e econômico. A população do município variou pouco na última década, indicando queda da taxa de natalidade e migração de jovens para outras cidades e estados em busca de melhores oportunidades de trabalho. Essa última década marcou também mudanças no setor agrícola com destaque para a substituição de culturas perenes (laranja) por culturas temporárias (cana-de-açúcar). Taquaritinga ao contrário de outros municípios da região somente produz, mas não processa industrialmente os derivados de sua cultura, isso se reflete em uma baixa arrecadação de impostos e repasses governamentais.

A influência de Taquaritinga em Santa Ernestina tem raízes históricas, considerando que Santa Ernestina já foi distrito de Taquaritinga, emancipando-se em 1964. Segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal, seu desenvolvimento econômico iniciou-se após a construção da estrada férrea, tendo o seu pico nas décadas de 1930 e 1940, quando anualmente embarcavam milhares de sacas de café beneficiado, em trens especiais e fretados com destino à São Paulo e posteriormente ao porto de Santos. A partir da década de 1960, o café foi substituído pela citricultura e Santa Ernestina ficou conhecida como "Terra da Laranja", posteriormente esse cultivo deu lugar a cana-de-açúcar que prevalece atualmente.

### **7.3.2.1.3.9 Monte Alto**

A cidade de Monte Alto, assim como Leme e Taquaritinga foi classificada pelo IBGE como Centro de Zona B, influenciando diretamente o município de Vista Alegre do Alto pertencente a All, estando localizado ao seu Oeste.

Monte Alto possui vocação turística, de acordo com informações disponibilizadas no site da Faculdade Monte Alto, abriga um museu de paleontologia, um museu de arqueologia, além de receber peregrinações ao Padroeiro do Bom Jesus, à Virgem Montesina e ao "Anjo Senhor", Menina Izildinha. Apresenta também como atrativo turístico remanescentes de Mata Atlântica com rica fauna e flora, cachoeiras e quedas d'água. Por seu comprovado potencial turístico já recebeu três selos: dois do Ministério da Indústria,

do Comércio e do Turismo, representado pela EMBRATUR e um do Governo do Estado de São Paulo.

As principais indústrias localizadas em Monte Alto são a MACOPEMA, que produz redutores, motorredutores e acoplamentos, além de produção de peças personalizadas e fabricação de engrenagens especiais; a CESTALTO Indústria e Comércio que também fabrica redutores e motorredutores de velocidade e atende os mais variados ramos de atividades industriais e agrícolas; a REBRALTO, igualmente especializada na fabricação de redutores e motorredutores de velocidade para aplicação em acionamentos industriais e agrícolas; a Dia Frag que produz patins de freio, cubos de roda, espelhos e flanges de freio, pastilhas de freio, galfer brakes e rodas montadas, entre outros produtos; a Aluma Fundação de Alumínio Monte Alto; a Lanfredi Fundação e Usinagem; a Cepêra empresa de alimentos que produz condimentos, conservas, derivados de tomate, doces e frutas em calda, entre outros. A maior parte dessas indústrias está localizada no Distrito Industrial de Monte Alto.

No município de Vista Alegre do Alto, de acordo com informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal, a principal atividade econômica é a citricultura e a cultura de cana-de-açúcar. Desse modo, os principais produtos cultivados são: a laranja, goiaba, manga, limão, cana-de-açúcar e tomate. Há também a produção de cereais como o milho, cebola, arroz, amendoim, entre outros em menor escala. No município também estão instaladas a Usina Nardini e a Indústria de Extração de Polpa de Goiaba Val Rossi.

### **7.3.2.2 Composição e dinâmica populacional**

#### **7.3.2.2.1 Histórico de Analândia – SP**

O município de Analândia está localizado no centro – leste do estado de São Paulo, distante em 235 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 369 coincidente com a SP – 225 (Rodovia Deputado Rogê Ferreira) e a estrada intermunicipal Analândia – Corumbataí. Segundo informações da Prefeitura Municipal (2014), Analândia ocupa uma extensão territorial total de 326,6 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 3.997 habitantes.

O município, assim como outros doze do estado, é considerado como Estância Climática por possuir características turísticas e por apresentar condições de criação e desenvolvimento de atividades de recreação, lazer, culturais, dentre outros. Tal reconhecimento o condiciona a direitos legais, vide disposições de lei estadual, de



recebimento de maior subsídio do governo para o desenvolvimento do turismo regional. Nas últimas décadas o principal ponto turístico do município tem sido o Morro do Cuscuzeiro e do Camelo.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), a história deste município teve início em 20 de outubro de 1887 quando um pequeno grupo de pessoas, liderado pelo Sr. Diogo Eugênio de Sales e Manoel Vicente Lisboa, ocupou a região da fazenda Santa Maria da Glória.

Uma das primeiras benfeitorias coletivas do povoado foi uma capela dedicada a Santa Ana (padroeira da povoação) e, em razão da localização geográfica do povoado, em cima de um pico montanhoso e cercado por diversos rios, ganhou o nome popular de Cuscuzeiro.

Em 17 de dezembro de 1890 o povoado foi elevado à categoria de distrito de Anápolis, em terras do município de Rio Claro. Em 21 de junho de 1897 teve sua emancipação político – administrativa e apenas em 30 de novembro de 1944 teve seu nome definitivamente alterado para Analândia.

Como complemento vale colocar que no ano de 1966, Analândia foi considerada como Estância Climática. Atualmente pessoas de todo o Brasil praticam esportes de aventura em seu território, com destaque para as atividades de escalada e rapel.

#### **7.3.2.2 Histórico de Araras – SP**

O município de Araras está localizado no centro – leste do estado de São Paulo, distante em 170 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 191 (Rodovia Wilson Finardi), BR – 50 e/ou SP – 330 (Rodovia Anhanguera) e estradas municipais José Bagio Primo, Elhiu Rot e Loreto. Segundo informações do IBGE (2014), Araras ocupa uma extensão territorial total de 644,831 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 126.391 habitantes.

Segundo consta em arquivos do IBGE, os primeiros registros de ocupação da região de Araras datam de 1818 em uma “sesmaria de légua e meia, formada pelas bacias hidrográficas do Rio Mogi, ribeirão Itapura e ribeirão das Araras”, em terras pertencentes ao município de Limeira.

Em torno de 1862 o proprietário desta sesmaria ergueu a capela de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras, rodeada de algumas casas. Sua inauguração ocorreu em 15 de



agosto de 1862. Em 1865, os então donos desta sesmaria – Srs. Bento de Lacerda Guimarães e José Lacerda Guimarães doaram esta propriedade para a capela.

A região do entorno do povoado, desde o início de sua constituição, teve ocupação econômica voltada para a cultura e plantio de café, o que, assim como em outros muitos municípios paulistas, impulsionou a dinâmica local.

No ano de 1877 os trilhos de ferro da Companhia Paulista eram a principal forma de escoamento da produção agrícola cafeeira local. Araras foi um município que, também como outros da região, teve sua história marcada por forte processo de imigração estrangeira, principalmente, de italianos, portugueses, suíços e alemães – cuja influência redirecionou sua formação cultural.

Segundo ainda o IBGE os marcos administrativos do município são:

- Lei Provincial nº 42, de 12 de julho de 1896 – criação do distrito de Araras subordinado à Limeira;
- Lei Provincial nº 29, de 24 de março de 1871 – desmembramento do município de Limeira e elevação à categoria de Vila – já com cinco mil habitantes, segundo informações da Prefeitura Municipal;
- Lei Provincial nº 27, de 04 de abril de 1879– elevado à condição de município.

### **7.3.2.2.3 Histórico de Artur Nogueira , SP**

O município de Artur Nogueira está localizado no centro – leste do estado de São Paulo, distante em 151 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 107 (Rodovia Prefeito Azin Lian), SP – 332 (Rodovia Zeferino Vaz) e estradas municipais Atn 020 Pará Bairro Palmemeir, Atn – 142 e Atn – 050 Pará Bairro São Ben. Segundo informações do IBGE (2014), Artur Nogueira ocupa uma extensão territorial total de 178,026 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 48.420 habitantes.

A região de Artur Nogueira, atualmente conhecida como “berço da amizade” – segundo consta em registros da Prefeitura Municipal, teve sua colonização efetiva em 22 de agosto de 1904 (Decreto nº 1.300), processo associado à criação do anexo Artur Nogueira proveniente do núcleo colonial Campo Sales, promovido, segundo Prefeitura Municipal e IBGE, pelo Coronel José de Sales Leme.

Este anexo, segundo registros históricos, foi criado em terras do município de Cosmópolis e teve tal destino devido à intensa ocupação ocorrida em torno das fazendas Núcleo Campos Sales, cujo desenvolvimento se deu em torno das atividades associadas à exploração da cana – de – açúcar praticadas pela empresa Artur Nogueira & Cia. O anexo pertencia a esta empresa, que o doou por meio do referido Decreto acima ao Governo Estadual para fins de ocupação populacional.

Em meados de 1907 chegou à localidade, conhecida à época como Lagoa Seca e/ou Região do Funil, os trilhos da Estrada de Ferro Funilense ou Ferrovia Carril Agrícola Funilense. No mesmo ano a estação modal foi construída.

Os primeiros habitantes do anexo foram o Sr. Francisco Cabrino, com armazém, cujo prédio, segundo informações da Prefeitura Municipal, foi o primeiro a ser edificado e ainda hoje existe na Rua 15 de Novembro; seguido pelos Srs. José Sanseverino, Júlio Calltano, João Pulz, Henrique Steckelberg e as famílias Andrade e Mauro.

O rápido desenvolvimento da região, segundo IBGE (2014), foi favorecido pela intensa imigração italiana, alemã e espanhola, cuja atividade foi de formação, inicial, de minifúndios dedicados à cafeicultura, arroz e algodão – anos mais tarde. No ano de 1929, segundo informações da Prefeitura Municipal, o território do futuro Distrito tornou - se “um verdadeiro oceano de cafeeiros”.

A construção da capela na Secção Artur Nogueira iniciou-se em 1916, quando a povoação foi elevada à categoria de Distrito da Paz. Sua emancipação, segundo informações, ocorreu em 1948, conservando a denominação da empresa que possibilitou seu desenvolvimento.

#### **7.3.2.2.4 Histórico de Campinas, SP**

O município de Campinas está localizado na região central leste do estado de São Paulo, distante em 98,9 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 340, SP – 065 (Rodovia Dom Pedro I), SP – 332, BR – 050, SP – 101, SP – 348 (Rodovia dos Bandeirantes e/ou Rodovia Adalberto Panzam), SP – 075, SP – 073, SP – 330 (Rodovia Anhanguera), SP – 081 e estrada da Rhodia. Segundo informações do IBGE (2014), Campinas ocupa uma extensão territorial total de 794,433 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 1.144.862 habitantes. Campinas é o terceiro município mais populoso do estado, ficando atrás apenas de Guarulhos e da Capital – São Paulo.

O município, segundo informações do IBGE (2014), apresenta o quinto maior PIB do estado e o 13º de todo o país. Sua contribuição nacional ocorre, principalmente, na área de produção científica, sendo considerado o 3º maior polo de pesquisa e desenvolvimento brasileiro. Campinas apresenta também uma variável lista de atrativos turísticos, cultural e científico, além de uma importante e reconhecida orquestra sinfônica.

A região de Campinas, segundo informações do IBGE (2014), conta com mais de 260 anos de história, iniciada em torno do século XVIII, passando pela época colonial, imperial, republicana e algumas centenas de anos de ocupação indígena.

Segundo esta instituição sua época colonial foi marcada pelo povoamento do bairro rural nomeado de Vila Jundiá, localizado às margens de uma trilha aberta por paulistas do Planalto de Piratininga entre 1721 e 1730 – trilha, que segundo informações do IBGE, seguia em direção às recém-descobertas minas Goias.

A primeira instalação desta época foi um pouso para tropeiros – “Campinas do Mato Grosso” – cujas atividades impulsionaram o desenvolvimento populacional. Relata-se que no ano de 1767, 185 habitantes ocupavam a região.

No mesmo período outra dinâmica populacional e sociopolítico-econômica desenvolvia-se na localidade. Esta era associada à chegada de fazendeiros provenientes de regiões/municípios vizinhos como Porto Feliz, Taubaté, Itú entre outros, a procura de terras para a instalação de lavouras de cana e engenho de açúcar – cuja mão de obra ainda era escrava.

Com a chegada desses novos habitantes/fazendeiros e vontade política do Governo da Capitania de São Paulo, o bairro rural do Mato Grosso se fez transformado em Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso (1774), depois em Vila de São Carlos (1797) e em município de Campinas (1842) – período no qual as plantações de café já suplantavam as lavouras de cana e dominavam a paisagem da região.

Segundo registros históricos a cultura do café nasceu no interior das fazendas de cana, impulsionando em pouco tempo um novo ciclo de desenvolvimento do município/região. Campinas passou, então, a concentrar um grande contingente de trabalhadores livres e escravos, de diferentes procedências, aproveitados tanto em atividades rurais quanto em atividades urbanas.

Poucos anos após este período outro ciclo de desenvolvimento atingiu o município, agora ligado a um intenso processo de modernização dos meios de transporte, de produção e de vida. Na década de 1930 o município passa por uma grande crise econômica, especialmente cafeeira, assumindo um viés menos agrícola e mais industrial, bem como de serviços.

Deste então Campinas tem recebido amplos investimentos na área de desenvolvimento como um todo, a contar, por exemplo, com a construção de um polo tecnológico e a instalação de um parque produtivo (composto de fábricas, agroindústrias e outros).

Entre as décadas de 1930 a 1940, segundo informações do IBGE (2014), o município passa a “vivenciar um novo momento histórico”, marcado pela migração e pela multiplicação de bairros nas proximidades das fábricas, dos estabelecimentos e das grandes rodovias em implementação, tal como: Via Anhanguera em 1948, Rodovia Bandeirantes em 1979 e Rodovia Santos Dumont em 1980.

Campinas configura-se, mediante todas as transformações e intenso desenvolvimento de várias atividades, como metrópole agregando em sua grande região e/ou região de influência de desenvolvimento socioeconômico os seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenho Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D’ Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

#### **7.3.2.2.5 Histórico de Conchal, SP**

O município de Conchal está localizado no centro – leste do estado de São Paulo, distante em 176 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 191 (Rodovia Wilson Finardi), SP – 332 (Rodovia Zeferino Vaz) e estrada intermunicipal Loreto. Segundo informações do IBGE (2014), Conchal ocupa uma extensão territorial total de 182,793 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 26.689 habitantes.

O início da colonização na região de Conchal data de 28 de março de 1911, quando, então, em terras do Governo do Estado, ocupadas pelas fazendas Nova Zelândia, Ferraz e Leme, foram criados dois núcleos de ocupação, a saber: Visconde de Indaiatuba e Conde de Parnaíba.

Segundo registros históricos da Prefeitura Municipal de Conchal (2014), os primeiros habitantes da região foram os Srs. Basílio Guidoti, Luiz Felipini, MisAIII de Lima, Basílio Pires, Teófilo Barbosa e Batista PALLs.

O governo municipal, a época, viabilizou o saneamento da região e concedeu a abertura para a instalação da estação modal da Estrada de Ferro Funilense (ou Estrada de Ferro Sorocabana).

Segundo informações do IBGE (2014) houve a tentativa de implementação de núcleo de colonização na localidade, tendo em vista as fazendas serem divididas e vendidas em lotes a imigrantes e brasileiros para dedicação a lavoura. Este empreendimento, segundo ainda o IBGE, era apoiado pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro que escoava a produção agrícola excedente de toda região.

Os núcleos de povoamento foram, então, agrupados em um só local á margem do ribeirão do mesmo nome.

O Distrito da Paz foi criado alguns anos depois, porém, com a denominação de Engenheiro Coelho, em Moji Mirim. Em dezembro de 1948 foi elevado a município com o nome de Conchal.

#### **7.3.2.2.6 Histórico de Corumbataí, SP**

O município de Corumbataí está localizado no centro do estado de São Paulo, distante em 215 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 364 coincidente com a SP – 310 (Rodovia Washington Luís), BR – 369 e as estradas intermunicipais Analândia – Corumbataí, Rodovia Wilson Finardi. Segundo informações do IBGE (2014), Corumbataí ocupa uma extensão territorial total de 278,622 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 4.018 habitantes.

Segundo registros históricos da Prefeitura Municipal de Corumbataí (2014), a ocupação populacional da região teve início em meados de 1821, “quando o Governador da então Província de São Paulo Carlos Augusto Oeybhausen concedeu a Francisco da Costa Alves, uma enorme gleba de terras nos Sertões do Morro Azul - Sesmaria do Rio Corumbataí”.

Apenas anos mais tarde o município, contudo, teve sua efetiva ocupação populacional, em torno de 1926, com a chegada da família dos Costa Alves e, segundo registros, numerosa caravana juntamente com escravos.

No ano de 1844, assim como em outros municípios da região, os trilhos da Estrada de Ferro chegaram ao território local, impulsionando o comércio e serviços diversos. Na fazenda São José, com o nome de Corumbatahy, foi instalado uma estação modal.

Alguns anos passados a fazenda São José novamente se transforma em vetor de mudanças. Dessa vez ela é vendida aos herdeiros da família Costa Alves dona da Companhia da Pequena Propriedade que, segundo registros oficiais, tinha como objetivo vender pequenas áreas de terras para lavradores com poucos recursos. Esta companhia, durante o mandato do governador Jorge Tijá, teve como meta a criação de núcleos coloniais para fixação dos imigrantes estrangeiros em solo paulista, com a finalidade de aumentar a produção agrícola. Anos mais tarde o estado adquire metade da Companhia da Pequena Propriedade, metade da fazenda São José e dá início a um processo de colonização e loteamento na área.

No ano de 1905, começo do século, o governo do estado reserva uma área de 20 alqueires na margem direita do Rio Corumbataí para construir, segundo a Prefeitura Municipal, um centro industrial e comercial e um núcleo colonial – com os fins de povoamento.

Em 17 de dezembro de 1919, segundo informações da Prefeitura Municipal (2014), o povoado de Corumbataí foi elevado à categoria de Distrito de Paz. No ano de 1920 o povoado já dispunha de energia elétrica e em 1923 a Igreja Matriz de São José foi elevada a condição de Paróquia, pertencendo a Diocese de São Carlos. A emancipação do município ocorreu em 24 de dezembro de 1948.

#### **7.3.2.2.7 Histórico de Cosmópolis, SP**

O município de Cosmópolis está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 141 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 332 (Rodovia Zeferino Vaz) e SP - 133. Segundo informações do IBGE (2014), Cosmópolis ocupa uma extensão territorial total de 154,657 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 64.415 habitantes.

Segundo registros históricos do IBGE (2014) este município, bem como outros já descritos anteriormente, teve sua ocupação populacional e política – econômica relacionada ao plano de colonização da região do Funil, encabeçado pelo Coronel José Sales Lemes.

Segundo consta em registros históricos o Coronel José Sales conseguiu empréstimos com a Câmara Municipal de Campinas para a construção da Estrada de Ferro Carril Agrícola

Funilense, iniciando, assim, a formação de uma colônia Suíça. Em 1898, segundo IBGE, chegaram as primeiras famílias de imigrantes, que se fixaram nas terras doadas pelo estado e fundador do local.

A região antes conhecida como Funil, passou a ser chamada de Palmeiras, depois Burgo e Núcleo Campos Sales. Tempos depois foi batizada como Barão Geraldo.

Algumas famílias, segundo consta, não se adaptaram na localidade o que fez o governo estadual abrir espaço de ocupação para imigrantes oriundos da Alemanha, Áustria, Rússia, Itália e Portugal. Tal fato provocou a mudança de nome da localidade para, então, Cosmópolis – “cidade do universo”.

No dia 30 de novembro de 1944 Cosmópolis foi elevado à categoria de município e desmembrado de Campinas, Mogi Mirim e Limeira.

#### **7.3.2.2.8 Histórico de Engenheiro Coelho, SP**

O município de Engenheiro Coelho está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 168 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 147 (Rodovia Engenheiro João Toselho), SP – 332 (Rodovia Zeferino Vaz) e estrada municipal Pará – Ararás. Segundo informações do IBGE (2014), Engenheiro Coelho ocupa uma extensão territorial total de 109,941 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 17.681 habitantes.

Segundo registros históricos do IBGE (2014) a atual faixa territorial do município de Engenheiro Coelho pertencia ao povoado de Guaiquica, de propriedade do Sr. Júlio Cardoso de MorAlls. Seus primeiros imigrantes chegaram da Bélgica em meados do ano de 1891 e instalaram-se no bairro dos Felipes, adquirindo a fazenda São Pedro em 1901. Também no ano de 1891 foi instalada a Usina geradora de energia elétrica Ester, por iniciativa de Artur Nogueira e companhia.

Assim como em outros municípios do estado, este recebeu os trilhos da Estrada de ferro Funil com o objetivo, principalmente, conforme IBGE (2014), de escoar a produção agrícola local excedente.

Em 1912 Pedro Hereman autorizou a construção de uma estação modal da estrada de ferro em sua propriedade, cuja construção foi coordenada pelo Engenheiro Coelho – o qual foi homenageado pela cidade com o seu nome.

Seu acelerado desenvolvimento, segundo IBGE (2014) transformou-o em distrito com sede no bairro do mesmo nome, do município de Artur Nogueira e território desmembrado desse município, em 14 de maio de 1980. Após 11 anos, foi elevado à categoria de município, em 30 de dezembro de 1991.

#### **7.3.2.2.9 Histórico de Holambra, SP**

O município de Holambra está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 130 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 107 e estrada municipal. Segundo informações do IBGE (2014), Holambra ocupa uma extensão territorial total de 65,577 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 12.707 habitantes.

A região do Holambra ou Estância Turística de Holambra, assim como o município de Analândia, por possuir características turísticas e por apresentar condições de criação e desenvolvimento de atividades de recreação, lazer, culturais, dentre outros, recebe maior subsídio do governo do estado para o desenvolvimento do turismo regional. A região é conhecida nacionalmente como um grande centro de produção de flores e plantas ornamentais na América Latina e tem a maior exposição de flores da América Latina. Vale dizer que o município possui grande influência cultural holandesa.

Segundo consta em registros históricos da Prefeitura Municipal de Holambra e IBGE (2014), a região foi povoada por uma comunidade brasileira e por imigrantes nativos da Holanda logo após o término da segunda guerra mundial – no ano de 1948. Segundo consta, a Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda promovia a imigração dos agricultores holandeses para o Brasil, tanto que enviou ao país uma comissão para idealizar um projeto de fundação de um núcleo de imigração coletiva.

O Brasil por sua vez, apoiando tal comissão, se comprometeu a conceder empréstimos aos holandeses para aquisição de terras onde seria instalada a colônia. Nesse sentido uma fazenda foi adquirida e o nome Holambra foi escolhido como forma de honrar e/ou homenagear a parceria de integração econômica e cultural/social entre os homens e nações.

A parceria movimentou grandes feitos dos dois países. Inicialmente a Holanda enviou à região máquinas e materiais diversos para o desenvolvimento da cultura bovina, além de materiais para a construção de casas e benfeitorias diversas. A cultura do gado leiteiro, entretanto, não vingou na região e doenças dizimaram significativamente o rebanho.



Como alternativa procurou-se desenvolver a agricultura, porém, devido às dificuldades associadas ao tipo de solo, levou a migração de parte deste povo ao sul do país e o insucesso da atividade.

Os moradores que permaneceram na região organizaram um plantio e fabricação diversificada de produtos (queijo, abate de aves, fabricação de ração e de café – com maior expressividade). Para sua comercialização constituíram uma cooperativa capaz de competir no mercado consumidor e de serviços.

A partir da década de 1960 Holambra ingressou no negócio de produção de flores e plantas ornamentais, foi quando, então, o município viu um grande crescimento econômico.

Holambra teve sua emancipação político – econômica em 30 de dezembro de 1991 e foi desmembrada dos municípios de Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse.

#### **7.3.2.2.10 Histórico de Jaguariúna, SP**

O município de Jaguariúna está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 125 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 340 (Rodovia Governador Dr. Ademar Pereira de Barros), SP – 095 (Rodovia João Beira) e estrada municipal JGR - 010. Segundo informações do IBGE (2014), Jaguariúna ocupa uma extensão territorial total de 141,401 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 49.497 habitantes.

Dados históricos da Prefeitura Municipal de Jaguariúna (2014) revelam que a ocupação da região em foco remonta aos tempos do antigo Caminho Goyazes, aberto por bandeirantes, tropeiros e boiadeiros, rumo à Goiás e Mato Grosso em busca de ouro.

Em pouco tempo, devido o desbravamento destes senhores, a região foi povoada com entrepostos de provisões e lugarejos, alcançando tons de vilarejo e mais tarde cidade.

As primeiras atividades econômicas do local foram destinadas, além dos entrepostos comerciais já citados, ao plantio da agricultura de subsistência. Logo estas floresceram para engenhos de cana – de – açúcar, cuja cultura era movida pela mão – de – obra escrava e perdurou significativamente até meados de 1960.

Após a crise açucareira a região dedicou-se ao desenvolvimento da cultura do café, cujos rendimentos foram expressivos até século XX.

Paralelamente às atividades econômicas descritas acima, outro movimento acontecia na região. Este era associado ao século XIX e ao Senhor Coronel Amâncio Bueno. Segundo registros da Prefeitura Municipal (2014), ele herdou de sua família extensas terras férteis as margens do Rio Jaguary, doadas em sesmarias pelo rei de Portugal Dom João III. Segundo ainda esta instituição, neste local ocorreram as primeiras atividades voltadas à gestão da urbanização do município.

Parte dessas terras, segundo Prefeitura Municipal (2014), foi transformada em colônias para abrigar imigrantes europeus, vindos da Itália – principalmente. Tal movimento gerou a substituição de mão – de – obra escrava.

Convergingo ainda para o desenvolvimento, o município também recebeu os trilhos da Estrada de Ferro e embarcou de vez na seara do desenvolvimento, fundando sua primeira localidade – Vila Bueno.

Segundo informações da Prefeitura Municipal (2014) “Em 1894, a Vila Bueno ganha status de bairro do município de Mogi-Mirim. Batizada de Distrito de Paz de Jaguary deve sua origem às fazendas Jaguari (hoje Santa Úrsula), Florianópolis, atual Serrinha, e Fazenda da Barra. Em 30 de dezembro de 1953, Jaguariúna é elevada à categoria de cidade”.

#### **7.3.2.2.11 Histórico de Leme, SP**

O município de Leme está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 191 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 330 coincidente com a BR – 050 (Rodovia Anhanguera) e estrada municipal Leme 080. Segundo informações do IBGE (2014), Leme ocupa uma extensão territorial total de 402,873 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 97.505 habitantes.

A região de Leme, segundo registros históricos do IBGE (2014), iniciou sua ocupação populacional com a construção da casa e estabelecimento comercial do estrangeiro, de nacionalidade portuguesa, Manoel Gomes Neto – em terras do fazendeiro Manuel Leme, entre os rios Corumbataí e Mogi – Guaçu.

Em 1877 a Companhia Paulista de Estrada de Ferro inaugurou uma estação modal na região, entre os trechos Cordeirópolis e Pirassununga. Logo, em detrimento de intenso

movimento da estação, o povoado foi se instalando até formarem um núcleo e construírem sua primeira capela em louvor a São Lázaro.

Conforme registros históricos no dia 26 de dezembro de 1889, logo após o advento do regime republicano, um ato do Governador do Estado, Prudente de Moraes, criava o Distrito Policial da Estação e Leme, no município de Pirassununga. Um ano depois, pelo Decreto número 124, de 20 de janeiro de 1891, do Governador do Estado, Jorge Tibiriçá, era criado o Distrito de Paz da Estação Leme, com as mesmas divisas do Distrito Policial.

### **7.3.2.2.12 Histórico de Paulínia, SP**

O município de Paulínia está localizado na região centro leste do estado de São Paulo, distante em 120 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a SP – 332 (Rodovia Zeferino Paz). Segundo informações do IBGE (2014), Paulínia ocupa uma extensão territorial total de 138,720 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 92.668 habitantes.

O município de Paulínia sedia um dos maiores Polos Petroquímicos da América Latina – Refinaria de Paulínia - junto a outras empresas de atividades relacionadas. Em consequência do perfil de grande dinamismo econômico, possui uma das maiores taxas de renda per capita do país. O município se destaca em crescimento populacional e como consequência de ambos os processos, apresenta altos níveis de poluição atmosférica.

Historicamente, segundo informações do IBGE (2014), em razão das expedições do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, um grande número de sesmarias foi concedido à região de Campinas. Na ocasião surgiu a Fazenda do Funil que integrava antigas glebas e que, por sua vez, foram sucessivamente se agregando.

No final do século XIX esta fazenda sofreu novo desmembramento e criou a então Fazenda São Bento, cuja atividade produtiva, desenvolvida por colonos e imigrantes, era voltada para o algodão. Sua produção, ou produto produzido, era escoada por meio da então instalada estação modal da Estrada de Ferro Funilense. Esta estação, a título de curiosidade, recebeu o nome de José Paulino em homenagem ao Coronel José Paulino Nogueira, grande agricultor campinense, que se destacou, segundo informações, por suas atividades filantrópicas durante a epidemia da febre amarela na sua cidade natal.

O povoado, com esta história, passou a ser conhecido por José Paulino até que por decisão federal, denominou-se Paulínia.

Para o IBGE um dos marcos do município foi a entrada da Rodhia .SA. em seu território, no ano de 1942. Esta comprou a fazenda São Francisco e iniciou a produção de cana – de – açúcar, seguida da destilação do álcool.

A partir de 1966 outras indústrias foram se instalando no município, a exemplo da refinaria de petróleo, diversificando o parque industrial de lá e desencadeando o deslocamento do setor primário para as atividades urbanas.

### **7.3.2.2.13 Histórico de Santa Cruz da Conceição, SP**

O município de Santa Cruz da Conceição está localizado entre a região central e norte do estado de São Paulo, distante em 199 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR– 050 (Rodovia Anhanguera) e Estrada Leme - 080. Segundo informações do IBGE (2014), Santa Cruz da Conceição ocupa uma extensão territorial total de 150,128 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 4.251 habitantes.

Segundo registros históricos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição e IBGE (2014), os primeiros indícios de ocupação populacional no território ocorreram em meados do ano de 1836, em uma propriedade de 21 alqueires. No mesmo ano, como símbolo de ocupação, foi colocada uma cruz na propriedade, localizada numa encruzilhada entre Rio Claro e Pirassununga.

No ano seguinte a primeira propriedade foi construída pelo Senhor Jacinto Rodrigues de Moraes e, mais tarde, foi erguida a capela em invocação a Nossa Senhora da Conceição da Cruz. A primeira missa na capela ocorreu em 1843.

No ano de 1870 foi inaugurada a Igreja Matriz do povoado e a pedido da população local, o Sr. Luiz Carlos de Godoy contratou um padre para estabelecer o curato de Santa Cruz da Conceição, que assim passou a ser conhecido.

Segundo consta, o desenvolvimento socioeconômico do povoado ocorreu gradativamente. Logo foi fundado o Distrito da Paz. No ano de 1898, de acordo com a Lei nº 534 de 4 de agosto, foi decretada sua elevação como município.

Nessa época, segundo IBGE (2014), a Companhia Paulista de Estrada de Ferro começou a construir o ramal para Pirassununga. Os trilhos, no entanto, afastaram-se da povoação que entrou em retração econômica levando o Governo do Estado em 1934 a reduzi-lo a condição de Distrito. O município foi restaurado em 1953.

### **7.3.2.2.14 Histórico de Américo Brasiliense, SP**

O município de Américo Brasiliense está localizado na região norte do estado de São Paulo, distante em 301 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 255 (Rodovia Antônio Machado Sant’Anna), SP – 257 (Rodovia Deputado Aldo Lupo), SP – 318 (Rodovia Engenheiro Tales de Lorena Peixoto Júnior) e BR – 267 coincidente com a SP – 310 (Rodovia Washington Luís). Segundo informações do IBGE (2014), Américo Brasiliense ocupa uma extensão territorial total de 122,738 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 37.165 habitantes.

A história de ocupação deste município teve início no ano de 1954 mediante desenvolvimento da cultura do café pelas famílias de Xavier Machado e Martiniano de Oliveira.

As primeiras residências foram construídas pelas famílias de Manuel Antônio Borba e Coronel Antônio de Toledo Pizza e, pela iniciativa destes, o povoado foi elevado a distrito do município de Araraquara, no ano de 1922, com o nome de Américo Brasiliense – homenageando o paulista Américo Brasiliense de Almeida Melo, republicano abolicionista, Presidente do Estado da Paraíba e Rio de Janeiro e Governador de São Paulo, segundo informações do IBGE (2014).

Segundo registros, a cultura cafeeira deu grande impulso ao desenvolvimento do local – sendo que este já contava com luz elétrica, água encanada, atendimento médico, hotéis e restaurantes.

A partir de 1930 as sucessivas crises do café deram início a um significativo processo de migração no local. O desenvolvimento econômico teve um novo ciclo anos mais tarde com a instalação de usinas de açúcar e indústrias metalúrgicas, a partir do ano de 1943.

### **7.3.2.2.15 Histórico de Araraquara, SP**

O município de Araraquara está localizado entre a região central e norte do estado de São Paulo, distante em 280 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 255 (Rodovia Antônio machado Sant’Anna), BR – 267 coincidente com a BR – 310 (Rodovia Washington Luís), SP – 257 (Rodovia Deputado Aldo Lupo). Segundo informações do IBGE (2014), Araraquara ocupa uma extensão territorial total de 1.003,674 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 222.036 habitantes.

“No século XVIII um astrônomo português em viagem pelo Rio Tietê se deparou com uma grande cordilheira, cujos reflexos da luz solar lhe fizeram enxergar uma grande cidade que ainda não existia” – conforme informações históricas do IBGE (2014).

A época aquela região era denominada pelos índios da etnia Guaianá como Aracoara, cujo significado é: de ará, dia, e coara, toca ou morada. Segundo consta, foi sob a denominação de Campos de Aracoara, e as vezes Sertão Aracoara, que entrou para a história a região que abrange a margem direita do Rio Piracicaba até os confins do norte e oeste do estado.

Mesmo distante do centro do estado ou das demais regiões em desenvolvimento, teve - se a estratégia de incentivar sua ocupação, fato que ocorreu concomitante à descoberta de ouro no estado do Mato Grosso devido o intenso tráfego de tropeiros nas estradas.

A conquista ou ocupação efetiva do lugar ocorreu, segundo registros, com a tomada de posse das terras pelos brancos, entre eles Pedro José Neto, que foi o primeiro habitante da região – em 1790.

“Esse processo de ocupação acontecia paralelamente ao sistema de distribuição legal de terras, as sesmarias, que teve início em 1811. Nessa época, a população local era constituída por 82 pessoas, que se dedicavam à criação de gado e à lavoura de subsistência” – segundo registros do IBGE (2014).

Escravos, camaradas, agregados e os próprios proprietários das terras e suas famílias compunham a mão-de-obra. Assim, aqueles criadores de gado e plantadores de roça se tornaram o primeiro grupo dominante da região, que, de zona pastoril, se transformaria aos poucos em campos agrícolas, cujas principais culturas seriam de início a cana-de-açúcar, em seguida o café e, mais recentemente, a laranja e de novo a cana.

### **7.3.2.2.16 Histórico de Dobrada, SP**

O município de Dobrada está localizado na região norte do estado de São Paulo, distante em 320 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 364 (Rodovia Brigadeiro Faria Lima) e SP – 333. Segundo informações do IBGE (2014), Dobrada ocupa uma extensão territorial total de 149,729 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 8.432 habitantes.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), a história deste município considera o testemunho de antigos imigrantes italianos, de

acordo com eles, a região já contava, em 1893, com as primeiras habitações, recebendo o povoado o nome de Sesmaria dos Cocais. Em 1900 passou a ser conhecido Bairro do Santiago, em homenagem ao proprietário de vastas terras nas redondezas.

O povoado funcionava como centro de pouso, que se distanciava igualmente dos dois municípios próximos: Araraquara e Taquaritinga. A estrada que os ligava, na altura do Bairro do Santiago, fazia uma dobrada perto de um riacho e, por influência dos tropeiros que por ali passavam, o povoado começou a ser conhecido como Dobrada.

Em 1908, o núcleo recebeu o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara e, com eles, um crescente desenvolvimento. O Distrito foi criado com a denominação de Dobrada, por Lei Estadual no 1295, de 27 de dezembro de 1911, no Município de Matão. Assim permanecendo em divisão administrativa referente ao ano de 1933.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o Distrito de Dobrada é apenas judiciário e figura no Município de Matão, pertencente ao termo e comarca de Araraquara. No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, o Distrito de Dobrada figura no Município de Matão, pertencente ao termo e comarca de Araraquara.

No quadro fixado, pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, para 1939-1943, o Distrito de Dobrada permanece no Município de Matão, assim figurando no quadro fixado, pelo Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, para vigorar em 1945-1948, bem como nos fixados pelas Leis Estaduais nos 233, de 24-XII-1948 e 2456, de 30-XII-1953 para vigorar, respectivamente, nos períodos 1949-1953 e 1954-1958. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-VI-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Dobrada, por Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembrado de Matão, Sede do antigo Distrito de Dobrada. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 01 de abril de 1965. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do Distrito Sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

### **7.3.2.2.17 Histórico de Motuca, SP**

O município de Motuca está localizada na região administrativa central do estado de São Paulo, distante em 324 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a estrada estadual SP-326. Segundo informações do IBGE (2014), Motuca ocupa uma



extensão territorial total de 228,700 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 4.534 habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2014, Os primeiros registros de ocupação de Motuca são de 1892, com a construção da Estrada de Ferro Rincão/Bebedouro, pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

O local, abundante em recursos hídricos, recebia os condutores e suas boiadas vindos de regiões distantes e o entroncamento da estrada de ferro com a estrada boiadeira era natural, porque tanto havia o descarregamento de boiadas como o de café, produto que após percorrer um longo caminho até o porto de Santos tinha como destino final o mercado europeu.

Como tantas outras áreas do Estado de São Paulo, Motuca teve seu período áureo com a cultura do café e a criação de gado. Por volta de 1908, houve o assentamento de imigrantes japoneses e portugueses que desenvolveram atividades ligadas ao setor hortifrutigranjeiro e à cafeicultura.

O efetivo crescimento agrícola impulsionou o desenvolvimento político-administrativo e, em 31 de dezembro de 1925, passou a distrito do município de Araraquara. Depois da década de 50, houve a substituição das outras culturas pela cultura da cana-de-açúcar, que pouco a pouco foi tomando conta das pequenas fazendas e sítios, arrendando terras e atraindo o migrante nordestino para a área.

Desse período em diante, houve um lento desenvolvimento econômico e, apenas em 9 de janeiro de 1990, obteve autonomia político-administrativa com a criação do município. A denominação do município provém de um tipo de mosca de mesmo nome, comum na região por causa da grande quantidade de água ali existente.

Para a formação administrativa do município, foi criado o Distrito com a denominação de Motuca, por lei no 2126, de 31-12-1925, subordinado ao município de Araraquara. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Motuca figura no município de Araraquara. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Motuca permanece no município de Araraquara. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Motuca permanece no município de Araraquara. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-VIII-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Motuca, por lei estadual no 6645, de 09-01-1990, desmembrado de Araraquara. Sede no antigo distrito de Motuca. Constituído do distrito



sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-V-2001.

### **7.3.2.2.18 Histórico de Rincão, SP**

O município de Rincão está localizado no noroeste do estado de São Paulo, distante em 270 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP-255 (que conecta cidades como Araraquara, Jaú e Avaré); e a SP-318 (conectando cidades como São Carlos e Ribeirão Preto). Segundo informações do IBGE (2014), Rincão ocupa uma extensão territorial total de 315,946 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 10.768 habitantes.

Segundo o IBGE, 2014, antes da formação do povoado, tropeiros gaúchos, em passagem pela região, costumavam alí acampar, ficando aos poucos conhecido por Rincon. Essa denominação, depois transformada em Rincão, é uma expressão gaúcha que significa um lugar naturalmente abrigado, quer por rios, morros ou matas, ou mesmo simplesmente qualquer trecho de campanha gaúcha, onde haja arroio, capões ou qualquer mancha de mato.

Em 1884, correndo rumores de que a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, iria estender seus trilhos até o "rincon", os proprietários das terras, os irmãos João, Luiz e Francisco Caetano Sampaio, fundaram em Paciência uma vila, construíram uma capela e deram ao lugar a denominação de Rincão.

Com a inauguração da estação ferroviária e devido à posição estratégica que ocupava entre os municípios da região, Rincão passou a funcionar como entreposto das mercadorias destinadas à Capital. Além das atividades agrícola (café) e pecuária da região, Rincão foi beneficiado pela navegação fluvial do rio Mogi Guaçu, explorada pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Navegação Fluvial.

O grande desenvolvimento do povoado levou Rincão à categoria de Distrito de Paz e, em 1948, a Município, desmembrando-se de Araraquara. Distrito criado com a denominação de Rincão, por lei Estadual no 1194, de 24 de dezembro de 1909. Por ata de 11 de maio de 1910 foi instalado o Distrito de Paz de Rincão (Boletim de São Paulo, n.8 - agosto de 1943), no Município de Araraquara.

No seu processo de formação administrativa, no ano de 1911, figura no Município de Araraquara o Distrito de Rincão. Assim permanecendo em divisão administrativa referente

ao ano de 1933. Em divisões territoriais datadas de 31- XII-1936 e 31- XII-1937, Rincão é Distrito judiciário e pertence ao município de Araraquara. No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938 e no quadro fixado, pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, para 1939-1943, o Distrito de Rincão permanece no Município de Araraquara. Em virtude do Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-1948, o Distrito de Rincão figura igualmente no Município de Araraquara.

Elevado à categoria de município com a denominação de Rincão, por Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembrado de Araraquara. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 26 de março de 1949. No quadro territorial para vigorar no período, de 1949-1953, Rincão é composto do Distrito Sede. Assim permanecendo no quadro fixado pela Lei Estadual nº 2456, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar em 1954-1958. Em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o município é constituído do Distrito Sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

#### **7.3.2.2.19 Histórico de Santa Ernestina, SP**

O município de Santa Ernestina está localizado no centro do estado de São Paulo, distante em 340 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a SP-326. Segundo informações do IBGE (2014), Santa Ernestina ocupa uma extensão territorial total de 134,421 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 5.701 habitantes.

De acordo com o IBGE, 2014, após a construção de uma estação da Estrada de Ferro Araraquarense, em 1901, os irmãos Teixeira, proprietários das terras locais, autorizaram João Lourenço Leite a proceder um loteamento para formação da Vila de Santa Ernestina, assim denominada em homenagem à esposa de Carlos Leôncio de Magalhães, um dos fundadores da ferrovia.

O rápido progresso alcançado com a cafeicultura possibilitou a criação do Distrito, em 1924. Mas as sucessivas crises do café provocaram um período de retração, somente superado entre os anos 1950-1960, quando passaram a ser plantados laranjais na região. O novo surto de progresso de Santa Ernestina originou sua emancipação, em 1964. Nessa época passaram a ser cultivadas, também, a cana-de-açúcar, atualmente a principal atividade local.

O Distrito foi criado com a denominação de Santa Ernestina, pela lei estadual nº 1441, de 19 de dezembro de 1914, subordinado ao município de Taquaritinga. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Santa Ernestina figura no município de Taquaritinga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Santa Ernestina, pela lei estadual nº 8092, de 28-02-1964, tendo sido desmembrado do município de Taquaritinga. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

#### **7.3.2.2.20 Histórico de Santa Lúcia, SP**

O município de Santa Lúcia está localizado na região administrativa central do estado de São Paulo, distante em 307 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a SP-257. Segundo informações do IBGE (2014), Santa Lúcia ocupa uma extensão territorial total de 154,033 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 8.613 habitantes.

De acordo com o IBGE, 2014, até 1907 só existiam no lugar algumas casas de negócios e a falta de consenso para venda de terrenos, não possibilitava o desenvolvimento da povoação. Com a morte de D<sup>ª</sup>. Luciana Machado de Campos, proprietária da gleba, em novembro de 1906, as terras foram divididas em lotes, com arruamento, e foram adquiridas por Bento de Abreu Sampaio Vidal, Ângelo Bottignon, Joaquim Carvalho de Oliveira, Coronel José Xavier de Mendonça e João Borba, entre outros.

Na povoação que então começou a ser formada, foi lançada em abril de 1907 a pedra fundamental da atual igreja, rezando-se a primeira missa campal. O Distrito de Paz de Santa Lúcia foi criado em 1910 e o nome dado à povoação originou-se da primeira proprietária das terras, D.<sup>ª</sup> Luciana Machado de campos. Por não haver Santa com nome de Luciana no calendário católico, o nome foi substituído por Santa Lúcia.

Em 1959 o então Distrito foi constituir o Município de Santa Lúcia, desmembrando-se de Araraquara, ao qual pertencia, tendo sua instalação ocorrida no ano seguinte.

Distrito criado com a denominação de Santa Lucia, pela lei estadual nº 1227, de 19-12-1910, subordinado ao município de Araraquara.

A formação Administrativa de Santa Lúcia: o distrito de Santa Lúcia foi instalado em Ata de 04-04-1911 (boletim do DEE de SP, nº 8, de agosto - 1943, p.19). Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Santa Lúcia figura no município de

Araraquara. Assim permanecendo em divisão administrativa referente ao ano de 1-VII-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Lúcia, pela lei estadual nº 5285, de 18-2-1959, desmembrado do município de Araraquara. Sede no antigo distrito de Santa Lúcia e parte do distrito de Américo Brasiliense. Constituído do distrito sede. Instalado 01-01- 1960. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

### **7.3.2.2.1 Histórico de Taquaritinga, SP**

O município de Taquaritinga está localizado na região norte do estado de São Paulo, distante em 338 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 333 (Rodovia Nemesio Cadetti), SP – 310 (Rodovia Washington Luís), SP – 319 (Rodovia Tirso Micali) e SP – 323 (Rodovia José Del Vechia) . Segundo informações do IBGE (2014), Taquaritinga ocupa uma extensão territorial total de 593,581 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 56.204 habitantes.

A cidade de Taquaritinga fundou-se 1868, segundo no livro de Tombo da Paróquia de Araraquara. O marco a partir do qual a doação de Taquaritinga foi feita é onde atualmente se encontra a Praça Doutor Waldemar d'Ambrósio (antiga Praça Centenário), embora ela não seja mais a referência para as medidas do perímetro urbano do município, sendo utilizada, para esse fim, desde 1992, a Praça 1º de Maio.

Os doadores de terras ao patrimônio – segundo informações do IBGE (2014) com as respectivas doações, foram os seguintes senhores: Bernardino José Sampaio e sua senhora Francisca Olegário da Silva, quinze alqueires; Antônio Pais de Camargo e sua mulher dona Maria Antonieta de Ataíde, oito alqueires; Manuel Luís de Sousa e sua mulher dona Ana Rita de Faria, dois alqueires; José Joaquim Esteves e sua mulher dona Maria Umbelina de Jesus, cinco alqueires; Joaquim Pedro da Fonseca e sua mulher dona Rita Pereira Guimarães, dois alqueires; Joaquim Pereira da Costa e sua mulher, dona Emerécia Anacleto de Jesus, cinco alqueires; Isaías Joaquim de Santana e sua mulher dona Francisca Maria de Jesus, dois alqueires; dona Joaquina Maria do Espírito Santo, seis alqueires; dona Gertrudes Florinda de Castro, dez alqueires; João Ferreira da Costa, quatro alqueires; Joaquim Alves da Silva Leite e sua mulher dona Ana Luísa de Jesus, cinco alqueires.

O principal doador de terras que constituiu o patrimônio de Taquaritinga foi Bernardino José Sampaio. Ele doou quinze dos 64 alqueires doados em 1868. Em 1870, já morava na Fazenda Paraguaçu, local em que iniciou a primeira cultura de café do local.

Segundo registros do IBGE (2014) o povoado que ali então se formou, ficou conhecido como Ribeirãozinho, originário do córrego que banha a cidade. O fato de ser ele afluente regular do Ribeirão dos Porcos, deu origem entre os primitivos habitantes do lugar, à denominação de Ribeirãozinho, como ligação entre a designação do córrego com o ribeirão. Daí a corruptela Ribeirãozinho.

No ano de 1892 Ribeirãozinho foi elevado à vila, com o nome de São Sebastião do Ribeirãozinho. Na ocasião da criação da Comarca em 1907, foi alterada sua denominação para Taquaritinga – nome de origem Tupi – Guara com significado de taquara branca e fina.

#### **7.3.2.2.22 Histórico de Altair, SP**

O município de Altair está localizado na microrregião de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, distante em 478 km da capital paulistana. A principal rodovia que passa pela cidade é a SP-322. Segundo informações do IBGE (2014), Altair ocupa uma extensão territorial total de 313,858 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 4.010 habitantes.

Segundo o histórico do município apresentado pelo IBGE, 2014, a Companhia Ferroviária de São Paulo-Goiás, empresa presidida pelo Barão Homem de Mello, tinha como objetivo a ligação entre os Estados de São Paulo e Goiás, a partir de Bebedouro.

Em 1920, os engenheiros Faria Lobato e Hans Klotz, por determinação da Diretoria da Empresa, promoveram os estudos para o prolongamento dos trilhos de Olímpia em demanda a São José do Rio Preto. Na demarcação, fixaram a segunda estação, em terras de Joaquim Carlos Garcia, do patrimônio.

A estação foi dado o nome de Altair, e por extensão, ao povoado estrela branca da constelação de Águia, que foi elevado à categoria de Vila e sede do Distrito de Paz, em 1933, com o cognome Cidade Estrela.

As condições financeiras da Ferrovia, que havia paralisado seus trilhos em Nova Granada, levou à sua encampação pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tendo sido a São Paulo-Goiás considerada apenas um ramal, extinto em vista do fraco movimento. Altair é atualmente servido pela Rodovia Armando de Sales Oliveira, que substituiu a antiga ferrovia.

### **7.3.2.2.23 Histórico de Fronteira, MG**

O município de Fronteira MG está localizado na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, distante em 671 km da capital mineira. O município faz fronteira com o estado de São Paulo, distante 505 km da capital paulista. Sua principal rodovia de acesso é a BR – 262. Segundo informações do IBGE (2014), Fronteira ocupa uma extensão territorial total de 199,987 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 15.658 habitantes.

Segundo o IBGE (2014), Fronteira deve sua origem no município de Frutal, ao qual pertenceu até 1962. Suas terras separam-se do Estado de São Paulo pelas águas do rio Grande, onde se encontra a represa Marimbondo. Nessa represa acha-se instalada uma usina da Companhia Paulista de Força e Luz.

De acordo com as informações disponibilizadas no site oficial da prefeitura de Fronteira, na década de 40, o empresário e intelectual paulistano Maurício Goulart, reuniu um grupo de amigos com um projeto inusitado: criar uma cidade modelo bem no meio do Brasil central. O projeto foi levado a cabo como uma aventura extraordinária. Fronteira é hoje um dos poucos municípios planejados da região, com avenidas largas, arborizadas, com infraestrutura urbana projetada. Logo depois de sua inauguração, em 1943 Fronteira já contava com serviços da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) e de telefonia. Possuía também aeroporto para dar suporte aos cassinos que surgiram, numa época em que o jogo era uma atividade legalizada. Com os cassinos e o forte apelo turístico vieram os investimentos, a pujança e o desenvolvimento. Um monumento importante desta época, uma estátua de 12 metros de altura, retratando um homem nu ficando um marco geográfico (assinada pelo artista Júlio Guerra, discípulo de Brecheret) ainda está preservado, tornando-se o cartão de vista da cidade.

A cidade apresenta vários condomínios, entre eles o Jardim Veraneio, localizado às margens da represa, com residências, cachoeira e um ótimo local para pesca e prática de esportes náuticos.

### **7.3.2.2.24 Histórico de Cajobi, SP**

O município de Cajobi está localizado no norte do estado de São Paulo, distante em 435 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a BR – 265 (Rodovia Waldemar Lopes Ferraz). Segundo informações do IBGE (2014), Cajobi ocupa uma

extensão territorial total de 176,897 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 10.232 habitantes.

Em meados de 1901, José da Silva Ramos um grande proprietário de terras, conhecido como José da Silva Ramos, doou 17 alqueires de suas terras para que fosse formado o patrimônio de “Nossa Senhora da Abadia do Bebedouro do Turvo”, segundo informações do IBGE (2014).

No ano de 1904 mais 15 alqueires foram doados pelo mesmo José da Silva Ramos, por Manoel Justino Pereira e José Antônio Martins (sendo cinco alqueires de cada), sob a condição de ser mudado o nome do patrimônio para Monte Verde. Apesar dos relatos históricos as honras de primeiro colonizador e fundador do povoado ficou com o Sr. Mizael Anacleto de Souza, que construiu nestas terras sua casa e uma pequena capela.

Em 1908 este pequeno povoado foi elevado à Distrito de Paz, graças a lei 1139. Após um longo tempo, por conta da Lei nº 1404, o distrito passou a chamar-se Cajobi. Finalmente, no processo da evolução político administrativa de Cajobi a data de 30/12/1926 ficou marcada com sua emancipação obtida pela Lei nº 2189.

#### **7.3.2.2.25 Histórico de Icém, SP**

O município de Icém está localizado na região entre norte e nordeste do estado de São Paulo, distante em 511 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 322 (Rodovia Lopes Ferraz), BR – 153 (Rodovia Transbrasilense). Segundo informações do IBGE (2014), Icém ocupa uma extensão territorial total de 362,593 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 7.877 habitantes.

O povoado de “Água Doce”, segundo informações do IBGE (2014), teve seus primeiros indícios de ocupação mediante doação e depois venda de um patrimônio territorial pertencente ao Coronel Dominicano Alves Ferreira ao Bispado de São Carlos

Entre os fundadores do povoado em foco, cita-se: além do Coronel Domiciano, do Capitão Jonas e Major Salustiano, Joaquim Chagas de Matos, Marcolino Antônio Rosa, Isaac Alves Ferreira, Benedito Gonçalves de Deus, David Sabino das Neves e Antônio Junior das Neves.

Durante a formação político-administrativa, “Água Doce” era subordinada a Barretos até dezembro de 1917, em seguida a Município de Olímpia até novembro de 1944, depois disso se tornou parte de Guaraci.



Em dezembro de 1914, foi criado em Água Doce o Distrito de Paz, já com o nome de Icó, que em tupi Guarani, tem o significado do primitivo topônimo (água doce).

O desenvolvimento da região, segundo informações do IBGE (2014), acompanhou, em certa medida, o crescimento político e economia do município de Barretos, cuja estrutura produtiva está ligada a exploração de minérios em Minas Gerais.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Icó, seu desmembramento e/ou emancipação política ocorreu em 24 de abril de 1915.

#### **7.3.2.2.26 Histórico de Olímpia, SP**

O município de Olímpia está localizado na região noroeste do estado de São Paulo, distante em 437 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 265 (Rodovia Assis Chateaubriand), SP – 322, SP – 425 e SP – 373 (Rodovia José Marcelino de Almeida). Segundo informações do IBGE (2014), Olímpia ocupa uma extensão territorial total de 802,652 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 52.650 habitantes.

O município de Olímpia, segundo IBGE (2014), resultou de um processo de desmembramento do antigo município de Espírito Santo de Barretos - em 1892. Ainda segundo o IBGE estas terras passaram por diversas divisões devido o grande fluxo de novos imigrantes instalados na região.

As terras com menor interferência humana à época eram conhecidas como Sertão dos Olhos D'Água, núcleo atual do município, recortado por inúmeros mananciais.

O primeiro patrocinador da ideia de Reid para constituir o povoado de Olhos D'Água e doador de terras para gerar o patrimônio, foi o Senhor Joaquim Miguel dos Santos. Constituído, em 1903, o patrimônio recebeu o nome de São João Batista de Olhos D'Água.

Anos depois se criou o Distrito e sua elevação à vila, com topônimo Olímpia – homenagem à filha do engenheiro Reid. Em 1918 a vila foi elevada a município.

#### **7.3.2.2.27 Histórico de Paraíso, SP**

O município de Paraíso está localizado na região noroeste do estado de São Paulo, distante em 407 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a SP – 351 (Rodovia Francisco Marcos Junqueira). Segundo informações do IBGE (2014), Paraíso



ocupa uma extensão territorial total de 155,842 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 6.207 habitantes.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Paraíso (2014), no começo da guerra do Paraguai, em meados de 1865, havia um povoado nomeado de São Sebastião do Turvo, distrito do contemporâneo município e Comarca de Jaboticabal. Tal povoado era composto de 117 alqueires de terras.

Por volta de 1891 o lugarejo era constituído por 60 casas e duas igrejas (Nossa Senhora Mãe dos Homens e São Sebastião). Consta nos registros históricos que este local sofreu várias mudanças, mas tornou-se, em 1899, um Distrito da Paz e distrito policial – Lei nº 663. No ano de 1915 ele foi nomeado como Drupi.

Segundo informações do IBGE (2014) “o lugar era insalubre em virtude de achar-se muito próximo do rio turvo onde era propagada a malária em toda a região banhada pelo referido rio. Os moradores, sempre atacados pela terrível moléstia, viram-se na contingência de mudarem suas residências para outro lugar mais sadio”.

Entre os moradores, Andreilino Vicente Bravo, Antônio Mialichi e José Prene, possuíam grande área de terra distante 10 km de São Sebastião do Turvo, sendo transferida para lá a sede do distrito, com o nome de Vila Paraíso, pelo decreto nº 6034, de 17 de agosto de 1933, passando o distrito a denominar-se também Vila Paraíso.

Segundo consta pelo decreto nº 6997, de 7 de março de 1935, foi transferido para o município de Pirangi, comarca de Monte Alto. Pelo decreto lei federal nº 2104 de 2 de abril de 1940, e decreto estadual nº 11069, de 4 de maio de 1940, este distrito passou a denominar-se Paraíso. Foi elevado a município na comarca de Monte Alto com sede na vila de igual nome e com território do respectivo distrito e território desmembrado do distrito da sede do município de Pirangi, pela lei nº 2456 de 30 de dezembro de 1953, posta em execução em 1º de janeiro de 1954. Como município, ficou constituído de um único distrito, o de Paraíso.

#### **7.3.2.2.28 Histórico de Pirangi, SP**

O município de Pirangi está localizado entre as regiões norte e noroeste do estado de São Paulo, distante em 395 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 323 (Rodovia José Dela Vechia) e SP – 351 (Rodovia Francisco Marcos Junqueira). Segundo informações do IBGE (2014), Pirangi ocupa uma extensão territorial total de 215,458 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 11.112 habitantes.

Segundo informações do IBGE (2014), a ocupação da região do município de Pirangi ocorreu quando o Sr. Antônio Bernardo de Souza e seus companheiros Galdino Olegário do Nascimento e Joaquim Bernardo de Miranda doaram cinco alqueires de terra ao patrimônio, que passou a denominar-se Santo Antônio da Boa Vista, depois alterado para Santo Antônio da Bela Vista

Alguns anos mais tarde foi aberta uma ligação para a estrada do Taboado, facilitando o acesso e conseqüente instalação de outras famílias no local. Pouco a pouco a população foi crescendo, surgindo, então, o povoado e um distrito policial. No ano de 1913 o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz - jurisdicionado por Jaboticabal, com o nome de Pirangi (do tupi-guarani que significa, segundo Teodoro Sampaio, rio vermelho ou rio do peixe vermelho).

Segundo consta, uma comissão local pleiteou a emancipação do distrito, sendo atendida em 1935, com instalação do município no ano seguinte.

### **7.3.2.2.29 Histórico de Severínia, SP**

O município de Severínia está localizado na região norte do estado de São Paulo, distante em 432 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a BR – 265 (Rodovia Waldemar Lopes Ferraz) e SP – 373 (Rodovia José Marcelino de Almeida). Segundo informações do IBGE (2014), Severínia ocupa uma extensão territorial total de 140,432 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 16.482 habitantes.

O município de Severínia, conforme registros históricos do IBGE e Prefeitura Municipal (2014) foi fundada pelo sertanista José Severino de Almeida a partir de uma doação de 50 alqueires de terras.

Com o desbravamento do sertão paulista a região passou a ser servida pela Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, que levava o progresso até onde hoje se encontra a cidade de Nova Granada. Com isso, no dia 19 de fevereiro de 1914, dava início à fundação do Patrimônio de São José, com 50 alqueires de terras doadas por José Severino de Almeida.

Neste local foi instalada a estação de embarque e desembarque de passageiros e cargas da estrada de ferro. A estação recebeu o nome de Severínia, em homenagem ao fundador, porém, no dia da inauguração, para surpresa de todos, mudaram a placa indicativa da localidade e o nome passou a ser Luís Barreto, em homenagem ao conhecido médico Luís Pereira Barreto.

Em 1921, através da Lei nº 1.806, de 1 de dezembro, segundo informações do IBGE (2014), o Patrimônio de São José foi elevado à categoria de Vila, sede de distrito de paz, com território desmembrado dos distritos de Cajobi e Olímpia, com a denominação de Severínia.

No mesmo ano foi criado o distrito policial e a paróquia. Voltou ao seu primeiro nome pelo Decreto nº 4.891-B, de 13 de dezembro de 1931. Este Decreto foi revogado pelo de nº 9.532, de 20 de dezembro de 1938, entrando em vigor em 1939, segundo o Decreto nº 9.726, de 12 de dezembro de 1938, definitivamente com o nome de Severínia, foi elevado à condição de município na mesma Comarca, com sede no Distrito de igual nome e com o território do respectivo distrito, pela Lei nº 2.456, de 30 de dezembro de 1953, posta em execução em 1º de janeiro de 1954.

### **7.3.2.2.30 Histórico de Descalvado, SP**

O município de Descalvado está localizado no centro – oeste do estado de São Paulo, distante em 234 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 267 (Rodovia Dr. Paulo Lauro) e estradas vicinais e/ou vias de acesso Juvenal Pozzi, Vito Gaia Puoli, DCV – 357, DCV – 349, Guilherme Scatena e José Perna Sobrinho. Segundo informações da Prefeitura Municipal (2014), Descalvado ocupa uma extensão territorial total de 753,706 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 32.595 habitantes.

Freguesia criada com a denominação de Belém do Descalvado, por lei provincial nº 21, de 28-02-1844, subordinado a vila no município de Araraquara.

A origem do nome Descalvado, vem do nome de um morro ou precisamente do morro do Descalvado. Antes da construção da capela de Nossa Senhora de Belém em 1832 as terras do Descalvado não tinham nome, pois eram fundo de um rio claro ou de Araraquara. O nome Morro do Descalvado é devido pelo fato de ser desprovido de vegetação, o morro até possui cerrada vegetação em seu topo, porém apresenta partes rochosas, por isso o nome Descalvado pelo fato de ser escalvado ou calvo.

As terras do Descalvado foram descobertas, segundo informações da Prefeitura Municipal (2014), por fazendeiros e seus escravos no século XIX. Entre os pioneiros estava José Ferreira da Silva, que mandou construir em 1832, uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Belém, aos poucos foram construídas diversas habitações ao redor da capela e formou-se uma pequena povoação.

Por volta de 1882, chegaram a Descalvado os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, somados à cultura cafeeira, foram fatores de desenvolvimento da cidade. Em 26 de dezembro de 1908, alterou-se a denominação para Descalvado. Em 1924, a sede do município passou a ser ligada por rodovia estadual aos municípios de São Carlos e Porto Ferreira.

### **7.3.2.2.31 Histórico de São Carlos, SP**

O município de São Carlos está localizado entre a região sudoeste e norte do estado de São Paulo, distante em 250 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 310 coincidente com a BR – 364 (Rodovia Washington Luís), SP – 318 (Rodovia Engenheiro Tales de Lorena Peixoto Junior), SP – 215 (Rodovia Luís Augusto de Oliveira), BR – 267 (Rodovia Dr. Paulo Lauro). Segundo informações do IBGE (2014), São Carlos ocupa uma extensão territorial total de 1.137,332 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 236.457 habitantes.

Distrito criado com a denominação de São Carlos do pinhal, pela lei provincial nº 33, de 24 de Abril de 1858, subordinado ao município de Araraquara. A história de São Carlos tem início em 1831, com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. A região começou a ser povoada no final do século XVII, com abertura de uma trilha que levava às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. São Carlos é elevado à categoria de vila em 1985 e a Câmara Municipal é empossada. Em 1874 a vila contava com 6.897 Habitantes e destacava-se na região pelo seu rápido crescimento e importância regional. Em 1880, passa de vila a cidade e em 1886, com uma população de 16.104 habitantes, já possui infraestrutura urbana.

Na década final do século XIX o município de São Carlos, por alguns anos foi o maior receptor de imigrantes do interior paulista; receberam diretamente da Hospedaria de imigrantes de São Paulo, entre 1893 e 1907 (exceto 1896), 26.918 imigrantes segundo as estatísticas da época.

Em São Carlos, assim como em outras áreas cafeeiras, as taxas de morbimortalidades sofreram o impacto das políticas de saúde implementadas pelo governo paulista. Esta esteve, no final do século XIX e início do século XX, subordinada aos interesses da cafeicultura, concentrando suas ações no sentido de controlar a proliferação de epidemias e diminuir a ocorrência de endemias que afetavam os trabalhadores do café. Entre 1895 e 1898, por exemplo, São Carlos foi seriamente afetado por uma epidemia de febre amarela que produziu muitas vítimas, tornando a cidade praticamente deserta entre

os meses de novembro e abril, quando as temperaturas maiores aguçavam o problema (Monsma, Truzzi e Conceição, 2003).

O setor industrial desenvolveu-se também a partir de oficinas que serviram às plantações de café. A fabricação de máquinas de beneficiamento, sapatos, adubos, ferragens, móveis, macarrão e charutos, assim como as alfaiatarias, cervejarias, fundições, serrarias, tecelagem, marcaram a economia de São Carlos nos anos 30. Nas décadas de 50 e 60 a indústria solidifica-se com a instalação de fábricas de geladeiras, compressores, tratores e uma grande quantidade de empresas pequenas e médias, fornecedoras de produtos e serviços.

Na segunda metade do século XX, a cidade recebe um grande impulso para o seu desenvolvimento tecnológico e educacional com a implantação, em abril de 1953, da escola de engenharia de São Carlos, vinculada à universidade de São Paulo (USP) e na década de 70 com a criação da universidade federal de São Paulo (UFSCar).

#### **7.3.2.2.32 Histórico de Monte Alto, SP**

O município de Monte Alto está localizado entre a região norte e nordeste do estado de São Paulo, distante em 371 km da capital paulistana. Suas principais rodovias de acesso são a SP – 323 (Rodovia José Dela Vecchia), SP – 305, SP – 310 coincidente com a BR – 456 (Rodovia Washington Luís). Segundo informações da Prefeitura Municipal (2014), Monte Alto ocupa uma extensão territorial total de 346,500 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 48.907 habitantes.

Segundo registros históricos da Prefeitura Municipal de Monte Alto, o fundador do município foi o capitão cirurgião Pórfiro Luiz de Alcântara Pimentel também criador de Monte Aprazível, morador do município de Jaboticabal. Ele concretizou este feito a partir de um sonho no qual após grandes dificuldades, ele se viu chegando a uma região igual a que encontrou junto à nascente do Rio Turvo - Grande.

Consta nos autos da história que logo na sua chegada à região, ele adquiriu quatro alqueires de terra para dar início à construção de um povoado. No dia 15 de maio de 1881, em louvor ao Senhor Bom Jesus, com a celebração de uma missa, fundava-se Monte Alto que, a época, pertenceria ao território político – administrativo de Jaboticabal. Após esta fundação os moradores foram erguendo suas casas e tornou-se realidade o desejo do fundador construir uma cidade.

A cafeicultura, segundo informações dispostas pela Prefeitura Municipal (2014), foi inicialmente o principal fator de progresso e crescimento da região. Com a efetiva instalação do município, iniciou-se uma fase de industrialização, acelerando o desenvolvimento do centro urbano.

Seu desenvolvimento econômico foi rápido e crescente graças à cultura do café que tomou grande incremento em virtude da fertilidade do solo. Assim é que, por força da Lei nº 363 de 31 de agosto de 1895, foi elevado a Distrito da Paz e na mesma ocasião a município.

O fundador já velho, cansado e abatido, segundo relata a Prefeitura Municipal (2014) declarou a sua filha dona Genoveva Pimentel Ferreira os motivos de sua vinda, sentia próximo o seu fim e queria ser enterrado em Monte Alto.

Em 2 de setembro de 1.919, carregado por mãos amigas, dava entrada no cemitério de Monte Alto, o corpo do fundador da cidade do sonho.

Atualmente segundo informações da Prefeitura Municipal o município se destaca em razão a alta qualidade de vida e IDH.

### **7.3.2.2.33 Histórico de Vista Alegre do Alto, SP**

O município de Vista Alegre do Alto está localizado na região central do estado de São Paulo, distante em 384 km da capital paulistana. Sua principal rodovia de acesso é a SP – 323 (Rodovia José Dela Vechia). Segundo informações do IBGE (2014), Vista Alegre do Alto ocupa uma extensão territorial total de 94,981 Km<sup>2</sup>, entre zona rural e urbana, e abriga em torno de 7.652 habitantes.

O município de Vista Alegre situa-se no monte mais alto entre os cursos dos córregos: Boa Vista, Fazendinha e do Barro Preto.

No ano de 1919 ao passarem pelo local em viagem a cavalo os senhores Inocêncio de Paula Eduardo, Teutly Correia da Rocha, Henrique Emílio Ower Sandolth, Antônio Julião e João Ricardo de Mello, encantaram-se com a vista descortinada da elevação da região e deram o nome que mais tarde seria a denominação do povoado: Vista Alegre.

O povoado de Vista Alegre cresceu em torno de uma antiga estação de parada da Estrada de Ferro Monte Alto, cujo funcionamento servia para o escoamento da produção cafeeira da região. Seu crescimento ocorreu, principalmente, com a fixação de moradores vindos

dos municípios vizinhos como Jaboticabal. O ponto central de crescimento, ou ponto zero do município, é a Igreja de Santa Rita de Cássia, padroeira da cidade.

Embora da cafeicultura ainda hoje desempenhe papel importante na economia local, a cana-de-açúcar, para produção de álcool, contribuiu para a evolução da Cidade, que tem seus limites urbanos estreitamente pelas inúmeras fazendas circunvizinhas – segundo informações do IBGE (2014).

Vista Alegre teve criado o Distrito de Paz em 1926, em território de Monte alto e, em 1959 foi elevado à categoria de município com autonomia político-administrativo.

### **7.3.2.2.34 Demografia e dinâmica populacional**

Neste tópico serão apresentados os dados acerca da população e sua dinâmica para os municípios inseridos na Área de Influência Indireta (AII) do projeto LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas.

O estado de São Paulo é composto por 63 microrregiões das quais nove serão abrangidas pelo projeto. Em 2010, segundo o Censo Demográfico, a população residente do estado foi contabilizada em 41.262.199 habitantes, enquanto que para as nove regiões aqui abordadas à população residente correspondia a 6.039.068 habitantes, correspondendo, portanto, a 14,63% da população total do estado neste período.

Por sua vez, Minas Gerais é composta por 66 microrregiões das quais apenas uma será atingida pelo projeto, a saber, Frutal. No Censo de 2010, a população residente para Minas Gerais foi de 19.597.330 habitantes, ao passo que na microrregião de Frutal, a população contabilizada foi de 179.512 indivíduos, o que representa 0,91% da população total do estado no período analisado.

A primeira região em foco compreende a microrregião de Rio Claro, que por sua vez abrange seis municípios, dentre os quais, o município de Corumbataí que compõe a AII do Projeto LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas. Como pode ser visto a partir das informações do quadro abaixo, a população do município de Corumbataí corresponde a uma pequena parcela da população da microrregião, e a uma parcela ainda menor em relação ao estado, de 1,59% e 0,009%, respectivamente. Sua área é igualmente pequena em relação à microrregião e ao estado, correspondendo a 9,46% e 0,11%, respectivamente.



O crescimento populacional do município de Corumbataí entre o período de 1991 e 2000 foi próximo ao crescimento da microrregião - 2,06%, entretanto, o crescimento entre 2000 a 2010, foi inferior em relação à microrregião, de apenas 0,21%. A densidade demográfica do município é baixa em relação ao estado e à microrregião.

**Quadro 8 – Características demográficas do município de Corumbataí com relação à da Microrregião de Rio Claro e o estado de São Paulo, 2010.**

<b>Categoria</b>	<b>Município Corumbataí</b>	<b>Microrregião Rio Claro</b>	<b>Estado de São Paulo</b>
Instalação	01/01/1949	-	25/01/1554
Área (km <sup>2</sup> )	278,62	2.943,59	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	14,00	84,0	170,43
Grau de Urbanização	54,01%	94,62	95,94%
População 2010	3.874	242.577	41.262.199
Crescimento 1991-2000	2,06%	2,35%	1,78%
Crescimento 2000-2010	0,21%	1,12%	1,08%
População Rural 1991	1887	16127	2274064
População Urbana 1991	1269	159828	29314861
População Rural 2010	1781	13047	1.675.429
População Urbana 2010	2093	229530	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>

Quanto à distribuição etária nota-se um achatamento da base da pirâmide etária do município de Corumbataí, o que sugere uma redução nas taxas de fecundidade ou adiamento da mesma. Para a população feminina verificam-se também casos de achatamento populacional entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos e dos 25 aos 29 anos podendo sugerir uma migração dessa população que sai em busca de trabalho, ou jovens que saem para formarem-se no ensino superior, já que no município só há uma opção de instituição de ensino superior e de fundo privado.

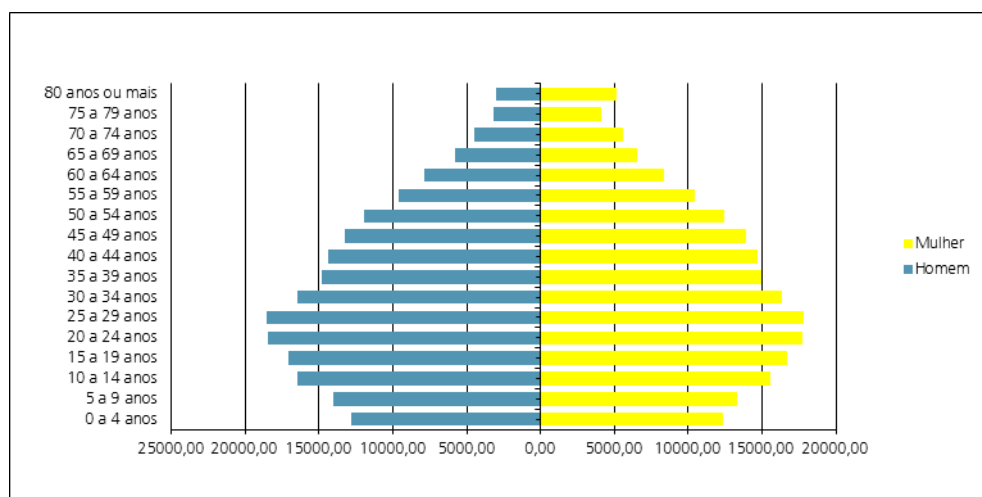
Já para a população idosa feminina, o achatamento do grupo etário de 75 a 79 pode indicar um fenômeno de migração de retorno para seus locais de origem, caso esta população seja marcadamente migrante interna ou externa. Curiosamente para a população masculina os achatamentos não são observados para os mesmos grupos etários, exceto para o grupo de 75 a 79 anos, onde, pelo mesmo efeito (de migração de retorno) há uma reduzida população para este grupo. Há um achatamento na população masculina de 5 a 9 anos. E um achatamento desta mesma população nos grupos de 55 a 59 anos e 65 a 60 anos, podendo apontar a migração de retorno como mencionado anteriormente. Verifica-se também que houve um aumento da população urbana, bem como uma pequena redução na população rural, entretanto nota-se que a população rural corresponde a 46% do total populacional desse município.

Ao comparar Corumbataí com os demais municípios da All do estado de São Paulo avaliados aqui, observa-se que possui reduzidos indicadores sócio - demográficos. Com



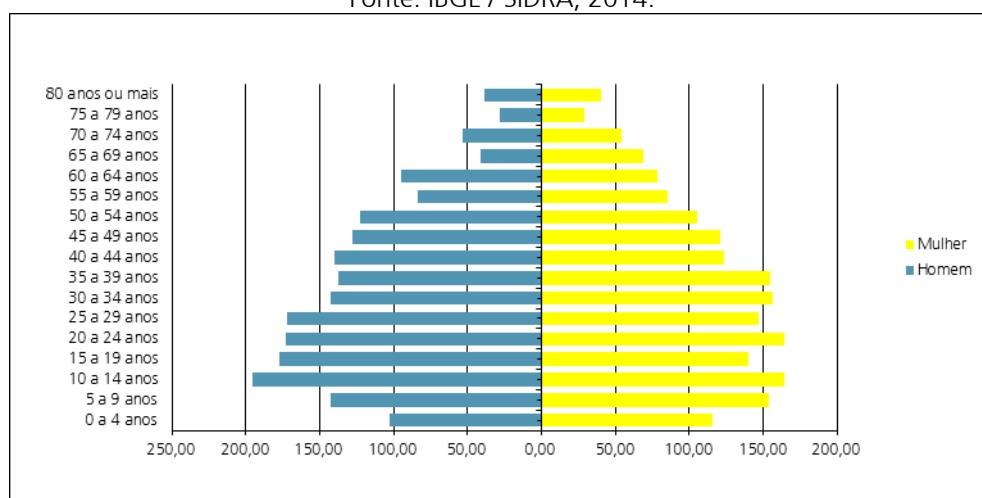
sua população sendo a segunda menor, entre os municípios da All que estão no estado de São Paulo, com 3.874 habitantes, sendo superior somente à população do município de Altair, que conta com 3.815 habitantes. O seu crescimento populacional no período de 2000 a 2010 foi um dos menores 0,21%, sendo superior somente a Santa Ernestina e Rincão, com -0,31% e -0,03%, respectivamente. Possui o menor grau de urbanização 54,01%, o que possivelmente reflete em sua densidade demográfica que também é baixa 14 Hab./km<sup>2</sup>, superior apenas a Altair e Analândia.

As figuras dispostas abaixo apresentam a distribuição etária da população do município em questão e da microrregião ao qual pertence. A primeira figura apresenta o crescimento do município e da microrregião e a segunda figura apresenta o crescimento da população rural e urbana no período.



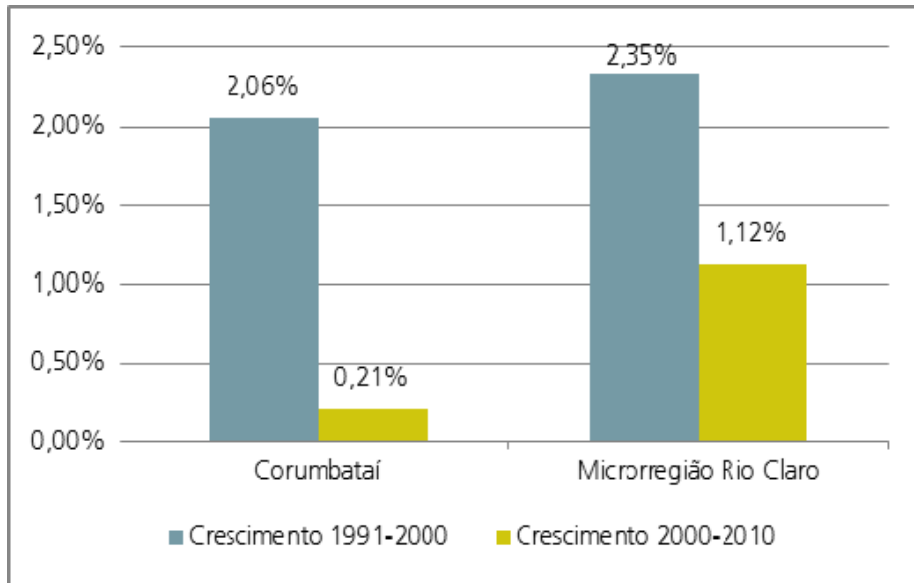
**Figura 5 – Pirâmide Etária da microrregião de Rio Claro, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014.



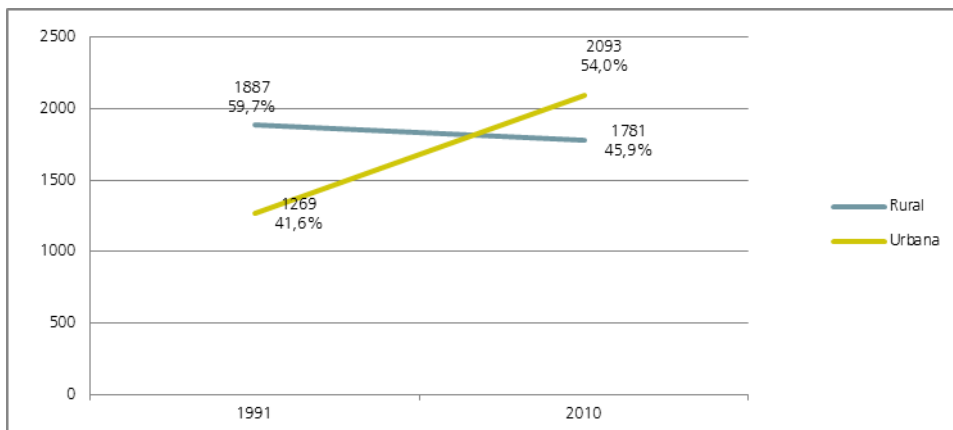
**Figura 6 – Pirâmide Etária do município de Corumbataí, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 7 – Crescimento populacional da microrregião de Rio Claro e do município correspondente, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 8 – Crescimento populacional rural e urbano, município de Corumbataí, microrregião de Rio Claro, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A segunda região analisada é a de Mogi Mirim, que comporta sete municípios no total. Dentre estes dois fazem parte da All, são eles: Artur Nogueira e Engenheiro Coelho, com população residente de 44.177 e 15.721, respectivamente.

A população de Artur Nogueira, sendo a maior entre os dois municípios, corresponde a 11,53% da população da microrregião e 0,10% da população do estado de São Paulo. A densidade demográfica maior é de Artur Nogueira, já que este tem a maior população e a área maior, porém não em mesma proporção. Sua área corresponde a 7,59% da área total da microrregião, enquanto a área de Engenheiro Coelho ocupa 4,68%. Em relação ao crescimento há que ressaltar que não houve crescimento registrado no município de Engenheiro Coelho no período de 1990 a 2000, pois sua instalação se deu no ano de

1993, quando já havia ocorrido o Censo anterior. Entretanto, o crescimento deste município no período de 2000-2010 foi expressivo, chegando a 4,49%, um dos maiores entre os municípios da All e sendo maior que o crescimento da microrregião e do estado em até três vezes mais. Para o município de Artur Nogueira houve aumento na taxa de crescimento, que passou de 1,86% a 2,88% no segundo período.

No que tange à distribuição etária dos municípios observa-se para a população de Artur Nogueira claramente um achatamento da base que vem sendo sucedido desde a população de 15 a 19 anos até a de 0 a 4 anos, com exceção para a população feminina de 5 a 9 anos. Tal fato corrobora com as teorias de queda da fecundidade, onde, na década de 90 fica mais evidente este fenômeno, portanto, a base da pirâmide neste formato indica a redução das taxas de fecundidade que vem sendo observadas desde este período. A distribuição segue decrescendo até que observa-se uma população feminina maior, no último grupo etário, o que pode estar relacionado à enumeração de indivíduos desta idade, pela declaração de idade dos informantes, que muitas vezes, tendem a aumentar a idade para a população mais velha. Comparando este município com os demais da All, constata-se que seus indicadores sócio demográficos são de medianos a altos, com crescimento de 2,88% e grau de urbanização de 90,54%. Sua população é relativamente alta, na casa dos 40 mil, e sua densidade demográfica também é alta, com 248,14 Hab/km<sup>2</sup>.

Para o município de Engenheiro Coelho se comparado com o município de Artur Nogueira, observa-se uma base, em sua pirâmide, mais achatada que vem sendo constatado desde a população de 0 a 4 anos até a população de 20 a 24, sendo factível supor que esta população tenderá a um retangulamento da pirâmide, aceitável nas condições de queda de fecundidade. Dos grupos de idades de 25 a 29 anos em diante sua população se distribui regularmente. Comparando este município com os demais da All, identificam-se indicadores baixos, com exceção do seu crescimento e de sua densidade demográfica, de 142,99 Hab/km<sup>2</sup>.

O quadro abaixo apresenta os dados para a microrregião e seus municípios. As figuras que seguem na sequência apresentam a distribuição etária destas populações. A primeira figura mostra o crescimento anual entre os períodos e a subsequente mostra o crescimento rural e urbano apenas de Artur Nogueira, pois Engenheiro Coelho não apresenta dados para o ano de 1991 devido à data de sua instalação.

**Quadro 9 – Características demográficas do município de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho com relação à Microrregião de Mogi Mirim e estado de São Paulo, 2010.**

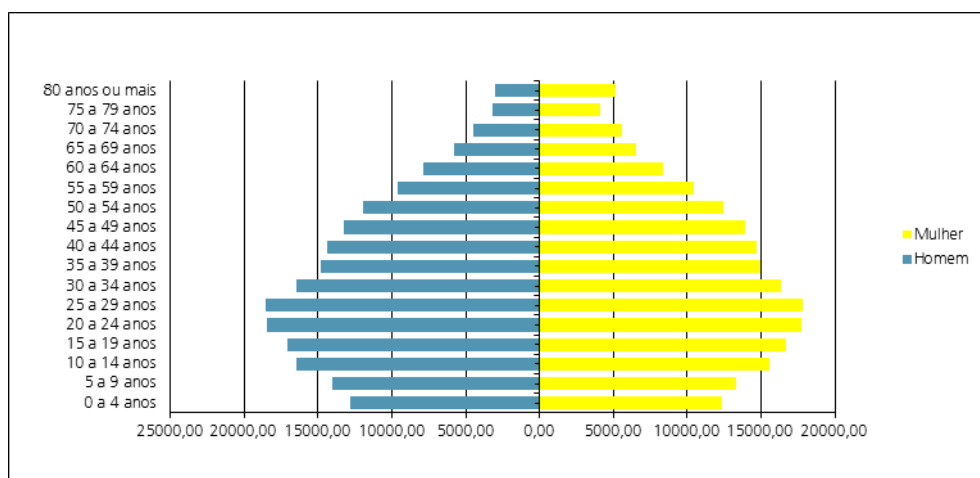
<b>Categoria</b>	<b>Municípios</b>	<b>Microrregião</b>	<b>Estado de</b>
------------------	-------------------	---------------------	------------------

LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

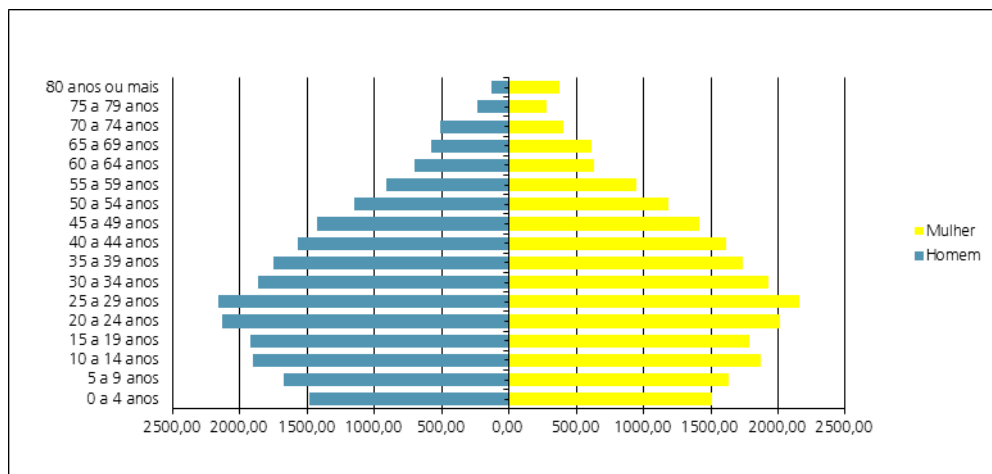
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	Mogi Mirim	São Paulo
Instalação	24/12/1948	01/01/1993	-	25/01/1554
Área (km²)	178,03	109,94	2.345,14	248.223,21
Densidade Demográfica Hab/km²	248,14	142,99	163,1	170,43
Grau de Urbanização	90,54%	73,14%	92,24	95,94%
População 2010	44.177	15.721	382.879	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,86%	0,00%	2,51%	1,78%
Crescimento 2000-2010	2,88%	4,49%	1,21%	1,08%
População Rural 1991	14469	-	37877	2274064
População Urbana 1991	13584	-	233296	29314861
População Rural 2010	4179	4223	29722	1.675.429
População Urbana 2010	39998	11498	353157	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



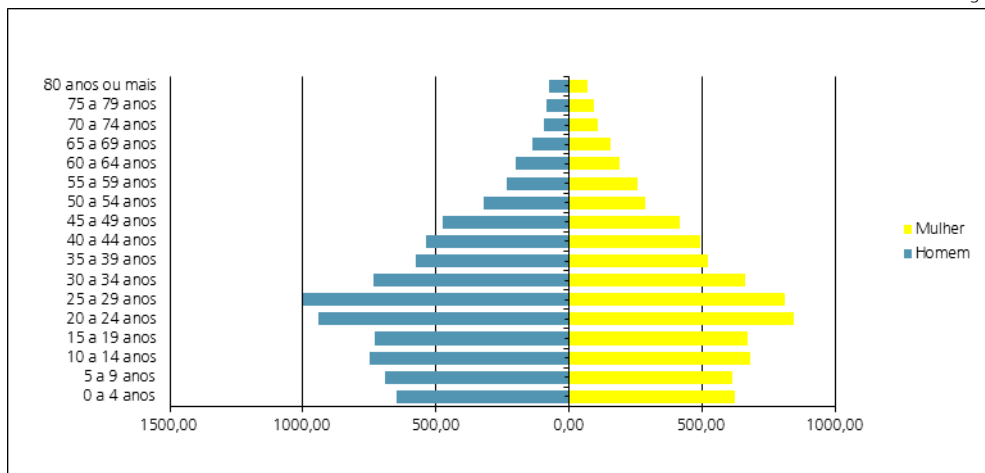
**Figura 9 – Pirâmide Etária da microrregião de Mogi Mirim, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



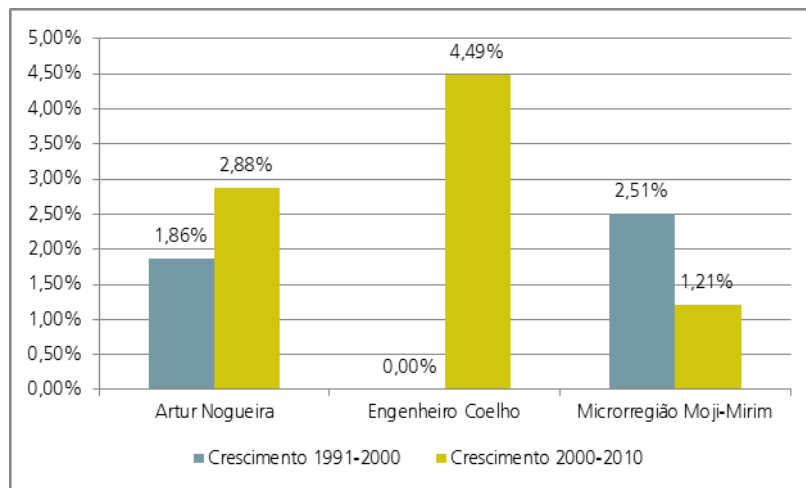
**Figura 10 – Pirâmide Etária do município de Artur Nogueira, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



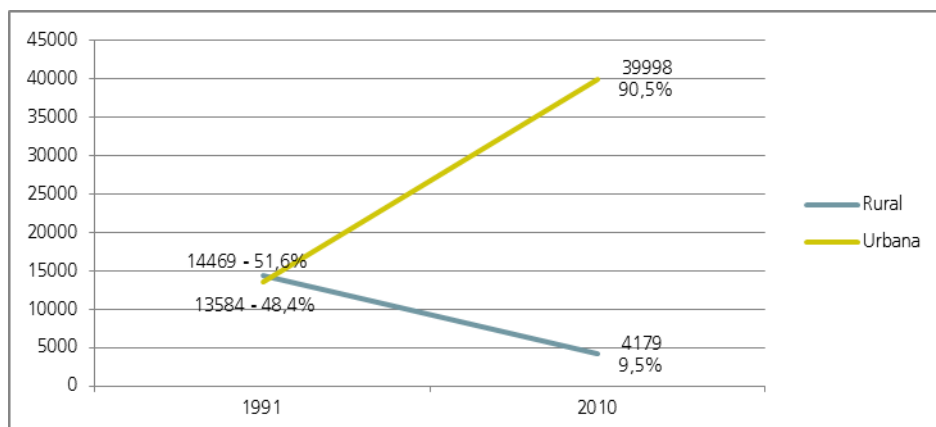
**Figura 11 – Pirâmide Etária do município de Engenheiro Coelho, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 12 – Crescimento populacional microrregião de Mogi Mirim e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 13 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Mogi Mirim, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A terceira microrregião abordada constitui-se a microrregião de Catanduva, composta por 13 municípios, dos quais três estão na All da LT 500kV Marimbondo II - Campinas, a saber: Paraíso, Severínia e Cajobi. Como pode-se observar no quadro abaixo, o município com a maior população é Severínia, e também, com o maior percentual de população em relação à microrregião e ao estado, de 6,69% e 0,03%, respectivamente. Em Severínia também nota-se a maior densidade demográfica e menor área geográfica. Enquanto sua área territorial equivale a 6,14% da área da microrregião, as áreas de Paraíso e Cajobi, ocupam maior espaço, com 6,82% e 7,74%, respectivamente.

Quanto ao crescimento populacional, observa-se um crescimento expressivo e positivo para Severínia nos dois períodos analisados, corroborando, dentre outros fatores, com sua densidade demográfica maior. Para Paraíso o crescimento se mantém positivo, porém com redução no segundo período. Já para Cajobi, o crescimento foi negativo no primeiro período e positivo, entretanto baixo, no segundo período com valores de -2,19% e 0,63%. O município onde se observa crescimento mais próximo da microrregião é Paraíso, com pouca diferença para ambos os períodos.

**Quadro 10 – Características Demográficas da Microrregião de Catanduva e dos municípios correspondentes, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião Catanduva	Estado de São Paulo
	Paraíso	Severínia	Cajobi		
Instalação	01/01/1955	01/01/1955	24/03/1928	-	25/01/1554
Área (km <sup>2</sup> )	155,84	140,43	176,90	2.283,60	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	37,84	110,38	55,85	96,98	170,43
Grau de Urbanização	87,95%	95,31%	93,50%	96,50	95,94%
População 2010	5.898	15.501	9.768	221.465	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,54%	3,14%	-2,19%	1,476%	1,78%
Crescimento 2000-2010	0,83%	1,30%	0,63%	0,927%	1,08%
População Rural 1991	1478	2163	2040	19234	2274064
População Urbana 1991	3255	8117	9114	157717	29314861
População Rural 2010	710	727	635	7761	1.675.429
População Urbana 2010	5188	14774	9133	213704	39.586.770

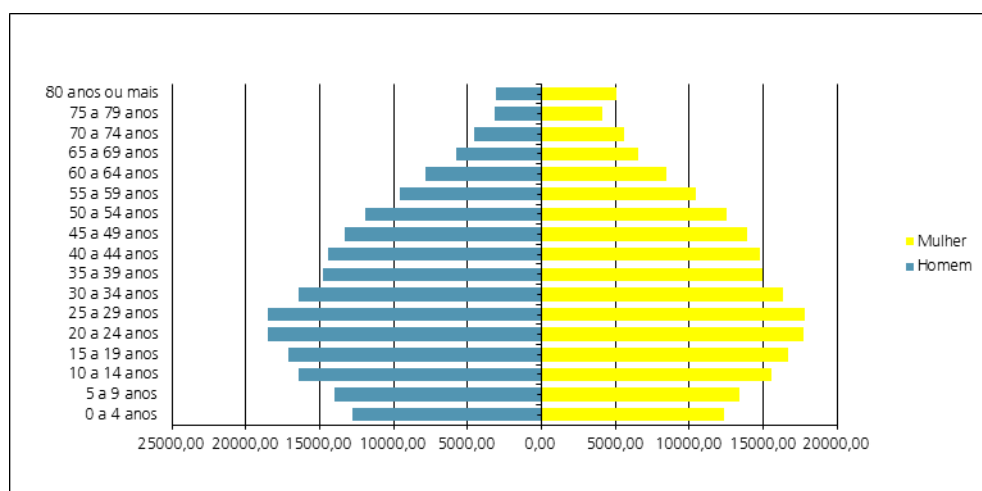
Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>

Quanto à distribuição etária populacional, observa-se pelas pirâmides etárias dispostas logo abaixo, que há um achatamento da base da pirâmide para ambos os municípios (Paraíso e Cajobi), provável efeito da redução da fecundidade observada em grande parte do país desde a década de 80. Além disso, observa-se uma maior distribuição da população masculina entre as idades de 20 a 29 anos, principalmente nos municípios de Cajobi e Severínia. Em Paraíso observa-se um achatamento da população feminina nos grupos etários de 35 aos 39 anos. Já na população masculina o achatamento é mais notável nos grupos etários de 30 aos 34 anos e 40 aos 44 anos, o que pode sugerir uma

migração individual dessa população. Em Severínia há o estreitamento da base da pirâmide bem como o achatamento no grupo etário de 75 aos 79 anos podendo sugerir uma saída desta população indicando migração de retorno. No município de Cajobi a pirâmide etária tem base estreita bem como as outras e uma população masculina maior até a idade de 34 anos. Para a população masculina observa-se um estreitamento no grupo etário de 65 a 69 anos, podendo sugerir migração de retorno.

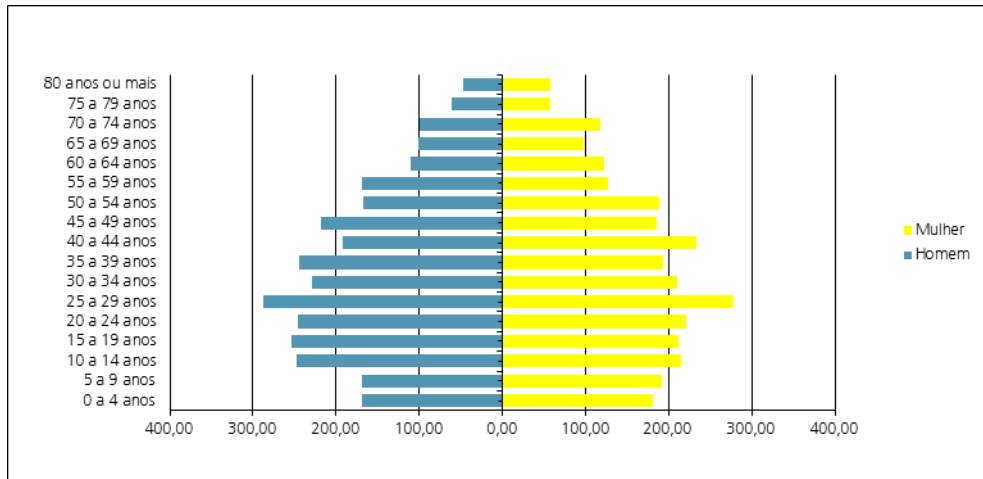
Ao compararem-se os municípios desta microrregião com os demais da All identifica-se seus indicadores baixos, exceto para o grau de urbanização dos municípios de Severínia e Cajobi e densidade de Severínia que é relativamente alta. Paraíso possui densidade demográfica baixa, com 37,84 Hab./Km<sup>2</sup> e crescimento de 0,83% no último período e população pequena de 5.898 habitantes. Cajobi também possui densidade baixa, com 55,85 Hab/Km<sup>2</sup> e crescimento baixo, 0,63% no período de 2000 a 2010, estando em 26º colocação no ranking de crescimento dos municípios da All.

As informações dos municípios, microrregião e estado são apresentadas no quando abaixo. A primeira figura na sequência apresenta a distribuição etária para cada município e para a microrregião, a segunda mostra as curvas de crescimento relativo aos períodos de 1991-2000 e 2000-2010 e a terceira mostra o crescimento rural e urbano no período.



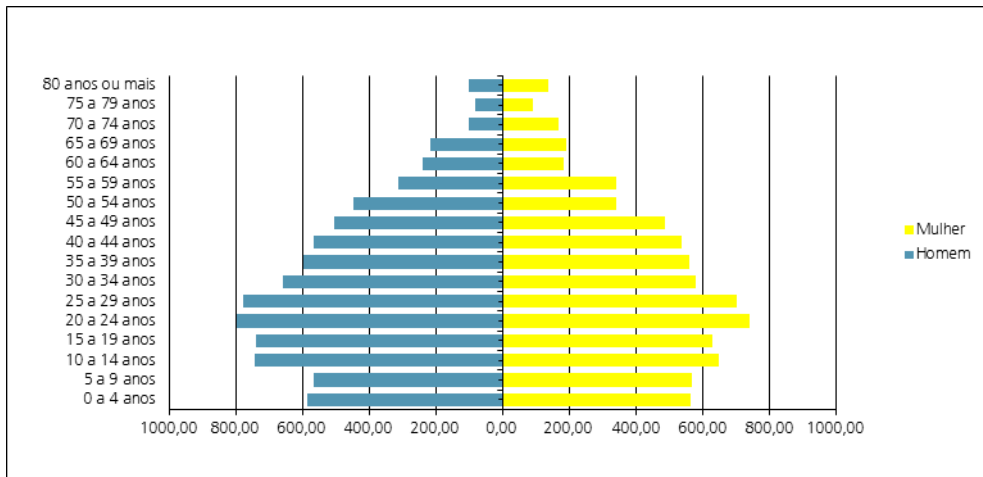
**Figura 14 – Pirâmide Etária da microrregião de Catanduva, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



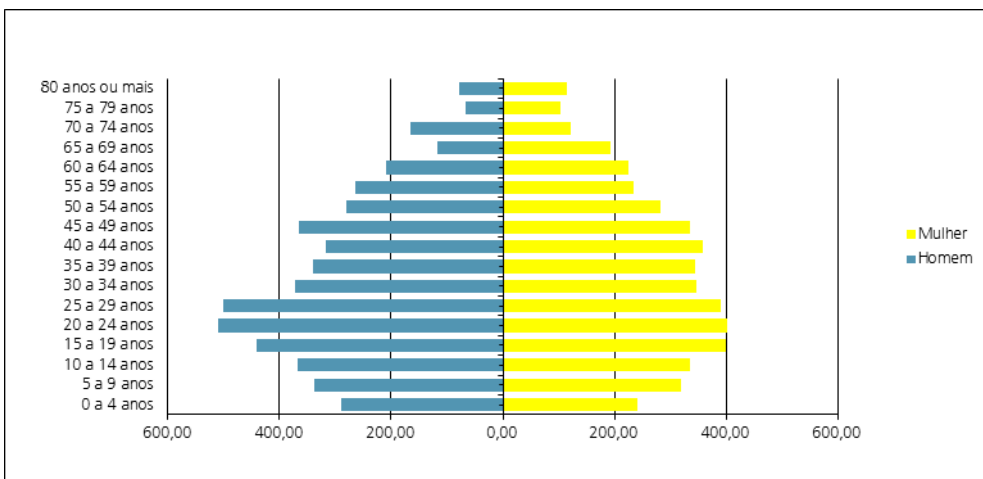
**Figura 15 -- Pirâmide Etária do município de Paraíso, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 16 – Pirâmide Etária do município de Severínia, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



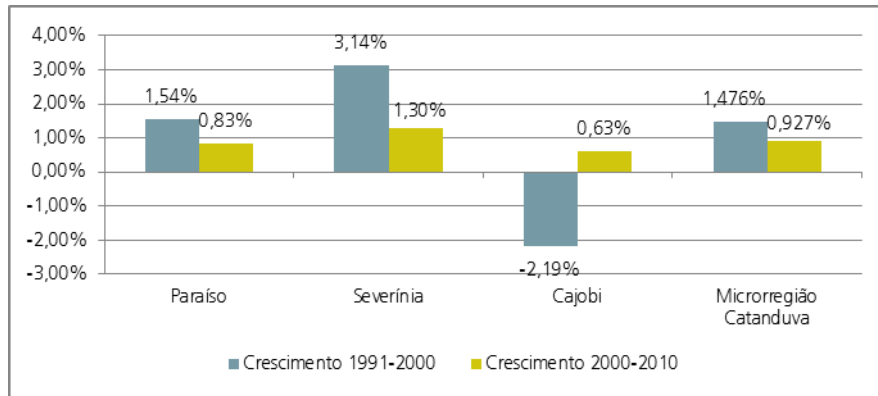
**Figura 17 – Pirâmide Etária do município de Cajobi, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



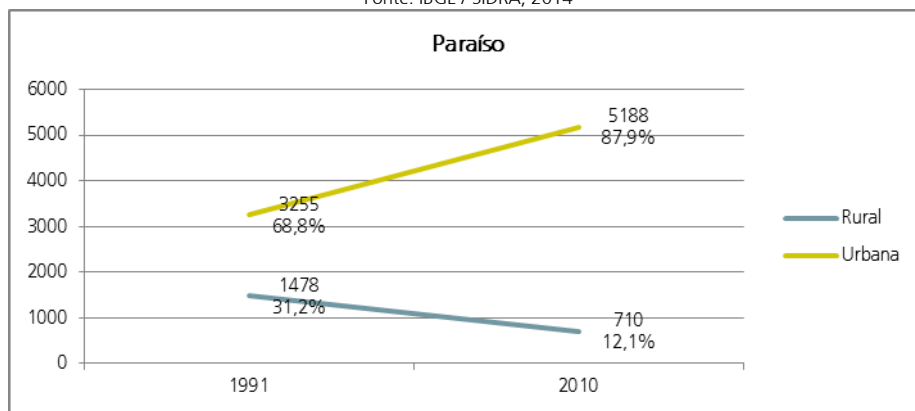
LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental



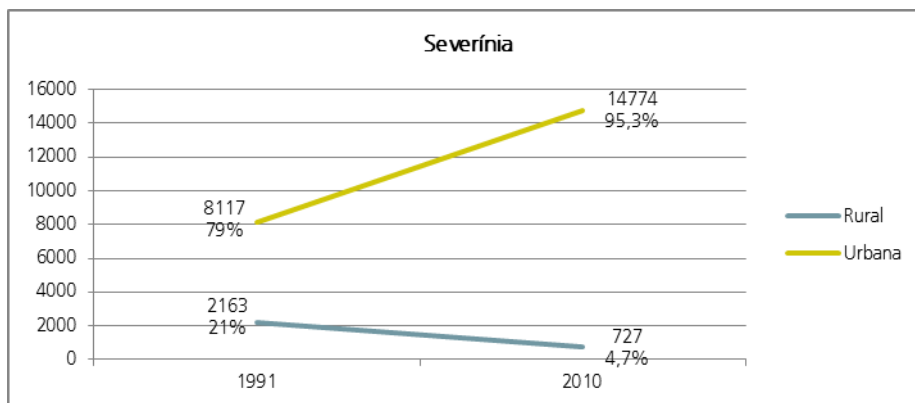
**Figura 18 – Crescimento populacional microrregião de Catanduva e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



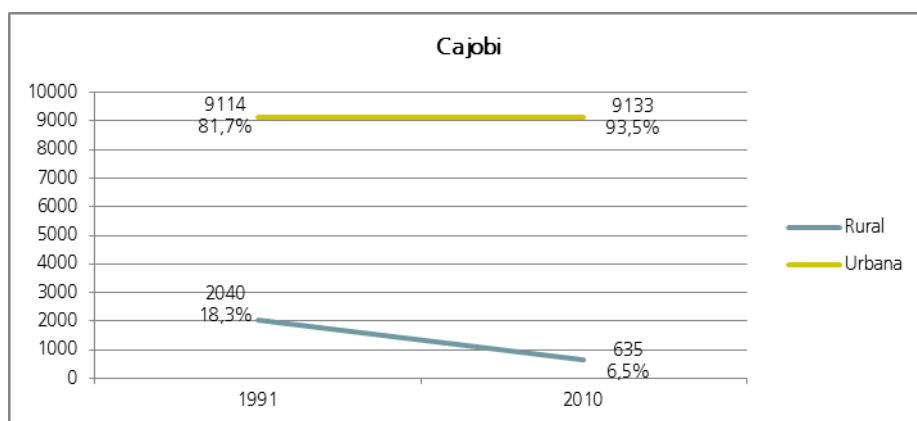
**Figura 19 – Crescimento populacional do município de Paraíso, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 20 – Crescimento populacional do município de Severínia, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 21 - - Crescimento populacional do município de Cajobi, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A quarta microrregião a ser analisada corresponde à microrregião de São Carlos que engloba seis municípios, dos quais 3 (três) estão na All da LT 500kV Marimbondo II, a saber: Analândia, Descalvado e São Carlos.

Como pode-se observar pela abaixo, o município com maior população é o município que leva o nome da microrregião, São Carlos, com 221.950 pessoas residentes, segundo o Censo Demográfico de 2010, e responsável por 71,88% da população da microrregião, portanto, a maioria. Entre os municípios da All que estão no estado de São Paulo, São Carlos é o segundo mais populoso, ficando atrás apenas de Campinas, portanto, em 2º lugar no ranking de população residente, registrada pelo Censo 2010.

**Quadro 11 – Características Demográficas da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião São Carlos	Estado de São Paulo
	Analândia	Descalvado	São Carlos		
Instalação	19/02/1906	01/04/1889	21/04/1880	-	25/01/1554
Área (km²)	325,67	753,71	1.137,33	3.189,80	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km²	13,18	41,20	195,15	96,3	170,43
Grau de Urbanização	79,38%	89,23%	95,99%	94,82	95,94%
População 2010	4.293	31.056	221.950	308.777	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,91%	1,30%	2,23%	2,17%	1,78%
Crescimento 2000-2010	1,81%	0,71%	1,40%	1,27%	1,08%
População Rural 1991	1428	5669	9813	22774	2274064
População Urbana 1991	1592	20081	148408	201116	29314861
População Rural 2010	885	3344	8889	15999	1.675.429
População Urbana 2010	3408	27712	213061	292778	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>

Os municípios de Analândia e Descalvado têm uma população correspondente a 1,39% e 10,05% relativo ao total da microrregião as quais pertencem, respectivamente. São Carlos prevalece com a maior densidade demográfica, com 195,15 hab./km². Enquanto Analândia, por sua vez, possui a segunda menor densidade demográfica dos municípios da All, 13,18 hab./km² que estão no estado de São Paulo, ficando a frente apenas de

Altair que se coloca no último lugar com a menor densidade demográfica. Descalvado possui uma densidade de 41,20 hab./km<sup>2</sup>. São Carlos ainda permanece com a maior área se comparado aos outros municípios da All e, também, em relação à área total da microrregião a qual pertence. Sua área corresponde a 35,65% do total da microrregião, enquanto Analândia corresponde a 10,20% e Descalvado a 23,62%.

O crescimento demográfico de São Carlos é o mais expressivo, semelhante ao crescimento observado para a microrregião nos dois períodos em análise e positivo para os dois períodos, ficando, portanto, em posição de 10º lugar no crescimento dos municípios da All de São Paulo. Analândia e Descalvado também possuem crescimentos expressivos, porém menor que São Carlos, com queda do primeiro decênio para o segundo em ambos os municípios, sendo que em Descalvado observa-se a menor taxa de crescimento no segundo período, ocupando o ranking de 23º colocado no crescimento dos municípios da All. Analândia foi o município com maior crescimento da população urbana entre os de sua microrregião avaliados na All, representando um aumento de 52,7% em 2000 para 79,4% em 2010 do seu grau de urbanização.

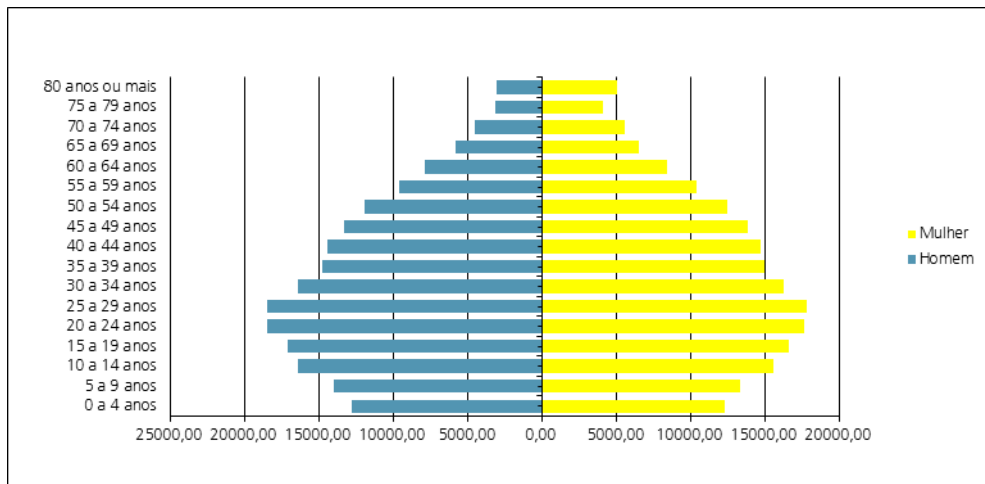
Analisando-se a pirâmide etária de Analândia chama a atenção sua irregularidade, observando-se seu estreitamento entre a população feminina dos grupos etários de 15 aos 19 anos, 40 aos 44 anos e 75 aos 79 anos. Entre a população masculina nota-se um estreitamento nos grupos etários de 20 aos 24 anos, 30 aos 34 anos, 55 aos 59 anos e 65 a 69 anos, sugerindo, provavelmente, uma migração dessa população em busca de trabalho, estudo ou mesmo migração de retorno para a população mais velha.

Em Descalvado chama atenção a base estreita, principalmente nos grupos etários de 0 aos 24 anos, indicando uma redução da fecundidade que precede desde final da década de 80, quando evidenciou a queda das taxas de fecundidade total da população feminina brasileira. Também nota-se uma pequena redução da população masculina no grupo etário dos 30 aos 34 anos e, entre as mulheres, no grupo de 40 a 44, podendo indicar uma tendência migratória entre as populações adultas. Além disso, há um estreitamento na população feminina de 70 a 74 anos, podendo sugerir a migração de retorno.

Assim como em Descalvado, no município de São Carlos é notável a base estreita da pirâmide, que vem sendo percebida para a população de 24 anos até os nascimentos atuais evidenciando a redução da fecundidade no município. Comparando com os municípios da All, sua estrutura é mais regular dos 25 anos em diante, notando-se apenas um estreitamento entre a população feminina no grupo etário dos 75 aos 79 anos, podendo indicar uma tendência de longevidade entre esta população, já que a população

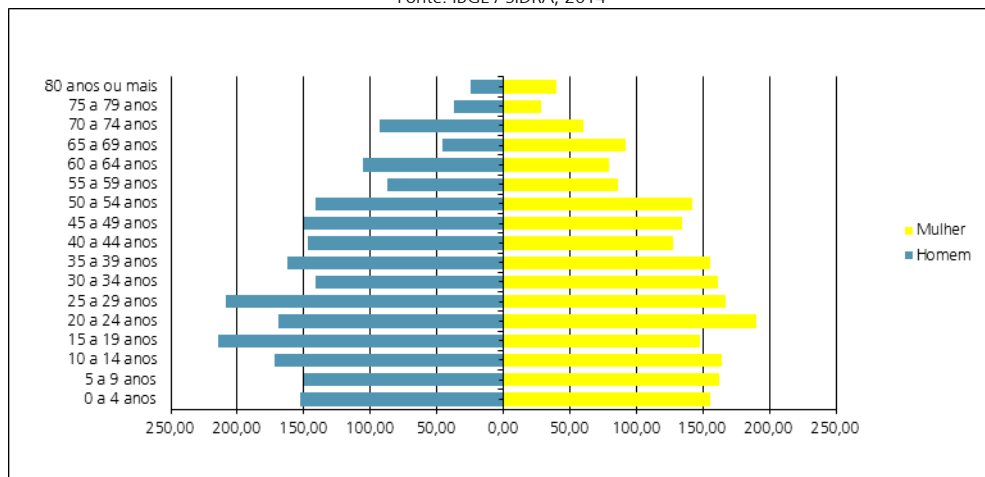
acima de 80 anos é superior a dos 75 aos 79 anos. Isto ocorre, pois os grupos etários superiores a 80 anos não foram segmentados, sendo apresentadas em uma única barra da Figura.

As figuras subsequentes mostram a distribuição populacional para a microrregião e os municípios, a próxima apresenta o crescimento populacional e a da sequencia os crescimentos rural e urbano.



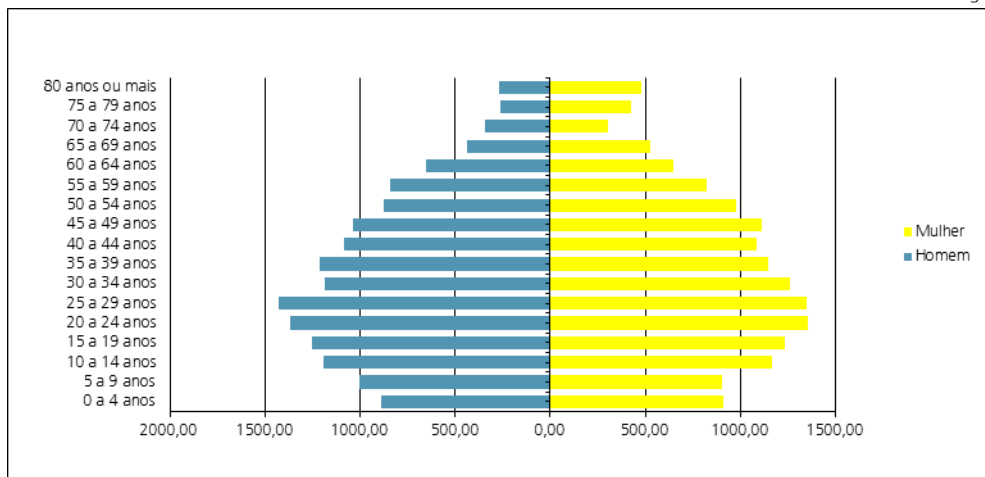
**Figura 22 – Pirâmide Etária da microrregião de São Carlos, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



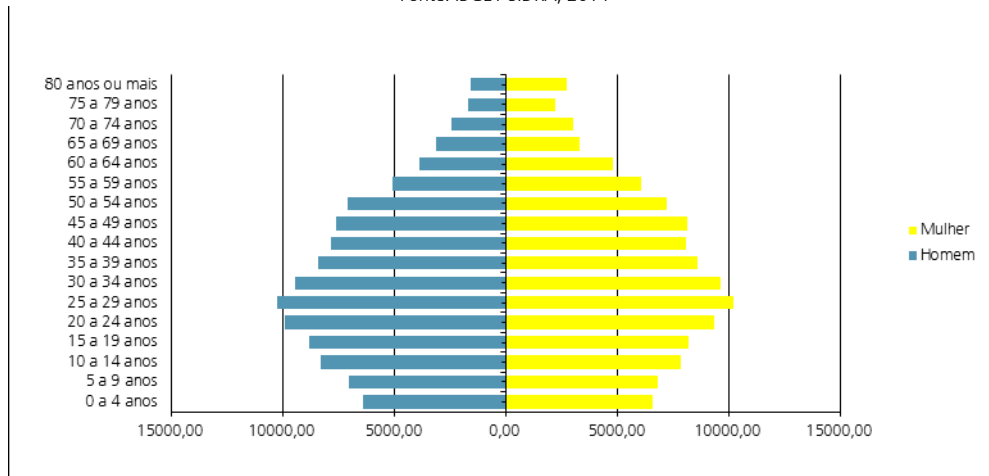
**Figura 23 – Pirâmide Etária do município de Analândia, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



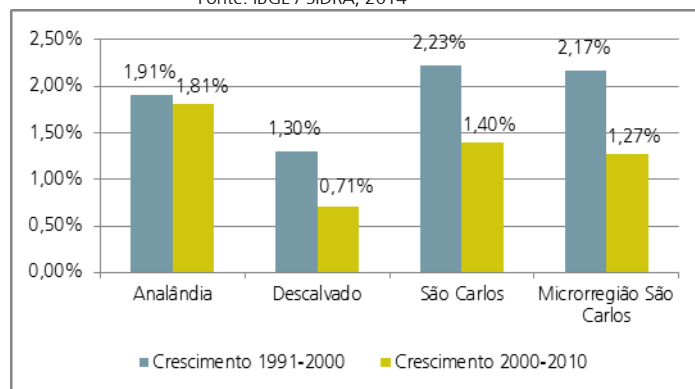
**Figura 24 – Pirâmide Etária do município de Descalvado, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



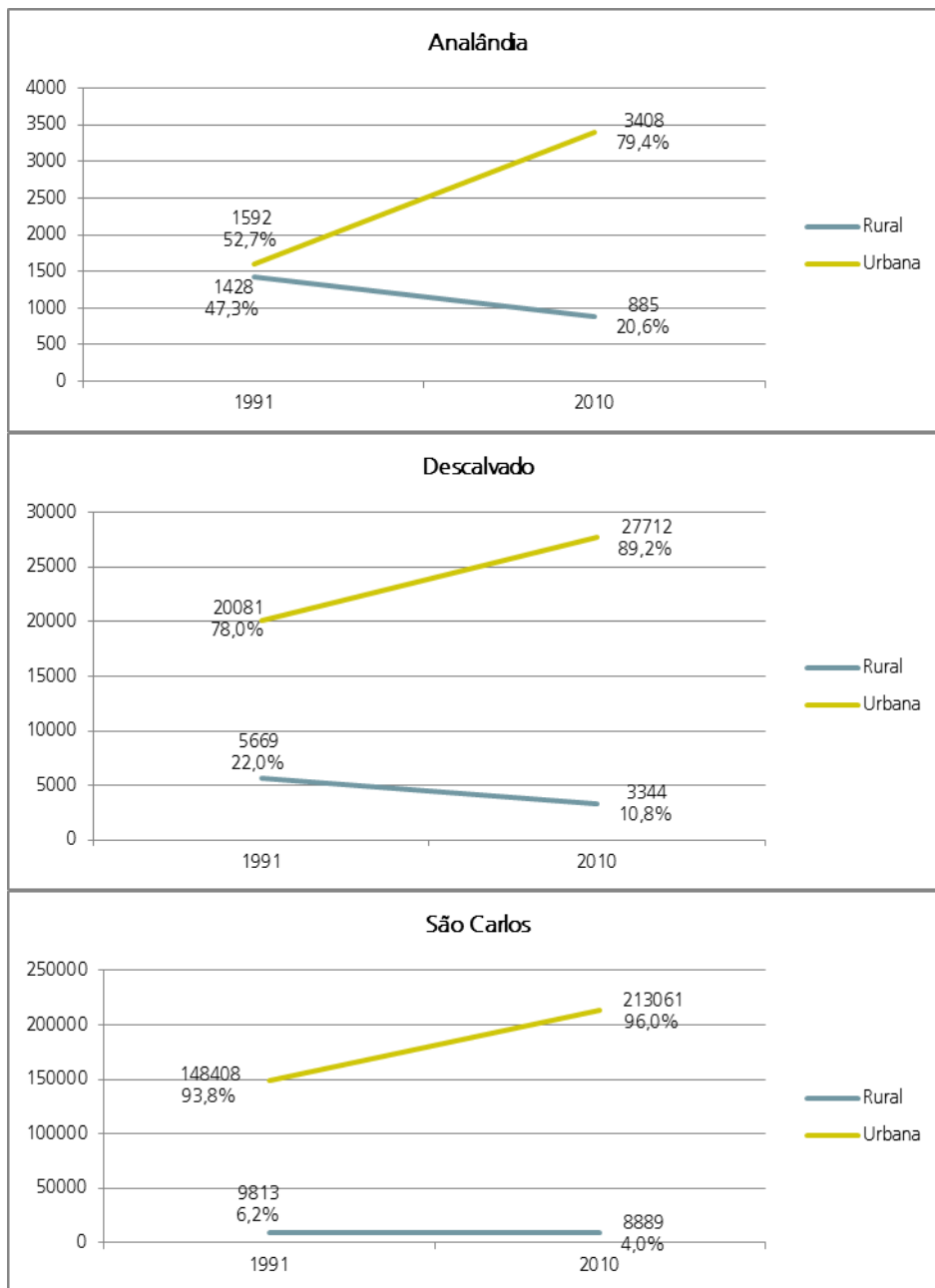
**Figura 25 – Pirâmide Etária do município de São Carlos, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 26 – Crescimento populacional microrregião de São Carlos e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 27 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de São Carlos, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A próxima microrregião abordada é São José do Rio Preto, composta por 29 municípios, a maior em número de municípios e área, tratadas aqui. Destes 29 municípios que compõem a microrregião, serão abordados 3 (três) municípios da All, sendo estes: Altair, Olímpia e Icém.

O município com maior área é Olímpia, que tem uma área de 802,65, ocupando 7,71% da área total da microrregião e 0,32% do estado de São Paulo. Altair e Icém ocupam, por sua vez, 3,01% e 3,48%, da área da microrregião, respectivamente. A maior densidade

também é percebida no município de Olímpia, devido à maior população observada. A taxa de crescimento foi maior no primeiro período para Icém e Altair, com queda no período seguinte. Olímpia teve um crescimento mais baixo, somado entre os dois períodos, dentre os municípios da microrregião, de 1,62%.

Olímpia ocupa a terceira maior área entre os municípios da All, correspondendo a 7,71% da área total da microrregião e 0,32% da área do estado. Entretanto, mesmo assim, devido à sua população ser maior, Olímpia possui o maior grau de urbanização nos dois períodos, com 87,5% em 1991, passando a 97,4%, em 2010. Sua densidade demográfica é relativamente baixa, de 62,32 hab./km<sup>2</sup>. Já o município de Altair se destaca entre os demais municípios da All localizados no estado de São Paulo por apresentar o menor número de habitantes, em primeiro lugar com 3.815 registrados pelo Censo 2010 e também a menor densidade demográfica, em primeiro lugar, de 12,15 Hab./km<sup>2</sup>.

Ao analisar a distribuição etária dos municípios desta microrregião nota-se maior irregularidade na distribuição etária da população de Altair. Observa-se em primeira mão uma irregularidade da fecundidade retratada ao longo de todos os grupos etários, e um estreitamento mais evidente da população mais velha feminina, para os grupos etários de 55 a 59 anos e 70 a 74 anos, e população jovem, de 20 a 24 anos. Para a população masculina, há um estreitamento entre os de 5 a 9 anos, 15 a 19 anos e 50 a 54 anos. A população masculina de 75 a 79 anos pode representar uma maior expectativa de vida, já que os grupos acima de 80 anos foram sobrepostos em uma única barra da figura. Os fenômenos de migração, para população mais jovem e adulta, e migração de retorno para a população mais velha, podem sugerir a forma desta distribuição no município.

A distribuição etária da população de Icém indica redução da fecundidade com o achatamento da base, e maior nascimento da população masculina evidente, para aqueles que nasceram há 20 ou 24 anos, portanto, para o grupo de 20 a 24 anos representado nesta pirâmide. O estreitamento da população idosa de 75 a 79 anos pode indicar maior longevidade, dado que os grupos superiores a 80 anos foram agrupados em uma única faixa.

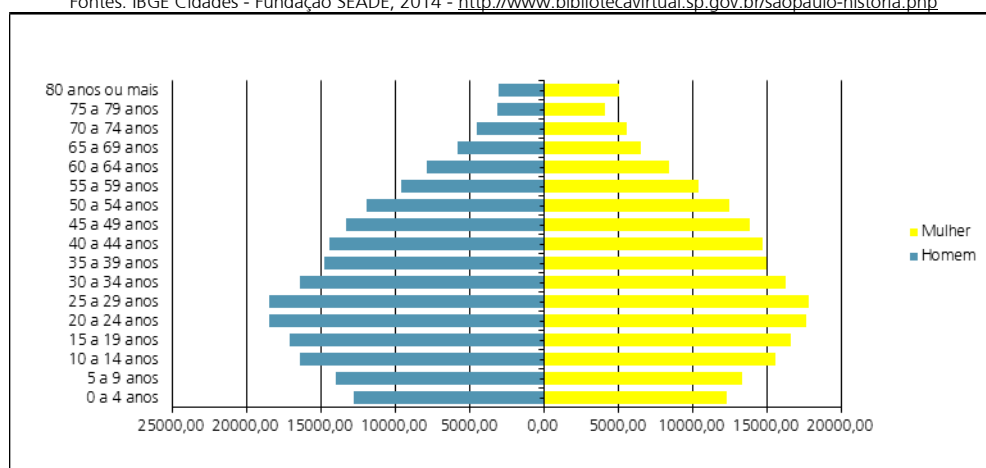
Quanto à distribuição etária da população de Olímpia, observa-se maior regularidade, entretanto, tal como nos outros municípios desta microrregião, também há evidências de queda da taxa de fecundidade notada pelo achatamento da base piramidal. O estreitamento observado entre a população feminina no grupo etário de 75 a 79 anos se deve ao fato do agrupamento da população acima de 80 anos estar em uma única barra da figura.

O quadro abaixo mostra os dados para a microrregião de São José do Rio Preto e os municípios correspondentes. As três figuras das sequências mostram a distribuição etária dos mesmos, a próxima mostra a taxa de crescimento para os dois períodos e a subsequente os crescimentos rural e urbano para o período.

**Quadro 12 – Características Demográficas da Microrregião de São José do Rio Preto e os municípios correspondentes, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião São José do Rio Preto	Estado de São Paulo
	Altair	Olímpia	Icém		
Instalação	1/01/196	18/02/1959	01/01/1955	-	25/01/1554
Área (km <sup>2</sup> )	313,86	802,65	362,59	10.397,80	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	12,15	63,31	20,58	73,43	170,43
Grau de Urbanização	79,20%	94,44%	85,82%	92,37	95,94%
População 2010	3.815	50.024	7.462	763.534	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,04%	0,78%	1,17%	2,25%	1,78%
Crescimento 2000-2010	0,71%	0,84%	0,97%	1,30%	1,08%
População Rural 1991	1071	5340	750	64131	2274064
População Urbana 1991	2168	37567	5350	484859	29314861
População Rural 2010	793	2780	1058	58260	1.675.429
População Urbana 2010	3022	47244	6404	705274	39.586.770

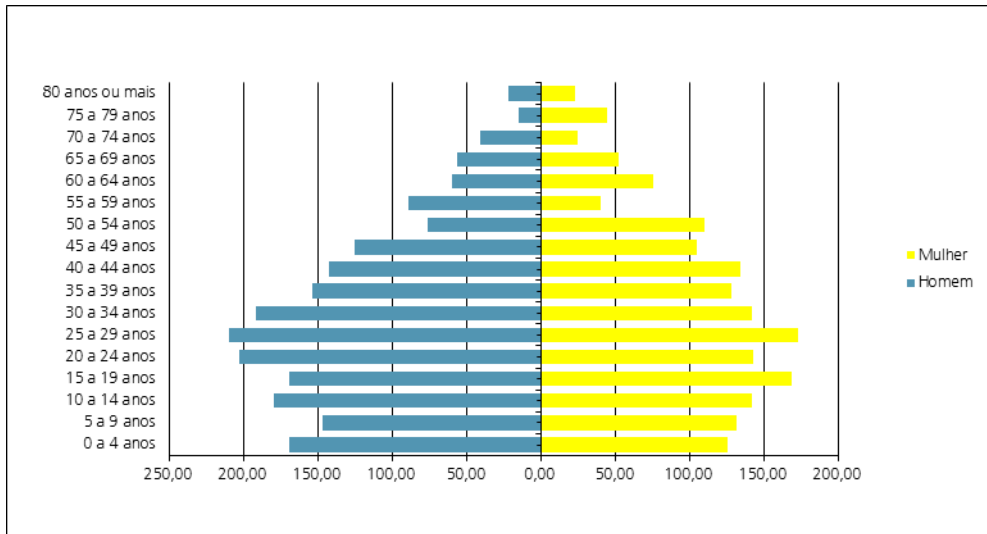
Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



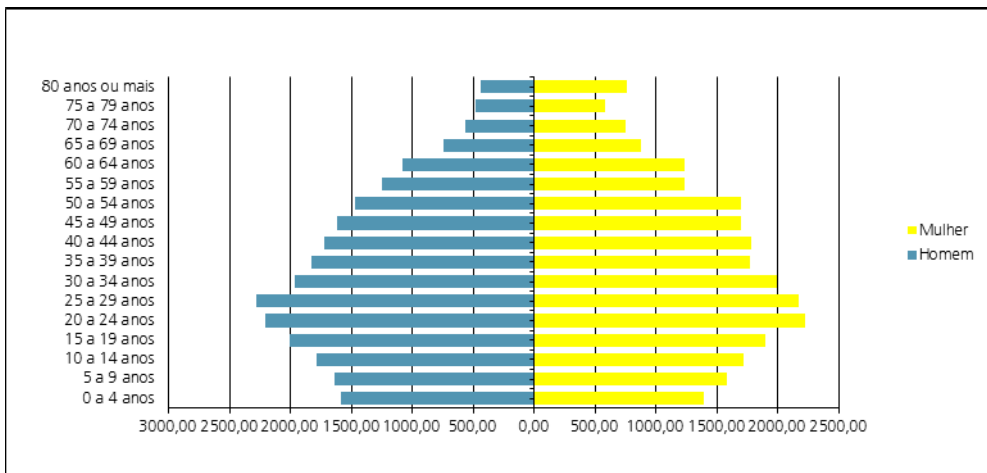
**Figura 28 – Pirâmide Etária da microrregião de São José do Rio Preto, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

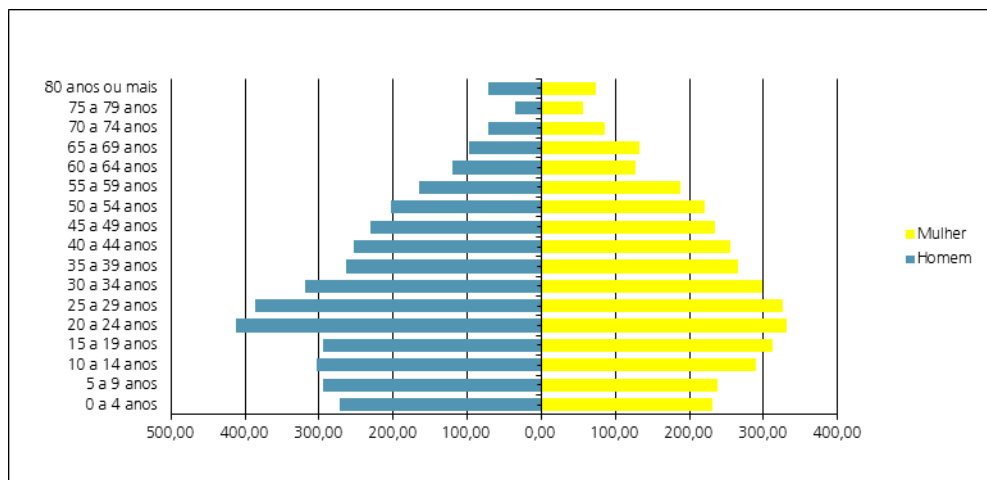




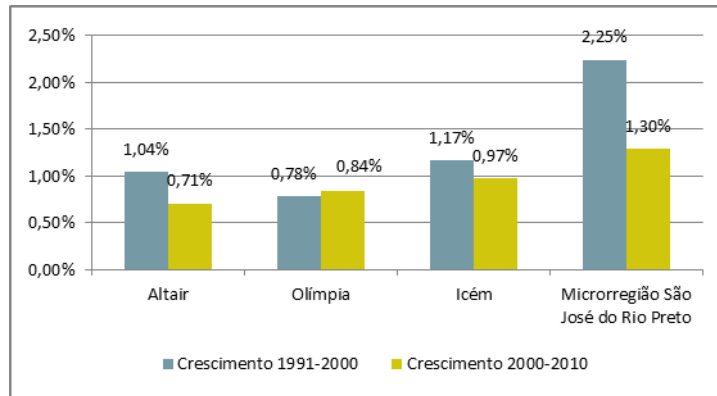
**Figura 29 – Pirâmide Etária do município de Altair, 2010.**  
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 30 – Pirâmide Etária do município de Olímpia, 2010.**  
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

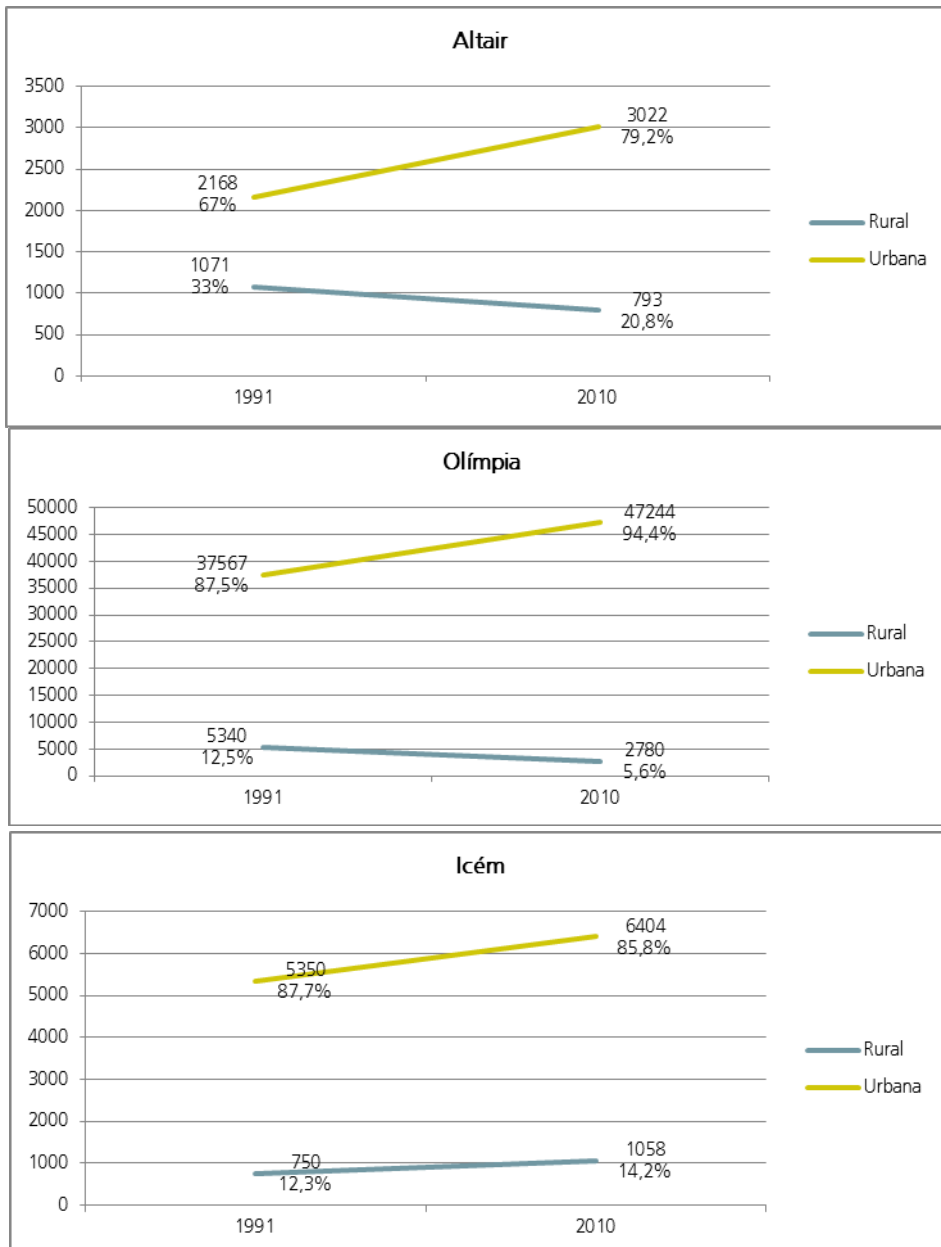


**Figura 31 – Pirâmide Etária do município de Içém, 2010.**  
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 32 – Crescimento populacional microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 33 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de São José do Rio Preto, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A microrregião de Limeira a ser abordada aqui, compreende 8 municípios dos quais 4 (quatro) serão abordados, sendo eles: Leme, Araras, Conchal e Santa Cruz da Conceição. Dentre estes, o município com maior população residente é Araras, com percentual de 20,53% em relação à população total da microrregião. Em segundo lugar, ocupa Leme, com 15,85% em relação à microrregião. Conchal e Santa Cruz da Conceição ocupam 4,36% e 0,69%, respectivamente. Em relação à densidade demográfica, Leme tem o maior número de hab./km<sup>2</sup>, com 227,75. Em segundo lugar vem Araras, com 184,3 hab./km<sup>2</sup> e em seguida Conchal e Santa Cruz da Conceição. Mesmo com densidades relativamente altas, nenhum município supera a densidade demográfica da microrregião, de 284,4 hab./km<sup>2</sup>. A área geográfica de Araras é a maior, correspondendo a 27,89% da área total da microrregião. A taxa de crescimento observada foi maior para Santa Cruz da Conceição, mantendo-se próxima à taxa de crescimento da microrregião. Entre todos os municípios e microrregião a taxa anual de crescimento é positiva, seguindo a mesma tendência para todos os municípios, sendo que, em todos os quatro municípios avaliados, a taxa se aproxima do observado para o estado.

Quanto à pirâmide etária dos municípios, observa-se uma regularidade maior na distribuição etária para o município de Leme, onde há claramente um achatamento da base, em consequência da redução da taxa de fecundidade, observada nos quatro primeiros grupos etários, portanto, para os nascimentos ocorridos mais recentemente, desde a década de 80.

Em segundo lugar, no que tange à regularidade da distribuição etária, observa-se uma distribuição, também, mais regular no município de Araras, com o achatamento na base, provocado, provavelmente, pelo mesmo efeito mencionado acima.

Em contrapartida, as outras distribuições etárias dos municípios avaliados aqui, observa-se uma maior irregularidade na distribuição nos municípios de Santa Cruz da Conceição e Conchal.

Em Santa Cruz da Conceição, há um achatamento nos grupos etários femininos de 20 a 24 anos, 30 a 34 anos e 40 a 44 anos. Este fato deve-se provavelmente à saída desta população, podendo ser migração, ou migração de retorno para a população de 40 a 44 anos. Sobre o aumento da barra, no que diz respeito à população feminina, acima de 80 anos, isto ocorre, pois há grande número de população nesta faixa etária, se comparado aos outros municípios da All, o que provoca o alongamento da barra representativa da

quantidade populacional. Para a população masculina isso não ocorre. Apenas observa-se um alongamento da barra nos grupos etários de 25 a 29 anos e 55 a 59 anos. Para este município, o estreitamento da base se deu mais tardiamente, a partir da década de 90, portanto para os grupos de 5 a 9 anos e 0 a 4 anos de idade.

Já para o município de Conchal, há uma irregularidade em sua distribuição, porém menor, apenas observa-se um estreitamento da população feminina de 55 a 59 anos, provável efeito da migração de retorno. Na população masculina observa-se um alongamento da população acima de 80 anos, já que esta foi acoplada em uma única barra da figura que é apresentada na sequência. Observa-se para este município, tal qual nos outros, o achatamento da base piramidal.

Ao comparar-se estes municípios com os outros da All, Santa Cruz da Conceição se destacou, estando entre demográficas, sexto lugar com 26,65 hab./km<sup>2</sup>, menor grau de urbanização, segundo lugar com 67,66% e menor população, estando em terceiro lugar, atrás de Altair e Corumbataí, que ocuparam o primeiro e segundo lugares. Leme ficou com a 29ª colocação em relação ao grau de urbanização, 97,94%. Araras apresentou uma das maiores populações, acima de cem mil habitantes.

O quadro abaixo apresenta os dados da microrregião e dos municípios tratados acima. As figuras na sequência exibidas mostram a distribuição etária da população para o período, nelas, encontram-se também, as taxas de crescimento anual e os crescimentos rural e urbano.

**Quadro 13 – Características Demográficas da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2010.**

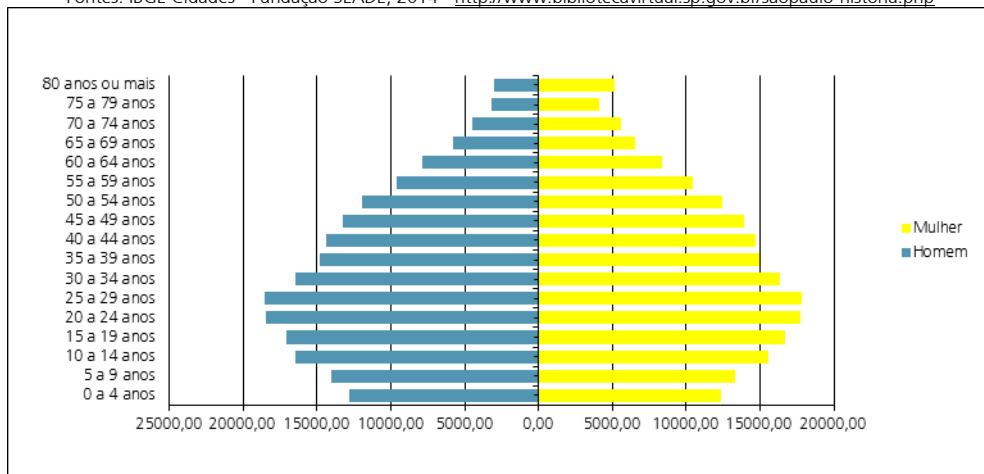
Categoria	Município				Microrregião de Limeira	Estado de São Paulo
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição		
Instalação	30/11/1895	30/11/1895	09/04/1949	4/07/1898	-	25/01/1554
Área (km <sup>2</sup> )	402,87	644,80	182,79	150,13	2.311,75	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	227,75	184,30	138,02	26,65	248,4	170,43
Grau de Urbanização	97,94%	94,53%	94,49%	67,66%	96,20	95,94%
População 2010	91.756	118.843	25.229	4.002	578.595	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,89%	1,96%	1,82%	2,06%	2,13%	1,78%
Crescimento 2000-	1,28%	1,31%	1,07%	1,25%	1,28%	1,08%

LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

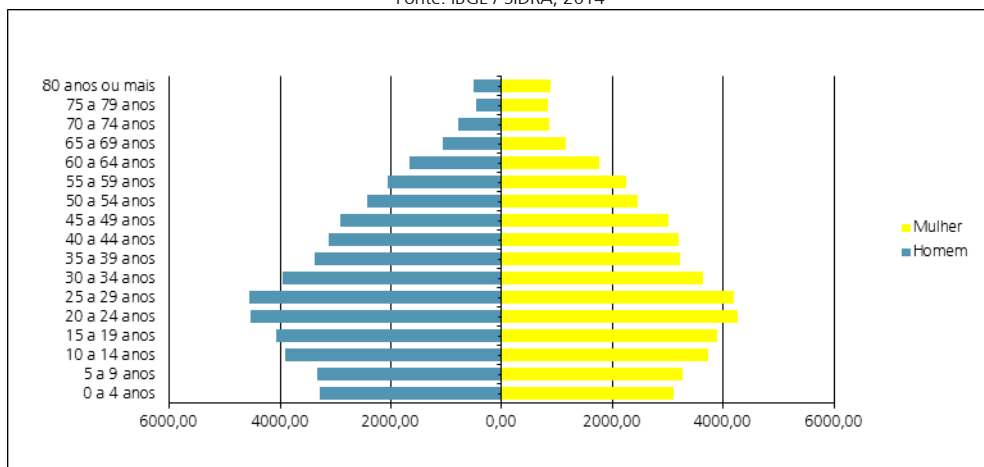
Categoria	Município				Microrregião	Estado de
2010						
População Rural 1991	3669	8348	3522	1496	52096	2274064
População Urbana 1991	64546	79111	15750	1441	369132	29314861
População Rural 2010	1894	6399	1390	1294	22003	1.675.429
População Urbana 2010	89862	112444	23839	2708	556592	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



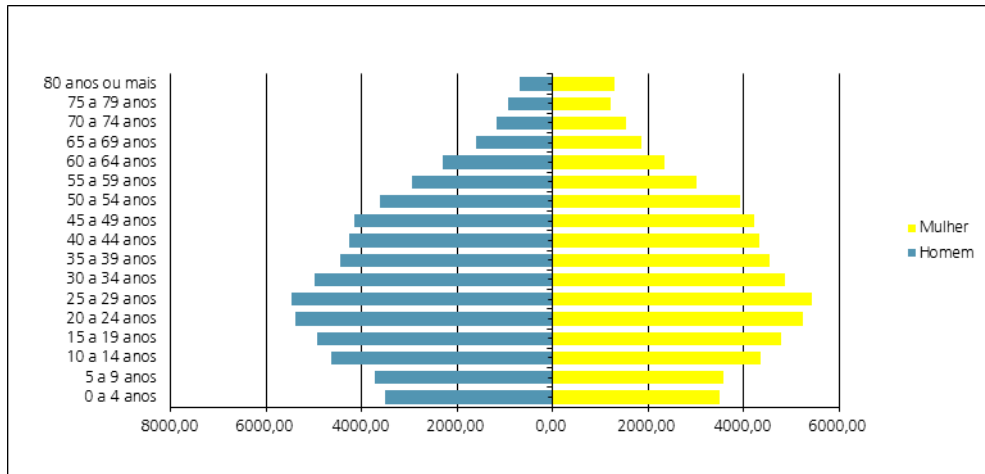
**Figura 34 – Pirâmide Etária da microrregião de Limeira, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



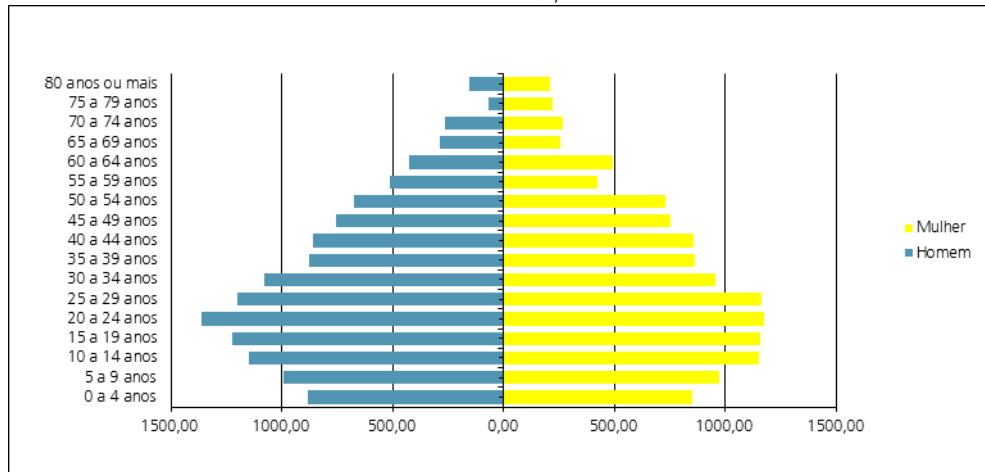
**Figura 35 – Pirâmide Etária do município de Leme, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



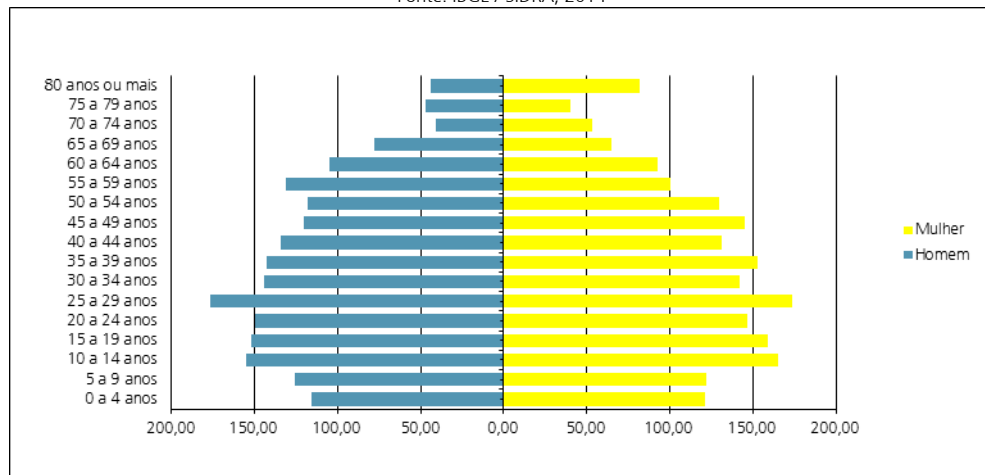
**Figura 36 – Pirâmide Etária do município de Araras, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



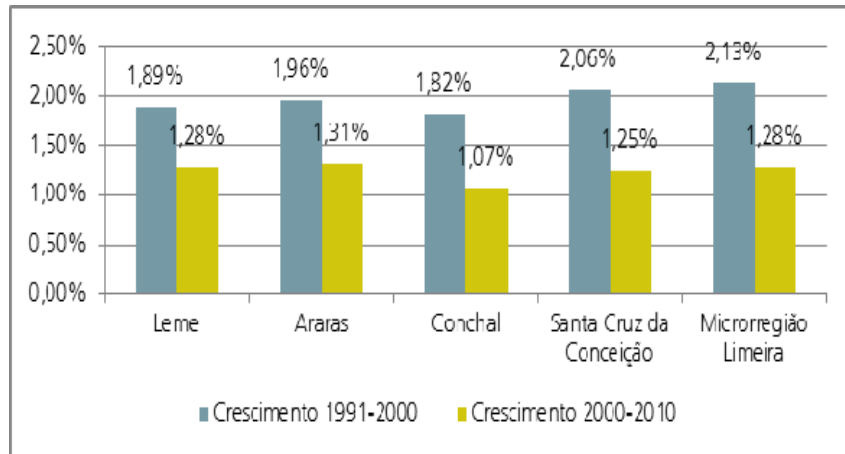
**Figura 37 – Pirâmide Etária do município de Conchal, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



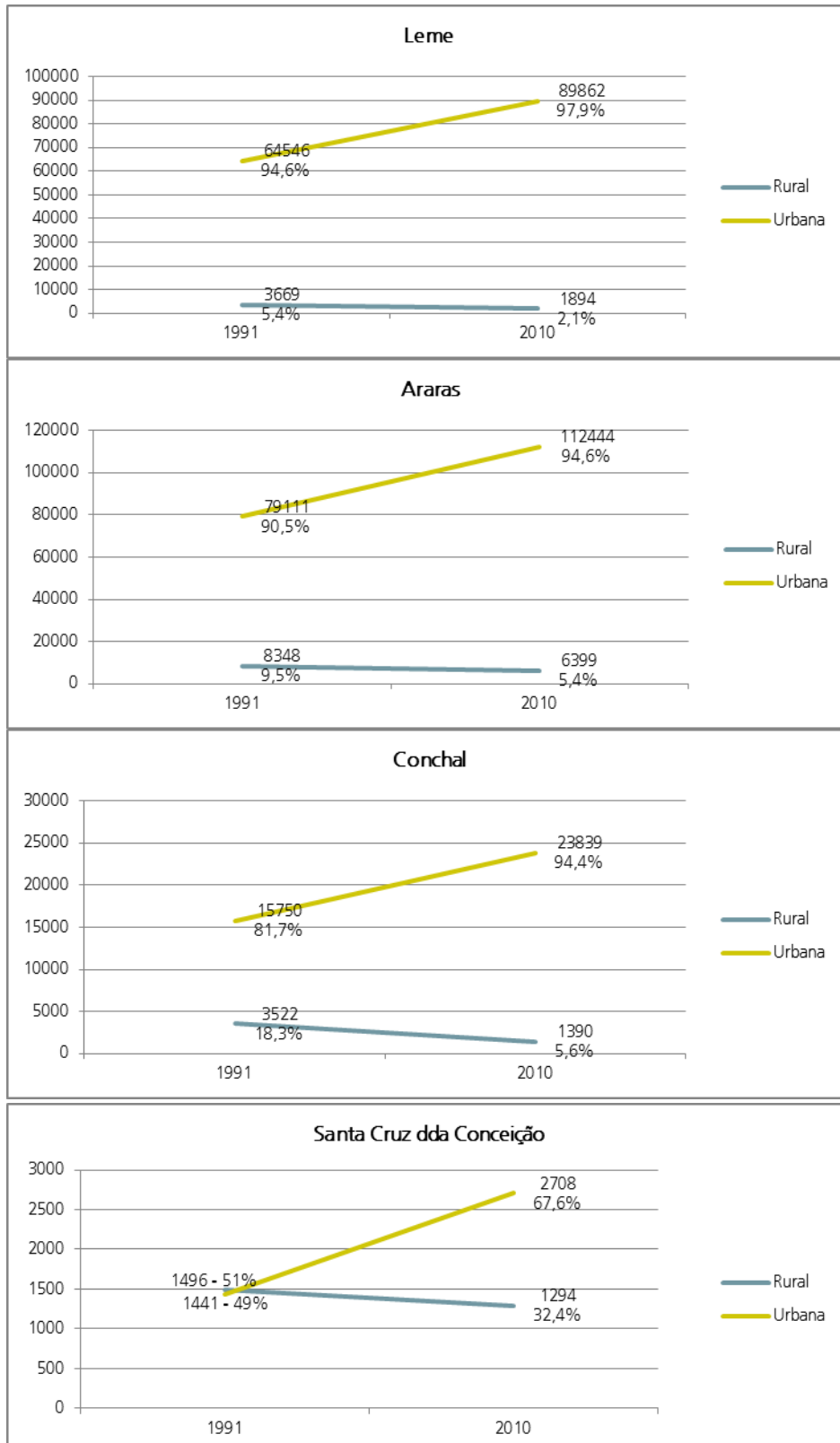
**Figura 38 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz da Conceição, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 39 – Crescimento populacional microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 40 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Limeira, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



A microrregião de Jaboticabal compreende 17 municípios, dos quais cinco serão analisados aqui, a saber: Monte Alto, Pirangai, Santa Ernestina, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto. Destes cinco municípios o que possui maior população é Taquaritinga, com 53.988 residentes, segundo Censo Demográfico de 2010, o que corresponde a 13,22% da população total da microrregião. Santa Ernestina, Vista Alegre do Alto, Pirangi e Monte Alto vêm em ordem crescente com 5.568, 6.886, 10.623 e 46.642, respectivamente, sendo que Monte Alto tem o maior percentual relativo à microrregião, de 11,42%.

O município com maior densidade demográfica é Monte Alto, com 134,60 hab./km<sup>2</sup>, seguido de Taquaritinga, Vista Alegre do Alto, Pirangi e Santa Ernestina. Taquaritinga compreende o município com maior área territorial, correspondendo a 12,59% da área total da microrregião. O segundo município com maior percentual relativo de área é Monte Alto, com 7,35%, seguido de Pirangi, com 4,57%, Santa Ernestina, 2,85% e Vista Alegre do Alto, 2,01%. O município entre os cinco analisados que teve maior crescimento observado nos dois períodos foi Vista Alegre do Alto, com taxa anual maior que 3% para ambos os períodos. Já Santa Ernestina apresentou crescimento populacional negativo no período de 2000 a 2010, -0,31%, sendo o único município da All com declínio populacional.

No que tange à distribuição populacional dos municípios inseridos na All, nesta microrregião, o que pode-se observar maior regularidade quanto à sua distribuição populacional, é Taquaritinga, apenas com um pequeno estreitamento na população feminina no grupo etário de 25 a 29 anos e o achatamento da base piramidal. Sobre o alongamento da barra que representa o grupo etário acima de 80 anos feminino, isto se deve ao fato de que mais mulheres idosas estão vivendo mais que os homens, e estas foram agrupadas em uma única barra da figura. Além disso, nota-se o encurtamento da base piramidal.

Vale mencionar um destaque para o município de Vista Alegre do Alto, que mantém uma regularidade, exceto para três grupos etários da população masculina, a saber: 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e 60 a 64 anos. Nos grupos mais jovens há notadamente um alongamento da barra, que representa maior população nestes grupos etários, podendo sugerir um efeito inverso do que foi mencionado até aqui, de imigração da população jovem por provável demanda de mão de obra para o mercado de trabalho, corroborando com a maior taxa de crescimento observada, mencionada acima. A população acima de 80 anos, com o alongamento da barra é devido ao agrupamento desta população em

uma única barra, podendo indicar, também, uma maior longevidade da população. Ademais, é notado o achatamento da base da pirâmide.

Monte Alto apresenta certa irregularidade, porém mais discreta que Pirangi e Santa Ernestina. Em Monte Alto observa-se o achatamento da base evidenciado desde um período maior, portanto desde o grupo etário de 25 a 29 anos. Além disso, há um pequeno estreitamento na população masculina no grupo etário de 50 a 54 anos. As barras maiores para população de ambos os sexos, acima de 80 anos se deve ao agrupamento destes em uma única barra, com provável efeito de longevidade.

Em Pirangi observa-se uma irregularidade maior, com o estreitamento mais evidente da população feminina nos grupos etários de 30 a 34 anos e 45 a 49 anos, indicando, provavelmente, uma saída desta população. Para a população masculina, observa-se um estreitamento nos grupos de 35 a 39 anos e 65 a 69 anos. Há claramente, uma população feminina idosa maior que a população masculina neste grupo.

Por fim, em Santa Ernestina, é notório um estreitamento da população feminina e masculina no grupo etário de 35 a 39 anos, seguindo uma tendência de distribuição regular deste grupo em diante. Há também, como nos outros municípios, o encurtamento da base, que vem sendo sucedido desde o grupo etário de 15 a 19 anos.

Comparando estes municípios com os da All, localizados no estado de São Paulo, há que se destacar que todos, exceto Vista Alegre do Alto, possuem os menores crescimentos, estando entre os oito mais baixos. Santa Ernestina é o sexto município com população mais baixa e Vista Alegre do Alto, o oitavo. Vista Alegre do Alto ocupa o quinto lugar entre as maiores taxas de crescimento observadas.

O quadro a seguir apresenta dados para a microrregião e municípios inseridos na All. As cinco figuras que são apresentadas na sequência mostram a distribuição etária da população, a figura seguinte mostra o crescimento no período decenal analisado e a próxima, os dados de crescimento rural e urbano.

**Quadro 14 – Características Demográficas da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2010.**

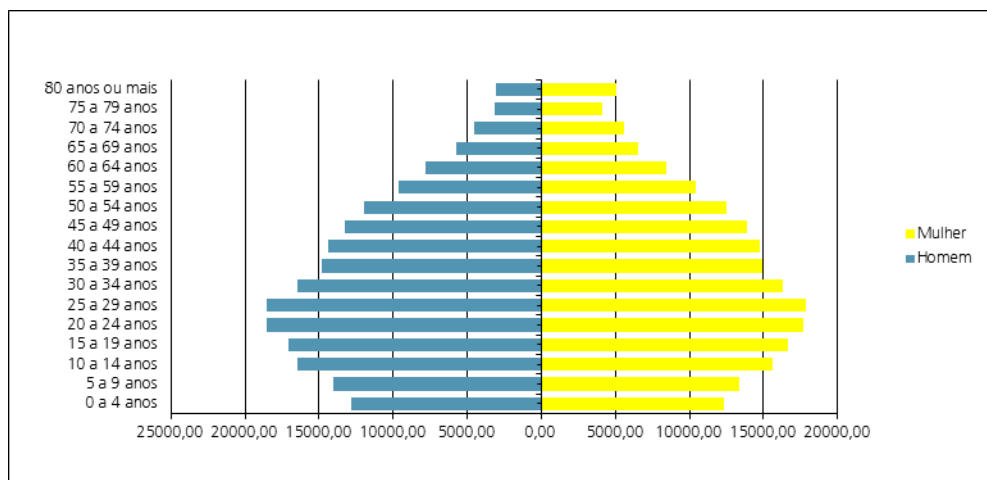
Categoria	Município					Microrregião de Jaboticabal	Estado de São Paulo
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto		
Instalação	8/12/1896	23/03/1936	01/04/1965	22/12/1892	01/01/1960	-	25/01/1554
Área (km <sup>2</sup> )	346,5	215,46	134,42	593,58	94,98	4.711,80	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	134,60	49,30	41,42	90,95	72,49	88,1	170,43
Grau de	95,50%	89,70%	92,40%	94,78%	92,25%	95,26	95,94%

LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

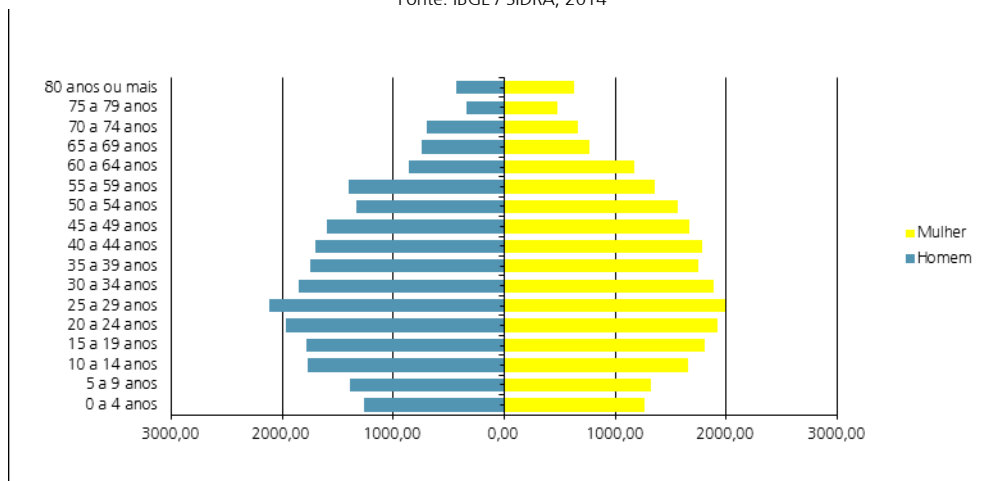
Categoria	Município					Microrregião de Jaboticabal	Estado de São Paulo
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto		
Urbanização %							
População 2010	46.642	10.623	5.568	53.988	6.886	408.199	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,04%	0,19%	0,25%	1,17%	3,07%	1,21%	1,78%
Crescimento 2000-2010	0,67%	0,57%	-0,31%	0,36%	3,70%	0,56%	1,08%
População Rural 1991	4137	1940	1549	6378	691	39669	2274064
População Urbana 1991	35605	7927	4064	40544	2923	306546	29314861
População Rural 2010	2099	1095	423	2820	534	19356	1.675.429
População Urbana 2010	44543	9528	5145	51168	6352	388843	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



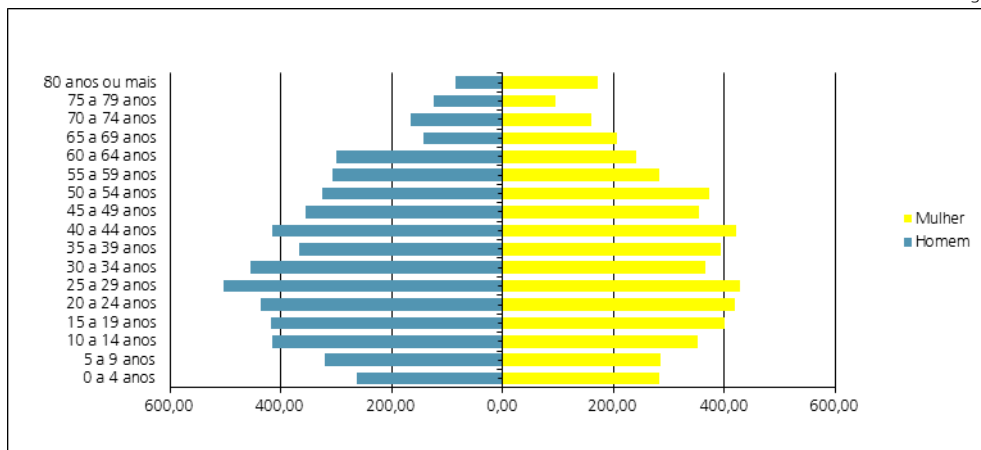
**Figura 41 – Pirâmide Etária da microrregião de Jaboticabal, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



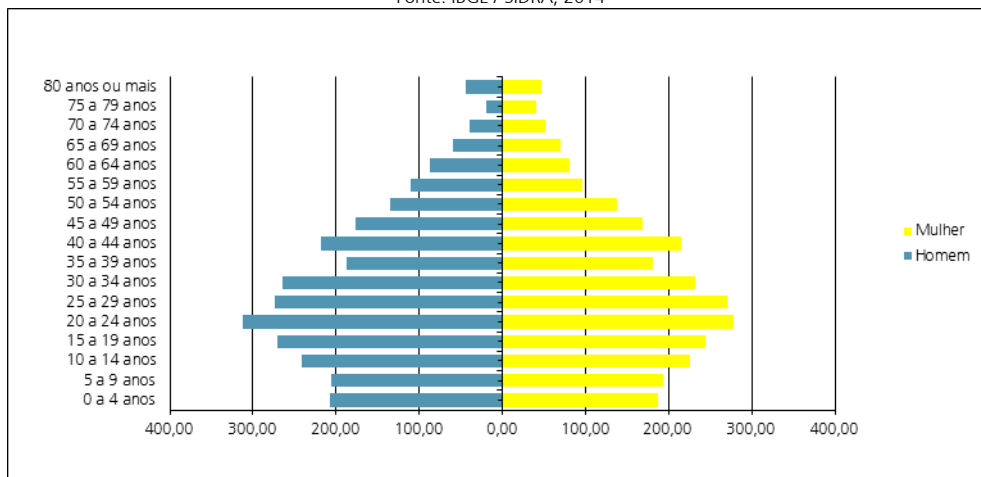
**Figura 42 – Pirâmide Etária do município de Monte Alto, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



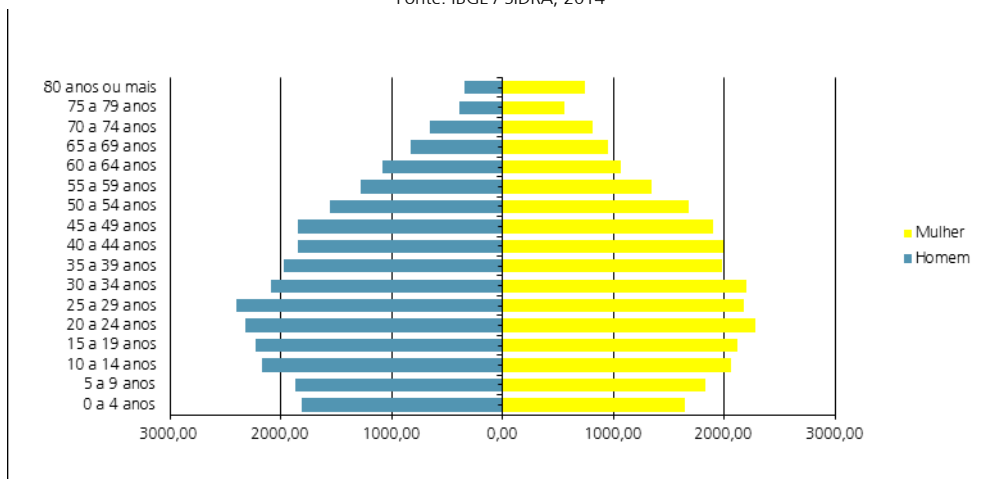
**Figura 43 – Pirâmide Etária do município de Pirangi, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



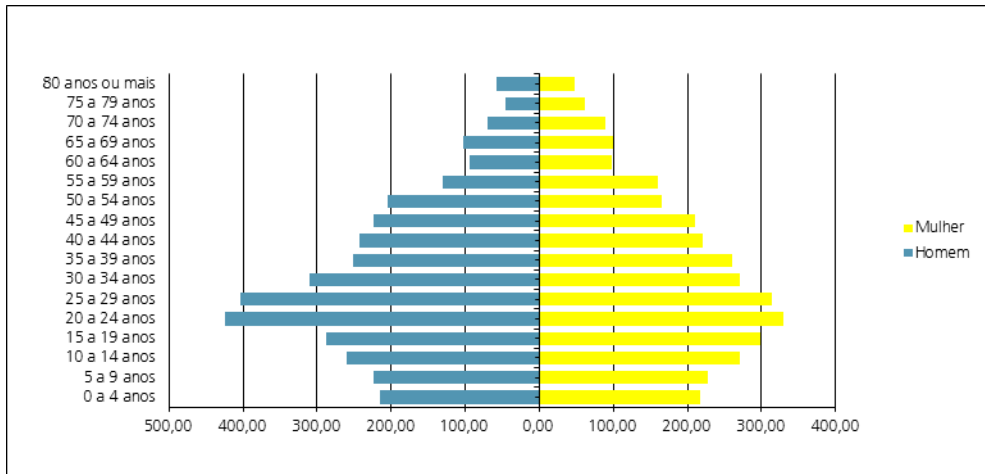
**Figura 44 – Pirâmide Etária do município de Santa Ernestina, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



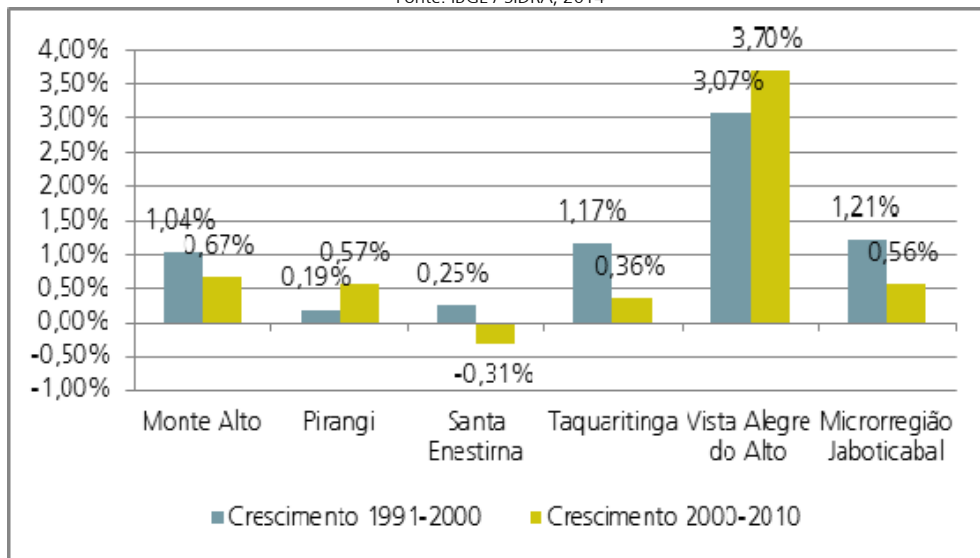
**Figura 45 – Pirâmide Etária do município de Taquaritinga, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



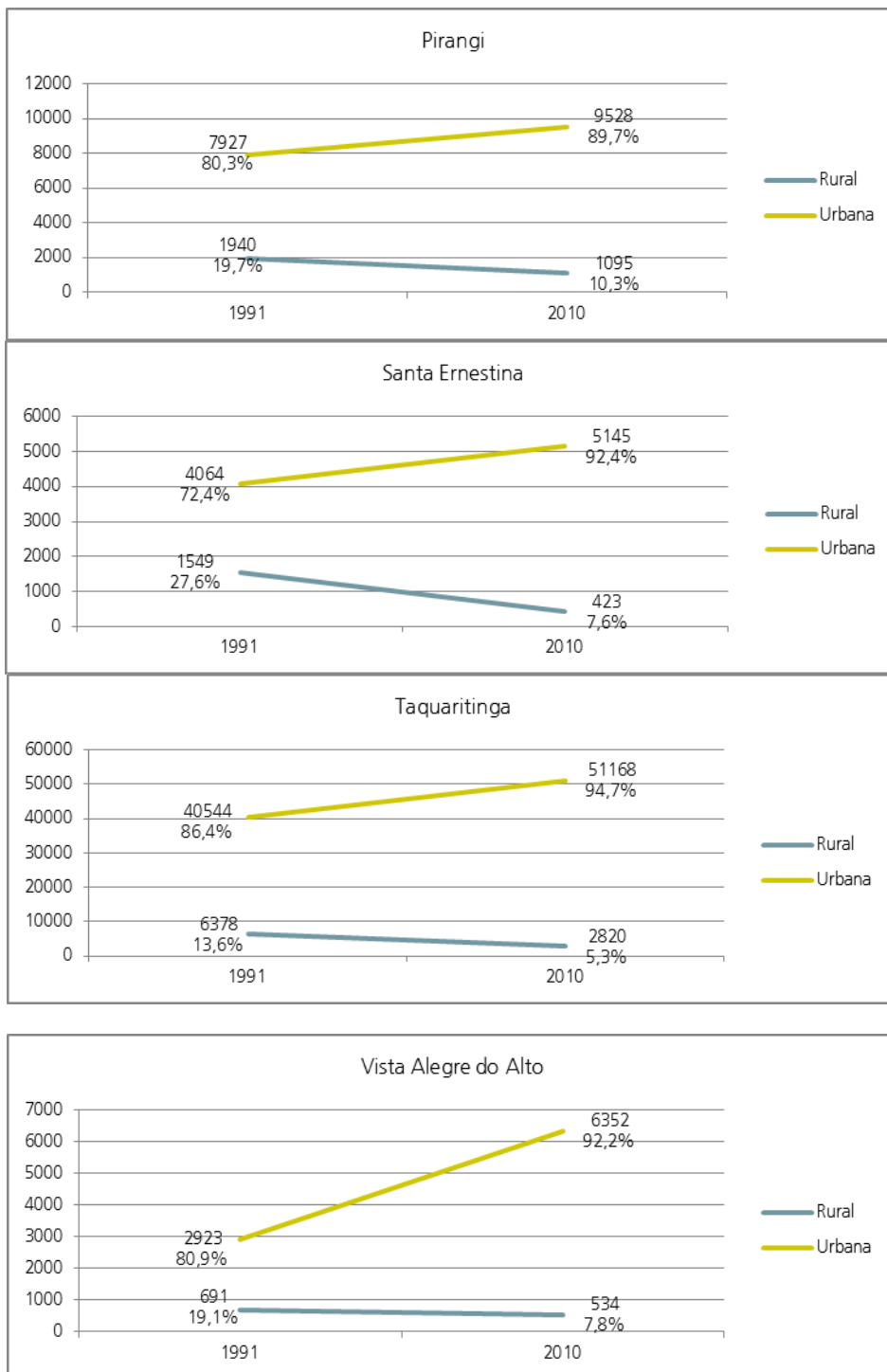
**Figura 46 – Pirâmide Etária do município de Vista Alegre do Alto, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 47 – Crescimento populacional microrregião de Jaboticabal e os municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 48 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Jaboticabal, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A oitava microrregião do estado de São Paulo tratada nesse estudo é a microrregião de Campinas, composta por 16 municípios dos quais cinco estão inseridos na All, sendo eles: Jaguariúna, Paulínia, Campinas, Cosmópolis e Holambra.

Destes o mais populoso é Campinas, representando 41,05% da população total da microrregião e 2,61% do estado. Sua área é igualmente grande, representando 25,76% da área total da microrregião. A densidade demográfica deste município é também a maior. Holambra, Jaguariúna, Cosmópolis e Paulínia vêm ocupando o ranking com 0,42%, 1,68%, 2,23% e 3,12% de população em relação à microrregião, respectivamente. Com relação ao crescimento, Campinas manteve um crescimento baixo, inferior ao crescimento da microrregião, do estado e dos municípios de Jaguariúna, Holambra, Cosmópolis e Paulínia. Holambra não teve crescimento registrado no primeiro período devido à data de sua instalação.

Sobre a distribuição etária dos municípios desta microrregião, curiosamente, observa-se uma maior regularidade entre eles, com a observação de que em todos há o estreitamento da base piramidal que prolonga desde os grupos etários, para ambos os sexos, dos 20 a 25 anos, até o grupo de 0 a 4 anos. Há que ressaltar, entretanto, o caso de Holambra, que apresenta um encurtamento da barra, para o grupo etário feminino de 65 a 69 anos e uma população bem menor de meninas, no grupo de 0 a 4 anos, em relação aos meninos deste mesmo grupo.

Os demais municípios seguem tendência regular, com justificativa para o prolongamento da base no grupo etário acima de 80 anos, que se deve ao fato de as pessoas estarem vivendo mais, o que corrobora com o aumento da expectativa de vida observado no país nos últimos anos. Vale destacar que Campinas possui, entre todos os municípios da All no estado de São Paulo e Fronteira, em Minas Gerais, a maior população no grupo etário de 95 a 99 anos e 100 anos ou mais, com 641 e 57 habitantes, respectivamente. Depois de Campinas, vem Araraquara, com 161 habitantes no grupo de 95 a 99 anos e 12, com mais de 100 anos. Todos os outros municípios da All possuem menos de 40 habitantes entre esses dois grupos etários.

Entre os municípios da All, Campinas e Paulínia estão entre os que mais se destacam pelos indicadores sócio - demográficos. Campinas apresenta a maior população, com 1.080.113 habitantes e a maior densidade demográfica 1.359,61 Hab./Km<sup>2</sup>. Em Paulínia registrou-se a segunda maior densidade demográfica 592,17 Hab./Km<sup>2</sup>, e o maior grau de urbanização 99,91%, possuindo o menor número de população rural, 76 habitantes. Paulínia também foi o município que mais cresceu entre os demais da All no período de 2000 a 2010, 4,70%. Já Holambra possui a menor área 65,58 Km<sup>2</sup> entre os municípios da All localizados no estado de São Paulo.

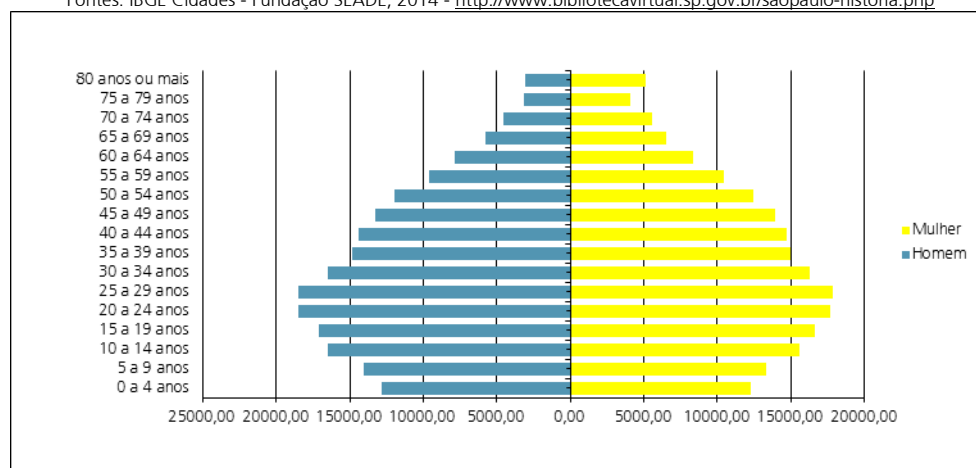
Os crescimentos da população rural e urbana podem ser observados com destaque para Paulínia que, em 2010, tinha menos de 1% de população rural representada. Entretanto Jaguariúna teve maior aumento em relação ao grau de urbanização, que foi de 76,4% para 97,1%, em 2010.

O quadro abaixo apresenta os dados da microrregião e municípios. As figuras apresentadas na sequência mostram a distribuição etária dos municípios e microrregião, e após estas, mostra-se as taxas de crescimento anual para os dois períodos e na sequência fecha-se com os crescimentos rural e urbano.

**Quadro 15 – Características Demográficas da Microrregião de Campinas e os municípios correspondentes, 2010.**

Categoria	Município					Microrregião de Campinas	Estado de São Paulo
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra		
Instalação	01/01/1955	21/03/1965	5/02/1842	01/01/1945	01/01/1993	-	25/01/1554
Área (km²)	141,40	138,72	794,43	154,66	65,58	3.082,95	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km²	313,37	592,17	1.359,61	380,36	172,29	853,7	170,43
Grau de Urbanização	97,12%	99,91%	98,28%	92,87%	72,43%	98,14	95,94%
População 2010	44.311	82.146	1.080.113	58.827	11.299	2.630.893	41.262.199
Crescimento 1991-2000	1,89%	3,76%	1,50%	2,13%	0,00%	2,46%	1,78%
Crescimento 2000-2010	4,03%	4,70%	1,08%	2,82%	4,49%	1,74%	1,08%
População Rural 1991	5912	3799	22671	3881	-	71055	2274064
População Urbana 1991	19087	32907	824924	32803	-	1702577	29314861
População Rural 2010	1278	76	18573	4193	3115	49038	1.675.429
População Urbana 2010	43033	82070	1061540	54634	8184	2581855	39.586.770

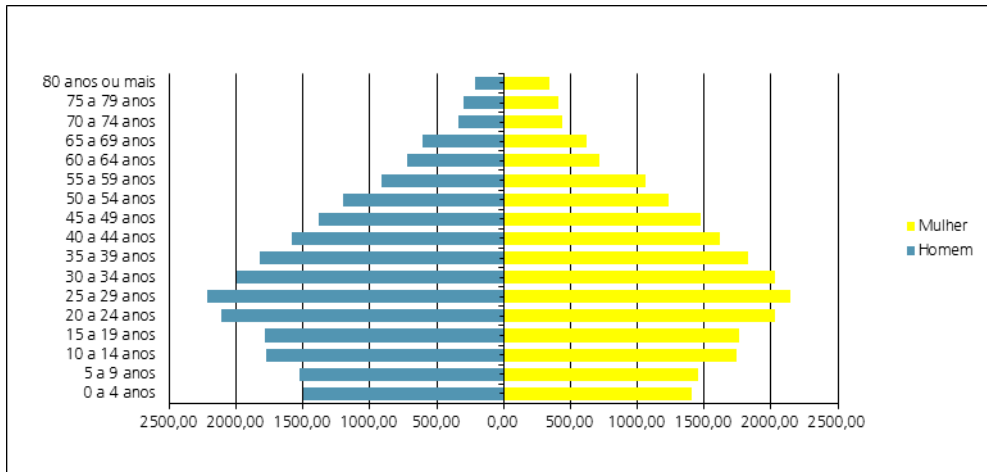
Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



**Figura 49 – Pirâmide Etária da microrregião de Campinas, 2010.**

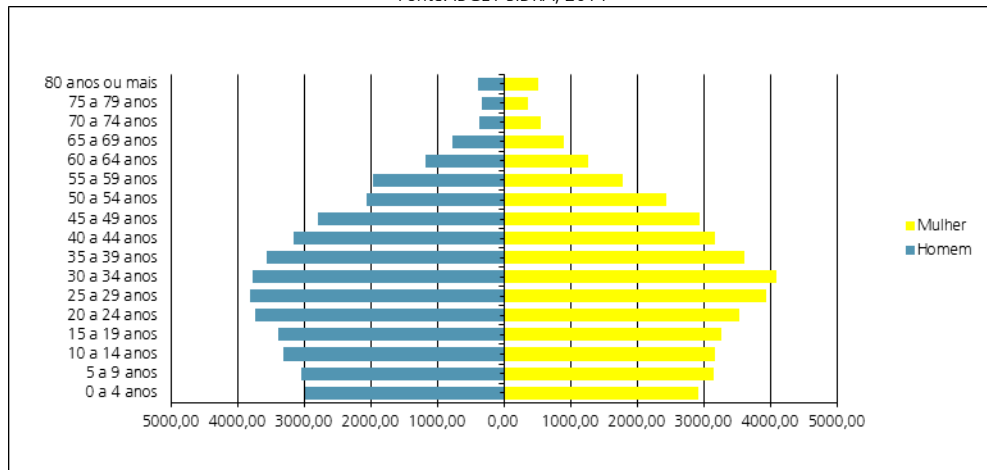
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014





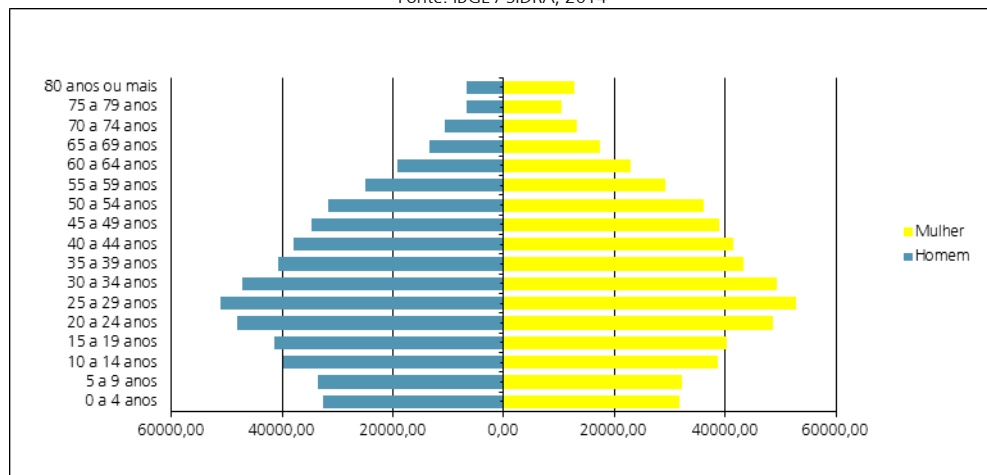
**Figura 50 – Pirâmide Etária do município de Jaguariúna, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



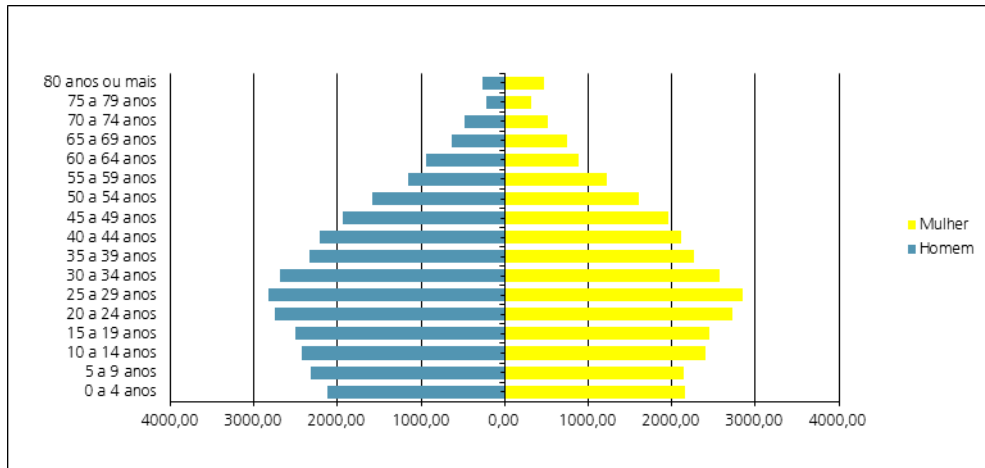
**Figura 51 – Pirâmide Etária do município de Paulínia, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



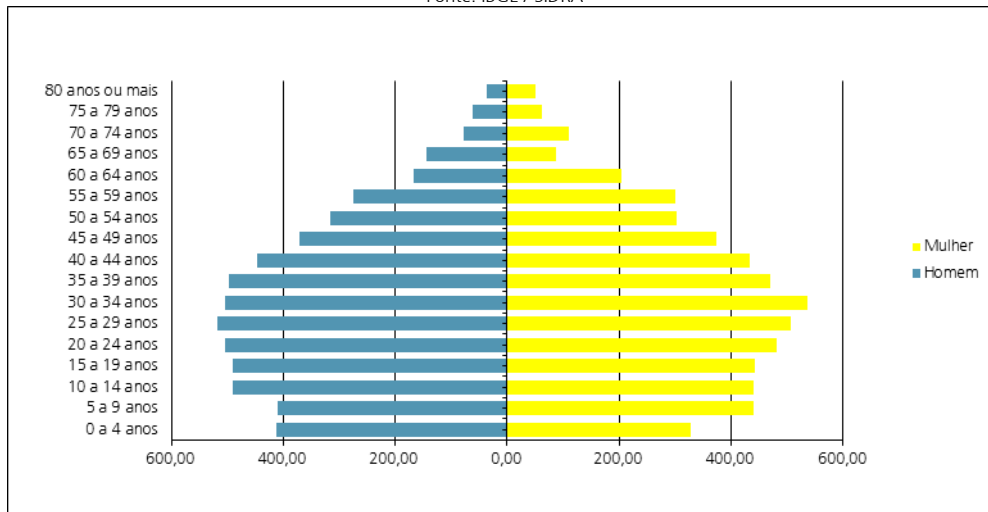
**Figura 52 – Pirâmide Etária do município de Campinas, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



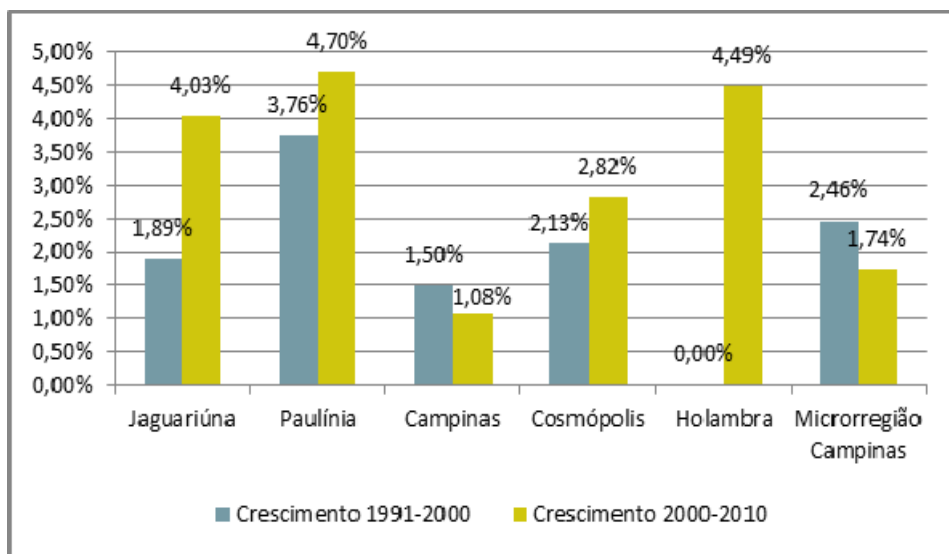
**Figura 53 – Pirâmide Etária do município de Cosmópolis, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA



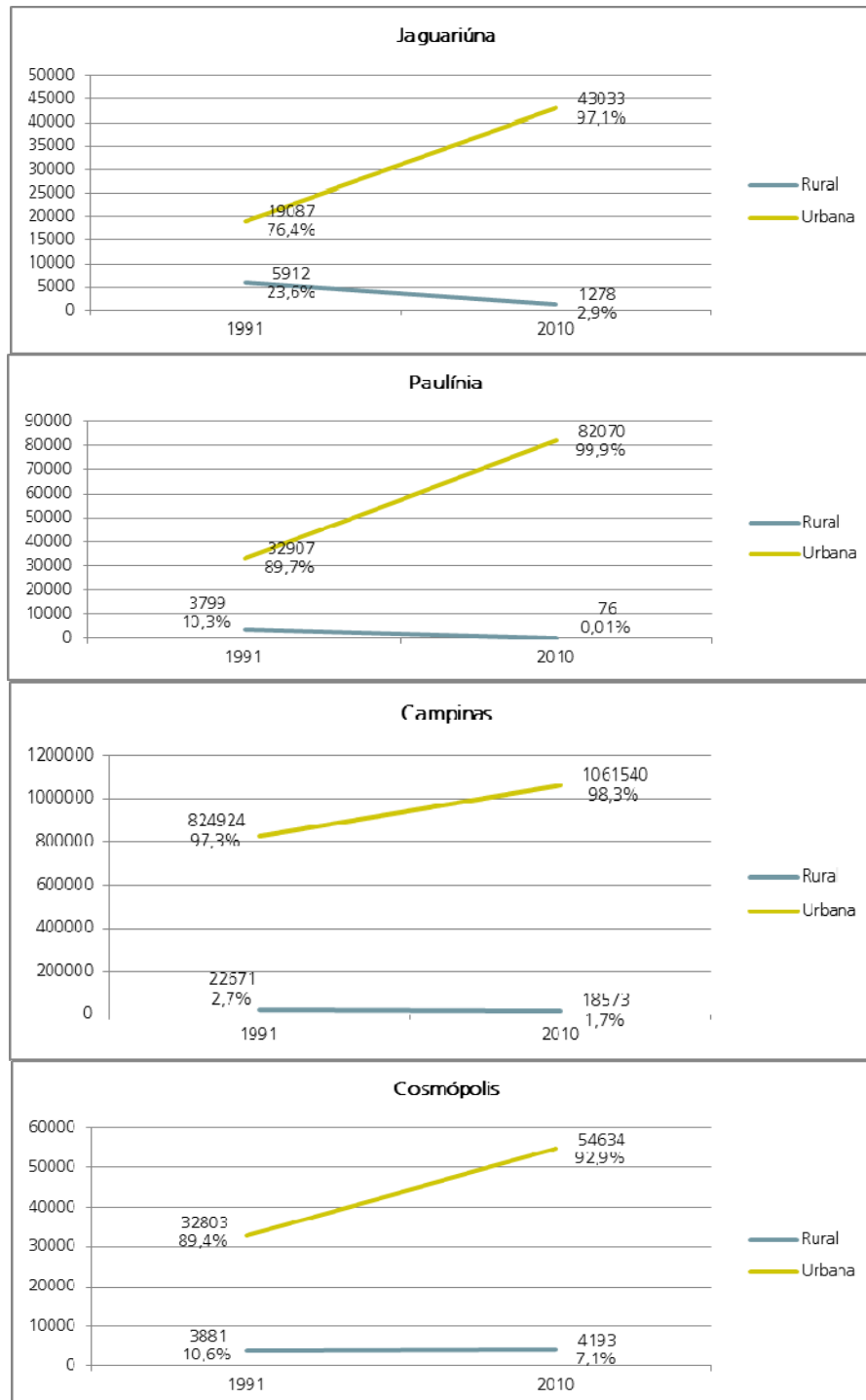
**Figura 54 – Pirâmide Etária do município de Holambra, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 55 – Crescimento populacional microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 56 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Campinas, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A última microrregião do estado de São Paulo que abordaremos engloba 15 municípios, dos quais serão analisados seis, quais sejam: Américo Brasiliense, Araraquara, Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Dobrada.

Destes municípios Araraquara é o que sustenta a maior população para o período, com percentual relativo a 41,55% do total populacional da microrregião, que é de 502.149 pessoas residentes, sendo o município mais antigo. Em segundo lugar em termos de população, vem Américo Brasiliense, com percentual de 6,86%, que corresponde a 34.478 habitantes. Entre todos os municípios da All no estado de São Paulo, Araraquara está em terceiro lugar, entre os mais populosos e Américo Brasiliense, em décimo terceiro. Os outros municípios não chegam ao percentual de 2,5%, com menos de 10.500 habitantes.

O município que possui maior densidade populacional é Américo Brasiliense, com 281,99 hab./km<sup>2</sup>, superando a do estado de São Paulo, ficando em vigésimo oitavo lugar entre os municípios da All no estado de São Paulo, atrás de Jaguariúna, em contrapartida com Motuca, com apenas 18,75 hab./km<sup>2</sup>, que se posiciona em quarto lugar entre os municípios com menor densidade. Vale observar que Motuca possui maior área que Américo Brasiliense, que entre os seis, é o que possui menor área. O município com maior área é Araraquara, com 1.003,67 km<sup>2</sup>, que possui a segunda maior área, depois de São Carlos, entre os municípios da All do estado de São Paulo.

A taxa anual de crescimento mais expressiva ocorreu nos municípios de Américo Brasiliense e Santa Lúcia no primeiro período 1991-2000, sendo que em Motuca não há crescimento registrado devido à sua instalação que se deu em 1993. Se comparado entre os municípios da All no estado de São Paulo, Rincão vem depois de Santa Ernestina, com a segunda menor taxa de crescimento, de apenas 0,08% para o período de 2000-2010 e Santa Lúcia ocupa o quinto lugar com menor crescimento, de 0,49%. Américo Brasiliense possui a oitava maior taxa de crescimento no período de 2000-2010.

Em relação à distribuição etária dos municípios, pode-se observar que em Dobrada ocorre algo semelhante ao percebido em Vista Alegre do Alto, mencionado acima. Há certa regularidade, porém um alongamento da barra nos grupos etários de 25 a 29 anos e 20 a 24 anos, por provável efeito de entrada da população desta idade no município. O alongamento das barras, para ambos os sexos, neste município, no grupo acima de 80 anos, se deve ao fato do agrupamento neste grupo etário, de todos os outros acima de 80 anos, indicando uma maior longevidade da população ou maior número de população acima de 80 anos, relativo ao grupo anterior. Observa-se, também, um estreitamento da base da pirâmide para este município.

Em segundo lugar, o município desta microrregião, com maior regularidade em sua distribuição populacional, é Américo Brasiliense, com a evidência de encurtamento da

base, a partir do grupo etário de 15 a 19 anos até o de 0 a 4 anos, pelo provável efeito da redução da fecundidade. O não alongamento da barra no grupo etário acima de 80 anos, para ambos os sexos, indica que neste município a população idosa (acima de 80 anos) é baixa.

A pirâmide etária de Araraquara constitui-se de certa regularidade, porém não tão evidente quanto à Dobrada e Américo Brasiliense. Registra-se uma maior retangularização da sua distribuição, com achatamento da base e população mais estável, no que diz respeito ao seu crescimento.

Rincão possui base mais larga, se comparada a Araraquara, e um alongamento da barra, da população feminina no grupo etário de 25 a 29 anos, efeito provocado, por provável entrada da população no município neste grupo etário. Além disso, há o alongamento, também, da barra para os grupos etários, de ambos os sexos, acima de 80 anos, que se deve ao fato do agrupamento da população maior de 80 anos em uma única barra da figura.

Santa Lúcia apresenta-se diferente por haver um estreitamento da população feminina no grupo de 5 a 9 anos, e em seguida, um alongamento da base para este sexo. Isso pode ser, provavelmente, por um aumento no número de nascimentos, ou ainda, por uma entrada de imigrantes com filhos. Ao observar a população de 20 a 24 anos, tanto masculina, quanto feminina, há também um alongamento da barra, o que pode corroborar a suposição de entrada populacional, neste caso, de jovens pais com seus filhos, em busca de trabalho. Além disso, há um encurtamento da população feminina de 65 a 69 anos.

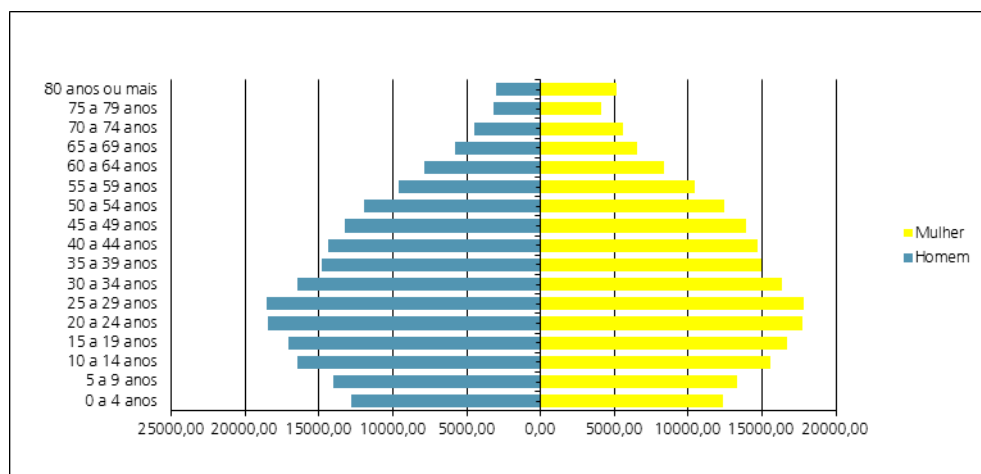
Por fim, em Motuca, observa-se uma irregularidade, com um achatamento da base mais tardio e uma diferença brusca entre a população feminina e masculina, nos grupos entre 60 e 69 anos, onde há menos homens, ocorrendo o inverso nos grupos seguintes, acima de 70 anos. Observa-se um encurtamento da população feminina de 20 a 24 anos e 35 a 39 anos, podendo ser efeito de saída populacional em busca de mercado de trabalho ou estudo.

O quadro abaixo apresenta os dados da microrregião e municípios. As figuras da sequência apresentam as distribuições etárias da microrregião e municípios, a próxima, o crescimento anual observado no período e a subsequente os crescimentos rural e urbano no período de 20 anos.

**Quadro 16 – Características Demográficas da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2010.**

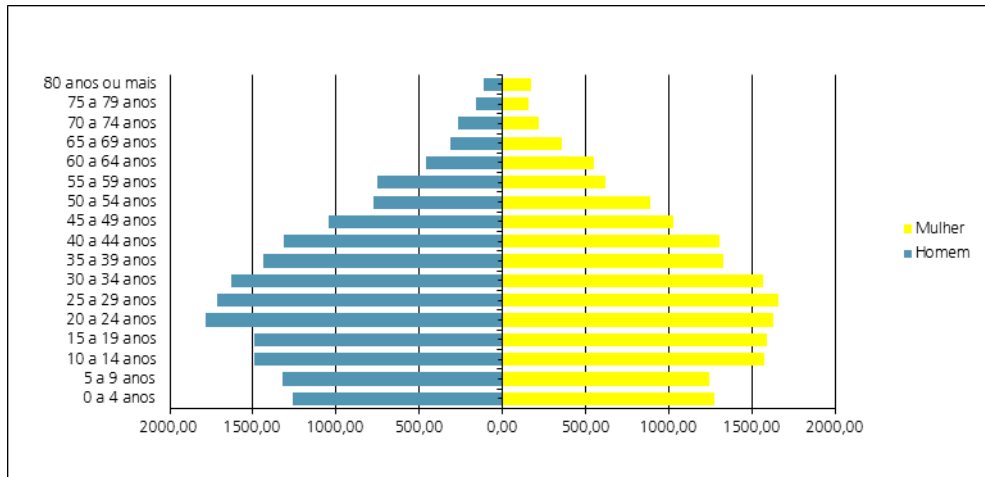
Categoria	Município						Microrregião de Araraquara	Estado São Paulo
	Américo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada		
Instalação	21/03/1965	24/08/1833	01/01/1993	26/03/1949	01/01/1960	01/04/1965	-	25/01/1554
Área (km²)	122,30	1.003,67	228,7	315,95	154,03	149,73	6.265,50	248.223,21
Densidade Demográfica Hab./km²	281,99	207,89	89,75	32,96	53,54	53,02	78,7	170,43
Grau de Urbanização	99,24%	97,16%	72,45%	81,23%	94,01%	97,77%	95,24	95,94%
População 2010	34.478	208.662	4.290	10.414	8.248	7.939	502.149	41.262.199
Crescimento 1991-2000	3,85%	1,01%	0,00%	-0,03%	2,50%	0,14%	1,67%	1,78%
Crescimento 2000-2010	1,98%	1,34%	1,03%	0,08%	0,49%	1,25%	1,15%	1,08%
População Rural 1991	1852	10266	-	2635	1478	1198	43730	2274064
População Urbana 1991	18215	156465	-	7721	4806	5722	341686	29314861
População Rural 2010	261	5932	1182	1954	494	177	23884	1.675.429
População Urbana 2010	34217	202730	3.108	8.460	7754	7762	478265	39.586.770

Fontes: IBGE Cidades - Fundação SEADE, 2014 - <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>



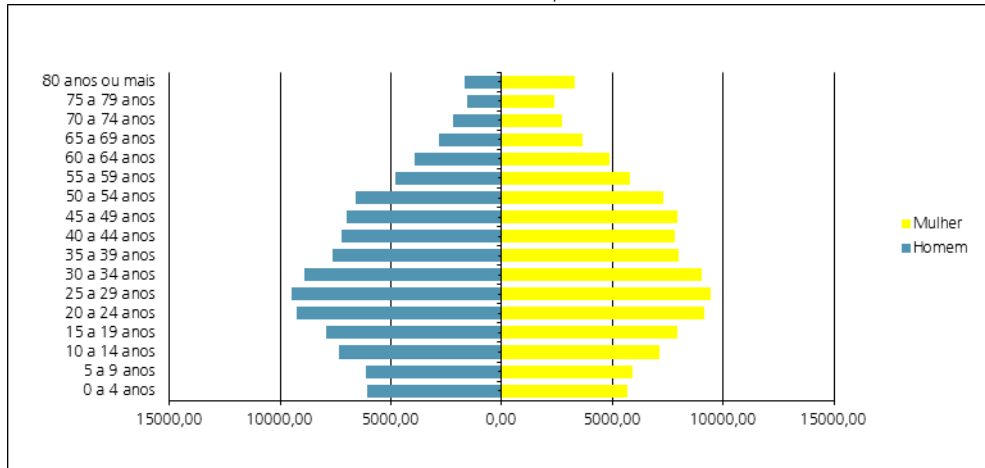
**Figura 57 – Pirâmide Etária da microrregião de Jaboticabal, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



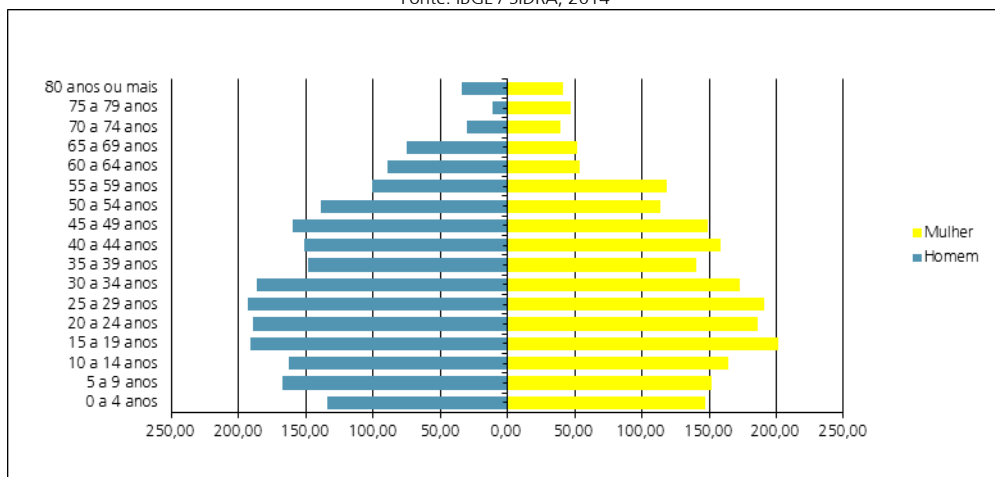
**Figura 58 – Pirâmide Etária do município de Américo Brasiliense, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



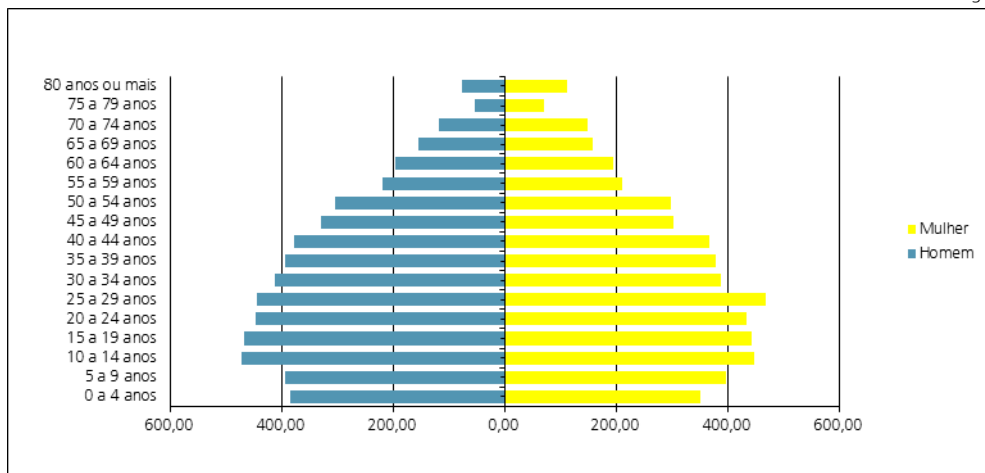
**Figura 59 – Pirâmide Etária do município de Araraquara, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



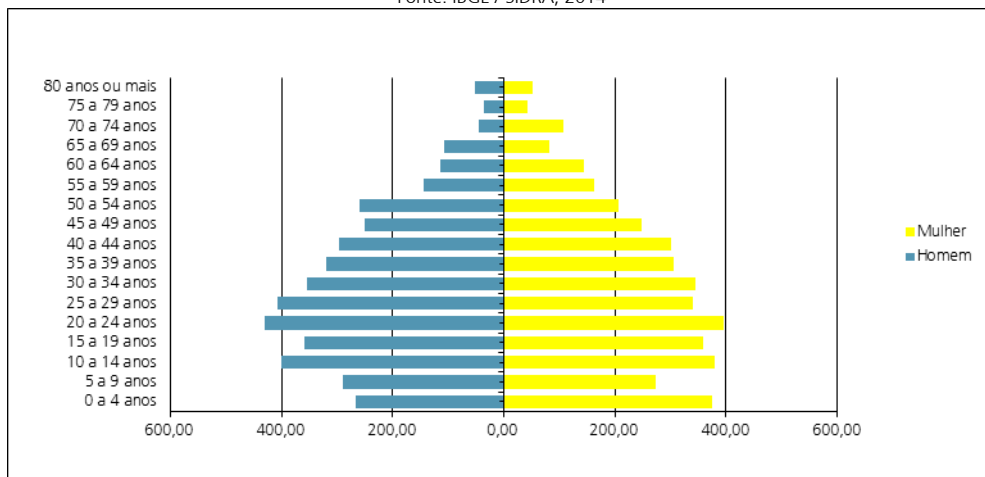
**Figura 60 – Pirâmide Etária do município de Motuca, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



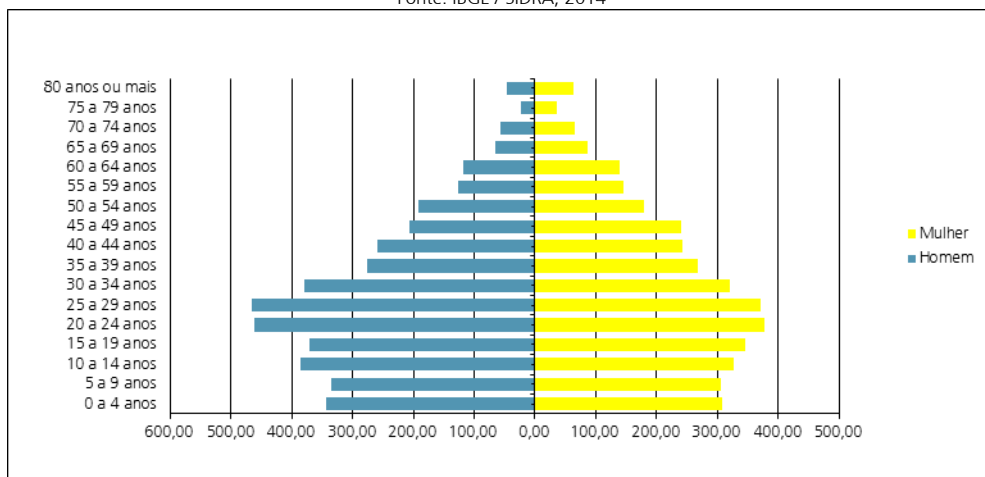
**Figura 61 – Pirâmide Etária do município de Rincão, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 62 – Pirâmide Etária do município de Santa Lúcia, 2010.**

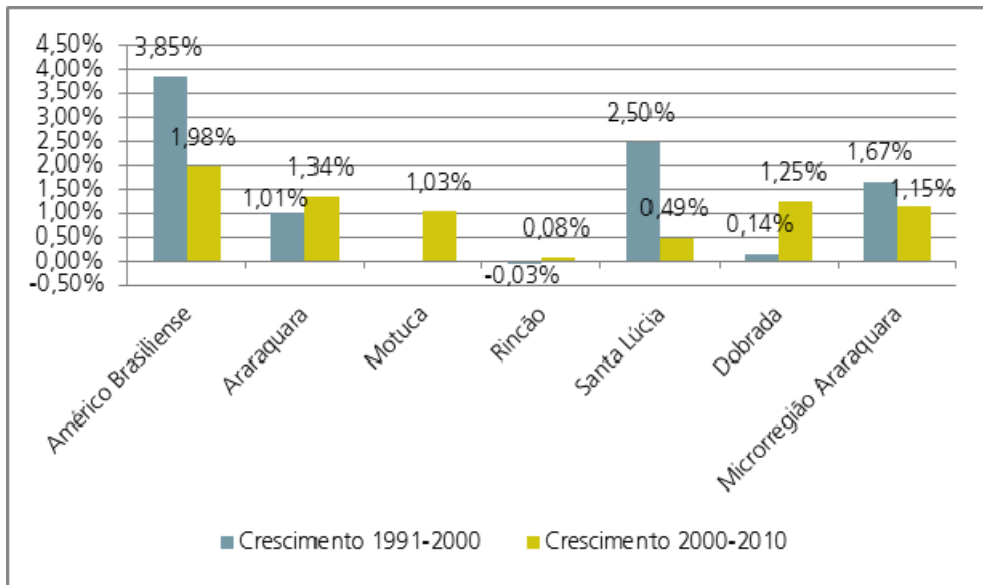
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 63 – Pirâmide Etária do município de Dobrada, 2010.**

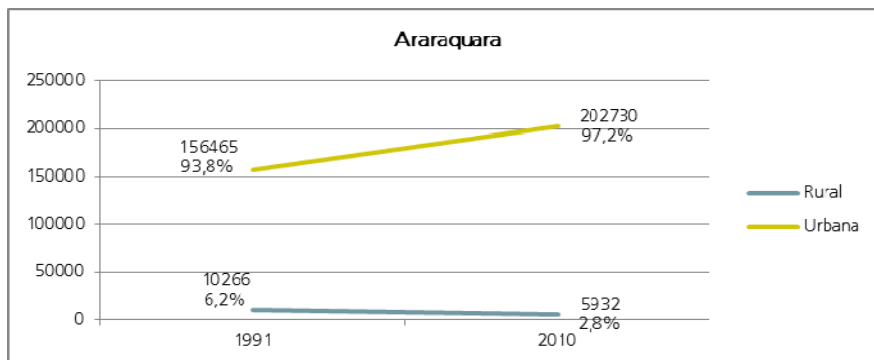
Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

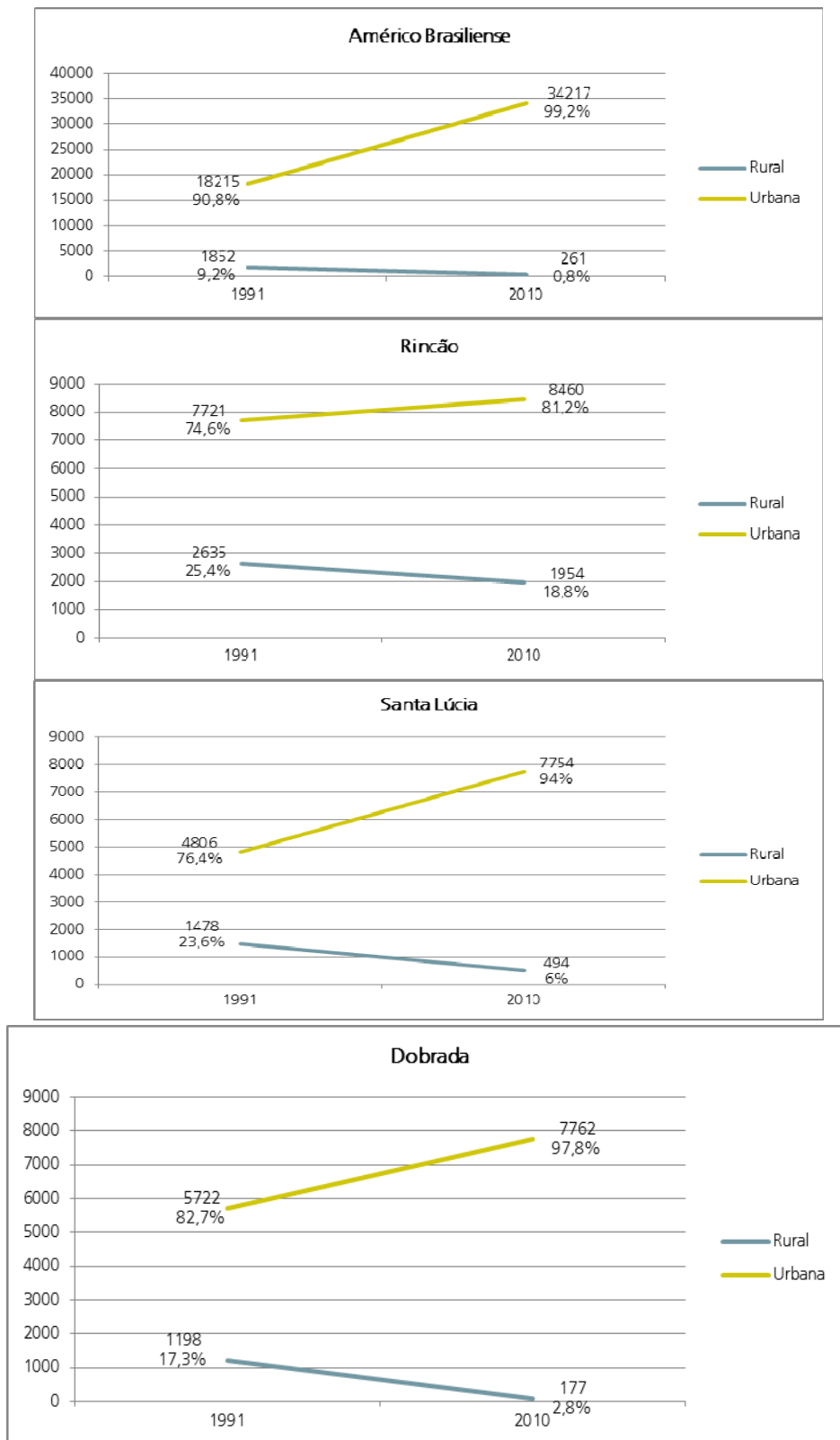




**Figura 64 – Crescimento populacional microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014





**Figura 65 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Araraquara, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014

A última microrregião a ser abordada compreende a microrregião de Frutal, que engloba 12 municípios dos quais será abordado o município de Fronteira.

Segundo censo Demográfico realizado em 2010, o município possuía 14.041 habitantes, sendo que 93,26% residiam na zona urbana. Sua área correspondia a 1,18% da área total da microrregião e 0,03% do estado. A densidade demográfica do município era de 70,21 hab./km<sup>2</sup>, maior que a da microrregião e do estado de Minas Gerais. O crescimento mais expressivo foi de 4,42% registrado no período de 2000-2010, maior em relação à microrregião e ao estado de Minas Gerais. Sua população rural caiu de 20,55% em 1991, para 6,74%, em 2010. Enquanto a população urbana aumentou de 79,45% em 1991, para 93,26%, em 2010, aumentando, portanto, seu grau de urbanização.

Analisando-se a pirâmide etária, observa-se uma base estreita que evidencia uma queda na taxa de fecundidade para ambos os sexos. Além disso, há um encurtamento da população feminina no grupo de 35 a 39 anos, podendo representar, uma saída desta população em busca de emprego. No mais a população segue uma tendência regular de distribuição etária da população. .

Em relação a todos os municípios da All, em ambos os estados, São Paulo e Minas Gerais, Fronteira se destaca pelo seu crescimento expressivo, estando em quarto lugar entre os cinco municípios com maiores taxas de crescimento no período de 2000-2010. Nos demais indicadores demográficos o município se mostra mediano junto aos outros.

O quadro abaixo apresenta os dados da microrregião e do respectivo município abordado. As figuras a seguir mostram a distribuição etária dos municípios e microrregião e a da sequência mostra as taxas de crescimento anual para os dois períodos.

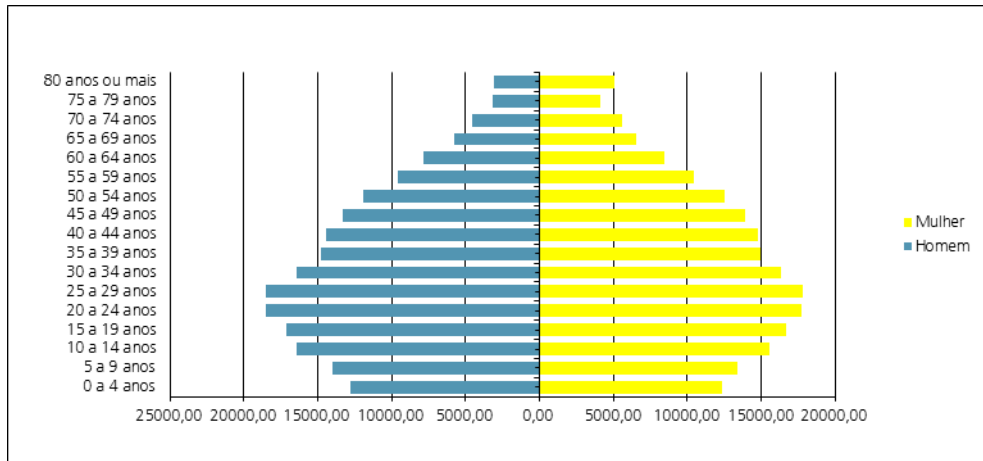
**Quadro 17 – Características Demográficas da Microrregião de Frutal e os municípios correspondentes, 2010.**

<b>Categoria</b>	<b>Município Fronteira</b>	<b>Microrregião Frutal</b>	<b>Estado de Minas Gerais</b>
Instalação	18/07/1943	-	-
Área (km <sup>2</sup> )	200,00	16.840,00	586.520,40
Densidade Demográfica Hab./km <sup>2</sup>	70,21	10,7	33,41
Grau de Urbanização	93,26%	83,87%	85,29%
População 2010	14.041	179.512	19.597.330
Crescimento 1991-2000	1,49%	0,72%	1,44%
Crescimento 2000-2010	4,42%	1,52%	0,90%
População Rural 1991	1624	41642	3956259
População Urbana 1991	6278	102992	11786893
População Rural 2010	946	28959	2882114
População Urbana 2010	13095	150553	16715216

Fontes: IBGE Cidades, 2014

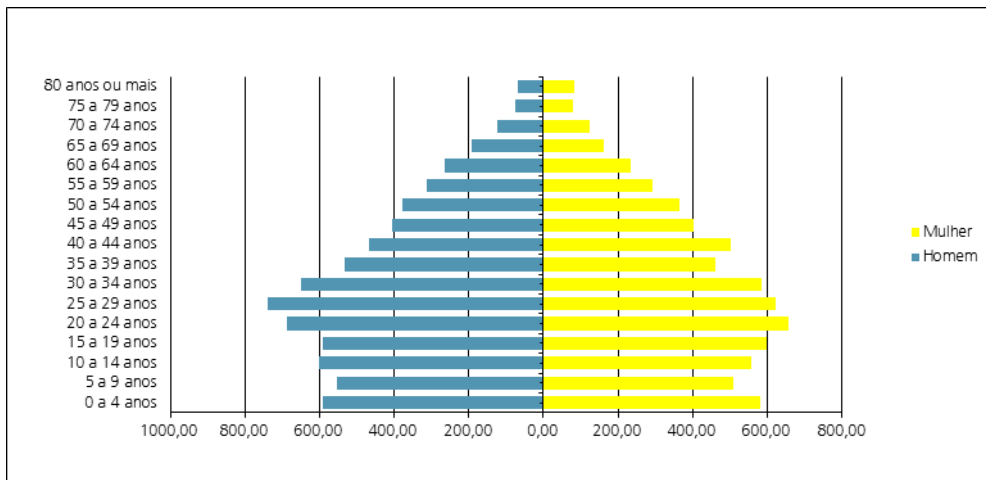
LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental



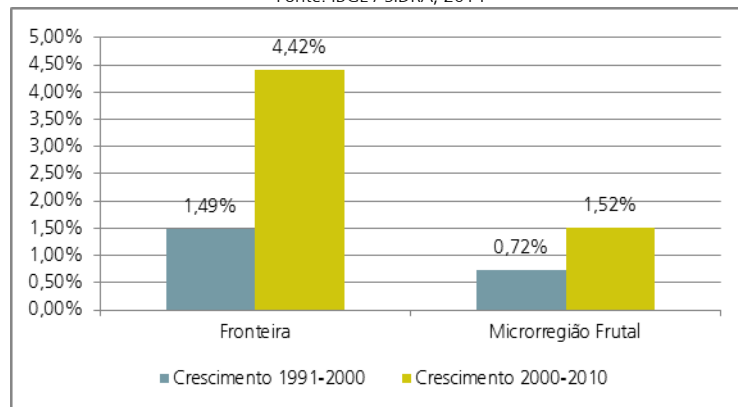
**Figura 66 – Pirâmide Etária da microrregião de Frutal, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



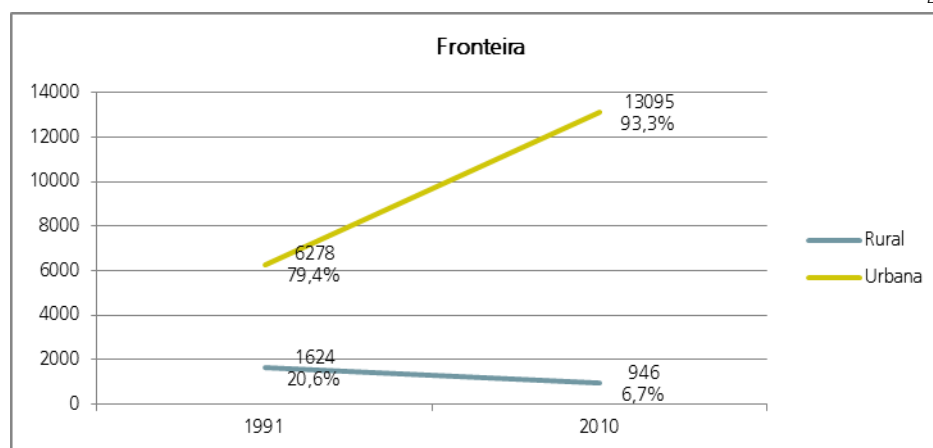
**Figura 67 – Pirâmide Etária do município de Fronteira, 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 68 – Crescimento populacional microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 1991-2000 e 2000-2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA, 2014



**Figura 69 – Crescimento populacional rural e urbano, municípios da microrregião de Frutal, 1991 e 2010.**

Fonte: IBGE / SIDRA.

### 7.3.2.2.35 Qualidade de Vida

Nesse item serão analisados dois índices para avaliar a qualidade de vida dos municípios envolvidos no Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, são eles: o Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que será tratado aqui como Firjan, apenas. Ambos os índices variam de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento do local analisado.

O IDH-M é composto por três componentes-chave, a saber: longevidade, conhecimento e renda. A longevidade é medida pela expectativa de vida ao nascer. O Conhecimento (educação) é medido por duas variáveis relativas à educação, sendo elas: alfabetização de adultos e média de escolaridade, em anos. À primeira variável atribui-se o peso de 2/3, enquanto que para a segunda, 1/3. A renda, por fim, é medida pela renda per capita média. A variação do índice corresponde aos seguintes níveis de classificação: Muito baixo: 0 a 0,49; Baixo: 0,5 a 0,59; Médio: 0,6 a 0,69; Alto: 0,7 a 0,79, e; Muito alto: 0,8 a 1,0.

Já o índice Firjan constitui-se, também, de três indicadores, sendo eles: Emprego e Renda (tratado aqui como Renda), educação e saúde. O primeiro deles considera a geração de emprego formal (postos de trabalho gerados) e a renda (remuneração média mensal do trabalhador formal), ambos com 50% de peso. O indicador de educação capta a oferta e a qualidade do ensino primário ao fundamental. E por fim, o indicador de saúde é mensurado a partir da premissa de atenção básica à saúde, que permite um contato primário da população com os serviços de saúde básicos e essenciais, portanto, atendimento pré-natal, óbitos mal definidos e óbitos infantis. Sua variação corresponde

aos seguintes níveis: Baixo: 0 a 0,4; Regular: 0,4 a 0,6; Moderado: 0,6 a 0,8, e: Alto: 0,8 a 1,0.

A primeira microrregião analisada compreende a microrregião de Rio Claro, composta nesta análise pelo município de Corumbataí. Os dados são apresentados nos quadros abaixo.

Como pode-se observar o IDH-M e o Índice FIRJAM desta microrregião são menores que os do estado de São Paulo, entretanto, observa-se que em 2010, todos os indicadores do IDH-M em Corumbataí são classificados como alto, acima de 0,70. Apenas o indicador de renda do Firjan é muito menor, em relação ao do estado, mantendo-se, todos os outros, próximos aos do estado de São Paulo. Notou-se que os valores do IDH-M praticamente se equiparam apresentado Corumbataí o valor de 0,754 e a microrregião o valor médio de 0,753. Neste município, destacou-se o valor do indicador de educação do índice Firjan, maior entre todos os indicadores.

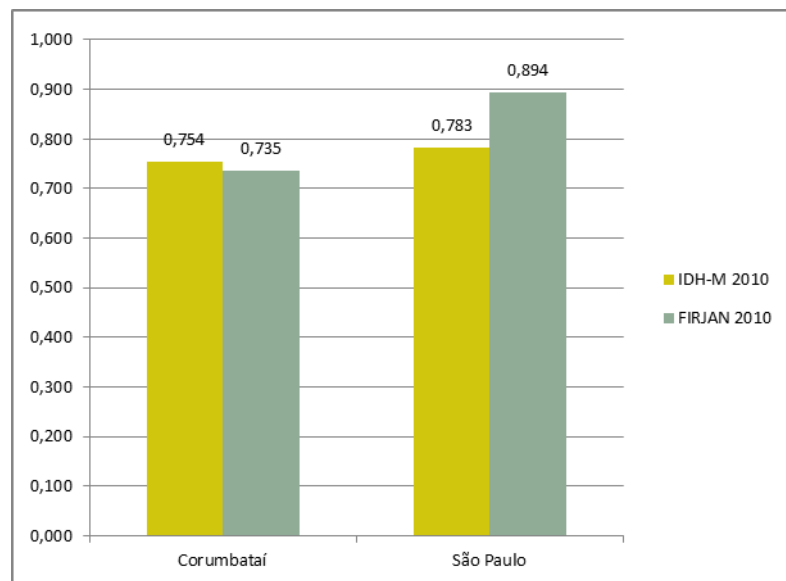
O Firjan equipara-se ao nível alto do IDH-M, acima de 0,7. Entretanto, mesmo equiparando-se em níveis, observa-se menor índice para o Firjan.

Comparando-se com os municípios da All do estado de São Paulo, Corumbataí apareceu entre os dez piores IDH-M em 2000 e entre os dez piores Firjan, em 2010. Considerando, os municípios da All, saiu da 24ª colocação para a 15ª, em 2010 no IDH-M e saiu do 20º lugar para 27º no Firjan. Vale ressaltar que mesmo havendo melhora no valor do índice Firjan, de 2000 para 2010, ele ocupa este lugar entre os dez piores, por haver um avanço, de modo geral nos valores do índice entre os municípios analisados. Os dados são apresentados abaixo.

**Quadro 18 – Indicadores de Qualidade de Vida do município da All da Microrregião de Rio Claro, 2000 e 2010**

Categoria	Município	Microrregião	Estado de São Paulo
	Corumbataí	Rio Claro	
IDH-M 2010	0,754	0,803	0,783
IDH-M Educação	0,700	0,766	0,719
IDH-M Longevidade	0,841	0,862	0,845
IDH-M Renda	0,728	0,784	0,789
FIRJAN 2010	0,735	0,8382	0,894
FIRJAN Educação	0,957	0,9419	0,914
FIRJAN Saúde	0,820	0,8540	0,883
FIRJAN Renda	0,426	0,7187	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 70 – Indicadores de Qualidade de Vida de Corumbataí e do estado de São Paulo, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A segunda microrregião analisada é a de Mogi Mirim com dois municípios envolvidos na All da LT 500kV Marimbondo II, a saber: Artur Nogueira e Engenheiro Nogueira. Em ambos os municípios os índices se encontram equivalentes em seus valores. Nenhum dos municípios supera o índice do estado. Observou-se que em 2010 o IDH-M de Artur Nogueira, obteve o mesmo valor do IDH-M da microrregião, 0,749.

No município de Engenheiro Coelho, vale destacar os valores do Firjan Renda 2010 se classificou na categoria regular. Este município saltou do 22º para o 27º lugar no IDH-M, de 2000 para 2010 e de 24º para o 26º lugar no decênio para o índice Firjan.

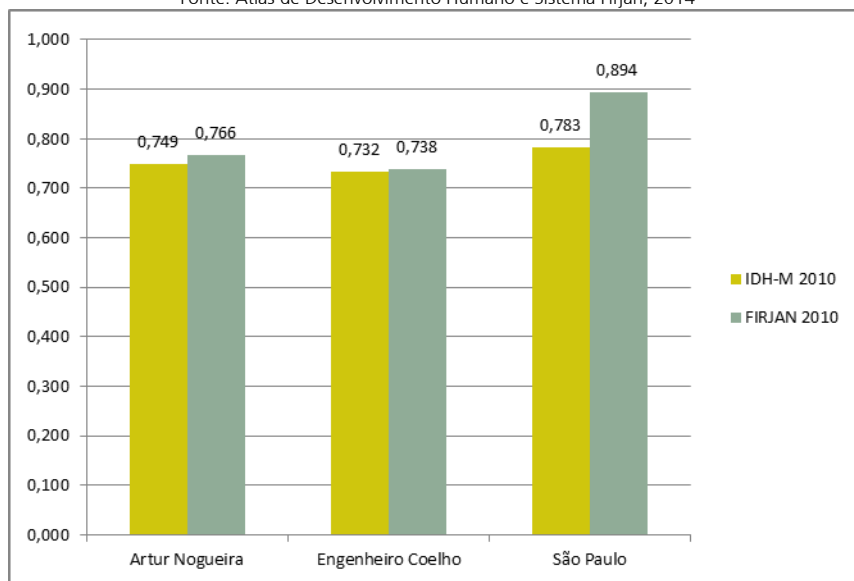
No município de Artur Nogueira destacou-se o indicador Firjan Renda 2010, que se enquadra na mesma categoria, regular. Da mesma forma que em Corumbataí, observa-se uma elevação dos índices, porém, uma queda na posição entre os municípios da All do estado de São Paulo. Para o IDH-M, o município sai de 19º para 17º lugar. Já para o índice Firjan o município sai de 21º para 19º lugar em 2010. Os dados são apresentados no quadro e na figura abaixo.

**Quadro 19 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Mogi Mirim, 2000 e 2010**

Categoria	Município		Microrregião	Estado de
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	Mogi Mirim	São Paulo
IDH-M 2010	0,749	0,732	0,784	0,783
IDH-M Educação	0,681	0,668	0,715	0,719
IDH-M Longevidade	0,827	0,815	0,879	0,845

Categoria	Município		Microrregião	Estado de
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	Mogi Mirim	São Paulo
IDH-M Renda	0,745	0,720	0,767	0,789
FIRJAN 2010	0,766	0,738	0,8075	0,894
FIRJAN Educação	0,912	0,833	0,8721	0,914
FIRJAN Saúde	0,845	0,816	0,8243	0,883
FIRJAN Renda	0,542	0,564	0,7261	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura -71 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Mogi Mirim, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A terceira microrregião, de Catanduva, compreende três municípios que serão abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II, a saber: Paraíso, Severínia e Cajobi. Destes, o município que teve o maior índice de qualidade de vida foi Paraíso, com 0,749 e 0,817 para o IDH-M e Firjan, respectivamente. Todos os municípios encontravam-se no padrão alto, no IDH-M e no Firjan, exceto o município de Cajobi, com padrão moderado para o Firjan em 2010. O município de Paraíso atingiu IDH-M superior ao da microrregião que foi de 0,739.

No município de Paraíso observa-se um salto da 28ª colocação para 18ª no IDH-M e uma posição melhor no Firjan, que se coloca entre os dez melhores, em 8º lugar em 2000 e em 12º, em 2010. Contudo, mesmo estando bem posicionado no ranking dos municípios da All, observou-se o valor do indicador Firjan Renda de 0,506, regular. Excetuando-se este indicador, este foi o município que apresentou os melhores indicadores e índices entre os três municípios da microrregião (IDH-M e Firjan).

No município de Severínia observou-se valores mais baixos para os indicadores e índices relativo ao município de Paraíso, porém o indicador Firjan Renda é superior ao deste



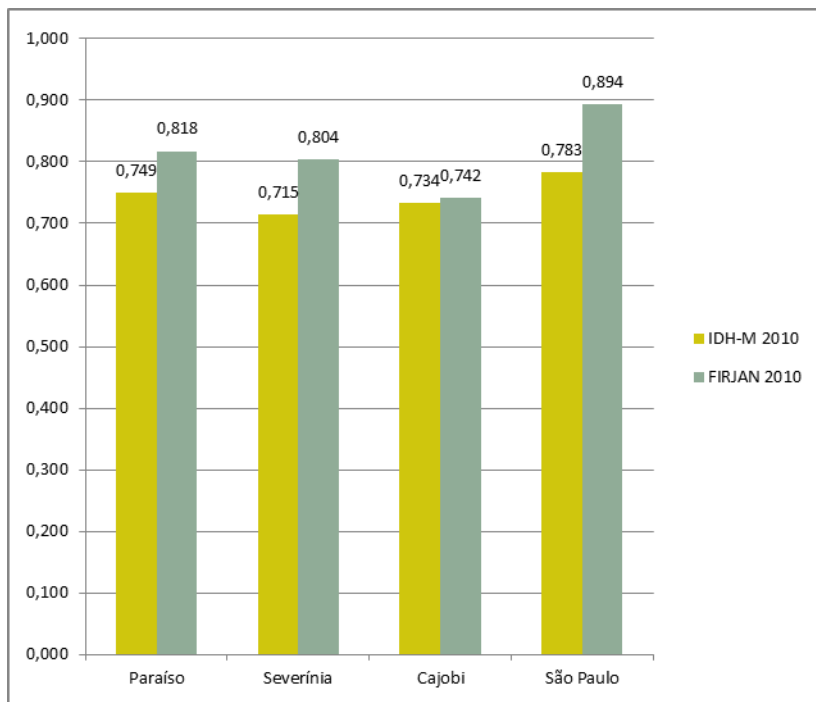
município. O município cai do 25º para o 30º lugar, em 2010 no IDH-M e no Firjan o município saiu da 31ª colocação em 2000, alcançando melhor posição em 2010 ficando em 14ª.

O município de Cajobi possui o mesmo na classe baixa para o indicador mencionado acima: Firjan Renda 2010. Ao passo que o maior indicador apresentado é o Firjan Educação com valor de 0,940, na categoria alto. No IDH-M o município saltou de 31º em 2000, para 26º em 2010. Já no Firjan o município alcançou melhor posição, de 27º para 25º lugar em 2010, passando do padrão médio à alto. Em ambos os índices, o município se encontra entre os dez com os piores valores no ranking dos municípios avaliados na All. Os dados são apresentados nos quadros e figuras abaixo.

**Quadro 20 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Catanduva, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião	Estado de São Paulo
	Paraíso	Severínia	Cajobi	Catanduva	
IDH-M 2010	0,749	0,715	0,734	0,785	0,783
IDH-M Educação	0,668	0,638	0,674	0,740	0,719
IDH-M Longevidade	0,837	0,807	0,822	0,853	0,845
IDH-M Renda	0,751	0,709	0,714	0,767	0,789
FIRJAN 2010	0,818	0,804	0,742	0,8737	0,894
FIRJAN Educação	0,966	0,879	0,940	0,9195	0,914
FIRJAN Saúde	0,980	0,903	0,905	0,8924	0,883
FIRJAN Renda	0,506	0,629	0,382	0,8093	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 72 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Catanduva, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A quarta microrregião, de São Carlos, também engloba três municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II, sendo eles, Analândia, Descalvado e São Carlos. O município que se destaca, nos dois índices é São Carlos, com os melhores resultados, ultrapassando, inclusive o estado nos dois anos avaliados. Ele é o único com padrão muito alto, para o IDH-M e alto, no Firjan. Apresentou-se sempre entre os 10 melhores índices no ranking dos municípios da All do estado de São Paulo. Entre os municípios da microrregião, o maior indicador apresentado é o Firjan Educação, em 2010, no município de São Carlos, ao passo que o menor é observado para o Firjan Renda no município de Analândia.

Neste município observou-se valores relativamente altos para os índices, sua colocação no ranking dos municípios não avançou. No índice Firjan o salto entre os municípios da All foi de 12ª colocação em 2000 para 21ª, em 2010. Já no IDH-M, o município caiu de 12º para 14º colocado, em 2010. Isso se deve ao fato de haver um avanço entre os municípios que tinham índices piores em 2000 e melhoraram consideravelmente em 2010. Chama a atenção o baixo valor do indicador Firjan Renda neste município.

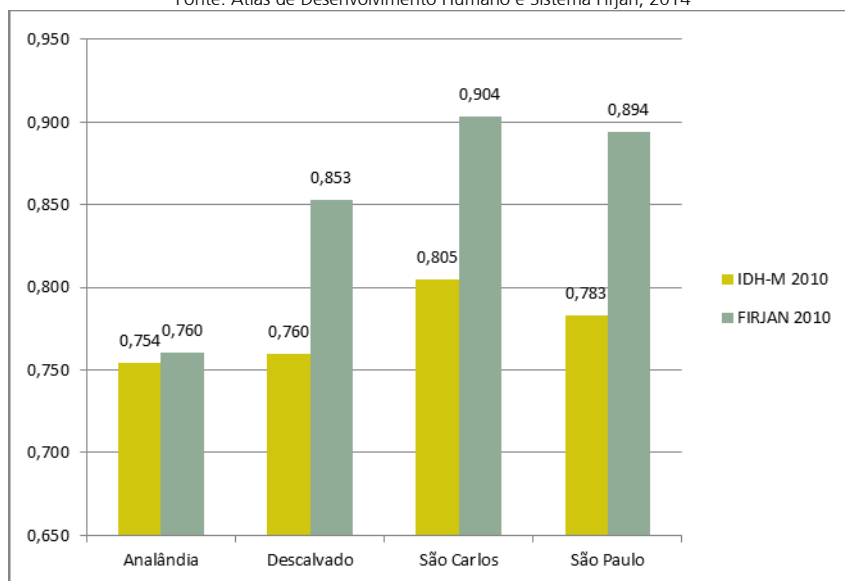
Em Descalvado vale ressaltar o valor mais alto entre os municípios desta microrregião, para um dos indicadores, Firjan Saúde de 0,957. Neste município os valores são maiores que os de Analândia e menores que os de São Carlos.

Em São Carlos, como já dito, observou-se os melhores índices. Sua colocação no ranking dos municípios da AII é melhor para o IDH-M, 2º lugar para os dois anos. No Firjan ele se coloca em 7º lugar em 2000 e 5º lugar em 2010. As informações seguem nos quadros abaixo.

**Quadro 21 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII analisados da Microrregião de São Carlos, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião	Estado de São Paulo
	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Carlos	
IDH-M 2010	0,754	0,760	0,805	0,805	0,783
IDH-M Educação	0,668	0,687	0,766	0,766	0,719
IDH-M Longevidade	0,861	0,865	0,863	0,863	0,845
IDH-M Renda	0,745	0,740	0,788	0,788	0,789
FIRJAN 2010	0,760	0,853	0,904	0,8500	0,894
FIRJAN Educação	0,871	0,925	0,968	0,9333	0,914
FIRJAN Saúde	0,846	0,957	0,912	0,8362	0,883
FIRJAN Renda	0,565	0,676	0,831	0,7807	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura -73 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII analisados da Microrregião de São Carlos, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A quinta microrregião de São Paulo, a ser analisada compreende a microrregião de São José do Rio Preto, com três municípios abrangidos pela AII da LT 500kV Marimondo II, a saber: Altair, Icém e Olímpia. O município com maior índice nos dois casos (IDH-M e Firjan) foi Olímpia, entretanto, sem ultrapassar os valores estabelecidos para o estado. O indicador Firjan Renda é o único mais baixo para este município, com valor de 0,595.

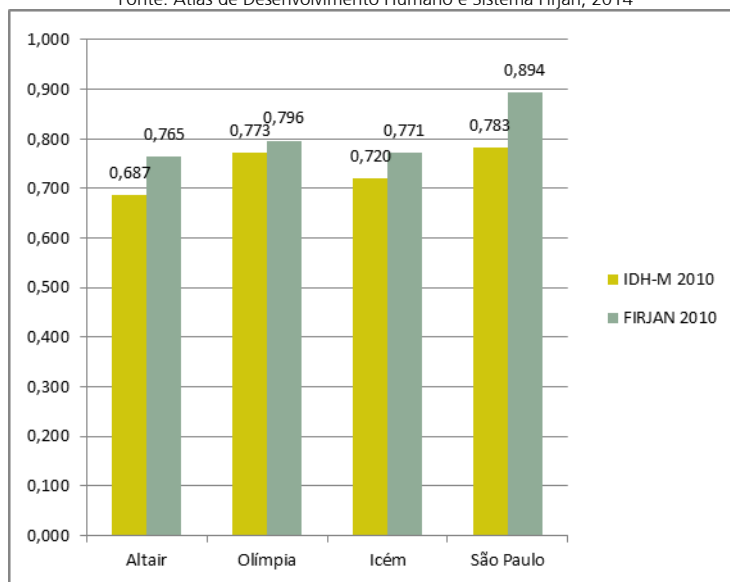
Os índices do município de Icó preponderaram maiores que os de Altair, o terceiro município da microrregião. O município saltou de 6º colocado no ranking para o 18º, em 2010 no Firjan. Sua colocação no IDH-M é pior, estando 21º em 2000 e passando para 28º, em 2010.

Em Altair observou-se o segundo menor IDH-M entre os municípios inseridos na All, com valor de 0,687, estando em 33º lugar. Já no Firjan o município está melhor colocado, em 20º lugar. Nota-se que em 2010 seu IDH-M foi classificado como médio, 0,687, quando os outros municípios analisados, a microrregião e o estado, apresentaram classificação alta. Os dados são apresentados no quadro e na figura abaixo.

**Quadro 22 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de São José do Rio Preto, 2010.**

Categoria	Município			Microrregião São José do Rio Preto	Estado de São Paulo
	Altair	Olímpia	Icó		
IDH-M 2010	0,687	0,773	0,720	0,797	0,783
IDH-M Educação	0,581	0,724	0,646	0,748	0,719
IDH-M Longevidade	0,800	0,867	0,806	0,846	0,845
IDH-M Renda	0,698	0,737	0,716	0,801	0,789
FIRJAN 2010	0,765	0,796	0,771	0,9116	0,894
FIRJAN Educação	0,841	0,930	0,939	0,9441	0,914
FIRJAN Saúde	0,884	0,864	0,894	0,9560	0,883
FIRJAN Renda	0,569	0,595	0,479	0,8347	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 74 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de São José do Rio Preto, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A próxima microrregião é a de Limeira, com quatro municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II, a saber: Leme, Araras, Conchal e Santa Cruz da Conceição. O município que se destacou em relação aos outros da microrregião foi Araras, com os melhores índices, alcançando o Firjan, maior valor que o do estado e o IDH-M estando

bem próximo ao do estado e superior ao valor da microrregião que foi de 0,758. Sua colocação no ranking dos municípios da All é melhor para o Firjan, saltando de 5º, para 4º colocado em 2010, e de 6º para 8º em 2010, no IDH-M.

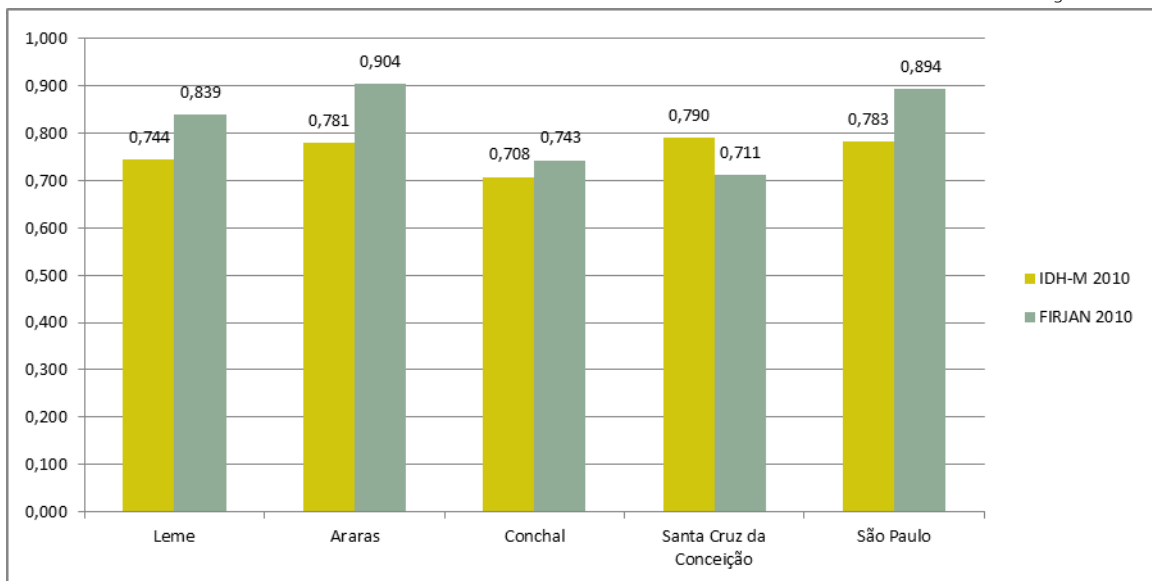
O município que ultrapassou o estado em 2010 com maior IDH-M foi Santa Cruz da Conceição, com 0,790, padrão alto, sendo o município com maior IDH-M entre os quatro da microrregião analisados, porém possui os menores índices Firjan, com destaque para o indicador Firjan Renda com o valor de 0,364 sendo o menor entre os municípios da microrregião inseridos na All.

Em Conchal observa-se o menor IDH-M entre os municípios da microrregião e segundo menor Firjan. O município possui a última colocação no IDH-M 2000 estando em 33º lugar e salta para o 31º em 2010. No Firjan o município sai do 22º lugar para ocupar o 24º, passando a ocupar os dez piores lugares do índice. Os dados são apresentados no Quadro 23 e na Figura 75, abaixo.

**Quadro 23 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Limeira, 2010.**

Categoria	Município				Microrregião de Limeira	Estado de São Paulo
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição		
IDH-M 2010	0,744	0,781	0,708	0,790	0,775	0,783
IDH-M Educação	0,665	0,728	0,614	0,679	0,719	0,719
IDH-M Longevidade	0,851	0,859	0,827	0,876	0,852	0,845
IDH-M Renda	0,729	0,763	0,699	0,830	0,761	0,789
FIRJAN 2010	0,839	0,904	0,743	0,711	0,8313	0,894
FIRJAN Educação	0,958	0,956	0,932	0,942	0,8950	0,914
FIRJAN Saúde	0,851	0,917	0,874	0,827	0,7955	0,883
FIRJAN Renda	0,709	0,840	0,423	0,364	0,8032	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 75 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Limeira, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A próxima microrregião é a de Jaboticabal, com 5 municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II, sendo eles, Monte Alto, Pirangi, Santa Ernestina, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto.

Destes, o município que apresentou maiores índices no ano de 2010 foi Monte Alto, com maior IDH-M e Firjan, entretanto, nenhum ultrapassou os valores estabelecidos para o estado de São Paulo. No ano de 2010, os municípios de Monte Alto e Pirangi, superaram o IDH-M da microrregião que foi de 0,751, sendo este valor também menor que o IDH-M do estado que foi de 0,783.

O município com os segundos melhores resultados entre os municípios desta microrregião inseridos na All, foi Vista Alegre do Alto, com maior Firjan, porém, não com maior IDH-M em 2010. Esta posição, de segundo maior IDH-M entre os municípios inseridos na All dessa microrregião foi ocupada pelo município de Pirangi, com padrão alto em 2010. A propósito disto, todos os municípios aqui analisados encaixaram-se no padrão alto de IDH-M no ano de 2010, porém no Firjan, para este ano há uma variação dos padrões, que obteve representações nos padrões moderado e alto.

Monte Alto ocupa o padrão alto do IDH-M e Firjan em 2010. Pirangi ocupa também o padrão alto no IDH-M e no Firjan, o seu padrão é moderado. Santa Ernestina se encontrou na mesma situação que Pirangi quanto ao IDH-M, ou seja, Seu padrão é alto e no Firjan, moderado. Taquaritinga também mantém esta posição de padrão alto no IDH-

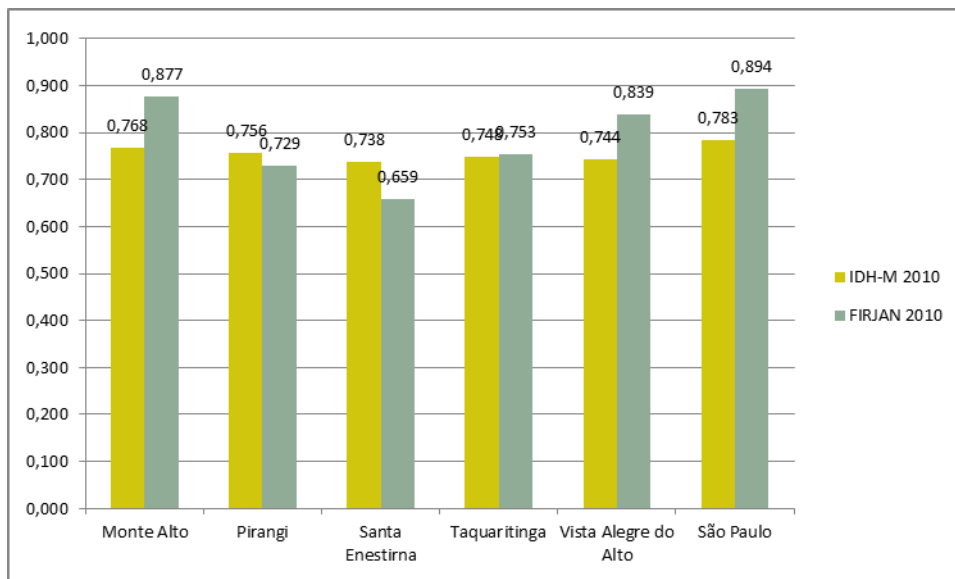
M, padrão moderado no Firjan. Vista Alegre do Alto tem seu IDH-M no padrão alto e o Firjan também.

No ranking de 2010 entre os municípios da All, Monte Alto ocupou lugar entre os dez melhores IDH-M, porém, cai para 11º lugar. No Firjan ocorreu o inverso, pois o município melhorou sua colocação entre os dez primeiros, passando de 10º a 6º colocado. Pirangi manteve-se na 13ª posição no IDH-M nos dois anos, já no Firjan observou-se uma queda brusca, saindo do 14º lugar para 28º. Santa Ernestina também manteve uma posição no IDH-M, em 23º lugar, porém no Firjan o município saiu de 30º para 33º lugar, mantendo-se, portanto, sempre entre os dez piores índices entre os municípios da abrangidos pela All da LT 500kV Marimondo II. Vista Alegre do Alto ocupou, junto com Monte Alto, os dez melhores lugares com melhores índices no Firjan, não ocupando tal posição no IDH-M.

**Quadro 24 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Jaboticabal, 2010.**

Categoria	Município					Microrregião de Jaboticabal	Estado de São Paulo
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto		
IDH-M 2010	0,768	0,756	0,738	0,748	0,744	0,778	0,783
IDH-M Educação	0,707	0,701	0,699	0,696	0,676	0,710	0,719
IDH-M Longevidade	0,859	0,837	0,802	0,827	0,840	0,851	0,845
IDH-M Renda	0,746	0,735	0,716	0,727	0,726	0,778	0,789
FIRJAN 2010	0,877	0,729	0,659	0,753	0,839	0,8582	0,894
FIRJAN Educação	0,933	0,893	0,936	0,908	0,971	0,8841	0,914
FIRJAN Saúde	0,926	0,903	0,795	0,855	0,893	0,9207	0,883
FIRJAN Renda	0,772	0,391	0,247	0,495	0,655	0,7699	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 76 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All de Jaboticabal, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A próxima microrregião de São Paulo abordada, é a de Campinas que compreende cinco municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II. São eles: Jaguariúna, Paulínia, Campinas, Cosmópolis e Holambra. Campinas apresentou os maiores IDH-M e Paulínia, os maiores índices Firjan, sendo que em ambos os casos, maiores que os do estado. Observou-se que no ano de 2010, com exceção de Cosmópolis, todos os outros municípios aqui analisados superaram o IDH-M médio dos municípios da microrregião que foi de 0,779.

No município de Jaguariúna observou-se que possuía, também, o IDH-M maior que o do estado. O município não possuía nenhum indicador no nível baixo, estando todos do IDH-M no padrão alto e muito alto, e para o Firjan, moderados e alto.

Já o município de Paulínia, além de possuir os melhores índices para o Firjan, possuía indicadores altos, com níveis alto e muito alto para o IDH-M e moderado e alto para o Firjan.

Campinas, como já dito, possuía o melhor IDH-M, porém não o melhor índice Firjan. No ranking entre os municípios da All o município apareceu em 3º lugar no IDH-M nos dois anos e em 9º e 2º no Firjan, em 2000 e 2010, respectivamente, ficando atrás apenas de Paulínia no último ano. Tem seu padrão muito alto, no IDH-M e alto no Firjan.

Em Cosmópolis observou-se os menores índices entre os municípios desta microrregião. Nem o IDH-M ou o Firjan ultrapassaram os valores estabelecidos para o estado, mas é importante ressaltar a melhora da sua colocação em relação aos municípios abrangidos



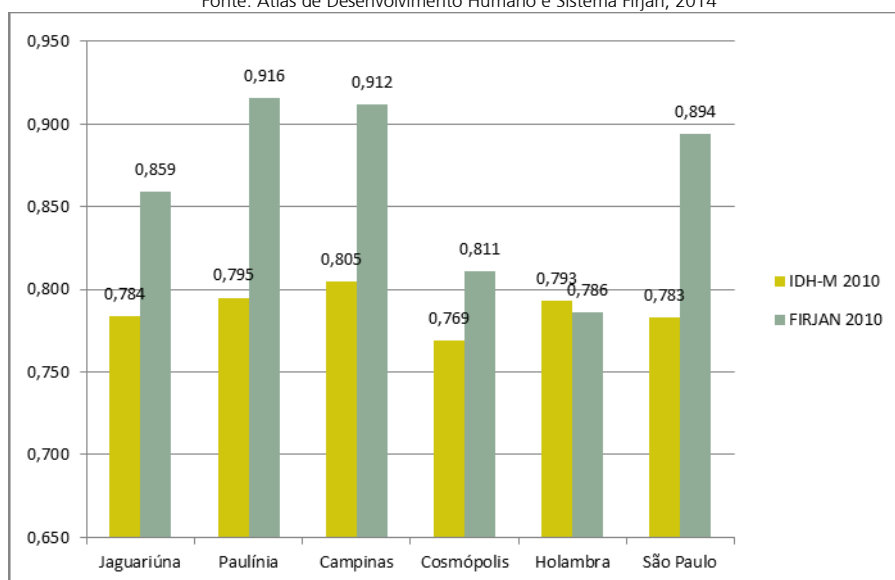
pela AII da LT 500kV Marimbondo II. No IDH-M Cosmópolis saltou do 16º lugar para 10º, alcançando uma importante colocação ficando entre os 10 melhores no IDH-M em 2010. Já no Firjan, o município saltou de 28º para 13º, em 2010.

No município de Holambra observou-se o padrão moderado para o Firjan e alto, no IDH-M. No IDH-M Holambra permaneceu entre os 10 melhores nos dois anos, já no Firjan colocou-se na posição 16º nos dois anos. Os dados são apresentados no quadro e figura abaixo.

**Quadro 25 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII da Microrregião de Campinas, 2010**

Categoria	Município					Microrregião de Campinas	Estado de São Paulo
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra		
IDH-M 2010	0,784	0,795	0,805	0,769	0,793	0,805	0,783
IDH-M Educação	0,715	0,727	0,731	0,697	0,698	0,731	0,719
IDH-M Longevidade	0,862	0,864	0,860	0,876	0,878	0,860	0,845
IDH-M Renda	0,782	0,800	0,829	0,746	0,815	0,829	0,789
FIRJAN 2010	0,859	0,916	0,912	0,811	0,786	0,8704	0,894
FIRJAN Educação	0,957	0,968	0,914	0,883	0,974	0,8812	0,914
FIRJAN Saúde	0,934	0,925	0,926	0,842	0,907	0,9332	0,883
FIRJAN Renda	0,686	0,855	0,895	0,708	0,478	0,7968	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 77 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da AII da Microrregião de Campinas, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

A próxima microrregião de interesse trata-se da microrregião de Araraquara, com seis municípios abrangidos pela AII da LT 500kV Marimbondo II, são eles: Américo Brasiliense, Araraquara, Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Dobrada. Destes, o município com maior

desempenho, em ambos os índices, é Araraquara, superando os índices do estado, com padrão alto no Firjan e padrão muito alto para o IDH-M.

Notou-se que em 2010 os municípios: Américo Brasiliense, Araraquara e Motuca, registraram IDH-M superior ao da média dos municípios da microrregião que foi de 0,738.

No município de Américo Brasiliense vale ressaltar que é o segundo município entre os da microrregião com os maiores índices. Sua colocação no ranking dos municípios da All é mediana, estando posicionado em 18º lugar em 2000 e 16º em 2010 no IDH-M, entretanto há um importante salto no Firjan, saindo de 17º em 2000 para 9º em 2010, ocupando, portanto lugar entre os dez melhores índices dos municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II.

Em Araraquara observaram-se indicadores nos níveis alto e muito alto para o IDH-M e no nível alto para o Firjan. O município se manteve com o melhor IDH-M entre os 33 municípios da All aqui nos dois anos. No Firjan, o município ocupava o 1º lugar e caiu para o 3º em 2010, estando atrás de Paulínia e Campinas.

Motuca destacou-se por apresentar uma piora na sua colocação. No IDH-M o município passou de 20º para 22º em 2010 e no Firjan, de 11º, para 23º em 2010.

Rincão está entre os dez piores resultados para ambos os índices nos dois anos, melhorando sua posição no IDH-M, de 27º para 25º e mantendo-se em 29º no Firjan nos dois anos. No IDH-M o município tem seu padrão alto e no Firjan o padrão é moderado. Não observou-se nenhum valor superior ao do estado em ambos os índices avaliados.

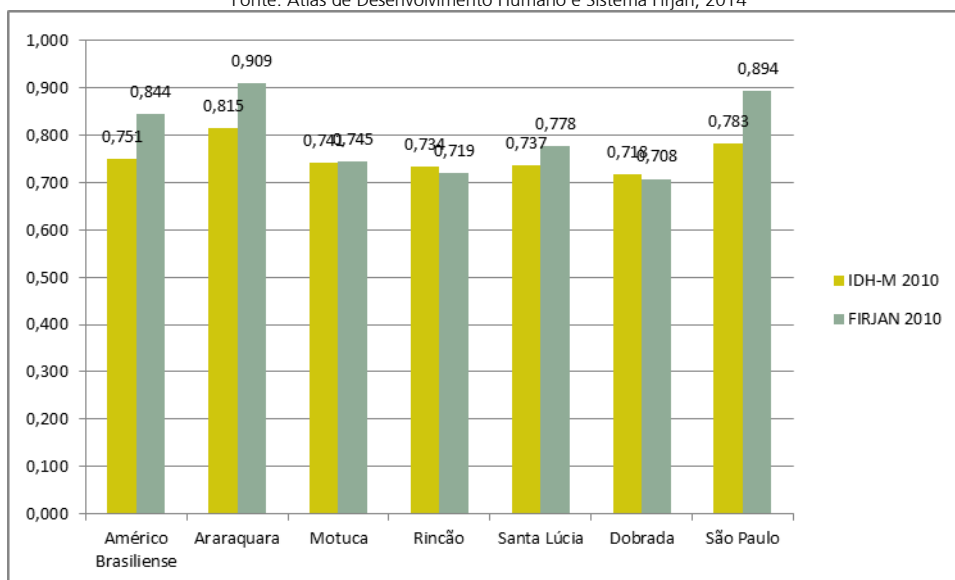
Santa Lúcia, tal como Rincão tem seu padrão moderado no Firjan e alto no IDH-M, porém cai em posição no ranking dos municípios da All. Este município encontrava-se em 14º lugar no ranking dos municípios da All e foi para 24º, ocupando lugar entre os dez piores índices no IDH-M em 2010. No Firjan sua queda é menos brusca, saindo de 15º para 17º em 2010.

Em Dobrada observou-se também, uma queda no índice Firjan, que tem seu padrão moderado, com queda na sua posição entre os municípios da All. O município saiu de 18º lugar para 32º no Firjan. Já no IDH-M o município se manteve na posição de 29º, portanto entre os dez piores índices. Os dados apresentam-se no quando e figura que seguem.

**Quadro 26 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Araraquara, 2010**

Categoria	Município						Microrregião de Araraquara	Estado de São Paulo
	Américo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada		
IDH-M 2010	0,751	0,815	0,741	0,734	0,737	0,718	0,815	0,783
IDH-M Educação	0,701	0,782	0,691	0,682	0,703	0,655	0,782	0,719
IDH-M Longevidade	0,852	0,877	0,859	0,826	0,818	0,818	0,877	0,845
IDH-M Renda	0,709	0,788	0,685	0,701	0,696	0,691	0,788	0,789
FIRJAN 2010	0,844	0,909	0,745	0,719	0,778	0,708	0,8757	0,894
FIRJAN Educação	0,946	0,960	0,934	0,879	0,901	0,896	0,9486	0,914
FIRJAN Saúde	0,845	0,921	0,879	0,843	0,895	0,884	0,9128	0,883
FIRJAN Renda	0,741	0,847	0,422	0,436	0,537	0,344	0,7656	0,884

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura -78 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Araraquara, 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

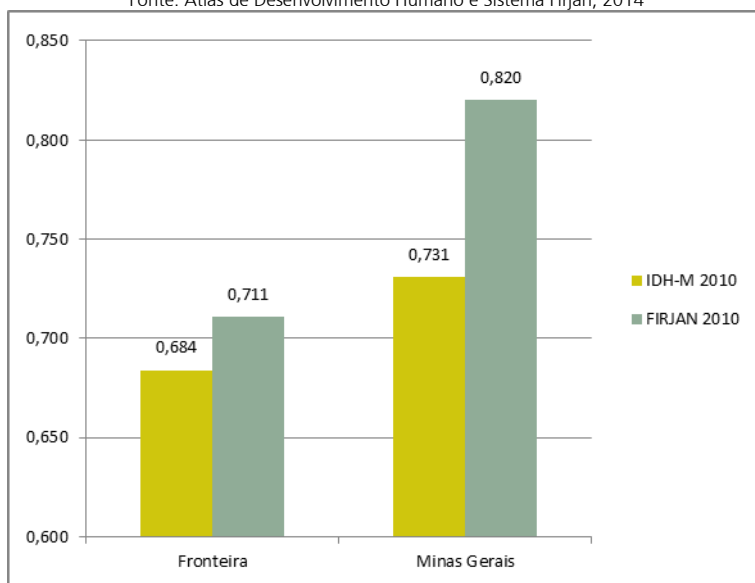
Por fim, a última microrregião de análise abrangida pela All da LT 500kV Marimondo II se encontra no estado de Minas Gerais, que é a microrregião de Frutal, onde localiza-se o município de Fronteira que interessa aqui. Dos municípios analisados na All, este é o que possuía o IDH-M mais baixo no ano de 2000, seguido apenas por Altair-SP, mantendo-se no padrão médio de classificação nos dois anos. No índice Firjan encontrava-se em igual situação, ocupando o pior lugar entre os municípios analisados na All, seguido por Altair-SP e Conchal-SP. Contudo, o índice Firjan tem seu padrão moderado em 2010.

O IDH-M 2010 não alcançou posição igual ou superior à do estado e da microrregião, situando em uma faixa inferior ao da média dos municípios da microrregião e do estado, que obtiveram resultados classificados como altos. Os dados são apresentados no quadro e figura abaixo.

**Quadro 27 – Características Demográficas da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2010**

Categoria	Município	Microrregião	Estado
	Fronteira	Frutal	Minas Gerais
IDH-M 2010	0,684	0,711	0,731
IDH-M Educação	0,530	0,587	0,638
IDH-M Longevidade	0,871	0,856	0,838
IDH-M Renda	0,693	0,716	0,730
FIRJAN 2010	0,711	0,6945	0,820
FIRJAN Educação	0,736	0,7649	0,890
FIRJAN Saúde	0,861	0,6475	0,826
FIRJAN Renda	0,535	0,6711	0,826

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014



**Figura 79 – Indicadores de Qualidade de Vida dos municípios da All da Microrregião de Frutal, 2010.**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Sistema Firjan, 2014

### 7.3.2.2.36 Síntese dos aspectos demográficos da All

Este tópico oferece uma análise em perspectiva comparada entre os municípios da All. As informações apresentadas até o momento consideraram os contextos locais e regionais dos municípios, uma vez que ao longo do traçado da LT 500kV Marimbondo II – Campinas encontram-se cenários heterogêneos. No entanto, faz-se necessário uma interpretação global entre os municípios que serão interceptados pelo empreendimento.

A área da All, a extensão territorial total dos municípios somam 10.970,27 km<sup>2</sup> e abriga uma população de 2.341.844 pessoas, segundo censo do IBGE. Porém, esta população não está homogeneamente distribuída no território, esta encontra-se concentrada em determinados espaços. Somente o município de Campinas é responsável por abrigar 46,12% de toda população da All. Ao somar a população dos municípios mais populosos: Campinas, Araras e São Carlos, estes correspondem a 64,51% do total.

De 2000 a 2010 a população obteve uma taxa média de crescimento de 1,65%. Os municípios que mais cresceram em população foram: Paulínia, Holambra, Engenheiro Coelho, Fronteira e Jaguariúna com uma taxa em cerca de 4%. O caso oposto observado foi de Santa Ernestina, nesta década sua população diminuiu 0,31%. Praticamente não se observou um crescimento populacional significativo em Pirangi, Santa Lúcia, Taquaritinga, Corumbataí, Rincão e Cajobi. Estes municípios não alcançaram 1% de aumento da população no período.

A média do grau de urbanização da área em que será instalada a LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas é de 88,89%. Portanto, há municípios como Paulínia (99,91%), Américo Brasiliense (99,24%), Campinas (98,28%), Leme (97,94%), Dobrada (97,77%), Araraquara (97,16%), Jaguariúna (97,12%), São Carlos (95,99%), Monte Alto (95,50%) e Severínia (95,31%) que são urbanizados em mais de 95%. Os municípios que apresentam menor grau de urbanização são: Corumbataí (54,01%), Santa Cruz da Conceição (67,66%), Holambra (72,43%), Motuca (72,45%), Engenheiro Coelho (73,14%) e Altair (79,20%) e Analândia (79,38%).

Como indicado pelo grau de urbanização, a população da All é majoritariamente urbana. Em 2010 havia 2.255.711 nos centros urbanos e 86.133 na área rural. Ou seja, cerca de 96% da população da All reside nas cidades e 4% residente no campo. Uma proporção de 1 pessoa na zona rural para 26 na zona urbana.

Um dos indicadores para avaliar a qualidade de vida de uma população é o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. A média do IDH-M dos municípios da All em 2010 foi 0,752, o que indica médio desenvolvimento humano. No entanto, como já dito, há contextos distintos entre os municípios da All, ficando os municípios de Araraquara (IDH = 0,815), São Carlos (IDH = 0,805) e Campinas (IDH = 0,805) com o indicador acima da média, sendo estes classificados como alto desenvolvimento humano. Nenhum dos demais municípios obtiveram o IDH-M menor do que 0,499, o que significa, que não há na área de estudo do empreendimento LT 500kV Marimbondo II municípios com baixo desenvolvimento humano.

As informações aqui apresentadas tiveram o objetivo de sistematizar e analisar os municípios da All em seu conjunto sob o prisma dos aspectos demográficos. Na

sequência, será apresentado detalhadamente, os indicadores econômicos dos 33 municípios que compõem este estudo, levando em consideração os aspectos de inserções locais de cada um deles.

### 7.3.2.3 Estrutura Econômica

#### 7.3.2.3.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região durante um período determinado. Sua análise em um diagnóstico socioeconômico é relevante, pois permite medir a atividade econômica de uma região, assim é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia.

A microrregião de Rio Claro registrou aumento progressivo de 2006 (R\$3.968.303.000,00) a 2011 (R\$6.573.584.000,00), representando 65,7%. O município de Corumbataí apresentou queda no resultado no ano de 2009 (R\$90.416.000,00), mas voltou a apresentar elevação do PIB nos anos seguintes, fechando 2011 com R\$135.862.000,00, equivalendo a 2,1% do total do PIB da microrregião.

**Quadro 28 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	83.452	83.514	95.963	90.416	108.566	135.862
Microrregião	Rio Claro	3.968.303	4.554.451	4.828.532	5.336.078	5.998.682	6.573.584
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

O Produto Interno Bruto da microrregião de Mogi Mirim apresentou aumento entre 2006 (R\$6.128.164.000,00) e 2011 (R\$9.641.848.000,00), com uma variação de 57,3%. O município de Artur Nogueira apresentou o maior PIB, com R\$672.643.000,00 em 2011 e o município de Engenheiro Coelho no mesmo ano registrou o PIB, de R\$293.392.000,00, representando apenas 3% do total do PIB da microrregião.

**Quadro 29 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	381.550	413.264	434.225	485.145	540.939	672.643
	Engenheiro Coelho	196.639	186.790	214.676	219.848	239.038	293.392
Microrregião	Mogi Mirim	6.128.164	6.675.302	7.097.094	7.523.876	8.753.138	9.641.848

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE,2014

A microrregião de Catanduba registrou aumento no PIB de R\$3.332.452.000,00 em 2006 para R\$4.645.715.000,00 em 2011. O município de Severínia apresentou oscilação no resultado no ano de 2007 (R\$167.443.000,00), mas voltou a registrar aumento nos anos seguintes, alcançando o maior PIB, em 2011, dentre os municípios da microrregião inseridos na All (R\$262.995.000,00), representando 5,7% do total do PIB da microrregião. Cajobi e Paraíso também apresentaram oscilação nos valores do PIB no período analisado, mas fecharam o ano de 2011 com valores significativamente maiores, se comparados a 2006. Assim, em 2006 Cajobi registrou um PIB de R\$87.660.000,00, elevando em 2011 para R\$138.650.000,00, enquanto em Paraíso no ano de 2006 o PIB foi de R\$67.081.000,00, passando em 2011 para R\$100.101.000,00.

**Quadro 30 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduba de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	87.668	101.211	100.711	114.098	117.135	138.650
	Paraíso	67.081	64.954	61.552	70.903	94.084	100.101
	Severínia	206.610	167.443	171.233	182.387	238.981	262.995
Microrregião	Catanduba	3.332.452	3.360.889	3.421.225	4.132.803	4.553.750	4.645.715
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE,2014

O Produto Interno Bruto da microrregião de São Carlos apresentou progressão de R\$4.291.555.000,00 em 2006 para R\$7.273.610.000,00 em 2011, equivalente a 69,5% de aumento. O município com melhor resultado foi São Carlos, registrando R\$5.526.833.000,00 em 2011, equivalendo a 76% do total do PIB da microrregião. Os municípios de Analândia e Descalvado apresentaram oscilações entre 2007 e 2009, mas nos anos seguintes voltaram a ter elevação do PIB, alcançando em 2011 resultados de R\$96.707.000,00 e R\$796.505.000,00, respectivamente.

**Quadro 31 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	70.467	68.523	82.761	70.820	78.990	96.707
	Descalvado	600.146	624.605	631.696	626.650	741.336	796.505
	São Carlos	3.136.620	3.602.823	3.897.084	4.523.514	5.132.194	5.526.833



Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião	São Carlos	4.291.555	4.775.781	5.119.132	5.790.564	6.655.983	7.273.610
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de São José do Rio Preto apresentou um crescimento progressivo entre os anos de 2006 (R\$10.168.869.000,00) a 2011 (R\$17.345.695.000,00). O município com maior PIB foi Olímpia que registrou R\$1.121.627.000,00 em 2011, equivalendo a 6,5% do total do PIB da microrregião. Os municípios de Altair e Içém registraram oscilações de 2006 a 2009, nos anos seguintes conseguiram elevar o PIB, respectivamente para, R\$169.554.000,00 e R\$124.902.000,00.

**Quadro 32 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	97.947	110.271	103.538	96.195	142.024	169.554
	Içém	103.887	87.042	91.806	90.222	114.486	124.902
	Olímpia	788.208	783.316	813.526	931.072	1.025.918	1.121.627
Microrregião	São José do Rio Preto	10.168.869	11.150.792	12.161.096	13.472.187	15.746.512	17.345.695
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Limeira apresentou crescimento do PIB entre 2006 a 2011, passando de R\$9.935.958.000,00 para R\$15.162.009.000,00. O município de Conchal apresentou redução no ano de 2008 (R\$303.748.000,00), mas nos anos seguintes mostrou aumento constante. Araras foi o município com o maior PIB, onde registrou um resultado de R\$2.755.678.000,00 em 2011, correspondendo a 18,2% do total do PIB da microrregião. O município de Santa Cruz da Conceição apresentou o menor PIB da microrregião, R\$84.682.000,00 em 2011, representando apenas 0,56% do total do PIB da microrregião. Leme registrou aumento do PIB em todos os anos do período analisado, e apresentou o segundo maior PIB, entre os municípios da All, que compõem essa microrregião.

**Quadro 33 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	1.976.557	2.064.757	2.141.150	2.407.245	2.593.456	2.755.678
	Conchal	314.751	434.557	303.748	369.018	394.967	449.423
	Leme	890.993	1.052.321	1.141.114	1.338.785	1.513.860	1.736.583



Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Santa Cruz da Conceição	47.758	52.309	54.836	56.048	70.614	84.682
Microrregião	Limeira	9.935.958	10.846.210	11.439.696	12.179.197	13.964.841	15.162.009
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

O Produto Interno Bruto da microrregião de Jaboticabal apresentou um crescimento progressivo entre 2006 (R\$7.107.650.000,00) e 2011 (R\$9.754.755.000,00), atingindo um aumento de 37,2% do PIB, mesmo a microrregião apresentando uma queda no desempenho no ano de 2008. Os municípios de Pirangi e Santa Ernestina apresentaram regressão nos resultados dos anos de 2007 e 2008, mas a partir de 2009 mostraram reação crescente de seus resultados. O município de Vista Alegre do Alto mostrou instabilidade entre os anos de 2007 a 2009, porém nos anos seguintes conseguiu alavancar seus resultados. Monte Alto e Taquaritinga apresentaram crescimento de seu PIB em todos os anos do período analisado, sendo esses dois municípios, entre os municípios inseridos na All dessa microrregião, os que possuem os valores de PIB mais elevados, equivalendo respectivamente a 11,2% e 8,7% do total do PIB da microrregião.

**Quadro 34 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	676.036	755.388	801.230	884.740	1.014.224	1.090.216
	Pirangi	132.603	126.483	114.692	119.328	148.049	160.962
	Santa Ernestina	38.129	41.565	37.287	43.546	50.711	57.434
	Taquaritinga	558.367	579.162	591.073	644.841	777.111	852.437
	Vista Alegre do Alto	108.085	78.677	169.329	144.307	166.960	188.086
Microrregião	Jaboticabal	7.107.650	7.482.072	7.442.128	7.489.549	9.075.949	9.754.755
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

O Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião de Campinas no período de 2006 a 2011 registrou um aumento progressivo, passando de R\$60.034.495.000,00 em 2006 para R\$101.201.526.000,00 em 2011. Percebe-se que a microrregião de Campinas contribuiu com cerca de 13% do PIB do Estado de São Paulo. O município de Cosmópolis registrou crescimento até o ano 2010, alcançando um PIB equivalente a R\$1.006.661.000,00, porém no ano seguinte o PIB regrediu para R\$961.679.000,00. O mesmo aconteceu em

Holambra, quando houve uma pequena redução de 2007 (R\$452.286.000,00) para 2008 (R\$437.799.000,00), voltando a apresentar crescimento nos anos seguintes.

No município de Paulínia também ocorreu fenômeno semelhante ao citado anteriormente em 2006, quando o PIB registrou R\$6.532.965.000,00, apresentando queda em 2007, atingindo o valor de R\$6.330.769.000,00 e se recuperando gradativamente nos demais anos. Já em Campinas e Jaguariúna observou-se crescimento em todos os anos do período analisado. Nota-se também que entre os municípios analisados, Campinas apresentou o maior PIB, representando em 2011, 40%, do total do PIB da microrregião.

**Quadro 35 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Campinas	23.629.697	26.767.620	29.303.152	31.653.414	36.712.724	40.525.214
	Cosmópolis	551.824	623.613	713.466	804.186	1.006.661	961.679
	Holambra	386.383	452.286	437.799	504.309	515.295	574.674
	Jaguariúna	2.316.715	2.385.676	2.531.656	2.714.594	3.066.652	3.364.415
	Paulínia	6.532.965	6.330.769	6.736.551	7.779.500	8.115.393	8.188.942
Microrregião	Campinas	60.034.495	66.603.665	74.918.267	82.313.248	94.656.654	101.201.526
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Araraquara, entre os anos de 2006 e 2010, apresentou um aumento progressivo em seu PIB. Entretanto apresentou uma redução de 2,4% no resultado de 2011, chegando a R\$14.317.973.000,00. O município de Motuca apresentou várias quedas entre 2007 e 2010, voltando a apresentar elevação do PIB no ano de 2011 (R\$98.127.000,00). Porém esse crescimento não chegou a atingir 50% do PIB apresentado em 2006, representando em 2011, apenas 0,68%, do total do PIB da microrregião.

Os municípios de Dobrada, Rincão e Santa Lúcia apresentaram resultados regressivos no ano de 2008 (queda em torno de 17% em relação ao ano anterior), mas em 2009 voltaram a apresentar elevação nos resultados do PIB. Américo Brasiliense e Araraquara registraram crescimento em seu PIB em todos os anos do período analisado, sendo que esses dois municípios em relação aos outros municípios dessa microrregião inseridos na All, apresentaram os maiores valores.

**Quadro 36 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)						
#	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	377.550	410.872	466.262	578.843	684.459	696.685
	Araraquara	3.125.027	3.370.137	3.919.902	4.193.243	4.898.016	5.232.382
	Dobrada	63.858	67.344	56.002	67.690	69.607	81.693
	Motuca	204.018	155.805	105.858	68.715	62.998	98.127
	Rincão	79.188	97.947	83.616	84.093	124.868	143.262
	Santa Lúcia	67.328	67.704	55.229	64.946	85.123	99.886
Microrregião	Araraquara	9.079.369	9.780.029	11.740.349	12.421.667	14.675.777	14.317.973
Estado	São Paulo	802.654.614	902.784.268	1.003.015.191	1.084.353.490	1.247.595.927	1.349.465.140

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Frutal, única dentro do estado de Minas Gerais que possui município inserido na All, registrou aumento no PIB entre 2006 a 2011, passando de R\$3.014.260.000,00 para R\$5.393.889.000,00 – representando um aumento de 78,9%. O município de Fronteira apresentou uma redução do PIB nos anos de 2008 e 2009, mas nos anos seguintes registrou elevação, obtendo em 2011 o resultado de R\$967.127.000,00, correspondendo a 17,9%, do total do PIB da microrregião.

**Quadro 37 – Produto Interno Bruto (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal de 2006 a 2011.**

Produto Interno Bruto (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	786.830	832.722	826.603	771.569	788.127	967.127
Microrregião	Frutal	3.014.260	3.208.237	3.532.889	3.696.409	4.265.087	5.393.889
Estado	Minas Gerais	214.753.977	241.293.054	282.520.745	287.054.748	351.380.905	386.155.622

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.2 Renda per capita

A renda per capita ou rendimento per capita é a soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes. Esse indicador é relevante, pois auxilia na aferição do grau de desenvolvimento econômico de uma região, município ou país.

O município de Corumbataí, pertencente à microrregião de Rio Claro, abrangido pela All, registrou crescimento progressivo da renda per capita no período de 1991 a 2010. O aumento foi de 66,9%, registrando um valor de R\$741,32 em 2010.

**Quadro 38 – Renda per capita - Microrregião de Rio Claro – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Município	Corumbataí	R\$ 443,92	R\$ 568,16	R\$ 741,32

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

Os municípios que compõem a microrregião de Mogi Mirim, abrangidos pela All, registraram um resultado crescente de elevação da renda da população no período analisado. Artur Nogueira registrou um aumento de 43,8%, obtendo o maior valor, R\$823,24. Já o município de Engenheiro Coelho, mesmo apresentando um aumento maior (46,7%), registrou renda de R\$707,37 em 2010.

**Quadro 39 – Renda per capita - Microrregião de Mogi Mirim – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Municípios	Artur Nogueira	R\$ 572,57	R\$ 634,06	R\$ 823,24
	Engenheiro Coelho	R\$ 482,87	R\$ 583,41	R\$ 707,37

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

Paraíso registrou a maior renda, R\$855,28, mesmo apresentando uma queda no resultado em 2000. Fenômeno semelhante ocorreu com o município de Cajobi, que também obteve queda e recuperou no ano de 2010, com R\$679,75. Severínia apresentou crescimento constante durante o período, entretanto alcançou um aumento de apenas 7,6%.

**Quadro 40 – Renda per capita - Microrregião de Catanduva – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Municípios	Paraíso	R\$ 479,35	R\$ 457,10	R\$ 855,28
	Severínia	R\$ 610,79	R\$ 632,46	R\$ 657,45
	Cajobi	R\$ 485,40	R\$ 418,34	R\$ 679,75

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

Através dos dados apresentados dos municípios que compõe a microrregião de São Carlos, observa-se o aumento crescente da renda per capita desde o ano e 1991 até 2010. O município de São Carlos registrou a maior renda, R\$1.079,45. Analândia apresentou o maior percentual de crescimento durante o período, com 90,9%.

**Quadro 41 – Renda per capita - Microrregião de São Carlos – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Municípios	Analândia	R\$ 431,02	R\$ 625,27	R\$ 823,33
	Descalvado	R\$ 614,77	R\$ 708,89	R\$ 798,74
	São Carlos	R\$ 758,91	R\$ 898,67	R\$ 1.079,45

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

A renda per capita dos municípios que compõe a microrregião de São José do Rio Preto, inseridos na All, também registrou aumento entre os anos 1991 a 2010. O município que apresentou maior renda per capita foi Olímpia, cujo aumento foi de 62,5%, alcançando o

valor de R\$783,14 em 2010. O município de Içém foi o que apresentou a segunda maior renda per capita (R\$690,78), seguido por Altair com R\$616,38.

**Quadro 42 – Renda per capita - Microrregião de São José do Rio Preto – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Município	Altair	R\$ 352,71	R\$ 436,52	R\$ 616,38
	Olímpia	R\$ 482,91	R\$ 696,23	R\$ 783,14
	Içém	R\$ 488,08	R\$ 499,33	R\$ 690,78

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

Através dos dados apresentados, referentes à renda per capita dos municípios pertencentes à microrregião de Limeira, inseridos na All, observa-se o crescimento dos valores entre os anos de 1991 até 2010. O município com o maior aumento foi Santa Cruz da Conceição, que em 1991 possuía o resultado de R\$659,38 e em 2010 registrou R\$1.400,46, atingindo um aumento de 112,4%, destacando-se como a maior renda entre os municípios. Leme, Araras e Conchal também apresentaram crescimento durante o período, mas com menor expressividade.

**Quadro 43 – Renda per capita - Microrregião de Limeira – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Municípios	Leme	R\$ 504,76	R\$ 623,97	R\$ 746,15
	Araras	R\$ 625,58	R\$ 742,82	R\$ 921,76
	Conchal	R\$ 438,33	R\$ 494,44	R\$ 617,76
	Santa Cruz da Conceição	R\$ 659,38	R\$ 680,97	R\$ 1.400,46

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

A renda per capita dos municípios que compõe a microrregião de Jaboticabal, inseridos na All registrou crescimento, no mesmo período analisado, com exceção do município de Vista Alegre do Alto, que apresentou queda. O município que apresentou a maior alta foi Santa Ernestina com 53,1%, alcançando R\$688,24. Vista Alegre do Alto apresentou alta de 39,8% entre 1991 e 2000, entretanto registrou queda de 6,8% entre 2000 e 2010, apresentando renda per capita de R\$732,14 em 2010. A maior renda per capita desta microrregião foi Monte Alto (R\$832,60).

**Quadro 44 – Renda per capita - Microrregião de Jaboticabal – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Município	Monte Alto	R\$ 591,29	R\$ 698,18	R\$ 832,60
	Pirangi	R\$ 630,36	R\$ 695,15	R\$ 774,99
	Santa Ernestina	R\$ 449,44	R\$ 469,41	R\$ 688,24
	Taquaritinga	R\$ 509,73	R\$ 604,77	R\$ 739,25
	Vista Alegre do	R\$ 561,64	R\$ 785,14	R\$ 732,14

	Alto			
--	------	--	--	--

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014

Percebe-se que a renda per capita dos municípios que compõe a microrregião de Campinas inseridos na All, registrou aumento progressivo entre 1991 e 2010. O município que apresentou a maior renda per capita foi Campinas com R\$1.390,83, cujo aumento foi de 39,8%, em relação a 1991. Cosmópolis foi o município que apresentou a menor renda per capita, R\$829,25. O município de Holambra registrou o maior percentual de crescimento da renda desde 1991 a 2010, 111,6%. A fonte utilizada não apresentou os dados da microrregião e do estado.

**Quadro 45 – Renda per capita - Microrregião de Campinas – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
	#	1991	2000	2010
Município	Jaguariúna	R\$ 695,06	R\$ 791,17	R\$ 1.038,61
	Paulínia	R\$ 699,36	R\$ 1.000,58	R\$ 1.160,79
	Campinas	R\$ 995,15	R\$ 1.223,77	R\$ 1.390,83
	Cosmópolis	R\$ 547,19	R\$ 621,13	R\$ 829,25
	Holambra	R\$ 602,32	R\$ 925,83	R\$ 1.274,53

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

Os municípios da microrregião de Araraquara, inseridos na All, registraram crescimento de sua renda per capita no período de 1991 a 2010. Alguns municípios, como Américo Brasiliense, Motuca e Rincão registraram queda nos resultados em 2000, mas obtiveram crescimento do valor no ano de 2010. Araraquara obteve a maior renda per capita da microrregião (R\$1.080,66) e o maior aumento desde 1991 (51,1%). Motuca registrou a menor renda, R\$567,17.

**Quadro 46 – Renda per capita - Microrregião de Araraquara – 1991, 2000, 2010.**

Renda per capita				
	#	1991	2000	2010
Municípios	Américo Brasiliense	R\$ 484,46	R\$ 483,88	R\$ 659,67
	Araraquara	R\$ 715,06	R\$ 872,54	R\$ 1.080,66
	Motuca	R\$ 510,70	R\$ 430,00	R\$ 567,17
	Rincão	R\$ 466,41	R\$ 437,45	R\$ 626,27
	Santa Lúcia	R\$ 519,33	R\$ 560,19	R\$ 609,37
	Dobrada	R\$ 439,94	R\$ 440,98	R\$ 589,47

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2014.

A renda per capita dos municípios que compõem a microrregião de Frutal, inseridos na All registrou progresso no período de 1991 a 2010. O município de Fronteira, pertencente à microrregião de Frutal, registrou crescimento da renda per capita no

período de 1991 a 2010. O aumento foi de 36,3%, registrando um valor de R\$598,68 em 2010, um dos menores valores dentre os municípios abrangidos pelo projeto.

**Quadro 47 – Renda per capita - Microrregião de Frutal**

Renda per capita				
#		1991	2000	2010
Município	Fronteira	R\$ 439,36	R\$ 507,79	R\$ 598,68

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

### 7.3.2.3.3 Valor adicionado ao PIB total

Valor adicionado é a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Em síntese é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo.

Através dos dados apresentados para a microrregião de Rio Claro, observou-se um aumento do valor adicionado ao PIB Total de 64,7%, no período de 2006 a 2011. Tal crescimento é semelhante ao obtido pelo estado de São Paulo, que registrou o mesmo percentual. O município de Corumbataí registrou um aumento de 63,2%, saltando de R\$74.596.000,00 em 2006 para 121.758.000,00 em 2011, equivalendo a 2,1% do total do valor adicionado da microrregião.

**Quadro 48 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro – 2006 a 2011**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	74.596	74.879	85.039	79.061	97.799	121.758
Microrregião	Rio Claro	3.485.072	4.029.162	4.211.923	4.703.054	5.249.984	5.738.621
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

O valor adicionado ao PIB Total da microrregião de Mogi Mirim registrou um aumento progressivo de 60%, passando de R\$5.389.420.000,00 em 2006 para R\$8.347.017.000,00 em 2011. O município de Engenheiro Coelho obteve uma pequena redução no ano de 2006 (R\$179.021.000,00) para 2007 (R\$170.035.000,00) e nos anos seguintes aumentou constantemente. O município de Artur Nogueira registrou o maior valor, entre os municípios da All inseridos nessa microrregião, R\$607.902.000,00 em 2011, equivalendo a 7,3% do total da microrregião.

**Quadro 49 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim – 2006 a 2011**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)						
#	2006	2007	2008	2009	2010	2011



Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Artur Nogueira	R\$ 346.590	R\$ 373.988	R\$ 390.202	R\$ 438.345	R\$ 486.603	R\$ 607.902
	Engenheiro Coelho	R\$ 179.021	R\$ 170.035	R\$ 194.241	R\$ 200.080	R\$ 216.158	R\$ 264.833
Microrregião	Mogi Mirim	R\$ 5.389.4200	R\$ 5.830.926	R\$ 6.113.678	R\$ 6.598.609	R\$ 7.615.243	R\$ 8.347.017
Estado	São Paulo	R\$ 674.633.198	R\$ 760.062.404	R\$ 826.579.519	R\$ 911.386.464	R\$ 1.036.697.979	R\$ 1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Catanduva registrou aumento no valor adicionado ao PIB Total de R\$2.980.592.000,00 em 2006 para R\$4.122.454.000,00 em 2011, representando aumento de 38,3%. O município de Severínia obteve o maior valor adicionado da microrregião, registrando R\$235.526.000,00 em 2011, representando 5,7% do total do valor adicionado da microrregião. Os municípios de Paraíso e Cajobi apresentaram oscilações em 2007 e 2008, mas obtiveram elevação do valor adicionado nos anos seguintes.

**Quadro 50 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	83.324	95.799	95.306	109.221	111.954	132.551
	Paraíso	62.899	59.630	55.783	67.518	90.363	95.352
	Severínia	190.493	154.359	156.961	167.427	216.898	235.526
Microrregião	Catanduva	2.980.592	3.025.626	3.060.866	3.713.644	4.030.509	4.122.454
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de São Carlos apresentou crescimento constante de 2006 (R\$3.820.773.000,00) a 2011 (R\$6.330.537.000,00), com aumento de 65,7%. Esse resultado foi semelhante ao resultado apresentado pelo estado de São Paulo, cujo crescimento foi de 64%. O município com o maior valor adicionado dessa microrregião, entre aqueles inseridos na All foi São Carlos com R\$4.759.176.000,00 em 2011, equivalendo a 75,2% do total do valor adicionado da microrregião. Os municípios de Analândia e Descalvado obtiveram oscilações entre 2007 e 2009, mas apresentaram alta dos valores nos anos seguintes.

**Quadro 51 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Analândia	65.963	63.495	77.813	66.164	75.443	90.218
	Descalvado	527.485	546.544	543.260	540.045	642.793	699.007



Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	São Carlos	2.774.225	3.155.837	3.368.198	3.995.097	4.436.661	4.759.176
Microrregião	São Carlos	3.820.773	4.214.192	4.459.677	5.130.651	5.806.419	6.330.537
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de São José do Rio Preto apresentou elevação constante do valor adicionado de 2006 (R\$9.142.751.000,00) a 2011 (R\$15.422.777.000,00), aumento de 68,7%. O município de Içém registrou queda em 2007, mas aumentou nos anos seguintes, alcançando o valor de R\$966.695.000,00 em 2011, o maior entre os municípios da All inseridos nessa microrregião, equivalendo a 6,3%, do total do valor adicionado da microrregião. Os municípios de Altair e Olímpia registraram oscilações entre 2007 e 2009, mas conseguiram elevar o valor adicionado, respectivamente para R\$159.795.000,00 e R\$117.926.000,00.

**Quadro 52 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Altair	90.863	103.551	96.886	90.613	133.295	159.795
	Olímpia	97.590	82.450	85.548	85.301	108.780	117.926
	Içém	698.114	685.571	709.403	813.919	880.927	966.695
Microrregião	São José do Rio Preto	9.142.751	9.989.635	10.798.557	12.099.318	14.073.987	15.422.777
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Limeira registrou crescimento progressivo de 2006 (R\$8.700.634.000,00) a 2011 (R\$13.107.293.000,00), com aumento de 50,6%. O município de Conchal registrou queda em 2008, mas nos anos seguintes elevou o valor adicionado, obtendo R\$412.338.000,00 em 2011. Os municípios de Araras, Leme e Santa Cruz da Conceição registraram crescimento progressivo durante o período, sendo Araras o município com maior valor adicionado, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, R\$2.404.330.000,00 em 2011, correspondendo a 18,3%, do total da microrregião.

**Quadro 53 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	1.753.780	1.829.100	1.866.253	2.119.136	2.274.296	2.404.330
	Conchal	290.267	401.316	278.735	337.632	364.960	412.338

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Leme	797.860	944.707	1.013.783	1.195.134	1.344.593	1.538.294
	Santa Cruz da Conceição	43.338	47.470	49.676	50.983	64.208	77.867
Microrregião	Limeira	8.700.634	9.416.508	9.801.240	10.651.916	12.130.514	13.107.293
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Jaboticabal registrou uma pequena queda em seu valor adicionado ao PIB total em 2006, mas nos demais anos aumentou constantemente o valor adicionado, obtendo R\$8.776.316.000,00 em 2011. O município de Vista Alegre do Alto registrou oscilações entre 2007 e 2009, mas registrou aumento progressivo nos anos seguintes, fechando 2011, com um valor adicionado ao PIB total de R\$167.351.000,00, representando 1,9%, do total do valor adicionado da microrregião. Os municípios de Pirangi e Santa Ernestina apresentaram situações semelhantes nos anos de 2007 e 2008 e voltaram a apresentar crescimento. Monte Alto e Taquaritinga registraram elevação progressiva de 2006 a 2011 e alcançaram os valores de R\$953.583.000,00 e R\$788.688.000,00, respectivamente.

**Quadro 54 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal – 2006 a 2011**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	600.470	667.688	702.640	784.606	891.598	953.583
	Pirangi	124.706	118.421	106.320	111.402	136.610	150.887
	Santa Ernestina	36.837	39.876	35.588	41.652	48.451	55.131
	Taquaritinga	524.443	539.339	547.949	601.102	721.007	788.688
	Vista Alegre do Alto	100.573	72.851	153.966	131.156	150.128	167.351
Microrregião	Jaboticabal	6.507.818	6.834.153	6.701.451	6.810.350	8.209.831	8.776.316
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

O Valor Adicionado ao Produto Interno Bruto Total da microrregião de Campinas registrou aumento progressivo de R\$48.448.650.000,00 em 2006 para R\$80.798.580.000,00 em 2011, representando aumento de 66,8% durante o período. Esse resultado acompanhou o crescimento do Valor Adicionado ao PIB Total do estado de São Paulo que obteve um aumento de 64,3% no mesmo período. O município com maior valor adicionado foi Campinas, que registrou R\$29.968.350.000,00 em 2011, representando 37,1% do total do valor adicionado de toda a microrregião. Holambra registrou redução do valor adicionado em 2008 (R\$379.582.000,00), mas apresentou aumento constante nos anos seguintes, obtendo o resultado de R\$496.287.000,00 em 2011, o menor valor entre os municípios dessa microrregião inseridos na All. Jaguariúna

também apresentou crescimento em todos os anos do período analisado. Cosmópolis e Paulínia apresentaram queda dos valores em 2011, alcançando R\$863.774,00 e R\$6.896.269.000,00 respectivamente.

**Quadro 55 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Campinas	17.711.650	19.896.615	21.170.159	24.140.969	27.695.620	29.968.350
	Cosmópolis	496.341	566.259	644.638	732.321	905.956	863.774
	Holambra	338.345	400.275	379.582	445.905	445.909	496.287
	Jaguariúna	1.972.675	2.064.441	2.197.138	2.322.870	2.627.098	2.821.262
	Paulínia	5.648.914	5.501.144	5.748.834	6.689.947	6.914.792	6.896.269
Microrregião	Campinas	48.448.650	53.705.116	59.400.879	67.466.546	76.590.772	80.798.580
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Araraquara registrou aumento progressivo do valor adicionado ao PIB total até o ano 2010, obtendo R\$13.126.546.000,00. Porém no ano seguinte o valor adicionado ao PIB Total diminuiu para R\$12.750.393.000,00, apresentando queda de 2,9%. Os municípios de Dobrada, Rincão e Santa Lúcia apresentaram queda do valor adicionado em 2008, mas nos anos seguintes registraram aumento. Motuca apresentou queda entre 2007 e 2010, mas aumentou o valor adicionado no ano de 2011, obtendo R\$92.626.000,00. O município com maior resultado foi Araraquara, com R\$4.620.787.000,00 no ano de 2011, seguido de Américo Brasiliense que também apresentou elevação em todos os anos do período analisado, tendo fechado o ano de 2011 com um valor adicionado ao PIB total de R\$621.469.000,00, correspondendo a 4,9% do total do valor adicionado da microrregião.

**Quadro 56 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Américo Brasiliense	337.717	370.919	413.368	525.566	616.162	621.469
	Araraquara	2.734.273	2.988.143	3.439.818	3.725.004	4.338.060	4.620.787
	Dobrada	61.285	63.636	52.699	63.705	65.775	77.082
	Motuca	187.775	143.015	96.285	64.750	60.275	92.626
	Rincão	75.243	93.664	79.003	79.313	119.258	137.217
	Santa Lúcia	64.773	65.044	52.564	62.136	82.120	96.848
Microrregião	Araraquara	8.166.750	8.830.344	10.469.440	11.178.746	13.126.546	12.750.393
Estado	São Paulo	674.633.198	760.062.404	826.579.519	911.386.464	1.036.697.979	1.108.825.964

Fonte: IBGE, 2014

O valor adicionado ao PIB total da microrregião de Frutal registrou um aumento progressivo de R\$2.853.457.000,00 em 2006 para R\$5.137.849.000,00 em 2011. O estado de Minas Gerais apresentou resultado semelhante, pois também atingiu cerca de 80% de crescimento. O município de Fronteira apresentou uma queda no resultado em 2007 e 2009, mas melhorou seu desempenho nos anos seguintes, alcançando em 2011 o valor de R\$961.930.000,00. O valor adicionado ao PIB total de Fronteira corresponde a 18,7% do valor adicionado ao PIB total da microrregião de Frutal.

**Quadro 57 – Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal – 2006 a 2011.**

Valor adicionado ao PIB total (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	776.601	825.902	818.696	765.169	780.779	961.930
Microrregião	Frutal	2.853.457	3.054.134	3.343.843	3.518.775	4.043.886	5.137.849
Estado	Minas Gerais	187.587.762	210.228.599	245.323.349	252.340.215	307.864.864	339.422.667

Fonte: IBGE, 2014

#### 7.3.2.3.4 Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária

O Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Agropecuária é a contribuição do setor agropecuário obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido pela atividade agropecuária, ou seja, é o valor que a atividade agropecuária acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo.

Através dos dados obtidos para a microrregião de Rio Claro, observou-se um percentual de crescimento do valor adicionado de 43,95% durante o período. Mesmo com uma queda dos resultados nos anos de 2007, 2008 e 2009, a microrregião apresentou aumento, fechando 2011 com R\$332.837.000,00. O município de Corumbataí registrou oscilações de 2007 a 2009, mas nos anos seguintes obteve crescimento do valor adicionado atingindo o valor de R\$37.510.000,00 em 2011, representando um aumento de 42,54% e equivalendo a 11,3% do valor total da microrregião.

**Quadro 58 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	26.315	24.127	26.303	17.508	32.285	37.510
Microrregião	Rio Claro	231.225	215.439	214.335	183.009	246.851	332.837
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

O valor Adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião de Mogi Mirim registrou aumento de 24,6%, passando de R\$378.260.000,00 em 2006 para R\$471.375.000,00 em 2011. As quedas presentes nos anos de 2007 e 2008 não impossibilitaram o crescimento nos anos seguintes. O município de Artur Nogueira apresentou queda gradativa nos anos de 2007, 2008 e 2009, mas conseguiu se reestabelecer nos anos seguintes alcançando R\$50.258.000,00. Engenheiro Coelho apresentou situação semelhante, demonstrando queda em dois anos consecutivos, mas, voltando a ter crescimento, apresentou em 2011 desempenho inferior que em 2006, com queda de 3,5%. O valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária em 2011, no município de Artur Nogueira, correspondeu a 10,7% do total da microrregião e o de Engenheiro Coelho a 6,1%.

**Quadro 59 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Mogi Mirim. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	39.532	30.227	24.799	22.936	23.140	50.258
	Engenheiro Coelho	29.631	30.748	28.219	19.013	27.211	28.582
Microrregião	Mogi Mirim	378.260	372.858	313.750	374.554	424.147	471.375
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Catanduva registrou um aumento de 58,7% do valor adicionado a preços correntes da agropecuária entre o período de 2006 a 2011, apresentando queda em 2008, mas reestabelecendo seu crescimento nos anos seguintes. Os municípios de Cajobi, e Paraíso obtiveram queda entre os anos de 2007 e 2008, mas registraram aumento em 2011 relação a 2006. Severínia apresentou oscilações entre os anos de 2007 e 2011, obtendo em 2011 resultado inferior ao de 2006, com 30,3% de redução do valor adicionado, representando 4,6% do total da microrregião.

**Quadro 60 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduva. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	26.553	29.415	27.038	34.752	34.198	39.756
	Paraíso	23.319	15.867	12.080	18.320	35.421	34.775
	Severínia	26.718	16.908	13.775	11.507	23.079	18.618
Microrregião	Catanduva	252.827	225.092	179.808	265.051	383.868	401.269
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

Os dados do valor adicionado bruto da microrregião de São Carlos mostram crescimento durante o período de 2006 a 2011, passando de R\$318.111.000,00 para R\$429.638.000,00. Nota-se uma queda do resultado nos anos de 2007 e 2008, mas houve recuperação nos anos seguintes, apresentando alta de 35,1% em 2011. O mesmo desempenho pôde ser observado nos municípios que compõe a microrregião inseridos na All. Descalvado apresentou redução nos resultados de 2007 a 2009, mas recuperou nos anos seguintes obtendo R\$107.292.000,00 em 2011, o que correspondeu a 25% do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião. Apenas Analândia registrou regressão nos resultados ao fim do período, com queda de 3,4%, representando apenas 4,9% do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião. O município de São Carlos registrou o maior valor, R\$137.980.000,00, representando 32,1%, do total do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião e também o maior aumento no período analisado, 52,8%.

**Quadro 61 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	21.728	15.210	24.426	13.226	27.993	20.987
	Descalvado	93.256	83.948	65.256	57.510	76.769	107.292
	São Carlos	90.275	84.110	57.870	91.963	106.483	137.980
Microrregião	São Carlos	318.111	285.666	224.785	246.229	340.061	429.638
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de São José do Rio Preto registrou um crescimento do valor adicionado de 67,4% durante todo período. Os anos de 2007 e 2008 apresentaram queda dos resultados, mas nos anos seguintes os valores reestabeleceram aumento, alcançando a marca de R\$1.325.975.000,00. Desempenho semelhante é verificado no município de Altair, que registrou queda por dois anos seguidos, mas recuperou o resultado posteriormente, obtendo R\$69.257.000,00. Icém apresentou oscilações, mas elevou seu resultado em 44,0%. O município de Olímpia foi o único que registrou regressão do valor adicionado com queda de 24,6%, mas mesmo assim, entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, é aquele que apresentou os maiores resultados no valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária, correspondendo a 8,4% do valor da microrregião de São José do Rio Preto. Icém registrou o menor valor 1,6%.

**Quadro 62 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	34.159	43.449	32.883	31.309	49.269	69.257
	Icém	15.208	15.325	8.672	11.331	25.029	21.903
	Olímpia	147.185	86.424	58.758	73.850	76.621	111.003
Microrregião	São José do Rio Preto	792.033	749.965	615.095	730.021	1.001.150	1.325.975
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Limeira registrou crescimento do valor adicionado bruto de R\$364.845.000,00 em 2006 a R\$427.413.000,00 em 2011, aumento de 17,2%. Nota-se uma queda nos resultados dos anos de 2007 e 2008, mas os anos seguintes apresentam recuperação. O mesmo desempenho pôde ser observado nos municípios da microrregião inseridos na All. Araras registrou queda abrupta em 2008, mas reestabeleceu e obteve o maior resultado, R\$80.987.000,00, representando 18,9% do total da microrregião. Conchal, Leme e Santa Cruz da Conceição também apresentaram reação após as quedas e obtiveram aumento do valor adicionado nos anos seguintes. Santa Cruz da Conceição apresentou o menor valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária, entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, R\$ 24.073.000,00 em 2011, representando, 5,6% do total da microrregião.

**Quadro 63 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	66.651	65.469	28.380	43.472	63.658	80.987
	Conchal	44.164	58.908	33.574	26.904	74.801	63.253
	Leme	53.909	61.929	44.217	50.787	69.123	71.269
	Santa Cruz da Conceição	11.443	12.501	11.837	11.492	17.702	24.073
Microrregião	Limeira	364.845	350.962	232.491	247.922	391.288	427.413
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Jaboticabal registrou aumento de 14,2% do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária no período de 2006 a 2011. A pequena taxa de aumento é reflexo da queda do resultado nos anos de 2007 e 2008, acompanhado da redução dos valores obtidos pelos municípios que compõem a microrregião.

O município de Taquaritinga apresentou o maior resultado entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, R\$107.213,00 em 2011, equivalendo a 11,7% do valor da



microrregião. Esse município foi o único que apresentou crescimento do valor adicionado no período analisado. Os demais municípios registraram em 2011, desempenho inferior ao apresentado em 2006. Vista Alegre do Alto obteve a maior queda, 31,3%. O menor valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All foi o de Santa Ernestina, R\$8.817,00 em 2011, representando 0,96% do valor da microrregião.

**Quadro 64 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	49.083	52.894	40.516	55.947	48.273	47.319
	Pirangi	44.541	38.061	25.832	22.193	29.945	35.286
	Santa Ernestina	11.533	11.229	4.652	6.447	7.765	8.817
	Taquaritinga	105.533	85.600	66.184	70.390	106.539	107.213
	Vista Alegre do Alto	23.721	20.781	18.334	13.215	16.669	16.298
Microrregião	Jaboticabal	800.386	616.289	449.092	512.605	807.733	913.705
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

O Valor Adicionado Bruto a preços correntes da Agropecuária da microrregião de Campinas registrou aumento de 12,3% no período de 2006 a 2011, mas com oscilações entre 2007 a 2010, devido à queda do resultado dos municípios pertencentes à microrregião. Os resultados tiveram uma queda brusca de 2007 para 2008 e de 2009 para 2010. A queda do resultado em 2008 também pode ser vista no desempenho do estado de São Paulo, que diminuiu de R\$14.956.566.000,00 em 2007 para R\$11.972.403.000,00 em 2008.

Entre os municípios da All inseridos nessa microrregião, Holambra é aquele que possuía o maior valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária, correspondendo a 21,9% do valor adicionado bruto no ano de 2011, em seguida está Campinas, com 14,1%. A menor participação em 2011 foi de Paulínia representando apenas 0,88% do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião de Campinas.

**Quadro 65 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Campinas	58.984	53.091	32.173	32.595	40.801	49.111
	Cosmópolis	16.500	32.984	8.546	10.643	2.445	16.184
	Holambra	66.226	93.057	66.062	98.151	55.844	76.174



Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Jaguariúna	13.857	14.687	12.505	15.465	13.474	17.123
	Paulínia	12.970	21.350	6.570	4.823	2.366	3.068
Microrregião	Campinas	309.868	369.194	229.958	290.214	246.206	348.131
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

Através dos dados apresentados para a microrregião de Araraquara, observou-se um aumento do Valor Adicionado aos Preços Correntes da Agropecuária, no período de 2006 a 2011, saltando de R\$769.660.000,00 para R\$926.124.000,00. Nota-se, entretanto que, nos anos de 2007, 2008 e 2009 houve queda em relação 2006, voltando a apresentar crescimento nos anos posteriores.

O mesmo desempenho pôde ser observado nos municípios que compõem a microrregião, inseridos na All. Américo Brasiliense apresentou queda gradativa nos anos 2007, 2008 e 2009, mas conseguiu se reestabelecer nos anos seguintes, alcançando R\$21.141.000,00 em 2011. Os municípios de Araraquara, Dobrada e Motuca apresentaram em 2011 desempenhos inferiores que o do ano 2006, sendo que Dobrada registrou o menor valor adicionado bruto em 2011, entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, correspondendo a 1,3% do total da microrregião. Em Araraquara observou-se os maiores valores, equivalendo a 9,3% do total da microrregião (Quadro 66).

**Quadro 66 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	15.127	12.060	7.631	6.483	19.864	21.141
	Araraquara	102.139	60.446	56.968	65.668	97.115	86.210
	Dobrada	24.167	14.303	6.581	8.282	10.893	12.202
	Motuca	34.822	25.111	5.900	15.870	21.098	32.112
	Rincão	22.863	34.404	15.694	9.116	38.522	41.832
	Santa Lúcia	25.073	22.397	6.923	9.221	23.467	30.311
Microrregião	Araraquara	769.660	657.228	495.254	537.699	795.042	926.124
Estado	São Paulo	14.561.105	14.956.566	11.972.403	14.764.196	19.398.384	23.399.287

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Frutal registrou um aumento progressivo do Valor Adicionado Bruto a preços correntes da Agropecuária no período de 2006 a 2011, obtendo um aumento de 173,8%. Frutal apresentou o maior resultado entre as microrregiões abrangidas pelo projeto, com R\$1.700.482.000,00 em 2011. O município de Fronteira, em 2008, registrou uma queda de 16,3% em relação ao ano anterior, mas demonstrou

recuperação nos anos posteriores, fechando 2011 com R\$45.608.000,00. Esse valor representou 2,7% do total do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária da microrregião. Nota-se que o estado de Minas Gerais apresentou queda no desempenho no ano 2009, diferentemente da microrregião analisada, mas voltou a se recuperar nos anos seguintes.

**Quadro 67 – Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	25.536	26.513	22.917	26.197	28.905	45.608
Microrregião	Frutal	620.958	695.740	780.097	917.611	1.119.887	1.700.482
Estado	Minas Gerais	15.699.539	16.854.735	23.231.249	22.715.843	26.101.805	31.092.362

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.5 Valor adicionado bruto a preços correntes de serviços

O Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes de Serviços é a soma do valor adicionado no setor de serviços, ou seja, é o valor que a atividade de serviços agrega no seu processo produtivo.

A microrregião de Rio Claro registrou crescimento progressivo de R\$1.876.988.000,00 em 2006 para R\$3.216.082.000,00 em 2011, com alta de 71,3%. Tal crescimento é acompanhado pelo resultado de São Paulo, que registrou um aumento progressivo de 71,0%. O município de Corumbataí obteve elevação constante durante o período, alcançando R\$65.911.000,00 em 2011, correspondendo a 2% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião.

**Quadro 68 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Rio Claro. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	39.399	40.931	48.661	50.759	52.020	65.911
Microrregião	Rio Claro	1.876.988	2.125.615	2.284.949	2.532.011	2.848.465	3.216.082
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

Através dos registros apresentados do valor adicionado da microrregião de Mogi Mirim, verifica-se um crescimento constante de 2006 até 2011, com alta de 66,1%. Os municípios que compõem a microrregião inseridos na All, acompanharam o mesmo crescimento.

O município de Artur Nogueira obteve o maior valor dentre os demais, registrando R\$400.239.000,00 em 2011, representando, 8,1% do total do Valor Adicionado Bruto a

Preços Correntes dos Serviços da microrregião de Mogi Mirim. Engenheiro Coelho registrou o maior percentual de aumento da região, cerca de 98%, correspondendo a 3,32% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião.

**Quadro 69 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) – Microrregião de Mogi Mirim. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	211.772	238.141	257.524	301.113	331.287	400.239
	Engenheiro Coelho	82.420	89.762	104.888	109.268	127.239	163.317
Microrregião	Mogi Mirim	2.959.790	3.255.084	3.424.512	3.779.861	4.279.382	4.914.894
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368
Fonte: IBGE, 2014-							

O resultado do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião de Catanduba mostra um crescimento constante de 2006 a 2010, apresentando regressão no ano seguinte para R\$2.594.441.000,00. Mesmo com essa queda, a microrregião acumulou aumento de 36,4%.

O município de Paraíso apresentou resultado semelhante, apresentando queda no ano de 2008 e recuperação nos anos posteriores. Severínia registrou o maior valor adicionado, entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, R\$128.707.000,00, seguido de Cajobi com R\$83.881.000,00. Paraíso registrou o menor valor R\$53.052.000,00, correspondendo a 2% do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião.

**Quadro 70 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Catanduba. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	50.148	60.412	62.488	68.397	69.808	83.881
	Paraíso	34.910	39.152	38.542	43.439	47.961	53.052
	Severínia	81.557	84.712	87.643	96.153	109.925	128.707
Microrregião	Catanduba	1.902.797	1.960.616	2.058.350	2.401.011	2.620.907	2.594.441
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

Através dos dados apresentados para a microrregião de São Carlos, o valor adicionado no período de 2006 e 2011 registrou um crescimento progressivo, em torno de 71,8%. O município de São Carlos apresentou o maior resultado, R\$3.144.502.000,00, representando 78,4% do resultado de toda a microrregião. Analândia e Descalvado obtiveram aumento constante, registrando respectivamente, R\$46.719.000,00 e R\$368.396.000,00.

**Quadro 71 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de São Carlos – 2006 a 2011.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	28.876	31.712	36.710	37.110	40.105	46.719
	Descalvado	241.750	258.456	278.604	294.752	332.051	368.396
	São Carlos	1.821.026	2.028.949	2.215.505	2.579.913	2.849.024	3.144.502
Microrregião	São Carlos	2.334.732	2.587.629	2.822.683	3.239.559	3.595.525	4.010.520
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de São José do Rio Preto apresentou um crescente aumento do valor adicionado durante o período de 2006 a 2011, registrando 65,3% de crescimento. Tal resultado é semelhante ao apresentado pelo estado de São Paulo, que registrou crescimento de 71,1%. O município de Altair obteve queda durante os anos de 2008 e 2009, mas recuperou nos anos seguintes, alcançando R\$49.408.000,00. Icém também elevou seu resultado, após uma queda em 2009 de 2,8% em relação ao ano anterior. O município de Olímpia registrou o maior valor adicionado entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, R\$593.280.000,00 em 2011, correspondendo a 5,5% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços dessa microrregião.

**Quadro 72 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de São José do Rio Preto. – 2006 a 2011**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	25.858	36.504	36.482	33.604	41.527	49.408
	Icém	45.426	48.028	56.072	54.526	59.330	67.280
	Olímpia	389.215	424.053	465.513	518.402	548.118	593.280
Microrregião	São José do Rio Preto	6.529.341	7.291.023	7.969.742	8.974.283	10.056.675	10.794.304
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

O valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços na microrregião de Limeira registrou aumento progressivo de 2006 a 2011, passando de R\$5.231.110.000,00 para R\$8.346.160.000,00, alta de 59,6%. Os municípios pertencentes à microrregião inseridos na All, também obtiveram crescimento constante durante o período, exceto para Conchal que obteve uma queda em 2008, recuperando-se nos anos seguintes.

O município que apresentou o maior valor foi Araras, com R\$1.743.614.000,00. Leme apresentou o maior percentual de crescimento, 76,8%. O menor valor adicionado ficou com Santa Cruz da Conceição, que registrou em 2011, R\$41.512.000,00,

correspondendo a 0,5% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião de Limeira.

**Quadro 73 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Limeira – 2006 a 2011, 2014.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	1.118.221	1.232.739	1.274.748	1.492.430	1.610.187	1.743.614
	Conchal	139.678	171.318	159.027	187.514	202.748	240.961
	Leme	556.745	622.696	666.025	771.905	856.187	984.221
	Santa Cruz da Conceição	25.484	28.558	30.282	31.948	35.815	41.512
Microrregião	Limeira	5.231.110	5.661.151	5.985.546	6.648.198	7.496.041	8.346.160
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Jaboticabal registrou aumento constante de R\$3.198.596.000,00 em 2006 para R\$4.862.300.000,00 em 2011, alta de 41,1%. O município que obteve o maior valor adicionado foi Monte Alto, com R\$569.886.000,00, além de registrar o maior aumento percentual, 65,9%. Taquaritinga vem logo em seguida com R\$562.514.000,00. Vista Alegre do Alto obteve uma queda em 2007 de 4,91% em relação ao ano anterior, mas recuperou o resultado nos anos posteriores. Santa Ernestina obteve o menor valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, entre os municípios dessa microrregião inseridos na All, R\$40.177.000,00, correspondendo a 0,8% do total do valor da microrregião.

**Quadro 74 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Jaboticabal – 2006 a 2011.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	343.380	375.052	405.657	450.559	505.339	569.886
	Pirangi	62.972	66.464	67.968	76.399	88.983	98.207
	Santa Ernestina	21.865	25.130	27.053	30.866	35.007	40.177
	Taquaritinga	357.425	386.257	409.054	454.219	504.849	562.514
	Vista Alegre do Alto	42.808	40.706	63.405	63.935	71.501	80.685
Microrregião	Jaboticabal	3.198.596	3.445.886	3.751.302	3.851.074	4.425.139	4.862.300
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE

O valor adicionado bruto a preços correntes de serviços da microrregião de Campinas registrou um aumento progressivo, passando de R\$29.375.064.000,00 em 2006 para R\$52.769.699.000,00 em 2011, alta de 79,6%. Campinas possui a maior contribuição

entre as microrregiões abrangidas pelo projeto para o estado de São Paulo, cerca de 6,8% de valor adicionado. Os municípios pertencentes à região obtiveram crescimento constante durante o período, com destaque para o município de Campinas que apresentou o maior resultado, R\$22.385.539.000,00. Paulínia registrou aumento até o ano de 2010, alcançando um valor de R\$4.394.928.000,00, porém no ano seguinte o valor reduziu para R\$4.367.207.000,00. Mesmo assim, Paulínia apresentou melhora durante o período de 2006 a 2011, aumento de 35,6%. Holambra registrou o menor valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços entre os municípios da All inseridos nessa microrregião R\$336, 297.000,00, correspondendo a 0,64% do valor da microrregião.

**Quadro 75 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Campinas – 2006 a 2011.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Campinas	12.966.495	14.627.206	15.526.906	17.534.427	20.176.381	22.385.539
	Cosmópolis	295.107	339.179	380.070	440.207	544.499	589.668
	Holambra	215.975	240.415	251.836	286.138	305.223	336.297
	Jaguariúna	858.334	1.004.185	1.256.758	1.374.904	1.662.784	1.857.918
	Paulínia	3.221.162	3.249.914	3.387.380	4.201.085	4.394.928	4.367.207
Microrregião	Campinas	29.375.064	32.938.213	37.040.236	42.408.042	48.767.140	52.769.699
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

Através dos dados obtidos para a microrregião de Araraquara, verificou-se um aumento progressivo de 68,9% do valor adicionado durante o período registrado. Os municípios que compõem a microrregião acompanham o mesmo crescimento, exceto para Motuca, que amargou uma queda constante durante os anos de 2007 a 2010, obtendo em 2011 um resultado inferior ao de 2006, correspondendo a apenas 0,55% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços dessa microrregião. Araraquara registrou o maior resultado entre os municípios da All inseridos nessa microrregião R\$3.476.513.000,00. Américo Brasiliense, Dobrado, Rincão e Santa Lúcio obtiveram constante crescimento durante o período.

**Quadro 76 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Araraquara– 2006 a 2011.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
#		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	167.857	186.799	218.521	257.407	280.334	306.471
	Araraquara	1.959.381	2.155.182	2.482.353	2.737.181	3.123.521	3.476.513
	Dobrada	29.801	33.275	34.764	41.211	43.375	50.013
	Motuca	47.799	40.786	36.293	32.576	31.035	38.269

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Rincão	44.127	51.493	54.513	60.728	69.620	82.396
	Santa Lúcia	33.641	35.397	37.069	42.859	47.751	54.568
Microrregião	Araraquara	4.122.295	4.530.458	5.259.239	5.693.981	6.540.834	6.964.790
Estado	São Paulo	456.765.824	519.980.790	570.583.906	631.932.008	715.846.256	781.297.368

Fonte: IBGE, 2014

A microrregião de Frutal, pertencente ao estado de Minas Gerais, registrou crescimento constante do valor adicionado no período de 2006 a 2011, com aumento de 71,6%. Esse resultado assemelha-se ao do estado de Minas Gerais, que apresentou alta de 75,6% no mesmo período. O município de Fronteira, em 2007, registrou uma queda de 5,9% em relação ao ano anterior, mas demonstrou recuperação nos anos posteriores, fechando 2011 com R\$96.013.000,00, correspondendo a 5,6% do total do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços da microrregião.

**Quadro 77 – Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil) - Microrregião de Frutal – 2006 a 2011.**

Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (em R\$ mil)							
	#	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	77.331	72.811	78.562	83.704	90.311	96.013
Microrregião	Frutal	1.002.428	1.072.266	1.208.086	1.292.697	1.475.194	1.720.375
Estado	Minas Gerais	112.175.615	127.032.176	143.168.488	153.798.137	178.386.737	196.981.815

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.6 Uso e ocupação do solo para produção

Os quadros analisadas a seguir apresentam dados sobre a ocupação das terras dos municípios inseridos na Área de Influência Indireta (AII) do projeto LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas e suas respectivas microrregiões localizadas nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

O município de Corumbataí apresenta 65,20% de terras destinadas à pecuária e criação de outros animais, enquanto em toda a microrregião de Rio Claro é de 50,94%.

**Quadro 78 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Rio Claro – 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pescaria	Aquicultura
Município	Corumbataí	21,93	3,51	5,26	-	65,20	2,92	-	-	1,17
Microrregião	Rio Claro	19,82	7,31	18,95	-	50,94	2,07	0,24	-	0,67
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)



Dentre as cidades que compõe a microrregião de Mogi-Mirim, observa-se que Artur Nogueira disponibiliza 13,01% tanto para Horticultura e Floricultura como para Pecuária e Criação de outros Animais, mas é a Lavoura Permanente que ocupa a maior área do município, com 50,1%.

O município de Engenheiro Coelho destina cerca de 42% de seu território para a Lavoura Permanente e 30,04% para a Lavoura Temporária. Em toda a região de Mogi Mirim, também é a Lavoura Permanente que ganha destaque, com 36,13%.

**Quadro 79 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Mogi Mirim – 2006**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pescaria	Aquicultura
Município	Artur Nogueira	23,30	13,01	50,1	-	13,01	0,19	0,19	-	0,19
	Engenheiro Coelho	30,04	6,01	42,49	1,29	18,88	1,29	-	-	-
Microrregião	Mogi-Mirim	22,06	12,04	36,13	0,25	28,08	0,84	0,11	0,07	0,42
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

Os municípios de Paraíso e Cajobi, pertencentes à microrregião de Catanduva, possuem 62,98% e 43,57%, respectivamente, de seus territórios destinados à lavoura permanente. Esses municípios contribuem para o resultado de toda a microrregião, que possui 38,66% de área para a mesma finalidade. Já o município de Severínia destina cerca de 44% de suas terras à lavoura temporária. Somente Cajobi possui área destinada à pesca e aquicultura, sendo apenas 0,41% para cada atividade.

**Quadro 80 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Catanduva – 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pescaria	Aquicultura
Município	Paraíso	10,58	2,88	62,98	0,48	23,08	-	-	-	-
	Severínia	44,37	0,70	34,51	0,70	19,72	-	-	-	-
	Cajobi	20,33	4,98	43,57	2,49	27,80	-	-	0,41	0,41
Microrregião	Catanduva	32,17	3,29	38,66	0,41	24,32	0,25	0,70	0,04	0,16
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)



Na microrregião de São Carlos, no ano de 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, observou-se que todos os municípios inseridos na All, destinaram a maior parte de suas terras à pecuária e criação de outros animais, sendo Analândia o que disponibilizou o maior território proporcionalmente (54,07%). Descalvado destinou 53,35% e São Carlos 50,14%. Nenhum dos municípios que compõem essa microrregião destinou áreas para sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal e à atividade da pesca, todavia todos destinaram áreas à aquicultura, embora seja em quantidade reduzida, como São Carlos – apenas 0,27%.

**Quadro 81 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de São Carlos– 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Analândia	15,56	2,96	21,48	-	54,07	4,44	-	-	1,48
	Descalvado	25,00	3,05	16,77	-	53,35	0,61	0,61	-	0,61
	São Carlos	17,98	11,44	18,80	-	50,14	1,09	0,27	-	0,27
Microrregião	São Carlos	27,87	5,66	14,84	-	49,75	0,98	0,49	-	0,41
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

Na microrregião de São José do Rio Preto, observa-se que 58,17% do território é destinado à pecuária e a criação de outros animais, seguindo a tendência do estado de São Paulo, assim como apenas 0,03% é destinado à pesca.

Nota-se que o município de Icém adquire destaque na Pecuária, com 70,09% de suas terras destinadas a essa atividade. O município de Olímpia destaca-se pela lavoura permanente, cujos 44,31% de suas terras são destinadas para esse fim.

**Quadro 82 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de São José do Rio Preto – 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Altair	19,73	2,72	36,73	-	40,82	-	-	-	-
	Icém	17,76	2,80	6,54	-	70,09	-	1,87	-	0,93
	Olímpia	27,85	2,10	44,31	1,11	24,13	0,12	0,25	-	0,12
Microrregião	São José do Rio Preto	16,79	4,14	19,41	0,12	58,17	0,45	0,61	0,03	0,27
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

Na microrregião de Limeira, nota-se que o único município, entre aqueles inseridos na All, com terras destinadas à aquicultura em 2006, segundo o Censo Agropecuário – IBGE, era Conchal, com 0,99% do território destinado a este fim. Entretanto, a maior parte das terras desse município eram ocupadas com atividades da lavoura permanente, 61,88%.

Observa-se também que nenhum dos municípios pertencentes a esta microrregião tem terras destinadas às sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal. Dessa forma, a atividade com maior destinação de terras na microrregião é a lavoura permanente, com 40,64%. Destoa dessa tendência da microrregião, o município de Leme que destina 63,78% de suas terras à lavoura temporária, assim como Araras e Santa Cruz da Conceição, que destinam 45,32% e 45,43%, respectivamente, para o mesmo fim.

**Quadro 83 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Limeira – 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Leme	63,78	5,95	20,27	-	10,00	-	-	-	-
	Araras	45,32	5,56	38,30	-	10,53	0,29	-	-	-
	Conchal	22,77	3,96	61,88	-	10,40	-	-	-	0,99
	Santa Cruz da Conceição	45,43	1,78	16,75	-	33,50	0,25	2,28	-	-
Microrregião	Limeira	29,39	8,36	40,64	0,96	19,61	0,41	0,31	-	0,31
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

Na microrregião de Jaboticabal a atividade que ganhava destaque no ano de 2006 na ocupação de terras, segundo as informações do último censo agropecuário, era a Lavoura Temporária (42,02%), seguida da Lavoura Permanente (40,12%). Entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, Vista Alegre do Alto tem o maior destaque na Lavoura Permanente (69,23%), seguido de Taquaritinga com 61,91%. Monte Alto e Pirangi também possuíam significativa quantidade de terras ocupadas destinadas a lavoura permanente, representando 48,59% e 49,89%, respectivamente. Em Santa Ernestina, a maior porção de suas terras está ocupada com a pecuária e criação de outros animais, 36,36%. Esse município, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião é o único que possuía terras ocupadas com a atividade de aquicultura, 3,03%.

**Quadro 84 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Jaboticabal – 2006.**

Terras ocupadas (%)										
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Monte Alto	27,93	7,28	48,59	-	15,73	0,23	0,23	-	-
	Pirangi	41,04	1,13	49,89	-	7,94	-	-	-	-
	Santa Ernestina	30,30	6,06	24,24	-	36,36	-	-	-	3,03
	Taquaritinga	26,88	3,46	61,91	0,20	7,54	-	-	-	-
	Vista Alegre do Alto	21,43	2,20	69,23	-	6,04	-	1,10	-	-
Microrregião	Jaboticabal	42,02	4,22	40,12	0,64	11,88	0,17	0,81	0,02	0,11
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

A microrregião de Campinas agrega 5 (cinco) municípios integrantes da All. Observa-se, mediante informações disposta no quadro abaixo, que todos esses municípios possuem maior quantidade de terras destinadas à Lavoura Temporária, Horticultura e Floricultura, Lavoura Permanente e Pecuária e Criação de outros animais.

Jaguariúna possui a maior parte de seu território (38,61%) destinado à pecuária e criação de outros animais, enquanto apenas 0,99% do território é destinado à Produção Florestal (Florestas Nativas). No quadro, não são apresentados dados sobre a ocupação de terras destinadas à sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal.

O município de Paulínia dedica a maior parte de seu território para a horticultura e floricultura (36,71%), enquanto apenas 2,54% é dedicado à sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal, e à pesca, sendo 1,27% para cada atividade. Campinas destina 35,34% de suas terras para pecuária e criação de outros animais, e apenas 0,32% é destinado à Produção Florestal (Florestas Nativas). Cosmópolis apresenta a maior parte de suas terras para a lavoura temporária e pecuária e criação de outros animais, sendo 36,67% e 31,67%, respectivamente. Holambra ganha destaque pela grande quantidade de seu território destinado à produção de horticultura e floricultura, sendo 58,15% do total.

Ao analisar a microrregião de Campinas, nota-se que 30,86% de toda a microrregião é destinada à lavoura permanente, enquanto apenas 0,03% é destinada à pesca. Enquanto isso nota-se que de todo o território do estado de São Paulo 51,77% é destinado à pecuária e criação de outros animais e apenas 0,02% à Pesca.

**Quadro 85 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Campinas – 2006.**

		Terras ocupadas (%)								
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Jaguariúna	9,90	12,87	35,64	-	38,61	-	0,99	-	1,98
	Paulínia	15,19	36,71	29,11	1,27	16,46	-	-	1,27	-
	Campinas	6,34	27,10	27,10	-	35,34	2,54	0,32	-	1,27
	Cosmópolis	36,67	6,67	24,17	-	31,67	-	-	-	0,83
	Holambra	13,59	58,15	12,50	-	15,22	0,54	-	-	-
Microrregião	Campinas	15,49	23,40	30,86	0,06	23,86	0,91	0,27	0,03	0,61
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

A microrregião de Araraquara ganha destaque na produção de lavoura permanente, sendo que 43,95% de seu território é destinado a essa prática. Enquanto isso, apenas 0,23% do território é destinado à sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal. Dentre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, nota-se que Motuca e

Dobrada destinam grande parte de suas terras para a lavoura temporária, sendo 71,43% e 85,71% respectivamente. Américo Brasiliense também ganha destaque na aquicultura, destinando 49,94% de seu território para este fim.

**Quadro 86 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Araraquara – 2006.**

		Terras ocupadas (%)								
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Américo Brasiliense	43,75	6,25	25,00	-	18,75	-	6,25	-	49,94
	Araraquara	49,94	8,15	8,41	0,13	32,47	0,39	0,13	-	0,39
	Motuca	71,43	4,63	3,47	-	18,92	1,16	-	-	0,39
	Rincão	42,86	1,19	7,14	-	46,43	-	2,38	-	-
	Santa Lúcia	47,37	5,26	13,16	-	26,32	2,63	2,63	-	2,63
	Dobrada	85,71	4,76	4,76	-	4,76	-	-	-	-
Microrregião	Araraquara	24,22	4,02	43,95	0,23	26,49	0,46	0,25	-	0,37
Estado	São Paulo	18,64	9,47	18,25	0,18	51,77	1,02	0,31	0,02	0,33

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

A última microrregião analisada é a de Frutal, pertencente ao estado de Minas Gerais. Nota-se que Minas Gerais possui 56,05% de todo o seu território destinado à pecuária e criação de outros animais e a microrregião de Frutal, assim como o município de Fronteira, contribuem para esse resultado, pois destinam 86,77% e 58,39%, respectivamente, de seus territórios para o mesmo fim. A lavoura Temporária também ganha destaque no município de Fronteira, que destina 38,69% de suas terras para essa finalidade.

**Quadro 87 – Terras ocupadas (%) - Microrregião de Frutal – 2006.**

		Terras ocupadas (%)								
#		Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal-florestas plantadas	Produção florestal-florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Município	Fronteira	38,69	0,73	-	-	58,39	0,73	1,46	-	-
Microrregião	Frutal	9,44	1,98	1,17	0,01	86,77	0,15	0,33	0,02	0,12
Estado	Minas Gerais	17,69	5,61	17,87	0,05	56,05	1,44	1,07	0,06	0,15

Fonte: IBGE, 2014 (Censo 2006)

### 7.3.2.3.7 Receitas municipais

#### 7.3.2.3.7.1.1 Microrregião Rio Claro

##### 7.3.2.3.7.1.1.1 Receita Municipal Total

Os dados da microrregião de Rio Claro compreendem os anos de 2007 a 2011 e dos municípios o período de 2006 a 2011. A microrregião em questão registrou, entre os anos 2007 a 2011, aumento da Receita Municipal Total, chegando a R\$755.830.553,00.

Entretanto, houve uma pequena queda em 2009 de 0,3%, mas que foi recuperada nos anos seguintes, resultando em um aumento de 45,6% durante todo o período.

O município de Corumbataí apresentou situação semelhante, apresentando queda em 2008 e recuperação nos anos posteriores, alcançando o valor de R\$17.286.340,00, representando 2,3% do total das receitas dos municípios dessa microrregião.

#### 7.3.2.3.7.1.2 Receitas Tributárias

A receita tributária da microrregião Rio Claro demonstrou um crescimento em torno de 12,3% no período de 2007 a 2011, alcançando R\$130.757.114,00. Mesmo com a queda do resultado em 2008, a microrregião reestabeleceu o aumento da receita. O município de Corumbataí também registrou uma queda em 2007 de 7,4% em relação ao ano anterior, mas recuperou nos anos seguintes, registrando um crescimento de 33,8% com o valor de R\$2.579.647,00 em 2011, equivalendo a 2% do total das receitas tributárias dos municípios da microrregião.

##### 7.3.2.3.7.1.2.1 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação dos Municípios (FMP) da microrregião de Rio Claro registrou aumento de 126,6% durante o período de 2007 a 2011. A microrregião apresentou regressão do resultado nos anos de 2009 e 2010, mas restabeleceu o crescimento em 2011, fechando com R\$111.948.477,00. Corumbataí registrou aumento de 2006 a 2008, porém apresentou queda de 5,8% em 2009. Voltou a se recuperar a partir de 2010, obtendo um crescimento de 37,7% durante todo o período, representando 5,6% do total do Fundo Municipal de Participação dos Municípios da microrregião.

##### 7.3.2.3.7.1.2.2 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Os dados da microrregião de Rio Claro referentes ao ICMS foram disponibilizados de 2007 a 2011, apresentando um crescimento progressivo no período de 304,7%. O único município representante da microrregião, inserido na All, Corumbataí, registrou aumento constante de 2006 a 2010 de 26,3%, mas obteve uma queda no ano seguinte de 0,8%, fechando com R\$4.754.852,00, equivalendo a 2,1% do total do ICMS de toda a microrregião.

**Quadro 88 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	R\$ 12.972.106,00	R\$ 15.487.625,00	R\$ 15.305.134,00	R\$ 16.199.249,00	R\$ 16.663.051,00	R\$ 17.286.340,00
Microrregião	Rio Claro	...	R\$ 519.224.458,00	R\$ 654.792.388,00	R\$ 652.733.392,00	R\$ 723.117.608,00	R\$ 755.830.553,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 89 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	R\$ 2.081.501,00	R\$ 1.927.379,00	R\$ 2.145.507,00	R\$ 2.256.017,00	R\$ 2.377.793,00	R\$ 2.579.647,00
Microrregião	Rio Claro	...	R\$ 106.528.652,00	R\$ 106.488.761,00	R\$ 112.182.034,00	R\$ 122.453.677,00	R\$ 130.757.114,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 90 - Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	R\$ 4.554.397,00	R\$ 5.064.481,00	R\$ 5.832.403,00	R\$ 5.496.107,00	R\$ 5.521.483,00	R\$ 6.271.847,00
Microrregião	Rio Claro	...	R\$ 49.399.109,00	R\$ 110.941.988,00	R\$ 97.289.564,00	R\$ 97.264.563,00	R\$ 111.948.477,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 91 - ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	R\$ 3.879.303,00	R\$ 4.009.004,00	R\$ 4.386.452,00	R\$ 4.426.388,00	R\$ 4.796.459,00	R\$ 4.754.852,00
Microrregião	Rio Claro	...	R\$ 55.653.041,00	R\$ 187.389.705,00	R\$ 190.089.713,00	R\$ 218.381.461,00	R\$ 225.255.198,00

Fonte: IBGE, 2014

#### 7.3.2.3.7.1.3 Microrregião Mogi Mirim

##### 7.3.2.3.7.1.3.1 Receita Municipal Total

Os dados referentes à microrregião de Mogi Mirim não foram encontrados para esta análise, apenas dos municípios da microrregião. Através dos dados da Receita Municipal Total dos municípios pertencentes à microrregião de Mogi Mirim, observa-se um crescimento progressivo no período de 2006 a 2011. O município de Artur Nogueira registrou o maior resultado, alcançando R\$96.242.578,00 em 2011 e um aumento no período de 65,4%. Engenheiro Coelho apresentou valor de R\$38.440.293,00, mas obteve o maior percentual de crescimento, 93,6%.

##### 7.3.2.3.7.1.3.2 Receita Tributária

A Receita Tributária dos municípios de Mogi Mirim abrangidos pelo projeto, registraram aumento durante o período de 2006 a 2011. Artur Nogueira apresentou a maior receita, R\$11.987.765,00, obtendo um crescimento de 70,7%. A maior taxa de crescimento ficou com o município de Engenheiro Coelho, que registrou 136,7% de aumento durante o período.

##### 7.3.2.3.7.1.3.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação de Engenheiro Coelho registrou aumento constante de 2006 a 2011, passando de R\$6.072.529,00 para R\$10.453.080,00, alta de 72,1%. O município de Artur Nogueira apresentou crescimento do FPM até o ano 2008 alcançando R\$17.534.433,00, obteve queda nos dois anos seguintes e recuperou em 2011, atingindo o maior valor (R\$20.906.160,00).

##### 7.3.2.3.7.1.3.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Os municípios componentes da All, pertencentes à microrregião de Mogi Mirim registraram elevação no valor da arrecadação de ICMS. Engenheiro Coelho, apresentou queda no ano de 2007, mas recuperou gradativamente nos anos seguintes, obtendo R\$11.103.769,00 em 2011. O município de Artur Nogueira obteve aumento progressivo de 2006 a 2010 e apresentou uma leve queda de 1,8% no ano seguinte, registrando o maior valor da região (R\$15.166.421,00).

**Quadro 92 - Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	R\$ 58.194.390,00	R\$ 71.626.353,00	R\$ 76.342.153,00	R\$ 79.950.393,00	R\$ 90.942.989,00	R\$ 96.242.578,00
	Engenheiro Coelho	R\$ 19.858.769,00	R\$ 22.668.899,00	R\$ 25.950.954,00	R\$ 28.471.256,00	R\$ 36.896.326,00	R\$ 38.440.293,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 93 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	R\$ 7.024.153,00	R\$ 7.752.809,00	R\$ 8.078.381,00	R\$ 8.764.096,00	R\$ 10.306.283,00	R\$ 11.987.765,00
	Engenheiro Coelho	R\$ 1.689.287,00	R\$ 2.286.665,00	R\$ 1.975.096,00	R\$ 2.800.269,00	R\$ 3.834.629,00	R\$ 3.997.710,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 94 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	R\$ 13.661.307,00	R\$ 15.193.444,00	R\$ 17.534.433,00	R\$ 16.314.288,00	R\$ 15.871.211,00	R\$ 20.906.160,00
	Engenheiro Coelho	R\$ 6.072.529,00	R\$ 6.754.252,00	R\$ 7.793.108,00	R\$ 9.063.577,00	R\$ 9.202.472,00	R\$ 10.453.080,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 95 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	R\$ 9.845.813,00	R\$ 10.535.122,00	R\$ 12.858.204,00	R\$ 14.021.598,00	R\$ 15.437.250,00	R\$ 15.166.421,00
	Engenheiro Coelho	R\$ 5.701.992,00	R\$ 5.188.946,00	R\$ 8.219.964,00	R\$ 9.938.007,00	R\$ 10.016.530,00	R\$ 11.103.769,00

Fonte: IBGE, 2014



#### 7.3.2.3.7.1.4 Microrregião de Catanduva

##### 7.3.2.3.7.1.4.1 Receita Municipal Total

Os dados sobre a Receita Municipal Total da microrregião de Catanduva compreendem o período de 2007 a 2011, enquanto dos municípios o período é de 2006 a 2011. Pode-se notar que a microrregião registrou uma queda de 6,7% em 2009, mas apresentou crescimento em sua arrecadação municipal total, alcançando R\$718.385.767,00. O município de Cajobi também apresentou queda no resultado de 2009, porém registrou crescimento de 46,4% na sua arrecadação no período analisado. Paraíso e Severínia obtiveram oscilações no resultado durante o período de 2009 a 2011, entretanto apresentaram resultados satisfatórios ao final de 2011, com aumento de 29,8% e 38,8%, respectivamente.

##### 7.3.2.3.7.1.4.2 Receitas Tributárias

A receita tributária da microrregião de Catanduva mostra crescimento progressivo em sua arrecadação, alcançando R\$87.101.181,00. Os municípios que compõem a região não apresentaram o mesmo comportamento da microrregião. O município de Cajobi apresentou crescimento de 2006 a 2008, obteve queda em 2009, mas recuperou nos anos seguintes registrando aumento de 46,4%. Paraíso obteve crescimento constante de 2006 a 2010, regredindo apenas em 2011.

O município de Severínia registrou oscilações de 2009 a 2011, mas apresentou alta de 38,8% na receita durante o período, obtendo o valor mais elevado, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, R\$39.908.608,00. Assim, no ano de 2011, a receita tributária de Cajobi, representou 25,7% do total da microrregião, Paraíso, 24,7% e Severínia 45,8%.

##### 7.3.2.3.7.1.4.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação dos Municípios da microrregião de Catanduva progrediu 21,9% no período de 2007 a 2011, apresentando queda no ano de 2009. Todos os municípios que compõem a microrregião, inseridos na All, registraram aumento no período, mas obtiveram queda em 2009, o mesmo comportamento da microrregião de Catanduva.

O destaque ficou para Severínia, que registrou o maior resultado (R\$10.652.871,00) e o maior percentual de crescimento, em torno de 40,3%, correspondendo a 6,8% do total

do FPM da microrregião. Cajobi e Paraíso demonstraram resultados semelhantes durante todo o período analisado e fechando 2011 com os seguintes valores respectivos: R\$ 6.271.847,00 e R\$ 6.274.219,00, representando cada um 4% do total do FPM da microrregião.

#### 7.3.2.3.7.1.4.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Os dados da microrregião em questão referentes ao ICMS foram disponibilizados para os anos 2007 a 2011, apresentando crescimento em torno de 21,4%. Os três municípios pertencentes à microrregião de Catanduva, apresentaram oscilações no período. Severínia registrou o maior percentual de crescimento, 35,4%, representando em 2011, 4,2% do total do ICMS da microrregião.

O município de Paraíso além de obter o menor resultado de ICMS (R\$4.621.269,00), apresentou crescimento de 15,7%, o menor da microrregião, entre os municípios inseridos na AII. Seu ICMS em 2011, equivaleu a 2,5% do total da microrregião. Cajobi apresentou crescimento de 25% no período analisado, com um ICMS em 2011 de R\$6.703.087,00, equivalendo a 3,6% do total do ICMS da microrregião.

**Quadro 96 - Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	R\$15.323.930,00	R\$16.643.777,00	R\$20.789.701,00	R\$20.041.009,00	R\$21.246.419,00	R\$22.426.940,00
	Paraíso	R\$16.564.292,00	R\$18.349.771,00	R\$20.485.145,00	R\$21.451.523,00	R\$22.955.112,00	R\$21.496.871,00
	Severínia	R\$28.755.345,00	R\$30.892.551,00	R\$38.253.805,00	R\$37.699.855,00	R\$40.029.446,00	R\$39.908.608,00
Microrregião	Catanduva	...	R\$583.074.294,00	R\$681.334.548,00	R\$636.030.148,00	R\$692.833.071,00	R\$718.385.767,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 97 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	R\$ 15.323.930,00	R\$ 16.643.777,00	R\$ 20.789.701,00	R\$ 20.041.009,00	R\$ 21.246.419,00	R\$ 22.426.940,00
	Paraíso	R\$ 16.564.292,00	R\$ 18.349.771,00	R\$ 20.485.145,00	R\$ 21.451.523,00	R\$ 22.955.112,00	R\$ 21.496.871,00
	Severínia	R\$ 28.755.345,00	R\$ 30.892.551,00	R\$ 38.253.805,00	R\$ 37.699.855,00	R\$ 40.029.446,00	R\$ 39.908.608,00
Microrregião	Catanduva	...	R\$ 68.536.594,00	R\$ 74.784.578,00	R\$ 75.329.351,00	R\$ 82.160.856,00	R\$ 87.101.181,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 98 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	R\$ 4.554.399,00	R\$ 5.021.722,00	R\$ 5.900.223,00	R\$ 5.496.107,00	R\$ 5.517.358,00	R\$ 6.271.847,00
	Paraíso	R\$ 4.761.229,00	R\$ 5.277.773,00	R\$ 5.832.403,00	R\$ 5.450.285,00	R\$ 5.521.531,00	R\$ 6.274.219,00
	Severínia	R\$ 7.590.662,00	R\$ 8.418.240,00	R\$ 9.813.028,00	R\$ 9.181.462,00	R\$ 9.202.472,00	R\$ 10.652.871,00
Microrregião	Catanduva	...	R\$ 128.310.915,00	R\$ 146.065.643,00	R\$ 135.940.532,00	R\$ 137.171.427,00	R\$ 156.362.137,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 99 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Cajobi	R\$ 5.359.942,00	R\$ 4.999.432,00	R\$ 5.795.630,00	R\$ 5.674.794,00	R\$ 6.126.983,00	R\$ 6.703.087,00
	Paraíso	R\$ 3.995.236,00	R\$ 3.836.203,00	R\$ 4.252.759,00	R\$ 4.817.081,00	R\$ 5.108.709,00	R\$ 4.621.269,00
	Severínia	R\$ 5.745.301,00	R\$ 6.368.111,00	R\$ 8.740.484,00	R\$ 8.636.914,00	R\$ 7.961.906,00	R\$ 7.779.241,00
Microrregião	Catanduva	...	R\$ 153.695.626,00	R\$ 180.623.379,00	R\$ 175.116.593,00	R\$ 179.470.925,00	R\$ 186.640.415,00

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.7.1.5 Microrregião de São Carlos

#### 7.3.2.3.7.1.5.1 Receita Municipal Total

A receita municipal total da microrregião de São Carlos registrou um valor de R\$691.703.516,00 em 2006 para R\$948.467.925 em 2010 – alta de 37,1% – mas caiu no ano seguinte, obtendo queda de 2,6%. Mesmo com essa queda, a microrregião obteve aumento de 33,6% no período de 2006 a 2011.

O município de Analândia apresentou oscilações no resultado durante o período, registrando queda nos anos de 2007, 2009 e 2011, obtendo um leve crescimento de 4,6% por todo o período. Em 2011 apresentou a receita de R\$19.379.365,00, significando 2,1% do total da receita da microrregião.

Descalvado foi o único município que registrou crescimento constante por todo período, apresentando aumento de 24,2%, com uma receita em 2011 de R\$78.281.323,00, equivalendo a 8,5% do total da receita municipal da microrregião. São Carlos obteve o maior valor em 2010 (R\$553.657.841,00) e apresentou leve queda de 2,6%, fechando 2011 com R\$538.287.725,00, representando 58,3% do total da receita municipal da microrregião.

#### 7.3.2.3.7.1.5.2 Receitas Tributárias

A microrregião em análise registrou aumento progressivo de 2006 a 2011, obtendo alta de 39,2% da receita tributária. O município de São Carlos apresentou situação semelhante, obtendo a partir de 2006, crescimento constante e fechando em 2011 com R\$109.989.475,00, representatividade de 70,0% de toda receita da microrregião. Tal semelhança de crescimento periódico não foi encontrada nos municípios de Analândia e Descalvado, que obtiveram oscilações nos anos entre 2007 a 2011.

Mesmo com oscilações no resultado, Analândia obteve aumento de 19,1% durante o período, obtendo em 2011 uma receita tributária de R\$1.897.706,00, a menor, entre os três municípios dessa microrregião que compõem a All, representando apenas 1,2% do total das receitas da microrregião. Descalvado obteve 61,8%, fechando 2011 com R\$10.054.222,00, significando 6,1% do total das receitas tributárias da microrregião.

#### 7.3.2.3.7.1.5.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

Os dados do Fundo de Participação Municipal, da microrregião em questão, apresentaram crescimento de 2006 a 2008, obtendo 20,5% de aumento. Nos anos de 2009 e 2010, a microrregião de São Carlos registrou uma regressão do resultado, mas que foi recuperada no ano seguinte com o valor de R\$134.629.501,00, totalizando 32,7% de aumento no período de 2006 a 2011.

Os municípios de Analândia e São Carlos obtiveram fenômeno semelhante ao da microrregião. Analândia registrou crescimento de 37,8% e São Carlos registrou 33,7%, mesmo com as quedas em 2009 e 2010. São Carlos apresentou o maior resultado, entre os municípios da microrregião, inseridos na All, R\$52.371.873,00, correspondendo a 38,9% do total da microrregião. O município de Descalvado foi o único que progrediu constantemente durante todo período, registrando aumento de 37,8% e resultado de R\$16.724.928,00.

#### 7.3.2.3.7.1.5.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

O ICMS da microrregião de São Carlos registrou aumento constante, passando de R\$188.676.258,00 em 2006 para R\$230.644.323,00 e 2011, alta de 22,2%. O município com maior valor de arrecadação foi São Carlos, que, além de obter R\$129.952.487,00 de impostos em 2011, foi o único município que registrou crescimento progressivo dos resultados. Assim, São Carlos representou em 2011, 56,3%, do total de ICMS arrecadado na microrregião. Os municípios de Analândia e Descalvado apresentaram oscilações durante o período, mas registraram aumento da arrecadação.

Em 2011, o valor de ICMS arrecadado em Analândia foi de R\$ 7.320.844,00, o menor, entre os três municípios dessa microrregião inseridos na All, correspondendo a apenas 3,2% do total de ICMS arrecadado na microrregião.

**Quadro 100 - Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	R\$18.535.129,00	R\$17.766.077,00	R\$19.391.661,00	R\$18.503.938,00	R\$20.694.479,00	R\$ 19.379.365,00
	Descalvado	R\$63.023.318,00	R\$68.875.031,00	R\$71.578.154,00	R\$73.456.095,00	R\$77.857.206,00	R\$ 78.281.323,00
	São Carlos	R\$414.989.602,00	R\$443.467.718,00	R\$466.664.477,00	R\$497.318.497,00	R\$553.657.841,00	R\$ 538.287.725,00
Microrregião	São Carlos	R\$691.703.516,00	R\$751.873.641,00	R\$834.696.623,00	R\$868.783.949,00	R\$948.467.925,00	R\$ 923.935.342,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 101 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	R\$1.593.868,00	R\$1.646.200,00	R\$ 1.602.554,00	R\$ 1.793.404,00	R\$ 1.943.038,00	R\$ 1.897.706,00
	Descalvado	R\$6.215.864,00	R\$6.053.163,00	R\$ 6.410.150,00	R\$ 6.344.830,00	R\$ 7.245.731,00	R\$ 10.054.222,00
	São Carlos	R\$78.112.846,00	R\$86.291.732,00	R\$ 92.958.965,00	R\$ 100.157.572,00	R\$ 106.207.078,00	R\$ 109.989.475,00
Microrregião	São Carlos	R\$ 117.946.350,00	R\$128.951.178,00	R\$ 135.897.710,00	R\$ 146.952.001,00	R\$ 156.703.272,00	R\$ 164.230.551,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 102 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	R\$4.554.399,00	R\$5.064.481,00	R\$ 5.900.372,00	R\$ 5.438.720,00	R\$ 5.290.403,00	R\$ 6.271.849,00
	Descalvado	R\$12.141.486,00	R\$13.504.482,00	R\$ 13.638.610,00	R\$ 14.501.589,00	R\$ 14.723.954,00	R\$ 16.724.928,00
	São Carlos	R\$39.166.022,00	R\$42.995.087,00	R\$ 48.069.220,00	R\$ 46.581.748,00	R\$ 45.653.261,00	R\$ 52.371.873,00
Microrregião	São Carlos	R\$ 101.483.736,00	R\$112.552.183,00	R\$ 122.309.875,00	R\$ 117.412.354,00	R\$ 106.601.395,00	R\$ 134.629.501,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 103 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	R\$ 6.215.751,00	R\$ 6.207.394,00	R\$ 6.687.065,00	R\$ 6.827.007,00	R\$ 7.559.295,00	R\$ 7.320.844,00
	Descalvado	R\$27.061.234,00	R\$ 27.945.691,00	R\$ 31.500.151,00	R\$ 31.436.009,00	R\$ 33.278.482,00	R\$ 30.055.869,00
	São Carlos	R\$ 106.524.729,00	R\$ 106.904.743,00	R\$ 110.800.291,00	R\$ 112.399.889,00	R\$ 125.349.195,00	R\$ 129.952.487,00
Microrregião	São Carlos	R\$ 188.676.258,00	R\$ 193.519.801,00	R\$ 207.766.997,00	R\$ 208.021.182,00	R\$ 215.730.032,00	R\$ 230.644.323,00

Fonte: IBGE, 2014

## 7.3.2.3.7.1.6 Microrregião de São José

### 7.3.2.3.7.1.6.1 Receita Municipal Total

A microrregião de São José do Rio Preto apresentou crescimento de 19% em sua Receita Total, no período compreendido entre 2009 e 2011, atingindo R\$1.932.785.393,00. Dentre os municípios que compõe essa microrregião, inseridos na All, observa-se que Altair foi o município que apresentou o menor resultado, alcançando R\$13.648.274,00, com crescimento de 20% entre 2006 e 2011.

O município de Içém apresentou crescimento da sua Receita Total entre os anos 2006 e 2008, mas regrediu em 2009 e 2010, voltando a progredir em 2011 atingindo R\$29.936.938,00 – crescimento de 21%. Olímpia foi o que apresentou maior crescimento no período, alcançando R\$142.120.488,00, equivalente à 79%.

### 7.3.2.3.7.1.6.2 Receitas Tributárias

Os dados sobre a Receita Tributária da microrregião de São José do Rio Preto, compreende o período de 2009 a 2011, enquanto o dos municípios o período é de 2006 a 2011. Pode-se notar que a microrregião apresentou crescimento progressivo em sua arrecadação tributária, alcançando R\$361.317.066,00.

O município de Olímpia foi o único que progrediu constantemente, apresentando crescimento de 84% na sua arrecadação no período de 2006 a 2011. Os demais municípios pertencentes à esta microrregião apresentaram oscilação no crescimento, mas com resultados satisfatórios ao final de 2011.

### 7.3.2.3.7.1.6.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação dos Municípios da microrregião de São José do Rio Preto, progrediu 15% no período entre 2009 e 2011. No fim do período, todos os municípios analisados apresentaram crescimento em relação ao ano 2006, mesmo ocorrendo oscilações. Nesse sentido, observa-se que o ano de 2009 foi marcante para os municípios dessa microrregião inseridos na All, visto que todos apresentaram queda em seu FPM. O destaque positivo é para a cidade de Olímpia, que obteve crescimento de 39%.

### 7.3.2.3.7.1.6.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Os dados da microrregião em questão referentes ao ICMS só foram disponibilizados para os anos 2009 e 2010, apresentando crescimento em torno de 11%. Os três municípios, pertencentes a microrregião de São José do Rio Preto, inseridos na All, apresentaram oscilações no período, sendo o município de Içém, entre os anos 2008 e 2011 o mais relevante. Houve duas quedas consecutivas entre 2008 e 2010, de 18,5% entre 2008 e 2009 e outra de 64,4% entre 2009 e 2010. A recuperação aconteceu em 2011, com crescimento de 84,4%.



**Quadro 104 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Altair	R\$ 11.284.536,00	R\$ 11.203.836,00	R\$ 12.901.795,00	R\$ 12.433.355,00	R\$ 13.107.309,00	R\$ 13.648.274,00
	Olímpia	R\$ 79.199.704,00	R\$ 90.587.890,00	R\$ 95.072.530,00	R\$ 97.401.037,00	R\$ 129.267.690,00	R\$ 142.120.488,00
	Icém	R\$ 24.721.353,00	R\$ 25.883.673,00	R\$ 29.086.331,00	R\$ 26.203.383,00	R\$ 24.875.520,00	R\$ 29.936.938,00
Microrregião	São José do Rio Preto	...	...	...	R\$ 1.620.616.016,00	R\$ 1.803.451.026,00	R\$ 1.932.785.393,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 105 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Altair	R\$ 468.509,00	R\$ 436.398,00	R\$ 693.334,00	R\$ 384.616,00	R\$ 514.084,00	R\$ 530.830,00
	Olímpia	R\$ 10.046.320,00	R\$ 10.703.759,00	R\$ 11.954.837,00	R\$ 14.679.714,00	R\$ 16.437.637,00	R\$ 18.578.024,00
	Icém	R\$ 755.944,00	R\$ 1.125.143,00	R\$ 1.029.088,00	R\$ 946.349,00	R\$ 1.201.639,00	R\$ 1.165.056,00
Microrregião	São José do Rio Preto	...	...	...	R\$ 268.419.658,00	R\$ 316.353.987,00	R\$ 361.317.066,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro -106 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Altair	R\$ 4.554.397,00	R\$ 5.186.811,00	R\$ 5.832.403,00	R\$ 5.450.285,00	R\$ 5.521.483,00	R\$ 6.271.847,00
	Olímpia	R\$ 15.011.040,00	R\$ 16.796.040,00	R\$ 19.441.344,00	R\$ 15.298.699,00	R\$ 18.336.954,00	R\$ 20.912.784,00
	Icém	R\$ 4.554.395,00	R\$ 5.048.131,00	R\$ 5.831.925,00	R\$ 5.451.407,00	R\$ 5.521.483,00	R\$ 6.272.210,00
Microrregião	São José do Rio Preto	...	...	...	R\$ 266.149.014,00	R\$ 268.397.222,00	R\$ 307.227.377,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 107 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Altair	R\$ 4.579.395,00	R\$ 4.175.111,00	R\$ 4.548.560,00	R\$ 4.954.372,00	R\$ 5.323.145,00	R\$ 5.288.099,00
	Olímpia	R\$ 23.430.439,00	R\$ 25.092.128,00	R\$ 29.740.551,00	R\$ 28.556.934,00	R\$ 33.785.301,00	R\$ 35.079.869,00
	Icém	R\$ 14.353.639,00	R\$ 14.129.357,00	R\$ 16.862.492,00	R\$ 13.755.022,00	R\$ 8.894.780,00	R\$ 16.404.935,00
Microrregião	São José do Rio	...	...	...	R\$ 362.173.212,00	R\$ 403.681.317,00	...

LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Preto						

Fonte: IBGE, 2014

#### 7.3.2.3.7.1.7 Microrregião de Limeira

##### 7.3.2.3.7.1.7.1 Receita Municipal Total

Os dados de Receita Municipal Total para a microrregião de Limeira, disponibilizados pela fonte IBGE abrangem o período de 2007 a 2011, sendo que os dados dos municípios que compõe a região são do período de 2006 a 2011, exceto Santa Cruz da Conceição que inicia-se em 2007. A microrregião em questão obteve um aumento progressivo dos resultados, alcançando R\$1.613.102.237,00.

Os municípios de Conchal e Leme registraram situação semelhante, obtendo aumentos constantes, registrando 55,0% e 65,4% de crescimento no período analisado, respectivamente. Santa Cruz da Conceição registrou oscilações de 2009 a 2011, mas obteve crescimento de 16,25% mesmo com quedas durante o período. Esse município apresentou a menor receita municipal, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, R\$15.470.083,00, significando apenas 0,96%, das receitas municipais dessa microrregião. O município com maior receita foi Araras, com R\$345.696.335,00 em 2011, alta de 31,9% em relação a 2006, representando 21,4% das receitas municipais de toda a microrregião.

##### 7.3.2.3.7.1.7.2 Receita Tributária

A receita tributária da microrregião em análise registrou queda em 2008 de 1,79% em referência ao ano anterior, mas recuperou gradativamente nos demais anos, alcançado o valor de R\$286.446.024,00. O município de Araras registrou a maior arrecadação, R\$50.014.097,00 em 2011, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, representando 17,5% de toda a receita tributária da microrregião. Leme registrou queda nos anos de 2007 e 2008, mas recuperou nos anos seguintes obtendo R\$35.692.676,00, aumento de 44,3%.

O maior aumento percentual ficou com o município de Conchal, que registrou 73,2% de crescimento durante o período, mesmo regredindo o resultado no último ano. Santa Cruz da Conceição apresentou a menor receita, entre os municípios analisados, R\$2.379.676,00 em 2011, equivalendo a apenas 0,8% da receita tributária da microrregião.

##### 7.3.2.3.7.1.7.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

A microrregião de Limeira registrou queda em seu Fundo de Participação Municipal, em 2009. Porém recuperou-se nos anos seguintes, apresentando R\$186.103.451,00 em 2011. Os municípios que compõem a microrregião, inseridos na All, obtiveram queda nos resultados entre os anos de 2008 a 2010, mas retomaram crescimento, apresentando percentuais positivos no período analisado.

O município que registrou o maior crescimento e o maior FPM (R\$35.540.471,00), entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All foi Araras, com 46,3% de 2006 a 2011, correspondendo a 19,1%. Leme registrou o segundo maior FPM, com R\$30.026.810,00 e o segundo maior crescimento, 41,2%. Santa Cruz da Conceição obteve o menor resultado, com R\$6.271.847,00, representando apenas, 3,4% do total do FPM de toda a microrregião em 2011.

#### 7.3.2.3.7.1.7.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Com base nos dados da microrregião de Limeira, observa-se um crescimento de seu ICMS de 17,4%, no período de 2007 a 2011. Tal crescimento foi freado nos anos de 2009 e 2011 reduzindo o resultado para R\$422.667.441,00. O destaque entre os municípios que compõem a microrregião, formadores da All, foi de Leme, que registrou aumento constante durante o período e o maior crescimento percentual, 54,7%.

Os municípios de Araras e Conchal apresentaram queda, mas registraram aumento em análise a todo período. Araras apresentou o maior resultado, R\$81.456.015,00 com participação de 19,3% da arrecadação da microrregião de Limeira. Santa Cruz da Conceição apresentou queda no crescimento de seu ICMS no ano de 2011, apresentando também o menor ICMS, entre aqueles municípios da All, inseridos nessa microrregião, representando apenas 0,82% do total do ICMS da microrregião em 2011.

**Quadro 108 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	R\$262.032.037,00	R\$265.438.883,00	R\$282.133.756,00	R\$340.698.835,00	R\$ 317.132.051,00	R\$ 345.696.335,00
	Conchal	R\$41.425.333,00	R\$48.910.190,00	R\$57.372.095,00	R\$58.907.275,00	R\$ 63.440.971,00	R\$ 64.211.690,00
	Leme	R\$133.603.235,00	R\$151.187.843,00	R\$153.311.653,00	R\$164.535.463,00	R\$ 193.987.279,00	R\$ 221.075.521,00
	Santa Cruz da Conceição	...	R\$13.306.827,00	R\$14.020.504,00	R\$13.671.106,00	R\$ 16.369.855,00	R\$ 15.470.083,00
Microrregião	Limeira	...	R\$1.242.607.687,00	R\$1.310.230.236,00	R\$ 1.408.007.654,00	R\$ 1.521.161.856,00	R\$ 1.613.102.237,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 109 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	R\$ 39.590.828,00	R\$ 42.010.819,00	R\$ 36.885.893,00	R\$ 40.487.159,00	R\$ 47.912.277,00	R\$ 50.014.097,00
	Conchal	R\$ 4.495.442,00	R\$ 5.278.565,00	R\$ 5.793.065,00	R\$ 6.765.819,00	R\$ 7.844.738,00	R\$ 7.785.822,00
	Leme	R\$ 26.593.434,00	R\$ 25.530.624,00	R\$ 24.734.198,00	R\$ 25.364.299,00	R\$ 34.769.924,00	R\$ 35.692.064,00
	Santa Cruz da Conceição	...	R\$ 2.302.875,00	R\$ 2.032.711,00	R\$ 2.103.994,00	R\$ 2.127.419,00	R\$ 2.379.676,00
Microrregião	Limeira	...	R\$ 221.757.362,00	R\$ 217.790.733,00	R\$ 233.551.391,00	R\$ 278.751.674,00	R\$ 286.446.024,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 110 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Araras	R\$ 24.290.117,00	R\$ 28.698.171,00	R\$ 31.172.325,00	R\$ 30.270.134,00	R\$ 30.494.790,00	R\$ 35.540.471,00
	Conchal	R\$ 10.622.587,00	R\$ 11.817.123,00	R\$ 11.689.622,00	R\$ 12.688.890,00	R\$ 12.883.460,00	R\$ 14.026.658,00
	Leme	R\$ 21.262.759,00	R\$ 23.645.217,00	R\$ 26.940.423,00	R\$ 25.377.782,00	R\$ 24.688.550,00	R\$ 30.026.810,00
	Santa Cruz da Conceição	...	R\$ 5.065.137,00	R\$ 5.844.811,00	R\$ 5.438.097,00	R\$ 5.521.483,00	R\$ 6.271.847,00
Microrregião	Limeira	...	R\$ 153.838.181,00	R\$ 170.348.030,00	R\$ 161.438.845,00	R\$ 164.846.466,00	R\$ 186.103.451,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 111 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

*Diagnóstico Ambiental*

		<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Município	Araras	R\$ 74.070.915,00	R\$ 70.251.147,00	R\$ 79.833.432,00	R\$ 79.673.232,00	R\$ 81.573.066,00	R\$ 81.456.015,00
	Conchal	R\$ 9.146.351,00	R\$ 7.920.950,00	R\$ 8.865.133,00	R\$ 11.449.298,00	R\$ 11.808.073,00	R\$ 10.115.727,00
	Leme	R\$ 25.592.594,00	R\$ 27.503.882,00	R\$ 31.806.099,00	R\$ 32.664.323,00	R\$ 36.543.416,00	R\$ 39.532.026,00
	Santa Cruz da Conceição	...	R\$ 2.935.831,00	R\$ 3.044.427,00	R\$ 3.083.002,00	R\$ 3.509.175,00	R\$ 3.504.945,00
Microrregião	Limeira	...	R\$ 372.595.001,00	R\$ 408.284.761,00	R\$ 406.909.026,00	R\$ 437.595.409,00	R\$ 422.667.441,00

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.7.1.8 Microrregião de Jaboticabal

#### 7.3.2.3.7.1.8.1 Receita Municipal

A fonte utilizada para pesquisa não disponibilizou os dados para a microrregião de Jaboticabal. Dentre os municípios que compõe essa microrregião, apenas Santa Ernestina foi disponibilizado no período de 2007 a 2011, sendo os outros quatro municípios analisados entre 2006 e 2011. Observa-se que Taquaritinga foi o município que apresentou o maior crescimento (47%). Santa Ernestina apresentou a maior Receita Municipal Total, alcançando R\$120.902.234,00, com crescimento de 16% entre 2007 e 2011.

O município de Pirangi apresentou a menor Receita Municipal Total ao final de 2011 atingindo R\$12.904.46300 – crescimento de 19%. Com exceção de Santa Ernestina, todos os municípios dessa microrregião, inseridos na All, apresentaram quedas em sua receita no ano de 2009, recuperando-se nos anos seguintes. Santa Ernestina apresentou redução em 2010.

#### 7.3.2.3.7.1.8.2 Receita Tributária

Os dados sobre a Receita Tributária da microrregião de Jaboticabal, não foram informados pela fonte. O município de Santa Ernestina possui dados compreendidos entre 2007 e 2011, enquanto para os demais municípios o período é de 2006 a 2011. Pode-se notar que o município de Pirangi foi o que mais progrediu, apresentando crescimento de 64% na sua arrecadação no período de 2006 a 2011, mesmo apresentando oscilações, embora entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, apresente a menor receita tributária, R\$ 900.129,00. O município de Santa Ernestina foi o que apresentou maior receita tributária, R\$16.870.752,00, em seguida destacou-se Monte Alto com uma receita de R\$14.819.494,00.

#### 7.3.2.3.7.1.8.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação da microrregião de Jaboticabal, também não foi apresentado pela fonte. Em relação aos municípios dessa microrregião, inseridos na All, ao fim do período analisado, todos apresentaram crescimento em relação ao ano 2006, mesmo possuindo oscilações. O destaque é para a cidade de Taquaritinga, que obteve crescimento de 68%. O município de Pirangi, registrou o menor FPM em 2011, entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, R\$6.005.704,00. E, Santa Ernestina demonstrou o maior FPM R\$22.019.661,00.

7.3.2.3.7.1.8.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Assim como os dados anteriores, os referentes ao ICMS não foram disponibilizados pela fonte, para a microrregião. Os cinco municípios, pertencentes a microrregião de Jaboticabal, apresentaram oscilações no período, sendo o município de Pirangi o mais estável, embora possua a menor arrecadação de ICMS, entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, registrando em 2011 o ICMS de R\$2.702.117,00.

Os que apresentaram menor crescimento foi Santa Ernestina e Vista Alegre do Alto, com 14% cada. Monte Alto apresentou a maior arrecadação de ICMS em 2011, entre os municípios dessa microrregião, inseridos na All, R\$29.808.335,00



**Quadro 112 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	R\$ 70.038.542,00	R\$ 81.555.857,00	R\$ 91.523.118,00	R\$ 86.919.290,00	R\$ 99.506.836,00	R\$ 95.300.185,00
	Pirangi	R\$ 10.795.076,00	R\$ 11.617.673,00	R\$ 13.065.770,00	R\$ 11.831.892,00	R\$ 12.825.032,00	R\$ 12.904.463,00
	Santa Ernestina	...	R\$ 103.947.073,00	R\$ 105.079.598,00	R\$ 127.836.913,00	R\$ 115.600.745,00	R\$ 120.902.234,00
	Taquaritinga	R\$ 14.975.432,00	R\$ 16.426.400,00	R\$ 20.434.667,00	R\$ 19.556.763,00	R\$ 20.970.085,00	R\$ 22.120.110,00
	Vista Alegre do Alto	R\$ 15.890.805,00	R\$ 17.148.111,00	R\$ 18.412.632,00	R\$ 16.225.376,00	R\$ 18.803.236,00	R\$ 21.840.278,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 113 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	R\$ 12.648.570,00	R\$ 12.495.534,00	R\$ 12.148.401,00	R\$ 13.213.135,00	R\$ 14.014.623,00	R\$ 14.819.494,00
	Pirangi	R\$ 546.429,00	R\$ 752.045,00	R\$ 610.539,00	R\$ 782.108,00	R\$ 698.142,00	R\$ 900.129,00
	Santa Ernestina	...	R\$ 15.645.961,00	R\$ 15.567.228,00	R\$ 15.711.931,00	R\$ 15.854.636,00	R\$ 16.870.752,00
	Taquaritinga	R\$ 1.764.416,00	R\$ 1.592.036,00	R\$ 1.497.058,00	R\$ 1.942.384,00	R\$ 1.836.885,00	R\$ 2.011.434,00
	Vista Alegre do Alto	R\$ 1.218.427,00	R\$ 1.658.054,00	R\$ 1.444.442,00	R\$ 1.405.822,00	R\$ 1.497.067,00	R\$ 1.909.105,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 114 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Monte Alto	R\$ 15.181.322,00	R\$ 16.903.963,00	R\$ 17.497.216,00	R\$ 18.165.005,00	R\$ 18.404.942,00	R\$ 20.038.083,00
	Pirangi	R\$ 4.554.397,00	R\$ 5.054.365,00	R\$ 5.851.810,00	R\$ 5.438.097,00	R\$ 5.165.654,00	R\$ 6.005.704,00
	Santa Ernestina	...	R\$ 18.153.614,00	R\$ 21.430.975,00	R\$ 19.939.686,00	R\$ 19.398.147,00	R\$ 22.019.661,00
	Taquaritinga	R\$ 4.761.229,00	R\$ 5.114.406,00	R\$ 7.793.082,00	R\$ 7.250.795,00	R\$ 7.053.871,00	R\$ 8.015.233,00
	Vista Alegre do Alto	R\$ 4.510.847,00	R\$ 5.068.802,00	R\$ 5.754.214,00	R\$ 5.715.489,00	R\$ 5.507.722,00	R\$ 6.414.727,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 115 – ICMS**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	R\$ 21.945.827,00	R\$ 23.586.874,00	R\$ 25.469.286,00	R\$ 26.841.280,00	R\$ 30.015.375,00	R\$ 29.808.335,00
	Pirangi	R\$ 2.200.050,00	R\$ 2.183.656,00	R\$ 2.623.378,00	R\$ 2.671.189,00	R\$ 2.794.319,00	R\$ 2.702.117,00
	Santa Ernestina	...	R\$ 17.240.962,00	R\$ 18.649.793,00	R\$ 18.826.471,00	R\$ 20.084.741,00	R\$ 19.817.621,00
	Taquaritinga	R\$ 5.750.619,00	R\$ 5.950.408,00	R\$ 6.661.555,00	R\$ 6.264.939,00	R\$ 6.467.395,00	R\$ 6.572.911,00
	Vista Alegre do Alto	R\$ 7.178.571,00	R\$ 7.499.497,00	R\$ 7.395.483,00	R\$ 5.016.334,00	R\$ 7.520.305,00	R\$ 10.044.320,00

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.7.1.9 Microrregião de Campinas

#### 7.3.2.3.7.1.9.1 Receita Municipal Total

A Receita Total Municipal corresponde ao acumulado de recursos arrecadados anualmente pelos municípios, ou seja, a arrecadação das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e outras receitas de fluxo.

A microrregião de Campinas apresentou crescimento em sua Receita Municipal Total. Entretanto a fonte de informação utilizada não disponibilizou os dados entre 2006 a 2008, como dos municípios. O crescimento no período disponibilizado dessa microrregião foi equivalente a 15%, alcançando R\$9.572.894.908,00. Dentre os municípios que compõe essa microrregião, observa-se que Holambra foi o município que apresentou o menor resultado, alcançando R\$44.394.805,00, com crescimento de 24% entre 2006 e 2011.

O município de Jaguariúna apresentou crescimento da sua Receita Total entre os anos 2006 e 2009, mas regrediu em 2010 e 2011, alcançando R\$211.533.666,00 – crescimento de 19%. De todos os municípios analisados, Paulínia foi o que apresentou maior oscilação em seu desempenho. Nos anos 2008 e 2010 obteve crescimento em sua Receita Total, mas nos anos 2007, 2009 e 2011 houve queda no desempenho, alcançando R\$1.047.868.618,00, ou seja, crescimento de apenas 10% entre 2006 e 2011.

#### 7.3.2.3.7.1.9.2 Receitas Tributárias

A Receita Tributária da microrregião de Campinas, assim como a Receita Municipal, foi disponibilizada pelo IBGE apenas a partir do ano 2009. Desta forma, pode-se notar que a microrregião apresentou crescimento progressivo em sua arrecadação tributária, alcançando R\$2.350.356.760,00. Os municípios de Campinas e Cosmópolis apresentaram crescimento de 30% e 37%, respectivamente, na arrecadação no período de 2006 a 2011, alcançando R\$ 1.202.339.579,00 e R\$ 16.709.113,00.

Os demais municípios, pertencentes a esta microrregião, não apresentaram resultados tão satisfatório. Holambra apresentou crescimento entre os anos 2006 2009, porém sua arrecadação regrediu no ano de 2010, voltando a crescer em 2011, alcançando o valor de R\$6.143.898,00, 12% a mais que em 2006. Jaguariúna também apresentou queda em sua arrecadação no ano 2008, mas conseguiu retomar seu crescimento, atingindo

21,5% a mais em arrecadação, equivalente a R\$27.923.759,00, no ano de 2011. O município de Paulínia obteve progressão entre os anos de 2006 a 2010, mas em 2011 teve uma leve queda (2%) em comparação ao ano anterior, atingindo R\$ 186.918.375,00.

#### 7.3.2.3.7.1.9.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação dos Municípios (FMP) é uma transferência da União para os Estados e o Distrito Federal composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição desses recursos aos municípios é feita mediante o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual.

Partindo dessa informação, ao observar-se o quadro que analisa esses dados da microrregião de Campinas, pode-se notar que, na maioria dos municípios, inseridos na All, houve queda na arrecadação no ano 2009, sendo o município de Jaguariúna a exceção. No ano 2011, todos os municípios analisados apresentaram crescimento em relação ao ano 2006, e Jaguariúna foi o único município que não apresentou queda nos anos analisados. Paulínia, mesmo obtendo crescimento entre 2006 e 2011, apresentou grande oscilação no desempenho, despencando 70% de 2007 para 2008 e recuperando em 2010, com um crescimento em torno de 1099%, voltando a cair em torno de 57% em 2011 (R\$ 29.268.624,00).

#### 7.3.2.3.7.1.9.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, mais conhecido como ICMS, também apresentou resultados similares para todos os municípios inseridos na All que compõe a microrregião em questão. Campinas e Holambra apresentaram crescimento constante entre 2006 e 2011, atingindo R\$ 736.411.018,00 e R\$ 12.692.011,00, respectivamente. Cosmópolis apresentou leve queda em 2009, mas voltou a se recuperar nos anos seguintes. Jaguariúna apresentou crescimento entre 2006 e 2008, mas a partir de 2009 obteve quedas sucessivas, apresentando, em 2011, crescimento de apenas 8%. Paulínia foi o único município dessa microrregião que apresentou queda de 5% entre 2006 e 2011, após várias oscilações no período.

**Quadro 116 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Campinas	R\$ 2.279.443.773,00	R\$ 2.803.527.224,00	R\$ 2.824.572.014,00	R\$ 2.896.742.159,00	R\$ 3.153.628.221,00	R\$ 3.381.625.648,00
	Cosmópolis	R\$ 84.233.497,00	R\$ 93.726.123,00	R\$ 100.494.669,00	R\$ 103.918.019,00	R\$ 113.058.315,00	R\$ 118.609.073,00
	Holambra	R\$ 35.644.017,00	R\$ 38.493.475,00	R\$ 42.681.789,00	R\$ 37.964.755,00	R\$ 41.617.690,00	R\$ 44.394.805,00
	Jaguariúna	R\$ 177.414.012,00	R\$ 204.785.068,00	R\$ 228.064.344,00	R\$ 255.520.669,00	R\$ 223.016.168,00	R\$ 211.533.666,00
	Paulínia	R\$ 949.659.100,00	R\$ 934.003.352,00	R\$ 1.045.391.778,00	R\$ 995.528.837,00	R\$ 1.100.806.506,00	R\$ 1.047.868.618,00
Microrregião	Campinas	...	...	...	R\$ 8.285.983.317,00	R\$ 9.131.904.887,00	R\$ 9.572.894.908,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 117 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Campinas	R\$ 921.751.813,00	R\$ 971.690.057,00	R\$ 1.019.923.108,00	R\$ 1.065.139.984,00	R\$ 1.130.948.085,00	R\$ 1.202.339.579,00
	Cosmópolis	R\$ 12.169.451,00	R\$ 12.290.744,00	R\$ 12.694.486,00	R\$ 13.648.684,00	R\$ 15.340.756,00	R\$ 16.709.113,00
	Holambra	R\$ 5.462.582,00	R\$ 5.572.418,00	R\$ 5.631.913,00	R\$ 6.447.093,00	R\$ 6.007.369,00	R\$ 6.143.898,00
	Jaguariúna	R\$ 22.977.899,00	R\$ 25.180.975,00	R\$ 23.769.826,00	R\$ 24.322.594,00	R\$ 27.278.130,00	R\$ 27.923.759,00
	Paulínia	R\$ 96.865.517,00	R\$ 112.997.567,00	R\$ 142.149.337,00	R\$ 157.823.081,00	R\$ 190.792.499,00	R\$ 186.918.375,00
Microrregião	Campinas	...	...	...	R\$ 2.018.299.179,00	R\$ 2.219.562.450,00	R\$ 2.350.356.760,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 118 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Campinas	R\$ 40.378.826,00	R\$ 44.176.977,00	R\$ 50.345.174,00	R\$ 46.502.576,00	R\$ 47.104.561,00	R\$ 55.011.763,00
	Cosmópolis	R\$ 15.181.322,00	R\$ 16.881.603,00	R\$ 21.430.975,00	R\$ 19.939.686,00	R\$ 20.245.437,00	R\$ 22.996.775,00
	Holambra	R\$ 4.554.397,00	R\$ 5.068.102,00	R\$ 5.844.811,00	R\$ 5.438.097,00	R\$ 7.361.977,00	R\$ 8.344.266,00
	Jaguariúna	R\$ 12.145.058,00	R\$ 13.511.903,00	R\$ 15.769.238,00	R\$ 16.411.604,00	R\$ 16.564.449,00	R\$ 20.255.437,00
	Paulínia	R\$ 16.699.455,00	R\$ 20.300.984,00	R\$ 6.150.589,00	-	R\$ 67.648.190,00	R\$ 29.268.624,00
Microrregião	Campinas	...	...	...	R\$ 533.061.764,00	R\$ 603.482.655,00	R\$ 654.623.823,00

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
--	------	------	------	------	------	------

Fonte: IBGE, 2014

### Quadro 119 – ICMS

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Campinas	R\$ 558.067.455,00	R\$ 606.495.246,00	R\$ 674.881.220,00	R\$ 679.841.185,00	R\$ 742.698.444,00	R\$ 736.411.018,00
	Cosmópolis	R\$ 18.606.538,00	R\$ 19.042.726,00	R\$ 20.319.686,00	R\$ 19.168.543,00	R\$ 22.980.761,00	R\$ 24.836.383,00
	Holambra	R\$ 10.679.299,00	R\$ 10.882.892,00	R\$ 11.458.948,00	R\$ 11.654.010,00	R\$ 12.948.385,00	R\$ 12.692.011,00
	Jaguariúna	R\$ 121.660.883,00	R\$ 141.465.310,00	R\$ 167.267.072,00	R\$ 157.685.737,00	R\$ 150.566.619,00	R\$ 131.791.473,00
	Paulínia	R\$ 808.650.741,00	R\$ 764.886.266,00	R\$ 834.594.844,00	R\$ 787.894.134,00	R\$ 796.039.033,00	R\$ 774.400.361,00
Microrregião	Campinas	...	...	...	R\$ 2.833.271.389,00	R\$ 3.108.103.075,00	R\$ 3.082.220.079,00

Fonte: IBGE, 2014

#### 7.3.2.3.7.1.10 Microrregião de Araraquara

##### 7.3.2.3.7.1.10.1 Receita Municipal Total

Os dados disponibilizados pelo IBGE, para a microrregião de Araraquara, abrangem os anos 2007, 2008 e 2011. Observa-se que essa microrregião apresentou crescimento de 23% em sua Receita Municipal Total, atingindo R\$1.320.498.636,00.

Dentre os municípios que compõe essa microrregião, inseridos na All, observa-se que apenas Araraquara apresentou crescimento constante no período de 2006 à 2011, atingindo R\$554.230.178,00, correspondente a 72%.

Os demais municípios oscilaram os resultados no decorrer dos anos, apresentando queda, principalmente no ano 2009. O município que apresentou o menor crescimento foi Motuca (2%), passando de R\$15.428.459,00 em 2007 para R\$15.889.594,00, entretanto nota-se que não foi apresentado o dado de 2006.

##### 7.3.2.3.7.1.10.2 Receitas Tributárias

Os dados sobre a Receita Tributária da microrregião de Araraquara, compreendem o período de 2007, 2008 e 2011, enquanto o dos municípios o período é de 2006 a 2011, com exceção de Motuca, cujo período é de 2007 a 2009 e 2011.

Pode-se notar que a microrregião apresentou crescimento progressivo em sua arrecadação tributária, alcançando R\$179.197.056,00. Os municípios de Araraquara e Dobrada progrediram constantemente, apresentando crescimento de 51% e 48%, respectivamente, na sua arrecadação no período analisado.

O município de Rincão foi o único que regrediu no mesmo período, apresentando queda de 9%. Os demais municípios pertencentes à esta microrregião apresentaram oscilação no crescimento, mas com resultados satisfatórios ao final de 2011.

##### 7.3.2.3.7.1.10.3 Fundo Municipal de Participação (FMP)

O Fundo Municipal de Participação dos Municípios da microrregião de Araraquara, progrediu 21% no período de 2007, 2008 e 2011. No fim do período de 2006 a 2011, todos os municípios analisados, inseridos na All, apresentaram crescimento em relação ao ano 2006, mesmo possuindo oscilações.

O destaque negativo é para a cidade de Motuca que obteve o menor crescimento (24%), embora o período de análise tenha sido diferente - 2007 a 2009 e 2011. Nota-se que o ano de 2009 foi marcante para os municípios dessa microrregião inseridos na All, pois todos eles apresentaram redução do FPM nesse ano.

Araraquara se sobressai entre os municípios analisados por possuir o maior FPM, R\$50.146.737,00, correspondendo a 20% do FPM total da microrregião. Por outro lado Dobrada apresentou o menor FPM no ano de 2011, R\$ 6.005.362,00, representando apenas 2,4% do total do FPM da microrregião.

#### 7.3.2.3.7.1.10.4 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Os dados da microrregião de Araraquara referentes ao ICMS só foram disponibilizados para os anos 2007 e 2008, apresentando crescimento em torno de 14%. Os municípios, pertencentes a microrregião de Araraquara, inseridos na All, apresentaram oscilações no período, com exceção de Araraquara que apresentou crescimento em todos os anos analisados.

Os municípios de Motuca e Santa Lúcia apresentaram destaque negativo, pois obtiveram queda de 15% e 1%, respectivamente. Os demais municípios apresentaram progresso, sendo Araraquara o destaque positivo, com aumento de 49,5%.

**Quadro 120 – Receita municipal total**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Américo Brasiliense	R\$ 47.136.179,00	R\$ 48.136.329,00	R\$ 58.066.644,00	R\$ 56.010.549,00	R\$ 60.695.990,00	R\$ 62.371.413,00
	Araraquara	R\$ 320.508.485,00	R\$ 437.182.480,00	R\$ 467.803.297,00	R\$ 474.116.635,00	R\$ 520.986.484,00	R\$ 554.230.178,00
	Dobrada	R\$ 10.051.527,00	R\$ 11.689.827,00	R\$ 13.748.280,00	R\$ 12.873.806,00	R\$ 14.848.224,00	R\$ 14.421.103,00
	Motuca	...	R\$ 15.428.459,00	R\$ 17.876.492,00	R\$ 16.561.012,00	...	R\$ 15.889.594,00
	Rincão	R\$ 18.719.574,00	R\$ 19.662.386,00	R\$ 23.651.766,00	R\$ 21.623.198,00	R\$ 24.659.809,00	R\$ 23.989.274,00
	Santa Lúcia	R\$ 12.969.842,00	R\$ 14.952.689,00	R\$ 15.789.546,00	R\$ 15.049.710,00	R\$ 15.370.341,00	R\$ 15.525.536,00
Microrregião	Araraquara	...	R\$ 1.072.821.973,00	R\$ 1.165.314.534,00	...	...	R\$ 1.320.498.636,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 121 – Receitas tributárias**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Américo Brasiliense	R\$ 5.007.028,00	R\$ 5.601.241,00	R\$ 7.664.307,00	R\$ 1.189.713,00	R\$ 5.558.748,00	R\$ 5.993.788,00
	Araraquara	R\$ 66.956.953,00	R\$ 74.923.663,00	R\$ 79.132.033,00	R\$ 80.443.074,00	R\$ 90.086.317,00	R\$ 101.586.291,00
	Dobrada	R\$ 713.354,00	R\$ 720.047,00	R\$ 793.626,00	R\$ 900.800,00	R\$ 924.757,00	R\$ 1.056.646,00
	Motuca	...	R\$ 843.924,00	R\$ 915.701,00	R\$ 910.866,00	...	R\$ 846.240,00
	Rincão	R\$ 1.879.027,00	R\$ 1.724.132,00	R\$ 1.502.548,00	R\$ 1.441.039,00	R\$ 1.581.958,00	R\$ 1.714.911,00
	Santa Lúcia	R\$ 735.304,00	R\$ 927.879,00	R\$ 705.677,00	R\$ 788.143,00	R\$ 828.828,00	R\$ 825.337,00
Microrregião	Araraquara	...	R\$ 142.030.823,00	R\$ 147.509.955,00	...	...	R\$ 179.197.056,00

Fonte: IBGE, 2014

**Quadro 122 – Fundo Municipal de Participação dos Municípios- FPM**

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Américo Brasiliense	R\$ 12.143.176,00	R\$ 13.505.283,00	R\$ 15.586.164,00	R\$ 14.501.589,00	R\$ 14.723.954,00	R\$ 16.724.928,00
	Araraquara	R\$ 39.185.924,00	R\$ 42.995.087,00	R\$ 48.069.220,00	R\$ 44.452.854,00	R\$ 43.164.752,00	R\$ 50.146.737,00
	Dobrada	R\$ 4.554.397,00	R\$ 5.064.481,00	R\$ 5.844.811,00	R\$ 5.438.097,00	R\$ 5.292.715,00	R\$ 6.005.362,00
	Motuca	...	R\$ 5.048.237,00	R\$ 5.844.811,00	R\$ 5.496.107,00	...	R\$ 6.271.847,00



## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

	Rincão	R\$ 6.072.529,00	R\$ 6.915.747,00	R\$ 7.793.082,00	R\$ 7.250.795,00	R\$ 7.361.977,00	R\$ 8.362.464,00
	Santa Lúcia	R\$ 4.554.395,00	R\$ 5.048.398,00	R\$ 5.844.811,00	R\$ 5.438.097,00	R\$ 5.521.483,00	R\$ 6.271.847,00
Microrregião	Araraquara	...	R\$ 208.545.708,00	R\$ 234.917.246,00	...	...	R\$ 253.208.690,00

Fonte: IBGE, 2014

### Quadro 123 – ICMS

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Municípios	Américo Brasiliense	R\$ 10.683.451,00	R\$ 9.562.292,00	R\$ 10.789.435,00	R\$ 10.829.974,00	R\$ 12.009.159,00	R\$ 13.022.646,00
	Araraquara	R\$ 83.889.370,00	R\$ 88.124.040,00	R\$ 100.934.515,00	R\$ 102.247.393,00	R\$ 121.256.621,00	R\$ 125.473.100,00
	Dobrada	R\$ 2.761.875,00	R\$ 2.665.214,00	R\$ 3.466.611,00	R\$ 3.919.507,00	R\$ 4.006.930,00	R\$ 3.718.673,00
	Motuca	...	R\$ 6.745.741,00	R\$ 8.334.273,00	R\$ 8.137.337,00	...	R\$ 5.107.373,00
	Rincão	R\$ 5.952.845,00	R\$ 5.851.154,00	R\$ 6.237.517,00	R\$ 5.962.823,00	R\$ 6.222.023,00	R\$ 6.564.434,00
	Santa Lúcia	R\$ 3.628.754,00	R\$ 3.540.734,00	R\$ 3.964.626,00	R\$ 3.822.174,00	R\$ 3.697.881,00	R\$ 3.598.177,00
Microrregião	Araraquara	...	R\$ 266.844.295,00	R\$ 305.456.453,00	...	...	...

Fonte: IBGE, 2014

### **7.3.2.3.8 Admissões e desligamentos**

As informações referentes ao número de admissões e desligamentos, fornecidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, servem como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que são utilizadas pelo Programa de Seguro-Desemprego para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.

Nesse trabalho servirão para melhor contextualizar a Área de Influência Indireta, possibilitando uma avaliação de impactos melhor embasada e uma proposição de medidas e programas socioambientais mais ajustados à realidade local. Ademais os dados apresentados permitirão ao empreendedor um melhor planejamento do aproveitamento da mão de obra local.

Através dos dados da microrregião de Rio Claro, verificou-se um crescimento da variação absoluta de desligamentos e admissões - 175,4% - no período de 2010 a 2013. O município de Corumbataí, único pertencente à microrregião que está inserido na Área de Influência Indireta do projeto da LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, registrou variação absoluta oscilante durante o período.

No ano 2010 foram admitidas 517 pessoas, desligadas 442 que resultou no saldo positivo de 75 – no município em foco. Em 2011 foram admitidas 424 pessoas e desligadas 558, tendo como variação absoluta de -134 postos de trabalho. Em 2012, foram 491 admissões e 431 desligamentos, retornando a obter variação positiva de 60 postos de trabalho nos setores econômicos como um todo. Em 2013, foram registradas 436 admissões e 532 desligamentos, apresentando variação absoluta de -96 postos de trabalho, regredindo novamente.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Rio Claro e município de Corumbataí.

**Quadro 124 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) - Microrregião de Rio Claro – 2010 a 2013**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Corumbataí	517	442	75	424	558	-134	491	431	60	436	532	-96
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Rio Claro	40.736	39.808	928	41.314	40.565	749	42.232	38.910	3.322	40.874	37.390	3.484

Fonte: CAGED, 2014

Na microrregião de Mogi Mirim apenas dois municípios estão inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho. A microrregião apresentou variação absoluta de 5.121 postos de trabalho, contribuindo com menos de 1% com o resultado do estado de São Paulo.

Dentre esses dois municípios, Artur Nogueira foi o que mais contribuiu para o resultado da microrregião, registrando 4.137 admissões e 4.280 desligamentos em 2010, com variação absoluta de -143 postos de trabalho. Em 2011 foram 4.022 admissões e 4.101 desligamentos, com saldo de -79 postos de trabalho. No ano 2012, foram 4.171 admissões e 4.117 desligamentos, registrando saldo de 54 postos de trabalho. Em 2013, Artur Nogueira registrou 4.376 admissões e 4.132 desligamentos, com saldo de 244 postos de trabalho. Os postos de serviços dizem respeito a todos os setores da economia municipal (comércio, serviços, indústrias, etc.).

Engenheiro Coelho registrou melhora em seu desempenho. Em 2010 apresentou 1.479 admissões e 1.637 desligamentos, com variação absoluta de -158 postos de trabalho. Em 2011, foram 1.394 admissões e 1.396 desligamentos, com 25 postos de trabalho como saldo. No ano 2012 foram 1.859 admissões e 1.444 desligamentos, registrando saldo positivo de 415 postos de trabalho. Já no ano 2013, houve uma queda no resultado da variação absoluta, quando foram registradas 1.764 admissões, 1.735 desligamentos e 29 postos de trabalho como saldo.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Mogi Mirim e municípios de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho.

.

**Quadro 125 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) - Microrregião de Mogi Mirim – 2010 a 2013**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Artur Nogueira	4.137	4.280	-143	4.022	4.101	-79	4.171	4.117	54	4.376	4.132	244
	Engenheiro Coelho	1.479	1.637	-158	1.394	1.396	25	1.859	1.444	415	1.764	1.735	29
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Mogi Mirim	61.799	61.427	372	60.356	60.108	248	63.290	60.866	2.424	63.823	58.702	5.121

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de Catanduva possui três municípios inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas, sendo eles Paraíso, Severínia e Cajobi. Desses três, Paraíso apresentou a menor variação absoluta, atingindo -118 postos de trabalho em 2013, após registrar 1.324 admissões e 1.442 desligamentos. Severínia registrou variação absoluta positiva no mesmo ano, alcançando 61 postos de trabalho, 1.090 admissões e 1.029 desligamentos. Cajobi registrou 364 admissões e 381 desligamentos, apresentando variação absoluta de -17 postos de trabalho. Os três municípios tiveram participação ativa no resultado da microrregião no ano 2013, que registrou variação absoluta de -387 postos de trabalho.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Catanduva e municípios de Paraíso, Severínia e Cajobi.

**Quadro 126 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Catanduva - 2010 a 2013**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta
Município	Paraíso	780	857	-77	1.051	796	255	1.276	1.240	36	1.324	1.442	-118
	Severínia	1.274	1.157	117	1.265	1.181	84	1.361	1.338	23	1.090	1.029	61
	Cajobi	395	337	58	381	320	61	452	356	96	364	381	-17
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Catanduva	30.181	30.956	-775	34.721	30.721	4.000	3.4643	32.854	1.789	36.819	37.206	-387

Fonte: CAGED, 2014

As admissões e desligamentos da microrregião de São Carlos resultaram em uma variação absoluta positiva e oscilante no período de 2010 a 2013, obtendo um crescimento de 22,5%.

No ano de 2010 a microrregião apresentou o resultado de 2.027 postos de trabalho. Em 2011, houve uma redução da variação absoluta para 1.349. No ano seguinte foi registrada uma variação positiva de 4.387, mas em 2013 este resultado regrediu para 2.483 postos de trabalho.

Dentre os municípios dessa microrregião, inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas, São Carlos foi o que registrou maior número de admissões e desligamentos em 2013, com 31.217 novos postos de trabalho e 29.751 desligamentos. Analândia é o município que apresentou menor registro de admissões e desligamentos, obtendo variação absoluta oscilante, de -54 em 2010, 30 em 2011, 63 em 2012 e de -157 em 2013. O município de Descalvado foi o que apresentou os menores valores de variação absoluta, chegando a ter resultado de -222 em 2010, de -154 no ano 2011, mas progrediu nos anos seguintes, registrando 784 em 2012, e de 877 em 2013.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de São Carlos e municípios de Analândia, Descalvado e São Carlos.



**Quadro 127 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de São Carlos -2010 a 2013**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta
Município	Analândia	336	390	-54	471	441	30	519	456	63	736	893	-157
	Descalvado	4.087	4.309	-222	4.622	4.776	-154	5.662	4.878	784	4.819	3.942	877
	São Carlos	36.107	34.232	1.875	36.717	35.595	1.122	35.163	32.231	2.932	31.217	29.751	1.466
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	São Carlos	47.577	45.550	2.027	48.440	47.091	1.349	48.514	44.127	4.387	43.462	40.979	2.483

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de São José do Rio Preto registrou uma variação absoluta positiva e oscilante do número de admissões e desligamentos nos anos em que foram disponibilizados os dados, obtendo um crescimento de 1.167% de 2010 a 2013. Dentre os municípios dessa microrregião, inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas, Olímpia foi o que registrou o maior número de admissões e desligamentos, com variação absoluta positiva e oscilante de 209 no ano 2012 e 555 em 2011.

Altair é o município que apresentou menor registro de admissões e desligamentos, obtendo variação absoluta oscilante entre negativa e positiva, de 11 em 2010, -16 em 2011, -46 em 2012 e de 47 em 2013. O município de Icém apresentou o maior número de admissões e desligamentos que Altair, mas bem inferior que Olímpia. Icém foi o que apresentou dados mais oscilantes da variação absoluta, entre positivo e negativo, chegando a ter resultado de 44 em 2010, de -175 no ano 2011, de -145 em 2012, e de -2 em 2013. A microrregião, como um todo, representou 4,5% do saldo de admissões e desligamentos do estado de São Paulo.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de São José do Rio Preto e municípios de Altair, Icém e Olímpia.

**Quadro 128 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de São José do Rio Preto - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta
Município	Altair	194	183	11	318	334	-16	324	370	-46	235	188	47
	Icém	260	216	44	198	373	-175	565	710	-145	680	682	-2
	Olimpia	6.780	6.359	421	6.882	6.327	555	6.074	5.865	209	7.142	6.792	350
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	São José do Rio Preto	118.975	116.669	2.306	119.432	110.103	9.329	116.372	108.508	7.864	107.175	97.460	29.214

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de Limeira apresentou variação absoluta positiva do número de admissões e desligamentos em 2013 de 10.071, que correspondeu a pouco mais de 1,5% do resultado do estado de São Paulo.

O município de Araras, entre os municípios da Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas incluídos nessa microrregião foi o que mais contribuiu para o resultado positivo da microrregião no ano 2013, registrando 18.528 admissões e 16.277 desligamentos, com variação absoluta de 2.251 postos de trabalho.

Leme também ganhou destaque naquele ano, com 12.111 admissões e 10.662 desligamentos, obtendo variação absoluta de 1.449 postos de trabalho. Conchal, dentre os demais, foi o único município que apresentou variação absoluta negativa de -279 postos de trabalho, no ano 2013. Santa Cruz da Conceição apresentou variação absoluta positiva, embora reduzida, de 18 postos de trabalho em 2013.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Limeira e municípios de Leme, Araras, Conchal e Santa Cruz de Conceição.

**Quadro 129 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Limeira - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Leme	12.868	11.910	958	13.190	13.005	185	12.410	11.283	1.127	12.111	10.662	1.449
	Araras	19.016	18.444	572	18.155	18.608	-453	19.438	17.292	2.146	18.528	16.277	2.251
	Conchal	3.420	3.336	84	3.436	3.483	-47	4.389	3.811	578	3.561	3.840	-279
	Santa Cruz da Conceição	808	716	92	803	868	-65	1.044	790	254	1.087	1.069	18
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Limeira	92.540	87.896	4.644	89.655	86.846	2.809	88.623	80.086	8.537	82.848	72.777	10.071

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de Jaboticabal apresentou uma variação absoluta no ano 2013 de -5.574 postos de trabalho, contribuindo negativamente para o resultado do estado de São Paulo.

O município de Pirangi, entre os municípios da Área de Influência Indireta do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas, foi o que mais contribuiu para esse resultado negativo, pois apresentou saldo de apenas 19 postos de trabalho em 2010, de -115 postos trabalho em 2011, de -730 em 2012 e de -954 em 2013. No ano 2013, os municípios de Santa Ernestina e Taquaritinga também contribuíram negativamente, com -43 e -142 postos de trabalho, respectivamente.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Jaboticabal e municípios de Monte Alto, Pirangi, Santa Ernestina, Taquaritinga, Vista Alegre do Alto e Olímpia.

**Quadro 130 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Jaboticabal - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Monte Alto	6.155	5.857	298	6.132	5.841	291	6.261	6.115	146	6.545	5.514	1.031
	Pirangi	1.034	1.015	19	1.091	1.206	-115	1.421	2.151	-730	1.404	2.358	-954
	Santa Ernestina	363	388	-25	394	351	43	451	431	20	460	503	-43
	Taquaritinga	5.014	5.097	-83	5.402	4.909	493	6.339	5.993	346	6.580	6.722	-142
	Vista Alegre do Alto	3.932	3.729	203	4.504	4.280	224	4.817	4.746	71	5.318	5.037	281
	Olímpia	6.780	6.359	421	6.882	6.327	555	6.074	5.865	209	7.142	6.792	350
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Jaboticabal	63.232	65.574	-2.342	69.780	65.322	4.458	74.192	61.633	12.559	69.238	74.812	-5.574

Fonte: CAGED, 2014

Na microrregião de Campinas, pode-se observar que, no período analisado, compreendido entre 2010 e 2013, a variação absoluta entre as admissões e os desligamentos foram positivos em todos os anos. O mesmo observou-se no estado de São Paulo, cuja variação absoluta foi positiva e crescente, partindo de 176.197 admissões a mais que desligamentos em 2010, para 653.242 em 2013 – um aumento de 270% na relação.

Em 2010, Campinas apresentou uma variação absoluta de 3.800 admissões a mais que desligamentos, enquanto em Cosmópolis o saldo foi de apenas 120 admissões a mais que desligamentos. Porém, mesmo com saldo muito inferior ao apresentado por Campinas, Cosmópolis se destacou em relação aos municípios de Holambra, Jaguariúna e Paulínia naquele ano, cuja variação absoluta foi negativa, ou seja, mais desligamentos que admissões.

O destaque ficou com o município de Paulínia, cuja variação absoluta em 2010 foi de -4.190 postos de trabalho. No ano seguinte, apenas Holambra apresentou saldo negativo de -93 admissões/desligamentos. Nesse mesmo ano, Paulínia, que havia apresentado resultado negativo em 2010, obteve grande recuperação e alcançou variação absoluta de 2.927 admissões/desligamentos.

No ano de 2012, apenas Cosmópolis teve variação absoluta negativa de -241. Nota-se que Paulínia registrou 20.503 admissões em 2012, 3.112 admissões a menos que no ano 2010, mas mesmo assim conseguiu variação absoluta positiva de 1.909 admissões/desligamentos em 2012. No ano 2013, todos os municípios, pertencentes a microrregião de Campinas, registraram variação absoluta positiva entre admissão/desligamento.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Campinas e municípios de Campinas, Cosmópolis, Holambra, Jaguariúna e Paulínia.



**Quadro 131 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Campinas - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta
Município	Campinas	208.991	205.191	3.800	219.349	209.721	9.628	219.879	203.527	16.352	197.914	177.619	20.295
	Cosmópolis	5.932	5.812	120	6.012	5.688	324	5.703	5.944	-241	6.383	5.909	474
	Holambra	3.154	3.252	-98	3.041	3.134	-93	3.653	3.408	245	3.209	2.917	292
	Jaguariúna	16.036	17.532	-1.496	16.030	15.969	61	18.478	16.966	1.512	15.120	12.700	2.420
	Paulínia	23.615	27.805	-4.190	24.868	21.941	2.927	20.503	18.594	1.909	19.684	17.822	1.862
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Campinas	467.797	457.737	10.060	469.215	452.882	16.333	478.828	450.852	27.976	443.463	392.372	51.091

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de Araraquara possui seis municípios inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas. Dentre esses municípios, Dobrada é o que possuía menor registro de admissões e demissões, tendo sua variação absoluta oscilando entre -109 no ano 2010, 20 no ano 2011, 14 no ano 2012 e apenas 8 em 2013.

O segundo município com menor registro de admissões e desligamentos foi Motuca, que obteve saldo de 59 no ano 2010, -93 em 2011, -34 em 2012 e de 81 em 2013. O município de Rincão foi o terceiro em menor número de admissões e desligamentos. No ano 2010 foram admitidas 571 pessoas, mas desligadas 647, com saldo negativo de -76 naquele ano. Em 2011 foram admitidas 778 pessoas e desligadas 818, tendo como variação absoluta de -40 postos de trabalho. Em 2012, foram 907 admissões e 798 desligamentos, com variação de 106 postos de trabalho. Em 2013, a fonte disponibilizou os dados com pequena inexatidão, pois foram registradas 813 admissões e 805 desligamentos, apresentando variação absoluta de 8 postos de trabalho, e não -2 como apresentado pela fonte.

Santa Lúcia acompanhou os demais municípios apresentando variação absoluta de -25 postos de trabalho em 2010, -6 em 2011, -66 em 2012 e 189 em 2013. Américo Brasiliense teve o segundo maior registro de admissões e desligamentos, entre os municípios da Área de Influência Indireta inseridos nessa microrregião, correspondendo em 2010 a 4,8% do total da microrregião. Em 2010 foram 4.850 admissões e 4.993 desligamentos, com saldo de -143 postos de trabalho. Em 2011 foram 6.183 admissões e 6.158 desligamentos, com variação absoluta de 25 postos de trabalho. Em 2012 foram 4.602 admissões e 4.606 desligamentos, sendo o saldo de -4 postos e em 2013, foram 5.344 admissões e 4.405 desligamentos com saldo positivo de 939 postos de trabalho, nesse ano o número de admissões, correspondeu a 5,5% do total de admissões da microrregião.

Araraquara é o município com maior número de admissões e desligamentos, passando de 40 mil em cada um dos anos analisados, equivalendo a cerca de 40% do total das admissões da microrregião. Porém, mesmo apresentando números tão elevados de admissões, o município apresentou saldo negativo no ano 2010, onde a variação absoluta foi de -7 postos de trabalho. A partir de 2011, no entanto, o saldo passou a ser sempre positivo, quando foram registrados 1.431 postos de trabalho naquele ano, 4.537 em 2012 e 1.772 em 2013.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Araraquara e municípios de Américo Brasiliense, Araraquara, Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Dobrada.

**Quadro 132 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Araraquara - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Américo Brasiliense	4.850	4.993	-143	6.183	6.158	25	4.602	4.606	-4	5.344	4.405	939
	Araraquara	41.266	41.273	-7	42.628	41.197	1.431	46.857	42.320	4.537	42.724	40.952	1.772
	Motuca	343	284	59	227	320	-93	378	412	-34	422	341	81
	Rincão	571	647	-76	778	818	-40	907	798	106	813	805	-2
	Santa Lúcia	434	459	-25	622	928	-6	816	882	-66	1.143	954	189
	Dobrada	300	409	-109	366	346	20	353	339	14	366	283	8
Estado	São Paulo	6.321.341	6.145.144	176.197	6.269.058	6.026.908	242.150	6.454.473	5.977.828	476.645	6.038.693	5.385.451	653.242
Microrregião	Araraquara	100.125	101.428	-1303	97.464	96.446	1.018	103.189	90.766	12.423	97.416	97.443	-27

Fonte: CAGED, 2014

A microrregião de Frutal é a única de Minas Gerais, analisada nesse trabalho e possui um único município pertencente à Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

Esse município, em 2010 registrou 630 admissões, correspondendo a 2,7% do total da microrregião e 577 desligamentos, apresentando saldo positivo de 53 postos de trabalho. Em 2011 foram 497 admissões e 498 desligamentos, com variação absoluta de -1 postos de trabalho. No ano 2012, houve grande queda no resultado, quando foram registrados 546 admissões e 838 desligamentos, apresentando variação absoluta de -292 postos de trabalho. Em 2013, a queda no resultado foi ainda maior, quando apresentou 688 admissões e 1.174 desligamentos, com variação absoluta de -468 postos de trabalho.

A microrregião de Frutal representou resultado insignificante ao ser comparada com o resultado do estado de Minas Gerais no ano de 2013.

O quadro a seguir apresentará as informações citadas anteriormente em série histórica de 2010 a 2013 na microrregião de Frutal em Minas Gerais e município de Frutal.

**Quadro 133 – Admissões e desligamentos (mês de referência janeiro) – Microrregião de Frutal - 2010 a 2013.**

		2010			2011			2012			2013		
		Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta
Município	Fronteira	630	577	53	497	498	-1	546	838	-292	688	1.174	-486
Estado	Minas Gerais	2.422.019	2.359.616	62.403	2.423.044	2.314.010	109.034	2.441.631	2.269.531	172.100	2.330.033	2.070.594	259.439
Microrregião	Frutal	23.180	21.294	1.886	22.013	20.181	1.832	22.430	20.329	2.101	20.152	20.092	60

Fonte: CAGED, 2014

### 7.3.2.3.9 População economicamente ativa

A população economicamente ativa é composta pelas pessoas na faixa etária entre 10 e 65 anos<sup>1</sup> que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa, ou seja, compreende o potencial de mão de obra com que o setor produtivo pode contar.

O município de Corumbataí inserido na Área de Influência Indireta do projeto da LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas, pertencente à microrregião de Rio Claro, registrou uma população economicamente ativa de 2.076 pessoas, sendo a quantidade de homens superior a de mulheres. A inferioridade do número de mulheres ativas no município é de 34,8% em relação ao número de homens. Esse resultado assemelha-se ao estado de São Paulo, que apresentou 19,0% de diferença entre homens e mulheres.

**Quadro 134 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Rio Claro.**

		Homens	Mulheres	Total
Município	Corumbataí	1.257	819	2076
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

A população economicamente ativa dos municípios incluídos na Área de Influência Indireta que compõem a microrregião de Mogi Mirim, assim como os das demais microrregiões, apresentou quantidade superior de homens economicamente ativos em relação ao número de mulheres. O município de Engenheiro Coelho registrou a maior diferença, 35,2%. Artur Nogueira possui a maior população economicamente ativa da microrregião, 25.135 pessoas, e apresentou a maior proximidade na relação entre homens e mulheres, diferença de 23,3%.

**Quadro 135 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Mogi Mirim, 2010.**

		Homens	Mulheres	Total
Município	Artur Nogueira	14.227	10.908	25.135
	Engenheiro Coelho	5.202	3.369	8.571
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

Por meio dos dados apresentados para os municípios que compõem a microrregião de Catanduva inseridos na Área de Influência Indireta, verificou-se a

<sup>1</sup> Segundo a metodologia empregada pelo IBGE, a "População Economicamente Ativa (PEA) - É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa." Fonte: (IBGE) <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtml>>

quantidade preeminente de homens da população economicamente ativa em relação ao total de mulheres. Severínia registrou a maior população ativa, 7.894, e a maior diferença entre a relação de homens e mulheres economicamente ativos, 41,5%. Em seguida, aparece o município de Paraíso com 40% e Cajobi com 34,1% de diferença entre os sexos.

**Quadro 136 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Catanduva, 2010**

População economicamente ativa (com 10 anos ou mais)				
		Homens	Mulheres	Total
Município	Paraíso	2.032	1.220	3.252
	Severínia	4.980	2.914	7.894
	Cajobi	3.241	2.136	5.377
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

A população economicamente ativa dos municípios pertencentes à microrregião de São Carlos abrangidos pela Área de Influência Indireta apresentou quantidade inferior de mulheres em relação ao número de homens. O município de Analândia registrou a maior diferença, 30,3%. São Carlos possui a maior população economicamente ativa da microrregião, 129.564 pessoas, e apresentou a maior proximidade na relação entre homens e mulheres, diferença de 22,4%. Descalvado obteve 16.319 pessoas ativas e uma diferença de 26,4% entre homens e mulheres.

**Quadro 137 – Microrregião de São Carlos, 2010**

População economicamente ativa (com 10 anos ou mais)				
		Homens	Mulheres	Total
Município	Analândia	1.403	978	2.381
	Descalvado	9.399	6.920	16.319
	São Carlos	67.897	52.667	129.564
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

A população economicamente ativa dos municípios pertencentes a Área de Influência Indireta microrregião de São José do Rio Preto apresentou superioridade na quantidade de homens em relação às mulheres. O município de Altair registrou a maior diferença, 53,8%. Olímpia possui a maior população economicamente ativa da microrregião, 26.506 pessoas, e Icém registrou a maior proximidade na relação entre homens e mulheres, diferença de 36,4%.

**Quadro 138 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de São José do Rio Preto, 2010**

População economicamente ativa (com 10 anos ou mais)				
		Homens	Mulheres	Total
Município	Altair	1.257	581	1.838
	Icém	2.370	1.508	3.878



<b>População economicamente ativa (com 10 anos ou mais)</b>				
		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
	Olímpia	15.523	10.983	26.506
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

Entre os municípios pertencentes à microrregião de Limeira inseridos na Área de Influência Indireta, observou-se que o total de homens, na faixa etária de economicamente ativos, é superior ao total de mulheres, em todos os municípios. Araras se destacou pela proximidade na relação entre o número de homens e mulheres economicamente ativos, 76,1% e também por apresentar o maior quantitativo total de PEA, 62.927. Conchal apresentou a maior diferença entre a relação de homens e mulheres economicamente ativos, 37,6%.

**Quadro 139 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Limeira, 2010**

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Município	Leme	29.450	19.744	49.194
	Araras	35.690	27.237	62.927
	Conchal	7.726	4.819	12.545
	Santa Cruz da Conceição	1.322	900	2.222
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

Os municípios da microrregião de Jaboticabal inseridos na Área de Influência Indireta registraram uma inferioridade do total de mulheres de faixa etária economicamente ativa em relação ao total de homens.

Destacam-se os municípios de Pirangi e Santa Ernestina com 38,7% e 45,8% de diferença, respectivamente. O município de Taquaritinga possui a maior quantidade de pessoas ativas, 28.362, seguido de Olímpia e Monte Alto. A menor diferença entre a relação de homens e mulheres economicamente ativos é de Monte Alto, 24,1%.

**Quadro 140 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Jaboticabal, 2010**

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Município	Monte Alto	14.997	11.378	26.375
	Pirangi	3.659	2.242	5.901
	Santa Ernestina	1.827	990	2.817
	Taquaritinga	16.417	11.945	28.362
	Vista Alegre do Alto	2.533	1.579	4.112
	Olímpia	15.523	10.983	26.506
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

Entre os municípios pertencentes à microrregião de Campinas na Área de Influência Indireta observou-se que o total de mulheres, na faixa etária de economicamente ativas, é inferior ao total de homens, em todos os municípios.

Campinas se destacou pela proximidade na relação entre o número de homens e mulheres economicamente ativos, 84% e por apresentar o maior quantitativo de PEA, 581.495. Cosmópolis apresentou a maior diferença entre a relação de homens e mulheres economicamente ativos, 35%.

**Quadro 141 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Campinas, 2010**

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Município	Campinas	314.473	267.022	581.495
	Cosmópolis	17.665	11.440	29.105
	Holambra	3.715	3.044	6.759
	Jagariúna	13.937	10.840	24.777
	Paulínia	25.869	20.213	46.082
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

Por meio dos dados apresentados para os municípios na Área de Influência Indireta que compõem a microrregião de Araraquara, verificou-se a quantidade preeminente masculina da população economicamente ativa em relação ao total feminino. Tal superioridade pode ser vista com maior percentual nos municípios de Rincão, com 40,2%, e Dobrada, com 37,9%. O município de Araraquara registrou o maior número de pessoas ativas da região, 115.578, além possuir 16,0% de diferença da relação entre homens e mulheres, a menor entre os municípios. Esse resultado assemelha-se com o estado de São Paulo, que registrou 19,0% de diferença.

**Quadro 142 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Araraquara, 2010**

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Município	Américo Brasiliense	10.945	7.633	18.578
	Araraquara	62.538	52.504	115.042
	Dobrada	2.552	1.586	4.138
	Motuca	1.021	706	1.727
	Rincão	3.114	1.861	4.975
	Santa Lúcia	2.489	1.541	4.030
Estado	São Paulo	11.952.759	9.687.017	21.639.776

Fonte: IBGE, 2014

O município de Frutal, pertencente a microrregião de Fronteira, registrou uma população economicamente ativa de 7.311 pessoas, sendo a quantidade de homens superior a de mulheres. A superioridade masculina no município é de 43,3% em relação ao número de mulheres. Esse resultado assemelha-se ao estado de Minas Gerais, que apresentou 24,0% de diferença entre homens e mulheres.

**Quadro 143 – População economicamente ativa (com 10 anos ou mais) - Microrregião de Frutal, 2010**

		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Município	Fronteira	4.667	2.644	7.311

		Homens	Mulheres	Total
Estado	Minas Gerais	5.646.139	4.293.592	9.939.731

Fonte: IBGE, 2014

### 7.3.2.3.10 Análise de percepção segundo os gestores municipais (Meio Ambiente)

Com o intuito de compreender as relações da LT 500kV Marimbondo II e os municípios que esta interceptará, escutou-se os gestores responsáveis pelo meio ambiente. As entrevistas foram destinadas aos(as) secretários(as) de meio ambiente ou áreas afins, e em sua ausência ou indisponibilidade, a alguém da secretaria atribuído por este. Em 20 municípios foram entrevistados membros das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, em um município entrevistou-se a Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente (DAIMO ambiental), em outro, o gestor entrevistado pertencia ao SEMAI (Serviço autônomo de água, esgoto e meio ambiente) e por fim, também foi escutado um profissional do departamento de obras e serviços.

Ao todo, gestores de 23 municípios que fazem parte da área de influência indireta foram pesquisados. Nos demais municípios em que não houve entrevista desse segmento deveu-se à limitação de agenda dos gestores e pesquisadores. Agrupou-se as entrevistas realizadas por faixa de população para que contextos específicos da área ambiental fossem compreendidas com maior detalhamento.

Dos municípios que tiveram um gestor da área de meio ambiente pesquisado, 39,10% deles se enquadraram na categoria de até 10 mil habitantes. De acordo com os entrevistados, estes municípios coletam em média 122,8 toneladas de lixo por mês, e o destino são os aterros sanitários.

As estruturas das Secretarias Municipais de Meio Ambiente contam em média com 2 (dois) profissionais. Como destaque em Vista Alegre, Icém, Santa Lúcia, e Santa Cruz da Conceição há apenas um profissional, em Motuca há 3 e em Corumbataí 4. Em todos os municípios os gestores citaram a existência de programas e projetos de meio ambiente que em execução.

Perguntados mais especificamente sobre as ações executadas na área de instalação da LT, em Vista Alegre do Alto, o gestor citou o auxílio aos produtores rurais no reflorestamento nas áreas de APP; em Santa Lúcia, foi citado o Plano integrado de saneamento (água, solo, drenagem) e a implantação do SICAR (sistema do cadastro ambiental do estado de São Paulo); em Santa Ernestina há um programa

de recuperação de matas ciliares; em Corumbataí, há o convênio com a SME para implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR; em Analândia há o convênio com FUNASA para troca das tubulações de água de cimento/amianto para PVC, convênio com a secretaria estadual para um centro de triagem de resíduos e convênio para nova Estação de Tratamento de Esgoto.

Ao serem perguntados sobre a atuação dos órgãos federais e estaduais no município, destacou-se as ações fiscalizatória por parte do CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), Polícia Ambiental Estadual, IBAMA e DAIE (departamento de água e energia elétrica). Quanto aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, apenas o município de Santa Cruz da Conceição não o possui, nos demais é registrado sua atuação como órgão deliberativo e consultivo.

Na Figura 80 apresenta-se o fluxograma das características descritas.



**Figura 80 – Principais características ambientais nos municípios de até 10 mil habitantes**

Os municípios que possuem entre 10 mil a 20 mil habitantes equivalem a 17,4% da amostra dos gestores de meio ambiente pesquisados. De acordo com o informado por eles, a média do volume de lixo coletado nestes municípios é de 200 toneladas por mês e o destino são aterros sanitários.

Ao considerar a estrutura das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, tem-se média de 3 profissionais envolvidos com as atividades em discussão, sendo destaques os municípios de Cajobi e Fronteira, por possuírem um número acima da média, 4 profissionais.

Perguntados sobre os programas e projetos desenvolvidos, os municípios que situam-se no Estado de São Paulo citaram as 10 diretrizes do Programa Verde Azul, além de ações como projetos de educação ambiental e coleta seletiva. Em Fronteira, MG, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a limpeza, programa de educação ambiental, soltura de alevinos (peixes), orientação em empreendimentos como loteamento. Especificamente sobre a área de implantação do empreendimento, não foi destacado nenhum programa em execução além dos já citados como iniciativas municipais.

A atuação dos órgãos ambientais federais e estaduais são frequentes e próximos, segundo os gestores. A natureza predominante é fiscalizatória e de monitoramento, os principais órgãos são: CETESB, Polícia Ambiental, FEAM e IBAMA. Em Cajobi e Pirangi há o Conselho de Meio Ambiente de ordem consultiva, deliberativa e normativa. Em Fronteira e Rincão não há conselhos. A Figura 81 retrata as informações apresentadas.



Figura 81 – Principais características ambientais nos municípios de 10 mil a 20 mil

### habitantes

Apenas Américo Brasiliense e Descalvado possuem uma população entre 30 a 40 mil habitantes. A média do volume de lixo coletado nos municípios é de 630 toneladas com destinação aos aterros sanitários, conforme informado pelos gestores. As Secretarias de Meio Ambiente possuem em média 6 profissionais.

Perguntados sobre as principais ações das instituições, foram citados as 10 diretrizes do Programa Verde Azul, ações de educação ambiental, fiscalização dos recursos hídricos e obras de saneamento. Considerando especificamente a área de implantação do empreendimento em Descalvado destacou-se o fechamento do aterro sanitário.

Os órgãos estaduais e federais com atuação são os já mencionados: CETESB e IBAMA. Em ambos municípios há atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, este possui natureza consultiva, deliberativa e paritário. A Figura 82 traz a esquematização das informações apresentadas.



**Figura 82 – Principais características ambientais nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes**

Monte Alto é o único município aqui analisado que possui uma população entre 40 e 50 mil habitantes. Segundo o gestor entrevistado, mensalmente são coletados cerca de 900 toneladas de lixo que possui como destino o aterro sanitário de Guará – cidade vizinha. O município possui 6 (seis) profissionais que compõem o recurso humano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os principais projetos desenvolvidos pela instituição são as 10 diretrizes do Programa Verde Azul e a coleta seletiva. Não há ações específicas, para além das políticas já citadas, destinadas à área de implantação da linha de transmissão.

A CETESB foi citado como órgão estadual que possui grande atuação no município, sendo suas principais ações o monitoramento e a fiscalização. No município há o Conselho Municipal de Meio Ambiente, este é deliberativo, consultivo, recursal e paritário.

A compilação dessas informações é apresentada na Figura 83.



**Figura 83 – Principais características ambientais nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes**

Por fim os municípios com mais de 50 mil habitantes equivalem a 30,4% desse universo. De acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, em média, estes municípios coletam mensalmente cerca de 3.100 toneladas de lixo cuja destinação é dada a aterros sanitários. Como estrutura das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, os municípios possuem em média 22 profissionais.

Além do programa Verde Azul que é transversal a quase totalidade dos municípios de São Paulo analisados, registrou-se ações de coletas seletivas e políticas de resíduos sólidos, educação ambiental, reflorestamento de áreas degradadas, licenciamento ambiental e fiscalização.

Foram verificadas ações destinadas diretamente à área de implantação do empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II em Araras, onde há obras do PAC 2, macro drenagem urbana e ampliação da estação de tratamento de esgoto. Em Taquaritinga o entrevistado citou o ponto de entrega voluntária para deixar lixo e o plano de manutenção das vaciniais.

As instituições federais e estaduais que possuem atuação nos municípios são: CETESB, Polícia Ambiental, IBAMA, SMMA e FEHIDRO. Em todos os municípios há Conselhos de Meio Ambiente atuantes.





**Figura 84 – Principais características ambientais nos municípios com mais de 50 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Sobre o empreendimento da instalação da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II, perguntou-se a todos os gestores se estes possuíam conhecimento de sua implantação. Foram 15 os entrevistados que disseram que não, o que equivale a 65,2% dos gestores. Portanto, 8 gestores (34,8%) já tinham algum tipo de informação. Na sequência, pediu-se a eles que avaliassem a importância da passagem da LT pelo município. 73,9% a veem como importante. Para dois entrevistados é pouco importante e para outros dois, não é importante. Dois entrevistados preferiram não responder a esta questão.

Como pontos positivos elencados pelos entrevistados referentes à instalação do empreendimento, foram citados: 1) o desenvolvimento energético do estado de São Paulo e da região, 2) melhoria da distribuição de energia elétrica, 3) a possibilidade do empreendedor realizar programas, 4) possível desenvolvimento de projetos sociais e 5) geração de empregos.

Como pontos negativos, foram citados com uma frequência elevada: 1) os impactos ambientais gerados, 2) o impacto econômico e produtivo para os pequenos proprietários de terra e 3) alteração da paisagem.

Por fim, perguntou-se aos gestores se estes tinham alguma questão ou dúvida que gostariam que fossem repassadas ao empreendedor. As principais questões foram em relação à qual a finalidade da LT 500kV Marimbondo II, a quem beneficiará, o que a LT gera de benefícios para a cidade em que intersecciona, a necessidade de notificar formalmente o poder público apresentando os estudos de impactos ambientais e o mantendo informado sobre a realizações de reuniões. Além disso, os gestores gostariam de ter acesso ao cronograma de obras, maiores informações sobre o projeto e possibilidade de parcerias com o empreendedor para pensarem em medidas compensatórias proveniente da instalação da LT.

**7.3.2.3.11 Análise Integrada dos aspectos econômicos da All**

Analisou-se os municípios que fazem parte da All enquadrando-os em seus contextos regionais, os comparando entre si e com sua microrregião. Em seguida, apresentou-se uma análise da percepção dos gestores de Meio Ambiente. No entanto, para maior detalhamento deste estudo, apresenta-se a análise integrada a qual considera todos os municípios da Área de Influência Indireta como um

conjunto em si mesmo, tendo como tema transversal o empreendimento da LT 500kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas..

O PIB é o indicador econômico que soma toda a renda gerada em uma determinada divisão geográfica, como municípios, estados ou país. Os 33 municípios da All juntos, geraram em 2011 um rendimento de R\$76.333.275,00, o que equivale a 5,66% de toda riqueza produzida no Estado de São Paulo neste período. No entanto, a renda gerada apresentou um padrão desigual na qual se concentra, sobremaneira, nos municípios da All da microrregião de Campinas. Somente Campinas foi responsável por 53,09% do PIB sob o total dos municípios da All. Ao considerar Campinas, Cosmópolis, Holambra, Jaguariúna e Paulínia (municípios da microrregião de Campinas que serão interceptados pela LT 500kV Marimondo II), pode-se afirmar estes produziram 70,24% do rendimento sob o total da renda dos 32 municípios do Estado de São Paulo contemplados neste estudo. Em síntese, 5 municípios são responsáveis por cerca de 70% do PIB dos municípios da All no Estado de São Paulo.

No que tange ao crescimento do PIB de 2010 para 2011 nos municípios da All, observou-se uma elevação do índice em 8,81%. Este crescimento ocorreu devido a um bom desempenho apresentado no PIB no setor de agropecuário e de serviços.

O setor agropecuário cresceu 15,78% no período, sendo os municípios que apresentaram maior aumento Cosmópolis (562%), Artur Nogueira (117%), Fronteira (58%) e Motuca (62%). Houve municípios que retrocederam seu crescimento agrícola, apresentando em 2011 um desempenho menor que em 2010, que são os casos de Araraquara (-11,23%), Conchal (-15,44%), Severínia (-19,33%) e Analândia (-25,03%)

O setor de serviços cresceu 9,89% de 2010 a 2011. Os municípios que apresentaram maior taxa de crescimento foram: Engenheiro Coelho (28,35%), Corumbataí (26,70%), Motuca (23,31%), Artur Nogueira (20,81%) e Cajobi (20,16%). Somente o município de Paulínia, neste período, obteve um ligeiro decréscimo de 0,6%.

Para compreender a dinâmica produtiva dos municípios, observou-se como estes utilizam sua área para as atividades econômicas. Em média, os municípios da All reservam 32% de seus territórios para plantarem lavouras temporárias. As áreas de horticultura e floricultura correspondem a 8%. Na totalidade da extensão geográfica dos 33 municípios, as lavouras permanentes ocupam 29% do território

e as áreas de Pecuária e criação de outros animais ocupam 28%. Em 2% da área é cultivada a aquicultura e em menos de 1% há Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal, produção florestal/florestas plantadas, produção florestal/florestas nativas e pesca.

No conjunto dos municípios, as receitas municipais, seja por arrecadação de impostos diretos ou por repasses da União ou do Estado, tiveram um crescimento de 3,9% entre os anos de 2010 e 2011. Os 5 municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimentos de suas receitas públicas foram: Vista Alegre do Alto (16,15%), Leme (13,96%), Araras (9,01%), Campinas (7,23%) e Holambra (6,67%). No entanto, alguns municípios também tiveram perdas de parte de suas receitas entre este período. Analândia e Paraíso deixaram de arrecadar em 2011 6,35% do que arrecadaram em 2010. Em Santa Cruz da Conceição e Jaguariúna a rescisão foi de cerca de 5%.

#### **7.3.2.4 Infraestrutura**

##### **7.3.2.4.1 Sistema de Saúde**

Neste tópico serão apresentados dados que dizem respeito a saúde, sua estrutura e vulnerabilidades nos municípios da Área de Influência Indireta do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

O projeto abrange nove microrregiões em São Paulo (São José do Rio Preto, Campinas, Araraquara, Limeira, São Carlos, Jaboticabal, Mogi-Mirim, Catanduva e Rio Claro) e uma em Minas Gerais (Frutal). Entretanto, este capítulo vai analisar apenas os municípios que serão interceptados pela LT que compõe essas microrregiões, comparando-os diretamente com o estado, considerando as microrregiões apenas a título de organização.

##### **7.3.2.4.1.1 Doenças transmitidas por mosquitos**

A análise será iniciada pela apresentação da quantidade total de casos de doenças transmitidas por mosquitos nos municípios inseridos na área de interesse. O município de Corumbataí, pertencente à microrregião de Rio Claro, apresentou apenas três casos de Dengue no ano 2007 e um caso em 2010, não registrando nenhum caso nos demais anos para doenças transmissíveis por mosquitos.

**Quadro 144 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Rio Claro – 2005 A 2011**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
--	------	------	------	------	------	------	------

**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**
*Diagnóstico Ambiental*

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Município	Corumbataí	Dengue	0	0	3	0	0	1	0
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

Nos municípios pertencentes à microrregião de Mogi Mirim é possível observar nos anos de 2007 a 2010 um aumento considerável de casos de doenças transmissíveis por mosquitos. Em 2007 foram registrados 107 casos em Arthur Nogueira, dos quais 104 foram de dengue. Em 2010, apenas um, dos 222 casos foi de malária, o restante foi de dengue. Em Engenheiro Coelho, todos os 227 casos registrados em 2007 foram de dengue, assim como os 12 casos em 2010. Nestes mesmos anos o estado de São Paulo registrou os seus maiores índices de dengue, em 2007 foram 114.976 e 202.788 casos em 2010.

**Quadro 145 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Município	Arthur Nogueira	Dengue	1	1	104	6	2	222	34
		Leishmaniose	0	0	2	4	3	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	1	1	1	0	1	0
	Engenheiro Coelho	Dengue	0	1	227	4	1	12	14
		Leishmaniose	1	0	0	0	0	0	1
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	1	0	0	0	0	0
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

Se comparados todos os demais municípios observados nesta análise, os que compõem a microrregião de Catanduva são os que registraram os menores números de casos de doenças transmissíveis por mosquitos. O pico pode ser observado em 2011 quando foram registrados um caso de Dengue em Paraíso, 176 casos em Cajobi, e três em Severínia.

Vale ressaltar que Severínia apresentou 110 casos de dengue em 2010, mas os demais municípios tiveram baixas incidências. De 2005 a 2011 não foram registrados nenhum caso de febre amarela e malária. Apenas um caso de leishmaniose foi registrado no ano de 2006 em Cajobi.

**Quadro 146 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Paraíso	Dengue	3	17	4	0	0	0	1
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Cajobi	Dengue	7	34	23	19	1	9	176
		Leishmaniose	0	1	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Severínia	Dengue	4	4	74	0	3	110	3
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
Febre Amarela		0	0	0	0	0	0	0	
Malária		0	0	0	0	0	0	0	
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

Entre os municípios pertencentes a microrregião de São Carlos, inseridos na All, São Carlos foi o município que apresentou o maior número de casos de dengue, 626 casos no período de 2005 a 2011, tendo sido o pico no ano de 2010 quando registrou 288 casos. Nesse mesmo ano em Descalvado registrou-se 27 casos.

Observa-se que no município de Analândia não houve nenhum caso de outras doenças transmissíveis por mosquito, além de dengue. São Carlos apresentou incidência de todas as quatro doenças analisadas, no período entre 2005 e 2011, sendo seis casos de leishmaniose (nos anos 2007, 2008 e 2009), um caso de febre amarela (em 2008) e seis casos de malária (nos anos 2005, 2006, 2010 e 2011).

**Quadro 147 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	Dengue	0	0	5	1	0	2	0
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Descalvado	Dengue	0	5	12	8	2	27	30
		Leishmaniose	2	1	1	1	1	1	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	1	0	0	0	0	0	0
	São Carlos	Dengue	12	33	80	54	16	288	143
		Leishmaniose	0	0	4	1	1	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	1	0	0	0
		Malária	3	1	0	0	0	1	1
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

Nota-se que Olímpia, no ano de 2005, foi o município com a maior incidência de dengue no interior paulista, 832 casos, dentre os analisados. O alto acometimento de casos de dengue em Olímpia também se repetiu no ano de 2007 quando registrou-se 485 casos. Nos anos seguintes Olímpia apresentou menores números de casos, 34 em 2008; 15 em 2009; 362 em 2010. Em 2011 o município apresentou 67 casos. Do mesmo modo, chama atenção em Olímpia os casos registrados de malária. No ano de 2005 houve um caso; em 2006 oito casos; um caso 2010 e um caso 2011.

O município de Icém também apresentou números elevados de casos de dengue, sendo que no ano 2007 foram registrados 155 casos. Em 2008 foram 33 casos; em 2009, 23 casos e em 2011, 45 registros. No ano de 2005, Icém apresentou um caso de malária.

Já o município de Altair no período analisado, apenas apresentou registros de dengue nos anos 2006 e 2007, sendo oito e um caso, respectivamente. Em 2010 houve alta na incidência, com 11 casos – números bastante reduzidos quando comparados a Olímpia, Icém. No período analisado não foi observado registros de Leishmaniose, Febre Amarela e Malária, nesse município.

**Quadro 148 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	Dengue	0	8	1	0	0	11	0
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Olímpia	Dengue	832	44	485	34	15	362	67
		Leishmaniose	0	0	0	1	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	1	8	0	0	0	1	1
	Icém	Dengue	44	155	12	33	23	48	45
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	1	0	0	0	0	0	0
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

No período compreendido entre 2005 a 2011, entre os municípios inseridos na All, localizados na microrregião de Limeira foram registrados picos de doenças transmitidas por mosquitos em 2007, 2010 e 2011, com 622, 1.632 e 976 casos, respectivamente. Destes, 435 casos foram de dengue, em 2007, no município de

Araras e 1.300 casos de dengue, em 2010, no município de Leme. No ano 2011, embora tenha diminuído a incidência, ainda foram registrados 973 casos, de dengue, dos quais 690 casos ocorreram no município de Leme.

O ano com menor registro de casos foi em 2006 com 31 casos, sendo 11 de Dengue em Leme e 11 em Araras, da mesma doença. Em 2010, os casos de dengue, nesses municípios foram responsáveis por 0,8% dos casos registrados no estado de São Paulo. O município de Santa Cruz da Conceição destacou-se entre os analisados pela reduzida ocorrência de casos de dengue, no período analisado foram apenas 13 casos no total.

Nota-se também a ocorrência de casos de leishmaniose nos municípios de Leme, Araras e Conchal. Em Leme foram nove casos no total, com incidência de dois casos no ano de 2006, três em 2009, dois em 2010 e dois em 2011. Em Araras ocorreu um caso em 2007, três em 2008 e dois em 2009. Em Conchal registraram-se dois casos em 2006, cinco em 2007, quatro em 2008 e um em 2011.

**Quadro 149 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Leme	Dengue	0	11	80	48	23	1.300	690
		Leishmaniose	0	2	0	0	3	2	2
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	1	0	0	0	0	0
	Araras	Dengue	0	11	435	41	22	305	270
		Leishmaniose	0	0	1	3	2	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	1	0	1	0
	Conchal	Dengue	0	3	99	13	2	22	7
		Leishmaniose	0	2	5	4	0	0	1
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Santa Cruz da Conceição	Dengue	0	1	2	2	0	2	6
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180
Fonte: Portal ODM, 2014									

Nota-se que o município de Taquaritinga foi o mais acometido por doenças transmissíveis por mosquitos, principalmente a dengue, no período analisado. No ano 2010 foi quando mais ocorreram casos de dengue, sendo 1.935 casos de um total de 2.686 casos. Monte Alto também apresentou 533 registros de dengue nesse ano, o segundo maior número. Em Vista Alegre do Alto e Pirangi não foram



registrados casos de outras doenças transmissíveis por mosquito, além da Dengue. Nos demais municípios houve baixa incidência.

**Quadro 150 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	Dengue	1	6	162	5	4	533	156
		Leishmaniose	0	0	0	0	1	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	1	0	0	0	0	0	0
	Pirangi	Dengue	52	14	25	0	5	103	10
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
	Santa Ernestina	Malária	0	0	0	0	0	0	0
		Dengue	1	1	6	3	2	26	1
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	1	1
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
	Taquaritinga	Malária	0	0	0	0	0	0	0
		Dengue	8	128	82	15	81	1.935	61
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
	Vista Alegre do Alto	Malária	1	0	0	0	0	1	0
Dengue		0	7	12	0	3	89	4	
Leishmaniose		0	0	0	0	0	0	0	
Febre Amarela		0	0	0	0	0	0	0	
Estado	São Paulo	Malária	0	0	0	0	0	0	0
		Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0

Fonte: Portal ODM, 2014

Dentre os municípios da All que compõem a microrregião de Campinas, o pico de casos de doenças transmissíveis por mosquitos foi em 2007, com um total de 15.359 casos, considerando as quatro doenças analisadas. Desse total, o município com maior incidência foi Campinas com 14.695 casos de dengue, 8 de leishmaniose e 3 de malária. No estado de São Paulo neste mesmo ano foram registrados 115.876 casos de doenças transmissíveis por mosquito, sendo 114.976 de Dengue. Observa-se então que 13,25% das doenças transmissíveis por mosquito no estado de São Paulo, ocorreram nesses municípios analisados.

Cosmópolis depois de Campinas foi o município dessa microrregião inserido na All que apresentou a maior incidência de dengue nos anos de 2010 e 2011, registrando-se 556 e 447 casos, respectivamente.

Destaca-se também a incidência de casos de Malária nos municípios analisados. No período compreendido entre 2005 e 2011 foram registrados quatro casos em Jaguariúna, quatro em Paulínia, 45 em Campinas e dois casos em Holambra. Observou-se também grande incidência de Leishmaniose, 60 casos, principalmente



em Campinas, quando nos anos 2009 e 2010 registraram 11 casos cada. O destaque positivo é para o não surgimento de casos de Febre Amarela em nenhum dos municípios analisados.

**Quadro 151 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Campinas – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Jaguariúna	Dengue	0	31	27	8	6	311	27
		Leishmaniose	0	0	1	1	0	2	2
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	1	1	1	0	1
	Paulínia	Dengue	0	60	291	58	17	173	179
		Leishmaniose	1	1	0	1	2	2	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	1	2	0	0	1	0
	Campinas	Dengue	7	846	14.965	393	220	2.771	3.317
		Leishmaniose	6	8	8	7	11	11	9
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	13	8	3	3	5	8	5
	Cosmópolis	Dengue	0	7	50	23	13	556	447
		Leishmaniose	1	0	1	1	3	2	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
Holambra	Dengue	0	5	10	2	2	8	40	
	Leishmaniose	0	0	0	0	4	0	0	
	Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0	
	Malária	0	0	0	0	0	2	0	
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

Dentre os municípios analisados, que compõe a microrregião de Araraquara, observou-se, que o ano 2011 foi quando houve a maior incidência de doenças transmissíveis por mosquito, alcançando 2.648 casos. Desse número, 2.614 casos foram de dengue, e ocorreram no município de Araraquara. Araraquara também apresentou a maior incidência de casos de leishmaniose no período de 2007 a 2011, 11 casos.

O município de Rincão, no ano 2010, também apresentou número elevado de casos de Dengue, 658 no total. Por outro lado, os outros municípios inseridos nessa microrregião que compõem a All, em termos quantitativos absolutos, apresentaram números reduzidos de incidência de dengue no período de 2005 a 2011, quando comparados a Araraquara e a Rincão. Assim, Américo Brasiliense registrou 20 casos, Motuca 53 casos, Santa Lúcia, 23 casos e Dobrada 164.

**Quadro 152 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011**

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

Diagnóstico Ambiental

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	Dengue	0	8	1	0	0	11	0
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Araraquara	Dengue	8	67	360	1.215	37	1.342	2.614
		Leishmaniose	0	0	1	3	4	2	1
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	1	0	0	0	0	0	0
	Motuca	Dengue	4	0	9	2	0	33	5
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Rincão	Dengue	1	33	23	7	36	658	11
		Leishmaniose	1	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
	Santa Lúcia	Dengue	0	1	2	4	0	2	14
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
Dobrada	Dengue	0	88	12	3	0	58	3	
	Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	0	
	Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0	
	Malária	0	0	0	0	0	0	0	
Estado	São Paulo	Dengue	6.387	61.135	114.976	11.485	11.911	202.788	107.006
		Leishmaniose	678	726	675	723	662	562	502
		Febre Amarela	0	0	0	10	28	0	0
		Malária	348	288	225	143	175	227	180

Fonte: Portal ODM, 2014

O município de Fronteira, pertencente à microrregião de Frutal, única do estado de Minas Gerais, apresentou alta incidência de casos de Dengue no período de 2005 a 2011, com 846 registros, sendo o ano 2006 o mais crítico, com 556 casos. Porém apresentou apenas um caso de Leishmaniose em 2011, não apresentando casos das demais doenças transmissíveis por mosquito, em todo o período.

**Quadro 153 – Número de Casos de Doenças Transmissíveis por Mosquitos - Microrregião de Frutal – 2005 A 2011**

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	Dengue	88	556	24	3	36	128	11
		Leishmaniose	0	0	0	0	0	0	1
		Febre Amarela	0	0	0	0	0	0	0
		Malária	0	0	0	0	0	0	0
Estado	Minas Gerais	Dengue	11.309	29.762	28.370	49.172	53.837	208.695	38.231
		Leishmaniose	2.341	2.326	1.924	1.810	1.747	2.674	2.397
		Febre Amarela	1	0	0	7	1	0	0
		Malária	185	124	115	100	83	118	110

Fonte: Portal ODM, 2014

### 7.3.2.4.1.2 Números de casos de AIDS

As informações a seguir analisadas foram disponibilizadas pelo Portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Portal ODM – responsável por apresentar a situação dos indicadores dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas.

O município de Corumbataí apresentou apenas três casos de AIDS no período compreendido entre 2005 e 2011, sendo dois casos em 2006 e um em 2007, mantendo zerado os demais anos.

**Quadro 154 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Rio Claro. – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	0	2	1	0	0	0	0
Estado	São Paulo	9991	9175	8133	8768	8720	8215	8564

Fonte: Portal ODM, 2014

Os municípios de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho, na microrregião de Mogi Mirim, somaram 43 casos diagnosticados de AIDS. O maior número de diagnósticos foi registrado em Artur Nogueira em 2007 e 2009, com seis casos em cada ano. Em Engenheiro Coelho, por sua vez, foram nos anos 2006 e 2008, com três diagnósticos em cada ano.

**Quadro 155 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	5	5	6	3	6	3	3
	Engenheiro Coelho	1	3	1	3	1	1	2
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

Dos municípios que compõem a microrregião de Catanduva nota-se que o município de Paraíso registrou apenas um caso de AIDS, em 2010. Entre 2005 e 2011, o município de Severínia é o que registrou o maior número de casos no período analisado, 13 casos. Cajobi chegou a apresentar três casos no ano 2007, dois em 2008 e um 2009, mas nos anos 2010 e 2011 voltou a zerar os diagnósticos, assim como nos anos 2005 e 2006.

**Quadro 156 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Paraíso	0	0	0	0	0	1	0
	Cajobi	0	0	3	2	1	0	0
	Severínia	0	3	0	2	2	4	2
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

Dentre os municípios pertencentes à microrregião de São Carlos, inseridos na All, percebe-se que Analândia apresentou resultados bem reduzidos, se comparado aos demais municípios, com apenas dois casos de AIDS, um em 2006 e um em 2010. Descalvado apresentou 23 diagnósticos no período, sendo o pico de diagnósticos no ano 2008, com nove casos, em 2005 foram registrados dois casos, enquanto no ano de 2011 foram três.

São Carlos apresentou os números mais elevados, isso se explica também por possuir uma população maior, assim no período de 2005 a 2011 registrou-se um total de 349 casos de AIDS, tendo sido os picos no ano de 2007 com 69 casos e 2005 com 51 registros.

**Quadro 157 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	0	1	0	0	0	1	0
	Descalvado	2	4	2	9	2	1	3
	São Carlos	51	50	69	45	48	43	43
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM

Os municípios pertencentes à microrregião de São José do Rio Preto, abaixo apresentados, mostram que ainda é preciso ações para conseguir reduzir os números de casos de AIDS, pois está havendo oscilação na maioria deles. De 2005 a 2011 o município com maior número de registros foi Olímpia com 50 casos diagnosticados.

Nota-se em Olímpia que, mesmo havendo redução no número de casos, durante o período, houve crescimento de mais de 133% entre 2010 e 2011. Os registros de casos de AIDS em Altair foram feitos nos anos de 2006, 2007, 2010 e 2011, totalizando seis casos. Em Icém com exceção do ano de 2005 houve notificação em todos os anos do período analisado, registrando-se um total de sete casos.

**Quadro 158 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	0	1	2	0	0	1	2
	Olímpia	11	9	10	6	4	3	7
	Icém	0	1	1	2	1	1	1
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

O município de Santa Cruz da Conceição, na microrregião de Limeira, entre 2005 e 2011 registrou apenas um diagnóstico de AIDS no ano de 2009. Os municípios

de Leme e Araras, entretanto, demonstraram um resultado mais preocupante, obtendo 128 e 184 diagnósticos, respectivamente, no período analisado.

Em Leme, os anos em que houve maior número de casos diagnosticados foram em 2008, com 22 casos, e 2009, com 24 casos. Araras diagnosticou o maior número de casos da doença em 2007, 49 casos, e em 2009, 32 casos. O município de Conchal, embora tenha apresentado maior número de diagnósticos em 2007, sete no total, conseguiu reduzir para apenas um caso, obtendo redução de 50% nos casos de AIDS no período de 2005 a 2011.

**Quadro 159 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Leme	20	15	17	22	24	15	15
	Araras	30	16	49	32	21	15	21
	Conchal	2	5	7	5	3	4	1
	Santa Cruz da Conceição	0	0	0	0	1	0	0
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

O número de casos de AIDS diagnosticados nos municípios da microrregião de Jaboticabal, inseridos na AII, no período de 2005 a 2011 estão oscilando. Santa Ernestina foi o que apresentou menor número de casos – dois – sendo nos anos 2007 e 2011. Vista Alegre do Alto e Pirangi apresentaram sete e dez diagnósticos, respectivamente.

Os municípios com maior número de casos diagnosticados foram Monte Alto e Taquaritinga, com 99 e 92 respectivamente. Em Monte Alto, no ano 2006, foram diagnosticados 26 casos da doença, o maior número. Em Taquaritinga, foram 18 casos em 2005. Em ambos os municípios, a incidência de casos de AIDS reduziu no período.

**Quadro 160 Número de casos de AIDS registrados por ano - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	13	26	15	12	10	13	10
	Pirangi	1	1	0	1	4	1	2
	Santa Ernestina	0	0	1	0	0	0	1
	Taquaritinga	18	8	12	14	17	12	11
	Vista Alegre do Alto	0	1	0	2	1	2	1
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

Dentre os municípios da microrregião de Campinas inseridos na AII, dados discrepantes são apresentados, com relação aos casos de AIDS. Em Jaguariúna, o

maior número de casos registrados foi em 2006 com 10 diagnósticos, o dobro do ano anterior, mas se comparado ao ano 2011, nota-se uma queda de 60%, quando registraram-se quatro casos. Paulínia apresentou 19 casos em 2006 e o mesmo quantitativo em 2011 – números alarmantes se considerados os anos 2005 e 2009, quando houve nove casos. Cosmópolis também apresentou dados preocupantes. Em 2005 foram notificados apenas 4 casos de AIDS no município, entretanto no ano seguinte houve um aumento de 350% atingindo 18 casos. No ano seguinte houve redução de 50%, mas voltou a apresentar aumento 2008 com 20 casos. A partir de 2009 o município começou a apresentar redução no número de diagnósticos, chegando a 10 em 2011, mas ainda bem acima do número apresentado em 2005.

Holambra apresentou dois casos em 2007 e voltou a zerar os diagnósticos em 2011. Já o município de Campinas em 2009 diagnosticou 347 casos, o que correspondeu a 4% dos casos diagnosticados no Estado de São Paulo, naquele ano. Observa-se porém que, no estado de São Paulo, os diagnósticos de AIDS estão reduzindo, mas em Campinas, aumentou 4% de 2005 para 2011.

**Quadro 161 Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Campinas, – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Jaguariúna	5	10	7	7	5	5	4
	Paulínia	9	19	13	16	9	12	19
	Campinas	287	299	252	293	347	298	299
	Cosmópolis	4	18	9	20	17	16	10
	Holambra	0	1	2	1	1	1	0
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

Nos municípios da microrregião de Araraquara o número de casos de AIDS diagnosticados de 2005 a 2011 oscilaram. Os maiores picos foram em 2006 e 2011, com 64 e 62 casos. O município de Araraquara é o que diagnosticou mais casos, somente em 2011 foram 54 casos registrados. O município de Motuca, apenas apresentou registro de dois casos em 2006. Nos demais anos não foram diagnosticados casos da doença. Américo Brasiliense conseguiu reduzir para dois os casos de AIDS no município nos anos 2008 e 2010, mas voltou a crescer em 2011, apresentando quatro casos. Rincão apresentou registros da Síndrome nos anos de 2007, um caso; 2009, dois casos e 2011, um caso. Santa Lúcia e Dobrada registraram um caso em 2006 e um caso em 2007, no ano de 2011, Santa Lúcia registrou um caso e Dobrada dois casos.

**Quadro 162 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011**

**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**
*Diagnóstico Ambiental*

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	7	8	3	2	4	2	4
	Araraquara	45	52	32	40	34	51	54
	Motuca	0	2	0	0	0	0	0
	Rincão	0	0	1	0	2	0	1
	Santa Lúcia	0	1	1	0	0	0	1
	Dobrada	0	1	1	0	0	0	2
Estado	São Paulo	9.991	9.175	8.133	8.768	8.720	8.215	8.564

Fonte: Portal ODM, 2014

O município de Fronteira apresentou 19 casos de AIDS no período analisado, sendo o ano 2008 o que teve maior incidência, com seis casos. No ano 2011, o município apresentou o mesmo número de casos que em 2005, dois diagnósticos.

**Quadro 163 – Número de casos de AIDS registrados por ano de diagnóstico - Microrregião de Frutal – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Fronteira	2	3	3	6	3	0	2
Estado	Minas Gerais	2877	2674	2692	2848	2672	2526	2639

Fonte: Portal ODM, 2014

**7.3.2.4.1.3 Taxa de mortalidade de menores de 5 anos**

A taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos apresentada pelo Portal Objetivos do Milênio mostra que houve grande oscilação nos resultados entre 2005 e 2010, para a Área de Influência Indireta (Quadro 164). Corumbataí, pertencente à microrregião de Rio Claro não teve os dados dos anos 2005, 2006, 2008 e 2011 disponibilizados pela fonte. Entretanto, pelos anos disponibilizados, pode-se perceber que as taxas de mortalidade registradas pelo município foram altas, chegando a 40,8 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos em 2009, número este quase três vezes maior que o apresentado pelo estado de São Paulo no mesmo ano, 14,5 óbitos.

**Quadro 164 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Rio Claro – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Corumbataí	0	0	21,7	0	40,8	20,4	0
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

A maior taxa de mortalidade entre os anos 2005 e 2011, dentre os municípios que compõe a microrregião de Mogi Mirim, inseridos na All foi de 22,6 óbitos, registrados em 2008 no município de Artur Nogueira. No estado de São Paulo, os anos 2005 e 2006 foram os que apresentaram maior índice de óbitos a cada 1.000 nascidos vivos menores de cinco, em um total de 15,7 óbitos por ano.

Percebe-se que, Artur Nogueira conseguiu reduzir o resultado para 8,4 óbitos em 2011. Já no município de Engenheiro Coelho houve um aumento de 350%,



passando de 4,4 óbitos em 2005 para 19,8 em 2011 para cada 1.000 nascidos vivos, menores de 5 anos.

**Quadro 165 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Mogi Mirim – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Artur Nogueira	12,2	13,2	9	22,6	13,3	10,5	8,4
	Engenheiro Coelho	4,4	20,2	18,4	14,1	7,8	8,1	19,8
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

Os municípios de Paraíso, Cajobi e Severínia inseridos na microrregião de Catanduva, na All do Projeto LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas, registraram dados pouco satisfatórios sobre as taxas de mortalidade de crianças menores de 5 anos. Em 2007, o município de Paraíso registrou 37,7 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, enquanto no mesmo ano o estado de São Paulo registrou 15,2 óbitos. Cajobi apresentou o maior índice de mortalidade infantil no ano 2006, com 37 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Severínia foi o município com resultados melhores, registrando 14,9 óbitos em 2010.

**Quadro 166 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Catanduva – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Paraíso	0	0	37,7	0	14,1	0	18,5
	Cajobi	8,6	37	28,3	29,4	0	26,3	0
	Severínia	13,4	14,3	7,5	13,9	9,8	14,9	10,3
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

Nos três municípios que compõe a microrregião de São Carlos, inseridos na All, registraram-se aumento nos casos de óbitos, no período analisado. Nota-se que Analândia subiu de 33,9 registros de óbitos, a cada 1.000 nascidos vivos, em 2006, para 43,5 óbitos em 2010. Observa-se porém que, não foram disponibilizados os dados de 2005, 2007 e 2011.

Descalvado não apresentou índices tão elevados quanto os de Analândia, mas no período entre 2005 e 2011 houve um aumento de 230%, saltando de 2,6 para 8,6 óbitos de menores de cinco anos, por 1.000 nascidos vivos.

Em São Carlos os índices foram maiores que em Descalvado, porém inferiores à Analândia e ao estado de São Paulo. Entre 2005 e 2011 o índice de óbitos subiu de 10,8 para 13, registrando aumento de 20% na taxa de mortalidade de menores de cinco anos, a cada 1.000 nascidos vivos.

**Quadro 167 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de São Carlos – 2005 A 2011**



**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**
*Diagnóstico Ambiental*

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Analândia	0	33,9	0	18,5	17,9	43,5	0
	Descalvado	2,6	10,5	17,2	9,7	8,2	11,4	8,6
	São Carlos	10,8	10,9	9,7	8,1	9,8	7,4	13
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

O município que compõe a microrregião de São José do Rio Preto, inserido na All que registrou o maior índice de mortalidade de menores de cinco anos, entre os anos de 2005 a 2011, foi Altair, tendo o seu pico em 2009 com o registro de 42,5 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Em 2005, 2010 e 2011 não foram disponibilizados registros de taxa de mortalidade de menores de 5 anos nesse município.

Olímpia apresentou os maiores índices de mortalidade de menores de cinco anos no ano 2005, 16,3 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos e 2006, 16,7 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Entretanto, nos anos seguintes conseguiu-se reduzir o índice em todos os anos, registrando 6,3 óbitos em 2011.

O município de Icém, no entanto apresentou resultado inverso ao do município vizinho, apresentando aumento de 284% na taxa de mortalidade de menores de cinco anos, saindo de 8,3 óbitos em 2005 para 31,9 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, em 2011.

**Quadro 168 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de São José do Rio Preto – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Altair	0	35,1	18,9	35,1	42,5	0	0
	Olímpia	16,3	16,7	10,8	9,6	9,9	8	6,3
	Icém	8,3	0	22,9	24	16,8	27	31,9
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM – 2005 A 2011

Destaca-se abaixo, a taxa de mortalidade do município de Santa Cruz da Conceição, pertencente à microrregião de Limeira, inserida na All, quando em 2009 constatou 55,6 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Os dados dos anos 2005, 2010 e 2011 não foram disponibilizados pela fonte, ainda assim, nota-se aumento de 122% no índice de óbitos entre os anos 2007 e 2009. Esta taxa de óbito de 2009 é quase três vezes maior que o resultado do estado de São Paulo, no mesmo ano, que registrou 14,5 óbitos.

Os municípios de Leme e Conchal apresentaram oscilação dos resultados, com elevados índices de óbitos e também algumas quedas no período analisado.

Ambos, embora tenham alcançado índices altos, como Leme em 2007, com taxa de 25,4 óbitos, apresentaram redução ao final do período.

Dentre os municípios analisados, apenas Araras registrou aumento na taxa de mortalidade infantil, de menores de cinco anos, a cada 1.000 nascidos vivos, após sucessivas oscilações. Nota-se que no ano 2005 o índice foi de 13,8 óbitos e em 2011 foi de 16,4 – aumento de 18%.

**Quadro 169 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Limeira – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Leme	18,2	18,9	25,4	14,8	13,8	14,4	14,4
	Araras	13,8	12,7	10,8	12,1	9,8	10,1	16,4
	Conchal	19,8	22,2	18,3	18,8	14,7	10,4	12,7
	Santa Cruz da Conceição	0	41,7	25	24,4	55,6	0	0
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

De acordo com os dados do Portal ODM, o município de Pirangi, inserido na All, que faz parte da microrregião de Jaboticabal, em 2009, registrou 61,9 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, menores de 5 anos de idade, número quatro vezes superior à média do estado, no mesmo ano. Nos anos seguintes o município conseguiu reduzir consideravelmente esta taxa, respectivamente, 18,9 e 16,1, mas ainda assim os resultados foram superiores aos do estado.

Os municípios de Monte Alto, Santa Ernestina, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto apresentaram grande oscilação nos resultados do período. Monte Alto e Vista Alegre do Alto apresentaram crescimento das taxas de óbito ao final do período, porém o segundo município não teve os dados de 2007, 2008 e 2011 apresentados pela fonte. Santa Ernestina e Taquaritinga apresentam redução nos índices de mortalidade infantil.

**Quadro 170 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Jaboticabal – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Monte Alto	3,8	17,2	13,4	14,1	6	5,7	10,8
	Pirangi	0	26,1	16	7,5	61,9	18,9	16,1
	Santa Ernestina	34,1	12,1	30,8	0	0	15,4	14,3
	Taquaritinga	16,4	20,3	13,9	23,8	15,2	10,6	14,7
	Vista Alegre do Alto	10,3	14,7	0	0	11,5	26,3	0
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

A microrregião de Campinas abrange cinco municípios da All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas. A taxa de mortalidade

infantil de menores de cinco anos a cada 1.000 nascidos vivos, apresentou oscilações entre esses cinco municípios. O município de Jaguariúna, apresentou 12,5 casos de óbitos em 2005, chegou a reduzir para 7,8 casos em 2007 e voltou a subir para 12,2 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos em 2011, mas ainda assim apresentou redução. Destaca-se que não foram disponibilizados os dados de 2009.

Os municípios de Campinas e Cosmópolis seguiram a tendência de oscilação dos resultados, com altas e quedas no período analisado. Todos eles, embora tenham alcançado índices altos, como Cosmópolis em 2009, com taxa de 21,6 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, apresentaram redução ao final do período.

Dentre os municípios analisados, Holambra e Paulínia registraram aumento na taxa de mortalidade infantil, de menores de cinco anos, a cada 1.000 nascidos vivos, após sucessivas oscilações. A principal causa das mortes são doenças congênitas. Nota-se que no ano 2005 o índice de Holambra foi de 10,9 óbitos e em 2011 foi de 19,9 – aumento de 82%. Em Paulínia a oscilação foi menor, tendo apresentado em 2005 6,9 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos e em 2011, 7,7, entretanto nesse período houve um pico em 2006 de 13,7 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos.

**Quadro 171 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos - Microrregião de Campinas – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Jaguariúna	12,5	14,1	7,8	13,3	0	9	12,2
	Paulínia	6,9	13,7	9,1	9,2	11,3	8,3	7,7
	Campinas	14,4	12,8	13	10	12,8	12,3	11,8
	Cosmópolis	13,5	15,9	18,5	11,5	21,6	13,7	10,4
	Holambra	10,9	6,5	6,3	6,1	12,3	16,7	19,9
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

O município de Motuca, pertencente à microrregião de Araraquara, inserido na All, chegou a registrar a maior taxa de óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, dentre os municípios analisados (40,8 óbitos em 2006). No entanto, entre 2007 e 2011 não foram disponibilizados os registros de óbitos no município.

Os municípios Américo Brasiliense, Araraquara e Dobrada, apresentaram grandes oscilações no período analisado, mas todos tiveram em 2011 resultados piores que em 2005. Rincão e Santa Lúcia, porém apresentaram melhores resultados ao final do período. Rincão chegou a atingir o índice de 39,7 óbitos em 2008, mas reduziu para 7,1 em 2011. Santa Lúcia saiu de 28,6 óbitos em 2005 para 6,9 óbitos em 2011 – redução de 76%.

**Quadro 172 – Taxa de Mortalidade de menores de 5 anos - a cada 1000 nascidos vivos -  
 Microrregião de Araraquara – 2005 A 2011**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Município	Américo Brasiliense	9,5	18,3	16,9	18,1	21,9	10,8	12,5
	Araraquara	9	12,6	12,7	15,4	13,2	12,6	13,2
	Motuca	28,6	40,8	0	0	0	0	0
	Rincão	21,1	11,9	0	39,7	12,7	14,9	7,1
	Santa Lúcia	28,6	19,2	21,6	9,2	7,6	7,8	6,9
	Dobrada	24,4	16,3	0	0	7,3	0	32,3
Estado	São Paulo	15,7	15,7	15,2	14,6	14,5	13,8	14,4

Fonte: Portal ODM, 2014

**7.3.2.4.1.4 Número de estabelecimentos por tipo de prestador,  
 segundo tipo de estabelecimento.**

Na microrregião de Rio Claro, apenas o município de Corumbataí faz parte da Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimbondo. Através dos dados disponibilizados abaixo, pode-se perceber que o município possui apenas um Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, na rede pública de atendimento, sendo necessário o deslocamento de um município para outro, para os mais básicos atendimentos de saúde.

**Quadro 173 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Rio Claro**

Tipo do Estabelecimento	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado
	Público		Filantrópico		Privado		Total	
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	68	0	0	0	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	1	0	1	0	9	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	0	265	0	1	0	3	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	6	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	1	0	1	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1	4.165	0	5	0	33	1	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	761	0	119	0	5.877	0	6.762
Consultório Isolado	0	325	0	9	0	31.067	0	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	27	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	88	0	0	0	14	0	102
Hospital Dia	0	11	0	3	0	73	0	87
Hospital Especializado	0	33	0	53	0	92	0	178
Hospital Geral	0	134	0	295	0	302	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	16	0	0	0	1	0	17
Policlínica	0	296	0	17	0	926	0	1.245
Posto de Saúde	0	355	0	0	0	5	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	10	0	0	0	9	0	19
Pronto Socorro Geral	0	190	0	2	0	30	0	222
Secretaria de Saúde	0	218	0	0	0	0	0	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	29	0	0	0	2	0	31
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	187	0	56	0	2.867	0	3.111
Unidade de Vigilância em Saúde	0	384	0	0	0	0	0	384
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	46	0	0	0	31	0	77
Unidade Móvel Terrestre	0	77	0	0	0	16	0	93
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>7.666</b>	<b>0</b>	<b>562</b>	<b>0</b>	<b>41.384</b>	<b>1</b>	<b>49.668</b>

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Os municípios de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho, pertencentes à All do Projeto Marimondo e à microrregião de Mogi-Mirim, contam respectivamente com 42 e 11 estabelecimentos de saúde, dentre eles são 20 estabelecimentos públicos, 2 filantrópicos e 31 privados. Somente Artur Nogueira possui Pronto Socorro Geral, Hospital Geral e Unidade de Vigilância em Saúde. Já Engenheiro Coelho possui Policlínica Pública. Enquanto Artur Nogueira possui 10 Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, Engenheiro Coelho tem apenas três.

Nota-se que nenhum dos dois municípios possuem Centro de Atenção Psicossocial e Centro de Apoio à Saúde da Família. Essas informações encontram-se dispostas no Quadro 174.

**Quadro 174 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Mogi Mirim**

Tipo do Estabelecimento	Município			Estado			Município			Estado		
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	1	0	0	1	0	0	9	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	0	0	265	0	0	1	0	0	3	0	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	10	3	4.165	0	0	5	0	0	33	10	3	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	1	1	761	1	1	119	3	0	5.877	5	2	6.762
Consultório Isolado	0	0	325	0	0	9	19	3	31.067	19	3	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	88	0	0	0	0	0	14	0	0	102
Hospital Dia	0	0	11	0	0	3	0	0	73	0	0	87
Hospital Especializado	0	0	33	0	0	53	0	0	92	0	0	178
Hospital Geral	0	0	134	0	0	295	1	0	302	1	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	16	0	0	0	0	0	1	0	0	17
Policlínica	0	1	296	0	0	17	2	0	926	2	1	1.245
Posto de Saúde	1	0	355	0	0	0	0	0	5	1	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	10	0	0	0	0	0	9	0	0	19
Pronto Socorro Geral	1	0	190	0	0	2	0	0	30	1	0	222
Secretaria de Saúde	0	1	218	0	0	0	0	0	0	0	1	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	29	0	0	0	0	0	2	0	0	31
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	187	0	0	56	2	1	2.867	2	1	3.111
Unidade de Vigilância em Saúde	1	0	384	0	0	0	0	0	0	1	0	384
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	46	0	0	0	0	0	31	0	0	77

**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**

*Diagnóstico Ambiental*

Unidade Móvel Terrestre	0	0	77	0	0	0	0	0	16	0	0	93
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	14	6	7.666	1	1	562	27	4	41.384	42	11	49.668

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS



Conforme informações disponibilizadas no Quadro 175, os três municípios que compõem a All, inseridos na microrregião de Catanduva – Paraíso, Cajobi e Severínia – em conjunto, possuem um total de 35 estabelecimentos de saúde. O maior número de unidades de saúde está no município de Cajobi que conta com três Centros de Saúde, um Hospital Geral (Filantrópico), duas Unidades de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia e três Consultórios Isolados. Severínia possui um Pronto Socorro Geral e uma Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia. Paraíso possui somente um estabelecimento público de saúde (Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde). Nenhum deles possui Central de Regulação de Serviços de Saúde, Centro de Atenção Hemoterápica e/ou Hematológica, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Apoio à Família, Hospital Especializado, entre outros estabelecimentos de saúde. Severínia porém, possui Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, na rede privada de saúde.

**Quadro 175 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Catanduva**

Tipo do Estabelecimento	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado
	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo
	Público				Filantrópico					Privado				Total		
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	9	0	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	0	0	0	265	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1	3	2	4165	0	0	0	5	0	0	0	33	1	3	2	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	0	0	761	0	0	0	119	0	0	1	5.877	0	0	1	6.762
Consultório Isolado	0	0	0	325	0	0	0	9	1	3	0	31.067	1	3	0	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	102
Hospital Dia	0	0	0	11	0	0	0	3	0	0	0	73	0	0	0	87
Hospital Especializado	0	0	0	33	0	0	0	53	0	0	0	92	0	0	0	178
Hospital Geral	0	0	0	134	0	1	0	295	0	0	0	302	0	1	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	17
Policlínica	0	0	0	296	0	0	0	17	0	0	0	926	0	0	0	1.245
Posto de Saúde	0	0	0	355	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	19
Pronto Socorro Geral	0	0	1	190	0	0	0	2	0	0	0	30	0	0	1	222
Secretaria de Saúde	0	0	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	31
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	1	187	0	0	0	56	1	2	1	2867	1	2	2	3111
Unidade de Vigilância em Saúde	0	0	0	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	384
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	77

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

*Diagnóstico Ambiental*

Unidade Móvel Terrestre	0	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	93
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7.666</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>562</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>41.384</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>49.668</b>

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Dos três municípios que compõe a microrregião de São Carlos, inseridos na All, nota-se que São Carlos é o que possui a melhor estrutura de saúde em relação aos outros municípios, pois possui Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Apoio à Saúde da Família, Policlínica Pública, Pronto Socorro Geral, Unidade de Vigilância em Saúde; Unidade Móvel Pré Hospitalar – Urgência/Emergência; Unidade Móvel Terrestre e Hospital Geral. Nenhum dos municípios possui Hospital Especializado e Farmácia Popular. Analândia não possui Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, Hospital Geral e Policlínica (Quadro 176). Em Descalvado nota-se a presença de 13 Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde, isso pode compensar a ausência de outros tipos de estabelecimentos, enquanto em Analândia há apenas um estabelecimento desse tipo.

**Quadro 176 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de São Carlos**

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado				Município				Estado			
	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	1	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	9	0	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	0	0	2	265	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	2	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
Centro de Parto Normal	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1	13	25	4.165	0	0	0	5	0	0	0	33	1	13	25	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	1	2	761	0	0	0	119	0	3	27	5.877	0	4	29	6.762
Consultório Isolado	0	0	0	325	0	0	0	9	1	44	155	31.067	1	44	156	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	102
Hospital Dia	0	0	0	11	0	0	0	3	0	0	0	73	0	0	0	87
Hospital Especializado	0	0	0	33	0	0	0	53	0	0	0	92	0	0	0	178
Hospital Geral	0	0	0	134	0	0	1	295	0	1	2	302	0	1	3	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	17
Policlínica	0	0	3	296	0	0	0	17	0	1	36	926	0	1	39	1.245
Posto de Saúde	0	0	0	355	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	19
Pronto Socorro Geral	0	0	1	190	0	0	0	2	0	0	1	30	0	0	2	222
Secretaria de Saúde	0	0	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	31
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	0	187	0	0	0	56	1	1	30	2.867	1	1	30	3.111
Unidade de Vigilância em Saúde	0	0	2	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	384
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	1	46	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	1	77

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado	Município				Estado	Município				Estado	
	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	São Paulo	
																Público
Unidade Móvel Terrestre	0	0	1	77	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	1	93
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>39</b>	<b>7.666</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>562</b>	<b>2</b>	<b>50</b>	<b>251</b>	<b>41.384</b>	<b>3</b>	<b>64</b>	<b>292</b>	<b>49.668</b>

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Dentre os municípios que compõe a microrregião de São José do Rio Preto, abrangidos pela All do projeto LT 500kV Marimbondo, o que possui maior número de estabelecimentos de saúde públicos é o município de Olímpia, que conta com oito centros de saúde, uma clínica especializada, uma policlínica e três unidades de serviço de apoio de diagnose e terapia. Nesse município há também um Hospital Geral e uma Policlínica Filantrópica.

Ao analisar os municípios, como um todo, nota-se que número de estabelecimentos privados é consideravelmente maior que os públicos e também estão localizados em sua maioria no município de Olímpia, 43 no total.

Entre os três, Icém é o único que apresenta Unidade de Vigilância de Saúde. Esse serviço é importante no contexto, considerando que Icém terá alojamentos. Esse serviço exerce ações de prevenção de risco de adoecimentos relacionados a questões sanitárias e ambientais. Atenta-se também para os dados de Altair, que não possui uma Clínica Especializada e Ambulatório. Essas informações encontram-se disponíveis no Quadro 177.

**Quadro 177 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de São José do Rio Preto**

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado				Município				Estado				Município				Estado			
	Altair	Olimpia	Icém	São Paulo	Altair	Olimpia	Icém	São Paulo	Altair	Olimpia	Icém	São Paulo	Altair	Olimpia	Icém	São Paulo	Altair	Olimpia	Icém	São Paulo				
																					Público			
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68	0	0	0	68				
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	9	0	0	0	11	0	0	0	11				
Centro de Atenção Psicossocial	0	0	0	265	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	269	0	0	0	269				
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6				
Centro de Parto Normal	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2				
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	2	8	2	4.165	0	0	0	5	0	0	0	33	2	8	2	4.203	2	8	2	4.203				
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	1	1	761	0	0	0	119	0	8	1	5877	0	9	2	6.762	0	9	2	6.762				
Consultório Isolado	1	0	0	325	0	0	0	9	2	43	4	31067	3	43	4	31.445	3	43	4	31.445				
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0	27	0	0	0	27				
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	102	0	0	0	102				
Hospital Dia	0	0	0	11	0	0	0	3	0	0	0	73	0	0	0	87	0	0	0	87				
Hospital Especializado	0	0	0	33	0	0	0	53	0	0	0	92	0	0	0	178	0	0	0	178				
Hospital Geral	0	0	0	134	0	1	0	295	0	0	0	302	0	1	0	731	0	1	0	731				
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	17	0	0	0	17				
Policlínica	0	1	0	296	0	1	0	17	0	1	0	926	0	3	0	1.245	0	3	0	1.245				
Posto de Saúde	0	0	0	355	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	360	0	0	0	360				
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	19	0	0	0	19				
Pronto Socorro Geral	0	0	0	190	0	0	0	2	0	0	0	30	0	0	0	222	0	0	0	222				
Secretaria de Saúde	0	0	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218	0	0	0	218				
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	31	0	0	0	31				
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	3	1	187	0	0	0	56	0	9	0	2867	0	12	1	3.111	0	12	1	3.111				
Unidade de Vigilância em Saúde	0	0	1	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	384	0	0	1	384				
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	77	0	0	0	77				
Unidade Móvel Terrestre	0	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	93	0	0	0	93				



LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado				Município				Estado			
	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo
	Público				Filantrópico				Privado				Total			
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3	13	5	7.666	2	0	562	2	61	5	41.384	5	76	10	49.668	

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Na microrregião de Limeira, estão sendo analisados quatro municípios, abrangidos pela All, cujo total de estabelecimentos de saúde é de 531. O município de Araras sedia o maior número de unidades (283 estabelecimentos), sendo os privados 251, ou seja 88%. Santa Cruz da Conceição não possui Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado (Quadro 178).

Nenhum dos municípios analisados possui Farmácia e Programa Farmácia Popular, Hospital Dia e Hospital Especializado. Observa-se que nenhum desses municípios possuem também Pronto Socorro Especializado e Geral, além de Unidade Mista para atendimento 24h: atenção básica, internação/urgência; Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/ Emergência. Esse cenário causa preocupação, pois os atendimentos de urgência e emergência são restritos, havendo a necessidade de deslocamento para outros municípios e causando conseqüente demora no atendimento e possíveis agravamentos dos sintomas. Por outro lado registra-se que Leme e Araras possuem um Centro de Atenção Psicossocial e todos os municípios analisados possuem Centros de Saúde ou Unidade Básica de Saúde e Unidade de Vigilância em Saúde.

**Quadro 178 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Limeira**

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado	Município				Estado	Município				Estado	Município				Estado
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo
	Público				Filantrópico					Privado					Total					
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	9	0	0	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	1	1	0	0	265	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	1	0	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	12	23	6	2	4.165	0	0	0	0	5	0	0	0	0	33	12	23	6	2	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	8	1	1	0	761	0	1	0	0	119	16	27	1	0	5.877	24	29	2	0	6.762
Consultório Isolado	1	0	1	0	325	0	0	0	0	9	90	211	23	0	31.067	93	211	24	0	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	102
Hospital Dia	0	0	0	0	11	0	0	0	0	3	0	0	0	0	73	0	0	0	0	87
Hospital Especializado	0	0	0	0	33	0	0	0	0	53	0	1	0	0	92	0	1	0	0	178
Hospital Geral	0	1	0	0	134	1	1	1	0	295	1	2	0	0	302	2	4	1	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	17

Tipo do Estabelecimento	Município				Estado	Município				Estado	Município				Estado	Município				Estado
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo
	Público				Filantrópico				Privado				Total							
Policlínica	2	1	0	0	296	0	0	0	0	17	0	0	0	0	926	2	1	0	0	1.245
Posto de Saúde	0	0	0	1	355	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	19
Pronto Socorro Geral	0	0	0	0	190	0	0	0	0	2	0	0	1	0	30	0	0	1	0	222
Secretaria de Saúde	1	1	0	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	31
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	0	0	187	0	0	1	0	56	10	10	2	0	2.867	10	10	3	0	3.111
Unidade de Vigilância em Saúde	1	2	2	1	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	384
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0	77
Unidade Móvel Terrestre	2	0	0	0	77	0	0	0	0	0	1	0	0	0	16	3	0	0	0	93
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>7.666</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>562</b>	<b>118</b>	<b>251</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>41.384</b>	<b>149</b>	<b>283</b>	<b>39</b>	<b>4</b>	<b>49.668</b>

Fonte: CNES, 2014

Os municípios de Monte Alto, Pirangi, Santa Ernestina, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto juntos, contam com 303 estabelecimentos de saúde, com maior concentração do município de Monte Alto. Como já vem sendo observado nos municípios de outras microrregiões, o número de estabelecimentos privados (253 unidades) é consideravelmente superior aos públicos (46 unidades) e filantrópicos (4 unidades). Monte Alto possui um consultório isolado, na rede pública de atendimento e é o único município que possui Farmácia Medica Excepcional e Programa Farmácia Popular, além de Unidade de Vigilância em Saúde. Taquaritinga, é o único que possui Unidade Móvel Terrestre. Santa Ernestina não possui Hospital Geral. Pirangi possui três Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde e Vista Alegre do Alto apenas um.

**Quadro 179 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Jaboticabal**

Tipo do Estabelecimento	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado						
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo
	Público					Filantrópico					Privado					Total								
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	0	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	1	0	0	2	0	265	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	1	0	0	2	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	7	3	1	9	1	4.165	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	33	7	3	1	9	1	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	4	1	0	4	1	761	1	0	0	0	0	119	2	0	0	5	0	5.877	7	1	0	9	1	6.762
Consultório Isolado	1	0	0	0	0	325	0	0	0	0	0	9	129	7	0	8	2	31.067	130	7	0	80	2	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	27	1	0	0	1	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	1	0	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	1	0	0	0	0	102
Hospital Dia	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	73	0	0	0	1	0	87
Hospital Especializado	0	0	0	0	0	33	0	0	0	0	0	53	0	0	0	0	0	92	0	0	0	0	0	178
Hospital Geral	0	0	0	0	0	134	1	1	0	1	0	295	1	0	0	0	0	302	2	1	0	1	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	17

Tipo do Estabelecimento	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado						
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo
	Público					Filantrópico					Privado					Total								
Policlínica	1	0	0	1	0	296	0	0	0	0	0	17	11	0	0	1	0	926	12	0	0	2	0	1,245
Posto de Saúde	0	0	0	0	0	355	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	360	
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	19	
Pronto Socorro Geral	1	0	0	1	0	190	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	30	1	0	0	1	0	222	
Secretaria de Saúde	1	1	0	1	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	218	
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	0	1	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	31	
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	0	0	0	187	0	0	0	0	56	1	1	0	9	1	2.867	1	1	0	9	1	3111	
Unidade de Vigilância em Saúde	1	0	0	0	0	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	384	
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	0	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0	0	77	
Unidade Móvel Terrestre	0	0	0	1	0	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	1	0	93	
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>7.666</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>562</b>	<b>145</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>41.384</b>	<b>165</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>117</b>	<b>6</b>	<b>49.668</b>

Fonte: CNES, 2014  
 Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços

Tipo do Estabelecimento	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado					
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo					
	Público						Filantrópico						Privado						Total				

ao SUS



O número de estabelecimentos de saúde privados nos municípios da microrregião de Campinas (Quadro 180), abrangidos pela AII é consideravelmente maior que os públicos e filantrópicos. O município onde se concentra o maior número de estabelecimentos de saúde é Campinas com 1.733, o que representa 3,5% dos estabelecimentos de saúde do Estado de São Paulo.

Entre os municípios analisados, somente Campinas possui a Farmácia Popular; Hospital Dia; Laboratório Central; Pronto Socorro Geral; Unidade de Serviço de apoio e Diagnose e Terapia, além de Unidade móvel pré hospitalar. Destaca-se também que Holambra não possui, dentre os estabelecimentos públicos, Hospital Geral, Clínica Especializada e Ambulatório Especializado. Estes estabelecimentos são somente privados.

O fato de Jaguariúna, Cosmópolis e Holambra possuírem menor número de estabelecimentos de saúde, pode prejudicar o atendimento da população e/ou sobrecarregar a demanda de infraestrutura dos estabelecimentos de Campinas, que possui maior quantidade de estabelecimentos, mas também a maior população.

**Quadro 180 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Campinas**

Tipo do Estabelecimento	Município					Esta do	Município					Esta do	Município					Esta do						
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo						
	Público					Filantrópico					Privado					Total								
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo						
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	1	1	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	11
Centro de Atenção Psicossocial	0	2	10	1	0	265	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	2	10	1	0	269
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Centro de Parto Normal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	6	6	64	8	3	4.165	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	33	6	6	64	8	3	4.203
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	2	7	16	4	0	761	0	0	6	0	0	119	0	6	277	4	1	5.877	2	13	299	8	1	6.762
Consultório Isolado	1	0	0	0	0	325	0	0	1	0	0	9	32	67	1.173	27	5	31.067	33	67	1174	27	5	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	27	0	0	1	0	0	27
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	0	4	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	4	0	0	102
Hospital Dia	0	0	1	0	0	11	0	0	0	0	0	3	0	0	8	0	0	73	0	0	9	0	0	87
Hospital Especializado	0	0	0	0	0	33	0	0	3	0	0	53	0	0	5	0	0	92	0	0	8	0	0	178
Hospital Geral	1	1	3	0	0	134	0	0	5	1	0	295	0	1	11	0	0	302	1	2	19	1	0	731
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	1	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	17
Policlínica	0	2	0	1	1	296	0	0	2	0	0	17	2	7	34	3	0	926	2	9	36	4	1	1.245
Posto de Saúde	0	0	0	4	0	355	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	4	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	19
Pronto Socorro Geral	0	0	4	0	0	190	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	30	0	0	4	0	0	222
Secretaria de Saúde	1	1	7	1	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	7	1	0	218
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	31

Tipo do Estabelecimento	Município					Esta do	Município					Esta do	Município					Esta do					
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo					
	Público					Filantrópico					Privado					Total							
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo					
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	0	1	0	0	187	0	0	0	0	56	4	5	93	6	0	2.867	4	5	94	6	0	3.111
Unidade de Vigilância em Saúde	2	1	1	1	0	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	0	384	
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	0	1	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	1	0	0	77	
Unidade Móvel Terrestre	0	1	0	0	0	77	0	0	0	0	0	1	0	0	0	16	1	1	0	0	0	93	
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	14	22	114	20	4	7.666	0	0	17	10	562	39	86	1.602	40	6	41.384	53	108	1.733	61	10	49.668

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Em conjunto, os municípios pertencentes à microrregião de Araraquara, inseridos na All, contam com 523 estabelecimentos de saúde (Quadro 181), sendo que 429 (82%) são de redes privadas. A maior concentração de unidades, tanto públicas quanto privadas, está no município de Araraquara, sendo que somente esse município possui Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), Clínica Especializada/Ambulatório Especializado, Farmácia Médica e Programa Farmácia Popular.

O município de Dobrada não possui Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde. Nota-se que nenhum município possui Hospital Especializado na rede pública e privada de atendimento, e somente Araraquara possui um na rede filantrópica.

Observa-se que Américo Brasiliense possui um Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, dois hospitais gerais e uma Unidade Mista de atendimento 24h. Motuca possui dois Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde e uma Unidade de Vigilância em Saúde. Rincão possui um Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, um posto de saúde, um pronto socorro geral e uma Unidade de Serviço de apoio a diagnose e terapia. Santa Lúcia possui um Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, um pronto socorro geral e uma Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia. O município de Dobrada, entre as unidades da rede pública de saúde, registrou apenas uma policlínica.

**Quadro 181 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Araraquara**

Tipo do Estabelecimento	Município					Esta do	Município					Esta do	Município					Esta do	Município					Esta do					
	Americo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo	Americo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo	Americo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo	Americo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo	
																													Público
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	2	0	0	0	0	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	
Centro de Atenção Psicossocial	0	1	0	0	0	0	265	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	269	
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	
Centro de Parto Normal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1	28	2	1	1	0	4.165	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.203		
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	0	7	0	0	0	0	761	0	1	0	0	0	0	119	5	61	0	0	1	0	0	5.877	5	69	0	0	1	0	6.762
Consultório Isolado	0	14	0	0	0	0	325	0	0	0	0	0	0	9	4	329	1	5	1	2	0	31.067	4	343	1	5	1	2	31.445
Cooperativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	1	0	0	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	14	0	3	0	0	0	102	
Hospital Dia	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	73	0	1	0	0	0	87	
Hospital Especializado	0	0	0	0	0	0	33	0	1	0	0	0	0	53	0	0	0	0	0	0	0	92	0	1	0	0	0	178	
Hospital Geral	2	0	0	0	0	0	134	0	1	0	0	0	0	295	0	2	0	0	0	0	0	302	2	3	0	0	0	731	
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	17	
Policlínica	0	4	0	0	0	1	296	0	1	0	0	0	0	17	0	5	0	0	0	0	0	926	0	10	0	0	0	1	1.245
Posto de Saúde	0	0	0	1	0	0	355	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	0	0	360
Pronto Socorro Especializado	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	19	
Pronto Socorro Geral	0	4	0	1	1	0	190	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	30	0	4	0	1	1	0	222
Secretaria de Saúde	0	2	0	0	0	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	218

## LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	1	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	31	
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	3	0	1	1	0	187	0	1	0	0	0	0	56	1	11	0	0	0	0	2.867	1	15	0	1	1	0	3111
Unidade de Vigilância em Saúde	0	2	1	0	0	0	384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	384	
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	1	0	0	0	0	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	1	0	0	0	77	
Unidade Móvel Terrestre	0	3	0	0	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	3	0	0	0	93	
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	4	72	3	4	3	1	7.666	0	5	0	0	0	0	562	10	41 1	1	5	2	0	41.38 4	14	48 8	4	9	5	3	49.66 8

Fonte: CNES, 2014  
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

O município de Fronteira, na microrregião de Frutal, possui, na rede pública de saúde, seis Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde, dois Consultórios Isolados e um Pronto Socorro Geral.

Na rede privada, existe uma Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado e uma Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia. Já no setor filantrópico não existe nenhum estabelecimento de saúde. Essas informações encontram-se disponíveis no Quadro 182.

**Quadro 182 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento - Microrregião de Frutal**

Tipo do Estabelecimento	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado
	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais
	Público		Filantrópico		Privado		Total	
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	33	0	0	0	0	0	33
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	0	16	0	0	0	0	0	16
Centro de Atenção Psicossocial	0	157	0	1	0	2	0	160
Centro de Apoio a Saúde da Família	0	8	0	0	0	0	0	8
Centro de Parto Normal	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	6	4.049	0	5	0	37	6	4.104
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	0	394	0	141	1	2.712	1	3251
Consultório Isolado	2	861	0	9	0	12.948	2	13.866
Cooperativa	0	0	0	0	0	50	0	50
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	0	101	0	0	0	37	0	138
Hospital Dia	0	5	0	1	0	42	0	48
Hospital Especializado	0	11	0	14	0	59	0	84
Hospital Geral	0	119	0	287	0	181	0	587
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	3	0	0	0	0	0	3
Policlínica	0	180	0	9	0	67	0	256
Posto de Saúde	0	1.132	0	0	0	2	0	1.137
Pronto Socorro Especializado	0	3	0	0	0	2	0	5
Pronto Socorro Geral	1	94	0	0	0	5	1	99
Secretaria de Saúde	0	53	0	0	0	0	0	53
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	0	23	0	1	0	2	0	26
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	0	136	0	9	1	1.946	1	2.095
Unidade de Vigilância em Saúde	0	256	0	0	0	0	0	256
Unidade Móvel Fluvial	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	0	11	0	0	0	5	0	16



Tipo do Estabelecimento	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado
	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais
	Público		Filantrópico		Privado		Total	
Unidade Móvel Terrestre	0	73	0	0	0	11	0	84
Tipo de estabelecimento não informado	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	9	7.718	0	477	2	18.108	11	26.375

Fonte: CNES, 2014

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

### 7.3.2.4.1.5 Leitos de internação

A seguir serão descritas informações referentes ao número de leitos por mil habitantes para os municípios inseridos na Área de Influência Indireta do projeto LT 500 kV Marimbondo, em suas respectivas microrregiões e para o estado de São Paulo e Minas Gerais. Salienta-se aqui que há uma limitação na análise desse indicador, uma vez que não existem padrões nacionais ou internacionais validados para análises comparativas, visto que esse indicador representa uma combinação de fatores inerentes a realidades regionais ou locais distintas. Dito de outra forma, esse indicador não pode ser analisado separadamente sem se considerar os fatores socioeconômicos de cada município e região, assim um resultado pode parecer falsamente elevado ou reduzido.

Segundo os dados da CNES, o município de Corumbataí, pertencente a microrregião de Rio Claro, não possui nenhum leito (Quadro 183).

**Quadro 183 – Leitos de internação - Microrregião de Rio Claro**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Corumbataí	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

No município de Artur Nogueira, na microrregião de Mogi Mirim, existiam 1,3 leitos de internação a cada 1.000 habitantes e nenhum atendia pelo SUS. Em Engenheiro Coelho não havia leitos de internação (Quadro 184).

**Quadro 184 – Leitos de internação - Microrregião de Mogi Mirim**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Artur Nogueira	1,3	-
	Engenheiro Coelho	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

Na microrregião de Catanduva, apenas o município de Cajobi tinha leitos de internação, 3,2 existentes a cada 1.000 habitantes e 2,6 leitos SUS, enquanto o Estado de São Paulo tinha 2,4 leitos existentes e destes 1,5 SUS. Segundo os dados da CNES, os municípios de Paraíso e Severínia não possuíam leitos (Quadro 185).

**Quadro 185 – Leitos de internação - Microrregião de Catanduva**

**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**
*Diagnóstico Ambiental*

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Paraíso	-	-
	Cajobi	3,2	2,6
	Severínia	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

No município de Analândia, na microrregião de São Carlos, não existia leitos de internação até 2010 (ano base do CNES). Em Descalvado e São Carlos, a situação é diferente, onde os municípios possuíam 1,8 e 2 leitos existentes e 0,8 e 0,9 leitos de atendimento pelo SUS, respectivamente. A média de leitos dos municípios desta microrregião está abaixo dos existentes no Estado de São Paulo que conta com 2,4 leitos existentes a cada 1.000 habitantes e 1,5 que atendem pelo SUS (Quadro 186).

**Quadro 186 – Leitos de internação - Microrregião de São Carlos**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Analândia	-	-
	Descalvado	1,8	0,8
	São Carlos	2	0,9
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

Na microrregião de São José do Rio Preto, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, apenas o município de Olímpia tem 1,9 leitos de internação a cada 1.000 habitantes e destes, 1,5 estão credenciados no SUS. Nota-se que Olímpia oferece o mesmo número de leitos do SUS por 1.000 habitantes que o estado de São Paulo. Os municípios de Altair e Icém não possuem leitos de internação (Quadro 187).

**Quadro 187 – Leitos de internação - Microrregião de São José do Rio Preto**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Altair	-	-
	Olímpia	1,9	1,5
	Icém	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES - não inclui leitos complementares, 2014

Segundo dados do CNES, a microrregião de Limeira tem em média 4,6 leitos existentes a cada 1.000 habitantes e 3,2 atendem pelo SUS. No município de Araras o número de leitos existentes chega a 9,9 e 7,2 leitos SUS. Esse município

se destaca com esse indicador, uma vez que seu resultado é significativamente superior ao estado de São Paulo. Conchal também possui resultado superior ao do estado, com 2,5 leitos existentes e 1,8 leitos de atendimento pelo Sistema Único de Saúde. O município de Santa Cruz da Conceição não possui leitos (Quadro 188).

**Quadro 188 – Leitos de internação - Microrregião de Limeira**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Leme	1,4	0,8
	Araras	9,9	7,2
	Conchal	2,5	1,8
	Santa Cruz da Conceição	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

Na microrregião de Jaboticabal, os municípios de Monte Alto, Pirangi e Taquaritinga possuem a média de leitos existentes por 1.000 habitantes acima do número existente em Estado São Paulo, que é de 2,4. Já a média de leitos SUS dos municípios da microrregião, apenas Taquaritinga e Vista Alegre do Alto possuem superioridade com relação ao estado. A maior média de leitos existentes é de Pirangi (3,8) e a de leitos do SUS, Taquaritinga registra a melhor média (2,2). O município de Santa Ernestina não tem nenhum leito, segundo o CNES base de 2010. Essas informações encontram-se disponíveis no Quadro 189.

**Quadro 189 – Leitos de internação - Microrregião de Jaboticabal**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Monte Alto	2,4	1,3
	Pirangi	3,8	0,8
	Santa Ernestina	-	-
	Taquaritinga	3,0	2,2
	Vista Alegre do Alto	1,9	1,9
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

O município Campinas, pertencente a microrregião de Campinas, é o município com maior número de leitos, (2,6) existentes e 1,4 leitos no SUS a cada 1.000 habitantes. Jaguariúna aparece com a segunda maior quantidade de leitos, sendo 1,6 existentes e 1,6 leitos SUS, condição está melhor que o estado de São Paulo. O município de Holambra não possui leitos de internação (ver Quadro 190).

**Quadro 190 – Leitos de internação - Microrregião de Campinas**

#	Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
---	--	---------------------------------

**LT 500 kV Marimondo II - Campinas e Subestações Associadas**
*Diagnóstico Ambiental*

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Jaguariúna	1,6	1,6
	Paulínia	1,2	1
	Campinas	2,6	1,4
	Cosmópolis	1,1	1
	Holambra	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

Nos municípios de Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Sobrado (microrregião de Araraquara), conforme dados apresentados no Quadro 191, até 2010, ano de referência no CNES, não havia leitos de internação. Em Américo Brasileiro todos os leitos existentes atendem pelo SUS (7,2). Este número é significativamente superior ao do estado de São Paulo que conta com 2,4 existentes e 1,5 que atendem pelo SUS. O município de Araraquara também apresenta resultado superior ao do estado, com 3 leitos existentes e 1,5 leitos do SUS por 1.000 habitantes.

**Quadro 191 – Leitos de internação - Microrregião de Araraquara**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Américo Brasileiro	7,2	7,2
	Araraquara	3	1,5
	Motuca	-	-
	Rincão	-	-
	Santa Lúcia	-	-
	Dobrada	-	-
Estado	São Paulo	2,4	1,5

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

O município de Fronteira, da microrregião de Frutal em Minas Gerais, não possui nenhum leito, segundo os registros da CNES. O estado de Minas Gerais possui média de leitos existentes de 2,2 por 1.000 habitantes, enquanto o estado de São Paulo registra média superior, de 2,4. Já a média de leitos do SUS em Minas Gerais é maior que o estado paulista, com 1,6 contra 1,5 (Quadro 192).

**Quadro 192 – Leitos de internação - Microrregião de Frutal**

#		Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
Município	Fronteira	-	-
Estado	Minas Gerais	2,2	1,6

Fonte: CNES, 2014 - não inclui leitos complementares

**7.3.2.4.1.6 Recursos humanos (vínculos) por categoria**

Corumbataí é o único município, inserido na All, analisado que pertencente à microrregião de Rio Claro. Os dados disponibilizados pela fonte (Quadro 193), demonstram que o município tem alguma similaridade com os dados do estado de

São Paulo. Destaca-se positivamente no número de Clínicos Gerais, cujo número de profissionais por mil habitantes é de 1,7, enquanto em São Paulo é de 1,2. Fisioterapeutas, Farmacêuticos e Assistentes Sociais, também apresentam números superiores aos do estado.

Negativamente destaca-se o fato do município possuir apenas um Ginecologista Obstetra, um Pediatra e nenhum anestesista, cirurgião geral e Técnicos em Enfermagem, fragilizando o atendimento de saúde do município.

**Quadro 193 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Rio Claro**

Categoria	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado
	Corumbataí	São Paulo	Corumbataí	São Paulo	Corumbataí	São Paulo	Corumbataí	São Paulo	Corumbataí	São Paulo
	Total		Atende ao SUS		Não atende ao SUS		Prof./1000 habitantes		Prof. SUS/1000 habitantes	
Médicos	15	243939	15	160.083	0	83.856	3,6	5,9	3,6	3,9
Anestesita	0	9757	0	6.587	0	3.170	0,0	0,2	0,0	0,2
Cirurgião Geral	0	15305	0	12.278	0	3.027	0,0	0,4	0,0	0,3
Clínico Geral	7	48949	7	40.407	0	8.542	1,7	1,2	1,7	1,0
Gineco Obstreta	1	25323	1	13.896	0	11.427	0,2	0,6	0,2	0,3
Médico da Família	0	3823	0	3.809	0	14	0,0	0,1	0,0	0,1
Pediatra	1	25393	1	17.792	0	7.601	0,2	0,6	0,2	0,4
Psiquiatra	0	5270	0	4.059	0	1.211	0,0	0,1	0,0	0,1
Radiologista	0	7947	0	4.307	0	3.640	0,0	0,2	0,0	0,1
Cirurgião dentista	3	34565	3	16.793	0	17.772	0,7	0,8	0,7	0,4
Enfermeiro	3	35982	3	30.961	0	5.021	0,7	0,9	0,7	0,7
Fisioterapeuta	2	12774	2	7.432	0	5.342	0,5	0,3	0,5	0,2
Fonoaudiólogo	0	5460	0	3.356	0	2.104	0,0	0,1	0,0	0,1
Nutricionista	0	3395	0	2.632	0	763	0,0	0,1	0,0	0,1
Farmacêutico	1	5728	1	4.692	0	1.036	0,2	0,1	0,2	0,1
Assistente social	1	5751	1	5.482	0	269	0,2	0,1	0,2	0,1
Psicólogo	1	11081	1	6.993	0	4.088	0,2	0,3	0,2	0,2
Auxiliar de Enfermagem	10	111415	10	95.566	0	15.849	2,4	2,7	2,4	2,3
Técnico de Enfermagem	0	35695	0	27.825	0	7.870	0,0	0,9	0,0	0,7

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Os municípios de Artur Coelho e Engenheiro Nogueira, que fazem parte da microrregião de Mogi-Mirim, inseridos na All, apresentam igualmente 3,4 médicos a cada 1.000 habitantes, porém em Artur Nogueira apenas 1,7 atendem pelo SUS, enquanto todos os médicos de Engenheiro Nogueira atendem pelo SUS (Quadro 194).

Em nenhum dos municípios existem Anestesiistas e Cirurgiões Geral. Engenheiro Coelho possui resultados semelhantes ao do estado de São Paulo ao serem analisados o número de Clínicos Gerais, Ginecologistas Obstetras, Pediatras, Fonoaudiólogos, Nutricionistas, Farmacêuticos e Assistentes Sociais por 1.000 habitantes.

Destaca-se positivamente o número de Médicos da Família e Técnicos de Enfermagem que são maiores que do estado. Porém os Cirurgiões Dentistas, Enfermeiros e Auxiliares de Enfermagem estão em números bem abaixo dos apresentados pelo estado. Em Artur Nogueira, o número de médicos que atendem pelo SUS é proporcionalmente menor que os de Engenheiro Coelho.



**Quadro 194 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Mogi Mirim**

Categoria	Município			Estado			Município			Estado			Município			Estado		
	Artur Nogueira	Engenheir o Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheir o Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheir o Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheir o Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheir o Coelho	São Paulo			
																Total		
Médicos	146	49	243939	75	48	160.083	71	1	83.856	3,4	3,4	5,9	1,7	3,4	3,9			
Anestesista	2	0	9757	0	0	6.587	2	0	3.170	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2			
Cirurgião Geral	1	0	15305	0	0	12.278	1	0	3.027	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3			
Clínico Geral	35	16	48949	26	16	40.407	9	0	8.542	0,8	1,1	1,2	0,6	1,1	1,0			
Gineco Obstreta	13	8	25323	7	7	13.896	6	1	11.427	0,3	0,6	0,6	0,2	0,5	0,3			
Médico da Família	8	3	3823	8	3	3.809	0	0	14	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1			
Pediatra	20	8	25393	8	8	17.792	12	0	7.601	0,5	0,6	0,6	0,2	0,6	0,4			
Psiquiatra	4	0	5270	3	0	4.059	1	0	1.211	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1			
Radiologista	5	1	7947	3	1	4.307	2	0	3.640	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1			
Cirurgião dentista	36	7	34565	14	4	16.793	22	3	17.772	0,8	0,5	0,8	0,3	0,3	0,4			
Enfermeiro	34	9	35982	26	9	30.961	8	0	5.021	0,8	0,6	0,9	0,6	0,6	0,7			
Fisioterapeuta	8	3	12774	5	3	7.432	3	0	5.342	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2			
Fonoaudiólogo	3	1	5460	2	1	3.356	1	0	2.104	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1			
Nutricionista	2	1	3395	1	0	2.632	1	1	763	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1			
Farmacêutico	8	1	5728	6	1	4.692	2	0	1.036	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1			
Assistente social	6	1	5751	5	1	5.482	1	0	269	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1			
Psicólogo	10	3	11081	7	2	6.993	3	1	4.088	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2			
Auxiliar de Enfermagem	29	5	111415	15	5	95.566	14	0	15.849	0,7	0,3	2,7	0,3	0,3	2,3			

Categoria	Município		Estado	Município		Estado	Município		Estado	Município		Estado	Município		Estado
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	São Paulo
Técnico de Enfermagem	37	16	35695	24	15	27.825	13	1	7.870	0,9	1,1	0,9	0,6	1,0	0,7

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Dentre os municípios que compõe a microrregião de Catanduva, observa-se que Cajobi é o município que possui o maior número de profissionais da saúde, seguido por Severínia e por último Paraíso (Quadro 195). Ao analisar a média de profissionais por mil habitantes, a razão é de 4,8 profissionais para Cajobi e apenas 1,4 para Paraíso. Desses profissionais, a maioria atende pelo Sistema Único de Saúde.

Nota-se que os municípios de Severínia e Paraíso são deficitários em relação às especialidades médicas básicas, como Anestesiista, Cirurgião Geral, Gineco Obstetra, Pediatra, Psiquiatra, entre outros. Todas essas especialidades citadas, possuem uma razão de menos de 1 profissional de saúde por mil habitantes. As únicas especialidades com mais de dois profissionais por mil habitantes estão em Cajobi, sendo Clínicos Geral e Técnicos de Enfermagem. A grande maioria desses profissionais atendem pelo SUS. Os resultados desse município estão bem abaixo da média do estado de São Paulo.

**Quadro 195 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Catanduva**

Categoria	Município				Estado				Município				Estado				Município				Estado			
	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraiso	Cajobi	Severínia	São Paulo
Médicos	8	48	28	243939	8	47	28	160.083	0	1	0	83.856	1,4	4,8	1,8	5,9	0,0	4,7	1,8	3,9				
Anestésita	0	1	0	9757	0	1	0	6.587	0	0	0	3.170	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2				
Cirurgião Geral	0	6	0	15305	0	6	0	12.278	0	0	0	3.027	0,0	0,6	0,0	0,4	1,0	0,6	0,0	0,3				
Clínico Geral	6	20	6	48949	6	20	6	40.407	0	0	0	8.542	1,0	2,0	0,4	1,2	0,2	2,0	0,4	1,0				
Gineco Obstetra	1	5	6	25323	1	5	6	13.896	0	0	0	11.427	0,2	0,5	0,4	0,6	0,0	0,5	0,4	0,3				
Médico da Família	0	2	4	3823	0	2	4	3.809	0	0	0	14	0,0	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1				
Pediatra	1	6	1	25393	1	6	1	17.792	0	0	0	7.601	0,2	0,6	0,1	0,6	0,0	0,6	0,1	0,4				
Psiquiatra	0	0	1	5270	0	0	1	4.059	0	0	0	1.211	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1				
Radiologista	0	2	2	7947	0	2	2	4.307	0	0	0	3.640	0,0	0,2	0,1	0,2	0,7	0,2	0,1	0,1				
Cirurgião dentista	6	9	10	34565	4	9	10	16.793	2	0	0	17.772	1,0	0,9	0,6	0,8	0,5	0,9	0,6	0,4				
Enfermeiro	3	6	9	35982	3	6	9	30.961	0	0	0	5.021	0,5	0,6	0,6	0,9	0,5	0,6	0,6	0,7				
Fisioterapeuta	3	6	6	12774	3	4	6	7.432	0	2	0	5.342	0,5	0,6	0,4	0,3	0,2	0,4	0,4	0,2				
Fonoaudiólogo	1	2	1	5460	1	2	1	3.356	0	0	0	2.104	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1				

Categoria	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado
	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo	Paraíso	Cajobi	Severínia	São Paulo
	Total				Atende ao SUS				Não atende ao SUS				Prof./1000 habitantes				Prof. SUS/1000 habitantes			
Nutricionista	1	0	0	3395	1	0	0	2.632	0	0	0	763	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1
Farmacêutico	2	2	3	5728	2	2	3	4.692	0	0	0	1.036	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Assistente social	1	0	2	5751	1	0	2	5.482	0	0	0	269	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1
Psicólogo	1	3	2	11081	1	2	2	6.993	0	1	0	4.088	0,2	0,3	0,1	0,3	1,6	0,2	0,1	0,2
Auxiliar de Enfermagem	9	8	9	111415	9	8	9	95.566	0	0	0	15.849	1,6	0,8	0,6	2,7	0,7	0,8	0,6	2,3
Técnico de Enfermagem	4	20	5	35695	4	20	5	27.825	0	0	0	7.870	0,7	2,0	0,3	0,9		2,0	0,3	0,7

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Os municípios que compõem a microrregião de São Carlos tem dados aproximados no que diz respeito ao número de médicos por habitantes (Quadro 196). Analândia conta com 4,6 médicos a cada 1.000 habitantes e Descalvado com 4,5. O município de São Carlos tem uma estrutura maior com 7,5 médicos e supera o Estado de São Paulo que conta com 5,9 médicos.

Considerando o contingente populacional de Analândia, este possui a menor quantidade de profissionais, não possuindo especialistas como anestesista, cirurgião geral, médico da família, psiquiatra, fonoaudiólogo, nutricionista, assistente social e psicólogo. Segundo o Ministério da Saúde, em Analândia, todos os médicos atendem pelo SUS.

Os municípios de São Carlos e Descalvado possuem a maioria dos recursos humanos da saúde atuando no setor público.

**Quadro 196 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de São Carlos**

Categoria	Município				Estado				Município				Estado				Município				Estado			
	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo				
	Total				Atende ao SUS				Não atende ao SUS				Prof./1000 habitantes				Prof. SUS/1000 habitantes							
Médicos	21	138	1662	243939	21	107	980	160.083	0	31	682	83.856	4,6	4,5	7,5	5,9	4,6	3,5	4,4	3,9				
Anestesiata	0	1	37	9757	0	1	14	6.587	0	0	23	3.170	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2				
Cirurgião Geral	0	9	100	15305	0	9	75	12.278	0	0	25	3.027	0,0	0,3	0,5	0,4	0,0	0,3	0,3	0,3				
Clínico Geral	15	59	417	48949	15	49	298	40.407	0	10	119	8.542	3,3	1,9	1,9	1,2	3,3	1,6	1,4	1,0				
Gineco Obstetra	2	19	136	25323	2	14	68	13.896	0	5	68	11.427	0,4	0,6	0,6	0,6	0,4	0,5	0,3	0,3				
Médico da Família	0	6	17	3823	0	6	17	3.809	0	0	0	14	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1				
Pediatra	1	8	158	25393	1	6	98	17.792	0	2	60	7.601	0,2	0,3	0,7	0,6	0,2	0,2	0,4	0,4				
Psiquiatra	0	2	24	5270	0	1	14	4.059	0	1	10	1.211	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1				
Radiologista	1	4	37	7947	1	3	13	4.307	0	1	24	3.640	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1				
Cirurgião dentista	6	41	176	34565	5	23	86	16.793	1	18	90	17.772	1,3	1,3	0,8	0,8	1,1	0,7	0,4	0,4				
Enfermeiro	1	20	115	35982	1	18	105	30.961	0	2	10	5.021	0,2	0,6	0,5	0,9	0,2	0,6	0,5	0,7				
Fisioterapeuta	1	17	82	12774	1	3	65	7.432	0	14	17	5.342	0,2	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2				
Fonoaudiólogo	0	6	31	5460	0	4	24	3.356	0	2	7	2.104	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1				
Nutricionista	0	3	28	3395	0	2	22	2.632	0	1	6	763	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1				
Farmacêutico	2	2	29	5728	1	2	25	4.692	1	0	4	1.036	0,4	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1				
Assistente social	0	4	17	5751	0	4	15	5.482	0	0	2	269	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1				
Psicólogo	0	17	56	11081	0	10	39	6.993	0	7	17	4.088	0,0	0,6	0,3	0,3	0,0	0,3	0,2	0,2				
Auxiliar de Enfermagem	11	33	292	111415	11	33	259	95.566	0	0	33	15.849	2,4	1,1	1,3	2,7	2,4	1,1	1,2	2,3				
Técnico de Enfermagem	0	13	147	35695	0	13	136	27.825	0	0	11	7.870	0,0	0,4	0,7	0,9	0,0	0,4	0,6	0,7				

Fonte: CNES, 2014

Categoria	Município				Estado				Município				Estado				Município				Estado				Município				Estado			
	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo	Analândia	Descalvado	São Carlos	São Paulo				
	Total				Atende ao SUS				Não atende ao SUS				Prof./1000 habitantes				Prof. SUS/1000 habitantes															

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.



De acordo com os dados sobre estrutura profissional disponibilizados para a área de saúde em 2010 pelo Ministério da Saúde, o município de Olímpia possui o maior número de recursos humanos. Olímpia possui 253 médicos, sendo 199 que atende ao SUS, 61 clínicos gerais, 68 clínicos dentistas, 27 pediatras e 99 auxiliares de enfermagem. A maioria das especialidades no município são de atendimento ao SUS.

Olímpia possui 5 médicos a cada 1000 habitantes, sendo 3,9 a média de atendimento pelo SUS, resultado igual ao estado de São Paulo. Os municípios de Altair e Icém são os únicos a não possuírem anestesista, nutricionista e assistente social. A média de profissionais médicos em Icém é maior que Altair, 3,7 contra 3,0, assim como a quantidade de profissionais que atende pelo SUS, 3,4 para 3,0.

**Quadro 197 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de São José do Rio Preto**

Categoria	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	
	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	
	Total			Atende ao SUS				Não atende ao SUS				Prof./1000 habitantes				Prof. SUS/1000 habitantes					
Médicos	10	25	3	24	243.939	10	199	22	160.083	0	54	2	83.856	3,0	5,0	3,7	5,9	3,0	3,9	3,4	3,9
Anestesista	0	3	0	9.757	0	3	0	6.587	0	0	0	3.170	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	
Cirurgião Geral	0	24	1	15.305	0	20	1	12.278	0	4	0	3.027	0,0	0,5	0,2	0,4	0,0	0,4	0,2	0,3	
Clínico Geral	2	61	8	48.949	2	55	6	40.407	0	6	2	8.542	0,6	1,2	1,2	1,2	0,6	1,1	0,9	1,0	
Gineco Obstreta	2	26	1	25.323	2	22	1	13.896	0	4	0	11.427	0,6	0,5	0,2	0,6	0,6	0,4	0,2	0,3	
Médico da Família	1	0	1	3.823	1	0	1	3.809	0	0	0	14	0,3	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,2	0,1	
Pediatra	1	27	3	25.393	1	22	3	17.792	0	5	0	7.601	0,3	0,5	0,5	0,6	0,3	0,4	0,5	0,4	
Psiquiatra	0	6	1	5.270	0	5	1	4.059	0	1	0	1.211	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	
Radiologista	1	7	2	7.947	1	3	2	4.307	0	4	0	3.640	0,3	0,1	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,1	
Cirurgião dentista	5	68	8	34.565	3	40	6	16.793	2	28	2	17.772	1,5	1,3	1,2	0,8	0,9	0,8	0,9	0,4	
Enfermeiro	4	21	2	35.982	4	21	2	30.961	0	0	0	5.021	1,2	0,4	0,3	0,9	1,2	0,4	0,3	0,7	
Fisioterapeuta	2	19	3	12.774	2	9	1	7.432	0	10	2	5.342	0,6	0,4	0,5	0,3	0,6	0,2	0,2	0,2	
Fonoaudiólogo	1	7	1	5460	1	5	1	3.356	0	2	0	2.104	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	
Nutricionista	0	11	0	3.395	0	11	0	2.632	0	0	0	763	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	
Farmacêutico	1	7	3	5.728	1	6	3	4.692	0	1	0	1.036	0,3	0,1	0,5	0,1	0,3	0,1	0,5	0,1	
Assistente social	0	13	0	5.751	0	12	0	5.482	0	1	0	269	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	
Psicólogo	1	12	1	11.081	1	8	1	6.993	0	4	0	4.088	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	

Categoria	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado	Município			Estado
	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo	Altair	Olímpia	Icém	São Paulo
	Total				Atende ao SUS				Não atende ao SUS				Prof./1000 habitantes				Prof. SUS/1000 habitantes			
Auxiliar de Enfermagem	3	99	11	111.415	3	99	11	95.566	0	0	0	15.849	0,9	2,0	1,7	2,7	0,9	2,0	1,7	2,3
Técnico de Enfermagem	0	17	1	35.695	0	17	1	27.825	0	0	0	7.870	0,0	0,3	0,2	0,9	0,0	0,3	0,2	0,7

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

De acordo com os dados da CNES (Quadro 198), o município de Araras possui a maior estrutura profissional da microrregião de Limeira, com 925 médicos, 414 auxiliares de enfermagem, 156 cirurgiões dentistas, entre outros. Leme vêm na sequência com 515 médicos e Conchal com 107. O menor número de profissionais fica com Santa Cruz da Conceição que possui apenas 10 médicos, além de ser o único município com a ausência de especialistas, como anestesista, cirurgião geral, psiquiatra, radiologista, nutricionista e assistente social.

A proporção de profissionais médicos a cada 1.000 habitantes de Araras é a maior, entre os municípios dessa microrregião, inserida na All com 8,1. Leme possui 5,8 profissionais, média abaixo do estado de São Paulo que possui 5,9. O atendimento de profissionais pelo SUS se destaca nos municípios de Araras seguido de Leme, que registraram quantidades superiores ao estado.

**Quadro 198 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Araras**

Categoria	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	São Paulo
	Total						Atende ao SUS					Não atende ao SUS					Prof./1000 habitantes					Prof. SUS/1000 hab.			
Médicos	515	925	107	10	243939	368	588	86	10	160.083	147	337	21	0	83.856	5,8	8,1	4,4	2,4	5,9	4,1	5,1	3,5	2,4	3,9
Anestesista	14	31	5	0	9757	4	14	3	0	6.587	10	17	2	0	3.170	0,2	0,3	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2
Cirurgião Geral	23	53	8	0	15305	17	42	6	0	12.278	6	11	2	0	3.027	0,3	0,5	0,3	0,0	0,4	0,2	0,4	0,2	0,0	0,3
Clínico Geral	141	130	23	3	48949	124	109	20	3	40.407	17	21	3	0	8.542	1,6	1,1	0,9	0,7	1,2	1,4	1,0	0,8	0,7	1,0
Gineco Obstreta	61	83	15	2	25323	41	50	11	2	13.896	20	33	4	0	11.427	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4	0,5	0,3
Médico da Família	9	20	5	2	3823	9	20	5	2	3.809	0	0	0	0	14	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1
Pediatra	45	78	13	2	25393	29	44	10	2	17.792	16	34	3	0	7.601	0,5	0,7	0,5	0,5	0,6	0,3	0,4	0,4	0,5	0,4
Psiquiatra	4	26	1	0	5270	4	17	1	0	4.059	0	9	0	0	1.211	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Radiologista	18	18	3	0	7947	10	7	3	0	4.307	8	11	0	0	3.640	0,2	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Cirurgião dentista	94	156	21	4	34565	66	90	14	4	16.793	28	66	7	0	17.772	1,1	1,4	0,9	1,0	0,8	0,7	0,8	0,6	1,0	0,4
Enfermeiro	55	91	16	3	35982	49	81	16	3	30.961	6	10	0	0	5.021	0,6	0,8	0,7	0,7	0,9	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Fisioterapeuta	27	57	9	1	12774	16	25	5	1	7.432	11	32	4	0	5.342	0,3	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Fonoaudiólogo	8	17	2	1	5460	6	9	2	1	3.356	2	8	0	0	2.104	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Nutricionista	8	6	8	0	3395	5	3	8	0	2.632	3	3	0	0	763	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,0	0,1
Farmacêutico	8	13	9	1	5728	7	9	6	1	4.692	1	4	3	0	1.036	0,1	0,1	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Assistente social	7	16	2	0	5751	7	14	2	0	5.482	0	2	0	0	269	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Psicólogo	11	29	10	1	11081	9	19	9	1	6.993	2	10	1	0	4.088	0,1	0,3	0,4	0,2	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,2
Auxiliar de Enfermagem	128	414	21	1	111415	126	339	20	1	95.566	2	75	1	0	15.849	1,4	3,6	0,9	0,2	2,7	1,4	3,0	0,8	0,2	2,3
Técnico de Enfermagem	81	86	30	4	35695	45	49	27	4	27.825	36	37	3	0	7.870	0,9	0,8	1,2	1,0	0,9	0,5	0,4	1,1	1,0	0,7

Fonte: CNES, 2014

O município de Monte Alto, entre os municípios inseridos na All, possui a maior quantidade de recursos humanos da microrregião de Jaboticabal, sendo em sua maioria médicos, clínicos geral, cirurgião dentista, técnicos e auxiliares de enfermagem. Taquaritinga registra o segundo melhor número de recursos seguido de Pirangi e Vista Alegre do Alto. Santa Ernestina possui a menor quantidade de médicos (12), sendo que todos atendem apenas ao SUS e apresenta ausência de anestesista, cirurgião geral, médico de família, psiquiatra, radiologista, nutricionista e assistente social.

A maior média de médicos para cada 1.000 habitantes na microrregião de Jaboticabal é de Pirangi, com 6,8. O município de Monte Alto registra média de 6,5 e, junto ao Pirangi, ambos são os únicos municípios da microrregião que ultrapassam a média do estado de São Paulo, de 5,9. A maior média para os que atendem ao SUS também é de Pirangi, com 6,4 profissionais.

Esses dados encontram-se dispostos no Quadro 199.

**Quadro 199 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Jaboticabal**

Categoria	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado						
	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo
	Total						Atende ao SUS					Não atende ao SUS					Prof/1000 habitantes					Prof SUS/1000 habitantes								
Médicos	298	74	12	265	19	243939	228	69	12	220	17	160.083	70	5	0	45	2	83.856	6,5	6,8	2,1	4,8	2,8	5,9	5,0	6,4	2,1	4,0	2,5	3,9
Anestesista	11	10	0	5	0	9757	6	10	0	5	0	6.587	5	0	0	0	0	3.170	0,2	0,9	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,9	0,0	0,1	0,0	0,2
Cirurgião Geral	17	12	0	25	2	15305	16	11	0	24	1	12.278	1	1	0	1	1	3.027	0,4	1,1	0,0	0,4	0,3	0,4	0,3	1,0	0,0	0,4	0,1	0,3
Clínico Geral	69	26	6	65	5	48949	58	26	6	60	4	40.407	11	0	0	5	1	8.542	1,5	2,4	1,1	1,2	0,7	1,2	1,3	2,4	1,1	1,1	0,6	1,0
Gineco Obstreta	29	5	1	25	1	25323	20	4	1	17	1	13.896	9	1	0	8	0	11.427	0,6	0,5	0,2	0,4	0,1	0,6	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,3
Médico da Família	5	0	0	1	1	3823	5	0	0	1	1	3.809	0	0	0	0	0	14	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Pediatra	24	9	1	23	1	25393	21	7	1	17	1	17.792	3	2	0	6	0	7.601	0,5	0,8	0,2	0,4	0,1	0,6	0,5	0,6	0,2	0,3	0,1	0,4
Psiquiatra	8	0	0	3	1	5270	7	0	0	3	1	4.059	1	0	0	0	0	1.211	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Radiologista	7	3	0	4	1	7947	4	3	0	4	1	4.307	3	0	0	0	0	3.640	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1
Cirurgião dentista	95	6	9	70	5	34565	52	6	9	30	4	16.793	43	0	0	40	1	17.772	2,1	0,6	1,6	1,3	0,7	0,8	1,1	0,6	1,6	0,5	0,6	0,4
Enfermeiro	43	7	2	31	2	35982	37	7	2	31	2	30.961	6	0	0	0	0	5.021	0,9	0,6	0,4	0,6	0,3	0,9	0,8	0,6	0,4	0,6	0,3	0,7
Fisioterapeuta	44	5	1	18	4	12774	29	3	1	10	3	7.432	15	2	0	8	1	5.342	1,0	0,5	0,2	0,3	0,6	0,3	0,6	0,3	0,2	0,2	0,4	0,2
Fonoaudiólogo	11	1	1	5	1	5460	8	1	1	3	1	3.356	3	0	0	2	0	2.104	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1

Categoria	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado							
	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	Monte Alto	Pirangi	Santa Enestirna	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	São Paulo	
	Total						Atende ao SUS					Não atende ao SUS					Prof/1000 habitantes					Prof SUS/1000 habitantes									
Nutricionista	7	1	0	3	1	3395	5	1	0	1	1	2.632	2	0	0	2	0	763	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Farmacêutico	22	1	1	19	1	5728	20	1	1	14	1	4.692	2	0	0	5	0	1.036	0,5	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1
Assistente social	13	1	0	5	0	5751	13	1	0	5	0	5.482	0	0	0	0	0	269	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Psicólogo	44	1	2	18	1	11081	29	1	2	12	1	6.993	15	0	0	6	0	4.088	1,0	0,1	0,4	0,3	0,1	0,3	0,3	0,6	0,1	0,4	0,2	0,1	0,2
Auxiliar de Enfermagem	74	16	5	95	6	111415	58	16	5	95	6	95.566	16	0	0	0	0	15.849	1,6	1,5	0,9	1,7	0,9	2,7	2,7	1,3	1,5	0,9	1,7	0,9	2,3
Técnico de Enfermagem	97	17	3	53	6	35695	84	17	3	53	5	27.825	13	0	0	0	1	7.870	2,1	1,6	0,5	1,0	0,9	0,9	0,9	1,8	1,6	0,5	1,0	0,7	0,7

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.



O município de Campinas possui a maior quantidade de recursos humanos da microrregião de Campinas, sendo em sua maioria médicos, clínicos geral, gineco obstetra, cirurgião dentista, enfermeiros, pediatras, técnicos e auxiliares de enfermagem. Holambra possui a menor quantidade de médicos e ausência de anestesista, cirurgião geral e nutricionista (Quadro 200). Jaguariúna e Paulínia não possuem médico da família. Entre os municípios dessa microrregião inseridos na All Cosmópolis é o que apresenta o menor número de médicos por 1.000 habitantes, 3,6, sendo que contabilizando apenas os que atendem pelo SUS o número é mais reduzido, 3,2 a cada 1.000 habitantes.

A quantidade de médicos a cada 1.000 habitantes em Jaguariúna, Paulínia e Campinas supera a média do estado de São Paulo, de 5,9. O mesmo resultado se aplica na análise da proporção de profissionais do SUS, que registra 3,9 no estado. O destaque da microrregião na estrutura profissional fica com Campinas, que conta com 10,7 profissionais médicos para cada 1000 habitantes, um resultado quase o dobro do estado de São Paulo.

**Quadro 200 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Campinas**

Categoria	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado						
	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo
	Total					Atende ao SUS					Não atende ao SUS					Prof/1000 habitantes					Prof SUS/1000 habitantes									
Médicos	34 5	49 5	1144 3	21 5	49	24393 9	25 0	39 2	463 3	18 9	38	16008 3	95	10 3	681 0	26	11	83856	8, 4	5, 9	10, 7	3, 6	4, 8	5,9	6, 1	4, 6	4, 4	3, 2	3, 7	3,9
Anestesita	14	16	380	3	0	9757	12	15	157	3	0	6587	2	1	223	0	0	3170	0, 3	0, 2	0,4	0, 1	0, 0	0,2	0, 3	0, 2	0, 1	0, 1	0, 0	0,2
Cirurgião Geral	25	32	533	9	0	15305	20	28	178	9	0	12278	5	4	355	0	0	3027	0, 6	0, 4	0,5	0, 2	0, 0	0,4	0, 5	0, 3	0, 2	0, 2	0, 0	0,3
Clínico Geral	70	10 5	1613	31	9	48949	55	93	121 7	31	7	40407	15	12	396	0	2	8542	1, 7	1, 2	1,5	0, 5	0, 9	1,2	1, 3	1, 1	1, 1	0, 5	0, 7	1,0
Gineco Obstreta	42	62	1437	24	7	25323	32	49	306	20	5	13896	10	13	113 1	4	2	11427	1, 0	0, 7	1,3	0, 4	0, 7	0,6	0, 8	0, 6	0, 3	0, 3	0, 5	0,3
Médico da Família	0	0	137	4	3	3823	0	0	136	4	3	3809	0	0	1	0	0	14	0, 0	0, 0	0,1	0, 1	0, 3	0,1	0, 0	0, 0	0, 1	0, 1	0, 3	0,1
Pediatra	47	76	1133	33	10	25393	38	67	566	29	8	17792	9	9	567	4	2	7601	1, 1	0, 9	1,1	0, 6	1, 0	0,6	0, 9	0, 8	0, 5	0, 5	0, 8	0,4
Psiquiatra	5	8	296	4	1	5270	4	7	145	4	1	4059	1	1	151	0	0	1211	0, 1	0, 1	0,3	0, 1	0, 1	0,1	0, 1	0, 1	0, 1	0, 1	0, 1	0,1
Radiologista	18	14	378	7	1	7947	16	9	140	7	1	4307	2	5	238	0	0	3640	0, 4	0, 2	0,4	0, 1	0, 1	0,2	0, 4	0, 1	0, 1	0, 1	0, 1	0,1
Cirurgião dentista	36	14 9	1381	65	10	34565	18	64	480	48	8	16793	18	85	901	17	2	17772	0, 9	1, 8	1,3	1, 1	1, 0	0,8	0, 4	0, 8	0, 5	0, 8	0, 8	0,4
Enfermeiro	35	58	1854	24	7	35982	35	55	142 2	24	6	30961	0	3	432	0	1	5021	0, 9	0, 7	1,7	0, 4	0, 7	0,9	0, 9	0, 7	1, 3	0, 4	0, 6	0,7
Fisioterapeuta	28	31	379	13	6	12774	17	21	197	9	2	7432	11	10	182	4	4	5342	0, 7	0, 4	0,4	0, 2	0, 6	0,3	0, 4	0, 2	0, 2	0, 2	0, 2	0,2
Fonoaudiólogo	5	12	197	6	1	5460	1	9	104	6	1	3356	4	3	93	0	0	2104	0,	0,	0,2	0,	0,	0,1	0,	0,	0,	0,	0,	0,1

Categoria	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado	Município					Estado							
	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis	Holambra		São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas	Cosmópolis		Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea	Campinas		Cosmópolis	Holambra	São Paulo	Jaguariúna	Paulínea		Campinas	Cosmópolis	Holambra	São Paulo			
	Total					Atende ao SUS					Não atende ao SUS					Prof/1000 habitantes					Prof SUS/1000 habitantes										
go																					1	1		1	1		0	1	1	1	1
Nutricionista	4	5	126	1	0	3395	3	4	84	1	0	2632	1	1	42	0	0	763	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0		
Farmacêutico	7	14	215	8	1	5728	2	14	156	7	1	4692	5	0	59	1	0	1036	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1		
Assistente social	4	24	191	8	1	5751	4	24	168	8	1	5482	0	0	23	0	0	269	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1		
Psicólogo	10	32	429	9	2	11081	4	21	262	9	2	6993	6	11	167	0	0	4088	0,2	0,4	0,4	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2		
Auxiliar de Enfermagem	49	232	2926	57	5	111415	49	231	2329	57	4	95566	0	1	597	0	1	15849	1,2	2,7	2,7	1,0	0,5	2,7	1,2	2,7	2,2	1,0	0,4		
Técnico de Enfermagem	110	70	3902	25	3	35695	109	66	2036	25	3	27825	1	4	1866	0	0	7870	2,7	0,8	3,7	0,4	0,3	0,9	2,7	0,8	1,9	0,4	0,3		

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Na microrregião de Araraquara, entre os municípios inseridos na All, o município com maior número de profissionais é Araraquara, seguido de Américo Brasiliense (Quadro 201). A maioria dos especialistas de Araraquara não atendem pelo SUS, enquanto os profissionais de Américo Brasiliense em sua maioria atendem pelo SUS. Motuca e Dobrado registraram a menor quantidade de recursos humanos. Anestesiista, cirurgião geral, psiquiatra, radiologista, nutricionista e assistente social são as especialidades profissionais deficientes nos dois municípios.

A média de profissionais a cada 1.000 habitantes de Araraquara, de 9,5, é a única, entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, que ultrapassa a média do estado de São Paulo. Américo Brasiliense registrou a maior quantidade de profissionais do SUS entre os municípios da microrregião de Araraquara, inseridos na All.

Nota-se que o município de Rincão possui deficiência de relevantes profissionais da área de saúde, como fonoaudiólogos, nutricionistas, assistentes sociais e psicólogos. Da mesma maneira em Santa Lúcia há ausência de médicos da família, farmacêuticos, psicólogos e nutricionistas, entre outros profissionais da área da saúde.

**Quadro 201 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Araraquara**

Categoria	Município							UF	Município							UF	Município							UF	Município							UF							
	Américo Brasileiro	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo		Américo Brasileiro	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo		Américo Brasileiro	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo		Américo Brasileiro	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo		Américo Brasileiro	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada	São Paulo
	Total								Atende ao SUS								Não atende ao SUS								Prof./1000 habitantes								Prof. SUS/1000 habitantes						
Médicos	158	1906	12	18	13	11	243939	154	738	12	16	13	11	160.083	4	1.168	0	2	0	0	83.856	4,8	9,5	2,6	1,7	1,6	1,3	5,9	4,6	3,7	2,6	1,5	1,6	1,3	3,9				
Anestesita	7	79	0	0	0	0	9757	7	33	0	0	0	0	6.587	0	46	0	0	0	0	3.170	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2				
Cirurgião Geral	11	64	0	0	0	0	15305	11	37	0	0	0	0	12.278	0	27	0	0	0	0	3.027	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3				
Clínico Geral	44	281	7	8	4	4	48949	44	153	7	6	4	4	40.407	0	128	0	2	0	0	8.542	1,3	1,4	1,5	0,7	0,5	0,5	1,2	1,3	0,8	1,5	0,6	0,5	0,5	1,0				
Gineco Obstreta	13	212	1	2	2	2	25323	13	83	1	2	2	2	13.896	0	129	0	0	0	0	11.427	0,4	1,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,6	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3				
Médico da Família	0	18	3	1	0	0	3823	0	18	3	1	0	0	3.809	0	0	0	0	0	0	14	0,0	0,1	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1				
Pediatra	10	165	1	3	2	3	25393	8	65	1	3	2	3	17.792	2	100	0	0	0	0	7.601	0,3	0,8	0,2	0,3	0,2	0,4	0,6	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,4				
Psiquiatra	1	33	0	0	0	0	5270	1	17	0	0	0	0	4.059	0	16	0	0	0	0	1.211	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1				
Radiologista	6	49	0	0	0	0	7947	6	26	0	0	0	0	4.307	0	23	0	0	0	0	3.640	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1				
Cirurgião dentista	11	454	4	7	4	6	34565	9	296	4	5	3	5	16.793	2	158	0	2	1	1	17.772	0,3	2,3	0,9	0,6	0,5	0,7	0,8	0,3	1,5	0,9	0,5	0,4	0,6	0,4				
Enfermeiro	39	176	3	3	4	4	35982	39	123	3	3	4	4	30.961	0	53	0	0	0	0	5.021	1,2	0,9	0,6	0,3	0,5	0,5	0,9	1,2	0,6	0,6	0,3	0,5	0,5	0,7				
Fisioterapeuta	7	117	1	3	3	2	12774	5	45	1	1	2	1	7.432	2	72	0	2	1	1	5.342	0,2	0,6	0,2	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2				
Fonoaudiólogo	4	46	1	0	1	0	5460	3	27	1	0	1	0	3.356	1	19	0	0	0	0	2.104	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1				
Nutricionista	5	18	0	0	0	0	3395	5	3	0	0	0	0	2.632	0	15	0	0	0	0	763	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1				
Farmacêutico	12	69	1	1	0	1	5728	9	49	1	1	0	1	4.692	3	20	0	0	0	0	1.036	0,4	0,3	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1				
Assistente social	4	35	0	0	2	0	5751	4	31	0	0	2	0	5.482	0	4	0	0	0	0	269	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1				
Psicólogo	6	76	1	0	0	1	11081	6	41	1	0	0	1	6.993	0	35	0	0	0	0	4.088	0,2	0,4	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2				
Auxiliar de Enfermagem	113	625	6	13	18	9	111415	113	387	6	13	18	9	95.566	0	238	0	0	0	0	15.849	3,4	3,1	1,3	1,2	2,2	1,1	2,7	3,4	1,9	1,3	1,2	2,2	1,1	2,3				
Técnico de Enfermagem	113	488	2	6	1	1	35695	113	258	2	6	1	1	27.825	0	230	0	0	0	0	7.870	3,4	2,4	0,4	0,6	0,1	0,1	0,9	3,4	1,3	0,4	0,6	0,1	0,1	0,7				

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Fronteira, único município analisado pertencente ao estado de Minas Gerais, apresenta dados referentes ao número de profissionais de saúde, bem abaixo dos números do estado. Enquanto Minas Gerais apresenta 5,4 médicos por mil habitantes, Fronteira apresenta apenas 1,1. O mesmo acontece com os Clínicos Gerais, que a proporção é de 1,2 médicos por mil habitantes em Minas Gerais e no município é de 0,4 e os Pediatras, 0,5 no estado e 0,1 no município.

Dos cinco Fisioterapeutas que atendem no município, apenas dois não atendem no SUS. Todos os demais profissionais atendem no Sistema Único de Saúde. Entretanto nota-se nesse município a ausência de anestesistas, cirurgião geral e radiologistas. Essas informações podem ser observadas no Quadro 202.

**Quadro 202 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas - Microrregião de Frutal**

Categoria	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado	Município	Estado
	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais	Fronteira	Minas Gerais
	Total		Atende ao SUS		Não atende ao SUS		Prof./1000 habitantes		Prof. SUS/1000 habitantes	
Médicos	17	108621	17	77.657	0	30.964	1,1	5,4	1,1	3,9
Anestesita	0	4561	0	3.486	0	1.075	0,0	0,2	0,0	0,2
Cirurgião Geral	0	8143	0	6.621	0	1.522	0,0	0,4	0,0	0,3
Clínico Geral	6	23656	6	19.899	0	3.757	0,4	1,2	0,4	1,0
Gineco Obstreta	2	10300	2	6.475	0	3.825	0,1	0,5	0,1	0,3
Médico da Família	3	4654	3	4.646	0	8	0,2	0,2	0,2	0,2
Pediatra	2	9518	2	6.755	0	2.763	0,1	0,5	0,1	0,3
Psiquiatra	1	2057	1	1.528	0	529	0,1	0,1	0,1	0,1
Radiologista	0	3201	0	1.843	0	1.358	0,0	0,2	0,0	0,1
Cirurgião dentista	9	17550	9	9.647	0	7.903	0,6	0,9	0,6	0,5
Enfermeiro	5	14027	5	13.179	0	848	0,3	0,7	0,3	0,7
Fisioterapeuta	5	7288	3	4.499	2	2.789	0,3	0,4	0,2	0,2
Fonoaudiólogo	1	2447	1	1.636	0	811	0,1	0,1	0,1	0,1
Nutricionista	1	1892	1	1.445	0	447	0,1	0,1	0,1	0,1
Farmacêutico	1	5749	1	4.432	0	1.317	0,1	0,3	0,1	0,2
Assistente social	1	2257	1	2.183	0	74	0,1	0,1	0,1	0,1
Psicólogo	1	5189	1	3.912	0	1.277	0,1	0,3	0,1	0,2
Auxiliar de Enfermagem	20	30044	20	27.244	0	2.800	1,3	1,5	1,3	1,4
Técnico de Enfermagem	8	24372	8	21.713	0	2.659	0,5	1,2	0,5	1,1

Fonte: CNES, 2014

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

### **7.3.2.4.1.7 Análise de percepção segundo os gestores municipais (Saúde)**

Com a intenção de apresentar uma análise global e caracterizar a situação da saúde nos municípios da área de influência da futura LT 500kV Marimbondo II - Campinas, entrevistou-se gestores municipais com atuação direta na área da saúde. As entrevistas foram destinadas aos(as) secretários(as) de saúde, e em sua ausência ou indisponibilidade, por alguém da secretaria atribuído por este.

Ao escutar os gestores, buscou-se identificar os arcabouços referentes à infraestrutura da saúde nas áreas de influência do empreendimento, seja indireto ou direto. Dessa forma, foram entrevistados 20 representantes das Secretarias Municipais de Saúde, 1 (um) Unidade Básica de Saúde (UBS), 2 (dois) Departamentos Municipais de Saúde, e o Serviço Especial de Saúde de Araraquara. Nos demais municípios em que não houve entrevista desse segmento deveu-se à limitação de agenda dos gestores e pesquisadores. Para uma caracterização efetiva, a análise que segue estratifica os municípios por faixas de população com a finalidade de apresentar, de modo detalhado, os predicados das estruturas de saúde municipais.

Cerca de 46% dos municípios interceptados pela LT, que tiveram um gestor de saúde entrevistado, possuem uma população de até 10 mil habitantes. De acordo com as estimativas do grau de abrangência dos serviços de saúde fornecidos pelos entrevistados, a infraestrutura de saúde é satisfatória nestes municípios para atender a demandas dos cidadãos de casos de baixa complexidade. Em casos de média e alta complexidade do quadro de saúde do paciente ou necessidade de consultas com médicos especialistas, nos municípios de Vista Alegre do Alto, Altair, Icém, Santa Ernestina, Paraíso, Dobrada, Motuca, Santa Lúcia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição e Analândia, estes são transferidos para municípios como São José do Rio Preto e Catanduva.

Perguntou-se aos gestores quais as principais doenças endêmicas do município em 2014, e entre os municípios da faixa de população aqui analisados, 63,60% citaram casos de dengue, sendo os municípios em situações mais críticas: Santa Cruz da Conceição, que registrou 12 casos, e Paraíso, 10 casos. A média de casos de dengue para os demais municípios foi de 3 (três) diagnósticos até junho de 2014.

Em relação à Leishmaniose, Vista Alegre do Alto e Paraíso registraram 1 (um) caso. Já a tuberculose, houve o registro de um caso em Santa Ernestina e em Corumbataí, e dois casos nos municípios de Vista Alegre do Alto e Santa Lúcia. Registrou-se 1 (um) caso de



doenças de chagas em Motuca. Ressalta-se que os dados aqui apresentados são referentes às informações fornecidas pelos gestores durante a entrevista.

Na sequência, os pesquisadores perguntaram sobre as principais doenças endêmicas na área de instalação da LT 500kV Marimbondo II. Os gestores de Santa Lúcia e Santa Cruz da Conceição disseram ter registrado um caso de dengue na AID, e em Corumbataí, 6 (seis) casos foram registrados na localidade. Em Icém, na área do entorno da LT foi diagnosticado 1 (um) caso de Hanseníase. E por fim, em Paraíso e Analândia, foram registrados casos de doenças de animais, raiva e acidente com animais peçonhentos.

Geralmente os municípios possuem programas e ações para intervirem de forma preventiva e acompanharem a saúde de sua população. Em entrevista, perguntou-se aos gestores quais são os programas e projetos de saúde de iniciativa local, estadual e federal implantadas no município. Apresenta-se na sequência as ações e projetos desenvolvidos pelos municípios de até 10 mil habitantes.

Em Altair há diversos projetos sendo executados, como: o projeto ESF (Estratégia da Saúde da Família), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), PSE (Programa de saúde na Escola) e por fim, é disponibilizado à população a academia da saúde. Em Analândia, é oferecia às mulheres grávidas o acompanhamento do Pré Natal, e há os programas de Saúde da Criança e Saúde da Mulher. A Secretaria Municipal de Saúde ainda faz campanhas de vigilância sanitária e campanhas de combate às epidemias. Em Corumbataí, o município possui o projeto Saúde na Escola e consolidou o Plano Municipal de Saúde, em que apresentam uma série de ações de prevenção e combate às doenças. Em Dobrada há o Programa de Saúde na Escola, Estratégia de Saúde da Família e o Programa de agentes comunitários de Saúde (PACS).

Em Icém é desenvolvido o Programa de Saúde da Família e o programa de atenção básica. Em Motuca está em execução o Programa de Educação pelo Trabalho (PET Saúde) e o ESF (Estratégia da Saúde da Família). Em Paraíso, há o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em Santa Cruz da Conceição há diversos programas e projetos em desenvolvimento como o PSF, Mais Médicos, Atendimento domiciliar, Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAC), Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Quais Mais e Saúde Bucal. Em Santa Ernestina também está implantado o PACS. Em Santa Lúcia, é desenvolvido o ESF. E em Vista Alegre do Alto há o programa de hipertensão, diabetes, saúde da criança e da mulher e também o ESF.



**Figura 85 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de até 10 mil habitantes**  
Fonte: Instituto Metodológico

Os municípios enquadrados na faixa de população de 10 mil e um a 20 mil habitantes correspondem a 16,7% do total de municípios com gestores entrevistados na área da saúde. De acordo com a avaliação realizada pelos gestores, a abrangência dos serviços de saúde implantados nos municípios são adequados e suficientes para atender as demandas básicas dos cidadãos. Em casos de urgências, emergências, consultas especializadas e cirurgias complexas, os municípios receptores dessas demandas são Olímpia, Catanduva, São José do Rio Preto e Barretos.

As principais doenças endêmicas registradas nesses municípios são dengue e tuberculose. Em Cajobi são registrados cerca de 100 casos de dengue por ano; até junho de 2014, Fronteira registrou 49 pacientes com suspeitas da doença, Pirangi, 12 casos, Severínia, apenas 3 (três) casos foram confirmados. Segundo os entrevistados, estes municípios possuem ações de combates à dengue, os quais atuam sobre a eliminação dos focos do mosquito.

Quanto á ocorrência de tuberculose, a taxa de casos registrados tem sido baixa, sendo a média de 2 (dois) casos em cada município, com exceção de Pirangi, que não teve

nenhuma ocorrência em 2014. Durante a entrevista também foi solicitado aos gestores que especificassem as principais doenças endêmicas registradas no entorno da área de instalação da linha de transmissão. Somente em Fronteira o entrevistado destacou um caso de Leishmaniose, nos demais municípios, os gestores não identificaram nenhum tipo de ocorrência que chamasse atenção e se destacasse.

Quanto aos planos e programas referentes à saúde desenvolvidos nos municípios, Fronteira possui três PSF's (Programa de Saúde da Família) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em Cajobi há o ESF (Estratégia da Saúde da Família) e academia de saúde disponibilizada à população. Em Pirangi, tem-se PSF e agentes comunitários. Em Severínia, há o projeto municipal "Vida Saudável", o programa de prevenção de acidentes de trânsito, projeto "Um caso por mim", o qual presta assistência psicológica às vítimas de violência, e o programa ESF (Estratégia da Saúde da Família).



**Figura 86 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Apenas Américo Brasiliense e Descalvado possuem sua população entre 30 mil a 40 mil habitantes. De acordo com os gestores entrevistados, a infraestrutura de saúde municipal de atendimento básico possui abrangência de atendimento suficiente para atender as

demandas dos cidadãos. Em situações que necessitem de atendimento de alta e média complexidade ou de especialistas, estes procuram atendimento em outros municípios que possuem equipamentos adequados, como São Carlos e São José do Rio Preto.

Sobre as doenças endêmicas sobressalentes, destacam-se os surtos de dengue vivenciados pelos dois municípios e casos de tuberculose. Até junho de 2014, segundo as informações fornecidas durante a entrevista, Américo Brasiliense teve 31 casos de dengue e 6 (seis) casos de tuberculose, já Descalvado registrou 64 pacientes com dengue e 1 (um) caso de tuberculose. Perguntados sobre as principais doenças ocorridas na área de instalação da LT 500kV Marimbondo II, o gestor de Descalvado revelou que houve 1 caso de Leptospirose na localidade, e que a prefeitura desenvolve ações de vigilância Epidemiológica.

Os principais projetos implantados no município de Descalvado são ESF, PSF, PMAC, NASF. E em Américo Brasiliense os programas e projetos em desenvolvimento são: UBS, ACS, PACS, ESF.



**Figura 87 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Com mais de 40 mil até 50 mil habitantes, há somente o município de Monte Alto. De acordo com o entrevistado, Monte Alto possui uma infraestrutura de saúde que atende

em parte suas demandas atuais. O atendimento é concentrado a casos de baixa e média complexidade. Quando há necessidade de atendimento especializado, urgência ou alta complexidade, os pacientes tem como referência o município de Ribeirão Preto para estes procedimentos.

Como doenças endêmicas características no município, no ano de 2014 registrou-se 8 (oito) casos de dengue e 10 casos de tuberculose. Na área de instalação da LT o gestor disse não possuir conhecimento sobre casos específicos. Para prevenir as doenças o município realiza ações de contra zoonoses, visitas e protocolo de combate a vetores. Quanto a políticas públicas mais estruturadas, Monte Alto conta com o Programa Saúde da Mulher, Programa de Distribuição de Leite Materno, Saúde do Homem, PSF, Projeto Viva Vida (DST – AIDs) e também, há a iniciativa de um canil para acolhimento dos animais de rua.



**Figura 88 – Principais características da situação da Saúde nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Por fim, os municípios com população de mais de 50 mil habitantes equivalem a 25% do universo de gestores entrevistados. De acordo com a avaliação dos respondentes, a estrutura de saúde desses municípios é suficiente para atender as demandas de baixa,

média e alta complexidade referente à saúde dos cidadãos. Porém, ainda assim, em casos de necessidades de especialidades e cirurgias específicas, os cidadãos utilizam da estrutura existente em outros municípios polarizadores da região.

As doenças endêmicas que mais atingem à população são a dengue e a tuberculose. Segundo o gestor de Araras, o município sofreu no ano de 2013 1.301 casos de dengue. Araraquara registrou 297 casos da doença, São Carlos teve 201. Em 2014, Cosmópolis já registrou 11 casos, Leme obteve 22 pacientes contaminados e Olímpia, 20. Todos os municípios disseram que possuem ações de combate à dengue, como mutirões, nebulização e visita de agentes de saúde. Quatro desses municípios também registraram casos de tuberculose. Em São Carlos foram 25, em Araraquara registraram 18, em Leme 15 e em Olímpia 7. Os gestores não identificaram nenhum padrão diferenciado na proliferação de doenças na área da AID.

Além das campanhas e mutirões contra a dengue, os municípios possuem programas e projetos de atendimento a saúde. Em Araraquara há o ESF, UBS, Especialidades Médicas. Em Araras o gestor citou o PSF, Saúde na Escola, Rege Cegonha, SAMU e UPA. Em Cosmópolis, os projetos são: ESF, PROVAB, PSE, Sorria. Em Leme as seguintes ações são adotadas: PMAC, Melhor em Casa, Olhar Brasil. Em Olímpia, registrou-se o maior número de projetos citados: PSF, PSE, SINAN, SINASC, SIM, SISAGUA, SISAIIDES, SISCOLA, entre outros. E em São Carlos há o ESF, NASP, PROVAB, Mais Médicos.



**Figura 89 – Principais características da situação da Saúde nos municípios mais de 50 mil habitantes**

Após entrevista com os gestores sobre as estruturas de saúde municipais, os entrevistados aprofundaram na temática da instalação do empreendimento da LT 500kV Marimbondo II - Campinas. Apenas dois gestores possuíam algum conhecimento sobre a passagem da LT em seu município. O restante, que soma 91,7% tiveram acesso às informações pela primeira vez por meio da visita dos entrevistadores do meio socioeconômico. Apesar de não terem um conhecimento amplo sobre o empreendimento, 61% dos gestores o avaliaram de forma positiva, 12,5% dizendo que o percebe como muito importante e 45,8% argumentando ser importante. Foram 8,3% dos gestores de saúde que avaliaram o projeto como pouco importante. Preferiram não avaliar 33,4% dos entrevistados, argumentando que não possuem informações suficientes para formarem uma opinião embasada.

Os pesquisadores pediram aos gestores que relatassem, de acordo com suas opiniões, quais eram os impactos positivos e negativos que o empreendimento poderia gerar. Os principais argumentos foram de que traria maior desenvolvimento para a região e para o Estado de São Paulo; geraria empregos, fomento do comércio e aumento da concorrência com a CPFL.

Os impactos negativos levantados pelos gestores giraram em torno da temática da possibilidade de gerar impactos ambientais e trazer prejuízos para os proprietários devido a restrição de uso do solo. De forma minoritária, um gestor apontou o risco de vir trabalhadores de outras regiões e trazerem doenças externas não presentes no município.

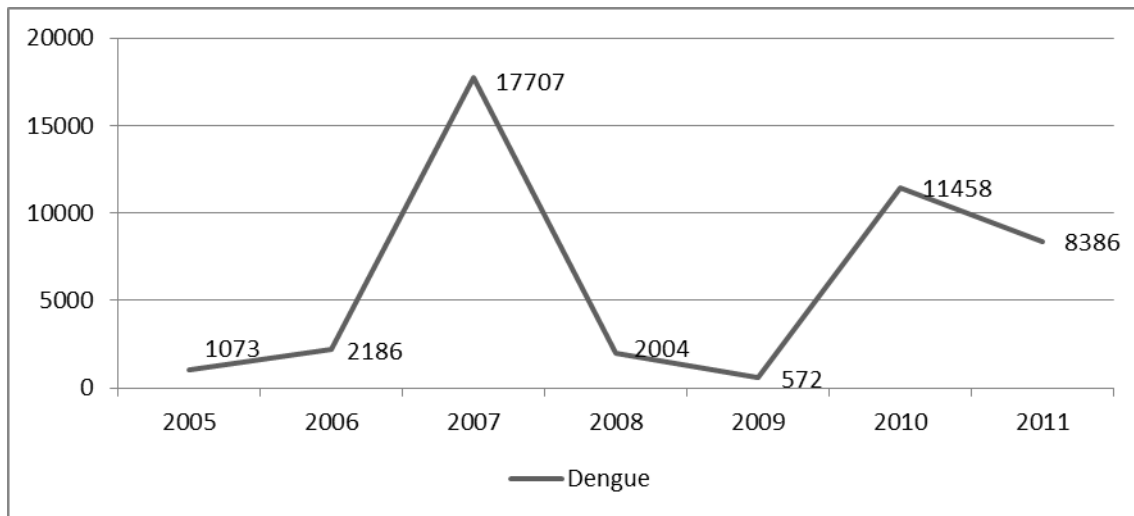
Por fim, os entrevistados tiveram um espaço final para apontar suas questões e dúvidas que gostariam que fossem repassadas ao empreendedor. Os gestores solicitaram mais informações, querem saber onde a LT 500kV Marimbondo II - Campinas irá abastecer, quais os impactos ambientais que desencadeará, como será o licenciamento ambiental, se haverá uma política de saúde e segurança do trabalho e como a população será informada sobre o empreendimento.

#### **7.3.2.4.1.8 Análise integrada dos aspectos da saúde na All**

Os temas relacionados à saúde foram apresentados enquadrando os municípios por suas microrregiões. Na sequência, apresentou-se os dados primários da percepção e avaliação dos gestores municipais de saúde sobre as estrutura e contextos locais. Neste tópico, apresentar-se-á os dados de saúde em uma perspectiva comparada levando considerando o conjuntos dos 33 municípios da All.

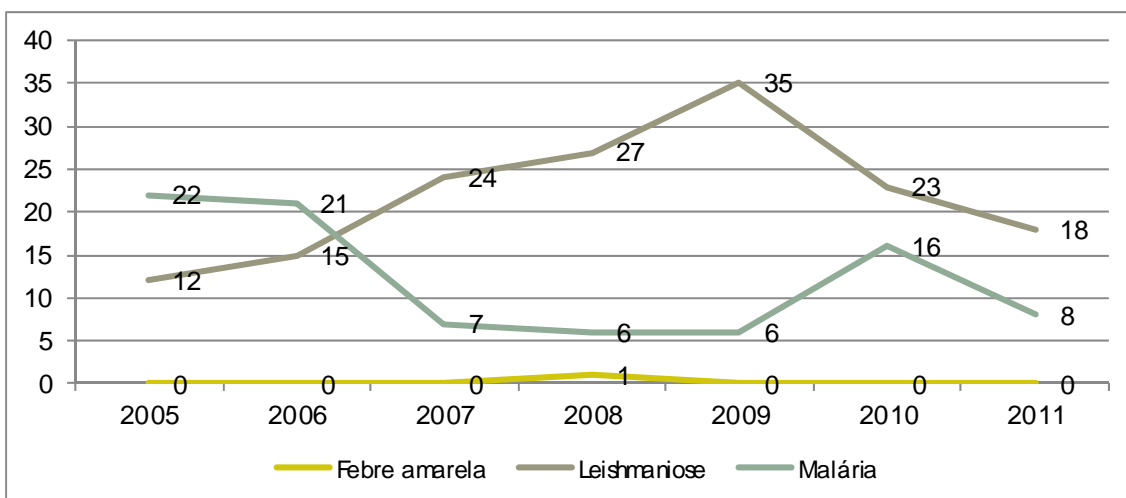
De acordo com o gráfico apresentado na Figura 90, que apresenta a série histórica de casos de dengue nos municípios da All, observa-se que houveram duas epidemias da doença entre 2005 e 2011, a primeira no ano de 2007, em que os casos cresceram 710% em relação ao ano anterior, indo de 2.186 para 17.705. Neste ano, os municípios que apresentaram maior taxas de incidência foram: Campinas (14.965 casos de dengue), Olímpia (485 casos de dengue), Araras (435 de dengue), Araraquara (360 casos de dengue), Paulínia (291 casos de dengue) e Engenheiro Coelho (227 casos de dengue). Em 2010 o surto teve menos expressividade do que em 2007, porém, registrou-se um aumento significativo de 572 casos em 2009 para 11.458 em 2010. Ou seja, cerca de 20 vezes mais registros de casos de dengue. Os municípios que fazem parte da All que lideraram as ocorrências foram: Campinas (2.771), Taquaritinga (1.935), Araraquara (1.342), Leme(1.300) e Rincão (658).





**Figura 90 – Série histórica de casos de dengue nos municípios da All**  
Fonte: CNES, 2014

Em relação às outras doenças transmitidas por mosquitos, a febre amarela não possui destaques de ocorrência na região da All. Considerando a série histórica de 2005 a 2011, registrou-se apenas 1 caso no município de São Carlos em 2008, como pode ser observado na Figura 91. Os casos de malária em 2005 e 2006 eram de 22 e 21 respectivamente, após este período houve redução dos registros da doença, ficando em torno de 6 casos, no entanto, em 2010 foram registrados 16 e em 2011 a redução para a metade dos casos, 8. Após a dengue, a leishmaniose é a doença transmitida por mosquito de maior expressividade entre os 33 municípios. Em 2005 foram registrados 12 casos, e desde então, a curva do registro da doença se mostrou ascendente, tendo seu auge em 2009 com 35 casos. Neste ano, destacaram-se os municípios de Campinas (11), Holambra (4), Araraquara (4), Artur Nogueira (3), Leme (3) e Cosmópolis (3).



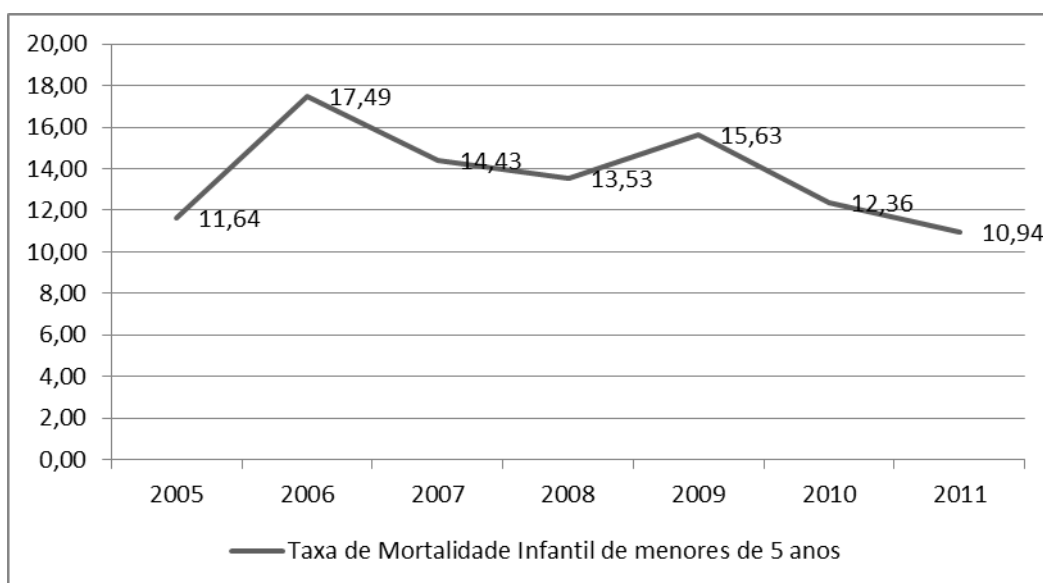
**Figura 91 – Série histórica de casos de febre amarela, leishmaniose e malária nos municípios da**

**All**

Fonte: CNES, 2014

No que tange a análise do número de cidadãos com o vírus da AIDS nos municípios da AID, um fenômeno analítico interessante se sobressalta. Em 2005, nos 33 municípios haviam 513 casos da doença e em 2011 havia o registro de 521. Ao longo da série histórica há uma constância no número de infectados, não sendo registrados incidências elevadas de transmissão do HIV. Em todos os municípios há uma certa constância histórica neste indicador, em alguns municípios observa-se até uma ligeira queda do número, o que pode sinalizar uma eficiência das políticas públicas de combate e prevenção da AIDS nestas localidades, a qual inibe a proliferação exponencial da doença. Os municípios com maior número de casos são: Campinas (299), Araraquara (54) e São Carlos (43).

A taxa de mortalidade é um indicador demográfico que calcula o número de mortes registradas, em média por mil habitantes, numa dada região e num dado período de tempo. A Figura 92 apresenta a série histórica de mortalidade infantil para criança de até 5 anos. De 2005 a 2011 a taxa de mortalidade variou entre cerca de 10 e 18 nos municípios da All. No ano de 2006 ocorreu o maior número de óbitos registrados nesta faixa etária, a cada mil nascidos vivos, 17,49 crianças morriam. O menor índice foi em 2011, quando a taxa de mortalidade reduziu para 10,94. Em 2011 não houve registro de mortalidade de crianças de até 5 anos nos municípios: Corumbataí, Cajobi, Analândia, Altair, Santa Cruz da Conceição, Vista Alegre do Alto e Motuca. Os municípios com taxas mais altas foram: Dobrada (32,3), Icém (31,9), Holambra (19,9), Engenheiro Coelho (19,8) e Paraíso (18,5).



**Figura 92 – Série histórica da taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos nos municípios da All**

Fonte: CNES, 2014

Em relação aos recursos humanos de saúde, observa-se na Figura 93 que os profissionais mais numerosos são os médicos. São cerca de 4 para mil habitantes. Em seguida, destacam-se os técnicos de enfermagem e enfermeiros. a All possui 1,51 técnicos e 1,22 enfermeiros para cada mil habitantes. Os municípios com mais médicos são: Campinas (10,7 para cada mil habitantes), Araraquara (9,5 para cada mil habitantes), Jaguariúna (8,4 para cada mil habitantes), Araras (8,1 para cada mil habitantes), São Carlos (7,5 para cada mil habitantes). Os municípios com menores taxas de médicos por mil habitantes são: Rincão (1,7), Santa Lúcia (1,6), Dobrada (1,3), e Fronteira (1,1). Os profissionais da saúde mais raros são os nutricionistas e os psiquiatras, para cada mil habitantes há apenas 0,07 de cada um deles na All.

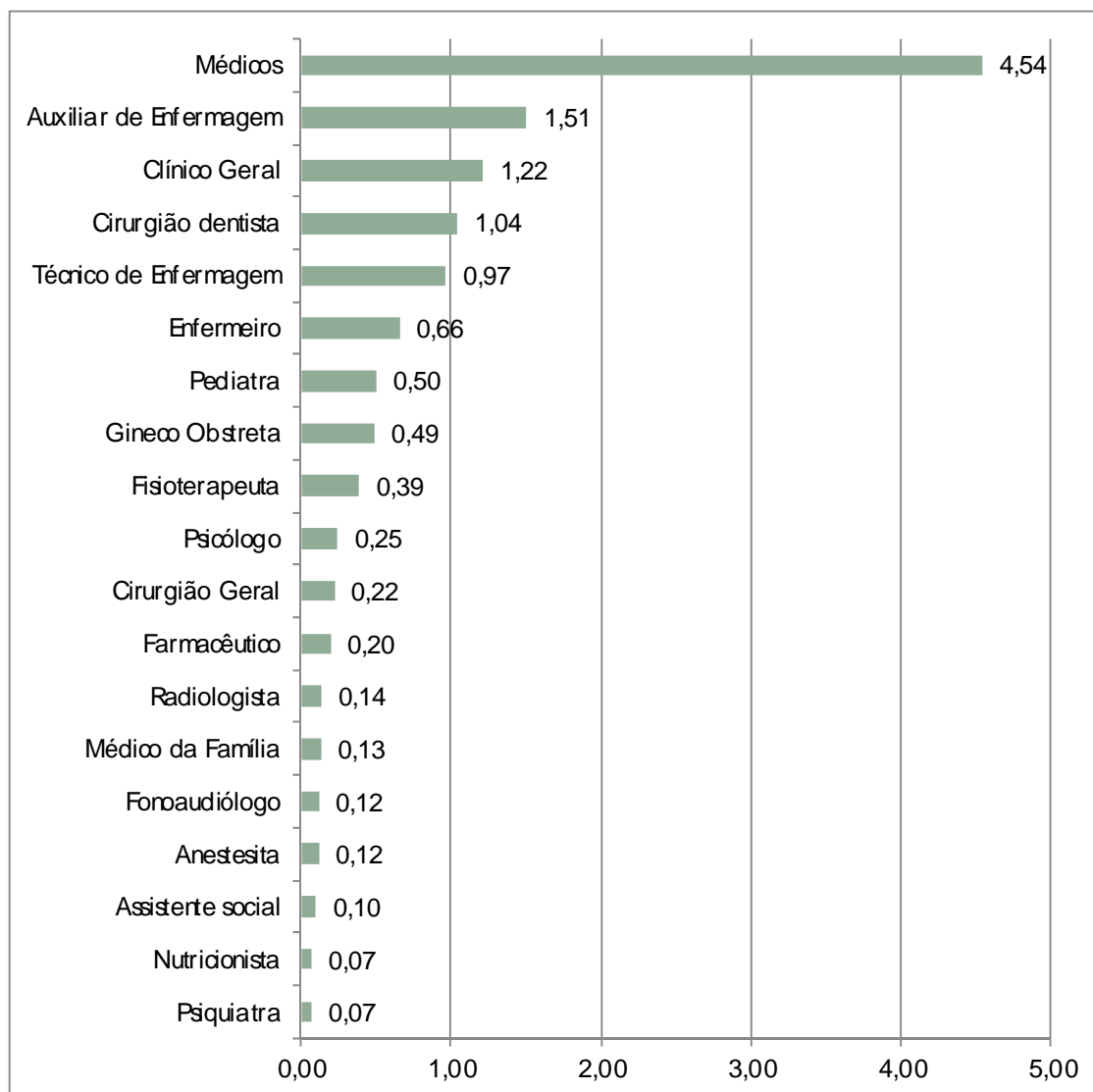
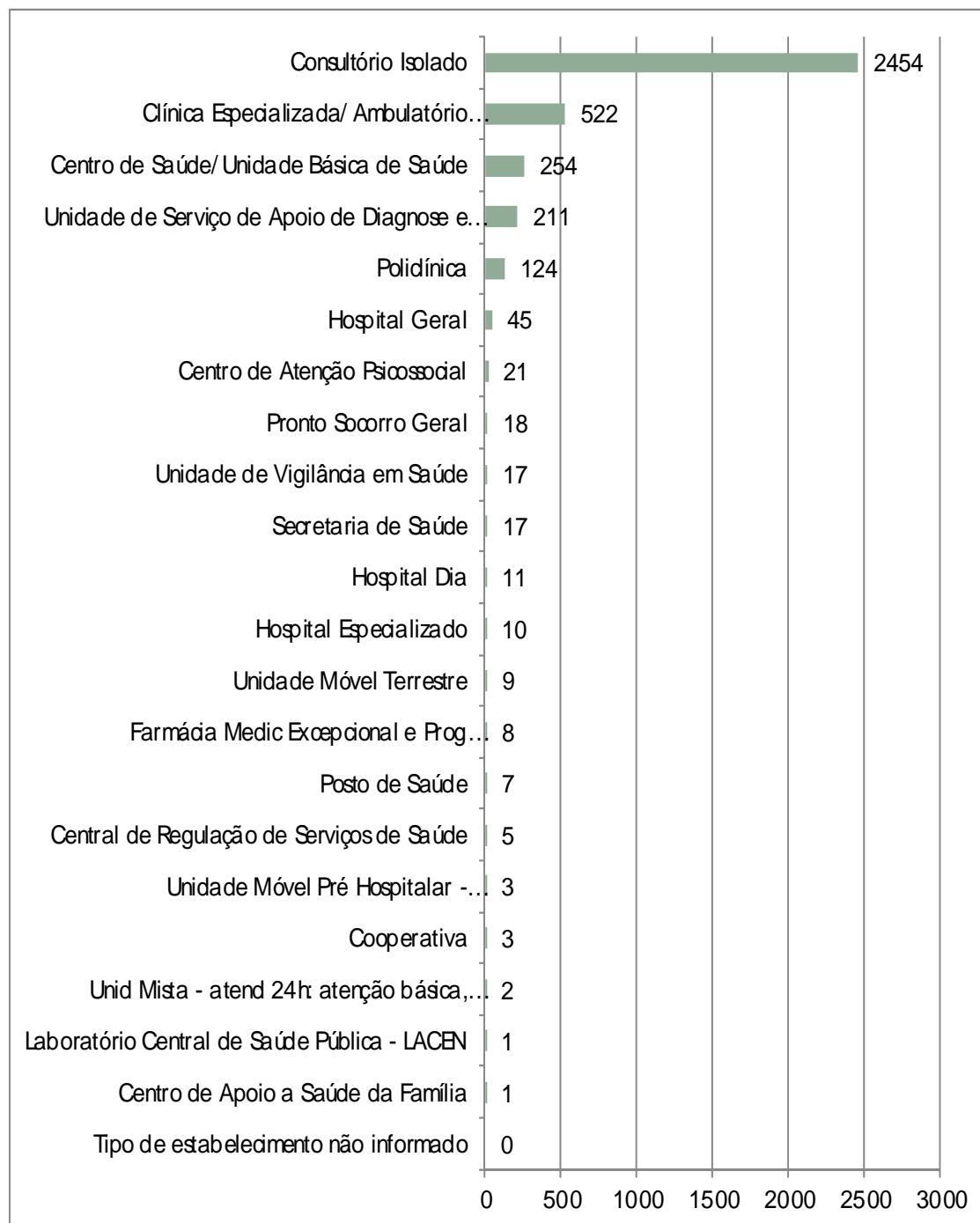


Figura 93 – Taxa de profissionais da saúde por mil habitantes

Fonte: CNES, 2014

Por fim, os equipamentos de saúde disponíveis na All são proporcionais ao número de habitantes que cada município possui. No entanto, a Figura 94 apresenta o total dos equipamentos de saúde disponível no conjunto dos 33 municípios. Há 2.454 consultórios isolados, 522 clínicas especializadas/ Ambulatório Especializado, 254 centros de saúde/ Unidade Básica de Saúde, 211 unidades de serviço de Apoio de Diagnose e Terapia e 124 policlínicas, para citar as estruturas mais numerosas.



**Figura 94 – Número de estabelecimentos de saúde na AII**

Fonte: CNES, 2014

A análise apresentada buscou apresentar um panorama geral da AII, ao considerar o cenário total do conjunto dos 33 municípios. No entanto, cabe a ressalva de que os contextos regionais e municipais apresentam cenários específicos, os quais foram abordados no início do capítulo de saúde. O contexto macro socioeconômico apresentado fornece a possibilidade de se enxergar aspectos gerais e identificar os municípios de

maiores destaques, sejam positivos ou negativos, em uma perspectiva comparada, pois estes possuem a transversalidade do empreendimento a ser licenciado, LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

#### **7.3.2.4.2 Sistema Educacional**

Os dados de educação serão apresentados a seguir considerando as informações obtidas por municípios, microrregiões e para o estado. Entretanto para as microrregiões não foi possível coletar as informações sobre o nível de ensino, pois estas não são disponíveis nos bancos de informações acessados, e, portanto não serão passíveis de análise.

Vale ressaltar algumas questões que dizem respeito às informações que serão apresentadas neste relatório, a saber: 1) O Ensino Infantil corresponde ao introdutório que equivale à creche e infantil; 2) No Ensino Fundamental ainda há matrículas que se enquadram no sistema antigo, de 5ª a 8ª série e no sistema de anos iniciais e finais (1º ao 9º ano); 3) A Rede de Ensino Estadual e Parcerias faz parte de um projeto que inclui um conjunto de 106 Escolas de Educação Básica vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e mantidas e administradas pelas Universidades Estaduais – USP, UNICAMP, UNESP e Fundação Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

A grande maioria dessas Escolas da Rede Estadual – SCT (Parcerias), em especial, aquelas vinculadas ao Centro Paula Souza, foram administradas pela Secretaria de Estado da Educação até o início dos anos noventa. Essas escolas oferecem cursos que aliam a formação geral de nível médio à profissional, com exceção da Escola de Aplicação da USP, de educação básica, destinada exclusivamente à formação geral. Entretanto, dado a especificidade do tipo de ensino ministrado - Escolas Agrícolas e ou Industriais foram transferidas gradualmente para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (Secretaria de Estado de Educação).

Outro fator importante é que o número de instituições não será igual ao número de redes e de localização, será sempre maior, pois há casos de vários níveis em uma única instituição, o que justifica tal diferença. Por exemplo, há muitos casos de redes particulares que abrangem do ensino infantil ao profissionalizante ou superior.

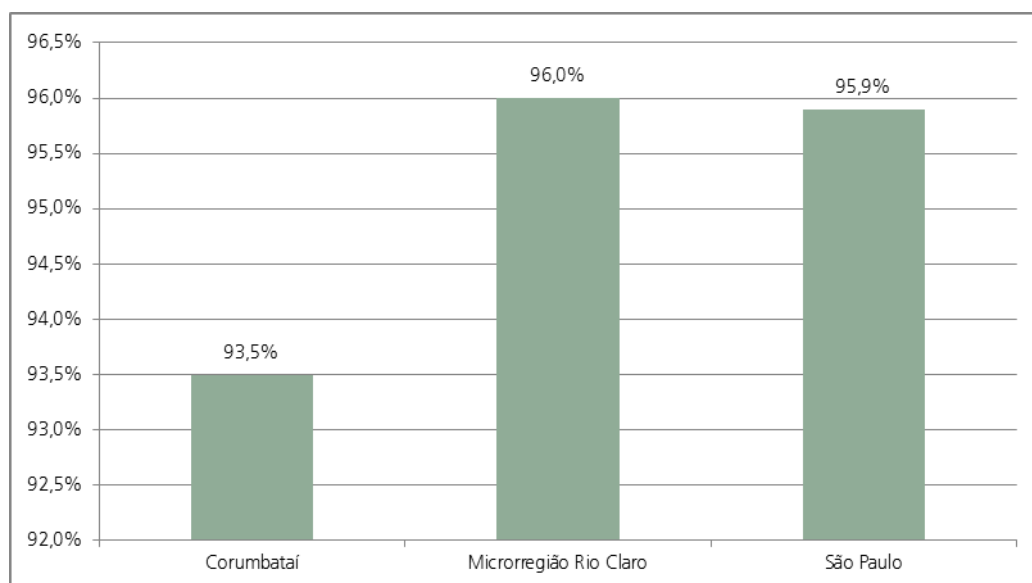
A primeira microrregião a ser analisada é a de Rio Claro, à qual pertence o município de Corumbataí, com a instalação de 6 instituições de ensino, incluindo uma de nível superior, distribuídas em todos os níveis de educação, exceto no profissionalizante. Sua taxa de

alfabetização é abaixo da taxa estabelecida para a microrregião e para o estado, portanto, a taxa de analfabetismo supera a do estado e microrregião. No município não há nenhuma escola no nível federal tal como na microrregião, tampouco na zona rural, apesar de possuir, segundo os dados do Censo 2010, 46% da sua população na zona rural. Os dados são apresentados no Quadro 203.

**Quadro 203 – Dados de Educação da Microrregião de Rio Claro e do município de Corumbataí, 2010 e 2012**

Categoria	Município	Microrregião Rio Claro	Estado de São Paulo
	Corumbataí		
Nível de Ensino Infantil	3		10533
Nível de Ensino Fundamental	2		14726
Nível de Ensino Médio	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	0		774
Nível de Ensino Superior	1		644
Rede Particular	1	43	9914
Rede Municipal	3	83	12492
Rede Estadual	1	33	5578
Rede Estadual Parcerias	0	1	252
Rede Federal	0	0	27
Localização Rural	0	8	1464
Localização Urbana	6	152	26799
Taxa de Alfabetização	93,5%	96,0%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	6,5%	4,0%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 95 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Rio Claro e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

Em seguida passa-se aos dados da microrregião de Mogi Mirim, em que dois municípios compõe a All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, sendo que o município de Artur Nogueira predomina com a maior quantidade de instituições de ensino, 34. Ambos os municípios tem instituições de ensino em todos os níveis de formação (do infantil ao superior), porém não em todos os níveis de administração, possuindo apenas instituições particulares, municipais e estaduais. Observa-se tanto em Artur Nogueira, quanto em Engenheiro Coelho a instalação majoritária de instituições de ensino na zona urbana. A taxa de alfabetização de Artur Nogueira é maior que a de Engenheiro Coelho, e bem próxima a da microrregião e a do estado.

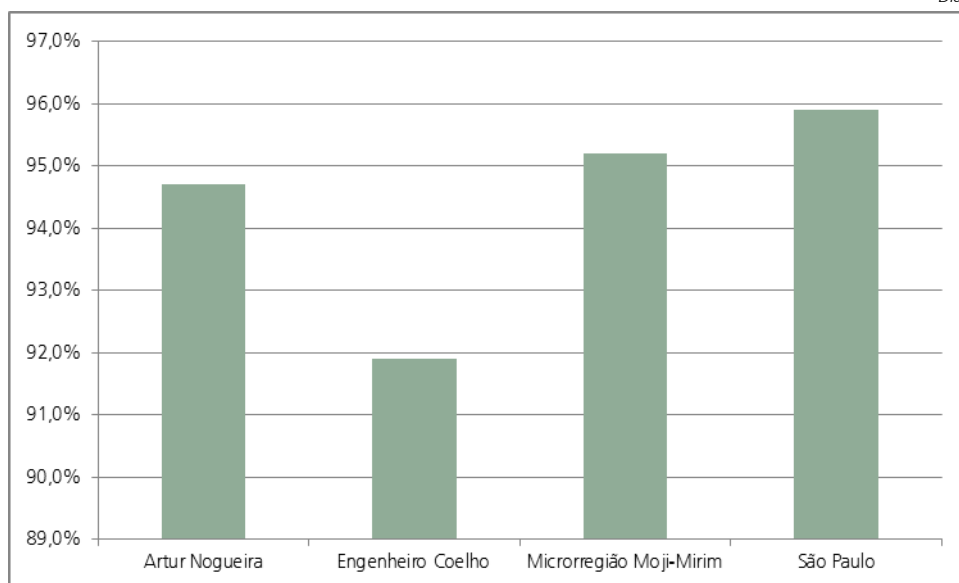
É importante salientar que em nenhum município da microrregião há escolas de nível federal implantadas. Enquanto em Artur Nogueira as escolas representam pouco mais de 10% das unidades da microrregião, em Engenheiro Coelho estas representam apenas 3,5%. Os dados são vistos no Quadro 204 e na Figura 96.

**Quadro 204 – Dados de Educação da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município		Microrregião Mogi Mirim	Estado de São Paulo
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho		
Nível de Ensino Infantil	19	6		10533
Nível de Ensino Fundamental	17	6		14726
Nível de Ensino Médio	7	2		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	1	1		774
Nível de Ensino Superior	2	2		644
Rede Particular	8	5	63	9914
Rede Municipal	21	5	194	12492
Rede Estadual	5	1	48	5578
Rede Estadual Parcerias	0	0	3	252
Rede Federal	0	0	0	27
Localização Rural	2	1	17	1464
Localização Urbana	32	10	291	26799
Taxa de Alfabetização	94,7%	91,9%	95,2%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	5,3%	8,8%	4,8%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010





**Figura 96 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Mogi Mirim e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

Em seguida será analisada a região de Catanduva, com três municípios abrangidos pela All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, sendo eles Severínia, Paraíso e Cajobi. Destes, o município com maior número de estabelecimentos de ensino é Severínia, com 16 unidades representando 10,5% do total de escolas da microrregião, distribuídas em todos os níveis, diferentemente dos outros dois municípios.

Apesar de Severínia ser o município com maior número de instalações educacionais, ele é que detém a menor taxa de alfabetização entre os municípios desta microrregião abrangidos pela All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, com 90% da população coberta. Em segundo lugar vem Cajobi, com 8 escolas, representando 5,2% do total da microrregião, com a maior taxa de alfabetização entre estes municípios. Neste município tal qual em Paraíso, há apenas instituições nos níveis infantil, fundamental e médio. Vale ressaltar que em nenhum município tampouco na microrregião há escolas implantadas na zona rural. Os dados são apresentados no Quadro205 e na Figura 97.

**Quadro205 – Dados de Educação da Microrregião de Catanduva e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

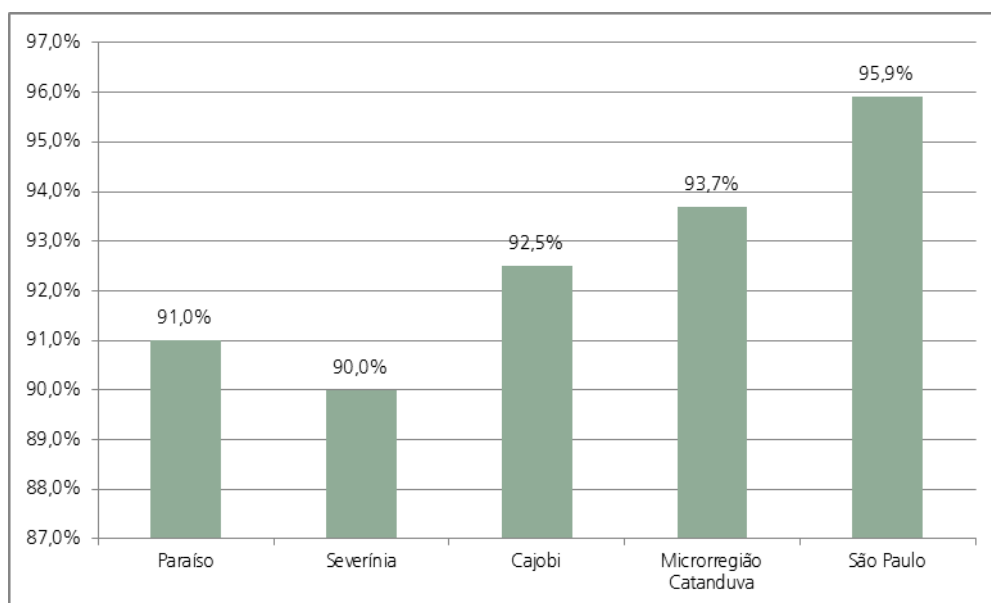
Categoria	Município			Microrregião Catanduva	Estado de São Paulo
	Paraíso	Severínia	Cajobi		
Nível de Ensino Infantil	2	7	4		10533
Nível de Ensino Fundamental	2	6	4		14726

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

*Diagnóstico Ambiental*

Nível de Ensino Médio	1	1	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	0	1	0		774
Nível de Ensino Superior	0	2	0		644
Rede Particular	0	3	0	31	9914
Rede Municipal	3	12	7	96	12492
Rede Estadual	1	1	1	23	5578
Rede Estadual Parcerias	0	0	0	1	252
Rede Federal	0	0	0	1	27
Localização Rural	0	0	0	0	1464
Localização Urbana	4	16	8	152	26799
Taxa de Alfabetização	91,0%	90,0%	92,5%	93,7%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	9,0%	10,0%	7,5%	6,3%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 97 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Catanduva e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

A próxima microrregião compreende a microrregião de São Carlos, com 3 (três) municípios abrangidos pela All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas. Dos três, inclui-se São Carlos que se destaca em relação aos outros com 73,4% de representatividade das instituições de ensino em relação à microrregião, e, portanto, o município com maior número de estabelecimentos. Por sua vez, ele possui a maior taxa de alfabetização e menor taxa de analfabetismo, por conseguinte, superando a da microrregião e a do estado. Em São Carlos há três unidades de ensino estaduais em parcerias com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e

Desenvolvimento Econômico, mantidas por alguma instituição de ensino superior estadual ou pela Fundação Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

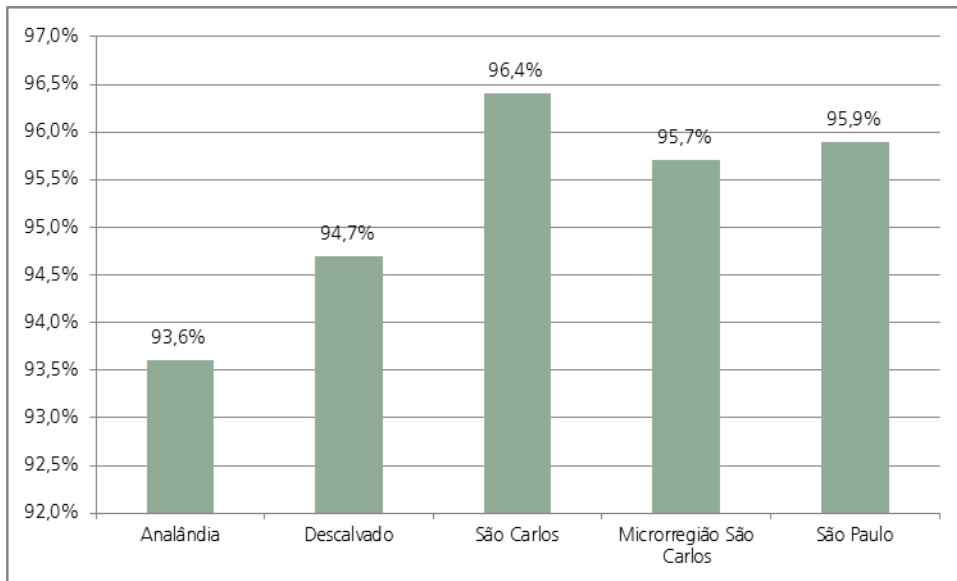
Analândia é o único município desta microrregião que não possui instituições de ensino nos níveis profissionalizante e superior. Também não possui escolas da rede federal, tampouco escolas na zona rural. É o município com menor taxa de alfabetização.

Descalvado possui quantidade relativa de escolas, com 15% do total da microrregião, porém, não possui escolas na zona rural nem pertencentes à rede pública federal. Sua taxa de alfabetização é a do meio entre os três municípios não ultrapassando às taxas do estado e microrregião. Os dados são apresentados a seguir (Quadro 206 e Figura 98).

**Quadro 206 – Dados de Educação da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município			Microrregião São Carlos	Estado de São Paulo
	Analândia	Descalvado	São Carlos		
Nível de Ensino Infantil	2	16	78		10533
Nível de Ensino Fundamental	1	15	69		14726
Nível de Ensino Médio	1	5	39		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	0	1	13		774
Nível de Ensino Superior	0	3	15		644
Rede Particular	0	12	71	76	9914
Rede Municipal	3	20	52	101	12492
Rede Estadual	1	2	34	44	5578
Rede Estadual Parcerias	0	0	3	3	252
Rede Federal	0	0	5	2	27
Localização Rural	0	0	5	5	1464
Localização Urbana	4	34	161	221	26799
Taxa de Alfabetização	93,6%	94,7%	96,4%	95,7%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	6,4%	5,3%	3,6%	4,3%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 98 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de São Carlos e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

A próxima região analisada compreende a microrregião de São José do Rio Preto, com 3 (três) municípios que compõe a All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, a saber: Olímpia, Altair e Icém. Destes o município de Olímpia tem maior representatividade em relação ao número de estabelecimentos de ensino, distribuídos em todos os níveis relativos à distribuição na microrregião.

Olímpia possui 53 instituições de ensino distribuídas em todos os níveis de ensino e em todas as redes de gestão (exceto na Rede Estadual Parcerias), não possui escolas implantadas na zona rural. Sua taxa de alfabetização é a mais alta, porém não alcança as taxas do estado e da microrregião. Neste município se concentram 4 (quatro) instituições de ensino superior, enquanto nos outros dois municípios não há nenhuma.

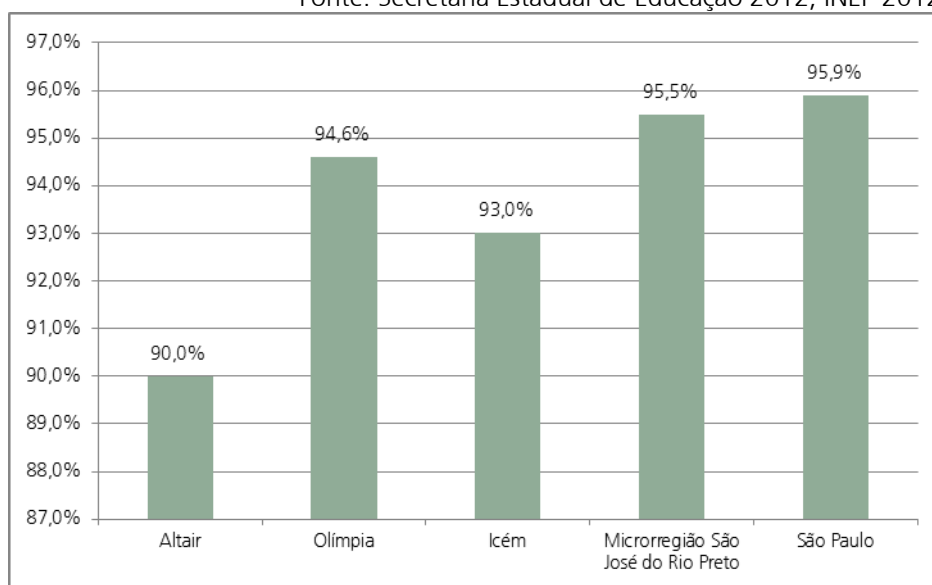
Altair possui junto com Severínia na microrregião de Catanduva, a segunda menor taxa de alfabetização entre os municípios de São Paulo inseridos na All, precedidos por Dobrada, com 86% de taxa. As modalidades de ensino ministradas vão do infantil ao médio, nas redes públicas municipal e estadual.

Icém possui situação semelhante, porém conta com instituições privadas, sendo duas, portanto com modalidades de ensino apenas do infantil ao médio. A quantidade de escolas neste município representa apenas 1,2% do montante da microrregião. Os dados são apresentados abaixo (Quadro 207 e Figura 99).

**Quadro 207 – Dados de Educação da Microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município			Microrregião São José do Rio Preto	Estado de São Paulo
	Altair	Olimpia	Icém		
Nível de Ensino Infantil	3	27	4		10533
Nível de Ensino Fundamental	2	22	3		14726
Nível de Ensino Médio	1	12	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	0	2	0		774
Nível de Ensino Superior	0	4	0		644
Rede Particular	0	16	2	215	9914
Rede Municipal	3	26	4	257	12492
Rede Estadual	1	10	1	92	5578
Rede Estadual Parcerias	0	0	0	4	252
Rede Federal	0	1	0	0	27
Localização Rural	0	0	0	14	1464
Localização Urbana	4	53	7	556	26799
Taxa de Alfabetização	90,0%	94,6%	93,0%	95,5%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	10,0%	5,4%	7,0%	4,5%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 99 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de São José do Rio Preto e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

A sexta microrregião analisada é a de Limeira com 4 (quatro) municípios contemplados na All da LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, sendo eles: Leme, Araras, Conchal e Santa Cruz da Conceição. Araras compreende o município com o maior número de escolas, distribuídas em todos os níveis de ensino e gestão, representando 21,4% das escolas da microrregião. Este é também o município com maior taxa de

alfabetização, igualando-se à da microrregião e aproximando-se do valor da taxa do estado.

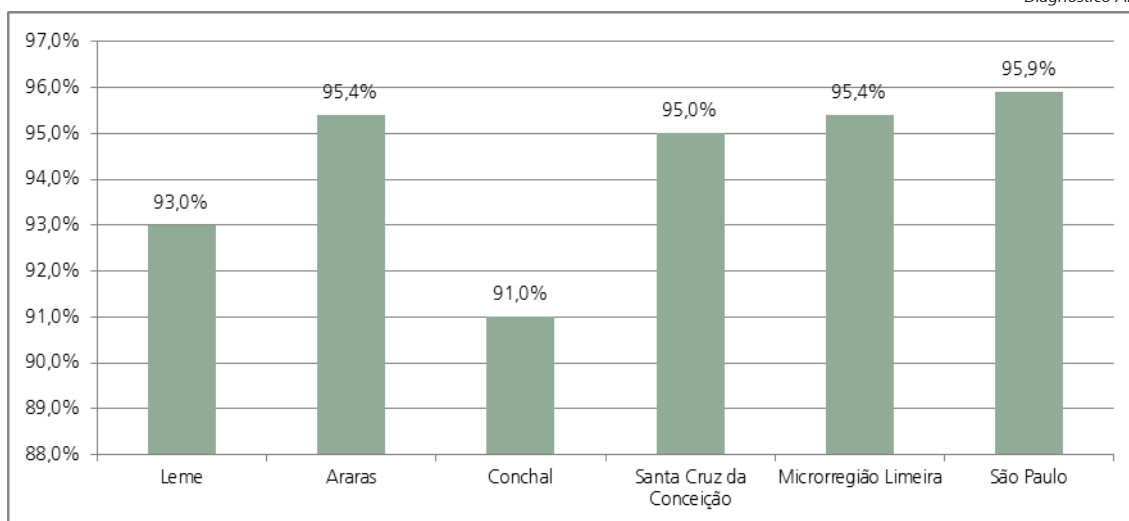
O município de Leme possui, também, todos os níveis de ensino, porém não possui escola da rede pública federal. Sua quantidade de instituições de ensino é a segunda maior entre os municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondoll – Campinas e Subestações Associadas desta microrregião, com 18,2% de representatividade. Possui, juntamente com Araras, uma unidade parceira com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, sendo esta unidade responsável pela formação do ensino médio e profissionalizante.

Em Conchal há um menor número de unidades, porém é no município de Santa Cruz da Conceição que se observa o menor número de instituições de ensino entre estes municípios, com apenas 5 (cinco) unidades, distribuídas do infantil ao ensino médio, sendo que a maioria é da rede pública municipal. Apesar de ter o menor número de unidades de ensino, sua taxa de alfabetização é a segunda maior entre estes municípios, com 95% de cobertura. Os dados são apresentados no Quadro 208 e Figura 100 que seguem.

**Quadro 208 – Dados de Educação da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município				Microrregião de Limeira	Estado de São Paulo
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição		
Nível de Ensino Infantil	40	39	13	2		10533
Nível de Ensino Fundamental	36	50	10	3		14726
Nível de Ensino Médio	17	15	5	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	5	6	0	0		774
Nível de Ensino Superior	4	6	0	0		644
Rede Particular	17	30	2	0	107	9914
Rede Municipal	44	36	17	4	220	12492
Rede Estadual	12	19	4	1	75	5578
Rede Estadual Parcerias	1	1	0	0	4	252
Rede Federal	0	1	0	0	0	27
Localização Rural	7	6	0	1	23	1464
Localização Urbana	67	81	23	5	383	26799
Taxa de Alfabetização	93,0%	95,4%	91,0%	95,0%	95,4%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	7,0%	4,6%	9,0%	5,0%	4,6%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 100 – Taxa de Alfabetização da Microrregião de Limeira e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

A microrregião de Jaboticabal a ser analisada em seguida engloba cinco municípios todos com taxa de alfabetização acima de 90%, porém apenas dois municípios com instituições de ensino em todos os níveis, Monte Alto e Taquaritinga.

Monte Alto possui 11,5% de representatividade das escolas da microrregião, mas não possui escola da rede pública federal. É o único município com escola da rede de parceria, sendo esta de ensino médio e profissionalizante. Sua taxa de alfabetização é a maior entre estes municípios e ultrapassa a taxa da microrregião, aproximando-se da taxa de alfabetização do estado.

Pirangi possui 5 unidades de ensino distribuídas nos níveis infantil, fundamental e médio, nas redes particular e pública, municipal e estadual. Igualmente, Santa Ernestina possui o mesmo número de unidades nas mesmas condições, porém sem nenhuma unidade da rede privada.

Taquaritinga se diferencia, pois possui 15,5% do total das escolas contidas na microrregião, sendo o único município com unidades implantadas na zona rural, e tem, assim como em Monte Alto, todos os níveis de ensino, do infantil ao superior. E por fim, Vista Alegre do Alto é o município com menor número de escolas, com menos de 1% de representatividade em relação ao total da microrregião. Esses dados podem ser observados no Quadro 209 e Figura 101.

**Quadro 209 – Dados de Educação da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

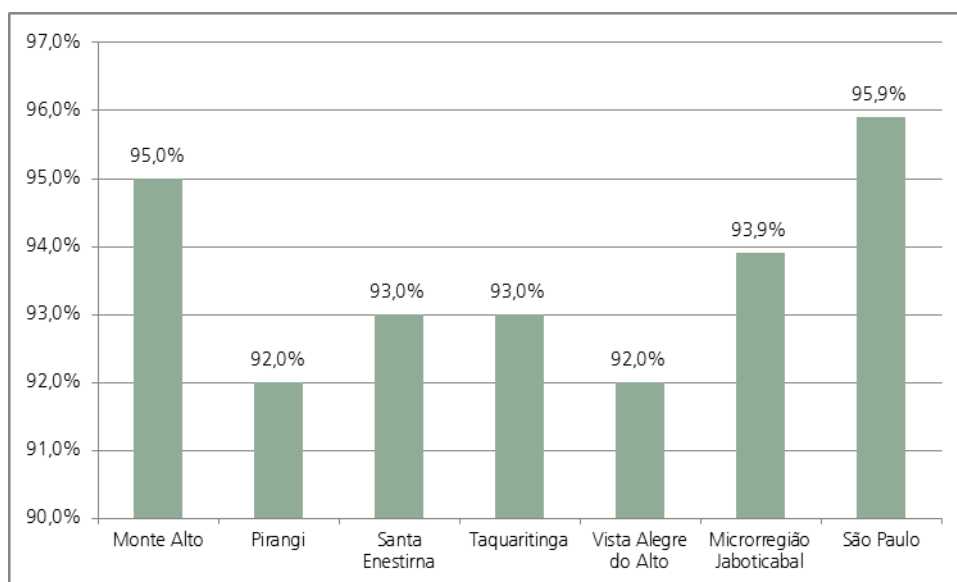
Categoria	Município	Microrregião	Estado
-----------	-----------	--------------	--------

LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	Jaboticabal	São Paulo
Nível de Ensino Infantil	20	3	2	29	2		10533
Nível de Ensino Fundamental	18	4	3	23	2		14726
Nível de Ensino Médio	8	2	1	5	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	3	0	0	2	0		774
Nível de Ensino Superior	3	0	0	4	0		644
Rede Particular	12	1	0	10	1	73	9914
Rede Municipal	21	3	4	33	1	200	12492
Rede Estadual	4	1	1	8	1	50	5578
Rede Estadual Parcerias	1	0	0	0	0	5	252
Rede Federal	0	0	0	0	0	0	27
Localização Rural	0	0	0	2	0	4	1464
Localização Urbana	38	5	5	49	3	324	26799
Taxa de Alfabetização	95,0%	92,0%	93,0%	93,0%	92,0%	93,9%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	5,0%	8,0%	7,0%	7,0%	8,0%	6,1%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 101 Taxa de Alfabetização da Microrregião de Jaboticabal e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

A microrregião de Campinas possui, também 5 (cinco) municípios abrangidos pela AII da LT 500kV Marimbondo II, com Campinas levando destaque no que tange ao número de estabelecimentos, representando 43,7% do total contido na microrregião.



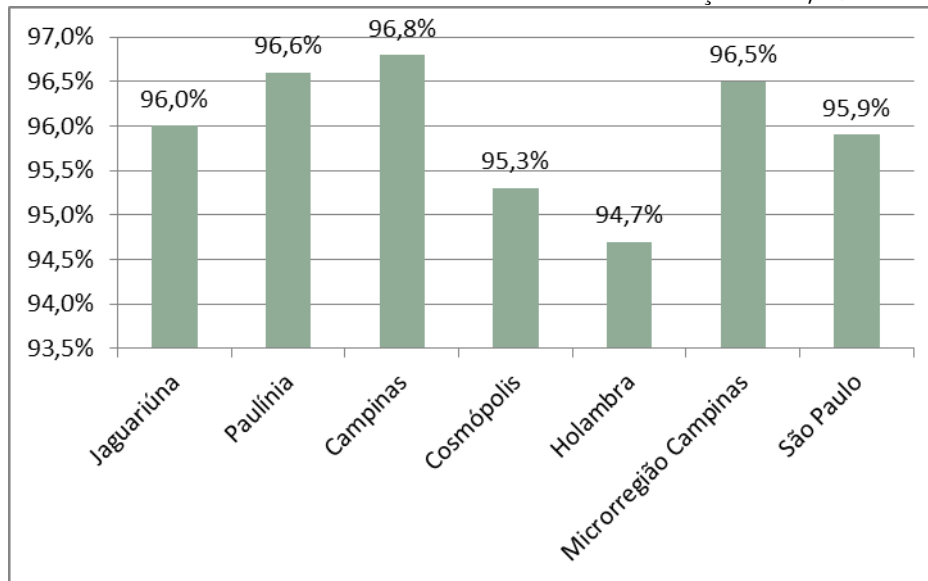
Em Campinas há instituições em todos os níveis de educação e esferas de gestão, bem como na zona rural e urbana. No que diz respeito ao nível de ensino, exceto em Holambra não há ensino superior disponível à população. Ou seja, em Jaguariúna, Paulínia, Campinas e Cosmópolis há oferta de ensino em todos os níveis (infantil ao superior, incluindo profissionalizante). Igualmente, em todos os municípios, exceto em Paulínia, há escolas na zona rural.

As taxas de alfabetização de Jaguariúna, Paulínia e Campinas superam a taxa do estado. A menor taxa de analfabetismo observada é do município de Campinas e a maior taxa de alfabetização, entre os municípios de São Paulo abrangidos pela AII da LT 500kV Marimondo II, é deste município. Os dados são apresentados a seguir (Quadro 210 e Figura 102).

**Quadro 210 – Dados de Educação da Microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município					Microrregião Campinas	Estado São Paulo
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra		
Nível de Ensino Infantil	28	49	330	21	10		10533
Nível de Ensino Fundamental	17	27	424	19	8		14726
Nível de Ensino Médio	6	12	156	6	2		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	1	4	37	3	2		774
Nível de Ensino Superior	5	4	43	2	0		644
Rede Particular	14	17	283	7	5	535	9914
Rede Municipal	34	55	321	26	11	864	12492
Rede Estadual	4	6	169	5	1	374	5578
Rede Estadual Parcerias	0	0	5	0	0	10	252
Rede Federal	0	0	3	0	0	1	27
Localização Rural	4	0	3	2	5	32	1464
Localização Urbana	48	78	778	36	12	1752	26799
Taxa de Alfabetização	96,0%	96,6%	96,8%	95,3%	94,7%	96,5%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	4,0%	3,4%	3,2%	4,7%	5,3%	3,5%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 102 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Campinas e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

Por fim, a última microrregião de São Paulo analisada aqui é a de Araraquara, com seis municípios. O município que leva o nome da região detém 42,6% das escolas contidas na microrregião (Quadro 211 e Figura 103).

Américo Brasiliense possui todos os níveis de ensino, exceto o profissionalizante e possui apenas instituições particulares e públicas municipais. Araraquara, como destaque, é o único município que preenche todos os quesitos do quadro, com destaque para o número de unidades.

Os municípios de Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Dobrada se igualam na distribuição dos níveis de ensino, possuem do infantil ao médio. Destes quatro, apenas Rincão possui instituição de ordem privada, sendo que todos os outros possuem apenas escolas das redes municipal e estadual. No que tange à localização, apenas Motuca possui escolas na zona rural.

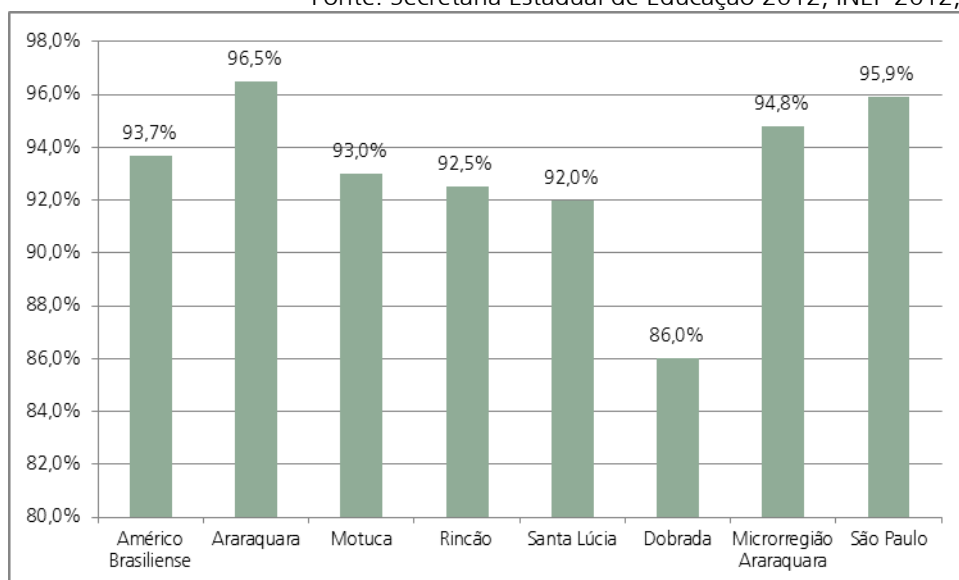
Em relação à taxa de alfabetização, é nesta microrregião que se encontra o município, dentre os municípios abrangidos pela All da LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas no estado de São Paulo, com a menor taxa, sendo ele Dobrada.

Apenas Araraquara tem todos os níveis de ensino em todas as esferas de gestão e sua taxa de alfabetização é a maior de todos os municípios da microrregião. Nesta microrregião encontra-se o município com menor taxa de alfabetização, Dobrada.

**Quadro 211 – Dados de Educação da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município						Microrregião Araraquara	Estado São Paulo
	Américo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobrada		
Nível de Ensino Infantil	10	71	3	6	2	2		10533
Nível de Ensino Fundamental	2	63	2	5	3	4		14726
Nível de Ensino Médio	2	38	1	2	1	1		6423
Nível de Ensino Profissionalizante	0	13	0	0	0	0		774
Nível de Ensino Superior	1	13	0	0	0	0		644
Rede Particular	4	63	0	3	0	0	92	9914
Rede Municipal	7	49	4	6	4	3	171	12492
Rede Estadual	0	37	1	1	1	3	92	5578
Rede Estadual Parcerias	0	3	0	0	0	0	5	252
Rede Federal	0	1	0	0	0	0	1	27
Localização Rural	0	4	1	0	0	0	10	1464
Localização Urbana	11	150	4	10	5	6	351	26799
Taxa de Alfabetização	93,7%	96,5%	93,0%	92,5%	92,0%	86,0%	94,8%	95,9%
Taxa de Analfabetismo	6,3%	3,5%	7,0%	7,5%	8,0%	14,0%	5,2%	4,1%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 103 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Araraquara e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

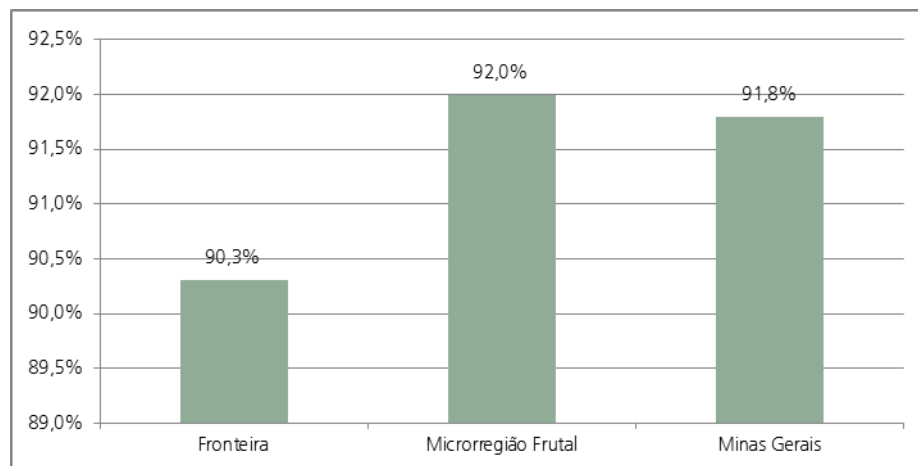
Os dados do último município a ser analisado, Fronteira, pertencente à microrregião de Frutal, em Minas Gerais, mostram taxas de analfabetismo altas, porém menores que a de Dobrada, município que se mantém com a maior taxa do estado de São Paulo, e da All LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, conforme dados apresentados no Quadro 212 e Figura 104.

Em Fronteira observa-se estabelecimentos de ensino em todos os níveis exceto para o nível superior. Há também, uma ausência de instituições de ensino na zona rural, sendo que todas as unidades se localizam na zona urbana. Não observa-se também, instituições nos níveis de gestão Federal e estadual parcerias, já que no estado de Minas não há este sistema como no estado de São Paulo. Sua taxa de alfabetização está entre as menores, junto com Altair-SP e Severínia-SP, já mencionados aqui.

**Quadro 212 – Dados de Educação da Microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 2010 e 2012**

Categoria	Município	Microrregião Frutal	Estado Minas Gerais
	Fronteira		
Instituições de Ensino Infantil	6		4205
Instituições de Ensino Fundamental	5		10428
Instituições de Ensino Médio	1		3088
Instituições de Ensino Profissionalizante	1		1545
Instituições de Ensino Superior	0		377
Rede Particular	2	28	4791
Rede Municipal	7	72	9364
Rede Estadual	1	29	3672
Rede Estadual Parcerias	0	0	0
Rede Federal	0	0	71
Localização Rural	0	12	4385
Localização Urbana	10	117	13513
Taxa de Alfabetização	90,3%	92,0%	91,8%
Taxa de Analfabetismo	9,7%	8,0%	8,2%

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2012, INEP 2012, Censo 2010



**Figura 104 - Taxa de Alfabetização da Microrregião de Frutal e dos municípios correspondentes, 2012**

Fonte: IBGE, 2012

#### **7.3.2.4.2.1 Análise de percepção segundo os gestores municipais (Educação)**

Para apresentar uma análise mais ampla e caracterizar a situação da educação nos municípios atravessados pela futura LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, entrevistou-se gestores municipais com atuação direta na área educacional. As entrevistas foram destinadas aos(as) secretários(as) de educação, e em sua ausência ou indisponibilidade, a alguém da secretaria atribuído por este.

Ao escutar os gestores, buscou-se informações sobre um panorama geral, de natureza qualitativa, sobre a situação da educação no município e sua relação com o empreendimento. Em 24 municípios foram entrevistados membros das Secretarias Municipais de Educação, e em 1, membro da Assessoria de Educação.

Ao todo, gestores de 25 municípios que fazem parte da Área de Influência Indireta foram pesquisados. Nos demais municípios em que não houve entrevista desse segmento deveu-se à limitação de agenda dos gestores e pesquisadores. Agrupou-se as entrevistas realizadas por faixa de população para que contextos específicos da situação da educação fossem compreendidas com maior detalhamento.

Dos gestores pesquisados do segmento de educação, 44% representam municípios que possuem até 10 mil habitantes. Primeiramente, solicitou-se aos entrevistados que avaliassem as condições da infraestrutura educacional disponíveis em seu município. De forma majoritária, destacou-se a percepção de que possuem uma estrutura que atende satisfatoriamente a demanda atual, situação avaliada em: Altair, Corumbataí, Dobrada, Icó, Motuca, Santa Lúcia e Vista Alegre do Alto. Em Paraíso, Santa Cruz da Conceição e

Santa Ernestina, a opinião dos gestores é de que a infraestrutura educacional transcende suas demandas, sendo suficiente para atender também demandas extras. Somente em Analândia foi dito que a estrutura educacional não atende as demandas atuais do município. Perguntados sobre a situação da educação na localidade de instalação da linha de transmissão, todos os entrevistados avaliaram que a estrutura educacional é suficiente para atender as demandas na região, não destacando nenhum ponto de atenção ou de insuficiências de média e alta complexidade. Estes municípios disponibilizam à população a educação básica, ensino fundamental e ensino médio.

De acordo com os gestores, para os estudantes terem acesso ao ensino técnico e superior frequentam instituições de ensino de municípios vizinhos, os principais são: Ribeirão Preto, Jaboticabal, Taquaritinga, Franca, Araraquara, Matão, São Carlos e Araras. A Figura 105 representa graficamente as características preponderantes dos municípios analisados.



**Figura 105 – Principais características da situação da Educação nos municípios de até 10 mil habitantes**

Os municípios que possuem uma população entre 10 mil e um a 20 mil habitantes equivalem a 20% do total dos municípios pesquisados. Em Pirangi, a avaliação do gestor sobre a estrutura municipal de educacional mostrou-se otimista, segundo ele, o município está preparado para atender demandas extras, caso haja necessidade e aumento da

solicitação matrículas. Em Cajobi, Rincão e Severínia, a estrutura educacional atende as demandas atuais de maneira satisfatória, estando esta adequada segundo a percepção dos entrevistados. Porém, em Fronteira, único município mineiro a ser interceptado pela Linha de Transmissão, a estrutura educacional contempla em partes suas demandas.

Perguntados sobre a área de implantação da LT, os gestores não apresentaram queixas, insuficiências ou problemas, sendo unânime a avaliação de que as estruturas municipais atendem as demandas atuais da localidade. Todos estes municípios possuem escolas de ensino básico, fundamental e médio. Para terem acesso ao ensino superior, os estudantes necessitam se deslocar a outros municípios, como: Rio Claro, Araras, São Carlos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Taquaritinga, Franca, Araraquara e Matão. Essas informações são apresentadas graficamente na Figura 106.



**Figura 106 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes**

Somente dois municípios se enquadraram na faixa de população de 30 mil e um a 40 mil habitantes, são eles: Américo Brasiliense e Descalvado. Em ambos os municípios a estrutura educacional atende a demanda atual como um todo e também é suficiente para atender as demandas da população que vive no entorno da área de Instalação da LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas. Como já apresentado na

análise dos demais municípios, Américo Brasiliense e Descalvado usufruem das estruturas de ensino técnico e superior de instituições de cidades vizinhas como Rio Claro, Araras e São Carlos. Estas informações são ilustradas na Figura 107.



**Figura 107 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes**

Monte Alto foi o único município na faixa de 40 a 50 mil habitantes em que teve um gestor na área de educação pesquisado. Neste município as estruturas de educação são suficientes para atender as demandas atuais, incluindo a área de instalação da LT. Os serviços de formação técnica e superior são oferecidos por outros municípios (Ribeirão Preto, Jaboticabal, Taquaritinga, Franca, Araraquara ou Matão) disse o gestor.





**Figura 108 – Principais características da situação da Educação nos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes**

Municípios com mais de 50 mil habitantes referem-se a 24% do universo de entrevistas realizadas com os gestores da área de educação. De acordo com o entrevistado de Taquaritinga, o município possui uma estrutura com equipamentos educacionais que atendem as demandas atuais e que também suporta atender outras demandas, caso seja necessário. Em Araraquara e Cosmópolis os gestores disseram que a estrutura implantada atende de forma satisfatória a demanda que possuem, no entanto, no município de Olímpia, foi avaliado que sua demanda é atendida em parte.

Os gestores de Araras e de Leme preferiram não avaliar a infraestrutura de educação em seus municípios e, portanto, não responderam a esta questão. Sobre a área de instalação da linha de transmissão, em todos estes municípios foi avaliado haver estrutura suficiente para atender a demanda local, e em Araraquara, é possível também atender demandas extras. Neles há infraestruturas que atende o ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior. As características predominantes do perfil desses municípios são apresentadas na Figura 109.



**Figura 109 – Principais características da situação da Educação nos municípios de mais de 50 mil habitantes**

Buscou-se compreender junto aos gestores as implicações da instalação da LT 500kV Marimbondo II – Campinas sobre o cotidiano dos municípios. Primeiramente, verificou-se se esses já tinham conhecimento sobre a passagem da LT pelo município, 84% dos entrevistados disseram que não, que durante a entrevista foi o momento em que tomaram conhecimento desse empreendimento.

A avaliação de 44% dos entrevistados expressa um ponto de vista positivo, em que classificam a implantação da LT no município como algo muito importante (12%) ou importante (32%). Foram 8% dos entrevistados que tiveram uma percepção contrária, de que o empreendimento não é importante. Uma porcentagem alta, de 40% dos gestores não se sentiram a vontade para avaliarem a importância da passagem da LT na região, por não terem informações suficientes para subsidiar a formação de suas opiniões.

Como pontos positivos elencados pelos entrevistados em relação à implantação do empreendimento, os principais argumentos elencados pelos gestores representantes da área de educação foram: desenvolvimento regional e do Estado de São Paulo, geração de empregos durante a fase de implantação, maior qualidade no sistema de abastecimento de energia elétrica e geração de tributos para o município. Como pontos negativos, os

entrevistados citaram a interferência econômica e produtiva nas pequenas propriedades interceptadas pela LT, por terem o uso e ocupação do solo restritos na faixa de servidão. Disseram ainda, que a instalação da LT causará interferências nos aparelhos eletrônicos nas propriedades rurais próximas ao empreendimento. Possíveis gerações de impactos ambientais e poluição visual também foram elencadas como aspectos contraproducentes.

Ao final da entrevista, deixou-se um espaço aberto para que os gestores pudessem registrar alguma questão, dúvida, ou sugestão que gostaria que fossem repassadas ao empreendedor. Em unanimidade, os gestores solicitaram maiores informações sobre o empreendimento. Querem saber a finalidade da LT, onde esta abastecerá, se os municípios serão beneficiados de alguma forma, quais os impactos existentes para os proprietários em que passará a LT em suas propriedades, esclarecimentos sobre as obras, quais as medidas compensatórias que a empresa adotará e a maneira que o empreendimento será divulgado à população. Ou seja, são questões que deverão ser esclarecidas pelo empreendedor por meio de um plano de comunicação social.

#### **7.3.2.4.2.2 Análise integrada dos aspectos educacionais da All**

Apresentou-se os dados referentes à educação para os municípios da All valorizando seus contextos regionais, analisando-os em perspectiva comparada com outros de sua mesma microrregião. Em seguida, seguiu-se as avaliações e percepções dos gestores do poder público a respeito da temática, como forma de enriquecer e qualificar os dados já apresentados. Portanto, ainda se faz necessário uma análise que considere o conjunto dos 33 municípios como uma unidade, uma vez, que estes possuem em comum o futuro empreendimento da LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

Entre os municípios da All há 859 escolas com o nível de ensino infantil, uma média de 26 escolas por município. No entanto, há uma correlação positiva entre números de escolas com o tamanho da população no município. Ou seja, municípios que tem maior número de pessoas tendem a possuir maior número de equipamentos educacionais, dessa forma, em Campinas há 330 escolas com educação infantil, o que representa 38% do total de todas as escolas da All. Em São Carlos há 78 escolas e em Araraquara 71. Os demais municípios possuem ao menos 2 escolas com esse nível de ensino.

Entre os 33 municípios da All, há 877 escolas com ensino fundamental, 355 escolas com ensino médio, 96 com ensino profissionalizante e 114 com ensino superior. Novamente, para todos estes níveis educacionais os municípios de Campinas, São Carlos e Araraquara lideram em relação ao número de instituições. Do total de escolas, há 43 na zona rural e

1763 na zona urbana. Na All, as escolas da rede particular são 589, da rede municipal 849, sob responsabilidade dos Estados (MG e SP) estão 339, e as instituições federais são 11. Das 33 cidades, cerca da metade (16), não possuem instituições com ensino superior, são elas: Conchal, Holambra, Rincão, Fronteira, Cajobi, Icém, Altair, Pirangi, Motuca, Paraíso, Analândia, Santa Cruz da Conceição, Santa Ernestina, Vista Alegre do Alto, Santa Lúcia e Dobrada.

A taxa média de analfabetismo na All é de 6%. No entanto, os municípios apresentam situações heterogêneas. Em primeiro lugar, está Dobrada, que possui 14% de sua população que não sabe ler e escrever, em segundo lugar aparece Altair e Fronteira com a taxa de analfabetismo de 10% cada uma. Fronteira e Conchal tem cerca de 9% de analfabetos, e, Engenheiro Coelho, Pirangi, Vista Alegre do Alto e Santa Lúcia possuem cerca de 8%. Sete municípios apresentaram a taxa de analfabetismo bem abaixo da média: Cosmópolis (4,70%), Araras (4,60%), Jaguariúna (4,00%), São Carlos (3,60%), Araraquara (3,50%), Paulínia (3,40%) e Campinas (3,20%).

#### **7.3.2.4.3 Sistema de Segurança Pública**

Neste item serão apresentados os dados obtidos no quesito segurança para os municípios abrangidos na All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

A microrregião de Rio Claro, possui em seu total cinco municípios dos quais um é abrangido pela All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, a saber: Corumbataí. Neste município há uma unidade da Polícia Civil e uma da Polícia Militar, que pode ser conferido no Quadro 213. Nesta microrregião se registra o menor número de unidades de segurança pública, provavelmente devido ao número de municípios, que também é o menor se comparado aos demais das microrregiões aqui analisadas.

**Quadro 213 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Rio Claro**

Categoria	Município	Microrregião de Rio Claro
	Corumbataí	
Corpo de Bombeiros	0	3
Polícia Civil	1	13
Polícia Militar	1	6
Polícia Rodoviária	0	1
Polícia Ambiental	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

De acordo com o Quadro 214, a microrregião de Moji-Mirim engloba sete municípios em seu total, sendo que dois são abrangidos pela All LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas. Em Artur Nogueira há uma unidade da Polícia Militar a mais que em Engenheiro Coelho, que possui uma unidade da Polícia Civil e uma da Polícia Militar.

**Quadro 214 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Moji-Mirim**

Categoria	Município		Microrregião de Moji-Mirim
	Artur Nogueira	Engenheiro Coelho	
Corpo de Bombeiros	0	0	1
Polícia Civil	1	1	18
Polícia Militar	2	1	10
Polícia Rodoviária	0	0	1
Polícia Ambiental	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

Na microrregião de Catanduva, observa-se que, das três unidades da Polícia Militar existentes, duas estão instaladas em dois, dos três municípios da All do Projeto, a saber, uma em Severínia e uma em Cajobi como podem ser observado no Quadro 215. Vale ressaltar que em Paraíso não há nenhuma instalação de qualquer esfera de segurança, o que ocorre apenas para este município e Vista Alegre do Alto entre todos os municípios abrangidos pela All do projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

**Quadro 215 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Catanduva**

Categoria	Município			Microrregião Catanduva
	Paraíso	Severínia	Cajobi	
Corpo de Bombeiros	0	0	0	0
Polícia Civil	0	1	1	21
Polícia Militar	0	1	1	3
Polícia Rodoviária	0	0	0	1
Polícia Ambiental	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

Na microrregião de São Carlos observa-se claramente uma predominância de instituições de segurança instaladas no município que leva o nome da microrregião, São Carlos, que conta com 19 unidades do total das 30 instaladas em toda a microrregião. Observa-se, também, que as três unidades do Corpo de Bombeiros existentes na microrregião estão neste município. Analândia e Descalvado, possuem respectivamente, 3 (três) e 2 (dois) unidades de segurança. Não há, em toda a microrregião nenhuma unidade da Polícia Rodoviária. Estes dados estão retratados no Quadro 216.

**Quadro 216 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de São Carlos**

Categoria	Município			Microrregião São Carlos
	Analândia	Descalvado	São Carlos	

## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

Categoria	Município			Microrregião São Carlos
	Analândia	Descalvado	São Carlos	
Corpo de Bombeiros	0	0	3	3
Polícia Civil	1	1	12	17
Polícia Militar	2	1	3	9
Polícia Rodoviária	0	0	0	0
Polícia Ambiental	0	0	1	1

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

Na microrregião de São José do Rio Preto observa-se o segundo maior número de instituições de segurança, 72, vindo atrás apenas da microrregião de Campinas, que possui 105. Nesta microrregião não há nenhuma unidade da Polícia Ambiental e as 2 (dois) unidades da Polícia Rodoviária existentes não estão implantadas em nenhum dos municípios da All do Projeto LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, conforme apresentado no Quadro 217. Entre os municípios da All, inseridos nessa microrregião, Olímpia foi o que apresentou a melhor infraestrutura de segurança pública, possuindo duas unidades do Corpo de Bombeiros, quatro da Polícia Civil e duas da Polícia Militar. Em Icém há uma unidade da Polícia Civil e uma da Polícia Militar e em Altair apenas uma da Polícia Civil.

### Quadro 217 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de São José do Rio Preto

Categoria	Município			Microrregião São José do Rio Preto
	Altair	Icém	Olímpia	
Corpo de Bombeiros	0	0	2	7
Polícia Civil	1	1	4	42
Polícia Militar	0	1	2	21
Polícia Rodoviária	0	0	0	2
Polícia Ambiental	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

Em Limeira, microrregião que engloba quatro, dos 33 municípios abrangidos pela All LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, há municípios com representação apenas das Polícia Civil e Militar, sendo o caso de Conchal e Santa Cruz da Conceição que possuem uma unidade de cada categoria. Estes dados podem ser observados no Quadro 218.

Leme e Araras possuem mais unidades de segurança, 6 (seis) e 8 (oito), respectivamente, havendo nesses municípios unidades do Corpo de Bombeiros. Em nenhum município desta microrregião há unidades da Polícia Rodoviária e Polícia Ambiental.

### Quadro 218 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Limeira

Categoria	Município				Microrregião Limeira
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	
Corpo de Bombeiros	1	2	0	0	5
Polícia Civil	4	4	1	1	21

## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

Categoria	Município				Microrregião Limeira
	Leme	Araras	Conchal	Santa Cruz da Conceição	
Polícia Militar	1	2	1	1	12
Polícia Rodoviária	0	0	0	0	2
Polícia Ambiental	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

A microrregião de Jaboticabal é composta por 17 municípios, destes, cinco estão inseridos na All LT 500 kV Marimbondo, sendo eles Monte Alto, Pirangi, Santa Ernestina, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto. Como pode-se ver no Quadro 219, o município de Vista Alegre não conta nenhuma instalação de qualquer esfera de segurança pública e Pirangi tem apenas uma unidade da Polícia Militar. Taquaritinga é o único município que tem unidade do Corpo de Bombeiros.

Destaca-se o número de postos da Polícia Civil em Monte Alto (3) se comparado aos demais municípios.

**Quadro 219 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Jaboticabal**

Categoria	Município					Microrregião Jaboticabal
	Monte Alto	Pirangi	Santa Ernestina	Taquaritinga	Vista Alegre do Alto	
Corpo de Bombeiros	0	0	0	1	0	3
Polícia Civil	3	0	1	2	0	22
Polícia Militar	1	1	2	1	0	18
Polícia Rodoviária	0	0	0	0	0	1
Polícia Ambiental	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

Em Campinas, microrregião formada por 17 municípios, sendo 5 (cinco) analisados neste diagnóstico, no que tange a estrutura formal de segurança pública, o município com maior estrutura é o de Campinas, o que pode estar relacionado diretamente a sua demografia populacional.

Campinas conta com nove unidades do Corpo de Bombeiros, 17 postos da Polícia Civil, 13 da Polícia Militar e um posto da Polícia Rodoviária. Os municípios de Jaguariúna, Cosmópolis e Holambra tem respectivamente um posto da Polícia Civil e um da Polícia Militar. Apenas os municípios de Paulínia (1) e Campinas (9) possuem unidades do Corpo de Bombeiros. Os dados descritos são apresentados no Quadro 220.

**Quadro 220 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Campinas**

Categoria	Município					Microrregião Campinas
	Jaguariúna	Paulínia	Campinas	Cosmópolis	Holambra	
Corpo de	0	1	9	0	0	16

## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

Bombeiros						
Polícia Civil	1	2	17	1	1	55
Polícia Militar	1	2	13	1	1	33
Polícia Rodoviária	0	0	1	0	0	1
Polícia Ambiental	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

A microrregião de Araraquara é formada por 15 municípios, destes, seis são objetos de estudo deste diagnóstico. Conforme observado no Quadro 221 destaca-se que apenas o município de Araraquara tem postos de Corpo de Bombeiros (2), que correspondem à metade dos existentes na microrregião.

Neste município também estão instaladas as duas únicas unidades de Polícia Rodoviária e a única unidade da Polícia Ambiental da microrregião. Todos os municípios aqui analisados tem apenas um posto da Polícia Militar cada com exceção de Santa Lucia que não tem nenhum. Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia tem 1 posto da Polícia Civil cada e Araraquara tem dez unidades.

### Quadro 221 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Araraquara

Categoria	Município						Microrregião Araraquara
	Américo Brasiliense	Araraquara	Motuca	Rincão	Santa Lúcia	Dobradinha	
Corpo de Bombeiros	0	2	0	0	0	0	4
Polícia Civil	1	10	0	1	1	0	25
Polícia Militar	1	1	1	1	0	1	14
Polícia Rodoviária	0	2	0	0	0	0	2
Polícia Ambiental	0	1	0	0	0	0	1

Fonte: Secretaria da Segurança Pública Estadual, 2014

O município de Fronteira integra a microrregião de Frutal formada por 12 municípios e localizada geograficamente no estado de Minas Gerais. Como demonstrado no Quadro 222, neste município existem apenas uma unidade da Polícia Civil e três da Polícia Militar e, tanto na microrregião como no município, não existem postos do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária e Polícia Ambiental.

### Quadro 222 – Equipamentos de Segurança Pública dos Municípios Interceptados na Microrregião de Frutal

Categoria	Município Fronteira	Microrregião Frutal
Corpo de Bombeiros	0	0
Polícia Civil	1	9
Polícia Militar	3	22
Polícia Rodoviária	0	0
Polícia Ambiental	0	0

Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2014, Polícia Militar de Minas Gerais, 2014 e Polícia Rodoviária Federal, 2014



### **7.3.2.4.3.1 Análise de percepção segundo os gestores públicos (Segurança)**

Com a finalidade de melhor caracterizar os sistemas de segurança pública e suas estruturas nos municípios em que transpassará a Linha de Transmissão 500kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas, entrevistou-se um gestor público responsável ou representante da polícia Militar ou Civil. As entrevistas puderam ser respondidas por qualquer um dos agentes que tivessem a disponibilidade de receber a equipe de pesquisa no dia que estes estavam no município.

O objetivo das entrevistas foi de fornecer um panorama geral da situação da segurança pública municipal. Em dezenove dos 33 municípios foram entrevistados representantes da Polícia Civil, em dois deles representantes da Polícia Militar, e em outros dois, gestores públicos ligados às Secretarias Municipais de Segurança Pública. Nos demais municípios em que não houve entrevista desse segmento deveu-se à limitação de agenda dos gestores e pesquisadores. Agrupou-se as entrevistas realizadas por faixa de população para que os contextos sobre as estruturas de segurança públicas municipais fossem compreendidas com maior detalhamento.

Entre os municípios pesquisados interceptados pela linha de transmissão, 47,8% deles possuem uma população de até 10 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE em 2013. Para eles a estrutura de segurança pública predominante conta com um contingente de até 5 policiais e até 5 viaturas, sendo as exceções os municípios de Analândia e Santa Cruz da Conceição, por possuírem um contingente maior, de até 20 policiais.

Ao perguntar a esses gestores sobre suas avaliações em relação à abrangência dos serviços prestados à população, a maior parte deles responderam que a estrutura de segurança pública é suficiente e atende a demanda atual. No entanto os entrevistados dos municípios de Dobrada, Santa Lúcia e Santa Cruz da Conceição avaliaram que os serviços oferecidos atendem em parte a demanda que possuem.

No município de Motuca a avaliação foi de que a estrutura de segurança pública municipal é capaz de atender não somente as demandas atuais, mas também, demandas extras. Os municípios de Analândia, Corumbataí, Dobrada, Icém, Motuca, Paraíso, Santa Cruz da Conceição, Santa Ernestina, Santa Lúcia e Vista Alegre do Alto não possuem Corpo de Bombeiro e, quando necessário, são atendidos pelos batalhões dos seguintes municípios de acordo com a proximidade deles: São Carlos, Matão, Catanduva, Leme, Américo Brasiliense e Bebedouro. Ainda, dos municípios da faixa de população aqui

analisados, Dobrada, Paraíso, Santa Ernestina, Santa Lúcia e Vista Alegre do Alto não possuem Defensoria Pública instalada em suas sedes municipais.

As principais características de estão representadas na Figura 110.



**Figura 110 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de até 10 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Os municípios de 10 a 20 mil habitantes representam 21,7% do universo pesquisado. A estrutura de segurança pública prevalente nesses municípios conta com um contingente de até 10 policiais e 5 viaturas em boas condições. Segundo os gestores entrevistados essa estrutura atende em parte a demanda atual.

Os municípios de Cajobi, Rincão e Severínia não possuem em suas sedes Batalhões do Corpo de Bombeiro e nem Defensoria Civil. Em Fronteira e Pirangi apenas não possuem Corpo de Bombeiro. Estes municípios fazem uso das estruturas de Olímpia ou Araraquara.

A Figura 111 esquematiza as principais características dos municípios na faixa de população analisada.



**Figura 111 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Enquadrou-se na faixa de população de 30 a 40 mil habitantes somente o município de Descalvado, cujo um representante da segurança pública municipal foi entrevistado. A estrutura de segurança pública desse município conta com um contingente de mais de 20 policiais e até 10 viaturas disponíveis.

Segundo o entrevistado os equipamentos de segurança pública atendem em parte as demandas do município. Como estrutura de apoio externo, apenas necessita dos serviços firmados em parceria com a Polícia Científica de São Carlos ou Rio Claro.

Estas características são retratadas na Figura 112.



**Figura 112 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 30 mil a 40 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Na faixa de população de 40 a 50 mil habitantes, somente o município de Monte Alto teve um gestor entrevistado. Este município conta com um contingente de até 20 policiais e até 10 viaturas disponíveis em boas condições de uso.

De acordo com a avaliação do entrevistado a estrutura do município é suficiente para atender a demanda atual. Como estrutura de apoio externo, conta com a Perícia do município de Jaboicabal.

A Figura 113 apresenta a infraestrutura de segurança pública do município de forma esquemática.



**Figura 113 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Os municípios que contém mais de 50 mil habitantes representam 21,7% do universo pesquisado para esse segmento. Estes municípios possuem um contingente de mais de 20 policiais e mais de 20 viaturas em boas condições de uso.

De acordo com os entrevistados dos municípios de São Carlos e Leme, a estrutura que possuem é suficiente para atender demandas extras, além das demandas atuais que possuem. E no município de Olímpia, o entrevistado avaliou que a estrutura de segurança do município é suficiente para atender as demandas apresentadas pela população. Nenhum desses municípios necessita de apoio de estruturas de segurança pública de outros municípios.



**Figura 114 – Principais características da situação da Segurança Pública dos municípios de 40 mil a 50 mil habitantes**

Fonte: Instituto Metodológico

Perguntou-se aos gestores entrevistados sobre as ocorrências que são comuns no município. Em 12 destes, disseram que são relacionados à furtos; em 8 (oito) municípios destacaram que são comuns ocorrências devido ao tráfico e uso de entorpecentes. Em três municípios, elencaram lesões corporais. Em dois municípios foram salientados problemas de embriaguez e em um, animais nas vias. Ao serem questionados sobre os principais locais que necessitassem de maior atenção dos serviços de segurança pública, nenhum dos agentes escutados atribuiu as ocorrências à área de implantação da LT 500kV Marimbondo II - Campinas.

Em quatro dos municípios pesquisados há projetos de iniciativa municipal destinados à melhoria da segurança pública. Em Araraquara, o entrevistado citou o programa de combate ao craque, cujo nome é: "Craque, é preciso vencer"; a iniciativa da implantação da Guarda Municipal e o Patrulhamento Ambiental. Em São Carlos e Santa Cruz da Conceição também há a Guarda Municipal e há o projeto "Atividade Delegada", que trata-se de um convênio entre o Estado e os municípios com o objetivo de permitir a utilização de policiais militares, em dias de folga, no policiamento ostensivo e no apoio às prefeituras nas atividades de fiscalização que são de responsabilidade do município. Em Leme, o entrevistado citou iniciativas como palestras em escolas, campanhas de

conscientização da violência do trânsito, uso de cerol, entre outros temas atuais condizentes com os contextos sociais da população no município.

Foi perguntado aos gestores se na área de instalação da LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas se havia algum projeto ou ação de intervenção sendo desenvolvida. Em Araraquara e em Leme há o patrulhamento rural e em São Carlos ações referentes à políticas ambientais. Nos demais municípios, ou não há nenhum projeto ou programa de natureza governamental e não governamental ou os entrevistados não possuíam essa informação para responder aos pesquisadores.

Por fim, buscou-se compreender a relação da implantação da LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas com a dinâmica da estrutura dos municípios atravessados. Primeiramente, perguntou-se se aos entrevistados se eles possuíam conhecimento sobre a linha de transmissão que passará no município. Foram 69,6% que declararam não possuir nenhum conhecimento e nem ter ouvido falar sobre o empreendimento. Na sequência, solicitou-se que o entrevistado avaliasse, de acordo com sua percepção, se a instalação da LT era muito importante, importante, pouco importante ou não é importante. Dentre estes 13% consideraram muito importante e 34,8% disseram ser importante. Não houve nenhum entrevistado que avaliou como pouco ou nada importante. Os demais entrevistados, que equivalem a 52,2%, não souberam responder a essa questão argumentando que necessitam de maiores informações para formar uma opinião.

O desenvolvimento regional e do Estado de São Paulo, a diminuição dos picos de energia e a geração de empregos foram os pontos positivos elencados pelos entrevistados ao refletirem sobre as vantagens que o empreendimento poderá trazer. Os pontos negativos elencados por eles foram os impactos econômicos e de produção que causará aos produtores rurais devido à restrição do uso do solo na área de implantação e os impactos ambientais que poderão ser ocasionado mediante a instalação e operação.

Ao final da entrevista, deixou-se um espaço aberto no qual o entrevistado poderia registrar suas dúvidas ou considerações que gostariam que fossem repassadas ao empreendedor. Todos os entrevistados solicitaram ter acesso à informações mais detalhadas sobre o empreendimento como, o cronograma de obras, esclarecimento sobre a finalidade da linha de transmissão, onde irá abastecer, se beneficiará a região e se recolherão impostos municipais.

### **7.3.2.4.3.2 Análise integrada dos aspectos de Segurança Pública na All**

Para os aspectos referentes à segurança pública foi apresentado no tópico acima a dinâmica dos municípios da All enquadrados por suas respectivas microrregiões. E na sequência, elencou-se as avaliação e percepção de policiais civis ou militares que participaram desta pesquisa. No entanto, ainda faz-se necessário uma análise comparativa e conjunta entre os 33 municípios que serão interceptados pela LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas.

Entre os municípios analisados há no total 20 batalhões de Corpo de Bombeiros. Sendo que 25% dos municípios concentram 100% dessas estruturas. De acordo com a análise apresentada no tópico “Organização Regional da Área de Influência Indireta”, em que destaca os municípios polarizados e polarizadores, pode-se afirmar que os municípios que possuem estruturas de corpo de bombeiros enquadram-se como centros polarizadores. São eles: Campinas, São Carlos, Araras, Araraquara, Olímpia, Leme, e Taquaritinga. Em Olímpia, Leme, Taquaritinga e Paulínia há apenas 1 batalhão. Em Araras e Araraquara há 2. Em São Carlos há três e em Campinas 9 batalhões de corpo de bombeiros. Os 75% restante dos municípios necessitam recorrer a um dos municípios citados ou algum outro na região que possuem este equipamento.

A Área de Influência Indireta do empreendimento possui 76 destacamentos da Polícia Civil. Em média, são 2,3 equipamentos por município. No entanto, estes estão concentrados em 85% dos 33 municípios. Os municípios que não possuem nenhum equipamento são: Pirangi, Vista Alegre do Alto, Paraíso, Motuca e Dobrada. Em 57,6% dos municípios há apenas uma delegacia. Em Araraquara há 10, em São Carlos há 12 e em Campinas 17 delegacias da Polícia Civil.

A Polícia Militar também está presente em 85% dos municípios. Aqueles que não a possuem, segundo os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais e São Paulo, são: Vista Alegre do Alto, Paraíso, Altair, Fronteira e Santa Lúcia. No total são 45 destacamentos da PM na All, o que dá uma média de 1,36 equipamentos por município. Porém, em 66,7% dos municípios há apenas uma delegacia e em 15,2% deles há 2. Campinas novamente destaca-se pelo número de equipamentos de segurança, a cidade possui 13 estruturas da Polícia Militar.

Araraquara e Campinas são os únicos municípios, entre os 33, que possuem Polícia Rodoviária. O que significa que 93,9% dos municípios não a tem. Em Araraquara há duas



unidades e em Campinas 1. Tratando-se de Polícia Florestal, apenas Araraquara e São Carlos possuem uma unidade.

Ao refletir sobre os dados e analisar o cenário, percebe-se que Paraíso e Vista Alegre não possuem nenhum tipo de equipamento de segurança pública. Já Araraquara é o único município que possui todos estes. Campinas é o município de maior destaque em número total de equipamentos, são 40 estruturas divididas entre polícia militar, civil, corpo de bombeiros, polícia florestal e polícia rodoviária. Em segundo lugar, está São Carlos com 17 estruturas, e em terceiro, Araraquara com 16.

### **7.3.2.5 Uso e ocupação do solo**

#### **7.3.2.5.1 Autorizações municipais para a instalação do empreendimento**

O item de autorizações municipais para a instalação do empreendimento trata de listar os municípios que já concederam, até a data de protocolo do estudo, o documento e/ou certidão de autorização para a instalação do empreendimento em seu território municipal.

Tal documentação retrata a convergência e legalidade do empreendimento com relação às legislações municipais de uso e ocupação do solo e, estão apresentados nos anexos deste estudo.

Abaixo segue, para conhecimento, a lista de municípios citada.

- Descalvado;
- Analândia;
- Jaguariúna;
- Leme;
- Conchal;
- Santa Lucia;
- Taquaritinga;
- Araraquara;
- Cajobi;

- Cosmópolis;
- Fronteira;
- Motuca;
- Pirangi;
- Santa Cruz da Conceição;
- Vista Alegre do Alto;
- Icém;
- Paulínia,;
- Campinas;
- São Carlos;
- Dobrada, e
- Rincão.

Por fim, com o objetivo de identificar os aeroportos, aeródromos, outras LTs, gasodutos e minerodutos próximos a LT Marimondo II – Campinas faz-se referência ao mapa LT – MC - 06. Nele estão identificados todos os itens listados, bem como áreas de uso restrito com relação a estes empreendimentos.

#### **7.3.2.5.2 Zoneamentos Ecológicos**

O Zoneamento Ecológico – Econômico se apresenta como um dos instrumentos de planejamento instituídos pelo Governo Federal através da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

O Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, regulamenta esse instrumento e determina critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. De acordo com o artigo 2º deste Decreto Federal, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento de organização do território a ser seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas deve estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da

biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Nos termos do artigo 3º, *caput*, do referido Decreto Federal:

*“O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.”*

O processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais (artigo 4º, inciso I do Decreto Federal nº 4.297, de 10 julho de 2002). Importa mencionar que compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional ou regional. É dada maior atenção a biomas considerados patrimônio nacional ou que não sejam tratados de forma fragmentária.

O art. 20 do Decreto Federal nº 4.297/02 determina que, para planejamento e implementação de políticas públicas, bem como para o licenciamento ou assistência técnica de qualquer natureza, as instituições públicas ou privadas observarão os critérios, padrões e obrigações estabelecidos no ZEE, quando existir, sem prejuízo dos previstos na legislação ambiental.

#### **7.3.2.5.2.1 Zoneamento Ecológico Econômico no Estado de Minas Gerais**

No estado de Minas Gerais, o ZEE de todo o território do estado já foi executado, aprovado por meio da Deliberação Normativa nº 129, de 27 de dezembro de 2008, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), e tem sido utilizado como subsídio para as atividades de licenciamento ambiental. Seguindo as diretrizes metodológicas estabelecidas no Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Ministério de Meio Ambiente, é um zoneamento obtido a partir do cruzamento de informações sobre a potencialidade social e a vulnerabilidade natural de uma localidade. A construção dessa ferramenta resultou em um macro diagnóstico do Estado, capaz de contribuir para a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, subsidiando o planejamento e orientação das políticas públicas e das ações em meio ambiente.

Segundo o sítio oficial do ZEE-MG, seu objetivo principal é contribuir para a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, orientando os investimentos do Governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades regionais.

A região interceptada pela linha de transmissão encontra-se toda inserida na Zona de Desenvolvimento 1:

*“São áreas de elevado potencial social que pressupõem condições de gerenciar empreendimentos de maior porte e causadores de maiores impactos sócio-ambientais. São caracterizadas por possuírem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional e de serem facilmente estimuladas para alavancar o desenvolvimento sustentável do local. Nessa zona, os locais são menos vulneráveis ambientalmente, os empreendedores têm melhores condições para implantar ações preventivas e mitigadoras de impactos.”*

O Zoneamento Ecológico Econômico do Local, por definição, favorece a implementação do empreendimento na região, não impondo nenhuma restrição à linha de transmissão.

#### **7.3.2.5.2 Zoneamento Ecológico Econômico no Estado de São Paulo**

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente do estado, para assegurar o desenvolvimento sustentável, foi elaborada uma proposta de anteprojeto de Lei que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo que, enviada a Assembleia Legislativa pelo Governo do Estado, tramita como Projeto de Lei nº396/2012. Não existindo ainda um ZEE para a região no território de São Paulo que é interceptada pela linha de transmissão.

#### **7.3.2.6 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico**

Encontra-se em desenvolvimento o Projeto de Diagnóstico, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, que pode ser encontrado no Anexo 10 do presente estudo. O intuito de tal Projeto foi o de realizar o levantamento dos dados arqueológicos da área de influência do empreendimento.

O Projeto de Diagnóstico, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas foi protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sob o

processo de no 01450.007971/2013-78, e foi autorizado por meio da Portaria no43, de 16 de setembro de 2013.

Dessa forma, o projeto elencado objetiva realizar prospecções intrusivas para a verificação das potencialidades arqueológicas da área de estudo.

Nesse sentido, o trabalho anexado compreende duas etapas complementares:

- Contextualização etnohistórica e arqueológica da região, realizada por meio do levantamento de dados secundários na documentação histórica disponível e pesquisa bibliográfica;
- Identificação de vestígios arqueológicos em campo por meio de inspeção visual de superfície e prospecção intrusiva nas áreas de influência do empreendimento.

Os resultados serão submetidos ao IPHAN por meio do Relatório de Prospecção Arqueológica, contendo informações sobre a existências de sítios arqueológicos na área do empreendimento e da eventual necessidade de salvamento desses.

De maneira semelhante, realizou-se pesquisa e relatório em torno do patrimônio histórico e imaterial nas áreas de influência do empreendimento, objetivando a consolidação do Projeto de Diagnóstico, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão LT 500 kV Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas, encontrado também no Anexo 10 do presente estudo. Assim, o objetivo dos levantamentos concentra-se em torno da identificação das manifestações culturais materiais e imateriais nas áreas de influência do referido empreendimento.

A concepção metodológica utilizada vincula-se à legislação ambiental em vigor, com destaque para a Resolução CONAMA 001 / 1986, assim como a portarias do IPHAN (SPHAN 07/1988 e IPHAN 230/2002), que orientam e dão diretrizes para a elaboração dos trabalhos, com intuito de buscar um caminho para o levantamento e sistematização de informações coletadas tanto nas fontes primárias como nas secundárias. O escopo temático abrange aspectos relativos às tradições e manifestações populares, sendo identificados os produtores e os consumidores nas tradições e manifestações culturais populares.

Finalmente, os resultados dos estudos de Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico serão protocolados em conjunto diretamente ao IPHAN.

### **7.3.3 Caracterização Área de Influência Direta**

#### **7.3.3.1 Aspectos gerais da AID**

As propriedades que constituem a AID da LT 500kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, apresentam características bastante diferenciadas, assim como as regiões nas quais se inserem. Dos 20% das propriedades em que foram realizadas entrevistas, residem 1.018 pessoas, distribuídas em 346 famílias, considerando além dos familiares diretos dos proprietários, colonos e trabalhadores. Em média constatou-se 5,91 habitantes por propriedade. Esta população quantificada pela pesquisa de campo é predominantemente adulta, com baixa taxa de natalidade e uma maior porcentagem de habitantes do gênero masculino.

Os dados obtidos a respeito da renda média mensal das famílias dos proprietários apontam que 33,14% das famílias recebem mais de 10 Salários Mínimos (S.M.) mensais, os quais em grande parte residem em áreas urbanas (São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Barretos) e, em alguns casos, distantes dos locais das propriedades. Os proprietários que residem na AID possuem renda média acima de 3 S.M e, além dos ganhos com a propriedade, costumam desenvolver outras atividades profissionais.

Por outro lado, a remuneração média da AID fica em torno de 3 (três) S.M.. Esses trabalhadores são, em sua grande maioria, homens e em alguns poucos casos há mulheres contratadas, em geral, para o serviço doméstico na propriedade. É comum que as esposas dos trabalhadores, contratadas ou não, desenvolvam pequenos comércios de gêneros alimentícios e animais de criação como forma de complementar a renda, recebendo em geral menos de 1 S.M mensal.

No que diz respeito ao tamanho das propriedades, 32% das propriedades possuem até 26 hectares e 30% mais de 100 hectares. Foram identificadas algumas propriedades com 800, 900, 1000 e 2000 hectares, ou seja, um tamanho bastante superior ao da maioria das propriedades.

Com relação aos usos, 89,2% das propriedades realiza produção agrícola comercial, principalmente ligada à produção de frutas para abastecimento à indústria local de produção de sucos e plantio de cana para abastecimento da indústria sucroalcooleira.

Nota-se dois grandes polos produtores, um deles concentrado na região de Icém até Cajobi e outro na região entre São Carlos e Artur Nogueira. Inseridas em municípios que,

em sua maioria, tem aumentado nos últimos anos o Valor Adicionado Bruto a preços correntes da Agropecuária, tal como apresentado no diagnóstico da Área de Influência Indireta, as propriedades pertencentes à AID têm em sua maioria o foco estabelecido para a produção agropecuária de larga escala.

No que diz respeito à oferta de bens e serviços de educação e, principalmente, de serviços de saúde, a maioria dos moradores das propriedades utilizam recursos das sedes municipais ao qual pertencem, mas frequentemente recorrem a municípios vizinhos - os quais oferecem atendimentos de maior complexidade, maior número de vagas em níveis de ensino mais avançados, estrutura de comércio com maior diversidade e preços mais competitivos.

Campinas e Araraquara são os dois municípios com maior capacidade de recebimento de demandas advindas em nível regional. Também se destacam os municípios de São Carlos e Araras por exercem níveis de polarização de municípios vizinhos. Outros municípios podem ser citados ainda nesta linha, porém com menor capacidade de absorção da demanda, tais como: Olímpia, Monte Alto, Leme e Taquaratinga.

### **7.3.3.2 Composição e dinâmica populacional**

#### **7.3.3.2.1 Por quantidade absoluta**

Como grupos populacionais considerados neste diagnóstico, cita-se: 1) membros familiares do proprietário (quando for o caso de residirem na propriedade), 2) colonos e 3) trabalhadores fixos residentes na área. Tais grupos foram definidos a partir da identificação e compreensão da dinâmica populacional local e então divididos em grupos de semelhança familiar ou de relação econômica com o proprietário, de modo a compor o melhor cenário de representação da área em foco.

A área de influência direta é composta por aproximadamente 930 propriedades. Destas 20% foram mapeadas com foco na apreensão de dados socioeconômicos. Tal informação faz-se necessária mediante compreensão do texto disposto abaixo, pois, quando lê-se dados da AID entende-se universo estudado, cuja representação chega a 29% do total da área.

A AID do empreendimento, segundo dados levantados em campo no ano de 2014, abriga, em torno, de 1.018 pessoas, entre homens e mulheres, instalados, em grande

parte, em zona rural. Percentualmente pode-se inferir que, em média, há 5,91 moradores por propriedade.

Analisando os dados de crescimento populacional da All do empreendimento em comparação com o quantitativo populacional levantado (1.018 habitantes), mais observações de campo e situação ocupacional da AID, pode-se inferir que a área não possui as mesmas taxas de crescimento populacional. Tal constatação considera e está baseada na análise da área em foco (zona rural) e grau de antropização (sendo majoritariamente de grandes e consolidadas propriedades).

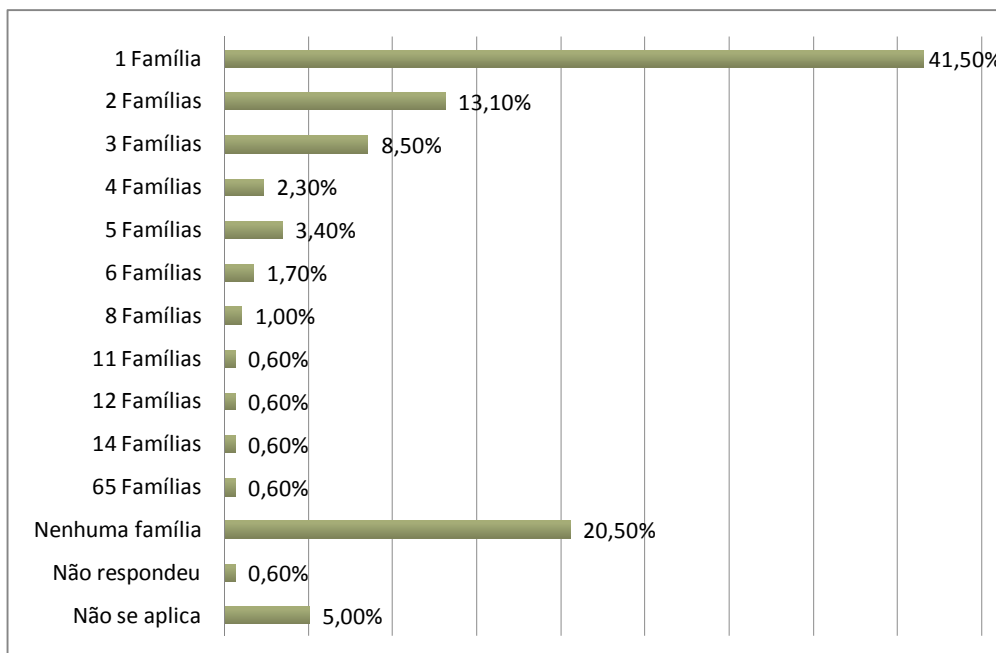
Alguns assentamentos rurais foram identificados na AID, o quais serão retratados detalhadamente mais a frente neste documento, contudo, estes não interferem significativamente nos índices totais de crescimento vegetativo e ou de ocupação populacional da AID.

Ainda com relação a população e situação ocupacional – ou seja de residência em zona rural e urbana, nota-se que a área, mediante mesmos fatores de análise citados em parágrafo anterior, pode seguir a tendência da All e estado de São Paulo, cuja predisposição é de estabilização e/ou de redução da população em zona rural.

#### **7.3.3.2.2 Número de famílias residentes**

O número de famílias residentes na AID foi dividido, assim como os demais dados produzidos para o diagnóstico, em grupos de semelhança e ocupação por propriedade, visando facilitar a leitura e a compreensão integrada/sistêmica da área em foco – que é formada por uma área dividida, essencialmente, em propriedades rurais. Assim 11 grupos foram formados, cuja apresentação segue, para conhecimento, na Figura 115.





**Figura 115 – Porcentagem de famílias por propriedade.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A leitura dos dados dispostos demonstra que 20,50% do total das propriedades não possui família residindo, 0,60% não responderam e 5% não se aplica. Com relação ao número de 20,50% pode-se dizer que, eventualmente, tratam-se de propriedades de veraneio, de propriedades com uso aleatório ou destinadas a comportar estruturas tipicamente rurais, cuja função é de apoio e/ou abrigo de instrumentos e maquinários agrícolas, e que, por consequência, não são usadas com fins de residência e /ou ocupação.

Com relação aos demais percentuais da figura apresentada, outro também se destaca. Segundo consta na figura, 41,50% do total das propriedades possui 1 (uma) família residente; seguido de 13,10% com 2 (duas) famílias residentes; 8,50% com 3 (três) famílias residentes; 2,30% com 4 famílias residentes; 3,40% com 5 famílias residentes; 1,70% com 6 (seis) famílias residentes; 1,00% com 8 (oito) famílias residentes. Tais informações podem levar à suposição de composição mais ou menos homogênea da estruturação familiar das propriedades e pode-se dizer, socioeconômica e política.

Por fim, verifica-se os valores referentes à 11 famílias, 12 famílias, 14 famílias e 65 famílias, cujo percentual é de apenas 0,60% cada uma e ocorrem com maior frequência nas propriedades de grandes dimensões (1.951ha, 242ha, 958ha e 2.000ha, respectivamente) que demandam uma grande quantidade de mão - de - obra.

Com base nestas informações e nas observações de campo é possível colocar que as propriedades cuja disposição do número de famílias é maior, possuem o perfil de grande latifúndio destinados à produção agrícola de grande porte, em geral associadas a cultura da cana de açúcar e da laranja – tal como listado abaixo:

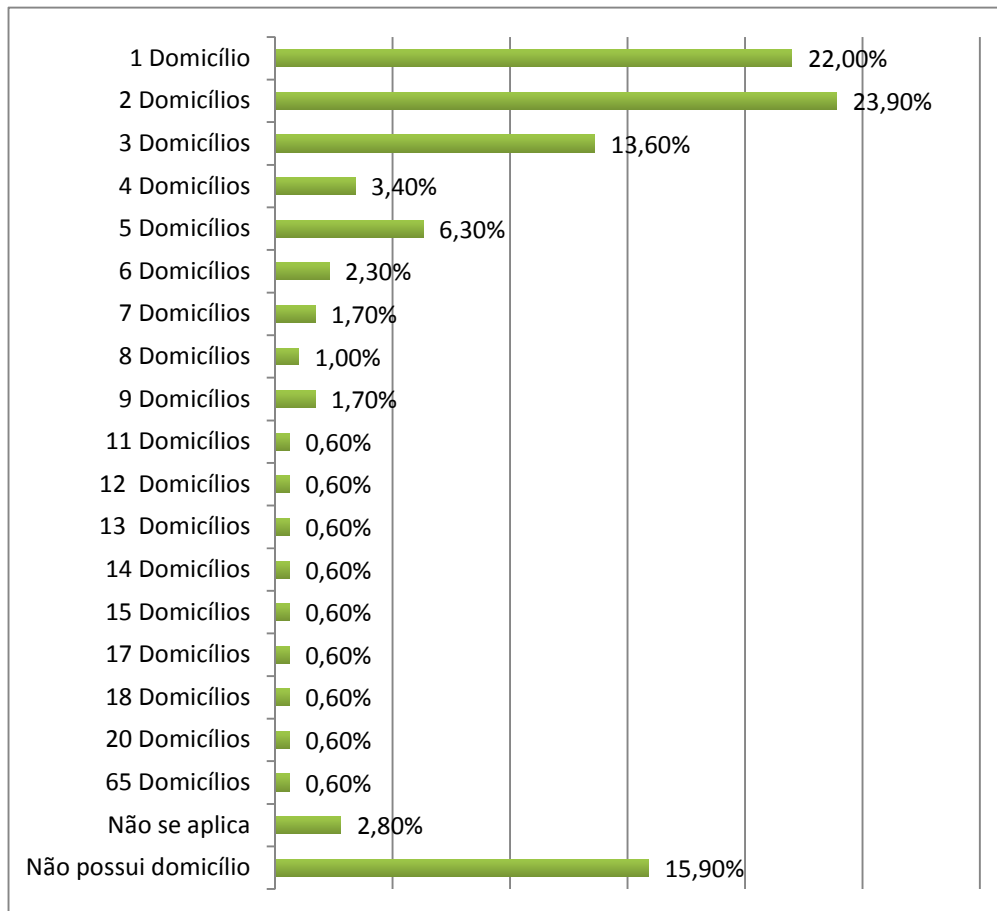
- A propriedade que possui 11 famílias é a Fazenda Santa Adele, localizada no município de Analândia. Sua área total é de 1.951ha e nela o plantio é destinado ao cultivo de cana de açúcar, milho, frutas e soja e, ainda, à criação de gado de corte, carneiros e galinhas;
- A propriedade que possui 12 famílias residentes é a Fazenda Monte Alegre, localizada no município de Olímpia. Sua área total é de 242ha, sendo o plantio dedicada à Seringueira;
- A propriedade que possui 14 famílias residentes é a Fazenda Santa Elisa, localizada no município de São Carlos. Sua área total é de 958 ha e nela o plantio é dedicado à produção de laranjas para venda no mercado nacional;
- A propriedade que possui 65 famílias residentes é Fazenda Santa Rita onde funciona a Agrindus Agropecuária, localizada no município de Descalvado. Sua área total é de 2.000ha e sua produção é voltada ao plantio de laranja e milho e, criação de gado de corte e leite. Por se destacar no cenário produtivo regional, será retratada em separado, mais adiante no texto.

Como destaque da AID chama a atenção, além dos municípios listados acima, Américo Brasiliense e Araraquara, por praticarem exportação de açúcar e álcool etílico, e, o município de Descalvado por exportar alimentos para animais e produção de laranja.

Outras informações que ajudam a compreender este cenário é o percentual de crescimento do PIB do setor agropecuário da microrregião de São Carlos que foi de 20,62% de 2010 para 2011, e de 60,69%. 2006 e 2011. Américo Brasiliense tem recebido população de outros municípios para trabalharem no setor sulcroalcooleira. Esta população tem se instalado justamente nas fazendas produtoras de açúcar e álcool.

### **7.3.3.2.3 Domicílios em condições de ocupação**

O próximo indicador que compõe o item de caracterização e ocupação populacional é o número de domicílios ou residências em condições de ocupação nas propriedades da AID. Para tanto apresenta-se a Figura 116 a seguir.



**Figura 116 – Porcentagem de domicílios por propriedade.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

As propriedades localizadas na AID possuem, em conjunto, 515 domicílios em condições totais de ocupação populacional, remetendo a toda infraestrutura necessária para a atividade. Isso nos permite inferir que há, pelo menos, 169 domicílios fechados, considerando que cada família ocupe um desses domicílios.

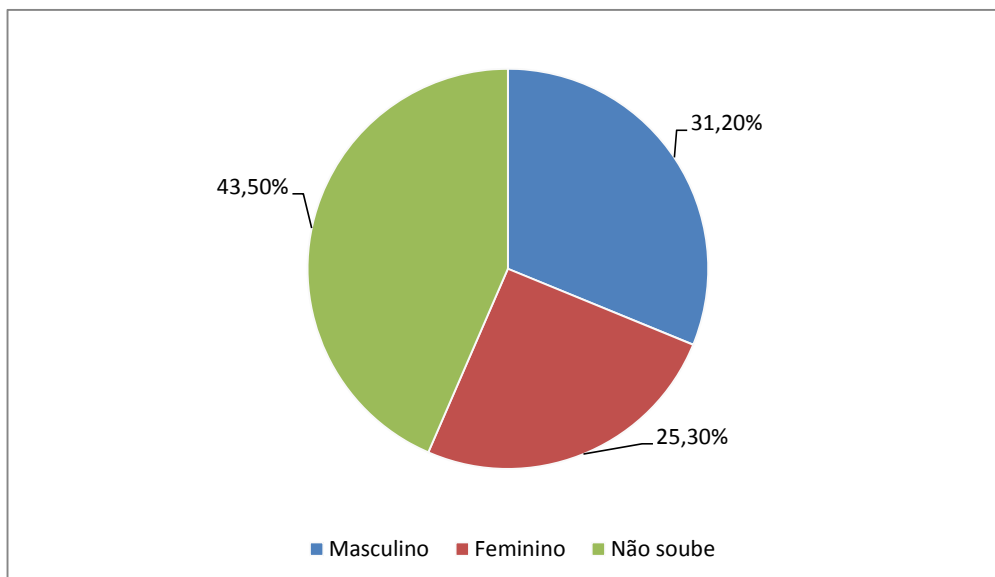
Os números apresentados na citada figura mostram que com relação ao número de domicílios por propriedade, 15,90% não possuem domicílios em condições de ocupação, 2,80% não se aplica, enquanto a maioria das propriedades possui entre 1 domicílio ou - 22,00%, 2 propriedades possuem - 23,90% e 3 13,60%.

A partir de 4 domicílios o percentual, com relação ao total é decrescente, a saber: 3,40% das propriedades possuem 4 domicílios, 6,30% possuem 5 domicílios, 2,30% possuem 6 domicílios, 1,70% possuem 7 domicílios, 1,00% possuem 8 domicílios e 1,70% possuem

9 domicílios. As propriedades com intervalo de 11 a 20 domicílios aparecem todas com 0,60%, além da propriedade que possui 65 domicílios, também com 0,60%.

#### 7.3.3.2.4 Composição de faixa etária e distribuição de gênero

A distribuição de gênero da AID, conforme exposto na Figura 117, é composta por 31,20% associado ao gênero masculino e 25,30% associado ao gênero feminino – indicando uma pequena diferença na estruturação. Para 43,50% dos entrevistados não foi possível obter a informação referente ao gênero<sup>2</sup>, uma vez que o respondente do questionário não soube especificar tal informação de todos os demais moradores da propriedade.

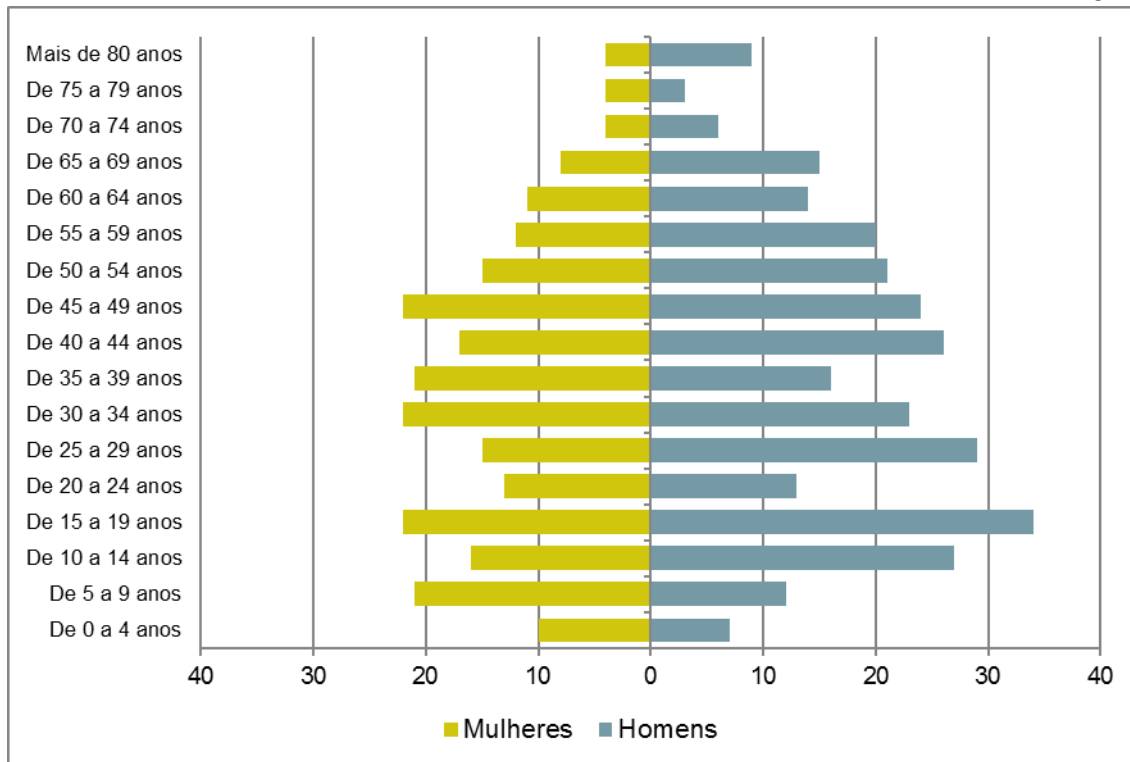


**Figura 117 – Gênero dos residentes na AID.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Quanto à composição de faixa etária da população da AID, nota-se, além de um número maior de homens em grande parte das faixas, um estreitamento da base piramidal no anos iniciais e crescimento do topo – indicando maior longevidade populacional e concomitantemente melhores condições de vida da população. Tais informações estão dispostas na Figura 118.

<sup>2</sup> Um aspecto importante a ressaltar diz respeito ao processo de resposta às entrevistas. Em função do perfil das propriedades ser, em grande parte dos casos, de empresas e destinadas à produção comercial, nem sempre os funcionários tinham informações sobre as famílias de outros funcionários aí residentes.



**Figura 118 – Pirâmide Etária da AID.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Na figura apresentada pode-se verificar, conforme parágrafo anterior, que sua base é estreita para as idades entre 0 a 4 anos – primeira infância, podendo indicar uma baixa taxa de natalidade ou problemas de controle de vida nos primeiros anos de nascença dos bebês. Para a faixa etária de 5 a 9 anos constata-se maior número de habitantes do gênero feminino. Já para a faixa entre 10 a 14 anos tem-se uma prevalência do sexo masculino.

O meio da pirâmide, que corresponde a faixa de 15 a 19 anos, apresenta um número maior de habitantes do sexo masculino e a maior faixa da pirâmide, ou seja, proporcionalmente esta é a faixa de idade de grande parte da população da AID.

A faixa subsequente, dos 20 aos 24 anos, apresenta a menor frequência do grupo adulto, considerando-se o somatório dos dois gêneros. Já a faixa dos 25 aos 29 apresenta a segunda maior frequência de pessoas do sexo masculino e um número reduzido de pessoas do sexo feminino. No grupo adulto, de forma geral, a proporção de homens é maior que a de mulheres numa mesma faixa de idade, com exceção da faixa de 35 a 39 anos em que se encontram mais mulheres do que homens.

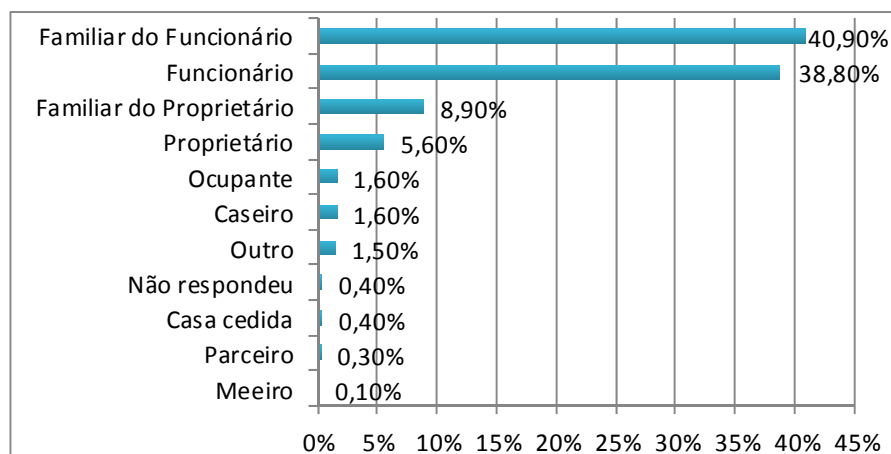
A prevalência constatada de habitantes da AID do gênero masculino do grupo adulto pode estar relacionada com a estrutura produtiva de grande porcentagem das

propriedades identificadas, as quais por pertencerem a empresas de grande porte para desenvolvimento de monocultura, ou seja, que privilegiam contratação de mão de obra masculina, a se considerar que em decorrência da mecanização crescente do campo, a necessidade de trabalhadores se aloca, sobretudo, na operação de máquinas pesadas.

De forma geral, pode-se concluir, a partir da pirâmide etária apresentada na Figura 118, que a população da AID quantificada pela pesquisa é predominantemente adulta, com baixa taxa de natalidade e uma maior porcentagem de habitantes do gênero masculino.

### 7.3.3.2.5 Vínculo familiar e/ou econômico com o proprietário

O vínculo familiar e/ou econômico com o proprietário foi dividido em grupos visando a melhor apresentação do subitem, a saber: familiar do funcionário, funcionário, familiar do proprietário, proprietário, ocupante, caseiro, casa cedida, parceiro, e, por fim, meeiro. Após divisão a distribuição da AID ficou constatada conforme demonstrado na Figura 119.



**Figura 119 – Vínculo familiar com o proprietário.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Verificou-se ainda que 32% das propriedades tem seus proprietários residindo, em termos de contingente populacional, estes proprietários representam apenas 5,60% dos residentes e 8,90% são seus familiares. Constatou-se que 38,80% dos residentes são funcionários e 40,9% são familiares de funcionários. Além desses, tem-se também 1,60% de ocupantes nas propriedades, 1,60% de caseiros e 1,50% classificados como “outro”; 0,40% de casas cedidas, 0,30% de parceiros e 0,10% de meeiros<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Indivíduo que cultiva o terreno alheio e divide igualmente (ou em proporção previamente acordada), com o dono deste, os frutos produzidos.

A partir da análise destes dados e dos registros de campo, pode-se dizer que a produção destas propriedades está fortemente atrelada à mão de obra contratada extrafamiliar e que expressiva porcentagem de funcionários possui famílias nucleares vivendo consigo nas propriedades. Nesses casos, em geral, as famílias se configuram em marido, esposa e filhos, sendo que é mais comum que somente o marido tenha vínculo empregatício, apesar de também haverem ocorrências de ambos os cônjuges serem contratados e até mesmo os filhos quando estes já são maiores de idade.

Um caso que ilustra a porcentagem de casas cedidas é a Fazenda São Benedito, localizada no município de Içém, São Paulo. Trata-se de uma grande fazenda destinada ao plantio de cana - de - açúcar. O casal que mora na casa recebeu permissão de um funcionário da fazenda pra ali se instalar, para que a casa não ficasse abandonada, conforme apresentado na Figura 120.

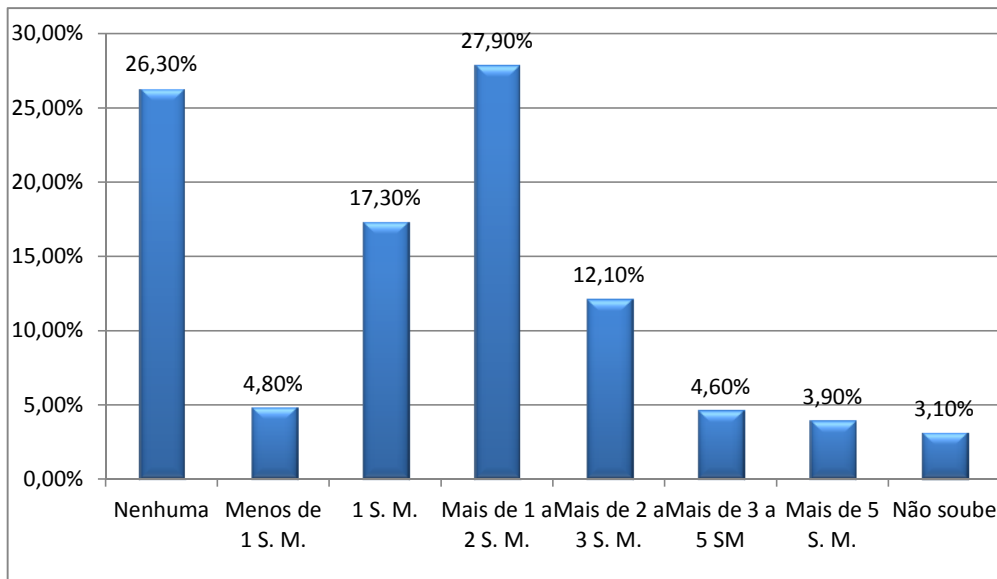


Figura 120 – Exemplo de moradia cedida por empresa ao funcionário.

#### 7.3.3.2.6 Geração e distribuição de renda

A Figura 121 mostra a distribuição de renda dos habitantes com idade igual ou maior que 16 anos residentes na AID – idade tida como referencia pelo IBGE como sendo economicamente ativa.

Pode-se observar que 27,90% dos moradores recebem de 1 a 2 Salário Mínimo, 26,30% não possuem renda (incluem-se neste grupo, sobretudo, mulheres esposas de funcionários), 17,30% recebem 1 S.M., 12,10% recebem de 2 a 3 S.M., 4,80% recebem menos de 1S.M., 4,60% recebem mais de 3 a 5 S.M., 3,90% recebem mais de 5S.M. e para 3,10% da população não se obteve resposta



**Figura 121 – Renda dos moradores da AID.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A partir do trabalho de campo, observou-se também que a remuneração média da AID fica em torno de 3 (três) Salários Mínimos. Esses trabalhadores são, em sua grande maioria, homens e em alguns poucos casos há mulheres contratadas, em geral, para o serviço doméstico na propriedade. É comum que as esposas dos trabalhadores, contratadas ou não, desenvolvam pequenos comércios de gêneros alimentícios e animais de criação como forma de complementar a renda, recebendo em geral menos de 1 S.M mensal.

É possível considerar, ainda, para os dados em questão, que as famílias que possuem rendas acima de 3 S.M., se distribuem entre proprietários que residem na AID e que, além dos ganhos da propriedade, costumam desenvolver outras atividades profissionais.

### 7.3.3.2.7 Fontes de renda

Este item assim como os dois subsequentes, abordará informações específicas dos proprietários de terra da AID. Tal distinção fez-se necessária diante da condição socioeconômica do grupo em foco, condicionando uma estratificação social a ser apresentada.

Além da renda auferida pelas propriedades da AID, 3,4% dos proprietários relataram possuir outras fontes de recursos provindas de pensões e aposentadoria. Em 41



propriedades (26%), os proprietários relataram possuir outras atividades para complementação da renda familiar.

No quadro a seguir, são apresentadas as atividades citadas.

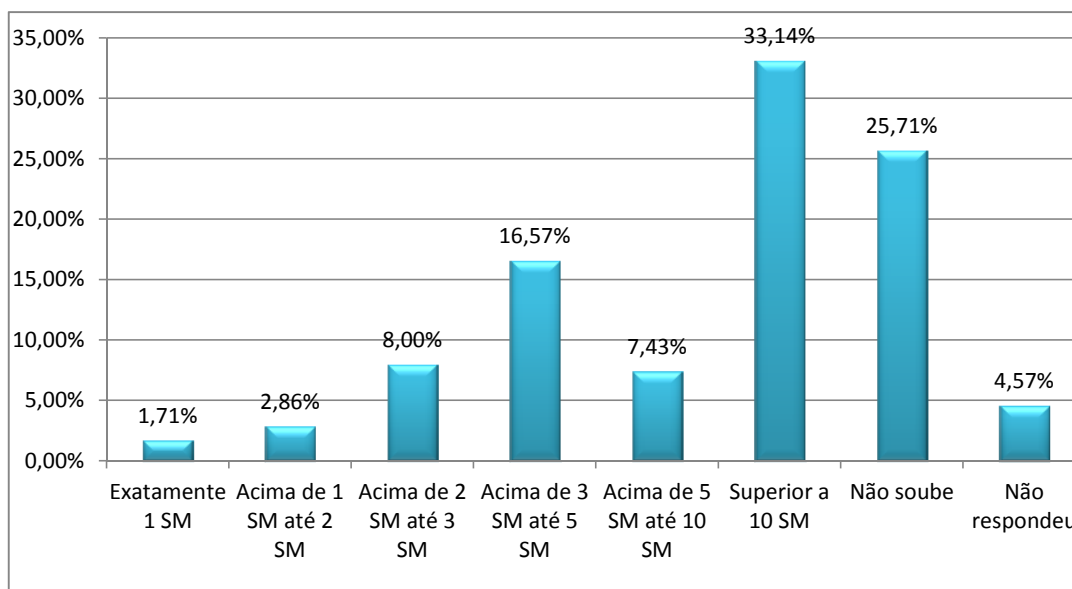
**Quadro 223 – Fontes de Renda dos Proprietários.**

Atividade	% de Proprietários	Atividade	% de Proprietários
Escritório de advocacia	1,70	Consultório dentista	0,57
Arrendamento de terras para gado	0,57	Despachante	0,57
Arrendamento de terras para plantio de cana	0,57	Dono de cartório	0,57
Professor de educação física	1,14	Atividades empresariais	6,25
Atividades comerciais gerais	3,41	Atividades relacionadas à trabalhos de engenharia	1,70
Trabalho formal (CLT) em outras empresas ou localidades	1,70	Aluguel de imóveis	0,57
Atividades laboratoriais	0,57	Donos de faculdade	1,14
Donos de pousadas	1,14	Donos de posto de gasolina	1,14

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

#### **7.3.3.2.8 Renda média**

Os dados obtidos a respeito da renda média mensal das famílias dos proprietários, ilustrados na Figura 122, apontam que 33,14%, a grande maioria, das famílias recebem mais de 10 S.M mensais.



**Figura 122 – Renda média da família dos proprietários.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Durante a pesquisa de campo foi possível constatar que grande parte dos proprietários e seus familiares residem em áreas urbanas (grandes cidades como: São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Barretos), eventualmente até mesmo distantes dos locais das propriedades. Em geral notou-se que tal população desempenha outras atividades econômicas que elevam o padrão de renda em relação às famílias que vivem exclusivamente da renda auferida através da propriedade. No quadro 1-2, apresentado no tópico subsequente a este, tem-se uma lista de atividades complementares desenvolvidas pelos proprietários, dentre elas posse de cartórios, pousadas, postos de gasolina, faculdades e etc., o que ajuda a ilustrar o universo em foco.

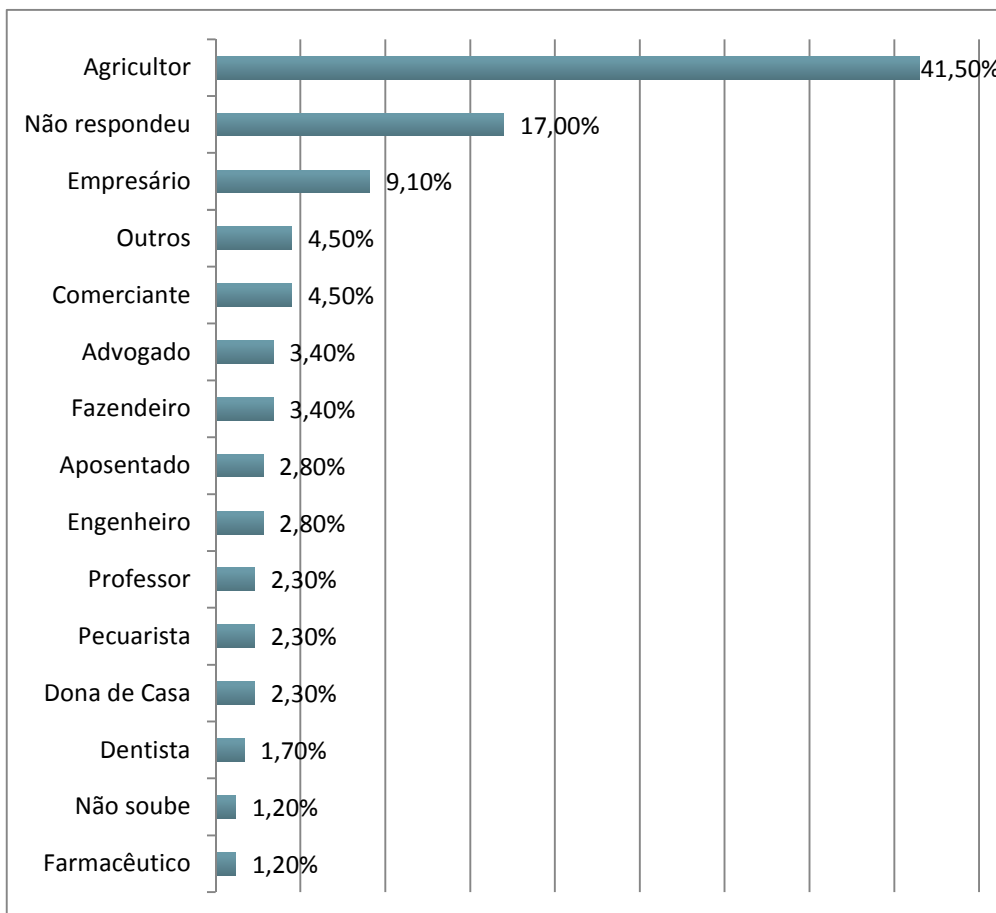
Em segundo, tem-se a porcentagem de 25,71% que não souberam informar a renda das famílias dos proprietários. Tem-se ainda que, 16,57% das famílias recebem acima de 3 S.M. até 5 S.M.; 8,0% recebem de 2S.M. a 3S.M.; 7,43% recebem de 5 S.M. a 10 S.M.; 2,86% recebem acima de 1S.M. até 2 S.M.; 1,71% recebem exatamente 1 S.M. e 4,57% não responderam a questão.

### 7.3.3.2.9 Profissão

No que se refere à profissão, a Figura 123 mostra que a maior parte dos proprietários, 41,50%, foi identificada como agricultor, isto se deve ao fato de que na região pesquisada predomina o cultivo de monocultura comercial e que, como se pôde constatar em campo, mesmo aqueles proprietários que somente arrendam suas terras, sem

participar ativamente das etapas de produção se consideram e se identificam como agricultores.

A segunda maior ocorrência foi de empresários com 9,10%, em seguida comerciantes com 4,50%, advogados e fazendeiros com uma mesma porcentagem de 3,40%. Aposentados e engenheiros representam 2,80% respectivamente; professores, pecuaristas e donas de casa somam 2,30% cada uma das profissões. Têm-se ainda os dentistas com uma porcentagem de 1,70%, farmacêuticos com 1,20% e a categoria outros com 4,50%. Para 17% dos casos, a segunda maior porcentagem, não se obteve resposta.



**Figura 123 – Profissão dos proprietários.**

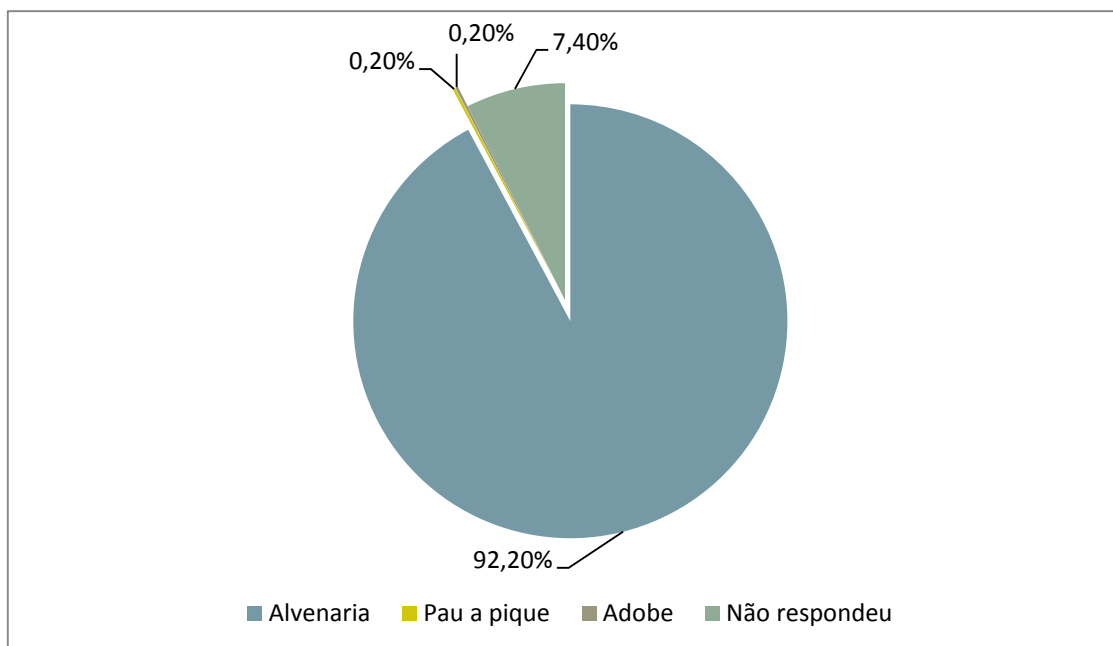
Fonte: Trabalho de campo, 2014

### 7.3.3.3 Caracterização das Propriedades

Com a finalidade de caracterizar as propriedades interceptadas total ou parcialmente pela LT Marimbondo II - Campinas, serão apresentados dados gerais sobre área, localização, produtos cultivados, situação jurídica, reserva legal, caracterização por domicílios, e, por fim, benfeitorias. Quando necessário um ou outro aspectos será trabalhado com maior detalhamento de modo a atender pontualmente aspectos de maior relevância para o licenciamento.

#### 7.3.3.3.1 Informações sobre os domicílios

No que tange às características construtivas das propriedades, de modo geral, são de alvenaria, horizontais, dotadas de infraestrutura de baixo a médio padrão construtivo e de apenas um pavimento. As demais instalações são relacionadas a benfeitorias, as quais serão descritas em item a seguir. Outras informações podem ser aferidas na Figura 124.



**Figura 124 – Aspectos construtivos dos domicílios**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

De forma geral as residências são constituídas de 6 (seis) cômodos – sendo distribuídos entre cozinha, banheiros, quarto e sala. O menor domicílio apresentou 1 (um) cômodo e o maior apresentou 30.

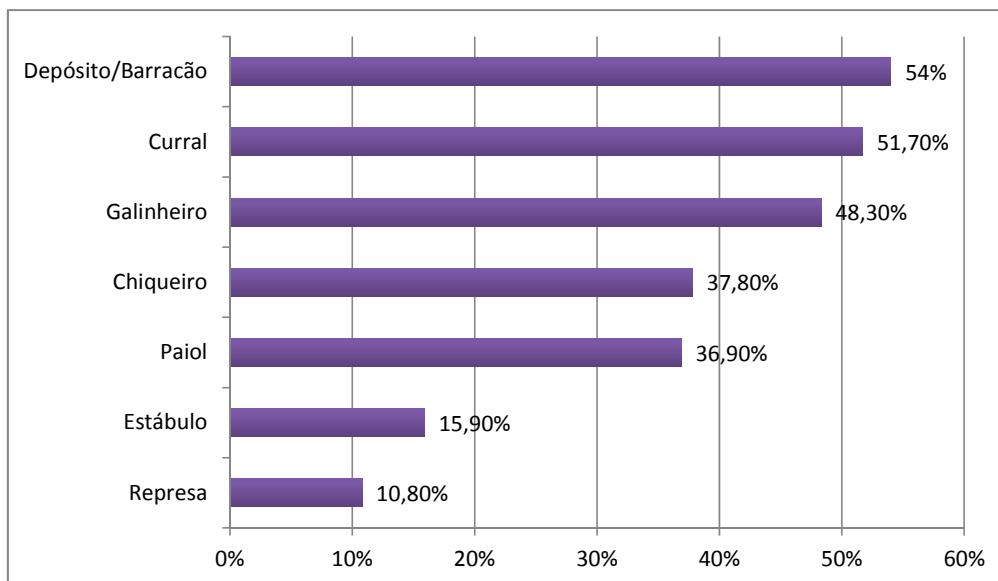
As figuras apresentadas a seguir mostram o registro fotográfico realizado na AID.



Figura 125 – Exemplo de padrões construtivos dos domicílios localizados na AID.

### 7.3.3.3.2 Benfeitorias

Além das construções domiciliares, foram pesquisadas as benfeitorias em cada propriedade, como é possível verificar na Figura 126.



**Figura 126 – Benfeitorias das propriedades da AID**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A partir dos números apresentados na figura acima, é possível constatar que, em grande parte, as benfeitorias das propriedades são destinadas a barracões e estabelecimentos, no geral, de depósito - podendo ser de estocagem ou armazenamento de ferramentas de trabalho e maquinários agrícolas.

A figura abaixo mostra o registro fotográfico realizado na AID.



**Figura 127 Exemplo de benfeitoria existente nas propriedades.**

Além das categorias apresentadas, a partir do questionário, os entrevistados elencaram, dentro da opção Outros (as), outras benfeitorias, tais como capela, barracão de confinamento, escritório, garagem, oficina, caixa d'água, campo de futebol, granja de suínos, pocilga, poço entre outros - conforme demonstrado no Quadro 224.

**Quadro 224 – Outras benfeitorias das propriedades**



LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

Benfeitoria	Número Absoluto	Frequência relativa
Capela	2	1,2%
Barracão de confinamento	1	0,6%
Escritório	2	1,2%
Garagem	3	1,8%
Oficina	5	3%
Caixa d'água	3	1,8%
Campo de futebol	1	0,6%
Granja de suínos	2	1,2%
Pocilga	1	0,6%
Poço	3	1,8%
Rancho	4	2,4%
Tuia	4	2,4%
Silo	1	0,6%

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Abaixo é demonstrado registro fotográfico de exemplos de benfeitorias identificadas na AID.

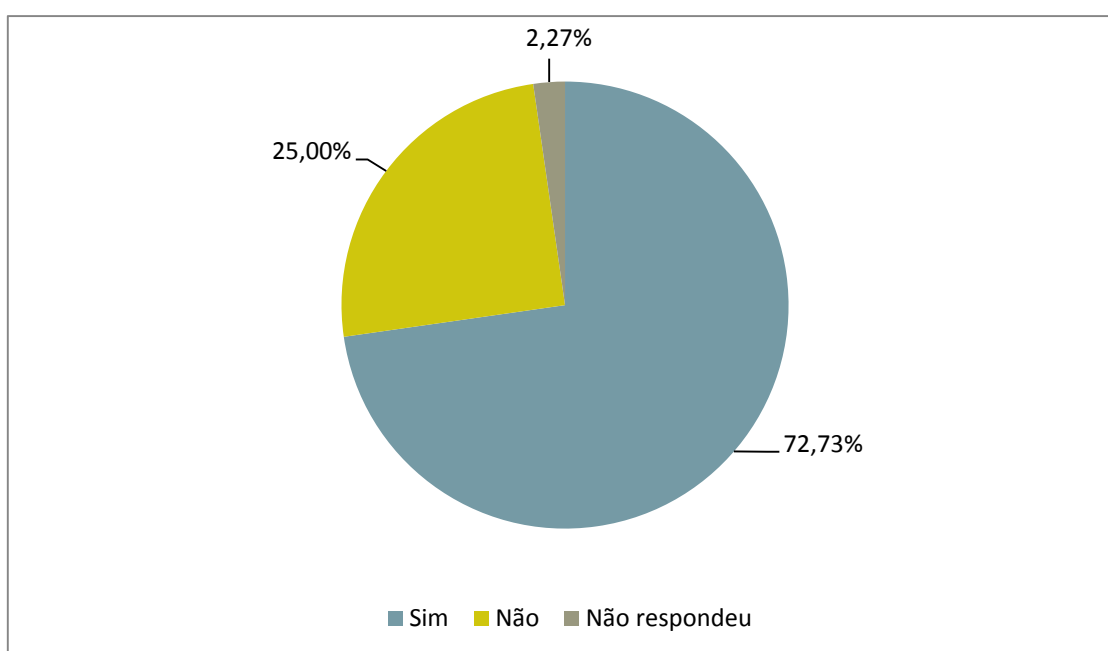


Figura 128 – Exemplos de outras benfeitorias nas propriedades da AID

### 7.3.3.3 Mão de obra

No que se refere à caracterização dos aspectos trabalhistas das propriedades pesquisadas, buscou-se identificar quais utilizam mão-de-obra familiar e não familiar nas atividades produtivas.

Segundo informações apresentadas na Figura 129 afere-se que 72,73% dos pesquisados indicaram utilizar mão-de-obra externa nas propriedades e 25,00% respondeu que não, ou seja, empregam somente mão-de-obra familiar.



**Figura 129 – Relações trabalhistas na AID.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

O perfil de mão-de-obra contratada está diretamente relacionado ao tipo de atividade desenvolvida nas propriedades. Como foi apontando em tópicos anteriores, grande parte das propriedades da AID são produtoras de monoculturas, sobretudo de cana - de - açúcar, e funcionam a partir do sistema de arrendamento.

Quase que a totalidade dos cultivos é realizada de forma mecanizada, o que demanda um número muito menor de trabalhadores, já que estas ficam a cargo apenas de operarem as máquinas (colheitadeiras, roçadeiras, tratores e etc.).

Observou-se também que no cultivo da seringueira é comum o sistema de "parceria"; aqueles que trabalham na coleta do látex recebem uma porcentagem do valor da venda



da borracha produzida sem ter um vínculo empregatício ou patronal. Uma ressalva a ser feita, é que muitas vezes quando perguntados sobre a mão-de-obra utilizada, os respondentes não consideravam os trabalhadores contratados por usinas como funcionários da propriedade, ou seja, declaravam haver somente mão-de-obra familiar. Por fim, para 2,27% não obteve-se resposta.

### 7.3.3.4 Quantidade de trabalhadores fixos e temporários

Segundo o Quadro 225 tem-se uma média de 5,62, ou seja, algo próximo a seis trabalhadores fixos contratados por propriedade, no universo pesquisado, e uma média de 12,13, ou 12 trabalhadores temporários contratados por ano, por propriedade.

Observa-se que devido ao grande número de ausências para ambas as categorias do quadro explicitado abaixo, o erro padrão é bastante elevado, ficando em 20,426 para trabalhadores fixos e 33,886 para trabalhadores temporários.

**Quadro 225 – Mão de obra ativa na AID**

#		Nº de trabalhadores fixos contratados	Nº trabalhadores temporários contratados por ano
N	Válido	128	126
	Ausente	48	50
Estatística Descritiva	Média	5,62	12,13
	Mediana	2,00	2,50
	Moda	1	0
	Erro padrão	20,426	33,8
	Mínimo	0	0
	Máximo	220	300
	Soma	719	1529
Percentis	25%	1,00	1,00
	50%	2,00	2,50
	75%	4,00	12,00

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Com a exposição dos números apresentados no quadro acima podemos inferir que existe um expressivo percentual de trabalhadores flutuantes na AID, voltados ao desenvolvimento de atividades do setor primário – em sua grande maioria.

Não foi possível identificar a procedência domiciliar dos trabalhadores, contudo, pode-se dizer, que há grande disponibilidade de profissionais na região capacitados para atividades de baixa a média complexidade. A título de esclarecimento existem, conforme descrito em itens anteriores, percentuais de trabalhadores mais capacitados, porém, em menor número.

### 7.3.3.4 Caracterização dos canteiros, acessos e subestações

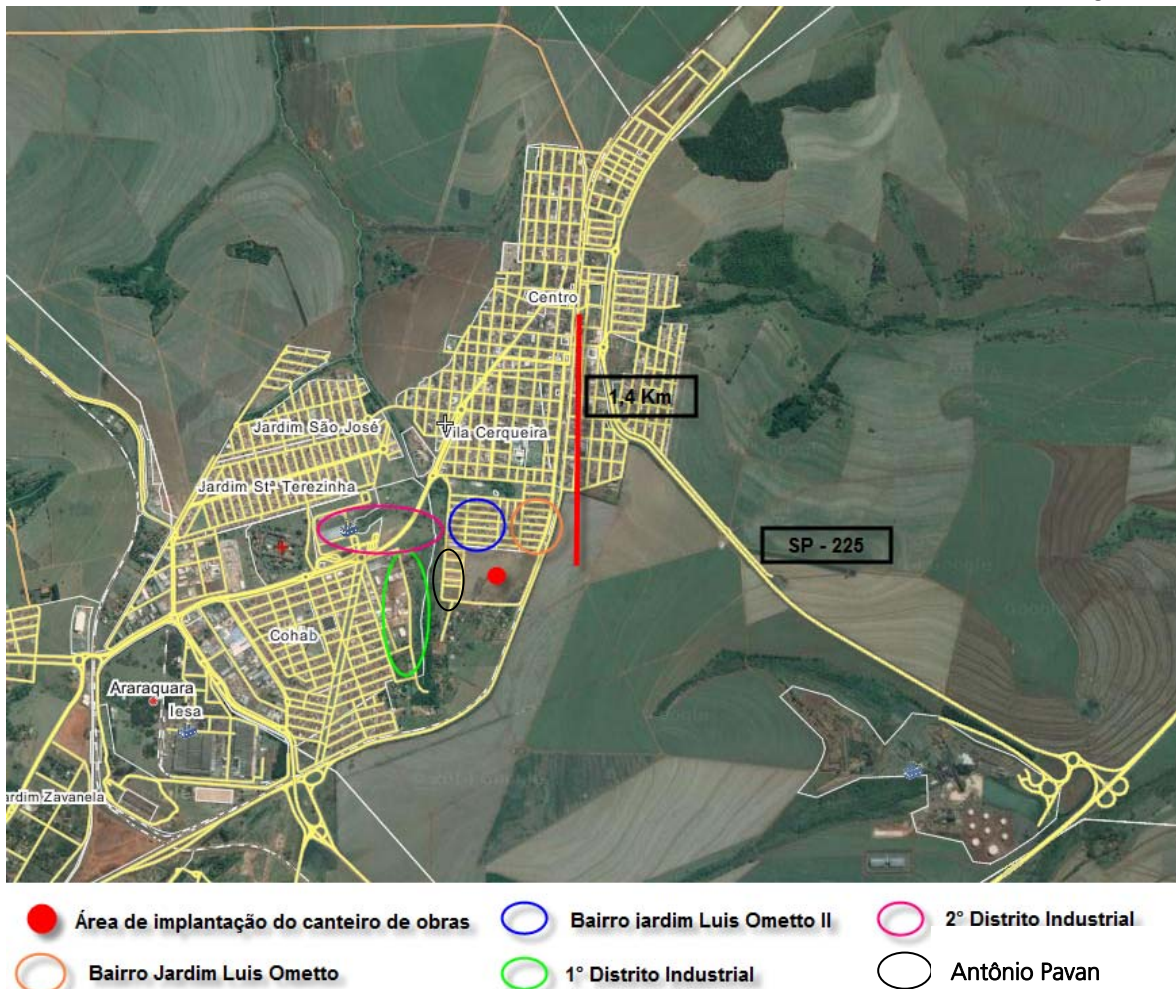
Conforme consta em projeto executivo do empreendimento, sete (07) áreas foram pré-selecionadas como sendo preferenciais para a implantação de canteiros de obras (Quadro 226). Estas áreas foram consideradas, segundo consta em documento, em razão de condições socioambientais, localização, infraestrutura do entorno e legislação municipal.

**Quadro 226 – Localização dos canteiros de obras por município.**

Nº	Canteiros	Município
01	Canteiro de Américo Brasiliense – Central	Américo Brasiliense/SP
02	Canteiros de Fronteira – Apoio	Fronteira/MG
03	Canteiro de Olímpia – Apoio	Olímpia/SP
04	Canteiro de Araras – Apoio	Araras/SP
05	Canteiro de Jaguariúna – Apoio	Jaguariúna/SP
06	Canteiro de Marimbondo II (Subestação)	Fronteira/MG
07	Canteiro de Campinas (Subestação)	Campinas/SP

#### 7.3.3.4.1 Américo Brasiliense

O canteiro central do município de Américo Brasiliense deverá ser instalado, conforme demonstrado na Figura 130, nas proximidades dos Bairros Jardim Luís Omettol e Jardim Luis Omettoll e dos 1º e 2º Distritos Industrial de Américo Brasiliense



**Figura 130 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Américo Brasiliense.**

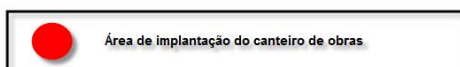
A área de implantação do canteiro no município, segundo disposições do Plano Diretor – Lei Complementar nº 007/2006 e informações oficiais do Departamento de Obras e Planejamento Urbano Municipal, é destinada a expansão urbana, com uso predominantemente residencial e comercial.

Segundo informações oficiais do Departamento de Obras e Planejamento Urbano Municipal, atualmente a área é particular e pertence à Usina Santa Cruz – Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool.

Para melhor visualização da sua localização com relação as demais áreas e bairros do município, segue Figura 131 abaixo, editada do mapa da cidade disponibilizado pela Prefeitura Municipal (2014).

## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental



**Figura 131 – Área de implantação do canteiro de obras e bairros do município de Américo Brasiliense.**

A via de acesso direto à área de implantação do canteiro de obras é a Rua Manoel Borba, que também conecta Américo Brasiliense ao município de Araraquara. Segundo consta a via encontra-se em ótimas condições de uso e possui uma via de mão dupla – conforme apresentado na figura a seguir.





**Figura 132 – Via de acesso direto a área de implantação do canteiro de obras – Rua Manoel Borba.**

No que tange a ocupação populacional do entorno da área de implantação do canteiro, é possível dizer que ela possui características distintas em razão, principalmente, da infraestrutura disponibilizada pela Prefeitura Municipal e/ou de projetos sociais consolidados ou em vias de consolidação.

Por este motivo as áreas do entorno direto, ou seja, bairros que configuram a dinâmica populacional local e que possivelmente serão impactados pela atividade de implantação e operação do canteiro em função das vias de deslocamento e da utilização das infraestruturas disponíveis, foram divididas e agrupadas na seguinte nomenclatura: Área 01, Área 02 – Antônio Pavan e Área 03 – Jardim Luis Omettol e Jardim Luis Ometto II – tal como indicado na Figura 133 a seguir.



**Figura 133 – Agrupamento e divisão de áreas do entorno do local de implantação do canteiro de obras.**

Diante do exposto segue descrição das áreas mencionadas.

#### **7.3.3.4.1.1 A área 01**

A área 01, segundo informações do Departamento de Obras e Planejamento Urbano do Município, é uma área de expansão urbana porém com ocupações, no geral, irregulares.

Segundo consta a área é compartilhada entre domicílios residenciais de baixo a médio padrão construtivo - em lotes relativamente grandes, condomínios fechados – em menor número e torres de telecomunicação.

A área em foco é dotada de iluminação pública, porém não possui sistema de esgotamento sanitário e/ou rede de distribuição de água potável. Embora tenha-se constatado postes de iluminação pública, muitas residências fazem ligações clandestinas para o fornecimento de energia elétrica.

Nenhuma via desta área é asfaltada. Com relação a atividades econômicas, embora situada próxima a áreas agrícolas, em especial, esta, não conserva áreas destinadas a atividade.

Abaixo segue registro fotográfico da área em análise.



LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas  
*Diagnóstico Ambiental*



**Figura 134 – Acesso ao condomínio, próximo a Rua Manoel Borba.**



**Figura 135 – Padrão construtivo da área 01 e torre de telecomunicação.**



**Figura 136 – Padrão construtivo da área 01.**



**Figura 137 – Padrão construtivo e benfeitorias residenciais da área 01.**



**Figura 138 – Padrão construtivo e iluminação irregular da área 01.**



**Figura 139 – Padrão construtivo e sistema de segurança particular na área 01.**

### **7.3.3.4.1.2 A área 02 – Antônio Pavan**

A área 02 é uma área contígua à Área 01, também considerada como área de expansão urbana com uso predominante residencial e comercial – vide disposição do Plano Diretor Municipal.

Diferente da área 01 esta área está regularmente loteada para a ocupação populacional. Nela programas de desenvolvimento social estão em andamento e/ou em vias de iniciar, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida – segundo informações oficiais do Departamento de Obras e Planejamento Urbano Municipal (2014).

O padrão construtivo da área é de baixo a médio padrão construtivo, em lotes de uso comunitário - majoritariamente.

O local possui iluminação pública, contudo, com relação ao sistema de esgotamento sanitário e distribuição de água potável, não foi possível aferir a informação exata. Mesmo assim, pode-se aferir que, ao menos, em função do empreendimento citado, o esgotamento sanitário será de fossa rudimentar.

Nenhuma via desta área é asfaltada. Com relação a atividades econômicas a área também não possui relação com atividades agrícolas.

Abaixo seguem registros da área em foco.





Figura 140 – Padrão construtivo da área 02.



Figura 141 – Vias de deslocamento e sistema de iluminação residencial ao fundo, área 02.



Figura 142 – Padrão construtivo 02, área 02.



Figura 143 – Novas áreas de ocupação populacional na área 02.

#### 7.3.3.4.1.3 A área 03 – Jardim Luis Omettol e Jardim Luis Ometto II

A área 03, por fim, dentre as demais em estudo, é a única que pode ser considerada urbana consolidada. Esta é dotada de asfaltamento, serviços de infraestrutura básica e possui diversas instalações de uso social, tal como: praça pública, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e comércio variado (de pequeno porte).

O padrão construtivo residencial é bastante variado, de baixo a médio padrão construtivo. Na localidade ainda existem áreas passíveis de ocupação residencial e/ou comercial.

Na área foi possível identificar coleta de lixo, resíduos, realizado pela Prefeitura Municipal. Abaixo segue registro da área em foco.



Figura 144 - Praça Pública e Quadra Poliesportiva no Jardim Luis Ometto II.



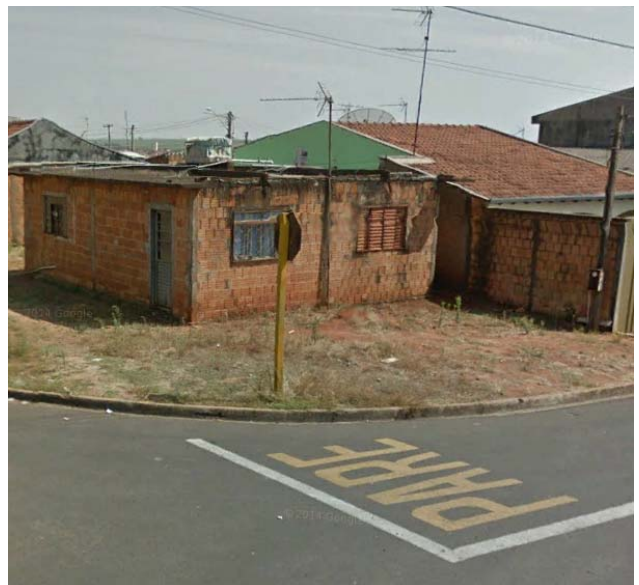
Figura 145 - Instalações da Secretaria de Assistência Social no Jardim Luis Ometto II.



Figura 146 - Malha viária no Jardim Luis Ometto II.



Figura 147 - Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.



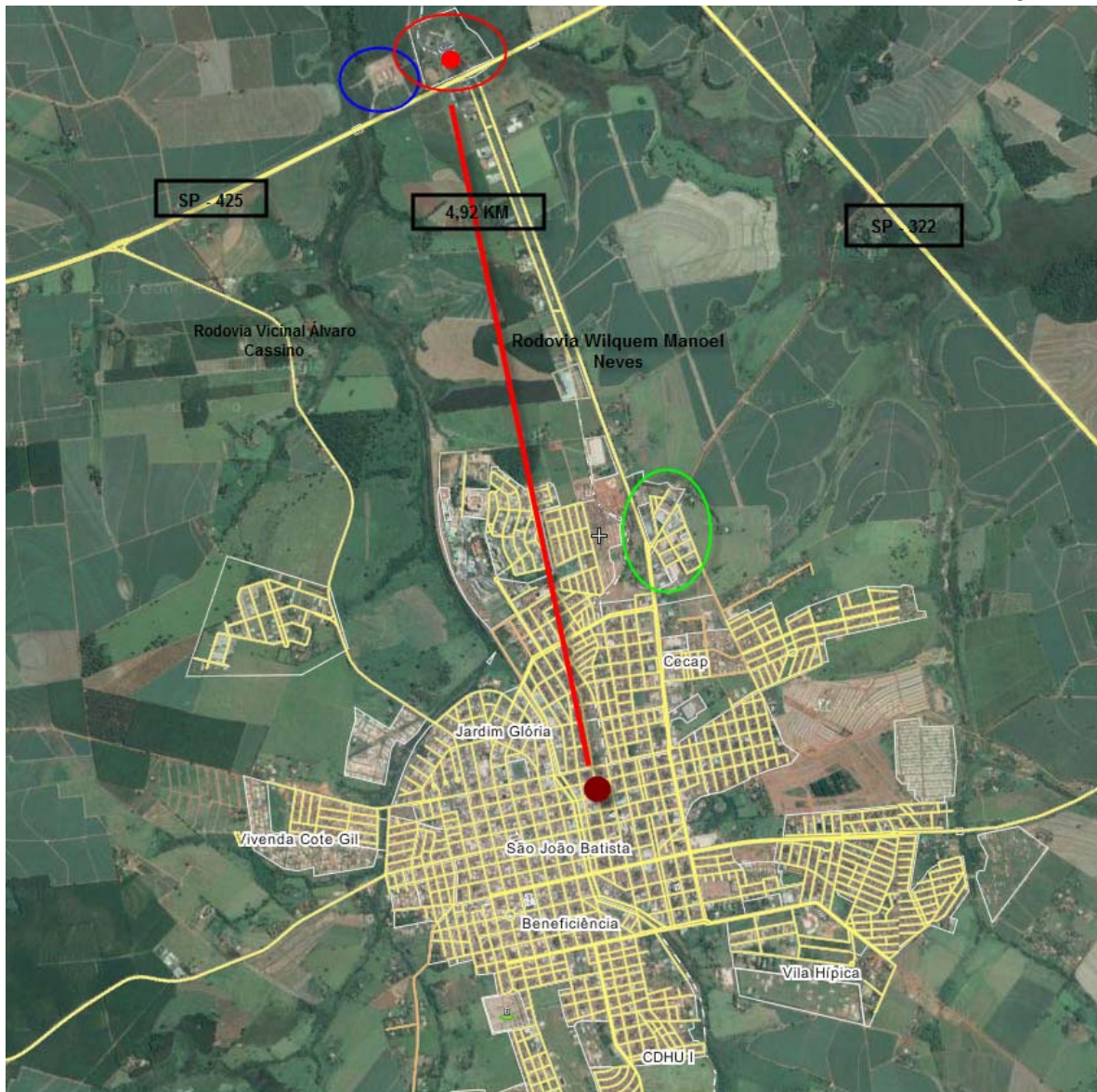
**Figura 148 – Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.**

**Figura 149 - Padrão construtivo Jardim Luis Ometto II.**

#### **7.3.3.4.2 Olímpia**

O canteiro de apoio do município de Olímpia deverá ser implantado, conforme demonstrado na Figura 130Figura 150, às margens da rodovia SP – 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), ao lado da área de proteção da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do município e no terreno particular da empresa Friovalde Logística – instalado próximo a um curso d'água.



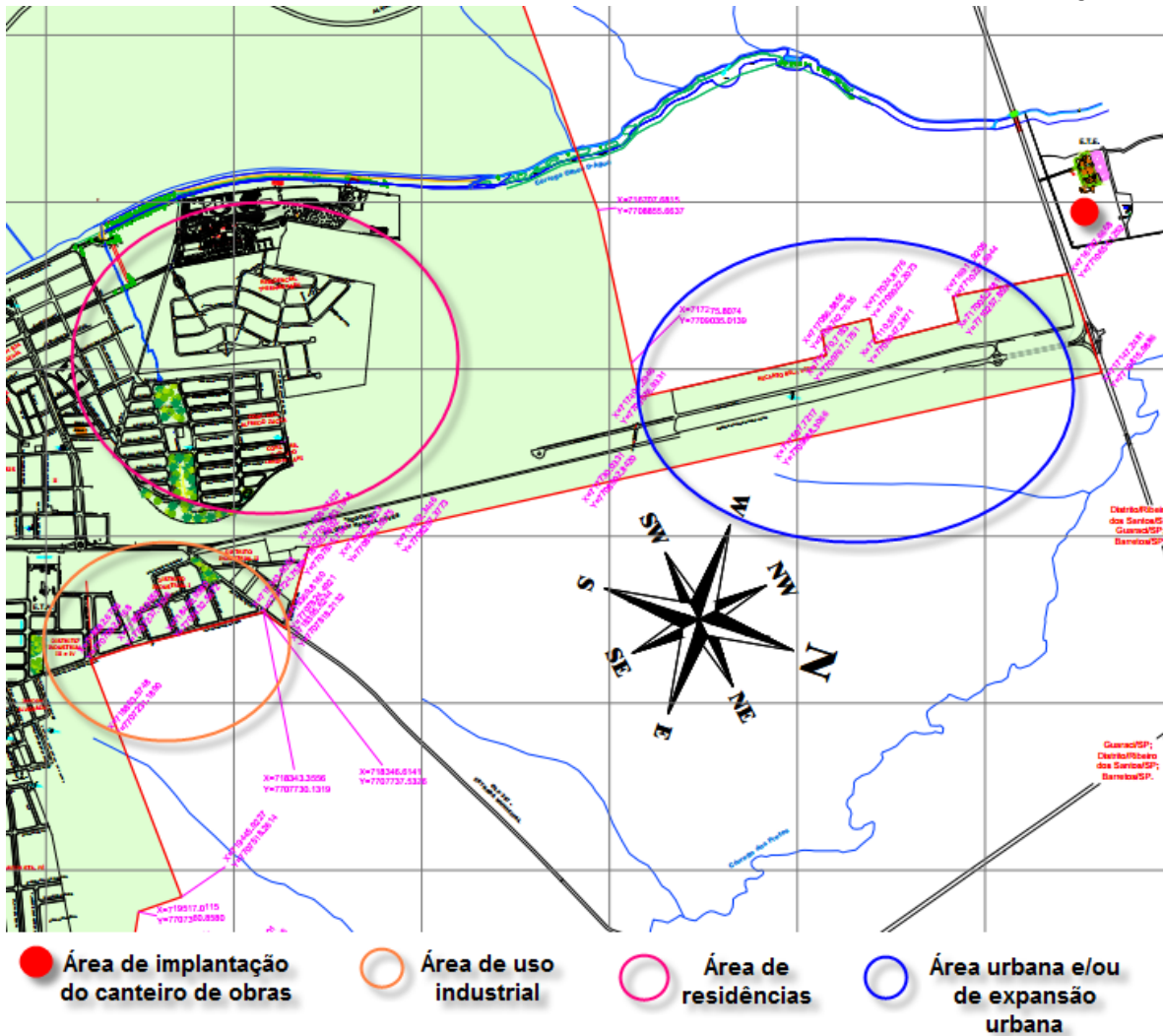


- Área de implantação do canteiro de obras de Olímpia
- Área da empresa Frioale Logística
- Distrito Industrial
- Núcleo urbano de Olímpia
- E.T.E

**Figura 150 - - Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Olímpia.**

A área de implantação do canteiro no município, segundo disposições do Plano Diretor – Lei Complementar nº 106/2011, é de uso rural. Esta está instalada em frente a macrozona de expansão urbana e macrozona urbana, do outro lado da rodovia.

Para melhor visualização da sua localização com relação as demais áreas e bairros do município, segue Figura 151 abaixo, editada do mapa da cidade disponibilizado pela Prefeitura Municipal (2014).



**Figura 151 -- Área de implantação do canteiro de obras e bairros do município de Olímpia.**

A via de acesso direto à área de implantação do canteiro de obras, tal como já citado, é a SP – 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), que também conecta Olímpia ao município de Barretos. Segundo consta a via encontra-se em condições de uso e possui duas via de mão dupla – conforme apresentado na figura a seguir.



**Figura 152 – Rodovia SP – 425 em frente à área de implantação do canteiro de obras.**

No que tange a ocupação populacional do entorno da área de implantação do canteiro, contatou-se que estas ficam a pelo o menos 3 Km de distância e são destinadas a uso residencial.

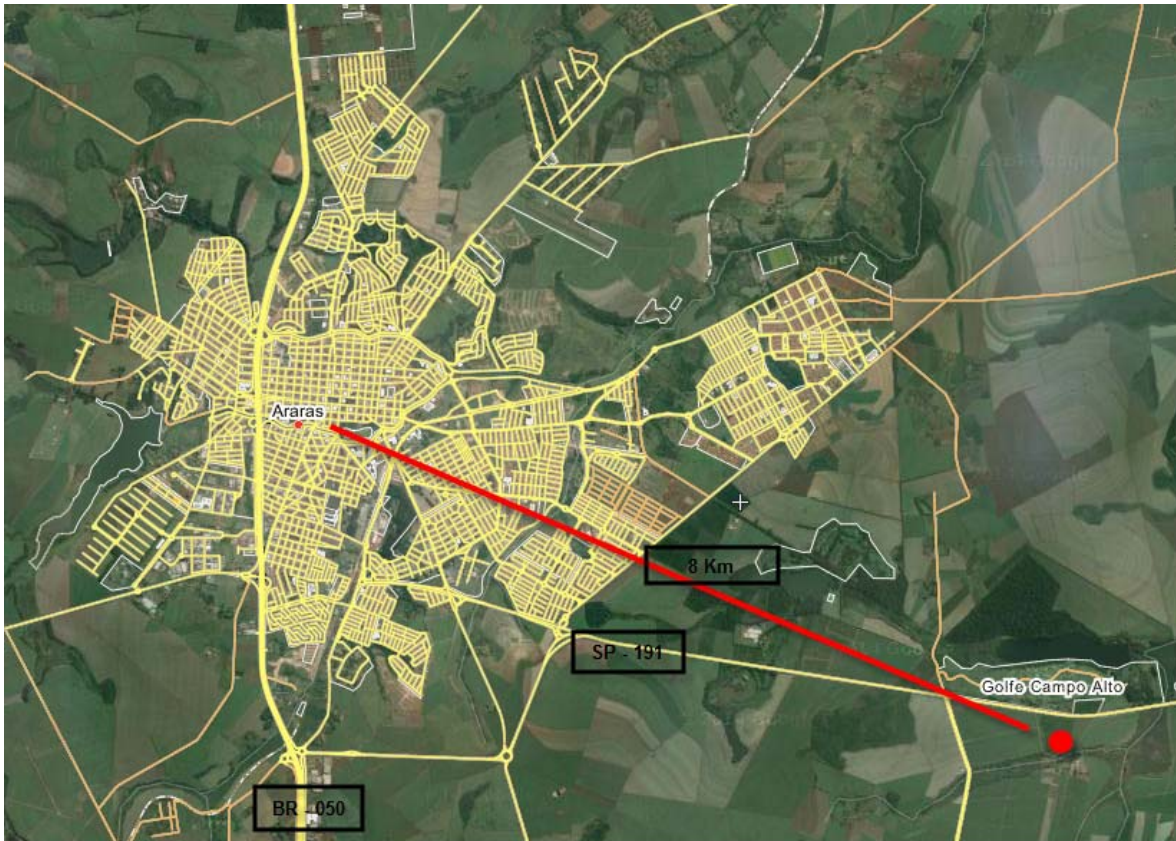
As áreas mais próximas são destinadas a indústrias como a Friovale Logística, Condumax, Italcabos, entre outras. Vale citar que estas empresas estão instaladas às margens da Rodovia Wilquem Manoel Neves, exceto a primeira.

Por fim o entorno direto da área em foco é destinada, majoritariamente, ao uso agrícola mecanizado.

#### **7.3.3.4.3 Araras**

O canteiro de apoio do município de Araras deverá ser implantado, conforme demonstrado na Figura 130Figura 150, às margens da rodovia SP – 191 (Rodovia Wilson Finardi), em frente ao campo de Golfo Alto.





● Área de implantação do canteiro de obras de Araras

**Figura 153 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Araras.**

A área de implantação do canteiro no município, segundo disposições do Plano Diretor – Lei Complementar nº 3.901/2006, é de uso rural, assim como todo o seu entorno direto. Todavia, como o Plano Diretor do município está em processo de revisão, segundo informações da Câmara Municipal de Araras (2014), não foi possível localizar o empreendimento com relação aos demais bairros municipais.

A via de acesso direto à área de implantação do canteiro de obras, tal como já citado, é a SP – 191 (Rodovia Wilson Finardi), que também conecta Araras ao município de Conchal. Segundo consta a via encontra-se em condições de uso e possui duas via de mão dupla – conforme apresentado na Figura 154 a seguir.



**Figura 154 – Rodovia SP – 191 em frente à área de implantação do canteiro de obras.**

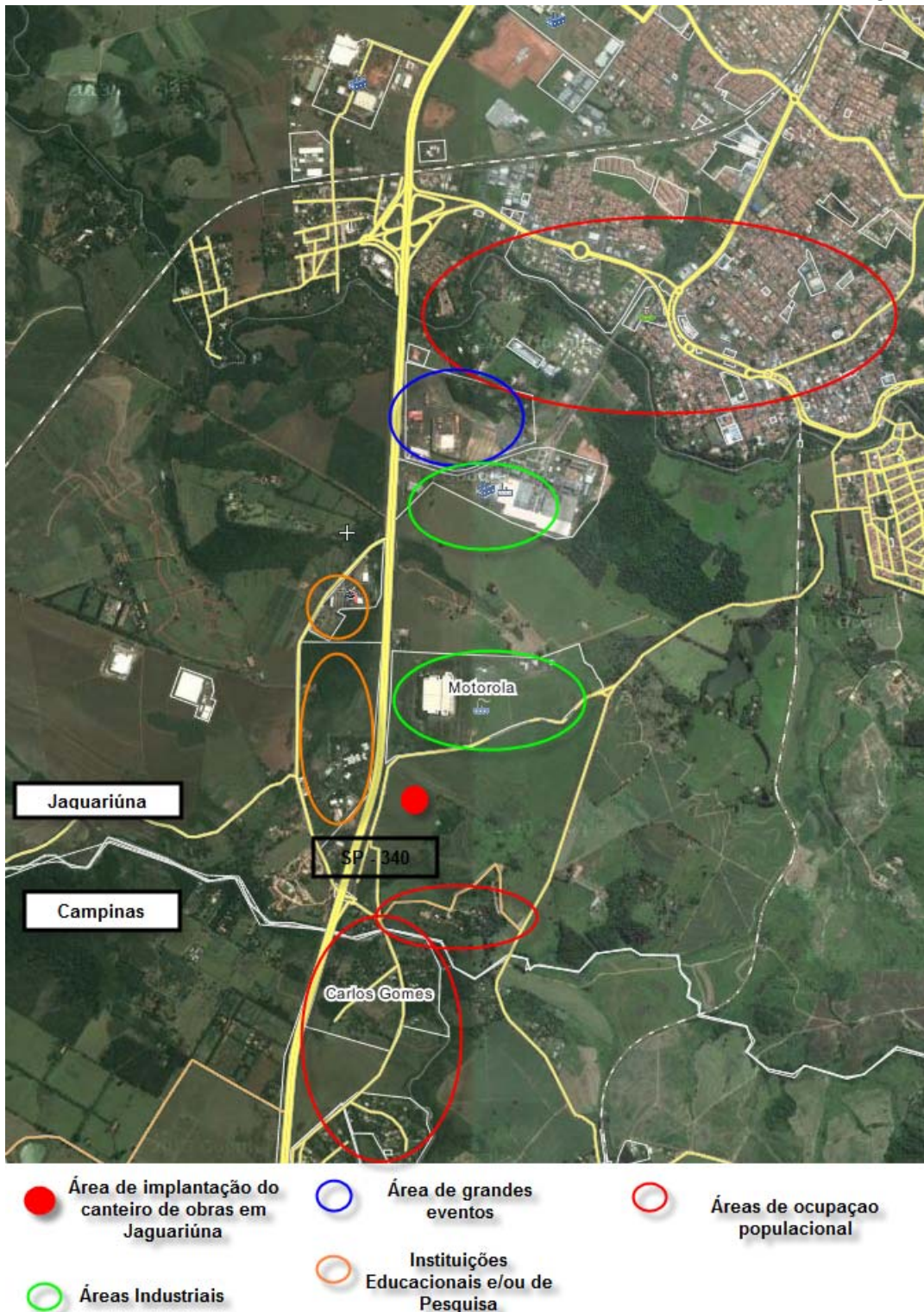
No que tange a ocupação populacional do entorno da área de implantação do canteiro, contactou-se que estas ficam a pelo o menos 5 Km de distância e são destinadas a uso residencial.

As áreas mais próximas são destinadas ao uso agrícola mecanizado e a área de lazer, citada em parágrafo anterior. E por fim, tal como demonstrado na figura acima, há instalação de energia nas proximidades.

#### **7.3.3.4.4 Jaguariúna**

O canteiro de apoio do município de Jaguariúna deverá ser implantado, conforme demonstrado na Figura 130Figura 155, às margens da rodovia SP – 340 (Rodovia Gov. Dr. Ademar Pereira de Barros), ao lado da fábrica da Motorola e próxima às áreas de ocupação residencial – Carlos Gomes já no município de Campinas. A área também fica em frente, do outro lado da rodovia, às instalações da Instituição Embrapa e Faculdade de Jaguariúna.





**Figura 155 – Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Jaguariúna.**

Segundo informações oficiais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna (12/09/2014), o Plano Diretor Municipal está em processo de revisão. Por este motivo não foi possível identificar as macrozonas de uso e ocupação permitidas para a área em foco.

As vias de acesso direto à área de implantação do canteiro de obras, tal como já citado, é a SP – 340 (Rodovia Gov. Dr. Ademar Pereira de Barros) - que também conecta Jaguariúnas ao município de Campinas e Moji – Mirim e, uma estrada vicinal. Segundo consta as vias encontram-se em condições de uso vide demonstração da Figura 156 e Figura 157.



**Figura 156 – Rodovia SP – 340 em frente à área de implantação do canteiro de obras.**



**Figura 157 – Estrada Vicinal de acesso a área em estudo.**

No que tange a ocupação populacional do entorno da área de implantação do canteiro de obras, assim como para o município de Américo Brasiliense, as áreas do entorno serão divididas e apresentadas separadamente. Estas contudo seguirão as classificações previamente dispostas na Figura 155, a saber: 1) áreas industriais, 2) áreas de grandes eventos, 3) áreas destinadas a instituições educacionais e/ou de pesquisa e, por fim, 4) áreas de ocupação populacional.

#### **7.3.3.4.4.1 Áreas Industriais**

As áreas industriais localizadas nas proximidades da área em estudo são destinadas à Instalações da Motorola (Motorola Mobility Com. Prod. Eletron. LTDA), Indústria Moveleira e Cervejaria Ambev, mais acima na rodovia.

Abaixo segue registro fotográfico da área destinada a ocupação da Motorola e a Indústria Moveleira.





**Figura 158 – Instalações da Motorola.**



**Figura 159 – Demais instalações industriais.**

Segundo consta, essas áreas, no geral, são dotadas de todos os serviços básicos, a exemplo de sistema de energia elétrica, esgotamento sanitário e distribuição de água; seja fornecidos pela Prefeitura Municipal ou pelas próprias indústrias em atendimento a NRs Brasileiras devido o perfil das atividades em questão.

#### **7.3.3.4.4.2 Áreas de grandes eventos**

Estas áreas, segundo consta na Prefeitura Municipal (2014), é destinada a eventos de grande popularidade no município, tal como a festa agropecuária municipal.

No geral, assim como a área de indústria, é dotada de todos os serviços públicos básicos, a exemplo de sistema de energia elétrica, esgotamento sanitário e distribuição de água. Todas as vias da localidade são asfaltadas e, no geral, é rodeada por instalações diversas de uso comercial e industrial.

#### **7.3.3.4.4.3 Áreas de Instituições Educacionais e/ou de Pesquisa**

No mesmo perfil das demais áreas descritas anteriormente, as áreas destinadas a ocupação de instituições educacionais e/ou de pesquisa são dotadas de serviços básicos – lembrando que eventualmente, por estarem em área rural, podem ter esgotamento do tipo fossa rudimentar e/ou séptica.

Abaixo segue registro fotográfico da área em foco.



Figura 160 – Via de acesso a área em foco.

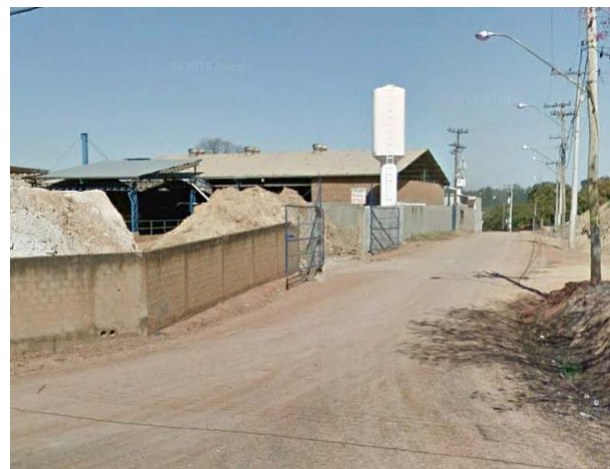


Figura 161 – Via de acesso a área da Embrapa.



Figura 162 – Primeiras instalações Educacionais e/ou de Pesquisa da área.

#### 7.3.3.4.4.4 Áreas de ocupação populacional

As áreas de ocupação populacional, por sua vez e por fim, serão retratadas de maneira diferenciada. Uma está localizada a poucos metros da área de instalação do canteiro de obras e a outra um pouco mais distante, localizada a aproximadamente 2 Km de distancia e mais perto de centro municipal. Segue abaixo a descrição.

##### 7.3.3.4.4.4.1 Loteamento Alphavile

Esta área está localizada a poucos metros da entrada da área de implantação do canteiro de obras. Segundo consta em sítios locais, há um loteamento residencial titulado de Alphavile (Figura 163)



**Figura 163 – Rotatório de entrada do Loteamento Alphavile, entre o município de Jaguariúna e Campinas.**

Segundo consta a área é destinada a ocupação essencialmente residencial, com construções de médio a alto padrão construtivo, áreas de lazer comunitária e benfeitorias diversas.

#### 7.3.3.4.4.2 Área urbanas

A área urbana municipal está localizada a pelo o menos 2 Km da área de implantação do canteiros de obras. Seu uso é misto, compartilhando espaços entre residências e comércios variados.

O padrão construtivo, por sua vez, é de variado indo de baixo a médio padrão e, segundo consta, é dotada de serviços públicos básicos, além de áreas de uso social comunitário, tal como praças.

Abaixo segue registro fotográfico da área.





Figura 164 – Padrão construtivo da área residencial 02.



Figura 165 – Quadra Poliesportiva da área residencial 02.

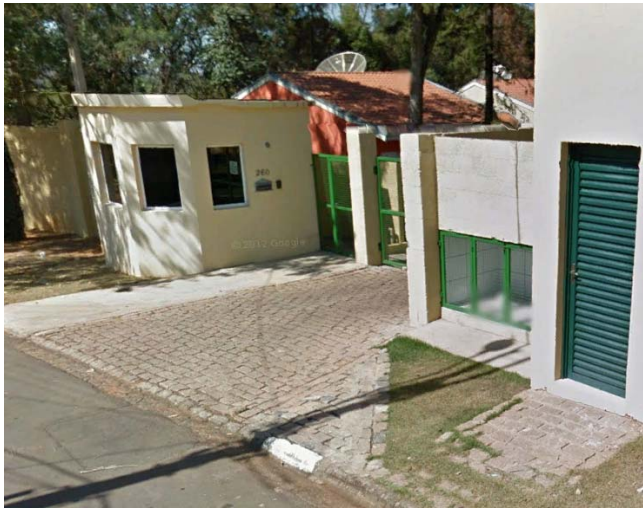


Figura 166 - Acesso a condomínio residencial.

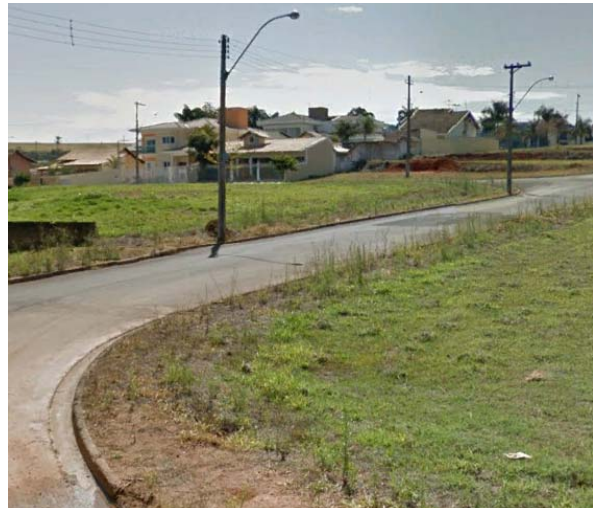
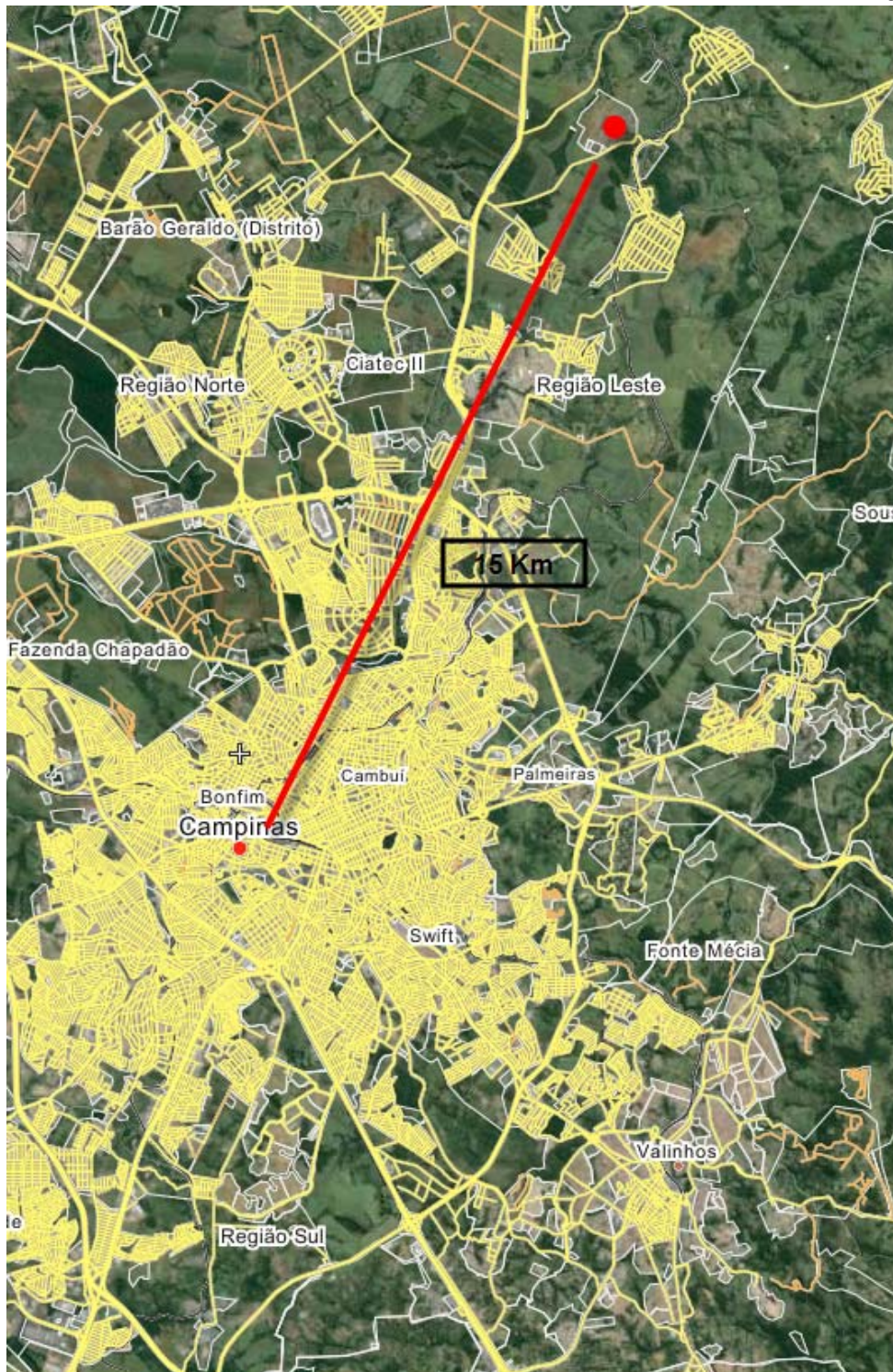


Figura 167 – Áreas sem uso definido.

#### 7.3.3.4.5 Campinas

O canteiro de suporte do município de Campinas deverá ser implantado, conforme demonstrado na Figura 130Figura 168, a 15 Km do núcleo urbano de Campinas. Sua via de acesso indireto dá pela SP – 340 e, de acesso direto, via estrada vicinal.





● Área de implantação do canteiro de obras na SE Campinas

**Figura 168 - - Localização da área de instalação do canteiro de obras no município de Campinas.**  
Para esta área não será apresentada descrição de ocupação populacional em razão da localização em área destinada a este fim. Contudo cita-se que a SE Campinas está

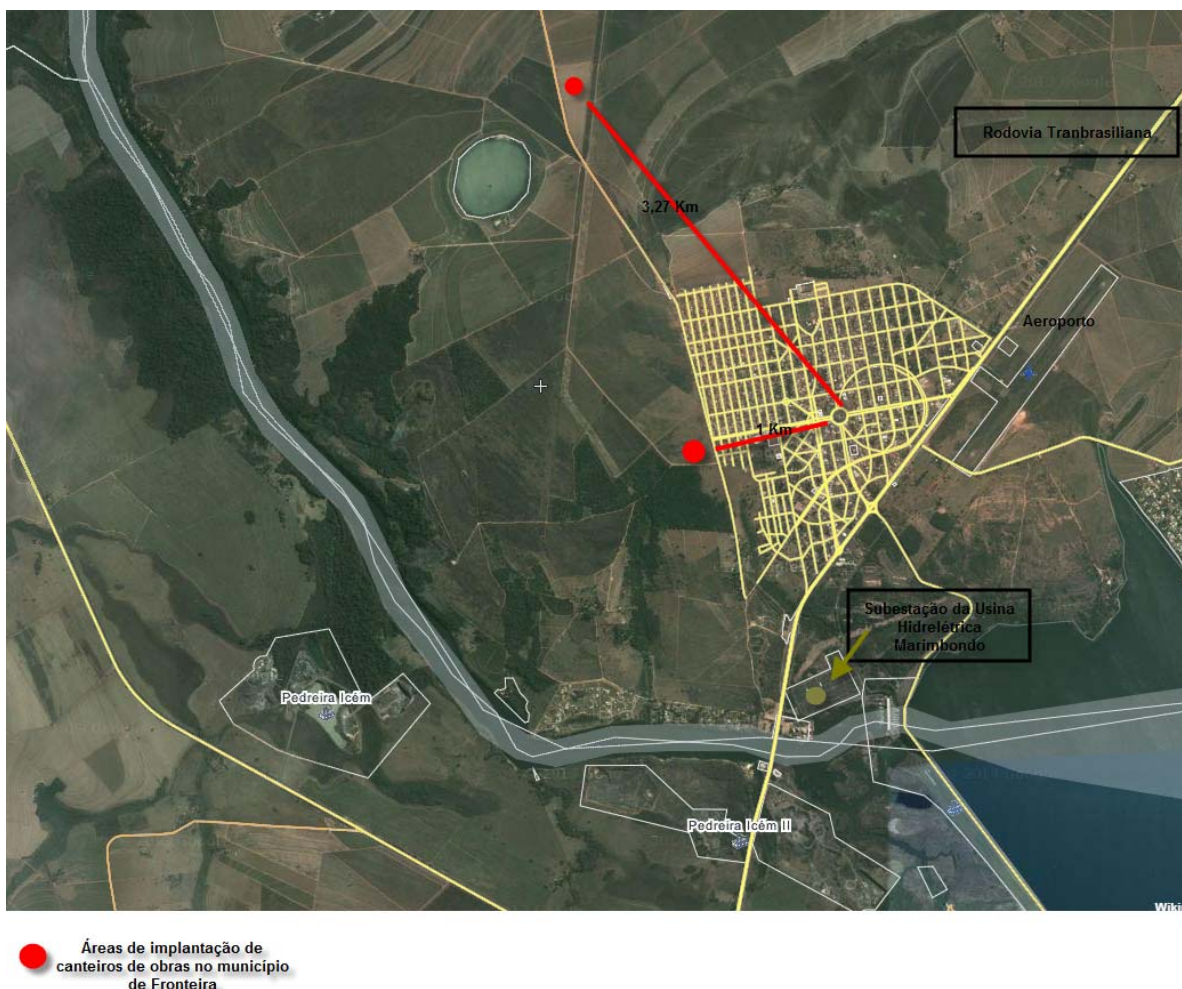


localizada em área rural e que o uso do entorno é predominantemente industrial e/ou comercial e/ou voltada a produção agrícola.

A ocupação populacional mais próxima está a pelo o menos 2 Km de distância, cujas residências são de médio a alto padrão construtivo. No local de ocupação populacional há uma grande área de lazer e/ou de grandes eventos.

#### 7.3.3.4.6 Fronteira, Minas Gerais

O município de Fronteira abarcará duas áreas possíveis de canteiros de obras, cuja localização segue na Figura 169 a seguir.



**Figura 169 – Localização das áreas de implantação de canteiros de obras no município de Fronteira, Minas Gerais.**

Ambas as áreas de canteiros de obras terão suas vias de acesso direto via estrada vicinal não asfaltada (Figura 170), até a presente data. Conforme demonstrado na figura acima, um canteiro está instalado possivelmente na zona rural do município e em área com uso



predominantemente agrícola. Já o segundo canteiro, mais próximo a zona de intenso adensamento populacional.



**Figura 170 – Via de acesso a área de implantação do canteiro de obras.**

Segundo informações oficiais da Prefeitura Municipal o Plano Diretor está em fase de elaboração e por tanto não foi possível identificar as macrozonas de uso e ocupação permitidas para as áreas em foco.

Por fim é possível aferir que as áreas não possuem acesso a energia elétrica e água através do abastecimento público. Seu entorno apresenta áreas com plantação de cana-de-açúcar e pastagem.

### **7.3.3.5 Infraestrutura**

O item de infraestrutura, uma das variáveis socioambientais mais relevantes no que tange à definição de qualidade de vida e condições de moradia, deverá descrever os serviços disponíveis na AID, tais como: acesso ao sistema de energia elétrica, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário incluindo disposição de resíduos domiciliares, sistema de saúde, transporte e, por fim, comunicação.

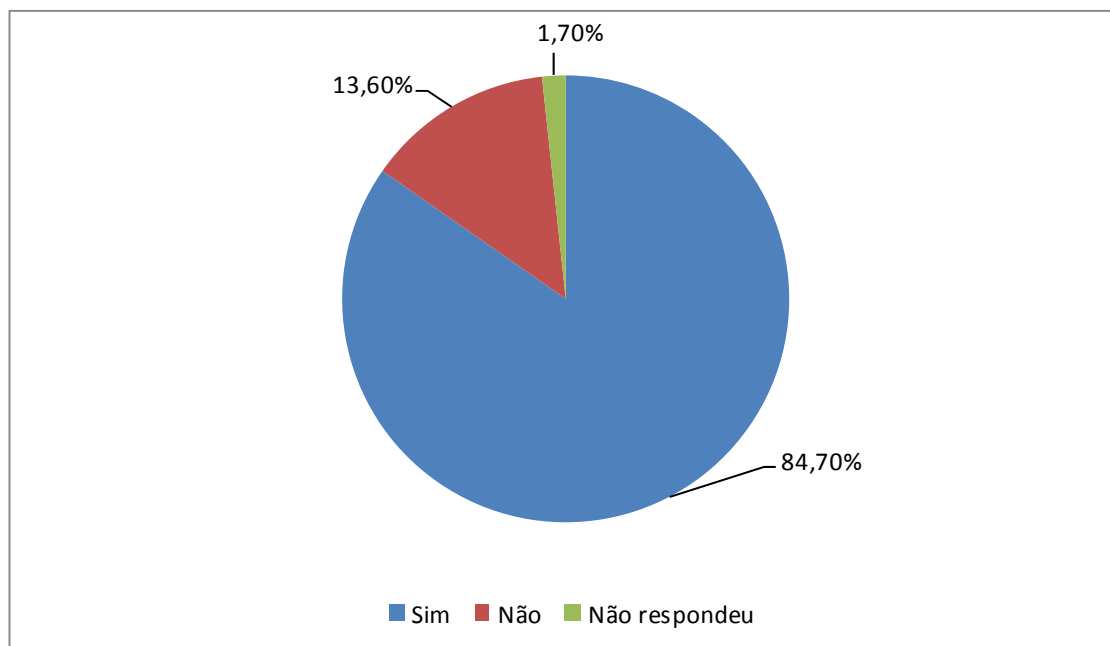
As informações foram tratadas de maneira geral sobre a AID, acentuando um ou outro aspecto quando e se necessário para o licenciamento.

### 7.3.3.5.1 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

Segundo informações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2014) as principais concessionárias distribuidoras de energia elétrica na AID são, em ordem crescente do empreendimento: CEMIG, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Com relação ao Programa de Eletrificação Rural todas as concessionárias que atendem a AID estão cadastradas para atuar junto ao programa, segundo informações do Ministério Minas e Energia – MME (2014). Já segundo informações do Ministério do Planejamento (<http://www.pac.gov.br/obra/30673>) apenas a CPFL Paulista, dentre as demais concessionárias citadas, tem obras relacionadas a este programa, em andamento – com previsão de término em abril de 2014.

Com relação ao sistema de distribuição de energia elétrica na AID pode-se indicar que 84,7% propriedades (84,70%) tem acesso ao serviço, enquanto 13,6% não possuem e 1,70% não responderam. Tais dados podem ser visualizados na Figura 171.



**Figura 171 – Propriedades ligadas à rede de distribuição de energia elétrica.**

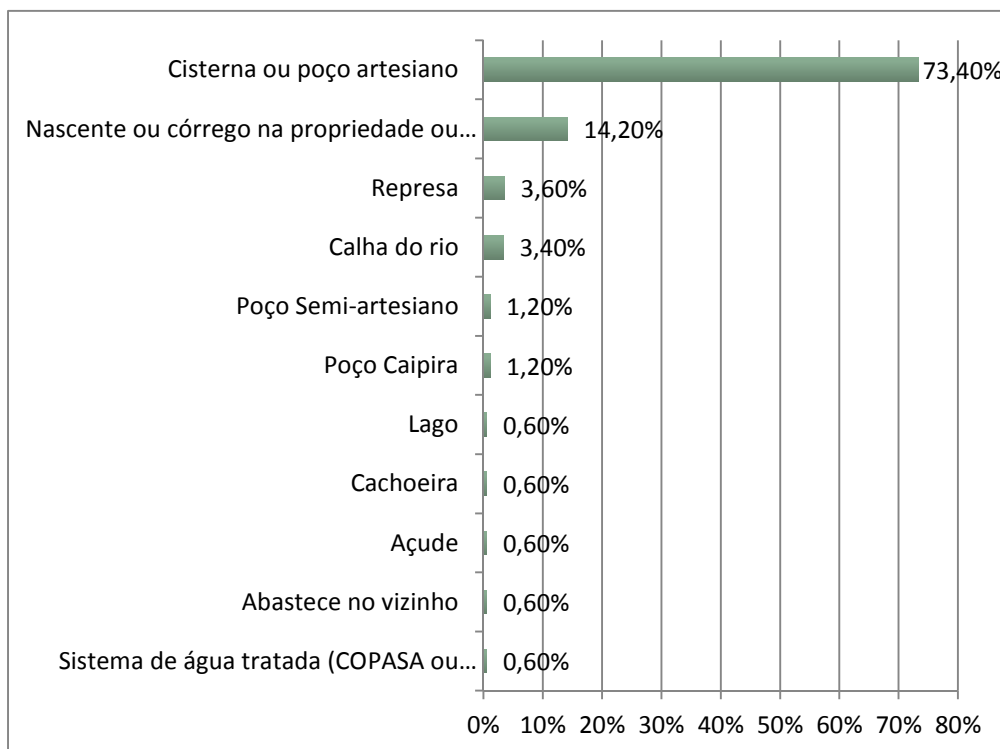
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Em geral as propriedades que não possuem acesso ao serviço são propriedades arrendadas ou sem benfeitorias e/ou domicílios destinados à ocupação populacional – segundo informações levantadas em campo (2014).

No que concerne ao consumo mensal destas propriedades, não foi possível aferir junto a concessionária local, contudo, em geral, configura-se de baixo a médio consumo, este último em razão das agroindústrias instaladas na região.

### 7.3.3.5.2 Sistema de fornecimento e abastecimento de água

Quanto ao sistema de fornecimento e abastecimento de água domiciliar na AID, a Figura 172 demonstra quais são as formas utilizadas e os respectivos percentuais.



**Figura 172 – Fonte de água para consumo humano.**

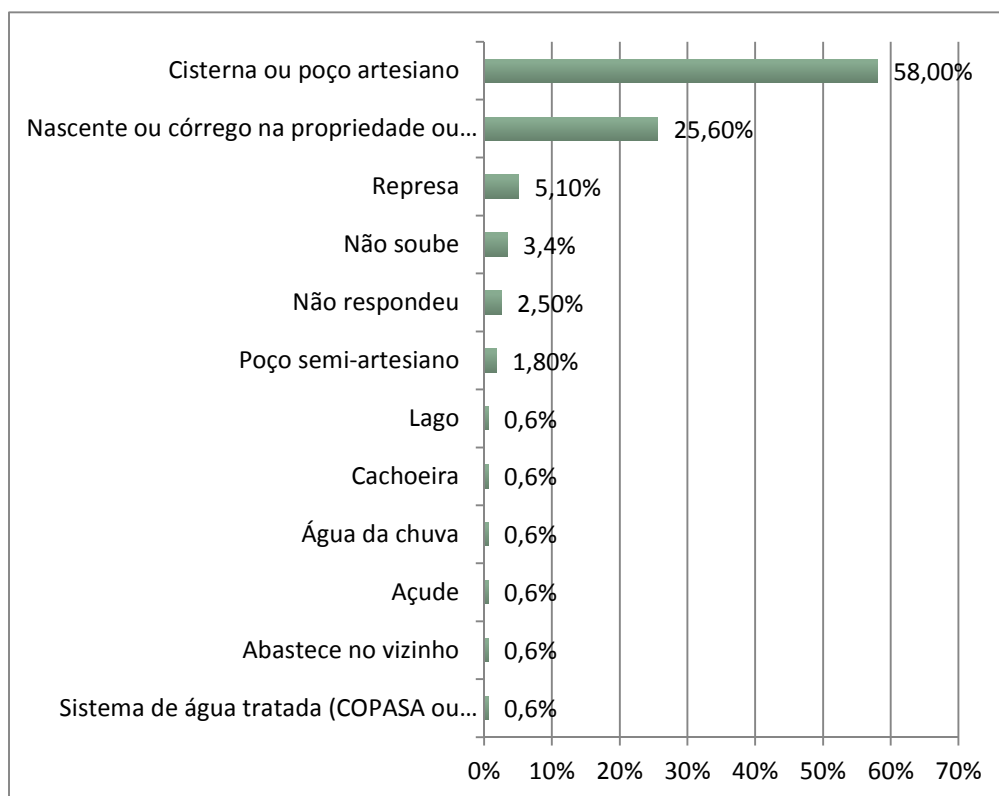
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Tal como demonstrado na figura acima, uma parcela ínfima das propriedades tem acesso ao sistema público de fornecimento e abastecimento de água tratada na AID, o que, em princípio, sinaliza para o alcance da qualidade adequada ao consumo humano. Tal serviço é realizado por instituições públicas vinculadas, em geral, às Prefeituras Municipais, como o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE no estado de São Paulo ou COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no estado de Minas Gerais, dependendo do município. Também tem-se o exemplo das propriedades instaladas em Leme, cujo

serviço é realizado pela autarquia, também municipal, Superintendência de Água e Esgoto de Leme.

Parte significativa das propriedades (73,40%), segundo figura demonstrada, possui abastecimento de água por meio de cisterna ou poço artesiano, 14,20% são abastecidas por meio de nascente ou córrego na propriedade ou área vizinha, 3,6% por meio de represa e 3,40% por meio de calha do rio. As demais se dividem em poço semi-artesiano, poço caipira, lago, cachoeira e açude.

Ainda no que concerne ao abastecimento de água, mas, neste caso, voltado às atividades produtivas, a Figura 173 mostra que 58% das propriedades possuem cisterna ou poço artesiano, 25,6% possuem nascente ou córrego na propriedade ou área vizinha, 5,1% possuem represa, 3,4% não souberam responder, 2,50% não respondeu, e 1,80% possui poço semi-artesiano, dividindo-se o restante entre lago, cachoeira, água da chuva, açude, abastecimento no vizinho, sistema de água tratada, todos com 0,60% das ocorrências.

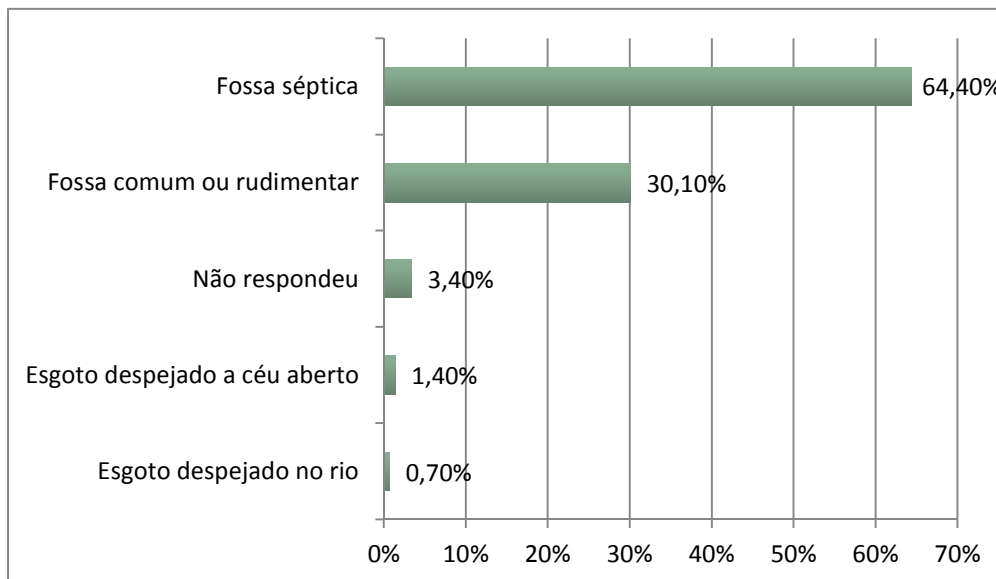


**Figura 173 – Fonte de água para manutenção das atividades da propriedade**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

### 7.3.3.5.3 Sistema de Esgotamento Sanitário

Quanto às condições do sistema de esgotamento sanitário, a Figura 174 demonstra quais são as formas utilizadas e os respectivos percentuais. Segue.



**Figura 174 – Condições do esgoto nas propriedades**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A análise da figura apresentada permite inferir que a AID não é dotada de sistema de esgotamento sanitário, sendo comumente utilizadas as fossas sépticas (unidade de tratamento de esgoto primário e/ou doméstico). Apesar de amplamente utilizada em residências isoladas e/ou em residências rurais em todo o estado e país, ela não oferece todas as etapas de tratamento, por exemplo, para disposição final em lençóis freáticos.

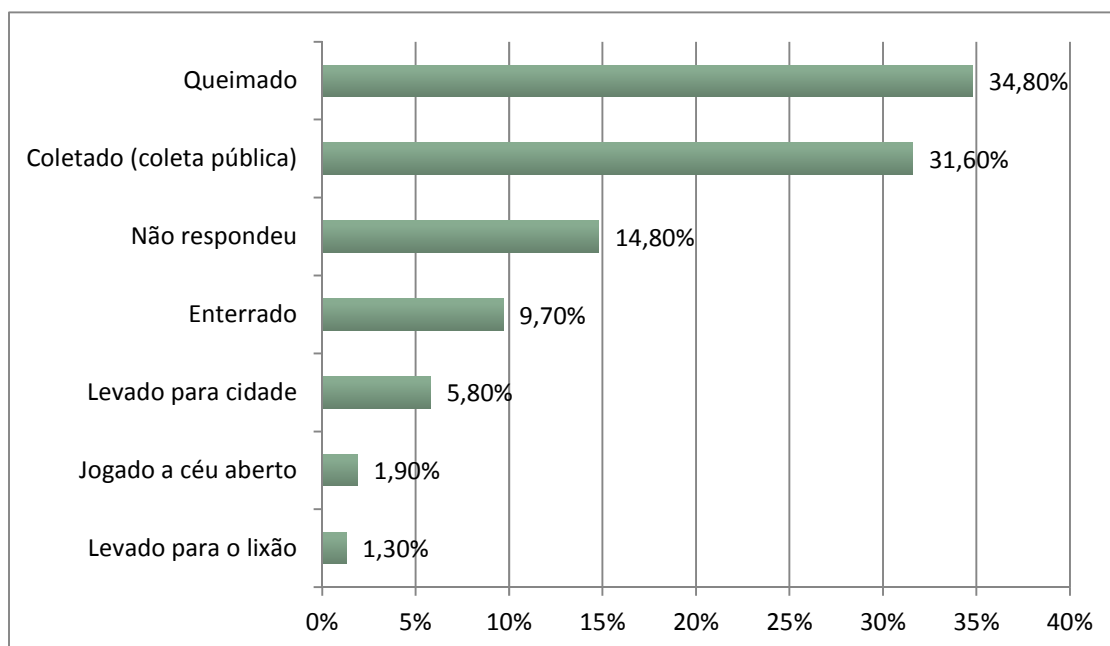
Em segundo lugar, ainda na leitura da figura apresentada, a população relatou utilizar fossas comuns ou rudimentares (as quais não oferecem tratamento algum do esgoto), seguido ainda de propriedades que despejam esgoto a céu aberto (1,40%) e as que despejam esgoto no rio (0,70%). Aproximadamente 1,40% não responderam.

### 7.3.3.5.4 Disposição de resíduos

No que tange à destinação do lixo é possível observar, com base nos dados apresentados na Figura 175, que 34,80% do lixo produzido nas propriedades é queimado

informalmente, enquanto 31,60% é coletado pela prefeitura municipal, 9,70% é enterrado, 5,8% é levado para a cidade, 1,90% é jogado a céu aberto, e 1,30% é levado para o lixão. Outros 14,80% dos entrevistados não responderam ou não souberam responder sobre a destinação do lixo.

A título de informação a coleta de lixo na AID varia de, no mínimo, 01 vez por semana até 03 vezes em algumas localidades.



**Figura 175 – Destinação do lixo**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Durante o período de trabalho de campo foi identificado vários pontos de disposição irregular de resíduos, tal como demonstra a Figura -176.



**Figura -176 – Disposição inadequada de resíduos na AID**

As constatações, tanto do item de esgotamento sanitário quanto da disposição do lixo, não favorecem o aumento de índices de qualidade da vida da região. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde - OMS (2014), a exposição frequente a tais condições ambientais podem elevar o risco de disseminação de doenças infecto – contagiosas, além de sugerir risco de acidentes e desvalorização paisagística do local.

### **7.3.3.5.5 Sistema de saúde**

O sistema de saúde aqui tratado aborda apenas as relações de uso deste serviço, podendo ser no município de origem da propriedade ou em municípios vizinhos - que concentram, eventualmente, um sistema de amplo atendimento (informações tratadas com maior detalhamento na AII).

Em campo, observou-se que os moradores das propriedades interceptadas pelo empreendimento, utilizam tanto o atendimento de saúde (público ou particular) local quanto em cidades vizinhas. Em se tratando de doenças de baixa a média complexidade, a preferência é local. Quando há necessidade de serviços especializados, os residentes buscam atendimento em municípios com maior estrutura de atendimento, maior número e diversidade de especialidades, disponibilização de leitos de internação entre outros indicadores desta natureza. Também busca-se outros tipos de unidades de saúde, tais como: centro de saúde e unidade básica, clínica especializada/ambulatório de especialidade, hospital, policlínica, posto de saúde, pronto socorro e unidades mistas.

O quadro disposto a seguir trás informações dos locais de uso dos serviços de saúde.

**Quadro 227 – Locais em que a população da ADA procura atendimentos médicos**

Local em que a população procura atendimento	Frequência
--	------------

Local em que a população procura atendimento	Frequência
Olímpia	24
Monte Alto	18
São José do Rio Preto	17
Icém	12
Cajobi	11
Arthur Nogueira	10
Catanduva	8
Araras	7
Pirangi	7
Campinas	6
Descalvado	6
Altair	5
Em São Carlos	5
Conchal	4
Engenheiro Coelho	4
Paraíso	4
Vista Alegre do Alto	4
Analândia	3
Holambra	3
Barretos	2
Mogi Mirim	2
Água Vermelha	1
Araraquara	1
Em São Paulo	1
Ibaté	1
Jaguariuna	1
Leme	1
Monte Azul Paulista	1
Severínia	1

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

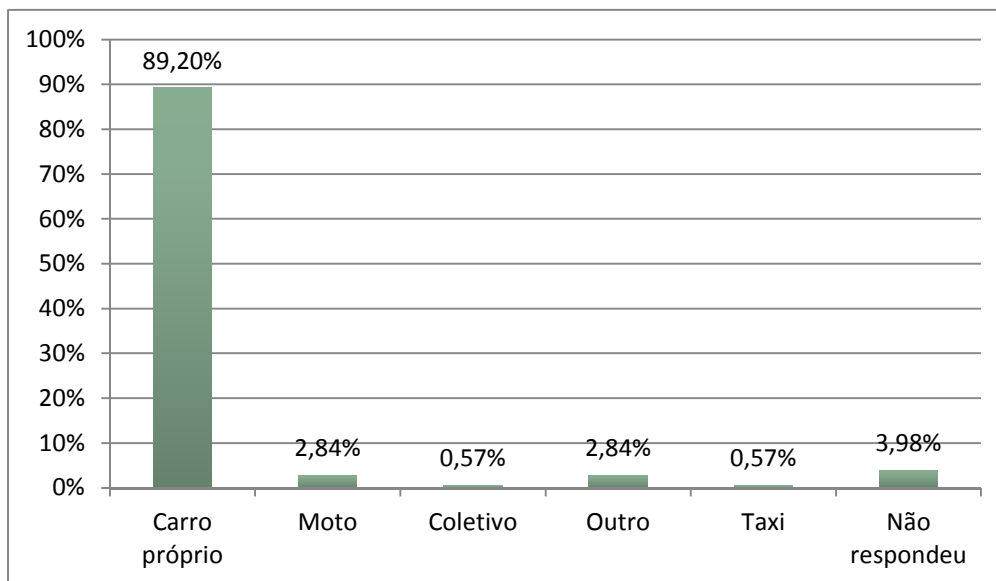
As informações dispostas no quadro apresentado, permitem inferir que os municípios mais citados pelos proprietários residentes como locais de referência e procura por serviços de saúde são: Olímpia, Monte Alto, Icém, São José do Rio Preto, Cajobi e Arthur Nogueira – todos no estado de São Paulo. Lembrando que esta relação de causa é efeito é necessariamente associada às condições, citadas acima, de suporte e tratamento em geral.

### 7.3.3.5.6 Sistema de transporte

Com relação aos meios de locomoção utilizados pelos moradores, prevaleceu o uso de carro próprio (89,20%) para deslocamento da sede das propriedades até o centro dos municípios. Os outros meios de locomoção, tais como moto, coletivo, outros e táxi obtiveram, respectivamente, 2,84%, 0,57%, 2,84% e 0,57% das respostas. E 3,98% não responderam sobre.



Ainda com relação aos meios de locomoção é válido ressaltar que, em geral, o relato dos moradores aponta que o transporte coletivo das cidades pesquisadas não atende à zona rural, exceto para o traslado de estudantes. Não obstante esse cenário justifique, em partes, o uso mais comum de carro próprio para locomoção, os moradores associam a indisponibilidade ou precariedade do transporte público coletivo à dificuldade de estabelecer contatos com o centro das cidades e, por conseguinte, de utilizar os serviços públicos ou privados disponíveis.



**Figura 177 – Principal meio de locomoção da propriedade à sede do município.**

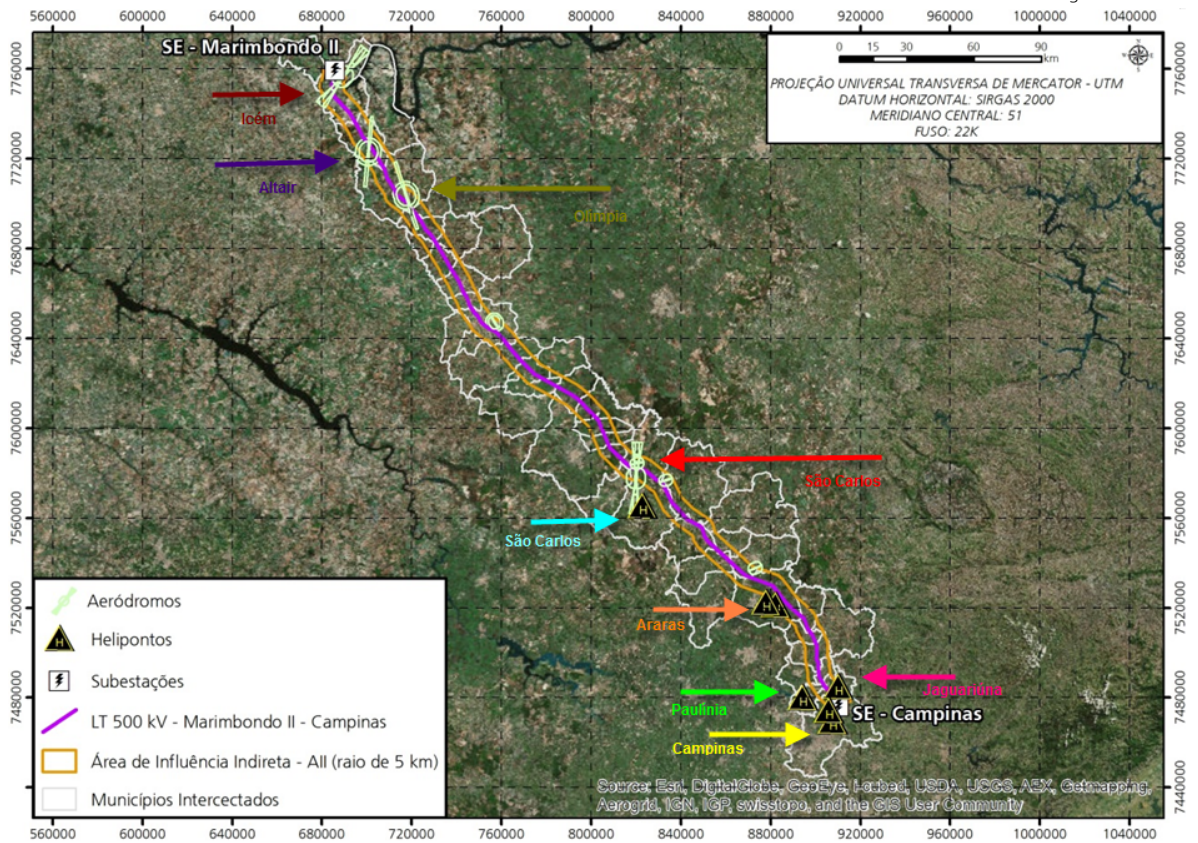
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

#### 7.3.3.5.6.1 Helipontos

Nos municípios de Fronteira, Icem, Altair, Fronteira, Américo Brasiliense, Santa Ernestina, Olímpia é possível identificar Aeródromos. Já nos municípios de São Carlos, Araras, Paulínia, Jaguariúna e Campinas, é possível identificar helipontos – os quais estão demonstrados na figura abaixo para conhecimento.

**LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas**

Diagnóstico Ambiental



**Figura -178 – Aeródromos e helipontos identificados próximos ao traçado da LT.**

**7.3.3.5.6.2 Aeroportos**

Além de áreas de pouso e decolagem de helicópteros, foram identificadas, áreas de pouso e decolagem de aeronave, destinadas, em geral, a voos comerciais. .As figuras abaixo ilustram as áreas em cada município para conhecimento a partir do município de Fronteira/MG.



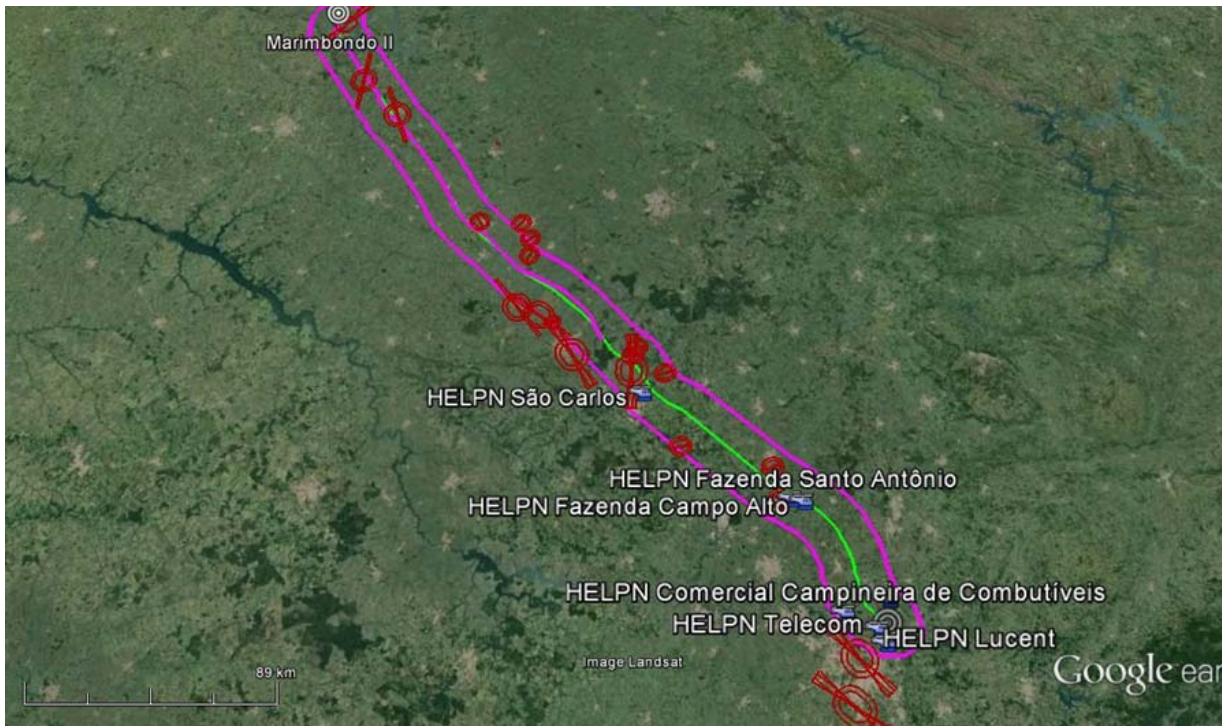


Figura 179 – Visão de todas as pistas de pouso de aeronaves na AID do empreendimento.

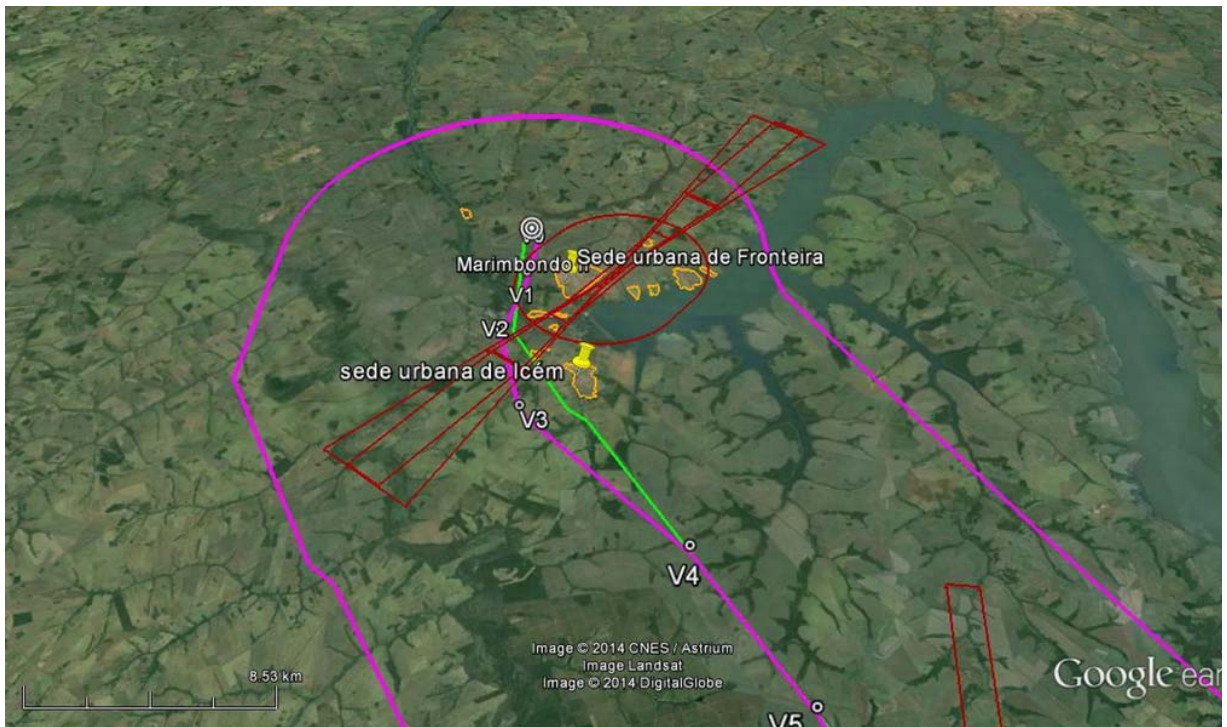


Figura 180 – Mapeamento das pistas de pouso no município de Fronteira/MG.



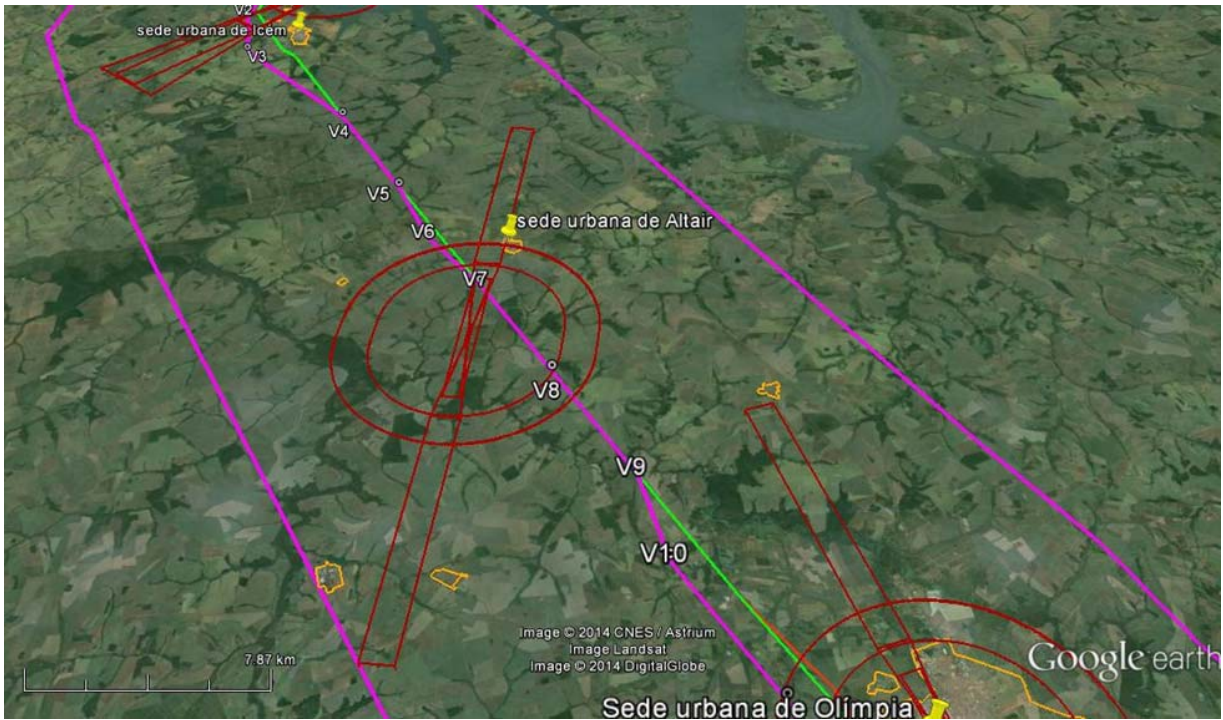


Figura 181- Mapeamento das pistas de pouso no município de Altair/SP.

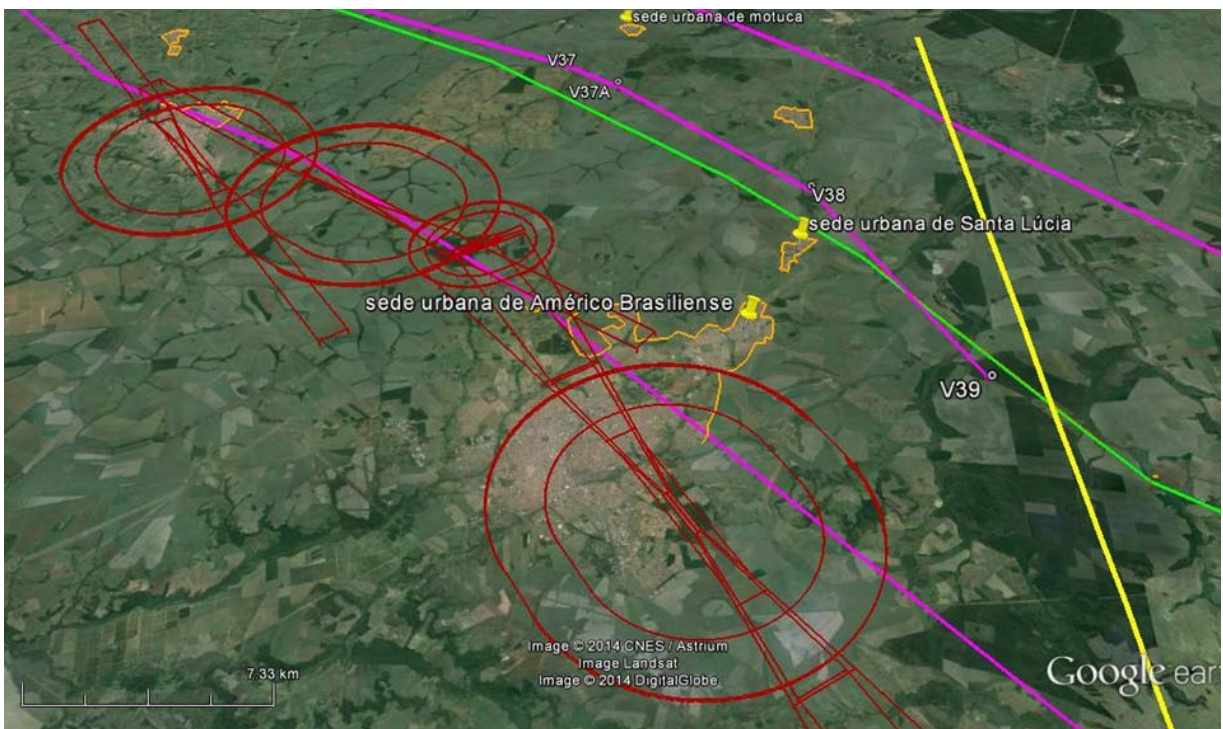


Figura 182 - Mapeamento das pistas de pouso no município de Santa Lúcia/SP.



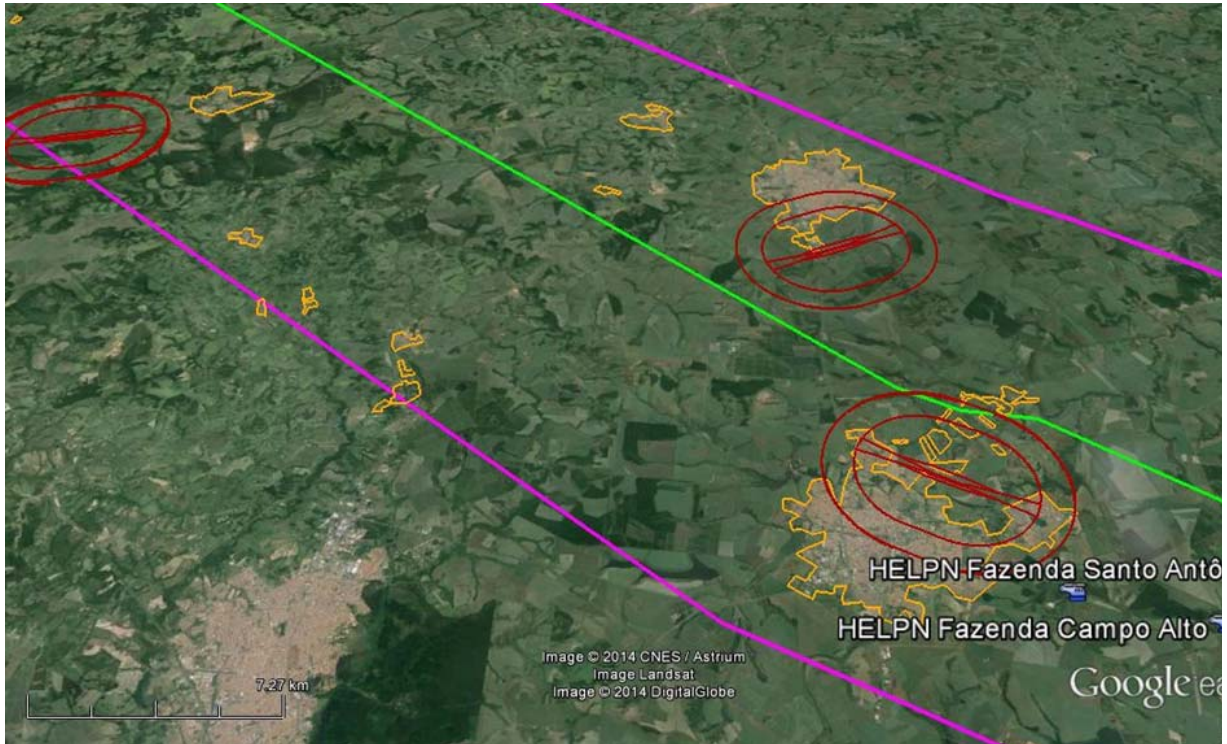


Figura 183 – Mapeamento de pistas de pouso.

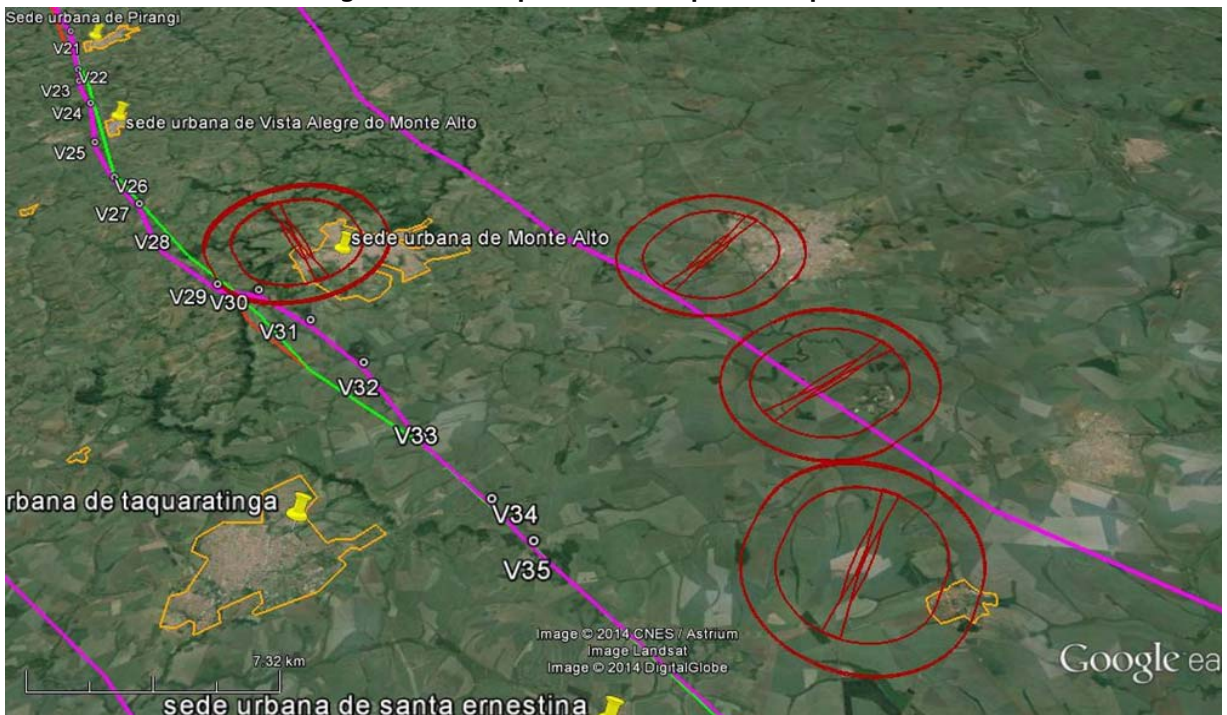


Figura 184 – Mapeamento de pistas de pouso no município de Monte Alto.



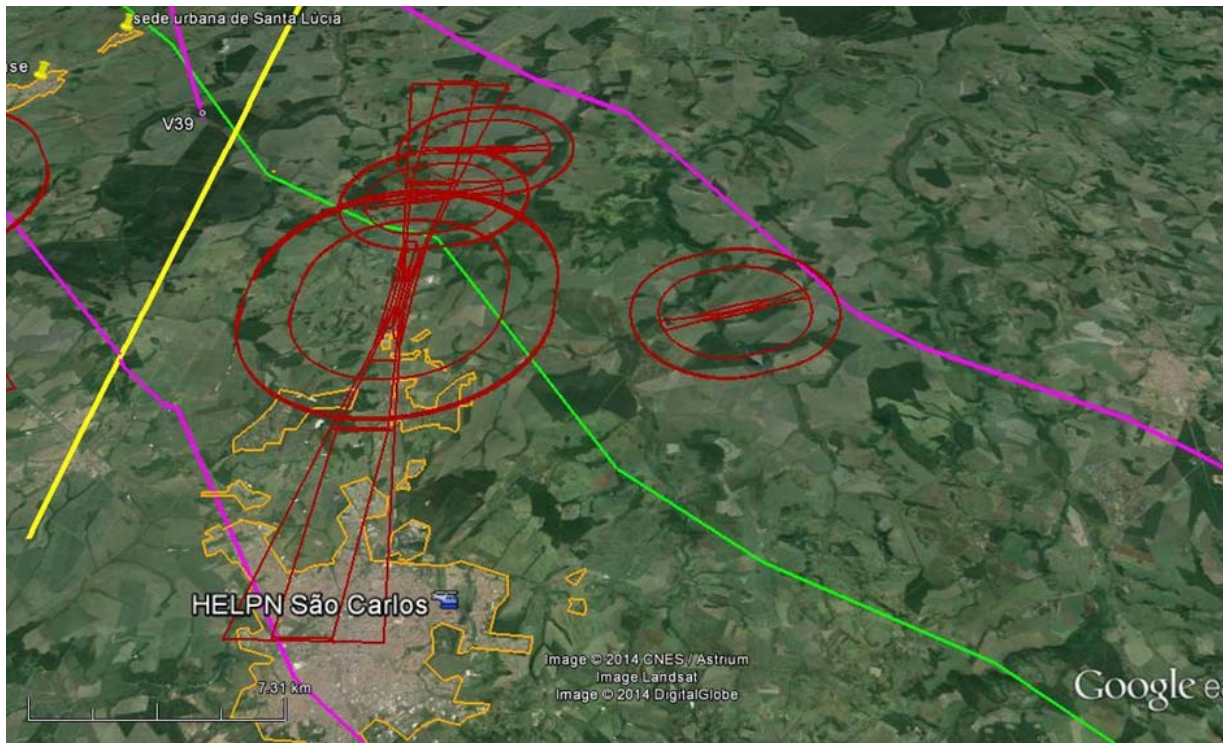


Figura 185- Mapeamento das pistas de pouso do município de São Carlos/SP.

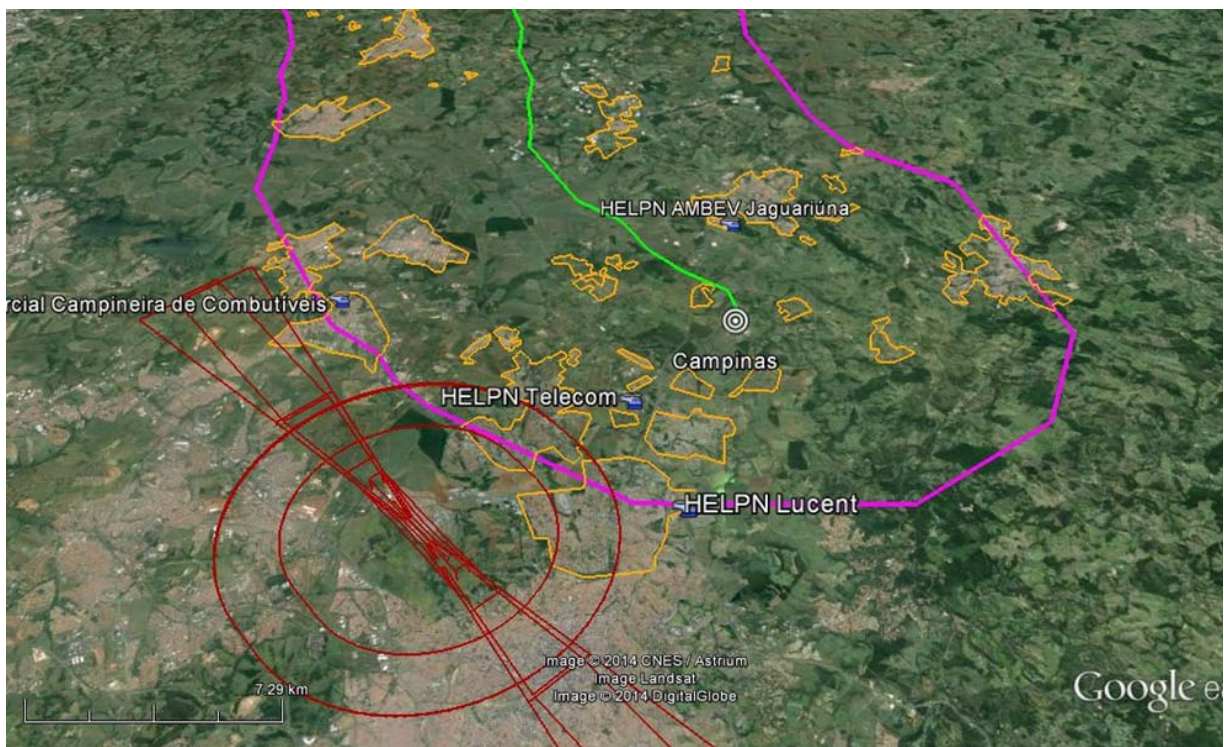
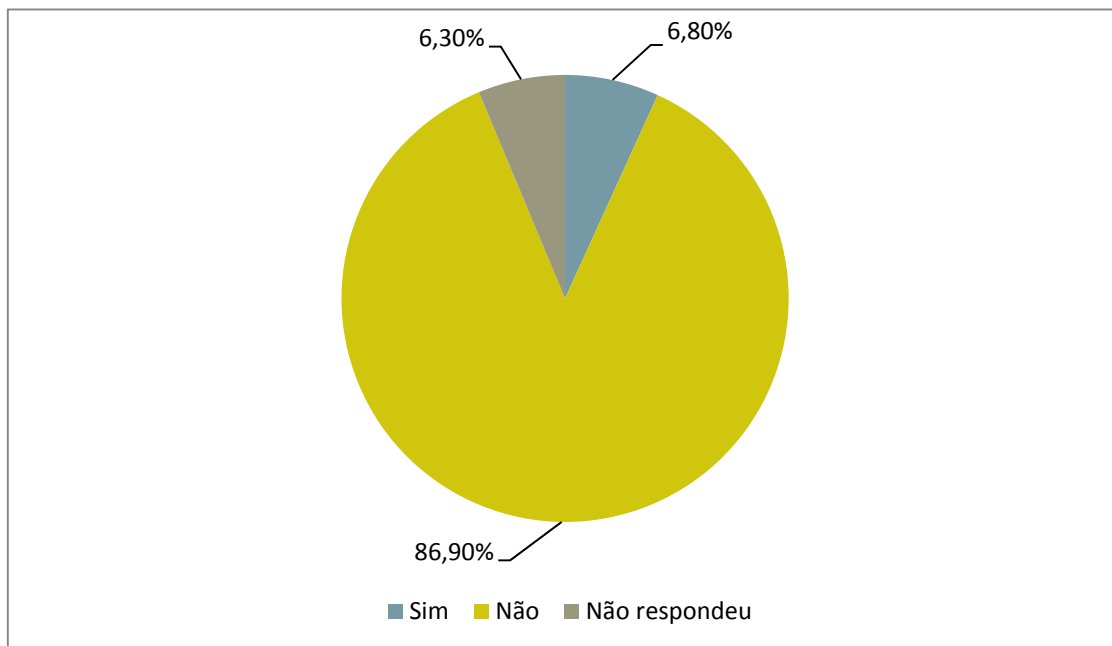


Figura 186 - Mapeamento das pistas de pouso do município de Campinas/SP.

### 7.3.3.5.6.3 Áreas de voo livre

Quando perguntados a respeito da existência de áreas de voo livre (prática esportiva de voos não motorizados, ex. parapente e asa-delta) nas imediações do traçado proposto para a LT, 6,80% dos respondentes afirmaram conhecer algum lugar utilizado para esse fim, 86,90% afirmaram desconhecer tal prática na região e 6,30% não responderam, como indica a Figura 187.



**Figura 187 – Conhece algum lugar nas proximidades que seja utilizado como área de voo livre?**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

As áreas conhecidas pelos entrevistados estão listadas de acordo com o município em que foram citadas no quadro 1-14.

**Quadro-228 – Quadro de locais de voo livre**

Município	Local de voo livre
Fronteira	Próximo a Rio Grande
	Em Fronteira, no aeroporto de Furnas
São Carlos	No museu da Tam
Motuca	Matão e Araraquara
São Carlos	Fazenda Conceição tem pista
São Carlos	Em Analândia
Descalvado	Em Analândia
Holambra	Balonismo - Duas Marias / Campinas / Jaguariúna
Monte Alto	Aeródromo de Monte Alto Izidoro Nunes

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Com relação às informações prestadas no quadro, dá-se destaque para o Museu da TAM, localizado no município de São Carlos, no seguinte endereço: Rodovia Engenheiro Tales de Lorena (SP – 318). Segundo informações da companhia aérea de mesmo nome (2014), o local possui uma área em torno de 2.000 m<sup>2</sup> e chancela ser “o maior museu de aviação do mundo partindo de uma empresa privada”. Seu acervo é composto por aeronaves, dioramas e uniformes. Segundo consta, o local passará por reforma e ampliação.

Por fim o município de Analândia também foi citado pela prática do esporte, contudo, não foi possível identificar sua área geográfica.

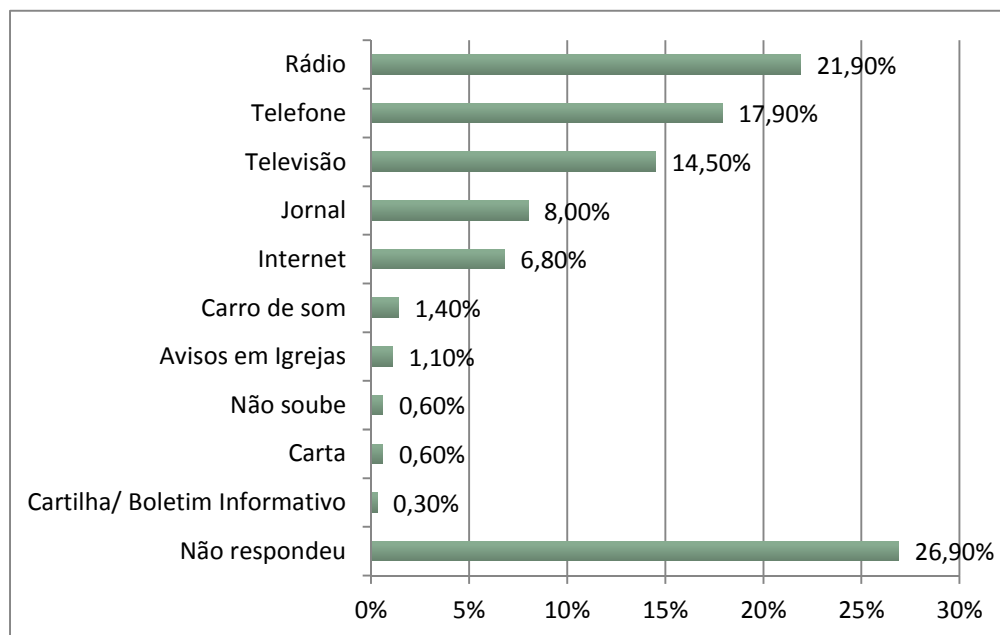
A título de esclarecimento este subitem também pode integrar o item de aspectos culturais relacionados à lazer, contudo, como para sua prática depende-se de um espaço definido e área de voo, preferiu-se colocá-lo em infraestrutura.

#### **7.3.3.5.7 Meios de Comunicação**

Neste item será demonstrado o número de instrumentos de comunicação utilizados na AID, a partir das seguintes categorias: rádio, telefone, televisão, jornal e internet. Não será possível, contudo, ter uma ideia de tele densidade, por exemplo, contudo, temos uma ideia dos meios frequentemente utilizados para a comunicação de massa.

Observando a Figura 188 os principais meios de comunicação utilizados são Rádio (21,90%), Telefone (17,90%), Televisão (14,50%), Jornal (8,00%) e Internet (6,80). Outras formas como Carro de Som (1,40%), Avisos em Igrejas (1,10%), Carta (0,60%) e Cartilha/Boletim Informativo (0,30%) tiveram menor incidência e foram verificadas em pequenas cidades como Analândia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição, Dobrada, Icém e Paraíso. Entre os entrevistados, ainda, 26,90% Não responderam e 0,60% Não souberam responder.





**Figura 188 – Eficiência dos meios de comunicação para informar a população**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Parte dos entrevistados que citaram o rádio, a televisão e o jornal citaram as emissoras, estações e jornais com maior popularidade em suas cidades, como demonstra o Quadro 229.

**Quadro 229 – Meios de comunicação citados**

Município	Canais de TV Citados		Estações de Rádio Citadas		Jornais Impressos	
Altair	Globo/ TV Tem	3	Rádio de Olímpia	1	Rádio de Olímpia	1
	Record	1				
Araras	Globo	1	Rádio Clube	1	Zap	1
	Record	1	Rádio Araras			
Artur Nogueira	EP Tv Campinas	1	Rádio Cabocla	1	Jornal da cidade Arthur Nogueira	1
	SBT	1				
	Globo	3				
	Record	2				
Cajobi	-	-	Rádio Nativa	1	Diário da Região	1
	-	-	Rádio Vitória	2	Jornalzinho (folheto) Região	1
Campinas	-	-	Cidade e Central	1	Correio Popular	1
Conchal	-	-	-	-	Jornal Regional	1
Descalvado	EP TV	1	Estilo FM	1	-	-
Fronteira	-	-	3 estações da	1	-	-

Município	Canais de TV Citados	Estações de Rádio Citadas	Jornais Impressos			
		cidade				
Holambra	-	-	Jornal da cidade	2		
	-	-	Jornal de Holambra	2		
Icem	Globo/ TV Tem	4	97 de Frutal	4	Correio da região	2
	Record	1	Rádio de Fronteira	1	Jornal de Icém	1
Leme	-	-	Rádio de Leme	1	O noticiário	1
Monte Alto	-	-	Rádio Cultura	6	-	-
	-	-	Energia FM	1	-	-
	-	-	Rádio Monte Alto	1	-	-
Motuca	-	-	Rádio Araraquara	1	Jornal Araraquara	1
Olimpia	Globo/ TV Tem	1	Espaço Livre 720 AM	6	-	-
			Rádio Menina	4	-	-
			Rádio Difusora	1	-	-
			Rádio Olímpia	1	-	-
Paraíso	-	-	Rádio Nativa	1	-	-
Pirangi	-	-	102,7	1	Jornal Regional	3
			Brasil atual	7		
			Rádio de Pirangi	1		
			Taquaritinga	1		
São Carlos	Globo/ TV Tem	2	DBC	1	-	-
	Record	1				
Severínia	Globo/ TV Tem	1	Cultura	2	Jornal quinzenal	1
			Ilha	2	Jornal Imparcial	1
			Mix	4	Jornal Vista Alegre	2
			Rádio Menina	1	-	-

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Percebe-se que estes meios foram citados em municípios de grande porte, com mais de 20.000 habitantes.

### 7.3.3.6 Uso e ocupação do solo

Este item inicia a descrição do uso e ocupação do solo na área da AID. Nele serão apresentadas as áreas totais e as proporções de uso considerando as seguintes classificações: benfeitorias, estradas pavimentadas, estradas vicinais, formação campestre, formação florestal, massa d'água e pastagem. Após esta primeira introdução ao tema, será feita a apresentação por propriedade.

A Quadro 230 disposta abaixo trará as informações citadas por município, porém, de forma a caracterizar a AID, na faixa de 30 metros para cada lado a partir do eixo central

da LT Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, 60 metros no total. Como informação inicial é importante destacar que no eixo central da LT não há benfeitorias instaladas passíveis de indenização e/ou relocação.

A primeira informação da tabela abaixo é referente a ocupação e/ou construção de benfeitorias – a citar casas, paiol, entre outros. Este número chega a 0,12% do total, correspondente a 2,74 hectares.

Seguindo a apresentação da tabela observa-se que as maiores áreas da AID são ocupadas pelo cultivo da agricultura primária em geral, cana de açúcar, laranja e outras culturas. Estas áreas estão instaladas nos municípios de Araras, seguido de São Carlos e Olímpia.

O maior número de áreas, por sua vez, destinadas à estradas pavimentadas e estradas vicinais é de 0,69 hectares ou 0,03% do total no município de Caboji e 1,25 hectares e 0,05% do total no município de Araras – respectivamente.

A segunda maior área de ocupação da AID é destinada a formação campestre e a formação florestal que ocupam, respectivamente, também no município de Araras, 17,19 hectares ou 0,76% do total, e, no município de São Carlos, 21,57 hectares e 0,95% do total.

Por fim a maior área de massa d'água na AID ocorre no município de Fronteira /MG sendo de 1,12 hectares e 0,05% do total. Já as pastagens ocupam uma área total de 211 hectares e correspondem a 9,28% do total. Suas maiores ocorrências se dão nos municípios de Icém seguido de Analândia.

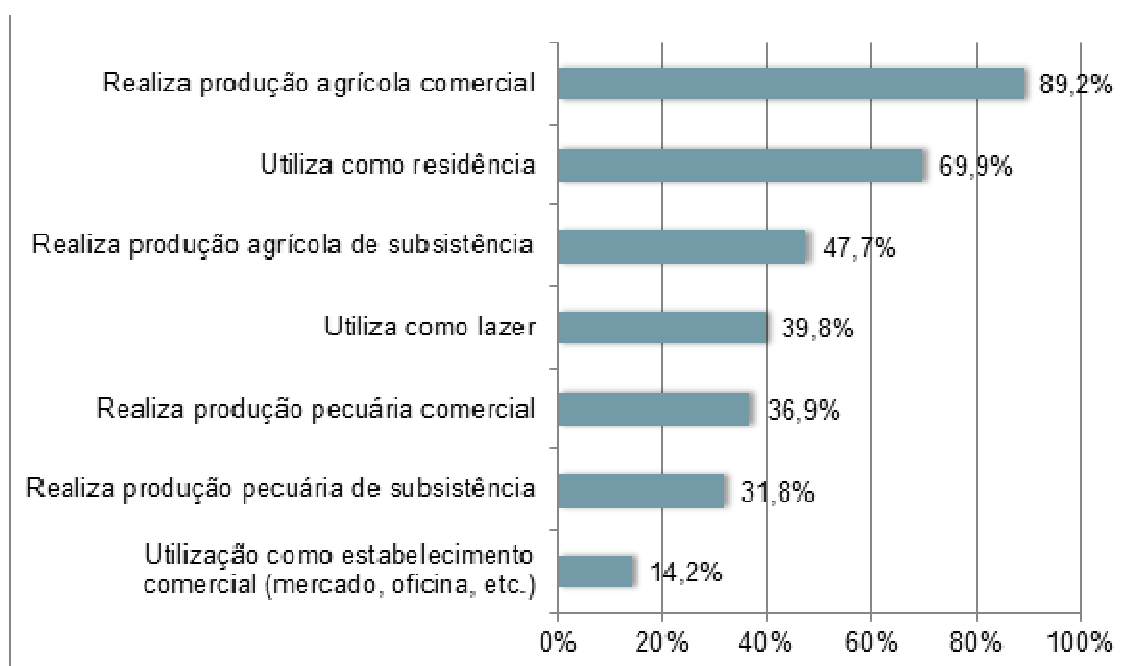
Na tabela de uso e ocupação do solo é possível inferir que os municípios que possuem mais áreas com uso são: São Carlos e Araras.

Quadro 230 – Uso e ocupação do solo na AID.

Localização das propriedades com relação ao município da AII	Benfeitorias		Cultivo		Estradas Pavimentadas		Estradas Vicinais		Formação Campestre		Formação Florestal		Massa d'Água		Pastagem		Total %	Total ÁREA
	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)		
Altair	0,00%	-	5,28%	120,30	0,00%	-	0,03%	0,75	0,20%	4,47	0,46%	10,52	0,00%	-	0,25%	5,72	6,23%	141,76
Américo Brasiliense	0,00%	-	1,15%	26,13	0,00%	0,11	0,01%	0,16	0,07%	1,61	0,03%	0,66	0,00%	-	0,01%	0,20	1,27%	28,87
Analândia	0,00%	-	2,55%	58,02	0,01%	0,13	0,00%	-	0,26%	5,88	0,59%	13,34	0,03%	0,79	1,48%	33,62	4,91%	111,78
Araraquara	0,00%	-	1,56%	35,55	0,00%	-	0,01%	0,32	0,27%	6,04	0,17%	3,98	0,00%	-	0,46%	10,40	2,47%	56,29
Araras	0,00%	-	6,62%	150,64	0,01%	0,20	0,05%	1,25	0,76%	17,19	0,26%	5,82	0,02%	0,55	0,04%	0,92	7,76%	176,58
Artur Nogueira	0,00%	0,002	2,30%	52,44	0,01%	0,12	0,03%	0,58	0,19%	4,34	0,43%	9,81	0,00%	0,08	0,42%	9,66	3,38%	77,04
Cajobi	0,00%	-	3,58%	81,41	0,03%	0,69	0,00%	0,09	0,16%	3,54	0,13%	2,99	0,00%	-	0,09%	2,09	3,99%	90,81
Campinas	0,11%	2,465	0,68%	15,48	0,01%	0,18	0,02%	0,35	0,20%	4,54	0,19%	4,34	0,04%	0,83	0,33%	7,48	1,57%	35,68
Conchal	0,00%	-	1,75%	39,87	0,00%	0,07	0,01%	0,22	0,06%	1,47	0,07%	1,68	0,00%	-	0,12%	2,63	2,02%	45,93
Corumbataí	0,00%	-	1,39%	31,58	0,00%	-	0,00%	-	0,10%	2,28	0,19%	4,24	0,02%	0,48	0,01%	0,16	1,70%	38,73
Cosmópolis	0,00%	-	0,12%	2,79	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,01%	0,32	0,00%	-	0,00%	-	0,14%	3,11
Descalvado	0,01%	0,176	2,09%	47,60	0,00%	0,09	0,01%	0,25	0,27%	6,12	0,35%	7,94	0,00%	-	0,18%	4,11	2,91%	66,29
Dobrada	0,00%	-	1,23%	27,94	0,00%	-	0,00%	0,11	0,14%	3,19	0,12%	2,72	0,00%	-	0,00%	-	1,49%	33,96
Engenheiro Coelho	0,00%	-	1,37%	31,15	0,00%	0,05	0,02%	0,54	0,07%	1,61	0,06%	1,47	0,00%	-	0,10%	2,27	1,63%	37,10
Fronteira	0,00%	0,043	0,94%	21,37	0,00%	-	0,05%	1,16	0,01%	0,27	0,06%	1,27	0,05%	1,12	0,23%	5,23	1,34%	30,46
Holambra	0,00%	-	1,12%	25,55	0,01%	0,22	0,01%	0,13	0,10%	2,28	0,10%	2,24	0,01%	0,15	0,02%	0,46	1,36%	31,03
Ícém	0,00%	-	2,62%	59,73	0,01%	0,21	0,06%	1,26	0,16%	3,70	0,41%	9,36	0,05%	1,23	2,43%	55,36	5,75%	130,84
Jaguariúna	0,00%	-	1,11%	25,38	0,00%	0,05	0,01%	0,12	0,05%	1,12	0,02%	0,41	0,02%	0,35	0,11%	2,56	1,32%	30,00
Leme	0,00%	0,006	2,03%	46,14	0,00%	-	0,00%	-	0,32%	7,35	0,26%	5,85	0,00%	0,01	0,24%	5,45	2,85%	64,80
Monte Alto	0,00%	0,006	4,57%	104,06	0,01%	0,27	0,04%	0,89	0,61%	13,98	0,20%	4,54	0,02%	0,42	0,33%	7,57	5,79%	131,74
Motuca	0,00%	-	3,20%	72,94	0,01%	0,12	0,01%	0,31	0,01%	0,17	0,14%	3,19	0,00%	-	0,09%	1,95	3,46%	78,69
Ólimpia	0,00%	0,040	4,93%	112,30	0,01%	0,24	0,04%	0,82	0,28%	6,37	0,37%	8,35	0,00%	0,03	0,55%	12,53	6,18%	140,69
Paraíso	0,00%	-	3,32%	75,49	0,01%	0,16	0,02%	0,38	0,26%	5,90	0,16%	3,55	0,00%	0,08	0,12%	2,73	3,88%	88,28
Paulínia	0,00%	-	0,66%	15,11	0,00%	-	0,00%	-	0,01%	0,22	0,00%	-	0,01%	0,15	0,00%	-	0,68%	15,47
Pirangi	0,00%	-	2,83%	64,33	0,00%	0,10	0,02%	0,46	0,20%	4,47	0,13%	2,97	0,00%	-	0,15%	3,39	3,33%	75,73
Rincão	0,00%	-	1,96%	44,60	0,00%	-	0,00%	-	0,20%	4,63	0,03%	0,60	0,00%	0,09	0,29%	6,68	2,49%	56,61
Santa Cruz Da Conceição	0,00%	-	0,56%	12,70	0,00%	-	0,00%	-	0,02%	0,43	0,11%	2,61	0,00%	0,02	0,01%	0,21	0,70%	15,97
Santa Ernestina	0,00%	-	2,87%	65,44	0,01%	0,26	0,03%	0,76	0,30%	6,79	0,11%	2,58	0,02%	0,48	0,02%	0,53	3,37%	76,83
Santa Lúcia	0,00%	-	2,09%	47,59	0,01%	0,13	0,02%	0,48	0,17%	3,83	0,04%	0,85	0,00%	-	0,03%	0,74	2,36%	53,63
São Carlos	0,00%	0,001	5,82%	132,56	0,01%	0,24	0,04%	0,86	0,37%	8,35	0,95%	21,57	0,03%	0,71	1,09%	24,91	8,31%	189,19
Severínia	0,00%	-	0,44%	10,12	0,00%	-	0,00%	0,11	0,00%	-	0,01%	0,17	0,00%	-	0,00%	-	0,46%	10,40
Taquaritinga	0,00%	-	2,72%	61,89	0,01%	0,16	0,04%	0,97	0,19%	4,32	0,23%	5,21	0,03%	0,65	0,01%	0,34	3,23%	73,54
Vista Alegre Do Alto	0,00%	-	1,40%	31,89	0,00%	0,10	0,02%	0,55	0,20%	4,50	0,02%	0,47	0,00%	0,04	0,06%	1,29	1,71%	38,84
<b>Total Geral</b>	<b>0,12%</b>	<b>2,7406</b>	<b>76,87%</b>	<b>1750,083</b>	<b>0,17%</b>	<b>3,8991</b>	<b>0,61%</b>	<b>13,885</b>	<b>6,19%</b>	<b>140,9774</b>	<b>6,40%</b>	<b>145,644</b>	<b>0,36%</b>	<b>8,254237</b>	<b>9,28%</b>	<b>211,1834</b>	<b>100,00%</b>	<b>2276,666206</b>

### 7.3.3.6.1 Tipos de utilização das propriedades

A respeito dos tipos de utilização das propriedades localizadas na AID, a Figura 189 indica que, em sua maioria, são voltadas para a produção do mercado consumidor, sendo que 89,2% realizam produção agrícola comercial, 36,9% realizam pecuária comercial e 14,2% são utilizadas como estabelecimento comercial (mercado, oficina etc.).



**Figura 189 – Tipos de utilização da propriedade.**

Também constata-se que 47,7% das propriedades realizam produção agrícola de subsistência voltados à: hortaliças, frutas, leguminosas, milho algumas vezes utilizado para fazer silagem.

Ainda constatou-se que 31,8% são destinados à pecuária de subsistência, 69,9% são utilizadas como residência e 39,8% voltadas ao lazer.

### 7.3.3.6.2 Área total das propriedades

No que concerne às áreas das propriedades é válido ressaltar que a unidade de medida utilizada para a definição do porte das propriedades é o módulo fiscal, instituído pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para indicação da extensão de áreas rurais consideradas economicamente produtivas.

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária dos imóveis rurais do município quanto ao seu tamanho, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.629/93 (BRASIL, 1993, 2012e). Para tanto, as propriedades rurais podem ser classificadas em:

- Minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;
- Pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;
- Médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais e
- Grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais.

A partir da definição e indicações conceituais apresentadas acima, agrupou-se no Quadro 231 as propriedades com módulos fiscais de 10, 12, 14, 18, 20, 28 e 30 hectares – visando a identificação de áreas produtivas ou potencialmente produtivas. O quadro também apresenta o número de propriedades, por município, dentro dos módulos fiscais em foco.

**Quadro 231 – Propriedades da AID e módulos fiscais.**

Valor do Módulo Fiscal	Municípios	Número de propriedades
10 hectares	Araras, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Paulínia	19
12 hectares	Dobrada, Motuca, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, Araraquara, São Carlos, Descalvado, Conchal	26
14 hectares	Pirangi, Vista Alegre do Alto, Monte Alto, Taquaritinga, Santa Ernestina	42
16 hectares	Cajobi, Paraíso, Severínia	25
18 hectares	Analândia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição, Leme	5
20 hectares	Olímpia	26
28 hectares	Altair, Icém	23
30 hectares	Fronteira	01

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Como estes valores são definidos de acordo com aspectos municipais e/ou regionais de uso e ocupação do solo e renda auferida com a propriedade rural, dentre outros, optou-se por apresentar esta análise a partir do conjunto de propriedades localizadas nos municípios que possuem o mesmo valor estabelecido para o módulo fiscal, na medida em que esta análise permitirá compreender a própria dinâmica produtiva das diversas regiões pelas quais passa a Linha de Transmissão.

Esta análise, baseada na dinâmica produtiva das propriedades a partir do valor de referência do módulo fiscal, será também realizada a partir da ocupação das terras em cada um dos municípios em foco.

Considerando os valores de módulos fiscais de referência, tem-se que o valor para definição das diferentes categorias de tamanho de propriedade também irão variar, conforme apresentado no Quadro 232 abaixo.

**Quadro 232 - Valores das propriedades de acordo com os seus respectivos módulos fiscais.**

Valor do Módulo Fiscal	Minifúndio Até 1 módulo	Pequena De 01 a 04 módulos	Média De 04 a 15 módulos	Grande Mais de 15 módulos
10 hectares	Até 10 hectares	10,1 a 40 hec	40,1 a 180 hec	Mais de 150,1 hec
12 hectares	Até 12 hectares	De 12,1 a 48 hec	48,1 a 180 hec	Mais de 180,1 hec
14 hectares	Até 14 hectares	De 14,1 a 56 hec	De 56,1 a 210 hec	Mais de 210,1 hec
16 hectares	Até 16 hectares	De 16,1 a 64 hec	64,1 a 240 hec	Mais de 240,1 hec
18 hectares	Até 18 hectares	De 18,1 a 72 hec	De 72,1 a 270 hec	Mais de 270,1 hec
20 hectares	Até 20 hectares	De 20,1 a 80 hec	De 80,1 a 300 hec	Mais de 300,1 hec
28 hectares	Até 28 hectares	De 28,1 a 112 hec	De 112,1 a 420 hec	Mais de 420,1 hec
30 hectares	Até 30 hectares	De 30,1 a 120 hec	De 120,1 a 450 hec	Mais de 450,1 hec

Fonte: Trabalho de campo, 2014

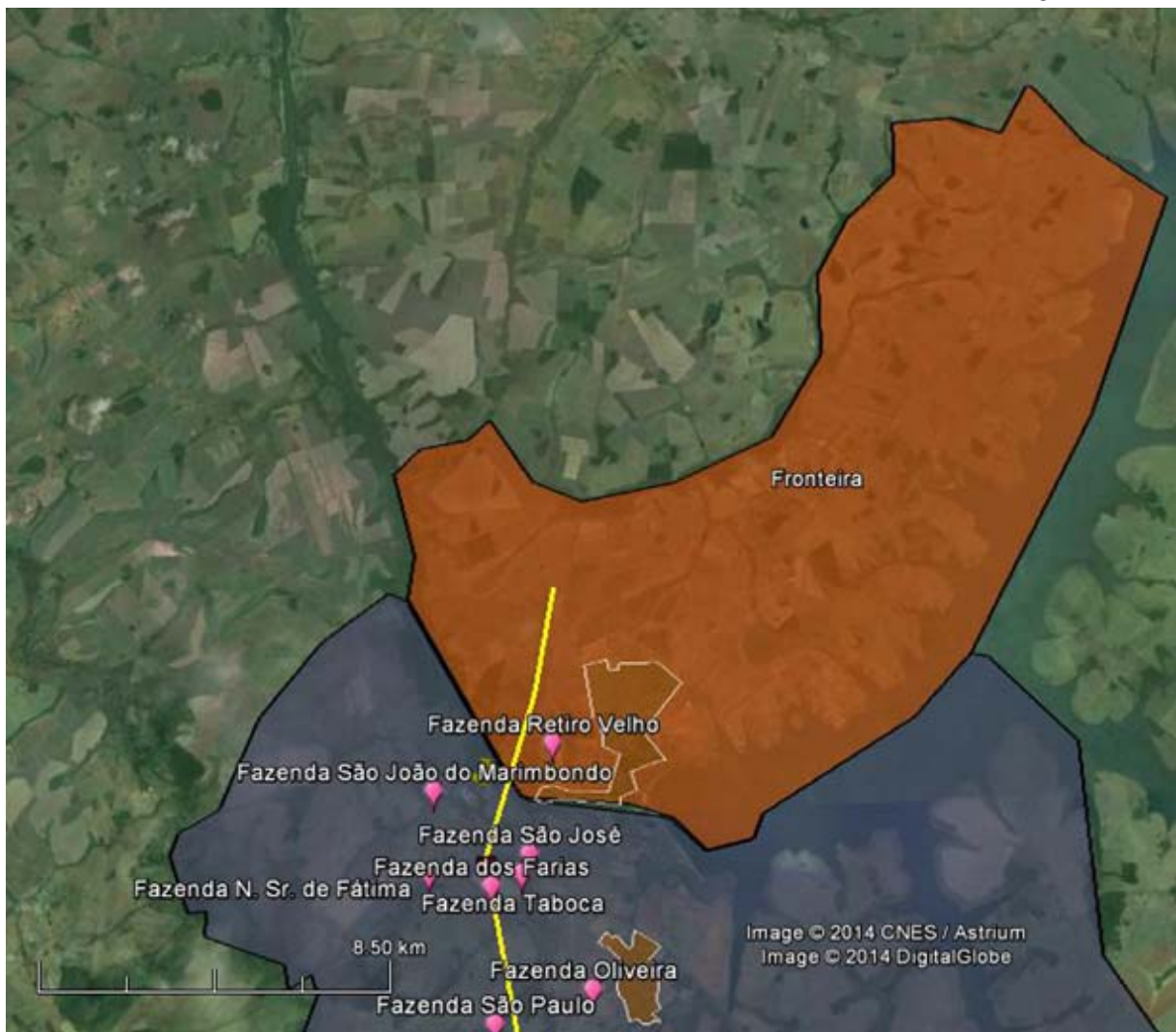
Abaixo inicia – se a descrição do grupo de propriedades a partir do maior módulo fiscal, 30, seguindo na sequência decrescente até o de menor tamanho, 10.

O município de Fronteira, pertencente ao Estado de Minas Gerais, é o único que possui módulo fiscal de 30 hectares. Neste foi entrevistado e/ou mapeado uma propriedade – interceptada pelo empreendimento com tamanho superior a 450 hectares, a qual se dedica à plantação de Sorgo (0,5ha), milho (20ha) e a criação de ovinos (300 cabeças).

Não foram identificados pontos notáveis na área do município de Fronteira por onde passa a LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, à exceção da travessia pelo rio Grande, limite de municípios entre Fronteira/MG e Altair/SP. Analisando a ocupação das terras do município, tem-se que Fronteira/MG tem uso equilibrado entre lavoura e pecuária.

As informações dispostas acima podem ser melhor visualizadas na Figura 190 abaixo.





Legenda:

- Intersecção com LT existente
- Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos
- Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
- Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
- Propriedades identificadas e realizada entrevista
- Uso predominante da terra no município: lavoura e pecuária
- Uso predominante da terra no município: pecuária e criação de outros animais

**Figura 190 Uso do solo e pontos notáveis em Fronteira**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

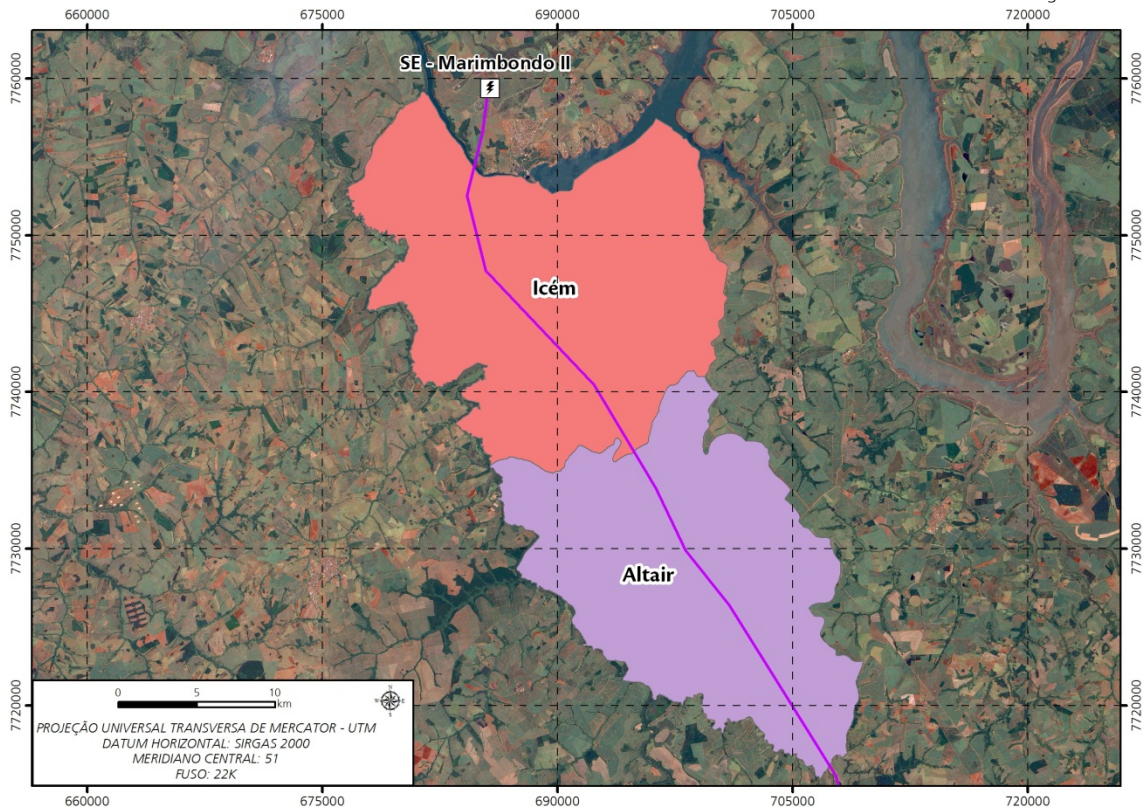
Os municípios de Icém e Altair possuem o módulos fiscais, em grande medida, na faixa de 28 hectares. Nestas localidades identificou-se e/ou mapeou-se o total de 23 propriedades.

A LT 500kV Marimbondo II – Campinas passa por uma grande área destes dois municípios, tal como pode ser verificado na Figura 191.



LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental



**Figura 191 Municípios que possuem 28 hectares como módulo rural.**

A Quadro 233 - contém a descrição detalhada das propriedades entrevistadas, apresentando aspectos sobre número de famílias residentes, pessoas, lazer, tipo de uso e/ou agricultura produzidas e outras informações de interesse.

**Quadro 233 - – Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Içém e Altair.**

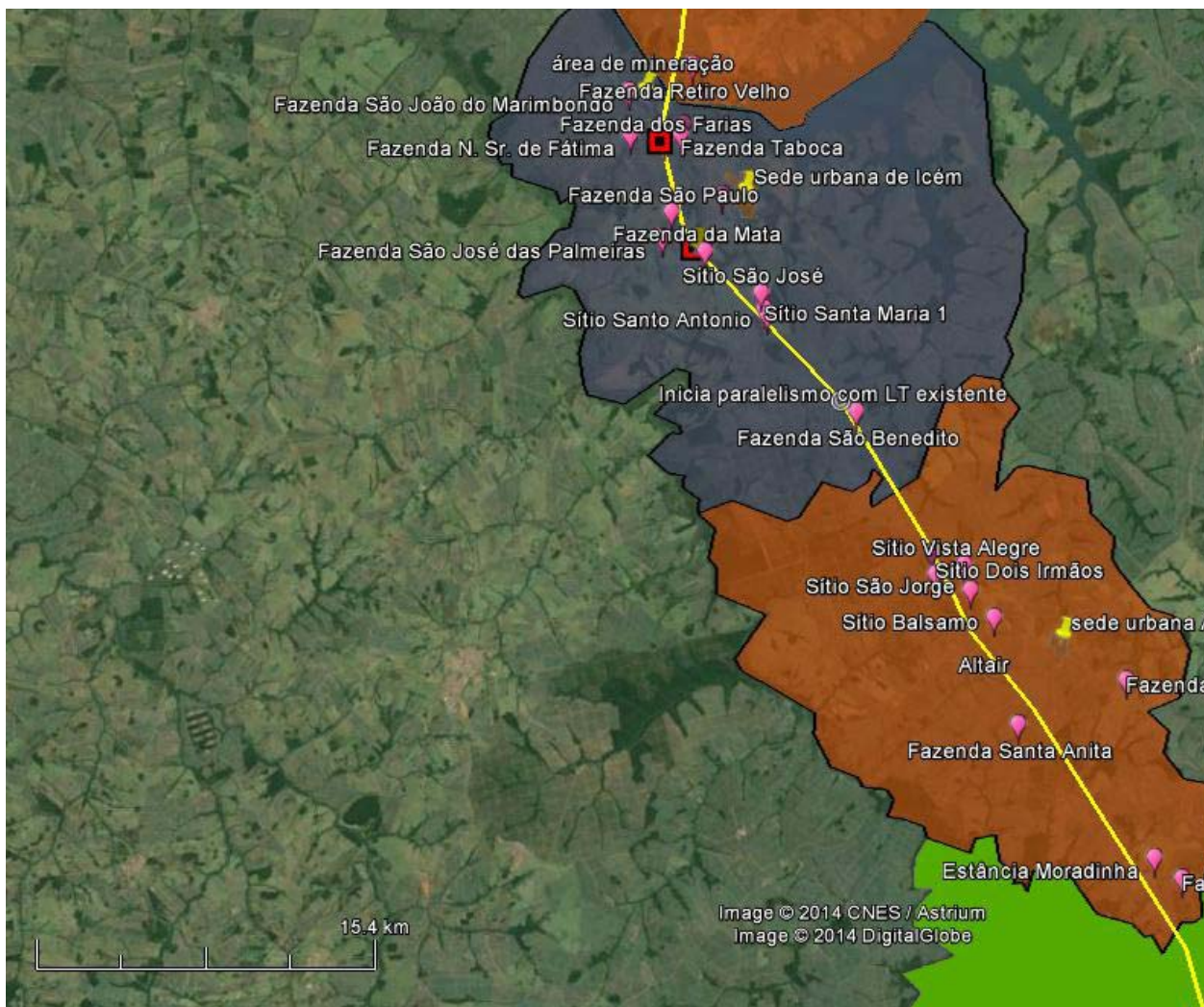
Id	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est. Com	Residencial	Lazer	Agricultura de Subsistência	Agricultura Comercial	Pecuária Subsistência	Pecuária Comercial	Produção	Trab Fixos	Trab Temp
1	Sítio Balsamo	Altair	2	11	3	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana (29ha) e milho (4,84ha). 25 cabeças de gado leiteiro e 70 galinhas	0	0
2	Sítio Santo Antônio	Içém	1	3	2	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana (30ha), 55 cabeças de gado de corte, 15 cabeças de gado leiteiro, 30 galinhas	0	1
3	Fazenda São Benedito	Içém	1	2	3	não	sim	não	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana (2500ha), 40 cabeças de gado de corte e 3 de leite. 40 galinhas e 34 porcos	não sabe	não sabe
4	Fazenda São José	Içém	1	3	1	não	não	não	não	sim	sim	sim	Produção de 120.000 quilos de milho (43,5ha plantados). 100 cabeças de gado de corte, 5 de leite e 10 galinhas	1	1
5	Sítio Bom Jesus	Içém	2	4	2	não	sim	sim	sim	sim	sim	não	Plantio de cana (43ha), frutas (0,5ha) e milho (0,5ha). 99 cabeças de gado de corte, 20 de leite, 35 galinhas, 12 porcos.	0	1
6	Sítio São José	Içém	1	3	1	não	sim	sim	sim	sim	sim	não	Plantio de cana (48ha) e milho (7,26ha). 15 cabeças de gado de leite, 100 galinhas e 80 porcos.	0	0
7	Sítio Santa Maria 1	Içém	1	2	1	não	sim	sim	não	não	sim	sim	40 cabeças de gado leiteiro, 65 galinhas e 150 porcos.	0	1
8	Fazenda da Mata	Içém	3	8	3	não	sim	não	não	sim	sim	sim	Plantio de cana (300ha), 30 cabeças de gado de corte, 6 de leite, galinhas e 18 porcos.	3	0
9	Fazenda dos Farias	Içém	1	3	1	não	sim	não	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana, milho (33,8 há). 116 cabeças de gado de corte, e de leite. 20 galinhas e 24 porcos.	3	0
10	Fazenda São João do Marimbondo	Içém	3	8	5	sim	sim	sim	sim	sim	não	sim	Plantio de cana, fruta (0,5 há) e milho. 500 cabeças de gado de corte, e 20 de leite. 60 galinhas e 50 porcos.	4	não sabe
11	Fazenda Taboca	Içém	1	4	2	sim	sim	não	sim	sim	não	não	Plantio de cana (67ha), frutas (12ha), 3 cabeças de gado leiteiro e 10 galinhas.	2	40
12	Fazenda São José das Palmeiras	Içém	4	9	4	não	sim	não	sim	sim	não	sim	Plantio de cana (154ha), milho (24ha), plantio de seringueira (24ha), 25 galinhas e 30 porcos.	5	300
13	Fazenda N. Sr. de Fátima	Içém	2	5	2	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana (183ha), milho (77ha). 10 cabeças de gado de corte, 50 de leite, 11 galinhas e 10 porcos.	1	40
14	Fazenda Oliveira	Içém	1	5	1	sim	sim	sim	não	sim	não	sim	Plantio de cana (97ha), milho (12ha). 150 cabeças de gado de leite.	6	5
15	Fazenda São Paulo	Içém	1	4	3	não	sim	não	sim	sim	sim	sim	170 cabeças de gado de corte, 4 de leite, 20 galinhas e 75 porcos.	1	1
16	Fazenda Santo Antônio	Altair	3	6	2	não	sim	sim	sim	não	não	não	Plantio de cana (137ha), 40 galinhas e 6 porcos.	2	3
17	Estância Moradinha	Altair	1	3	3	não	sim	sim	não	sim	não	sim	Plantio de cana (121ha), 20 cabeças de gado de corte.	1	0
18	Fazenda Santa Anita	Altair	1	4	3	não	sim	não	sim	sim	sim	não	Plantio de cana (229ha), 2 cabeças de gado leiteiro, 25 galinhas e 12 porcos.	2	não sabe
19	Sítio Dois Irmãos	Altair	1	4	5	não	sim	não	sim	sim	não	não	Plantio de cana (97ha), plantio de frutas (88ha), 15 galinhas e 15 porcos.	2	20
20	Sítio São Lucas	Altair	1	2	1	não	sim	não	sim	sim	sim	não	Plantio de cana (29ha), plantio de frutas (6ha), plantio de milho (7ha), plantio de seringueira (5ha), plantio de seringueira (5ha), 2 cabeças de gado de leite, 14 galinhas.	1	20
21	Sítio São Jorge	Altair	1	3	2	não	sim	não	sim	sim	sim	não	Plantio de cana (48ha), plantio de frutas (72ha), 7 cabeças de gado de leite, 40 galinhas e 2 porcos.	2	1
22	Sítio Vista Alegre	Altair	1	1	2	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	Plantio de cana (17ha), plantio de milho (7ha), 30 cabeças de gado de corte e 2 de leite, 150 galinhas e 25 porcos.	1	4
23	Fazenda Santo Agostinho	Altair	5	19	7	não	sim	sim	sim	sim	não	sim	Plantio de frutas (77ha), 153 cabeças de gado de corte, 30 galinhas.	32	160

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Chama a atenção o significativo número de propriedades, no módulo em foco, também utilizadas para fins de lazer. Além disso, em todas são realizadas tanto a agricultura quanto a pecuária, podendo ser de subsistência ou com fins comerciais.

É possível verificar também que em sua maioria as propriedades contam com a contratação de mão de obra fixa e/ou contratada temporariamente, sendo que duas delas chegam a contratar de 160 até 300 funcionários temporários.









A Figura 1929 mostra os usos e ocupação do solo e, pontos notáveis, dos municípios de Içém e Altair.



Legenda:

- Intersecção com LT existente
- 📍 Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos



-  Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
-  Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
-  Propriedades identificadas e realizada entrevista
-  Uso predominante da terra no município: lavoura e pecuária
-  Uso predominante da terra no município: lavoura
-  Uso da terra no município dividido de maneira equitativa entre: pecuária, lavoura, horticultura e floricultura
-  Uso predominante da terra no município: pecuária e criação de outros animais
-  Uso predominante da terra no município: horticultura e floricultura

**Figura 192 - Uso do solo e pontos notáveis em Icém e Altair.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Tal como pode-se ver pelas Figura 192 e Quadro 233 - , as propriedades nas quais foram realizadas entrevistas, localizadas nos municípios de Altair e Icém, caracterizam-se pela produção agropecuária com caráter comercial, de acordo com a característica de utilização das terras dos municípios. Icém apresenta predominância de terras destinadas para a pecuária e Altair apresenta, com equilíbrio de quantidade de terras, culturas destinadas à lavoura e a pecuária.

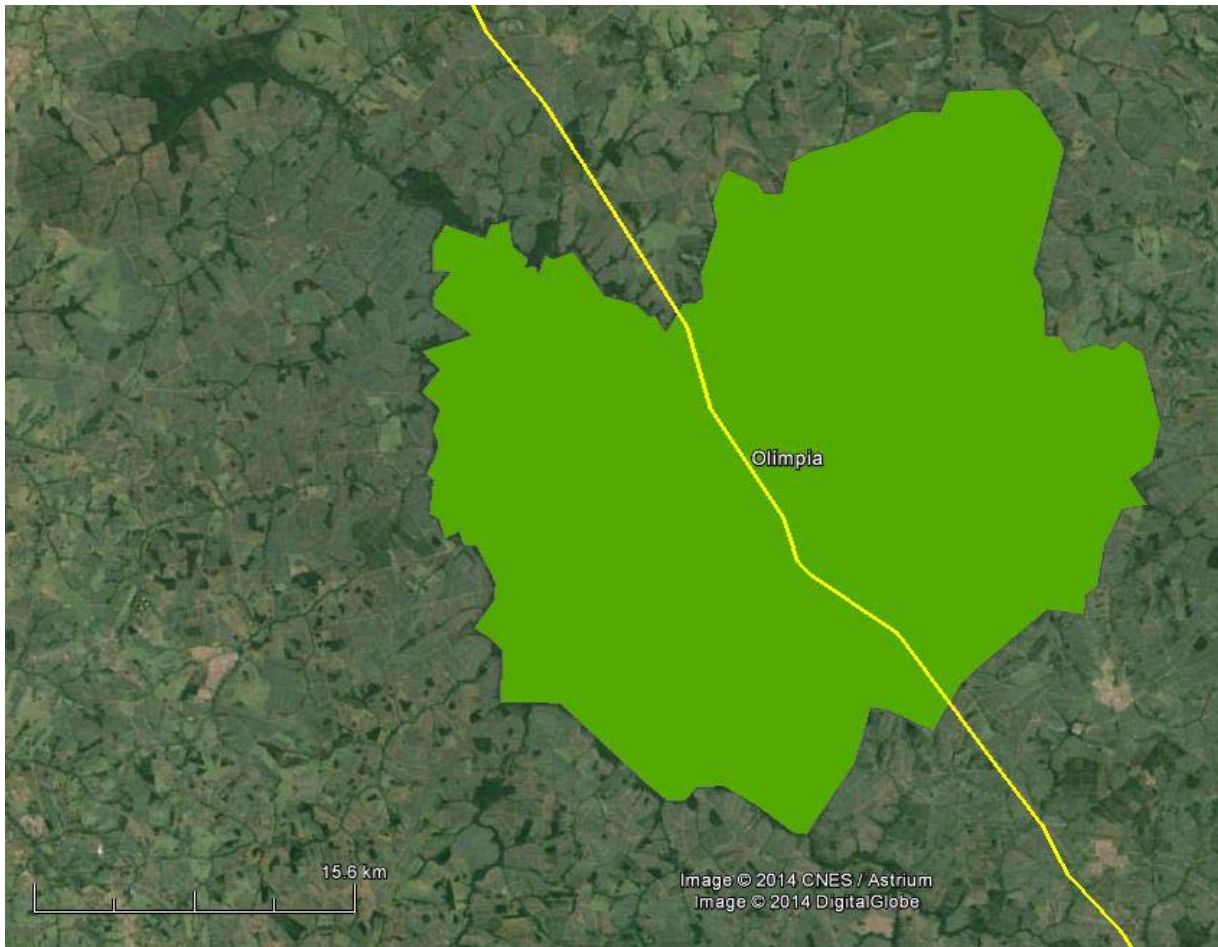
De maneira geral, os plantios de cana – de – açúcar e de frutas se destacam como predominantes nestes municípios, entretanto, a criação de gado de corte e leiteiro também é significativa. Outra cultura de grande importância é a da seringueira nos dois municípios, em duas propriedades distintas – identificadas na Quadro 233 - .

Em Icém a LT passará por grandes áreas de plantio e pastagem, apresentando intersecções com outras linhas de transmissão existentes em dois pontos diferentes, além de apresentar paralelismo com uma rodovia federal (Rodovia Transbrasiliana) e uma rodovia estadual (Rodovia Armando Salles de Oliveira) e estradas vicinais.

Próximo à AID, mas não mais pertencente a ela, estão localizadas uma área de extração de minério e a área de disposição de resíduos sólidos do município.

Da mesma forma, em Altair, a LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas passará por áreas de plantio e pastagem e praticamente todo o trajeto em paralelismo com outra LT já existente, ou seja, em área de sua faixa de servidão. Em Altair não há pontos notáveis de intersecção com a LT, com exceção da estrada municipal Altair-Suissana e com estradas vicinais.

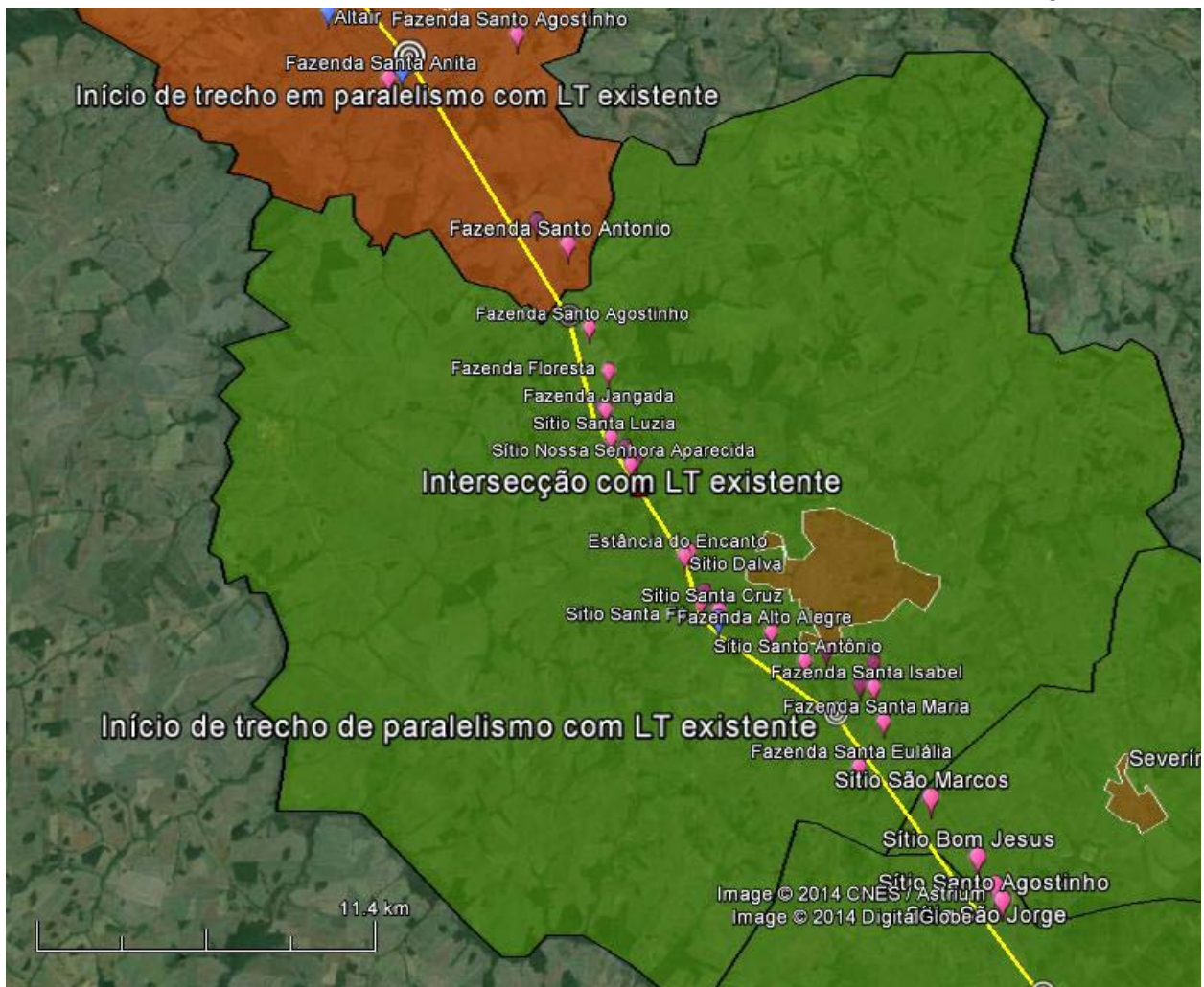
Na sequência de módulos fiscais chega-se ao único município que possui o valor de referência de 20 hectares - Olímpia, cuja Figura 193 segue abaixo para aferição.



**Figura 193 - Município com módulo fiscal de 20 hectares – Olímpia.**

No município de Olímpia foram entrevistados e/ou mapeadas 26 propriedades com a seguinte configuração: 23% são minifúndios, 35% pequenas propriedades (20 a 80 hectares), 23% médias (80 a 300 hectares) e 4% grandes propriedades com mais de 300 hectares. Ou seja, também em Olímpia, a maioria das propriedades é considerada minifúndios e pequenas propriedades.

A figura disposta abaixo apresenta o uso e ocupação do solo e, os pontos notáveis do município de Olímpia.



Legenda:

- Intersecção com LT existente
- Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos
- Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
- Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
- Propriedades identificadas e realizada entrevista
- Uso predominante da terra no município: lavoura

**Figura194 - Uso do solo e pontos notáveis em Olímpia.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014

Neste município é predominante o uso da terra voltado à cultura da lavoura. Com relação aos municípios já analisados, nota-se que em Olímpia esta atividade é mais diversificada do que em Fronteira/MG, Altair/SP e Içém/SP. Ainda que o plantio de cana-de-açúcar seja uma cultura com significativa importância, a área destinada ao plantio de frutas é menor neste município e as áreas destinadas ao plantio de seringueira aparecem com maior

intensidade, bem como ocorrências de outros plantios como sorgo, hortaliças e mandioca, tal como pode ser visto na Quadro 234 -.

Outro fato importante é a diminuição do número de funcionários fixos e temporários das propriedades localizadas em Olímpia, em relação àquelas localizadas em Altair e Icém.

Neste município, também, o uso para fins turísticos e de lazer foi notado com maior intensidade. Foram identificados sítios que não possuem nenhum tipo de produção, servindo apenas para fins de lazer e algumas pousadas rurais. No município de Olímpia foi identificada a intersecção com as rodovias Paulo Borges de Oliveira (BR-265), Natal Brêda, estradas vicinais e rua Salomão Gallo Tanuri.



**Quadro 234 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas no município de Olímpia.**

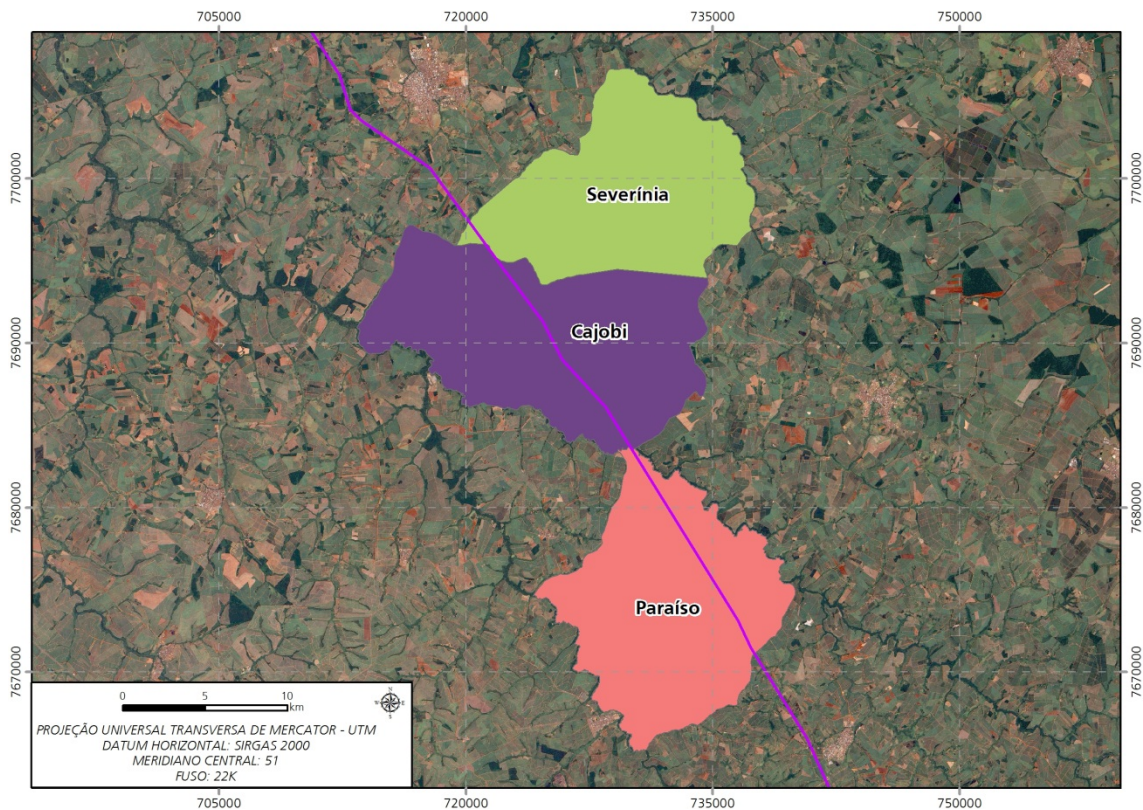
ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistênci a	Agricultura comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Sítio Santo Antônio	Olímpia	1	2	2	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (18ha), gado de leite(24 cabeças), galinhas (100 cabeças) e um porco	2	0
2	Sítio São José	Olímpia	1	4	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio arrendado de cana (20ha), frutas (30ha), mandioca (0,5ha), palmito (4ha) e Mamão(2,5ha). 25 cabeças de gado de corte e 25 de leite e 30 galinhas.	2	30
3	Fazenda Santa Isabel	Olímpia	1	2	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana, frutas, hortaliças e 11 porcos	1	0
4	Fazenda Alto Alegre	Olímpia	1	5	1	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Plantio de cana (4ha),frutas (2ha), hortaliças (0,5ha), 37 cabeças de gado de corte e 27 de gado leiteiro.	2	6
5	Estância Edosn Barbosa	Olímpia	1	1	4	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	22 cabeças de gado leiteiro, 9 porco	1	0
6	Sítio São Benedito	Olímpia	5	15	5	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de cana (12ha), frutas (3ha), hortaliças (0,5ha), 25 cabeças de gado leiteiro, 50 galinhas e 15 porcos.	S.I	S.I
7	Fazenda Alto Alegre	Olímpia	1	4	2	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	20 galinhas e 15 porcos	1	0
8	Fazenda Santa Eulália	Olímpia	6	18	12	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (152ha), frutas (5ha), milho (3ha), seringueira (12 ha), 30 cabeças de gad leiteiro, 150 galinhas e 25 carneiros.	11	11
9	Sítio Nossa Senhora Aparecida	Olímpia	1	5	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (42ha), frutas e hortaliças para subsistência, milho (2ha), 20 cabeças de gado de corte, 16 de leite, 70 galinhas e 20 porcos.	2	27
10	Fazenda Monte Alegre	Olímpia	12	48	18	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de Seringueira (150ha)	3	5
11	Sítio Santa Cruz e Sítio Esplanada	Olímpia	1	4	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (10ha), Seringueira (15ha)	SI	SI
12	Sítio Santa Fé	Olímpia	1	4	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de cana (6ha), hortaliças e mandioca para subsistência, 1 cabeça de gado leiteiro, 40 galinhas e 1 cavalo.	2	0
13	Sítio Dalva	Olímpia	2	6	3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (24ha) e 30 galinhas	1	0
14	Estância do Encanto	Olímpia	1	3	2	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de seringueira (12ha) e 100 galinhas	1	0
15	Fazenda Multirão	Olímpia	1	4	3	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (48ha), 45 galinhas e um porco	1	0
16	Fazenda Jangada	Olímpia	1	2	4	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (97ha) e 46 cabeças de gado leiteiro.	1	0
17	Fazenda Floresta	Olímpia	1	4	7	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (200ha), eucalipto (0,5ha), Sorgo (3ha), 230 cabeças de gado de corte, 8 cabeças de gado de leite, 50 galinhas, 10 porcos e 80 marrecos.	2	2



ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistência	Agricultura comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
18	Fazenda Santo Agostinho	Olímpia	1	6	1	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (181ha), 30 cabeças de gado de corte, 6 galinhas e 6 cavalos.	Não sabe	Não sabe
19	Sítio Santo Antônio	Olímpia	2	4	2	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	sem informação	Não sabe	Não sabe
20	Fazenda Santa Maria	Olímpia	2	11	3	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de mandioca (1ha), 30 galinhas e 16 porcos.	1	0
21	Fazenda Santa Eulália	Olímpia	6	17	9	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana, frutas, 35 cabeças de gado de corte, 2 de leite 160 galinhas, 6 porcos.	Não sabe	Não sabe
22	Sítio Tássio I	Olímpia	99	2	2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana	2	4
23	Sítio Santa Luzia	Olímpia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (20ha)	0	0
24	Sítio Santa Cruz	Olímpia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de seringueira (4,5ha)	0	0
25	Sítio São José	Olímpia	0	0	1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de seringueira(24ha), 12 cabeças de gado de corte e 30 galinhas	0	0
26	Rancho do Tropeiro	Olímpia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Possui apenas gado para lazer	0	0

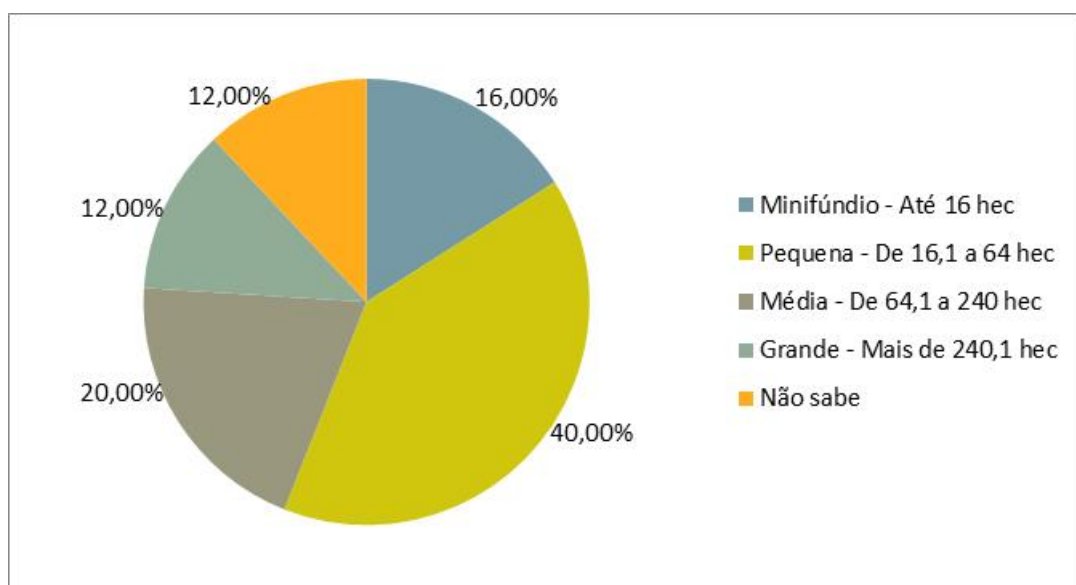
Fonte: trabalho de campo, 2014

O trecho seguinte é representado pelos municípios que possuem 16 hectares como módulo fiscal, a exemplo de Cajobi, Paraíso e Severínia, apresentados na Figura 195.



**Figura 195 Municípios que possuem 16 hectares como módulo rural.**

Nestes municípios, foram entrevistadas e/ou mapeadas 25 propriedades, sendo que 16% são minifúndios, 40% são pequenas propriedades, 20% são médias, 12% grandes e 12% não soube ou não respondeu. A Figura 196 apresenta estas porcentagens.



**Figura 196 - Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 16 hectares.**

A análise do uso e ocupação do solo das propriedades entrevistadas localizadas na AID da LT 500kV Marimbondo II – Campinas, nestes municípios, cuja utilização das terras é basicamente voltada para as lavouras temporárias e permanentes, permite identificar a existência predominante de plantios de cana de açúcar. Há grandes propriedades com uso exclusivo para este tipo de lavoura, além da ocorrência bastante comum do arrendamento como forma de relação com a propriedade. Foi identificada, ainda, no município de Paraíso, fora dos limites da AID, a Usina Ruelle, importante referência para o processamento da cana nesta região.

**Quadro 235 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Cajobi, Paraíso e Severínia.**

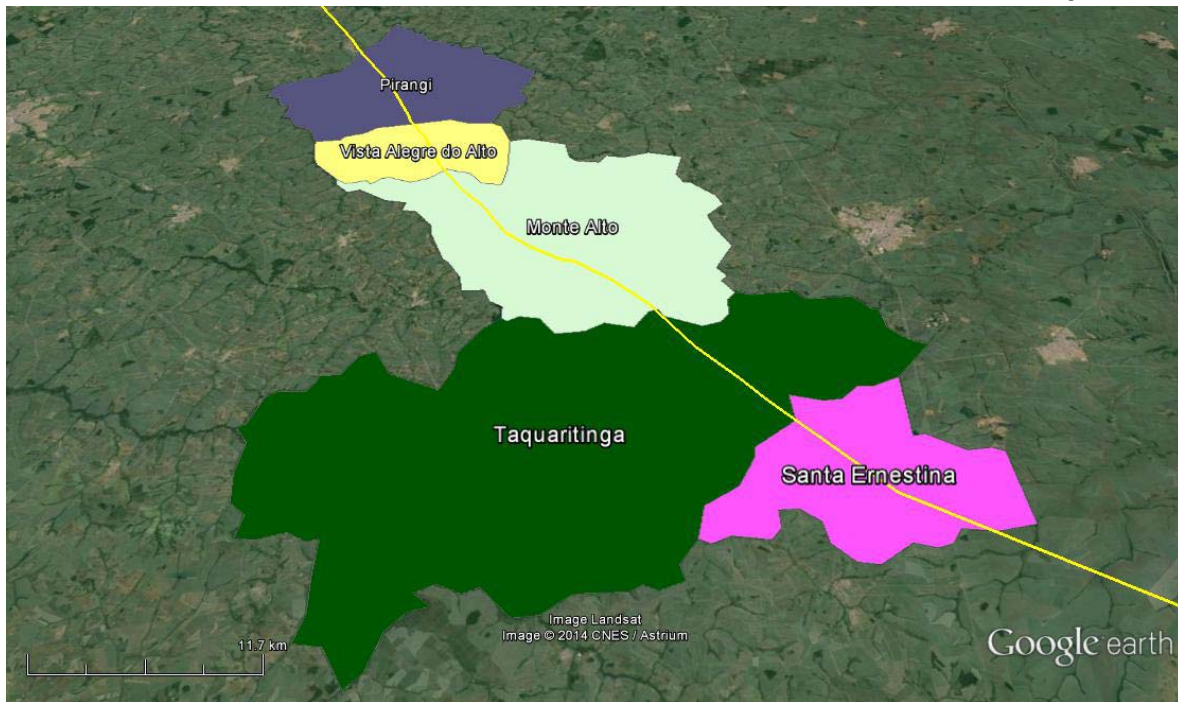
ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	est com	Residência	Lazer	Ag subsistência	Agricultur a comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Fazenda Fortaleza	Cajobi	3	13	6	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (200ha), 250 cabeças de gado de corte, 8 de leite e 80 galinhas	3	3
2	Sítio São Luís	Cajobi	2	6	2	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (23ha), batata doce (4ha), 30 cabeças de gado de corte, 30 galinhas e 4 porcos.	2	8
3	Fazenda Bebedouro do Turvo	Cajobi	2	7	2	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (576ha), frutas (36 ha), Seringueira (58ha)	12	25
4	Sítio Santo Agostinho	Cajobi	1	3	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de hortaliças (0,5ha), batata doce (2,5ha), 40 galinhas e 2 porcos.	0	15
5	Fazenda Bebedouro do Turvo	Cajobi	SI	0	3	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (244ha), frutas (13ha)	SI	SI
6	Sítio São Jorge	Cajobi	SI	SI	SI	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Plantio de cana (18ha),	1	2
7	Síto Bom Jesus	Cajobi	SI	SI	SI	2	2	2	2	1	2	1	Plantio de cana (29ha) e 16 cabeças de gado de corte	3	SI
8	Sítio Santa Maria / Sítio Três Irmãos	Cajobi	SI	SI	SI	2	2	2	2	1	2	1	Plantio de cana (23ha) e 100 cabeças de gado de corte	1	0
9	Sítio Aurora	Cajobi	0	0	1	2	2	2	2	1	2	1	Plantio arrendado de cana (19ha), 7 cabeças de gado de corte e 8 leiteiro.	SI	SI
10	Sítio Santa Rita de Cássia	Cajobi	0	0	2	2	2	1	2	1	2	2	Plantio arrendado de cana (12ha).	SI	SI
11	Sítio Boa Esperança	Cajobi	SI	SI	1	2	2	1	2	1	2	1	Plantio arrendado de cana (24ha) e 7 cabeças de gado de leite	SI	SI
12	Sítio Azize	Cajobi	1	2	1	2	1	2	2	1	1	2	Plantio de cana (30ha), 10 cabeças de gado de leite, 100 galinhas, 3 porcos	SI	SI
13	Sítio Ali	Cajobi	1	2	1	2	1	2	2	1	1	2	Plantio de cana (23ha), 10 cabeças de gado de leite, 100 galinhas, 3 porcos	SI	SI
14	Sítio Manuel Sales	Cajobi	1	2	1	2	1	2	2	1	1	2	Plantio de cana (26ha), 10 cabeças de gado de leite, 100 galinhas, 3 porcos	SI	SI
15	Fazenda Santa Terezinha	Paraíso	1	3	3	2	1	2	1	1	2	2	Plantio arrendado de cana e batata e 100 galinhas	SI	SI
16	Fazenda Santa Bárbara	Paraíso	1	4	2	2	1	1	1	1	1	1	Plantio arrendado de cana (232ha), 20 cabeças de gado de corte, 5 de leite, 50 galinhas e 10 porcos.	SI	SI
17	Sítio Córrego do Papagaio	Paraíso	SI	SI	0	2	2	2	2	1	2	2	Plantio de frutas (21ha)	Não sabe	1
18	Sítio São Joaquim	Paraíso	0	0	0	2	2	2	2	1	2	2	Plantio de mandioca	1	3
19	Estância Primavera	Paraíso	SI	SI	SI	2	2	2	2	1	2	2	Plantio arrendado de cana	SI	SI
20	Sítio/Fazenda Flora	Paraíso	1	5	1	2	1	2	2	1	2	2	Plantio de cana (97ha), plantio de frutas (10ha), 15 galinhas e 4 porcos	1	5
21	Fazenda São Benedito	Paraíso	2	7	4	2	1	2	1	1	2	2	Plantio de frutas (121ha) e 20 galinhas	3	40
22	Sítio São Luís	Severínia	1	1	2	2	1	1	1	1	2	2	Plantio de cana (22ha), 20 galinhas e 10 porcos	SI	SI
23	Sítio São Marcos	Severínia	2	6	2	2	1	2	1	1	2	2	Plantio de cana (10ha), frutas (2ha), Leguminosas, mandioca e milho para	2	0

ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	est com	Residência	Lazer	Ag subsistência	Agricultura comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
													subsistência e 30 galinhas.		
24	Fazenda Santa Rosa / Fazenda Poção / Estância Jacutinga I / Estância Jacutinga II	Severínia	4	14	9	2	1	2	1	1	2	1	Plantio de cana (194ha), frutas (117ha), Seringueira (12ha), 80 cabeças de gado de corte e 10 galinhas	5	40
25	Padre Donizete	Severínia	SI	SI	SI	1	2	2	2	2	2	2	Sem informação	Não sabe	Não sabe

Fonte: trabalho de campo, 2014.

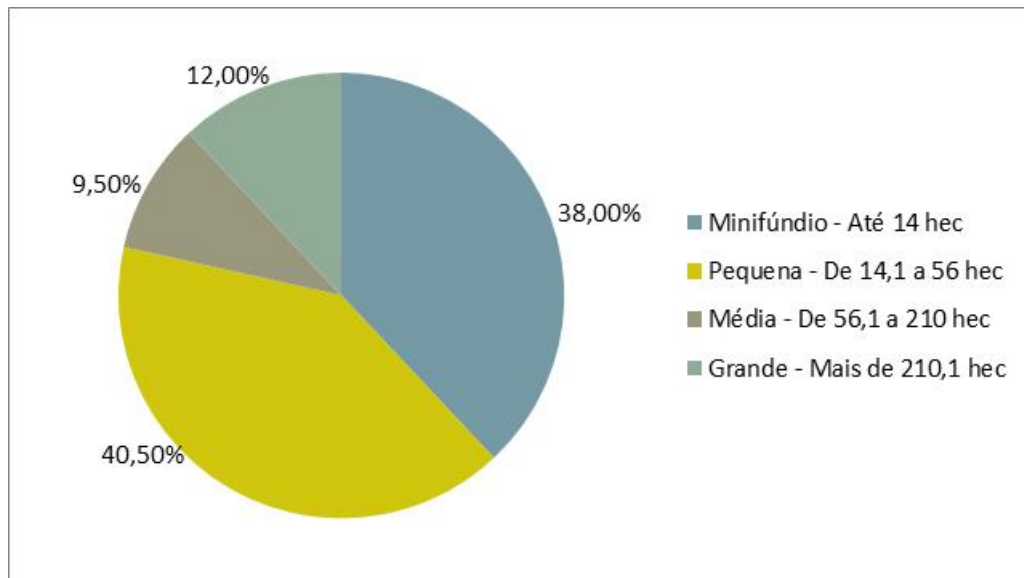






**Figura 198 Municípios que possuem 14 hectares como módulo rural.**

Nos municípios em foco nota-se que 38% são minifúndios, 40,5% são pequenas propriedades, 9,5% médias e 12% grandes propriedades. Estas proporções estão disponibilizadas na Figura 199 abaixo.



**Figura 199 Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 14 hectares.**

No presente trecho em análise foram entrevistados e/ou mapeadas 46 propriedades, cujo cultivo predominante é dedicado à frutas. A Quadro 236 apresenta informações detalhadas sobre as propriedades.



**Quadro 236 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Pirangi, Vista Alegre do Alto, Monte Alto, Taquaritinga e Santa Ernestina.**

ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistência	Ag Comercial	Pecuária Subsistência	Pecuária Comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Monte Alto	Sítio Alegria	2	5	0	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de frutas (10ha), hortaliças (0,5ha), leguminosas (0,5ha), 7 cabeças de gado leiteiro, 50 galinhas e 3 porcos	2	0
2	Monte Alto	Fazenda Vale do Sol	2	7	2	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (10ha)	8	15
3	Monte Alto	Sítio Santo Antônio	1	4	2	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (7ha)	2	0
4	Monte Alto	Sítio Santa Bárbara	1	1	2	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas	SI	SI
5	Monte Alto	Sítio Água Limpa	2	4	6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (27ha), plantio de eucalipto (5ha), 40 galinhas	4	6
6	Monte Alto	Sítio Santa Luzia1	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (4ha)	3	4
7	Monte Alto	Sítio Santa Luzia2	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (11ha)	5	4
8	Monte Alto	Sítio Santa Luzia3	1	2	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (32ha) e milho (4ha)	5	3
9	Monte Alto	Sítio Nossa Senhora Aparecida	2	1	8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de frutas (3ha) e 30 galinhas	0	0
10	Monte Alto	Sítio Santa Alice	1	2	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (4ha) e 20 galinhas	SI	SI
11	Monte Alto	Sítio Santa Luzia	2	4	2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de frutas e 20 ovelhas	2	0
12	Monte Alto	88	0	0	1	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas	SI	SI
13	Monte Alto	Sítio Santa Luzia	1	1	2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de frutas	0	0
14	Monte Alto	99	1	2	1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de café (1ha) e abóbora (1ha)	9	1
15	Monte Alto	Santa Ersília	4	5	3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de fruta e 25 cabeças de gado de corte	1	1
16	Monte Alto	Sítio Rio Claro	1	3	2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de frutas e 50 galinhas	1	0
17	Monte Alto	Estância Manoel Sales	SI	SI	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio arrendado de cana (48ha)	SI	SI
18	Monte Alto	Fazenda Scala 2	1	5	1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (119ha)	5	SI
19	Pirangi	Estância Acácia	1	5	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (17ha)	2	3
20	Pirangi	Sítio São José	3	9	3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de frutas (6ha), 3 cabeças de gado leiteiro, 80 galinhas e 2 porcos	3	0
21	Pirangi	Sítio Bom Jesus	1	1	2	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sem informação	SI	SI
22	Pirangi	Sítio Córrego Grande	1	2	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de cana, frutas (34ha), 30 cabeças de gado de corte e 50 galinhas	SI	SI
23	Pirangi	Sítio Taquaral	0	0	2	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de fruta (20ha)	2	20
24	Pirangi	Sítio São João	2	5	2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de fruta (12ha), 30 galinhas	3	3
25	Pirangi	Sítio Nossa Senhora Aparecida	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (4ha)	0	2
26	Pirangi	Estância Primavera	1	2	1	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Plantio de fruta (19), 3 cabeças de gado leiteiro e 30 galinhas	0	2
27	Pirangi	Sítio Nossa Senhora Aparecida	1	2	3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de cana (25ha), fruta (6ha), milho (5ha) e 20 galinhas	0	6
28	Pirangi	Sítio Santa Lídia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	S.I.	Plantio de fruta	0	10
29	Pirangi	Sítio Bom Jesus do Córrego Grande	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio (15ha)	0	10
30	Pirangi	Sítio São Pedro	1	4	5	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio arrendado de cana (32ha), frutas (4ha) e 6 galinhas	SI	SI

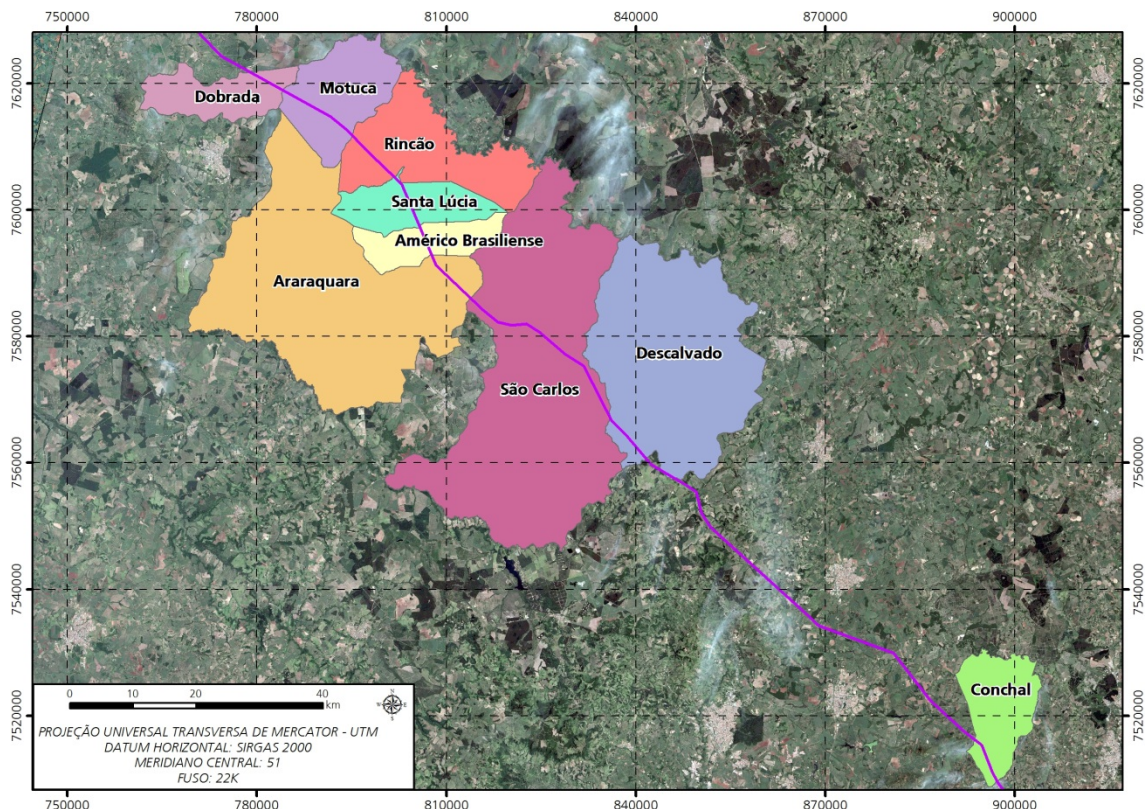
ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistência	Ag Comercial	Pecuária Subsistência	Pecuária Comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
31	Pirangi	Estância São Carlos	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (17ha)	SI	SI
32	Pirangi	Sítio São José	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Plantio de cana (24ha) e 6 cabeças de gado de corte	0	2
33	Pirangi	Sítio São José	0	SI	1	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio arrendado de cana (28ha) e 30 galinhas	SI	SI
34	Pirangi	Sítio Córrego Grande	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (7ha)	SI	SI
35	Pirangi	Sítio São João	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (28ha), plantio de mandioca (1ha)	0	2
36	Pirangi	São José / Santa Luzia	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (4ha), frutas (0,6ha)	0	5
37	Pirangi	Sítio São Luís	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (7ha)	SI	SI
38	Vista Alegre do Alto	Sítio Boa Vista	0	0	0	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (7ha)	1	3
39	Vista Alegre do Alto	Sítio São Gerônimo	1	6	1	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	não sabe	Não	Plantio de frutas (30ha), 10 galinhas e 5 porcos	0	15
40	Vista Alegre do Alto	Chácara São Paulo	0	0	1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (5ha)	1	3
41	Vista Alegre do Alto	Sítio Bela Vista nº 5	1	3	3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas e 80 galinhas	1	1
42	Vista Alegre do Alto	Sítio São Vicente de Paula	1	3	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de frutas (24ha), 4 cabeças de gado leiteiro, 150 galinhas e 20 porcos	2	12
43	Vista Alegre do Alto	Sítio São José	1	3	3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (4ha), 50 galinhas	1	5
44	Vista Alegre do Alto	Pampuana	6	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (7ha)	SI	SI
45	Vista Alegre do Alto	Sítio Santa Rita de Cássia	1	1	1	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas	4	7
46	Vista Alegre do Alto	Fazenda Craia	5	20	5	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (60ha) e frutas	SI	SI

Fonte: trabalho de campo, 2014

Relacionado ao uso da terra nestes municípios foram identificados pivôs centrais de irrigação; mais significativamente no município de Monte Alto. Este trecho da LT 500 kV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas apresenta 6 (seis) intersecções com LT's existentes, além de passar próximo das sedes urbanas nos municípios de Pirangi e Monte Alegre do Alto.

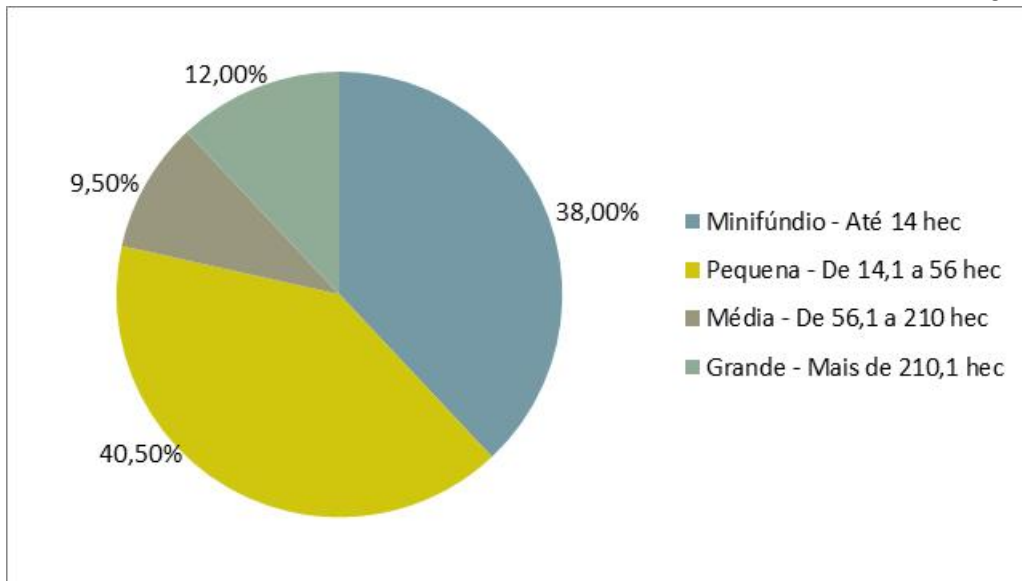
No que diz respeito a rodovias no município de Pirangi haverá interferência com a SP-351 (Rodovia Francisco Marcos Junqueira), em Taquaratinga com a SP-333 (Rodovia Carlos Tonani) e, por fim, em Santa Ernestina com a BR-364 (Rodovia Brigadeiro Faria Lima) e com a rodovias de acesso à sede do município. Além destas, estradas vicinais também serão interceptadas pela LT.

Os municípios que possuem até 12 hectares como módulo fiscal são: Dobrada, Motuca, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, Araraquara, São Carlos, Descalvado e Conchal – vide demonstração da figura abaixo.



**Figura 200 Municípios que possuem 12 hectares como módulo rural.**

Nestes municípios nota-se que não há minifúndios e que o perfil de ocupação é bastante diferenciado com relação aos trechos analisados anteriormente. As pequenas propriedades somam 15,50% do total, enquanto as médias e grandes somam 23% e 61,5%, respectivamente. A Figura 201 demonstra as proporções citadas.



**Figura 201 Tamanho médio das propriedades localizadas nos municípios que possuem módulo fiscal de 12 hectares.**

A Quadro 237 apresenta informações detalhadas sobre as propriedades.

**Quadro 237 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Conchal, Descalvado, Motuca e São Carlos.**

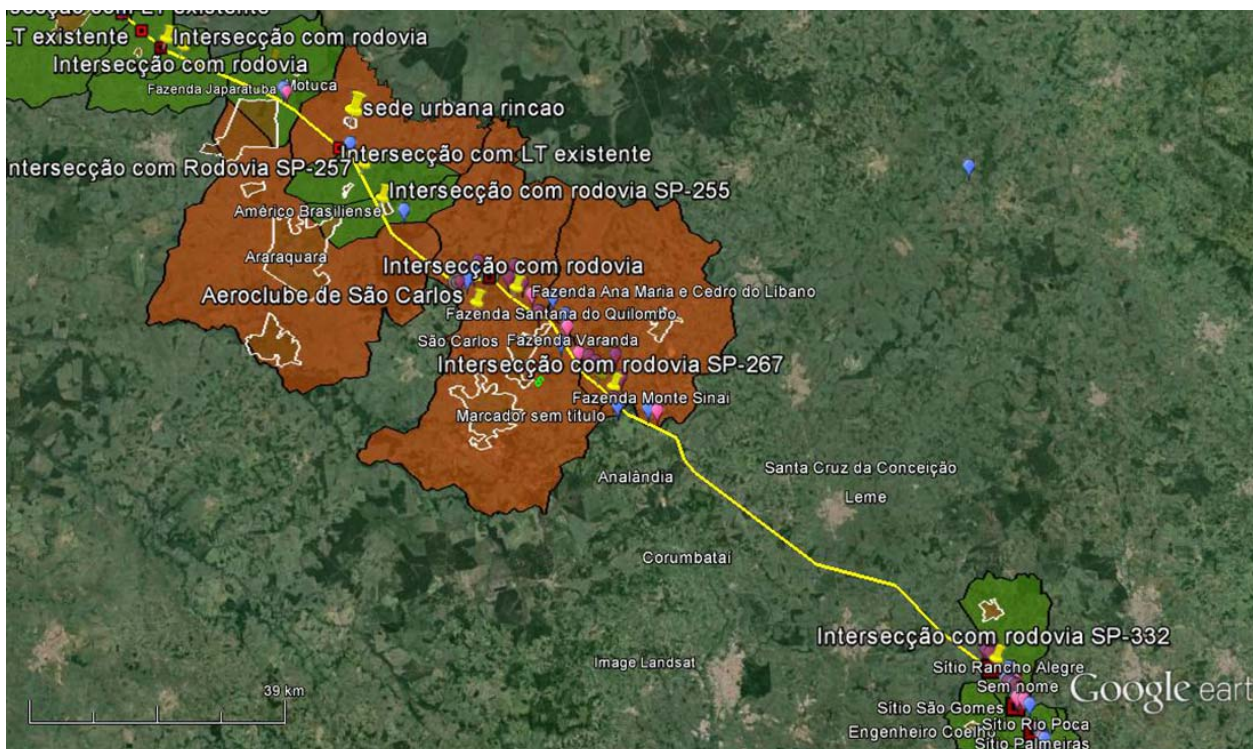
ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistênci a	Agricultur a comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercia l	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Conchal	Sítio da Barra	1	4	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (24ha), mandioca (2,4ha)	SI	25
2	Conchal	Sítio São João da Barra	0	0	0	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	Plantio de frutas (14,5)	SI	SI
3	Conchal	Fazenda Nossa Senhora da Conceição	3	8	5	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (242ha), 36 cabeças de gado de corte, 4 de leite, 20 galinhas e 1 porco.	2	SI
4	Conchal	Sítio São João	1	5	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas, 20 galinhas e 8 carneiros	3	4
5	Conchal	Sítio Rancho Alegre	1	2	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (205ha), milho (2,3ha), 15 porcos e 6 patos.	3	10
6	Conchal	Sítio São Bento da Barra	1	6	3	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas, 20 galinhas	1	20
7	Conchal	Sítio São Bento da Barra	1	6	3	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Plantio de hortaliças para subsistência, 40 cabeças de gado de corte, 1 de leite e 2 porcos.	1	0
8	Descalvado	Fazenda Lajeado	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (60ha)	SI	SI
9	Descalvado	Fazenda São Leopoldo	0	0	3	1	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (200ha), eucalipto (66ha), 1200 cabeças de gado de corte	5	3
10	Descalvado	Fazenda Monte Alverne	4	13	14	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de café (1,5), cana (450), milho (1,5ha), 210 cabeças de gado de corte, 5 de leite, 30 galinhas, 15 porcos e 8 carneiros	6	10
11	Descalvado	Fazenda Santa Elizabeth	8	20	8	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Plantio de milho (97ha), Aveia (14,5ha), capim (12ha), 100 cabeças de gado de corte, 350 de leite, 48.000 galinhas	20	0
12	Descalvado	Fazenda Santa Rita e outras	65	270	65	1	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de frutas (600ha), milho (700ha), capim (400), cabeças de gado de corte 2600, leite 3600, 75000 galinhas e 80 cavalos.	220	0
13	Descalvado	Fazenda do Cedro	1	4	3	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio arrendado de cana (97ha), milho (0,5ha), 10 cabeças de gado leiteiro, 80 galinhas e 10 porcos	1	0
14	Descalvado	Fazenda Itaiúba	8	3	5	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de café (38ha), feijão, hortaliças e milho para subsistência e 20 cabeças de gado	2	2
15	Motuca	Fazenda Japarutuba	1	1	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas	1	0
16	São Carlos	Fazenda Palmeira	3	16	20	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (402ha), milho (10ha), 450 cabeças de gado de corte, 2 de leite	5	0
17	São Carlos	Fazenda Santa Eliza	14	56	17	1	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (760ha)	32	160
18	São Carlos	Fazenda Esteio	5	20	6	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de café (5ha), frutas (150ha), 40 cabeças de gado de corte e 90.000 galinhas	2	30
19	São Carlos	Sítio Alto da Lagoa	2	5	2	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de cana (34ha), hortaliças (em estufa)	SI	SI
20	São Carlos	Fazenda Ingamirim	3	10	6	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de cana (156ha), milho (2,4ha), 15 galinhas	4	0



ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Ag subsistênci a	Agricultur a comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercia l	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Conchal	Sítio da Barra	1	4	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (24ha), mandioca (2,4ha)	5	25
21	São Carlos	Fazenda Ana Maria e Cedro do Líbano	3	8	5	1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (400ha) e frutas, mandioca e milho para consumo, 49 cabeças de gado de corte, 10 de leite e 80.000 galinhas	18	2
22	São Carlos	Fazenda Alamo	5	16	11	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (775ha), milho e sorgo para consumo, 20 galinhas e 10 ovinos.	5	0
23	São Carlos	Fazenda São Luis	3	9	13	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana, milho e sorgo para consumo, 166 cabeças de gado para corte, 8 de leite, 50 galinhas e 48 ovinos.	2	0
24	São Carlos	Fazenda Santana do Quilombo	1	4	2	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (242ha), 23 cabeças de gado de corte e 27 porcos	2	0
25	São Carlos	Fazenda Varanda	1	5	4	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (169ha), hortaliças e mandioca para consumo, 80 cabeças de gado de corte, 4 de leite e 7 porcos	1	0
26	São Carlos	Fazenda Pau d'álho	2	3	5	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de cana (242ha), eucalipto, 20 galinhas	3	0

Fonte: trabalho de campo, 2014

Nota-se que o uso das propriedades é bastante diversificado em relação ao restante dos trechos da LT analisados até o momento. Plantios para subsistência mesclam-se aos plantios comerciais e determinados produtos passam a figurar na pauta produtiva das propriedades aí localizadas. Não obstante isso, a pecuária ganha destaque nas propriedades entrevistadas neste trecho, em acordo com a predominância de ocupação das terras dos municípios, em que a pecuária passa a ter uma representatividade maior em termos produtivos locais. Abaixo a Figura 202 destaca os pontos de intersecção com a LT existente, com as rodovias, núcleos urbanos, outras LTs existente dentre outros. Segue.



Legenda:

- Intersecção com LT existente
- Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos
- Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
- Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
- Propriedades identificadas e realizada entrevista
- Uso predominante da terra no município: lavoura e pecuária
- Uso predominante da terra no município: lavoura

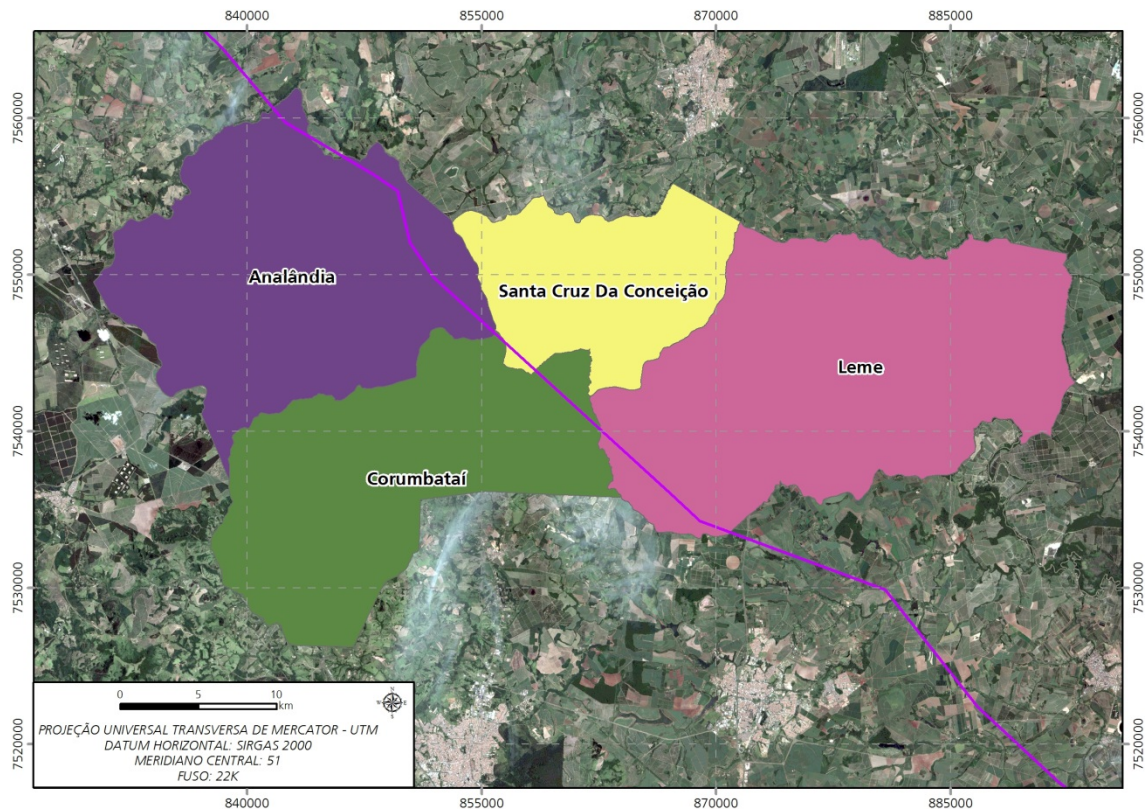
**Figura 202 - Uso do solo e pontos notáveis em Conchal, Descalvado, Motuca e São Carlos.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.



Neste trecho os pontos notáveis são a existência de assentamentos do INCRA (localizados nos municípios de Motuca e Araraquara) e a área da Embrapa no município de São Carlos.

As próximas unidades e/ou módulos ficais deste diagnóstico referem-se as propriedades de 18 hectares e abrangem os seguintes municípios: Analândia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição e Leme - conforme apresentado na Figura 203.



**Figura 203 Municípios que possuem 18 hectares como módulo rural.**

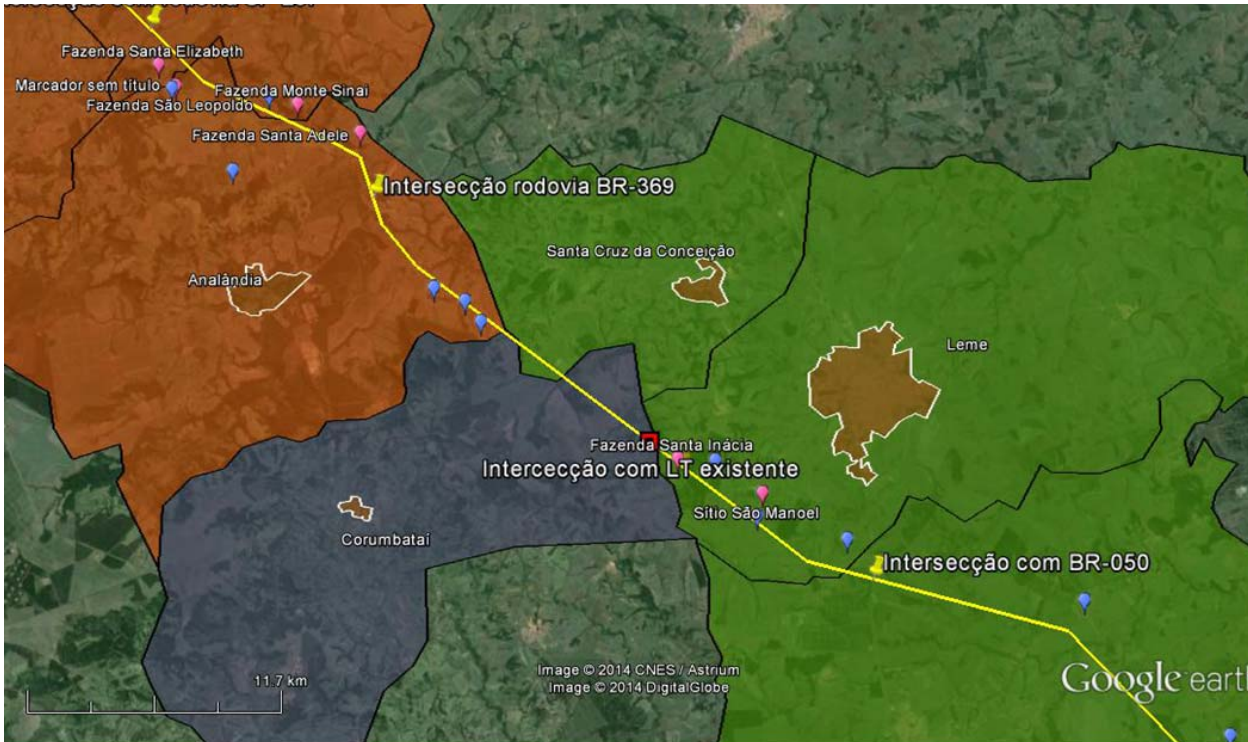
Das 5 propriedades entrevistadas nestes municípios, todas são grandes propriedades e possuem mais de 270 hectares. As informações das propriedades entrevistadas e/ou mapeadas são apresentadas na Quadro 238.

**Quadro 238 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Leme e Analândia.**

ID	Nome	Município	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Agr subsistência	Agricultura comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Fazenda Santa Inácia	Leme	2	7	4	Não	sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (436ha), eucalipto (436ha), 180 cabeças de gado leiteira, 20 galinhas e 3 porcos.	7	0
2	Fazenda Monte Sinai	Analândia	3	7	5	Não	sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio arrendado de cana (230ha), milho (150ha), eucalipto (84ha), 121 cabeças de gado de corte e 60 galinhas	5	0
3	Fazenda Fortaleza	Analândia	2	10	3	Sim	sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (100ha), frutas (130ha), milho (50ha), eucalipto (5ha), 125 cabeças de gado de corte, 5 de leite e 9 galinhas	10	20
4	Fazenda Santa Adele	Analândia	11	33	15	Não	sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Plantio de cana (50ha), frutas (100ha), milho (250ha), soja (350ha), 1500 cabeças de gado de corte e 150 galinhas	19	30
5	Sítio São Manoel	Leme	1	5	1	Não	sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de hortaliças para sobrevivência, soja e milho.	2	10

Fonte: trabalho de campo, 2014

Novamente, assim como em outros trechos já descritos, o plantio da cana – de - açúcar tem significativa importância. Entretanto, a pecuária é a atividade produtiva mais significativa para estas propriedades, compatível, com o tipo de utilização de terras em nível municipal, uma vez que em Analândia a destinação de uso do solo se equilibra entre lavoura e pecuária. Em Corumbataí o uso do solo é predominantemente dedicado à pecuária, tal como pode ser visto na Figura 204, a seguir.



Legenda:

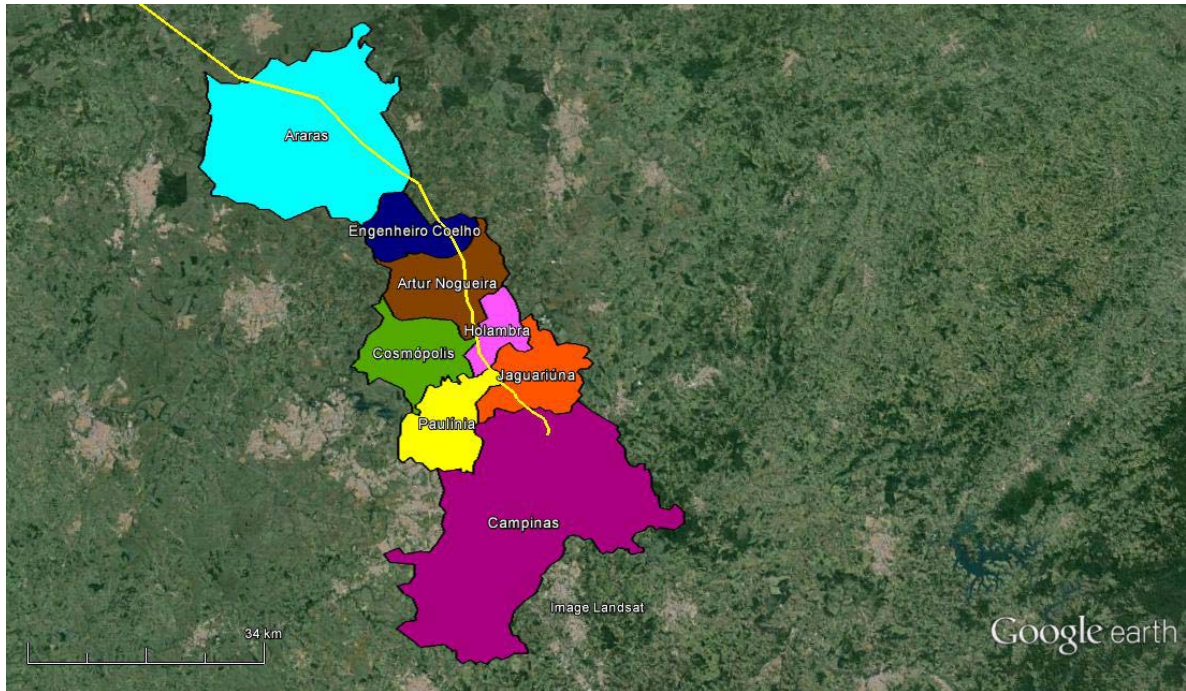
- Intersecção com LT existente
- 📌 Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos
- ⊙ Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
- 📍 Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
- 📍 Propriedades identificadas e realizada entrevista
- Uso predominante da terra no município: lavoura e pecuária
- Uso predominante da terra no município: lavoura
- Uso predominante da terra no município: pecuária e criação de outros animais

**Figura 204- Uso do solo e pontos notáveis em Analândia, Corumbataí, Santa Cruz da Conceição e Leme.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.



O último trecho da LT 500kV Marimbondo II – Campinas é aquele constituído pelos municípios que possuem módulo fiscal de 10 hectares, são estes: Araras, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Paulínia – todos no estado de São Paulo – vide Figura 205.



**Figura 205 Municípios que possuem 10 hectares como módulo rural**

Dentre as 26 propriedades entrevistadas nestes municípios, nota-se que 13,64% são minifúndios, 45,45% são pequenas propriedades, 22,73% são médias, 13,64% são grandes propriedades. Apenas 4,55% dos respondentes não souberam ou não responderam a esta questão.

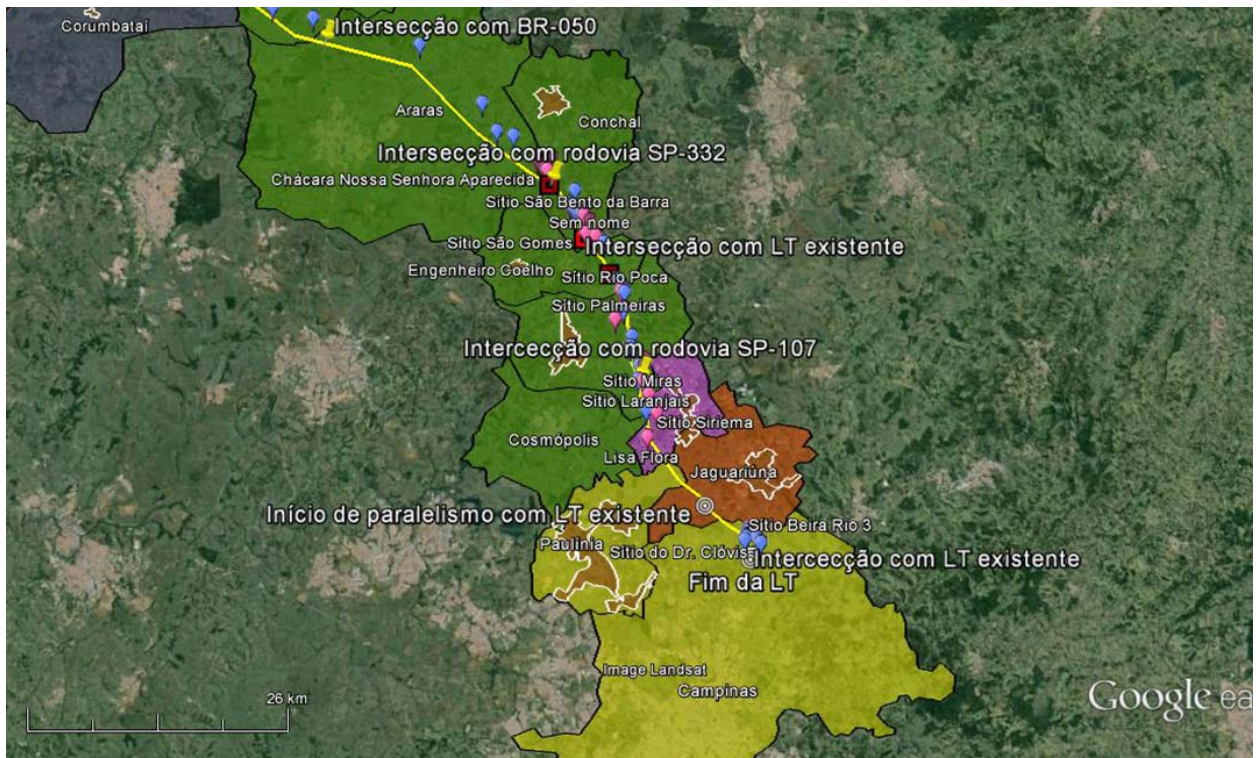
As informações das propriedades entrevistadas e/ou mapeadas são apresentadas na Quadro 239.

**Quadro 239 - Características detalhadas das propriedades entrevistadas nos municípios de Araras, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna e Paulínia.**

ID	Município	Nome	Famílias	Pessoas	Domicílios	Est com	Residência	Lazer	Agr subsistência	Agricultura comercial	Pecuária subsistência	Pecuária comercial	Produção	Trab fixos	Trab temp
1	Sítio Palmeira	Artur Nogueira	3	7	3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio arrendado de cana (24ha) e 50 galinhas	S.I.	S.I.
2	Siriema	Artur Nogueira	0	0	2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Plantio de cana (2ha), frutas (6ha), milho (5ha), soja (5ha), algodão (3ha)	12	0
3	Sítio Palmeiras	Artur Nogueira	0	0	0	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	Sem informação	2	12
4	Sítio Rio Poca	Artur Nogueira	2	5	2	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de frutas (15ha), mandioca (7ha), milho (10ha), 80 cabeças de gado de corte e 60 galinhas.	0	20
5	Sítio Poca	Artur Nogueira	0	0	1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de mandioca (2ha), milho (1ha), quiabo (1ha), 50 galinhas e 120 porcos.	S.I.	S.I.
6	Sítio Bairrinho	Artur Nogueira	1	1	1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de cana (4ha)		40
7	Sítio Jian	Artur Nogueira	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (21ha)	0	16
8	Sítio Laranjais	Artur Nogueira	0	0	0	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (14ha)	0	20
9	Sítio Santa Adélia	Artur Nogueira	0	0	2	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	Plantio de cana (24ha)	S.I.	S.I.
10	Sítio Boa Vista	Artur Nogueira	3	8	3	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (4ha) e 20 galinhas	S.I.	S.I.
11	Sl	Campinas	0	0	0	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	Plantio de cana (0,1ha), plantio de mandioca (0,05ha)	S.I.	S.I.
12	Sítio Beira Rio 3	Campinas	1	3	1	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Plantio de milho, 50 cabeças de gado de corte, 1 de leite e 60 galinhas	1	4
13	Sítio São Gomes	Eng. Coelho	1	1	1	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	Plantio de cana (5ha), mandioca (5ha), milho (5ha) e 8 carneiros	S.I.	1
14	99	Eng. Coelho	1	3	2	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	Plantio de frutas (8ha)	1	20
15	H 11	Holambra	2	6	2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de frutas (15ha) e 1770 porcos	6	30
16	Sítio Miras	Holambra	2	9	2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (30ha)	2	20
17	Lisa Flora	Holambra	3	12	3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Plantio de frutas (24ha) e 1000 porcos	4	30
18	Chácara Nossa Senhora Aparecida	Araras	1	3	1	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Plantio de cana (0,3ha), milho (0,3ha), 5 cabeças de gado leiteiro, 20 galinhas e 1 porco.	S.I.	S.I.
19	Sítio Conceição	Araras	5	26	7	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Plantio de cana (1,2ha), mandioca (12ha), 5 cabeças de gado leiteiro, 20 galinhas	S.I.	S.I.
20	Fazenda Santo Antônio	Araras	1	3	2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio de frutas (174ha), plantio arrendado de milho (125), 10 galinhas.	7	0
21	Sítio Paraíso	Araras	1	4	2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Plantio arrendado de cana (48ha)	1	0

Fonte: trabalho de campo, 2014

Este trecho da LT apresenta também uma pauta produtiva bastante diversa em relação aos municípios em outros trechos analisados. Cita-se pecuária, lavouras temporárias e permanentes propiciam, sobretudo, o abastecimento do mercado local – tendo em vista que esta é uma região densamente ocupada, – além da produção de flores em Holambra para atendimento do mercado nacional.



Legenda:

- Intersecção com LT existente
- Pontos notáveis e intersecções com rodovias
- Núcleos urbanos e assentamentos
- Marcação de início e fim de paralelismo com outras LT existentes
- Propriedades identificadas onde não foi realizada entrevista
- Propriedades identificadas e realizada entrevista
- Uso predominante da terra no município: lavoura e pecuária
- Uso predominante da terra no município: lavoura
- Uso da terra no município dividido de maneira equitativa entre: pecuária, lavoura, horticultura e floricultura
- Uso predominante da terra no município: horticultura e floricultura

**Figura 206 - Uso do solo e pontos notáveis em Artur Nogueira, Araras, Holambra, Engenheiro Coelho e Campinas.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.



### 7.3.3.6.3 Quantidade anual produzida (Em kg)

O Quadro 240 apresenta números gerais de produção agrícola de destaque na AID para as seguintes culturas: cana, frutas e milho. São apresentadas as quantidades totais anuais em toneladas, as áreas totais plantadas em hectares e a quantidade total produzida pelo município.

**Quadro 240 – Municípios com produções agrícolas de destaques**

Município	Produção	Total da quantidade produzida (Em t)	Área Total Plantada (Em ha)	Produção municipal
Altair	Cana	35.750	1797,25	1.813.500
	Frutas	46.715,2	848,65	98.377
	Milho	3	19,36	1.925
Analândia	Cana	17.000	379,90	340.000
	Frutas	3.121,2	220,00	21.420
	Milho	545	300,00	2.565
Araras	Cana	0,5	49,91	2.385.000
	Frutas	4.896	173,60	49.000
	Milho	0	0	8.970
Artur Nogueira	Cana	2.320	680,92	192.000
	Frutas	2.285,30	84,16	87.532
	Milho	82,00	16,89	5.310
Cajobi	Cana	219.265	1295,11	616.410
	Frutas	1.632	49,00	87.086
	Milho	0	0	242
Conchal	Cana	0	0	37.013
	Frutas	21.906,84	244,42	291.312
	Milho	6	2,30	15.600
Descalvado	Cana	46.698,35	806,80	2.303.500
	Frutas	36.720	600,00	88.128
	Milho	757	799,00	9.600
Engenheiro Coelho	Cana	0	4,84	81.000
	Frutas	5	7,50	67.200
	Milho	0	0	6.724
Holambra	Cana	0	0	38.000
	Frutas	1.579,2	69,25	30.000
	Milho	0	0	6.280
Icém	Cana	37.341,6	3423,64	616.500
	Frutas	480,01	13	14.520
	Milho	1.260	121,50	6.750
Monte Alto	Cana	18.308	199,00	675.000
	Frutas	3.061	107,56	5.550
	Milho	0	0	11.250
Olimpia	Cana	19.434,88	804,47	3.150.000
	Frutas	204	69,68	164.010
	Milho	5,70	5,00	4.200
Paraíso	Cana	0	329,12	576.000
	Frutas	3.231	142,00	37.964
	Milho	0	0	528



Município	Produção	Total da quantidade produzida (Em t)	Área Total Plantada (Em ha)	Produção municipal
Pirangi	Cana	13.231	136,68	800.000
	Frutas	405,69	142,00	39.000
	Milho	1,6	0	1.080
São Carlos	Cana	25.227,20	2419,40	3.058.205
	Frutas	19.500	910,00	102.300
	Milho	93	22,22	15.000
Severínia	Cana	48.523,80	225,34	600.000
	Frutas	1.781,36	118,80	28.119
	Milho	0	0	576
Vista Alegre do Alto	Cana	4.200	60,00	360.000
	Frutas	2.035	77,33	6.020
	Milho	0	0	900

Fonte: Produção Municipal IBGE 2011 e 2012/ Dados primários

Por meio da análise das informações disponibilizadas pelos entrevistados, aferiu-se que as propriedades que possuem maior vocação para o plantio de cana – de – açúcar estão localizadas no estado de São Paulo, a saber: Altair com uma produção total de 35.750 ton., Cajobi com 219.265 ton., Descalvado, 46.698 ton., Icém, 37.341 ton., São Carlos, 25.227 ton. e Severínia, 48.523 ton.

No tocante à produção de frutas, as propriedades da AID com maior vocação para este tipo de produção são: Altair/SP com produção anual de 46.715 ton. e Descalvado/SP com produção anual de 36.720ton. Cabe ressaltar que a produção de frutas nas propriedades localizadas na AID, pertencentes ao município de Altair, são responsáveis por 47,5% de toda a produção deste município. Em Descalvado, por sua vez, a produção das propriedades da AID significa 41% da produção de frutas no município.

Finalmente nota-se que a produção de milho nas propriedades da AID é insignificante, tanto em comparação às outras culturas quanto em relação às produções municipais.

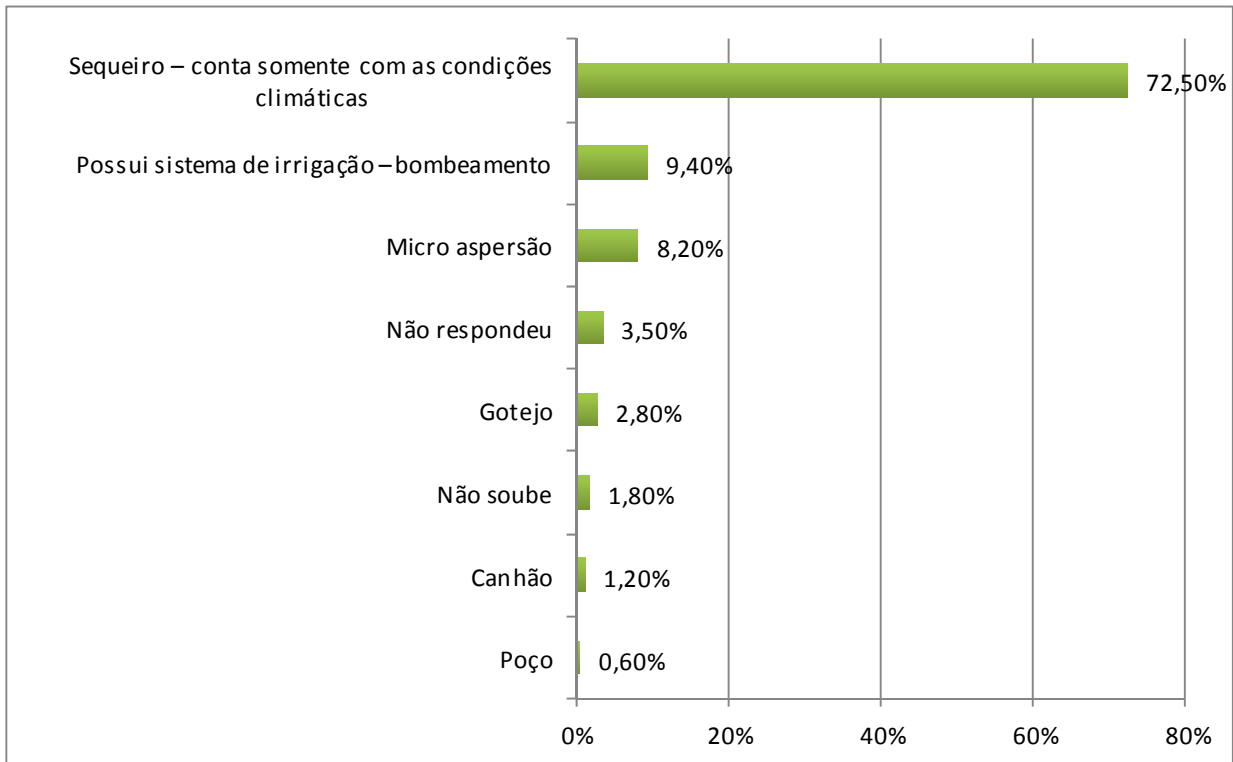
O município com a maior produção anual de cana – de – açúcar, por sua vez, é Olímpia/SP com 3.150.000 T, a maior produção de frutas é também de Olímpia/SP, 164.110 T e a maior produção de milho é do município de Conchal/SP 15.600 T.

#### 7.3.3.6.4 Tipos de agricultura

Quanto ao tipo de agricultura realizada nas propriedades, verificou-se que 72,50% praticam a cultura do sequeiro, ou seja, utilizam somente água da chuva nas plantações, 9,40% utilizam sistema de irrigação por bombeamento, 8,20% utilizam a irrigação por

micro aspersão, 2,80% irrigação por gotejo, 1,20% possuem canhão de irrigação ou aspersor e 0,60% utilizam poço.

Dentre os pesquisados, 3,50% não responderam e 1,80% não souberam precisar que tipo de agricultura é realizado na propriedade. Estas informações estão consolidadas na figura abaixo.



**Figura 207 – Tipo de agricultura realizada**

**Associada à produção agrícola na região da AID, foi identificada a existência de Pivôs Centrais nos municípios de Monte Alto e São Carlos, ambos em São Paulo, tal como apresentado nas**

Figura 208 e

Figura 209. Nota-se, contudo, que este tal uso é pontual na AID.

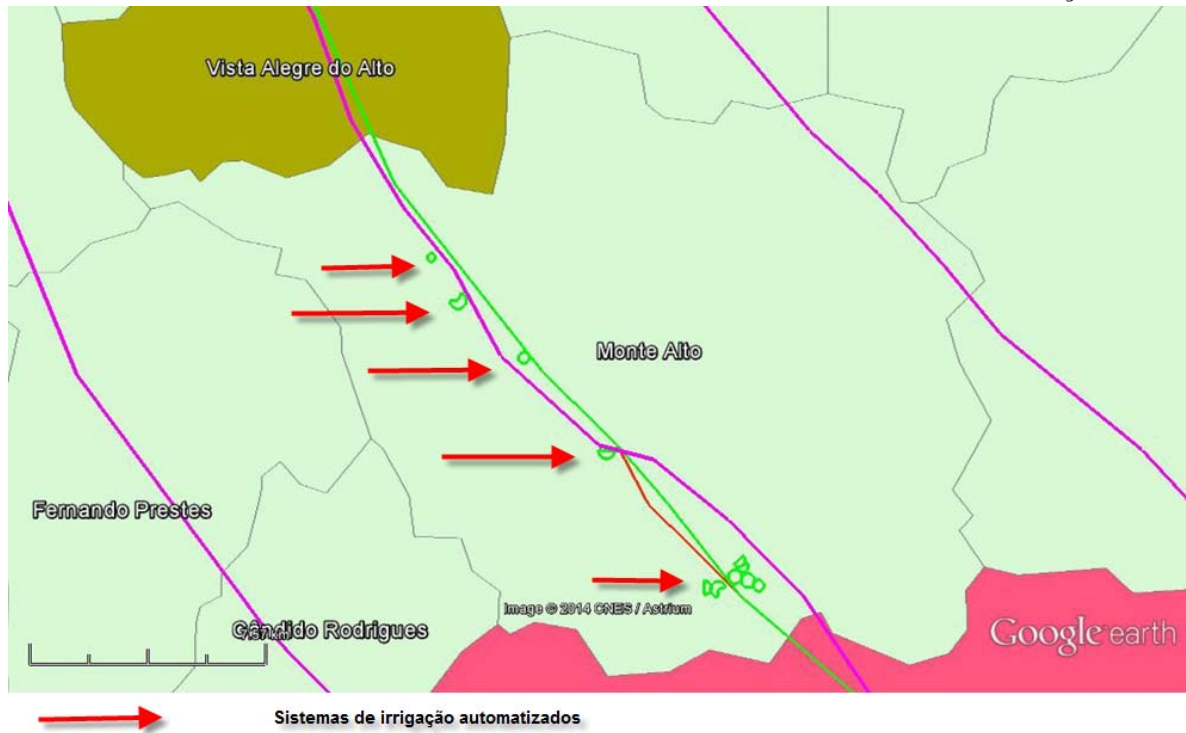
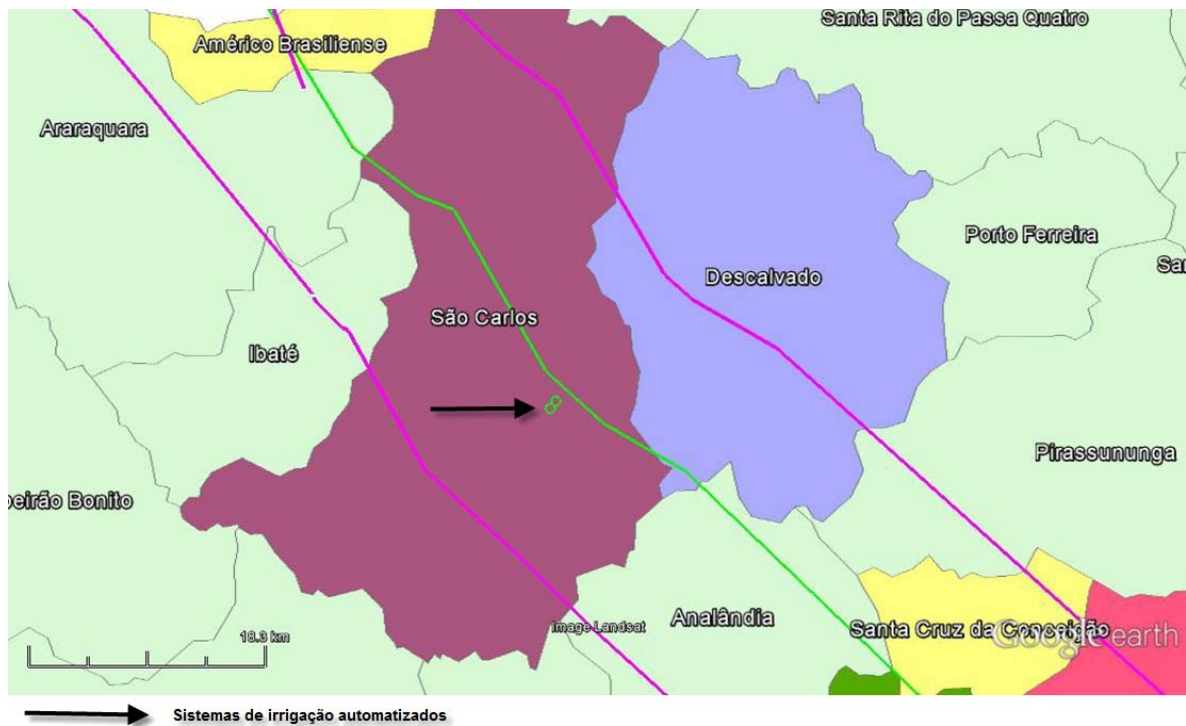


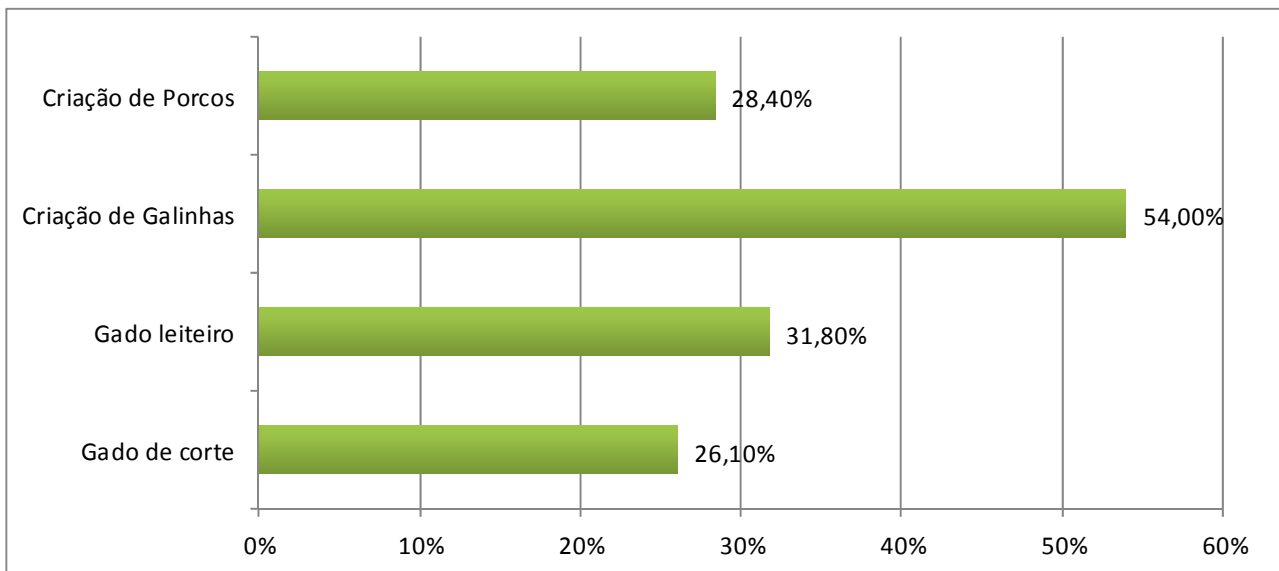
Figura 208 Localização dos Pivôs Centrais no município de Morro Alto, em relação ao empreendimento.



**Figura 209 Localização dos Pivôs Centrais no município de São Carlos, em relação ao empreendimento.**

### 7.3.3.6.5 Produção pecuária – Tipo de criação

Segundo informações da população residente na AID a produção pecuária está estruturada da seguinte maneira: 54,00% das propriedades pesquisadas têm criação de frangos/galinhas, um total de 28,40% pratica a suinocultura, 31,80% praticam a cultura leiteira e 26,10% criam gado de corte – tal como demonstrado nas figuras abaixo.



**Figura 210 – Percentual de animais criados na AID – pecuária.**

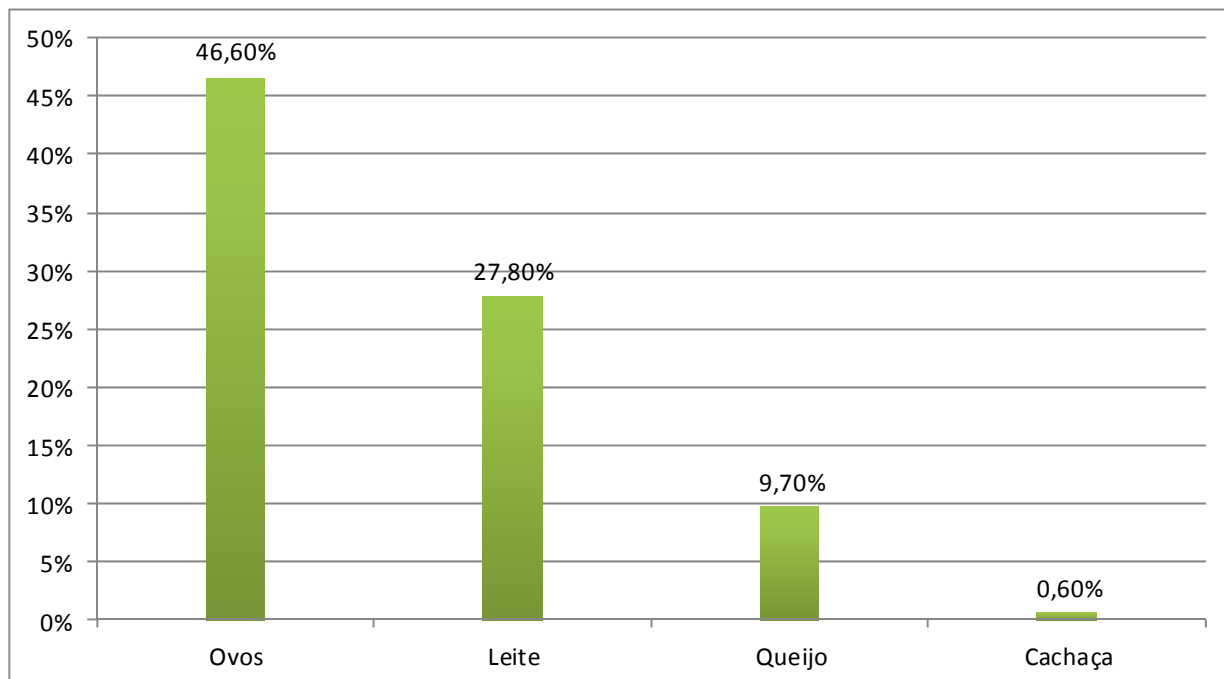


**Figura 211 – Exemplo cultura bovina na AID.**

### 7.3.3.6.6 Produção de derivados

Na produção de derivados, verifica-se que 46,6% das propriedades pesquisadas produzem ovos, 27,8% produzem leite, 9,7% produzem queijo e 0,6% produzem cachaça, como mostra a

Figura 212.



**Figura 212 – Produção de produtos derivados**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Destaca-se na produção de leite e seus derivados a Fazenda Santa Rita localizada no município de Descalvado/SP, onde funciona a empresa agropecuária Agrindus, proprietária do maior rebanho holandês registrado no Brasil - segundo informações do site da empresa (<http://www.leiteletti.com.br/>). A figura disposta abaixo ilustra a empresa citada.





**Figura -213 - Entrada da empresa Agrindus Agropecuária.** **Figura 214 – Rebanho da Fazenda Santa Rita.**

Residem na propriedade em torno de 65 famílias num total de 270 pessoas, segundo informações da empresa. No tocante às benfeitorias existentes tem-se: 65 casas padrão, uma casa sede, silos, oficina, fabrica de ração, clube, escritório, granja e uma pequena represa. A propriedade total é de 2.000 hectares sendo 442 destinados à área de reserva legal.

A produção anual da fazenda é de 36.720 toneladas de laranjas, 25.000 toneladas, 27.000 toneladas de silagem e 2.000 toneladas de capim. Além disso, eles agregam 2.600 cabeças de gado de corte, 3.600 cabeças de gado leiteiro, 75.000 galinhas e 80 cavalos.

No que diz respeito ao uso de mão de obra, a Agrindus possui 220 funcionários fixos e não utiliza mão de obra temporária. Os residentes na propriedade utilizam os serviços básicos da sede do município de Descalvado, localizado a 13 km da propriedade. São realizadas várias festividades e atividades de lazer na propriedade, tais como: culto religioso, festa junina e festa da colheita.

#### **7.3.3.6.7 Outras atividades produtivas**

Durante o trabalho de campo, foi identificada uma propriedade, a Fazenda São Leopoldo Mandic, em que há uma produção diversificada e comercialização de pescado. Em média são vendidos 2.500 peixes anualmente. Seu proprietário, dono também de uma faculdade particular, reside no município de Campinas.

A propriedade não possui pessoas residentes, embora possua cinco empregados fixos e três temporários. No tocante a benfeitorias, a propriedade conta com quatro casas,

represa, fábrica de ração e um barracão. A propriedade possui 376,8 hectares de reserva legal. Estes funcionários utilizam os serviços básicos da sede do município de Descalvado.

A fazenda produz, além da produção de peixes, cana – de –açúcar, eucalipto e agrega 1.200 cabeças de gado de corte.

### 7.3.3.6.8 Reserva Legal

Segundo o *Código Florestal* vigente, a reserva legal é uma parte da área do imóvel rural que é coberta por vegetação natural, e pode ser explorada de forma sustentável, de acordo com limites estabelecidos em lei. São áreas que abrigam uma parcela representativa do ambiente natural da região onde estão inseridas, por isso são necessárias à manutenção da biodiversidade do local:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei entende-se por:  
(...)

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Nesse sentido observa-se, na Figura 215, que 74,40% das propriedades entrevistadas possuem reserva legal, enquanto 22,20% não possuem, 2,8% não responderam e 0,60% não souberam responder. Abaixo segue figura ilustrativa.

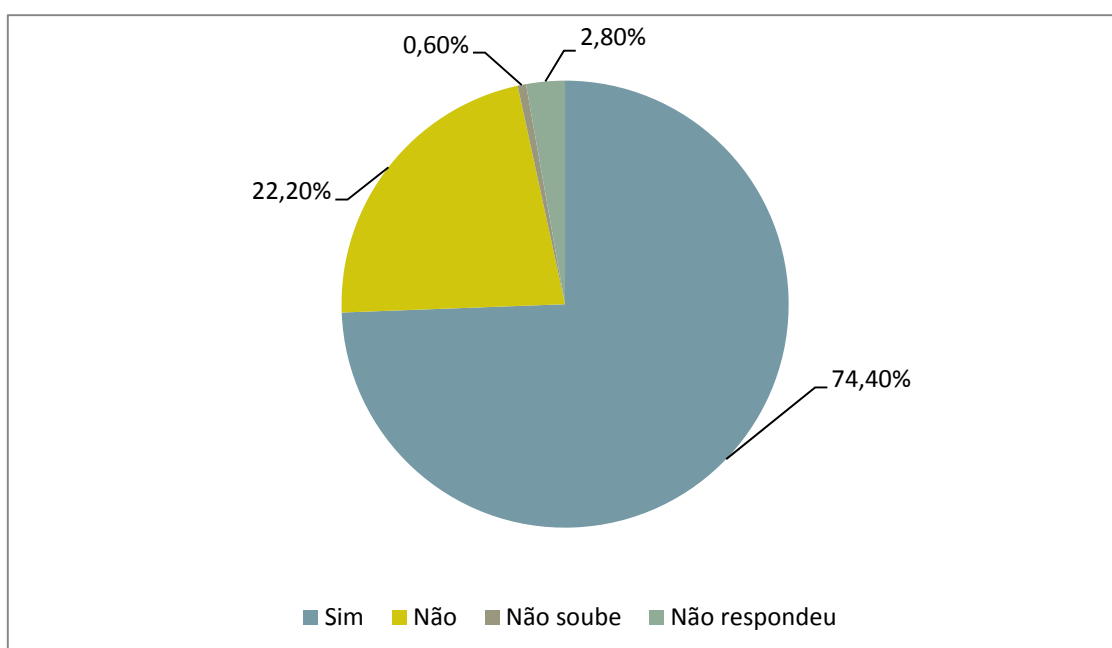


Figura 215 – Porcentagem de Propriedades que possuem reserva legal.



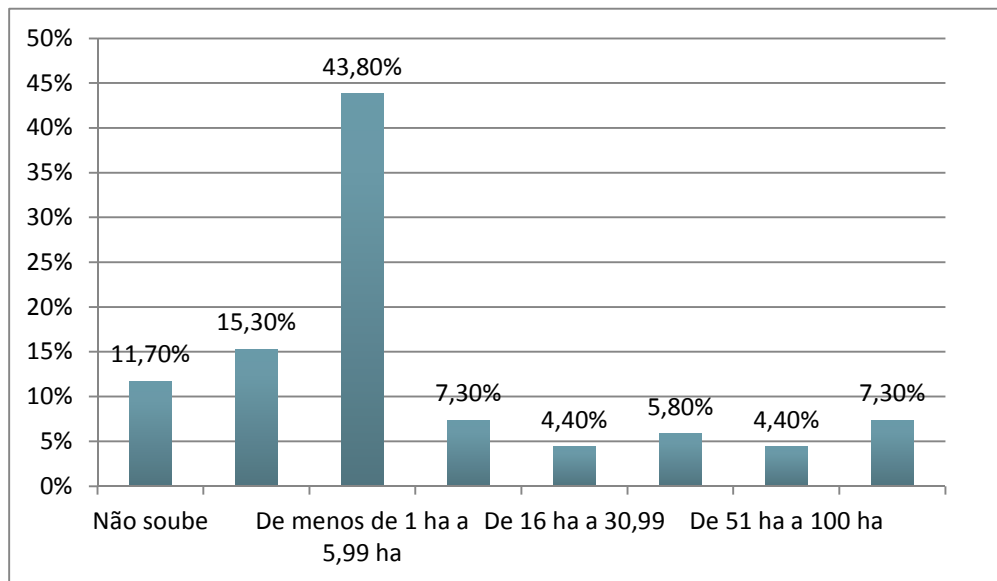
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Considerando as 74 propriedades que possuem reserva legal, o gráfico da Figura 217 apresenta a faixa de reserva, em hectares, nas propriedades. Entre os (as) entrevistados (as), 11,70% e 15,30% respectivamente, não souberam responder ou não responderam. A faixa de hectares destinados à área de reserva legal mais representativa é a de menos de um hectare a 5,99 hectares, com 43,80% do total; 7,30% possuem de seis a 15,99 hectares destinados a reserva legal; 4,40% possuem de 16 a 30,99 hectares; 5,80% possuem de 31 a 50,99 hectares; 4,40% possuem de 51 a 100 hectares; e 7,30% possuem mais de 100 hectares destinados a reserva legal.



**Figura 216 Exemplo de Área de Reserva Legal.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.



**Figura 217 – Quantidade de ha dedicados às Áreas de Reserva Legal.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

### 7.3.3.7 Restrições de uso da faixa de servidão da LT

As faixas de servidão de linhas de transmissão caracterizam-se como locais que apresentam limitações e/ou restrições de uso e ocupação do solo – vide e/ou em função da segurança de operação do empreendimento e das áreas do entorno direto.

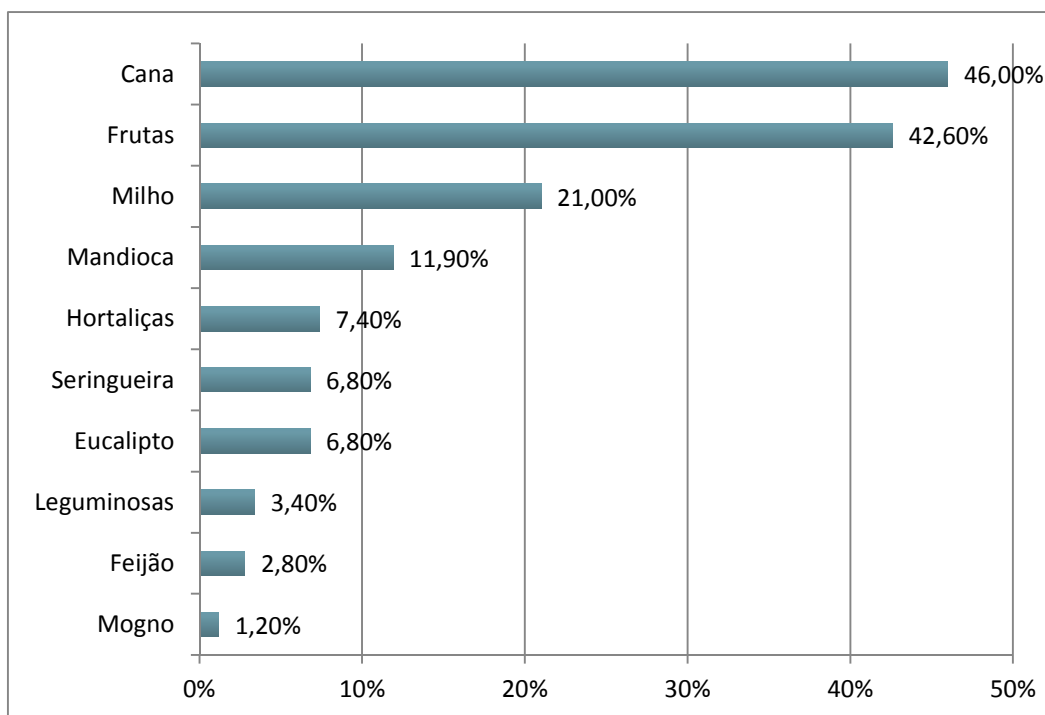
Nas áreas rurais, onde eventualmente faz-se o uso compartilhado da área em foco, dá-se destaque para cuidados e maior restrição para plantios de vegetação arbórea, implantação de edificações e realização de queimadas. Também destaca-se o uso automatizado de irrigação. Mesmo com todas as ressalvas citadas as condições de risco na zona rural são menores do que na zona urbana.

Segundo o manual de “Especificação técnica para limitação do uso de faixa de linhas de Subtransmissão e transmissão da CELG-PAR”, é permitida a cultura de cereais, horticultura, floricultura, fruticultura e pastagens; desde que as espécies cultivadas apresentem, na idade adulta, uma altura máxima que garanta que a distância do condutor mais baixo à vegetação nunca seja inferior a 5 metros.

Diante do exposto em comparação às culturas cultivadas na AID citam-se algumas que certamente sofrerão algum impacto: cana-de-açúcar e os cultivos de seringueira e eucalipto. Já as culturas que poderão fazer uso compartilhado da LT são: citrus, milho,

mandioca e hortaliças - desde que não sejam irrigados por aspersão ou jato dirigido para cima. E também fica liberada a utilização da faixa para pastagem.

A produção agrícola nas propriedades que compõem a AID se caracteriza pelo predomínio, como descrito anteriormente, do cultivo da cana-de-açúcar para fornecimento de matéria prima para a indústria sucroalcooleira, com ocorrência de 46%. Seguido deste cultivo a AID tem destinadas grandes áreas para o plantio de frutas, que, juntas, somam 42,6%. O percentual de uso da AID desta e de outras culturas na AID pode ser verificado na Figura 218.



**Figura 218 – Cultura produzida nas propriedades.**

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Segundo informações coletadas em campo, grande parte da produção de cana – de – açúcar é realizada mediante sistema de arrendamento. Usinas sucroalcooleiras, na maioria das vezes, alugam os terrenos por uma quantia mensal ou anual e cuidam de todas as etapas da produção, a saber: plantio, manutenção, colheita e processamento. Abaixo segue Figura 219 para demonstração de algumas áreas.



Figura 219 – Exemplo de áreas de plantio da cultura de cana – de - açúcar na AID.



Com relação ao plantio/cultura de produção de frutas, verificou-se o predomínio do cultivo de citrus, a exemplo da laranja, limão e tangerina; principalmente para o abastecimento da indústria produtora de suco. Abaixo a Figura 220 ilustra uma área com este perfil.



**Figura 220 – Plantio de laranja na AID.**

Na AID, tal como citado, tem-se ainda 21% de produção voltada ao milho, utilizado, na maioria das vezes, para a alimentação de rebanhos – fabricação de “silo”, 11,9% de mandioca e 7,4% de hortaliças. Para a seringueira e eucalipto tem-se a mesma porcentagem de 6,8%, depois leguminosas com 3,4%, feijão com 2,8% e o mogno com 1,2% - cuja demonstração segue para verificação na Figura 221.



**Figura 221 – Plantio de seringueira e eucalipto na AID.**

### **7.3.3.8 Comunidades Tradicionais**

#### **7.3.3.8.1 Comunidades Quilombolas**

Em apresentação de documentação referente a localização da Linha de Transmissão 500 KV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas e de comunidades quilombolas do estado de São Paulo à Fundação Cultural Palmares, teve-se dispensa de estudo específico do componente quilombola em razão da não proximidade da Área de Influência Indireta ou Direta do empreendimento – segundo parâmetros estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 419/2011. A título de conhecimento, a comunidade Quilombola mais próxima do empreendimento (Brota) está localizada a 30 Km da SE Campinas, no município de Itatiba/SP.

O documento de consulta ao órgão responsável e sua anuência com relação a dispensa de estudo citada acima, é apresentada no Anexo 7 e 8 para conhecimento e verificação.

#### **7.3.3.8.2 Terras Indígenas**

Na data de 13 de maio de 2014 foi solicitada manifestação oficial à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com relação à dispensa de realização de estudos específicos do componente indígena para a Linha de Transmissão 500 KV Marimbondo II – Campinas e Subestações Associadas, em razão da não proximidade da Área de Influência Indireta e Direta do empreendimento - segundo parâmetros estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 419/2011.

Segundo o documento em foco a Terra Indígena mais próxima ao empreendimento é a TI Jaguará, a 77 Km do empreendimento, localizada entre a divisa da capital paulistana e Osasco e; a TI Araribá localizada a 145 Km no município de Avaí/SP.

Até a presente data não obteve-se retorno desta instituição. No Anexo 9 apresenta-se a carta consulta referida acima.

### **7.3.3.9 Aspectos Culturais**

#### **7.3.3.9.1 Manifestações Culturais**

As manifestações culturais foram analisadas a partir de um grupo de situações e frequência de ocorrência, a saber: festividades, rezas, produção de pratos típicos, artesanato e uso de plantas medicinais.

O Quadro 241 lista as manifestações culturais mapeadas na AID por município e o número de propriedades onde elas ocorrem. Dos 33 municípios que compõem a AID, 13 deles apresentam algum tipo de manifestação cultural que ocorre nas propriedades.

A grande maioria dos eventos é de cunho religioso, principalmente festas em homenagem a santos católicos, rezas, terços e festas juninas. Há também ocorrência de culto evangélico em Olímpia; rodeios nos municípios de Campinas e Pirangi; time de futebol e carnaval em Descalvado, e carnaval também em Pirangi.

Em Arthur Nogueira ocorre a “Expoflora Holambra” e a “ExpoArthur” feiras de exposição dos municípios citadas como eventos culturais. Já no município de Vista Alegre do Alto, foram citadas ainda ações filantrópicas como “ajuda ao Hospital do Câncer” e “vicentinos”, consideradas pelos respondentes como manifestações culturais.

**Quadro 241 – Quadro de manifestações culturais na AID**

Município	Manifestações Culturais	N de Propriedades
Artur Nogueira	Expoflora Holambra e ExpoArthur	1
Cajobi	Terço	1
	Festa de São João e São Pedro	1
Campinas	Rodeio de Jaguariúna	1
	Festa Junina	1
Descalvado	Carnaval	1
	Festa junina	2
	Reza, culto religioso	1
	Festa da colheita	1
	Time de futebol	1
Holambra	Festa da Igreja da divisa	1
Icém	Terço de São João	1
	Festa de Folia de Reis	4
	Terço de Santo Antônio	1
	Festa de São João	2
	Festa de Nossa Sra. De Fátima	1
	Reza missa na propriedade	1
Monte Alto	Festa de Santa Luzia (dezembro)	9
	Festa de Nossa Senhora do Carmo	1
	Festa Nossa Senhora Mãezinha	1
	Festa de Nossa Senhora de Fátima	1
	Festa de Barreiro	1
	Festa de Nossa Senhora Aparecida	2
	Festa do Bom Jesus	2
	Festa de São Pedro	1
	Festejo de Santa Rita	1
Olímpia	Rezas em datas religiosas	2
	Folia de Reis	1
	Festa de Santa Luzia	1
	Festa de São João	1
	Culto evangélico	1
	Anualmente reza o terço na propriedade em junho	1
Terço de São João	1	



Município	Manifestações Culturais	N de Propriedades
Paraíso	Missa de Santa Bárbara 4 de dezembro	1
Pirangi	Festa juninas	
	Rodeio	3
	Festa de Santo Antônio	8
	Festa do Peão	2
	Carnaval	
	Festa Nossa Senhora	
	Festa de São Cristóvão	
	Ajuda ao Hospital do Câncer	2
São Carlos	Festa Junina	1
Severínia	Festa de São Sebastião	1
Vista Alegre do Alto	Festa de Santa Rita de Cássia	9
	Vicentinos	2
	Ajuda ao Hospital do Câncer	2

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

### 7.3.3.9.2 Comunidades tradicionais

A respeito da existência de Comunidades Tradicionais na região do traçado proposto para a LT Marimondo II - Campinas, não foram identificadas comunidades indígenas, quilombolas ou extrativistas.

### 7.3.3.9.3 Assentamentos Rurais

Assentamentos Rurais do INCRA identificados na área de estudo, tal como apresentado na figura a seguir:

- Araras I, II, III e IV, localizados próximo à sede do município de mesmo nome, os quais tiveram seu início do processo de ocupação a partir de 1983 e compostos respectivamente por 6 lotes de 11 ha, 14 lotes de 13 ha, 46 lotes de 6,5 ha e 30 lotes de 1 ha.
- Santa Helena, localizado próximo à sede do município de São Carlos. O assentamento Santa Helena está localizado próximo à lagoa 29 e possui 13 famílias residentes, por meio de um processo de reforma agrária em 2005. E, por fim,
- Monte Alegre I, II, III, IV, V, VI e Silvania, localizados na região de Araraquara, os assentamentos tiveram seu início em 1985 e é composto por 6 áreas e 358 lotes agrícolas.

LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

Diagnóstico Ambiental

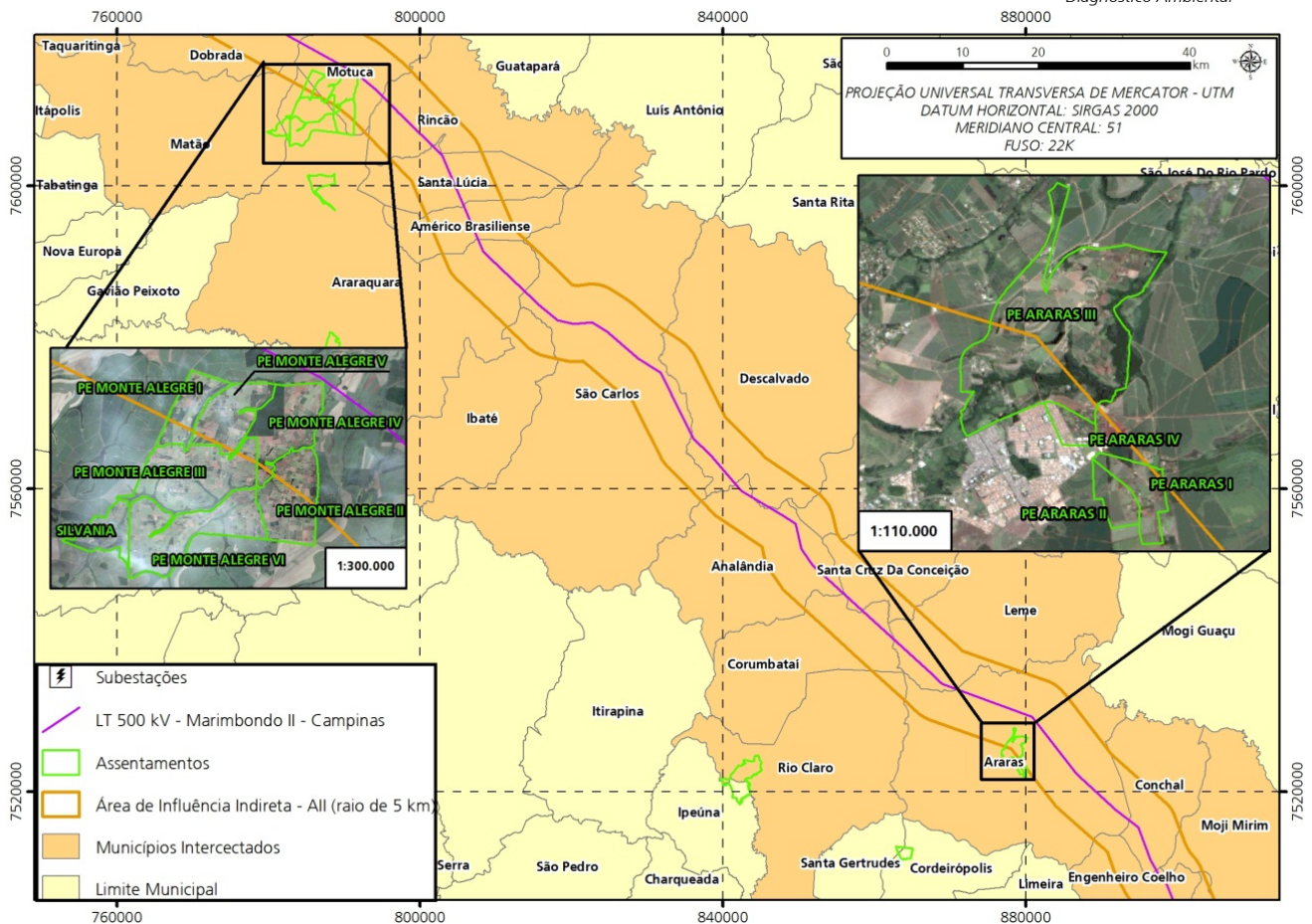


Figura 222 - Localização dos assentamentos do INCRA na AID do empreendimento.

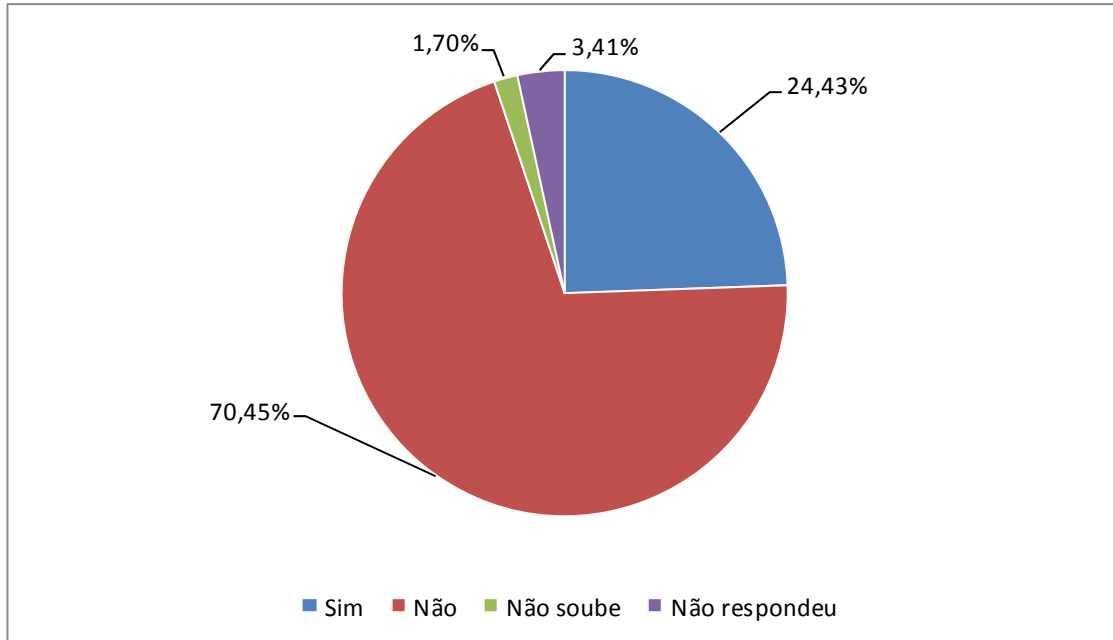
### 7.3.3.9.4 Organização social e comunitária

Por associativismo entende-se a prática social, formal ou informal, que articula agentes sociais em torno da viabilização de objetivos comuns. Esse vínculo pode-se dar de maneira formal, ou seja, com personalidade jurídica (associações, cooperativas, sindicatos, conselhos) ou, ainda, de maneira informal, por meio da reunião de pessoas com alguma questão cuja solução coletiva se mostre como uma alternativa mais efetiva e eficaz.

Segundo o Ministério da Agricultura, o associativismo é uma alternativa necessária à viabilização das atividades econômicas rurais. Com a criação de associações e cooperativas surgem melhores condições de concorrência no mercado, possibilidades de aquisição de insumos e equipamentos com melhores preços, entre outros benefícios.

A partir das entrevistas verificou-se que somente 24,43% dos entrevistados citam que participam ou que alguém da família participa de alguma associação, cooperativa, ONG, movimento, enquanto 70,45% afirmam não participar de nenhuma forma de

associativismo. Houve ainda 3,41% que não responderam e 1,70% que não souberam responder à questão, conforme mostra a Figura 1 28 – Algum morador participa de alguma associação, ONG, Movimento Social.



**Figura 223 – Algum morador participa de alguma associação, ONG, Movimento Social**

Entre os entrevistados que afirmaram participar de alguma forma de associação, verificou-se que estão, geralmente, associados às principais cooperativas presentes em suas cidades/regiões, com foco nas produções de cana, frutas cítricas, flores, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros. Há, ainda, outras formas de associação, tais como movimentos religiosos e ONGs, com pouca incidência

No Quadro 242, a seguir, estão listadas as cidades pesquisadas e suas respectivas cooperativas, associações e sindicatos, bem como movimentos religiosos e ONGs citados em entrevista pela comunidade da AID.

**Quadro 242 – Lista de Organizações Sociais citadas durante as entrevistas realizadas na AID.**

Município	Associação que participa	Endereço	Contato de telefone
Analândia	Cooperativa de Produtores Rurais - Cooper Citrus	Praça Barão do Rio Branco, nº 9, Centro - CEP: 14.700-129- Bebedouro, SP ( <b>matriz</b> )	(17) 3344-3000
	*Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo - Cooplacana	Av. Com. Luciano Guidotti, 1937. Bairro Jd. Caxambú. Piracicaba – SP. CEP: 13425-000 ( <b>matriz</b> ).	(19) 3401-2200
	Unicitrus	-	-
	* Cooperativa de Cosmópolis	-	-
	Admissão de Associados de Holambra – SICRE	Av. Doutor Fernando Arens, 725 – Stein. Artur Nogueira I SP	(19) 3877-5193

## LT 500 kV Marimbondo II - Campinas e Subestações Associadas

*Diagnóstico Ambiental*

Município	Associação que participa	Endereço	Contato de telefone
Cajobi	*Associação Brasileira de Citricultores – Associtrus	Rua Coronel Conrado Caldeira, 391 – Centro. CEP: 14701-000 - Bebedouro/SP	Tel: (17) 3343-5180 Fax: (17) 3343-5710
	*Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar – Conaf	Rua Francisco de Paula, 445 - Jd. Novo Lar CEP: 14.701.080 - Bebedouro - SP	(17) 3343-7848 / 3343-7929
	*Coopercana dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo	Avenida Nelo Calisse, nº 267. Severínia – SP.	(17) 3817-3100
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Descalvado	R. Vinte e Quatro de Outubro, 630, Descalvado - SP, 13690-000	(19) 3583-1813
Holambra	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Flores e Plantas ou Cooperativa Agrícola de Pequenos Produtores Rurais – Cooperplantas	Av. Rota dos Imigrantes , 2432 - Bloco 2 / Sala 1 – Centro. CEP 13.825-000 - Holambra - SP - Brasil	(19) 3802-2802 / (19) 3802-4448
	Associação Brasileira do Agronegócio de Flores e Plantas	Rodovia SP 107, Km 27, Santo Antonio De Posse - Sp -Cep: 13.830-000. Cooperativa Veiling Holambra -Asa 4- Sala 98	(19)3802-7223 Celular:(19)7815-8891
	Cooperativa Agroindustrial Holambra	Rodovia Raposo Tavares, km 256 - Caixa Postal 382 - Campos de Holambra Paranapanema - SP / 18725-000	(14) 3769-9500 Fax: (14) 3769-1101
	Associação Produtores Flores Ornamentais Holambra	Rua Rota dos Imigrantes, 0. Holambra-SP, CEP: 13825-000	(11) 3802-2802
	Cooperativa Agropecuária de Insumos Holambra	Rodovia SP 107 - Km 30. Bairro Borda da Mata. Caixa Postal 411 - Holambra / SP. CEP: 13.825-000.	(19) 3802-8200
	Associação de moradores do fundão, Holambra	Estrada Municipal, HBR – 323.	-
Icém	Sindicato dos Produtores Rurais de Icém	Rua Ovidio Custodio Morei 888, Icém - São Paulo. CEP: 15460-000	(17) 3282-2716
Leme	Cooperativa Agrícola Mista de Leme - Cooperleme	Praça Manoel Leme,n140. Centro,Leme- SP.	(19) 3571-4156
Monte Alto	Associação da Igreja Santa Cruz	-	-
	Sindicato Rural de Monte Alto	R. Quinze de Maio, 441, Monte Alto - SP, 15910-000	(16) 3242-1387
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	R. Américo Brasiliense, 460, Olímpia - SP, 15400-000	(17) 3279-7567
Paraíso	*Coopercitrus Catanduva (filial)	RUA BOTUCATU, 105. Centro - SP. CEP 15803015.	(17)3531-3500. Fax: (17)3522-1995
	*Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva	R Amazonas, 361. Centro - Catanduva/SP. CEP: 15.800-050	(17) 3522-2191 (17) 3524-4277

Município	Associação que participa	Endereço	Contato de telefone
	*Associação dos Fornecedores de Cana de Catanduva – AFCRC	R. Antônio Girol, 150. Catanduva - SP, 15807-000	(17) 3522-6099
	Maçonaria	-	-
	APAE	-	-
São Carlos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Rua Sete de Setembro, 2364, Vila Faria. São Carlos -SP.	(16) 3371-0140
Severínia	* Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo – CANAOESTE	Rua Pio Duffles, 532. Cep: 14.160-000. Sertãozinho - SP	(16) 3946-3300
Vista Alegre	Sindicato Rural	R. João Ricardo de Melo, 54. Vista Alegre do Alto - SP, 15920-000.	(16) 3287-7711

\*Estas cooperativas, embora localizadas em outros municípios, foram citadas nestes municípios pelos entrevistados.

Fonte: trabalho de campo, 2014.

Não obstante hoje as formas de associativismo representem melhores possibilidades para os agricultores, como a própria estatística demonstrou, os níveis de associativismo nas regiões pesquisadas são baixos. E em algumas cidades inexistente.

A maioria dos entrevistados, quando perguntados sobre a existência de lideranças locais, não soube identificar, primeiramente, de que se tratava uma liderança local. A despeito disso, algumas lideranças foram identificadas, nas cidades relacionadas no Quadro 243, a seguir.

**Quadro 243 – Lideranças locais identificadas.**

Município	Liderança	Quantidade de Indicação
Altair	Luís (Fazenda Vista Alegre)	1
Analândia	Prefeito	1
Artur Nogueira	Lorivaldo	2
	Osmar Cândido Alves (mora no Bairrinho)	1
Cajobi	Cati (Casa da Agricultura)	2
	José Menézio	1
	Alvanio Sandrini (Hospital do câncer e outros eventos)	1
	Lourdes (dona da autoescola)	1
Descalvado	Celso Dituri (vizinho)	1
	Herman Hofman	1
	Vereador Rissi	1
Holambra	Adriano Vanoije	2
	Lourivaldo	2
Icém	Demerval Ribeiro	1
	Prefeita Juliana	1
	Ricardo Pereira	1
	Antônio de Oliveira	1
Monte Alto	José Carlos Bento	1
	Lairton Infante	1

Município	Liderança	Quantidade de Indicação
Olímpia	José Francisco da igreja do bairro Bela Vista	1
Pirangi	Casa da Lavoura	2
	Pedro José Guirado ((17)98147-2919)	1
São Carlos	Agrildos (fazenda produtora de leite)	1
Vista Alegre do Alto	José Carlos Bento	1

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

### 7.3.3.10 Análise integrada da AID

Os fatores ambientais da socioeconomia dizem respeito, principalmente, a aspectos de crescimento populacional e ao uso e ocupação de áreas próximas ou no entorno direto do eixo principal da LT Marimondo II – Campinas e Subestações Associadas.

A Área de Influência Direta do empreendimento agrega propriedades da zona rural de 33 municípios instalados no estado de Minas Gerais e São Paulo, em maior medida. Diante dos dados populacionais apresentados, constata-se que o crescimento vegetativo da área é estável e, pode-se dizer, com tendência a alcançar índices negativos. Como ponto de relevância vale destacar que o aglomerado ocupacional é disperso em toda a área da AID, acentuando-se em áreas pontuais próximas às zonas urbanas com maior desenvolvimento social e econômico.

A ocupação do entorno é majoritariamente rural, alternando entre áreas de uso agrícola e áreas de formação florestal e/ou campestre. As áreas de uso agrícola possuem características de plantio de grande porte e em parte são destinadas à subsidiar indústrias sucroalcooleiras ou indústrias de alimentos/sucos instaladas na região. Estas propriedades fazem uso de maquinários de alta tecnologia e desempenho, podendo sofrer alguma restrição de uso e/ou produção nas áreas mais próximas à LT.

Ainda com relação à ocupação e/ou uso do solo do entorno do empreendimento existem rodovias de ligação indireta com o empreendimento, sendo estas estradas vicinais ou estradas federais ou estaduais, cuja movimentação de veículos de pequeno, médio e grande porte é acentuada – em menor medida nas estradas vicinais.

Em síntese, há estabilidade populacional da AID do estudo, devendo esta receber maior atenção no caso de sobrecarga de veículos, população flutuante (visitantes), população residente (principalmente no quesito de especulação imobiliária, saneamento básico e fortalecimento de infraestrutura social, tal como restaurantes, pousadas e outros) e interferência com outros empreendimentos previstos na região, tal como duplicação de



estradas, instalação de gasodutos e outros empreendimentos de grande porte que eventualmente podem interferir na segurança de operação da LT.

## 7.4 Referências Bibliográficas

AB' SABER, A.N. Os domínios morfoclimáticos na Américado Sul. Primeira aproximação. Geomorfologia (Inst. Geogr.Univ. S. Paulo) 52: 1-21.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Fórum Nacional de Normatização NBR-9897 - Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores. Resíduos Sólidos. 1987a. 18p.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Fórum Nacional de Normatização NBR-9898 - Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores. 1987b. 34p.

ABOARRAGE A.M. & LOPES R. da C. Projeto A Borda Leste da Bacia do Paraná: integração geológica e avaliação econômica. Porto Alegre : DNPM/CPRM, 1986. 18 v.

ACOMPANHAMENTO BRASILEIRO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Indicadores do Milênio ao seu Alcance. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/>>. Acesso em: 05.06.2014.

AGOSTINHO, A.A.; THOMAZ, S.M.; GOMES, L.C. Conservação da biodiversidade em águas continentais do Brasil. Megadiversidade, Curitiba, v.1, nº1, p.70-78, 2005.

ALHO, C. J. R. & MARTINS, E. S. 1995. De grão em grão o Cerrado perde espaço: Impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF.

ALMEIDA, F. F. M.; MELO, M. S. A. Bacia do Paraná e o vulcanismo mesozóico. In: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, São Paulo: IPT, 1981, v.1, p.46-81. Escala 1:500.000.

ALMEIDA, F.F.M. E BARBOSA, O. 1953. Geologia das quadrículas de Piracicaba e Rio Claro, Estado de São Paulo. Bol. DNPMIDGM, 143: 96p.

ALMEIDA, F.F.M.; HASUI, Y. 1984. O embasamento da Plataforma Sul Americana. In: O Precambriano do Brasil, p. 1-5. Ed. Edgard Blucher, São Paulo, 378p.



ALVES-COSTA, P. ETEROVICK, P. C. 2007. Seed dispersal services by coatis (*Nasua nasua*, Procyonidae) and their redundancy with other frugivores in southeastern Brazil. *Acta Oecologica* 32: 77–92.

AMARAL, G.; CORDANI, U. G.; KAWASHITA, K.; REYNOLDS, J. H. Potassium-argon dates of basaltic rocks from Southern Brazil. *Geochimica et Cosmochimica Acta*, Oxford, v. 30, n. 2, p. 159-189, 1966.

ANDRADE, F.R.D. O Complexo Granitóide São Roque (SP): petrografia, litoquímica e tipologia do zircão. Instituto de Geociências/Universidade Estadual Paulista, Rio Claro Dissertação de Mestrado, p.156, (1993).

ANDRADE, L. A. de et al. da cobertura de duas fitofisionomias... Análise da cobertura de duas fitofisionomias de Caatinga, com diferentes históricos de uso no município de São João do Cariri, Estado da Paraíba. *Cerne*, Lavras, v. 11, n. 3, p. 253-262, jul./set. 2005.

ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP III – APG. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG I. *Botanical Journal of the Linnean Society*. 2009.

ARAUJO, C.O. and S.M. ALMEIDA-SANTOS. 2011. Herpetofauna de um remanescente de cerrado no estado de São Paulo, sudeste do Brasil, *Biota Neotropica* 11(3): 47-62.

ARAUJO, C.O., CORRÊA-FILHO, D.T. & SAWAYA, R.J. 2010. Snake assemblage of Estação Ecológica de Santa Bárbara, SP: a Cerrado remnant in Southeastern Brazil. *Biota Neotrop.* 10(2): <http://www.biotaneotropica.org.br/v10n2/en/abstract?inventory+bn01410022010>.

ARRUDA, M.B. (org.). *Ecosistemas brasileiros*. Brasília: Edições IBAMA, 2001. 49p.

ASHCAR, R., *Recomendações e Informações Técnicas sobre Fundações de Linhas de Transmissão*. VIII Encontro Regional Latino-Americano da Cigré, ERLAC. Foz do Iguaçu, Paraná, 1999.

ASSINE, M. L.; SOARES, P. C.; MILANI, E. J. Seqüências tectono-sedimentares mesopaleozóicas da Bacia do Paraná. *Revista Brasileira de Geociências*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 77-89, 1994.

ASSUMPCAO, M. ; BERROCAL, J. ; ANTEZANA, R. ; DIAS NETO, C. M. ; ORTEGA, R. ; FRANCA, H. ; VELOSO, J.A.V. Sismicidade do Brasil.. IAG/USP/CNEM, 2000. 320 p.

ASSUMPÇÃO, M.; BARBOSA, J. R; BERROCAL, J; BASSINI, A. M.; VELOSO, J. A. V; MÂRZA, V. I.; HUELSEN, M. G; RIBOTTA, L. C. Rev. Bras. Gef. Vol.15 no2 São Paulo, 1996.

AZEVEDO K.L. 2009. Fósseis registrados na Bacia Bauru, Cretáceo Superior do Brasil: um levantamento bibliográfico. Monografia de conclusão de Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná. 75 p.

AZEVEDO, S. A., GALLO, V. & FERIGOLO, J. A Possible Chelonian Egg from the Brazilian Late Cretaceous. Anais da Academia Brasileira de Ciências. v. 72. n. 2 .p. 187-193, 2000.

BARBOUR, M.T. et al. Rapid bioassessment protocols for use in streams and wadeable rivers: periphyton, benthic macroinvertebrates and fish. 2. ed. EPA 841-B-99-002. Washington, D.C.: EPA, 1989.

BARROS, R.M.; *et al.* Influência dos fatores climáticos (umidade relativa do ar e temperatura) sobre a atividade de mosquitos antropofílicos (Culicidae: Diptera) em fragmento de Mata Atlântica no Sul do Brasil. nais do IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009.

BECKER, M. & DALPONTE, J. C. 1991. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, DF. 180p.

BERROCAL, J. ASSUMPCAO, M. ANTEZANA, R. DIAS NETO, C. M. ORTEGA, R. FRANCA, H. Seismic Activity in Brazil in period 1560-1980. Earthq. Predic. Res., v. 2, p. 191-208, 1984.

BERTOLUCI, J. & RODRIGUES, M.T. 2002. Utilização de habitats reprodutivos e micro-habitats de vocalização em uma taxocenose de anuros (Amphibia) da Mata Atlântica do sudeste do Brasil. Pap. Avul. Zool. 42(11):287-297.

BERTOLUCI, J., BRASSALOTI, R.A., RIBEIRO JR., J.W., VILELA, V.M.F.N. & SAWAKUCHI, H.O. 2007. Species composition and similarities among anuran assemblages of forest sites in southeastern Brazil. Sci. agric. 64(4):364-374.

BERTOLUCI, J.A. 2001. Anfíbios anuros. In Intervalos: fundação para a conservação e produção florestal do estado de São Paulo (C. Leonel, ed.). Editora Secretaria do Meio Ambiente; Fundação Florestal, São Paulo, p.159-168.

BETINI, G.S. 2001. Amostragem de aves por pontos numa floresta estacional semidecidual, São Paulo, Brasil. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

BIAREZ, J., BARRAUD, Y. – The Use of Soil Mechanics Methods for Adapting Tower Foundations to Soil Conditions. Technical Report 22-06 CIGRÉ, Paris, 1968.

BICUDO, C.E.M. (org.) & BICUDO, D.C. (org.). Amostragem em Limnologia. 1. ed. São Carlos: Rima, 2004. v. 1. 253 p.

BIODIVERSITY HOTSPOTS. 2010. acesso em [http://www.conservation.org/where/priority\\_areas/hotspots/Pages/hotspots\\_main.aspx](http://www.conservation.org/where/priority_areas/hotspots/Pages/hotspots_main.aspx)

BONA, A.C.D. & NAVARRO-SILVA, M.A. Diversidade de Culicidae durante os períodos crepusculares em bioma de Floresta Atlântica e paridade de Anopheles cruzii (Diptera: Culicidae). Revista Brasileira de Zoologia 25:40-48, 2008.

BONVICINO, C. R.; OLIVEIRA, J. A.; D'ANDREA, P. S. 2008. Guia dos Roedores do Brasil com chaves para gêneros baseadas em caracteres externos. Rio de Janeiro: Centro Pan-Americano de Febre Aftosa-OPAS/OMS.

BORGES, P. A. & TOMÁS, W. M. 2004. Guia de rastros e outros vestígios do Pantanal. Embrapa Pantanal, Corumbá, MS. 139p.

BOUCHARD J., R. Guide to Aquatic Invertebrates of the Upper Midwest: Identification Manual for Students, Citizen Monitors, and Aquatic Resource Professionals. St. Paul, MN: Water Resources Center, University of Minnesota, 2004.

BRAGA, I.A. & VALLE, D. Aedes aegypti: histórico do controle no Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde 16: 113-118, 2007.

BRANDT NETO, M. 1984. O Grupo Bauru na região centro-norte do Estado de São Paulo. São Paulo, 2v. (Tese de Doutorado).

BRESSAN, P.M., KIERUFF, M. C. M. e SUGIEDA, A. M. 2009. Fauna ameaçada de extinção no estado de São Paulo – vertebrados. Governo do estado de São Paulo; Fundação Parque Zoológico de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

BROCADO, C. R., RODARTE, R., BUENO, R. S., CULOT, L, e GALETTI, M. 2012. Mamíferos não voadores do Parque Estadual Carlos Botelho, Continuum florestal do Paranapiacaba. *Biota Neotropica*, 12 (4): 198 -207.

BRUNA, E. M., GUIMARÃES, J. F., LOPES, C. T., DUARTE, P., GOMES, A. C. L., BELENTANI, S. C. S., PACHECO, R., FACURE, K. G., LEMOS, F. G., e VASCONCELOS, H. L. 2010. Mammalia, Estação Ecológica do Panga, a Cerrado protected área in Minas Gerais state, Brazil. *Check List*. 6 (4): 668 – 675.

BUDOWSKI, G. The distinction between old secondary and climax species in tropical central american lowland rainforest. *Tropical Ecology, Varanas*, v. 11, p. 44-48, 1970.

CABRAL JUNIOR, M., GAMBA, C.T.C., TANNO, L.C., ALMEIDA, A.S., Proposta metodológica para identificação e caracterização de fontes de suprimento de matérias-primas minerais: aplicação na indústria de cerâmica vermelha do médio rio Tietê-SP. *Revista de Geociências*. vol.31.no.2. São Paulo, 2012.

CADLE, J.E. & H.W. GREENE. 1993. Phylogenetic patterns, biogeography and the ecological structure of neotropical snake assemblages, p. 281-293. In: R.E. RICKLEFES & D. SCHLUTER (Eds). *Species diversity in ecological communities. Historical and geographical perspectives*. Chicago, University of Chicago Press, 414p.

CALAÇA, A. M. 2009. A utilização da paisagem fragmentada por mamíferos de médio e grande porte e sua relação com a massa corporal na região do entorno de Aruanã, Goiás. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

CALAÇA, A. M., MELO, F. R., DE MARCO-JR, P., JÁCOMO, A. T. A., SILVEIRA, L. 2010. A influência da fragmentação sobre a distribuição de carnívoros em uma paisagem de cerrado. *Neotropical Biology and Conservation*, v.5, n. 1, p. 31-38

CALLISTO, M. & GONÇALVES JÚNIOR, J.F. 2002. A vida nas águas das montanhas. *Ciência Hoje*, 31 (182): 68 – 71.

CALLISTO, M. et al. 2005. Biodiversity assessment of benthic macroinvertebrates along a reservoir cascade in the lower São Francisco River (Northeastern Brazil). *Braz. J. Biol.*, 65(2): 229 – 240.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAS. Plano Diretor. Disponível em: [http://www.saema.com.br/files/lei\\_3901.pdf](http://www.saema.com.br/files/lei_3901.pdf). Acesso em: 12 de setembro de 2009.

CÂMARA, I, G. Breve história da conservação da Mata Atlântica. Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.: Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo e Conservação Internacional, Belo Horizonte, p. 31-42, 2005.

CÂMARA, T.; MURTA, R. 2007. Quadrilátero Ferrífero: biodiversidade protegida-CVRD. Belo Horizonte. 199p.

CAMPOS, H. C. N. S. Caracterização e cartografia das províncias hidrogeoquímicas do Estado de São Paulo. 1993. 117 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CANALE, G. R., PERES, C. A., GUIDORIZZI, C. E., GATTO, C. A. F., KIERULFF, M. C. M. 2012. Pervasive Defaunation of Forest Remnants in a Tropical Biodiversity Hotspot. PLoS ONE 7(8): e41671. doi:10.1371/journal.pone.0041671.

CARNEIRO, C.D.R. 2000. As cavas de ouro históricas do Jaraguá. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil [<http://sigep.cprm.gov.br/sitio035/sitio035.pdf>].

CARVALHO, I. S. A Bacia Bauru. In: BRITO, I.M. Geologia Histórica. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2000. p. 168-177.

CASAGRANDE, Elton Eustáquio; PAIVA, Claudio César. A ECONOMIA DA REGIÃO CENTRAL: uma visão abrangente. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/Economia/NECEE\\_CONJUNTURA\\_REGIAOcentral\\_Elton-Claudio.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/Economia/NECEE_CONJUNTURA_REGIAOcentral_Elton-Claudio.pdf)> Acesso em:27.08.14.

CAVARZERE, V., MORAES, G.P. & DONATELLI, R.J. 2009. Diversidade de aves em uma mata estacional da região centro-oeste de São Paulo, Brasil. Rev. Bras. Bioc. 7(4):364-367.

CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. – CETEC. Determinação de equações volumétricas aplicáveis ao manejo sustentado de florestas nativas no estado de Minas Gerais e outras regiões do país: relatório final. Belo Horizonte, 1995.

CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Análises Físico-Químicas para Controle de Estações de Tratamento de Esgotos. São Paulo-SP. CETESB, 1977.

CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Qualidade das águas superficiais no estado de São Paulo 2012. (Recurso eletrônico). São Paulo: CETESB,

2013. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/agua/aguas-superficiais/35-publicacoes/-relatorios>>. Acesso em: abril/2014.

CETESB. COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de qualidade das águas subterrâneas do estado de São Paulo: 2007-2009. São Paulo: CETESB, 2010. 258 p.

CHAHUD A. 2011. Geologia e paleontologia das formações Tatuí e Irati no centro-leste do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geoquímica e Geotectônica, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 299 p.

CHAHUD, A.; PETRI, S. 2009. Sarcopterygii do Topo da Formação Tatuí e Base da Formação Irati, Permiano, São Paulo, Brasil. *Revista UnG Geociências*, 8: 39-46.

CHANG HUNG KIANG, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA, ALEXANDRE CAMPANE VIDAL. 2003. Aspectos Hidrogeológicos e Hidroquímicos das regiões dos municípios de Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Itapira no Estado de São Paulo. p. 63-73.

CHAO, A., MA, M. C., & YANG, M. C. K. 1993. Stopping rules and estimation for recapture debugging with unequal failure rates. *Biometrika* 80, 193-201.

CHAPMAN, C. A., & PERES, C. A. 2001. Primate conservation in the new millennium: the role of Scientists. *Evolutionary Anthropology* 10: 16-33.

CHAPMAN, D.C. 1992. Water quality assessments: a guide to the use of biota, sediments, and water in environmental monitoring. UNESCO, WHO, UNEP, Chapman and Hall, London, 585 p.

CHIARELLO, A. G. 1999. Effects of fragmentation of the Atlantic forest on mammal communities in south-eastern Brazil. *Biological Conservation* 89: 71–

CHIARELLO, A. G. 2000. Density and population size of mammals in remnants of Brazilian Atlantic Forest. *Conservation Biology* 14: 1649–1657.

CHIARELLO, A. G. 2003. Primates of the Brazilian Atlantic Forest: the influence of forest fragmentation on survival. In: L. K. Marsh (Ed.), *Primates in fragments*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers. 99-122 pp.

CHIARELLO, A.G.; AGUIAR, L.M. de S.; CERQUEIRA, R.; MELO, F.R.; RODRIGUES, F.H.G.; SILVA, V.M.F. da. Mamíferos. In: MACHADO, A., DRUMMOND, G. M. e PAGLIA, A. P.

(editores). Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. 1a. ed. Brasília, DF, Belo Horizonte, MG: MMA e Fundação Biodiversitas, 2008. Vols. I e II.

CHIQUITO, E. A., & PERCEQUILLO, A. R. 2009. Myrmecophaga tricytla in: BRESSAN, P.M., KIERULFF, M. C. M. e SUGIEDA, A.M. 2009. Fauna ameaçada de extinção no estado de São Paulo – vertebrados. Governo do estado de São Paulo; Fundação Parque Zoológico de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

CLIPTVNEWS. Disponível em: <  
[http://www.cliptvnews.com.br/amplia\\_video.php?id\\_noticia=2186](http://www.cliptvnews.com.br/amplia_video.php?id_noticia=2186)> Acesso em:28.08.14.

COLWELL, R. K. & CODDINGTON, J. A. 1994. Estimating terrestrial biodiversity through extrapolation. Phil. Trans. R. Soc. Lond. B. 345: 101-118.

COLWELL, R. K. 2004. EstimateS: Statistical estimation of species richness and shared species from samples. Version 7. User's Guide and application published at: <http://purl.oclc.org/estimates>. 2004.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, n. 53, 18 mar. Seção 1, p. 58, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA. Resolução nº 301, de 11 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cfbio.gov.br/resolucoes-cfbio/145-resolucao-no-301-de-8-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: ?

CONSOLI R.A.G.B., MENDES N.M., PEREIRA J.P., SANTOS B.S. & LAMOUNIER M.A. Influência de diversos derivados de vegetais na sobrevivência das larvas de Aedes fluviatilis (Lutz) (Diptera: Culicidae) em laboratório. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz 83:87-93, 1988.

CONSOLI, R.A.G.B. & LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R. Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil. Editora Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 228p, 1994.

CONTI, J.B. Circulação secundária e efeito orográfico na gênese das chuvas na região nordeste paulista. São Paulo: IGEOG, 1975.

CONTI, J.B. e FURLAN, S.A. "Geoecologia. O clima, os solos e a biota". In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.



COPAM. Deliberação Normativa COPAM Nº 147, 30 de abril de 2010: Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna do Estado de Minas Gerais. 2010.

COSTA, L. P., LEITE, Y. L. R., MENDES, S. L. e DITCHFIELD, A. D. 2005. Conservação de Mamíferos no Brasil. *Megadiversidade*.1 (1): 103-112.

COUTINHO, L.M. 1978. O conceito de cerrado. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v. 1, p. 17-23.

COUTINHO, L.M. Cerrado por Leopoldo Magno Coutinho. 2000. Disponível em:<<http://eco.ib.usp.br/cerrado>>. Acesso em 13 de junho de 2010.

COUTINHO, L.M. O bioma do Cerrado. 2002. In: KLEIN, A.L. (org.) *Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado. 156 p.

COUTO, RD. 2008. Malária autóctone notificada no Estado de São Paulo: aspectos clínicos e epidemiológicos de 1980 a 2007. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da USP.

CUARÓN, A. D. 2000. Effects of land-cover changes on mammals in a neotropical region : a modeling approach. *Conservation Biology* 14: 1676–1692.

CUTOLO, A.A.; CAMARGO, D.A. & ZUBEN C.J.V. 2009. Novos registros de *Lutzomyia longipalpis* (Lutz & Neiva, 1912) (Diptera: Psychodidae) na região Centro-Leste. *Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária* 18: 62-65, 2009.

DAEE - Departamento De Águas E Energia Elétrica. Estudo de águas subterrâneas - Região Administrativa 6 - Ribeirão Preto. São Paulo: DAEE, 1974. 4 v.

DAEE - Departamento De Águas E Energia Elétrica.. Estudo de Águas Subterrâneas - Regiões Administrativas 10 e 11 - Presidente Prudente e Marília. São Paulo: DAEE, 1979. v.1 e 2.

DAEE;IG;IPT;CPRM (São Paulo), 2005. Mapa de águas subterrâneas do estado de São Paulo: escala 1:1.000.000: nota explicativa. São Paulo: DAEE: IPT: IG: CPRM, 3 v.

DALPONTE, J. C. 2003. História natural, comportamento e conservação da raposa-do-campo, *Pseudalopex vetulus* (Canidae). Tese (Doutorado em Biologia Animal). Universidade de Brasília. 179p.

DALPONTE, J. C. 2009. *Lycalopex vetulus* (Carnivora: Canidae). *Mammalian Species*, 847: 1-7.

DAPE. Disponível em: <<http://www.dape.com.br/araras/Pages/pemp.htm>> Acesso em: 27.08.14.

DE MARTONNE. L'indice d'aridité. *Bull. Assoc. Géogr. Françaises*: 3-5, 1926.

DERBY, A.O., 1896. Nota sobre a geologia e paleontologia de Matto-Grosso. *Archivos do Museu Nacional*, 9:59-88.

DEVELEY, P & E. ENDRIGO (2005) *Aves da Grande São Paulo*. Editora São Paulo.

DI BITETTI, M. S., DE ANGELO, C. D., DI BLANCO, Y. E., PAVIOLO, A. 2010. Niche partitioning and species coexistence in a Neotropical felid assemblage. *Acta Oecologica* 36: 403–412.

DOTTA, G. & VERDADE, L. M. 2007. Trophic categories in a mammal assemblage: diversity in a agricultural landscape. *Biota Neotropica*, 7(2): 287-292.

DUARTE, J. M. B. & VOGLIOTTI, A. 2009. *Mazama americana* in: BRESSAN, P. M., KIERULFF, M. C. M. e SUGIEDA, A. M. 2009. *Fauna ameaçada de extinção no estado de São Paulo – vertebrados*. Governo do estado de São Paulo; Fundação Parque Zoológico de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

EITEN, G. The cerrado vegetation of Brazil. *Botanical Review*, New York, v. 38, n. 2, p. 201-341, 1972.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. - Brasília:

EMMONS, L. H., & FEER, F. 1997. *Neotropical Rainforests Mammals. A Field Guide*, Second Edition. The University of Chicago Press, Chicago. 307 p.

EPA. *Monitoring and assessing water quality*. 2007. Disponível em: <http://www.epa.gov/owow/monitoring/>. Acesso em: mar/2011.

ESTEVES, F.A. 1998. *Fundamentos de limnologia*. 2a Ed., Rio de Janeiro, Interciência/FINEP.

FACULDADE DE MONTE ALTO. Disponível em: < <http://fan.edu.br/sobre/monte-alto/>>  
Acesso em:27.08.14.

FAHRIG, L. & MERRIAM, G. 1994. Conservation of Fragmented Populations. *Conservation Biology* 8: 50–59.

FAHRIG, L. 2003. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics* 34: 487–515.

FELFILI, J. M., EISENLOHR, P. V.; MELO, M. M. R, F., Andrade, L.A., Meira-Neto, J.A.A. 2011. *Fitossociologia no Brasil Métodos e estudos de caso*. Viçosa, MG: Ed. UFV. 556 p.

FERNANDES L.A. 1998. Estratigrafia e evolução geológica da parte oriental da Bacia Bauru (Ks, Brasil). Inst. de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Doutorado, 216 p.

FERNANDES, A. C. S. & CARVALHO, I. S. Invertebrate Ichnofossils From The Adamantina Formation (Bauru Basin, Late Cretaceous), Brazil. *Revista Brasileira de Paleontologia*.v. 9. n. 2. p.211-220, Maio/Agosto 2006.

FERNANDES, A.C.S.; CARVALHO, I. DE S.; NETO, R.G., 1987. Comentários sobre os traços fósseis do paleolago de Itu, São Paulo. In: Simpósio Regional de Geologia, 6, Rio Claro, 1987, Sociedade Brasileira de Geologia, Núcleo São Paulo. Anais, vol. 1, p.297-311.

FERNANDES, A.J.; PERROTTA, M.M.; SALVADOR, E.D.; AZEVEDO, S.G.; GIMENEZ FILHO, A.; STEFANI, F.L.; PAULON, N. Aqüíferos Fraturados. In: Governo Do Estado De São Paulo, Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo em 1:1.000.000 . DAEE/IG-SMA/IPT/CPRM, São Paulo. Nota explicativa. 2005.

FERNANDES, L. A. A cobertura cretácea suprabasáltica no Paraná e Pontal do Paranapanema (SP): os grupos Bauru e Caiuá. 1992. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERNANDES, L. A. Mapa litoestratigráfico da parte oriental da Bacia Bauru (PR, SP, MG), escala 1:1.000.000. *Boletim Paranaense de Geociências*, n. 55, p. 53-66, 2004. Editora UFPR. 53. 2004.

FERNANDES, L. A.; CASTRO, A. B.; BASILICI, G. Seismites in continental sand sea deposits of the Caiuá Desert, Bauru Basin, Brazil. *Sedimentary Geology*, Amsterdam, v. 199, p. 51-64, 2007. In: MILANI, E.J.; MELO, J.H.G.; SOUZA, P.A.; FERNANDES, L.A. & FRANÇA, A.B.

2007. Bacia do Paraná. Boletim de Geociências da PETROBRÁS, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.265-287.

FERNANDES, L. A.; COIMBRA, A. M. 2000. Revisão estratigráfica da parte oriental da Bacia Bauru (Neocretáceo). Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 723-734, 2000.

FERNANDES, L. A.; COIMBRA, A. M. A cobertura cretácea suprabasáltica no Estado do Paraná e Pontal do Paranapanema (SP): os grupos Bauru e Caiuá. In: Congresso Brasileiro De Geologia, 37., 1992, São Paulo. Boletim de Resumos Expandidos. São Paulo: SBG, 1992. v. 2, p. 506-508.

FERNANDES, A.J., PERROTTA, M.M., SALVADOR, E.D., AZEVEDO, S.G., GIMENEZ FILHO, A., Paulon, N. - Potencial dos aquíferos fraturados do estado de são paulo: condicionantes geológicos. Águas Subterrâneas, v.21, n.1, p.65-84, São Paulo, 2007.

FIORI, A. M.; FIORAVANTI, C. Viabilidade de Conservação dos Remanescentes de Cerrado do Estado de São Paulo. Edição 63 - Abril de 2001 - <http://revistapesquisa.fapesp.br/2001/04/01/os-caminhos-para-salvar-o-cerrado-paulista/#st.hash.Qu1t5Hgt.dpuf>

FONSECA, G. A. B., ROBINSON, J. G. 1990. Forest size and structure : competitive and predatory effects on small mammal communities. Biological Conservation 53: 265–294.

FORATTINI, O.P. Culicidologia Médica. São Paulo, EDUSP, 864p, 2002.

FRAGA C.G. 1986. Introdução ao zoneamento do Sistema Aquífero Serra Geral no Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, USP, 125 p.

FRAGOSO, J. M. V., & HUFFMAN, J. M. 2000. Seed-dispersal and seedling recruitment patterns by the last neotropical megafaunal element in Amazonia, the tapir. Journal of Tropical Ecology, v.16, p. 369-385.

FÚLFARO, V. J.; STEVAUX, J. C.; SOUZA-FILHO, E. E.; BARCELOS, J.H. 1984. A Formação Tatuí (P) no Estado de São Paulo. In: XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geologia. Anais...(2): 711-723.

FULFARO, V.J.; Saad, A.R.; Santos, M.V.; Vianna, R.B. 982. Compartimentação e evolução tectônica da Bacia do Paraná. Rev. Bras. Geoc., 12:590-611.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Biblioteca Virtual. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>>. Acesso em: 04.06.2014.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em 04.06.2014.

FURNAS. Especificações para elaboração de projetos de fundações de linhas de transmissão - EP-5029. FURNAS – Centrais Elétricas S.A. - 06/2003.

GAUSSEN, H. et BAGNOULS, F. L'indice xérothermique. Annales de Géographie: 193-220, 1957.

GEOBANK - CPRM - <http://geobank.sa.cprm.gov.br/>

GIARETTA, A.A., FACURE, K.G., SAWAYA, R.J., MEYER, J.H.M. & CHEMIN, N. 1999. Diversity and abundance of litter frogs in a montane Forest in southeastern Brazil: seasonal and altitudinal. *Biotropica* 31(4):669-674.

GIARETTA, A.A.; MENIN, M.; FACURE, K.G.; KOKUBUM, M.N.C.; OLIVEIRA FILHO, J.C. 2008. Species richness, relative abundance, and habitat reproduction of terrestrial frogs in the Triângulo Mineiro region, Cerrado biome, southeastern Brasil. *Iheringia, Sér. Zool.* 98(2): 181-188.

GOMES, B. Z., MARTINS, F. R., TAMASHIRO, J. Y. Estrutura do cerradão e da transição entre cerradão e floresta paludícola num fragmento da International Paper do Brasil Ltda., em Brotas, SP. *Revista Brasil. Bot.*, V.27, n.2, p.249-262, abr.-jun. 2004

GOMES, M. E. B. 1996. Mecanismos de resfriamento, estruturação e processos pós-magmáticos em basaltos da Bacia do Paraná - Região de Frederico Westphalen (RS), Brasil. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

GOODLAND, R. 1971. A physiognomic analysis of cerrado vegetation of central Brazil, *Journal of Ecology* 59; 411-419.

GORDON JR, M. 1947. Classificação das formações gondwânicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Divisão de Geologia e Mineralogia do DNPM, Rio de Janeiro, Notas Preliminares e Estudos n. 38, 20p.*

GOULART, M.; CALLISTO, M. Bioindicadores de qualidade de água como ferramenta em estudo de impacto ambiental. *R. FAPAM*, v. 2, p. 153 – 164, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo em 1:1.000.000 . DAEE/IG- SMA/IPT/CPRM, São Paulo. Nota explicativa. 2005

GRELLET-TINER, G. & ZAHER, H.: Megaloolithid Eggs of the Bauru Basin and Auca Mahuevo. Papeis Avulsos de Zoologia. v. 47.n.7. p. 105-112, 2007.

HADDAD, C.F.B. & SAZIMA, I. 1992. Anfíbios anuros da Serra do Japi. In História Natural da Serra do Japi: ecologia e preservação de uma área florestal no sudeste do Brasil (L.P.C. Morellatto, ed.). Editora UNICAMP; FAPESP, Campinas, p. 188-211.

HAMMER, Ø., HARPER, D.A.T.; P. D. RYAN. 2001. PAST: Paleontological Statistics Software Package for Education and Data Analysis. Palaeontologia Electronica, v. 4, n.1, 9p, 2001. Disponível em web site:[http://palaeo-electronica.org/2001\\_1/past/issue1\\_01.htm](http://palaeo-electronica.org/2001_1/past/issue1_01.htm) Acesso em: 11 de Agosto de 2014.

HARTMANN, K. 2005. Feline infectious peritonitis. Vet. Clin. N. Am. Small Anim. Pract., v.35, p.39-79.

HARTMANN, M.T. 2004. Biologia reprodutiva de uma comunidade de anuros (Amphibia) na Mata Atlântica (Picinguaba, Ubatuba, SP). Tese de Doutorado,

HENLE, K., DAVIES, K. F., KLEYER, M., MARGULES, C. e SETTELE, J. 2004. Predictors of species sensitivity to fragmentation. Biodiversity and Conservation, v.13, p. 207–251.

HEYER, W.R., RAND, A.S., CRUZ, C.A.G., PEIXOTO, O.L. & NELSON, C.E. 1990. Frogs of Boracéia. Arq. Zool. 31(4):231-410.

HOBBS, R.J. 2001. Synergisms among habitat fragmentation, livestock grazing, and biotic invasions in southwestern Australia. Conservation Biology 15: 1522–1528.

HOLDHAUS, K. (1918). Sobre alguns lamelibranchios fósseis do sul do Brasil. Serviço de Geologia e Mineralogia do Brasil, Monografia 2, 1-24.

HUENE, F. 1931. Verschiedene mesozoische Wierbeltierreste aus Südamerika. Neuen Jahrbuch für Mineralogie, Geologie, Paläontologie, Beil-Bd. 66(B): 181-198, 21 figs.

HUSH, B.; MILLER, C.I.; BEERS, T.W. Forest mensuration. 3 ed. Malabar: Krieger Publishing Company, 1993. 402 p.

IAG/IEE - <http://www.moho.iag.usp.br/portal/events>

IBGE, 2004. Mapas de Biomas e de Vegetação. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: ?

IBGE, 2012. Manual técnico da vegetação brasileira 2ª edição. Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 275p. (Série Manuais Técnicos em Geociências n 1).

IHERING, R. VON, 1911. Fósseis de S. José do Rio Preto (Estado de São Paulo). Revista do Museu Paulista, 8:141-146.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados Agregados. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 04.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150420>>. Acesso em 04.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150420>>. Acesso em 04.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em 05.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em 05.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 1998. Noções Básicas de Cartografia. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas\\_basicas\\_cartografia.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf). Acesso em: 10 de junho 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 2013. Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06.06.2014. Acesso em 06.06.2014.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06.06.2014. Acesso em 06.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Redes e Fluxos do Território. Gestão do Território. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/redes\\_e\\_fluxos\\_do\\_territorio/gestao\\_do\\_territorio/gestao\\_do\\_territorio\\_2014.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/redes_e_fluxos_do_territorio/gestao_do_territorio/gestao_do_territorio_2014.pdf)> Acesso em: 10.07.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Redes e Fluxos do Território. Gestão do Território. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/redes\\_e\\_fluxos\\_do\\_territorio/gestao\\_do\\_territorio/gestao\\_do\\_territorio\\_2014.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/redes_e_fluxos_do_territorio/gestao_do_territorio/gestao_do_territorio_2014.pdf)> Acesso em: 10.07.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: 10.07.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: 10.07.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sala de imprensa. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2404>> Acesso em: 10.07.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sala de imprensa. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2404>> Acesso em: 10.07.2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. Base de Dados: Comércio Exterior. Acesso junho de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo, escala 1:1.000.000. São Paulo: IPT, 1981b. 2v. (Monografias, 5; publicação, 1 183).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Série Histórica por Município (1991 a 2010).

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 08.06.2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Série Histórica por Município (1991 a 2010). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 08.06.2014.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. Gráficos Climatológicos. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/graficosClimaticos>. Acesso em: Agosto, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. Disponível em: <http://www.inpe.br/webelat/homepage/menu/elat/pages.imagens/elat.pesquisa5>.

INTEGRAÇÃO. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=1be23b5a-bf49-48f3-b79e-5b1b5cb57481&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1be23b5a-bf49-48f3-b79e-5b1b5cb57481&groupId=10157)> Acesso em: 21.08.14

IUCN 2014. 2014 IUCN Red List of Threatened Species. Disponível em Web site: [<http://www.redlist.org>]. Acesso em 11 de agosto de 2014.

IVANAUSKAS, N.M., MONTEIRO, R. & RODRIGUES, R.R.2000. Similaridade florística entre áreas de floresta Atlântico estado de São Paulo. Braz. J. Ecol. 1/2: 71-81.

JANASI, V.A., (1999) Petrogênese de granitos crustais na Nappe de Empurrão Socorro Guaxupé (SP-MG): uma contribuição da geoquímica elemental e isotópica. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Livre Docência, 304 p.

JENKINS M. 2008. Prospects for Biodiversity. Science, 1175, 1175–1177.

KREBS, C. J. Ecological Methodology. 2. ed. New York: Benjamin/ Cummings, 581p, 1992.

KRENKEL, P.A. & NOVOTNY, V. 1980. Water Quality Management. Academic Press, New York.

LACERDA, A. C. R., TOMAS, W. M., MARINHO-FILHO, J. 2009. Domestic dogs as an edge effect in the Brasília National Park, Brazil: interactions with native mammals. Animal Conservation 12: 477–487.

LANGE, F. W.; PETRI, S. The Devonian of the Paraná Basin. In: BIGARELLA, J. J. (Ed.). Problems in Brazilian Devonian geology. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1967. p. 5-55. (Boletim Paranaense de Geociências, 21/22).

LEITÃO FILHO, H.F. 1992. A flora arbórea dos cerrados de São Paulo. Hoehnea 19:121-163.

LEITÃO FILHO, H.F. 1994. Diversity of arboreal species in Atlantic rain forest. An. Acad. Bras. Cienc. 66: 91-96.

LE MOS, F.G., FACURE, K.G. & AZEVEDO, F.C. 2011. Comparative ecology of the hoary fox and the crab-eating fox in a fragmented landscape in the Cerrado biome at central Brazil. pp. 143-160. In: Rosalino, L.M. & Gheler-Costa, C. (orgs.). Middle-Sized Carnivores in Agricultural landscapes. New York: Nova Science Publishers, Inc.

LEONARDI, G. 1980. On the discovery of an ichno-fauna (vertebrates and invertebrates) in the Botucatu Formation s.s. in Araraquara, São Paulo, Brazil. Anais da Academia brasileira de Ciências, 52(3): 559-567.

LEONARDI, G.; CARVALHO, I.S. 1999. Jazigo Icnofossilífero do Ouro - Araraquara (SP). In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil [<http://sigep.cprm.gov.br/sitio035/sitio035.pdf>].

LEONARDOS, O.H., 1938. Varvitos de Itu. Mineração e Metalurgia (1938), 12: 221-233.

LIBAULT, A. Geocartografia. São Paulo: Edusp/Nacional, 1975.

LIM, B. K. & ENGSTROM, M. D. 2001. Species diversity of bats (Mammalia: Chiroptera) in Iwokrama Forest, Guyana, and the Guianan subregion: implications for conservation. Biodivers. Conserv. 10: 613-657.

LOPES, M. A. & FERRARI, S. F. 2000. Effects of Human Colonization on the Abundance and Diversity of Mammals in Eastern Brazilian Amazonia. Conservation Biology 14: 1658-1665.

LOSEY JE & VAUGHAN M. The economic value of ecological services provided by insects. BioScience 56:311-323, 2006.

LOURENÇO-DE-OLIVEIRA R., GUIMARÃES A.E., ARLÉ M., SILVA T.F., CASTRO M.G., MOTTA M.A., DEANE L.M. Anopheline species, some of their habits and relation to

malaria in endemic areas of Rondônia State, Amazon Region of Brazil. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz 84: 501-514, 1989.

MACÊDO, J.A.B. de. Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Conselho Regional de Química, 2003.

MACHADO, A., DRUMMOND, G. M. e PAGLIA, A. P. 2008. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. 1a. ed. Brasília, DF, Belo Horizonte, MG: MMA e Fundação Biodiversitas, 2008. Vols. I e II.

MACHADO, C. C. Colheita Florestal. Vicoso: Editora UFV, 2002.

MAGURRAN, A. E. Ecological diversity and its measurement. Princeton: Princeton University Press, 179p., 1988.

MANCUSO, M.; CAMPOS, J.E. Aquífero Bauru. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo em 1:1.000.000 . DAEE/IG-SMA/IPT/CPRM, São Paulo. Nota explicativa. 2005.

MANDAVILLE, S.M. Bioassessment of Freshwaters Using Benthic Macroinvertebrates - A Primer. 1 th. Soil & Water Conservation Society of Metro Halifax. 1999.

MANTOVANI, W. 1990. A dinâmica das florestas de encosta Atlântica. In Anais do II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, São Paulo, p.304-313.

MANTOVANI, W. 1998. Dinâmica da Floresta Pluvial Atlântica. In Anais do IV Simpósio de Ecossistemas Brasileiros. ACIESP Águas de Lindóia, p.1-20.

MARINHO-FILHO, J. & J. VASCONCELLOS-NETO. 1994. Dispersão de sementes de *Vismia cayennensis* (Guttiferae) por morcegos na região de Manaus. Acta Bot. Bras. 8: 87-96.

MARINI, M.A. & GARCIA, F.I. 2005. Conservação de aves no Brasil. Megadiversidade, 1:95-102.

MARQUES, O. A. V.; ETEROVIC, A. & SAZIMA, I. 2001. Serpentes da Mata Atlântica - guia ilustrado para a Serra do Mar. Ribeirão Preto. Holos. 184 p.

MARQUES, O.A.V. & I. SAZIMA. 2004. História natural dos répteis da Estação Ecológica Juréia-Itatins, p. 212-236. In: O.A.V. MARQUES & W. DULEBA (Eds). Estação Ecológica Juréia-Itatins. Ambiente físico, flora e fauna. São Paulo, Holos, 384p.

MARQUES, R. V. & RAMOS, F. M. 2001. Identificação de mamíferos ocorrentes na Floresta Nacional de São Francisco de Paula/Ibama, RS com a utilização de equipamento fotográfico acionado por sensores infravermelhos. *Divulgação do Museu de Ciências e Tecnologia* 6: 83-94.

MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS-NETO, R. G. 2005. Estágio atual da paleoartropodologia brasileira: hexápodes, miriápodes, crustáceos (Isopoda, Decapoda, Eucrustacea e Copepoda) e quelicerados. *Arquivos do Museu Nacional*. 63 (3): 471-494.

MATSUMOTO, P.S.S.; LIMA, J. & CASAGRANDE, B. Leishmaniose visceral no estado de São Paulo: aplicações cartográficas e estatísticas. *Hygeia* 9:195-203, 2013.

MATTOS, N.H.S. & BATEZELLI, A. Fácies e caracterização geoquímica do Grupo Itararé na borda lesta da Bacia do Paraná no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2012.

MEDEIROS-SOUSA, A.R., CERETTI-JUNIOR, W., URBINATTI, P.R., NATAL, D., CARVALHO, G.C., PAULA, M.B., FERNANDES, A., HOMEM DE MELO, M.H.S., OLIVEIRA, R.C., ORICO, L.D., GONÇALVES, E.F.B. & MARRELLI, M.T. Biodiversidade de mosquitos (Diptera: Culicidae) nos parques da cidade de São Paulo I. *Biota Neotropica*, v. 13, p. 317-321, 2013.

MELO, A. S. Diversidade de macroinvertebrados em riachos. In: Cullen Jr., L., Rudran, R & Valladares-Padua, C. (eds.). *Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre*. Curitiba: Editora, 2003.

MELO, A.S. O que ganhamos 'confundindo' riqueza de espécies e equabilidade em um índice de diversidade? *Biota Neotropica* 8: 21-27, 2008.

MENDONÇA, F. e DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MERRITT, R. W.; CUMMINS, K. W. (Eds.). *An introduction to the aquatic insects of North America*. 3. ed. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing, 1996. 862 p.

MEZZALIRA, S. (1981). Léxico Estratigráfico do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, Instituto Geológico. São Paulo, Brasil

MICHALSKI, F. & PERES, C. 2005. Anthropogenic determinants of primate and carnivore local extinctions in a fragmented forest landscape of southern Amazonia. *Biol. Conserv.* 124: 383-396.

MICHALSKI, F. & PERES, C. A. 2007. Disturbance-mediated mammal persistence and abundance-area relationships in Amazonian forest fragments. *Conservation biology: the journal of the Society for Conservation Biology* 21: 1626–1640.

MILANI EJ, MELO JHG, SOUZA PA, FERNANDES LA & FRANÇA AB. 2007. Bacia do Paraná. In: MILANI EJ, RANGEL HD, BUENO GV, STICA JM, WINTER WR, CAIXETA JM & PESSOA NETO OC (Eds.). *Bacias Sedimentares Brasileiras - Cartas Estratigráficas*. Boletim de Geociências da Petrobras, Rio de Janeiro, 15(2): 265-287.

MILANI EJ. 2004. Comentários sobre a origem e a evolução tectônica da Bacia do Paraná. In: MANTESSO-NETO V, BARTORELLI A, CARNEIRO CDR & BRITO NEVES BB (Eds.). *Geologia do continente sul-americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida*, São Paulo, Beca. p. 265-279.

MILANI, E. J. 1997. Evolução tectono-estratigráfica da bacia do Paraná e seu relacionamento com a geodinâmica Fanerozóica do Gondwana Sul-Occidental. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 255p.

MILANI, E. J. Evolução tectono-estratigráfica da Bacia do Paraná e seu relacionamento com a geodinâmica fanerozóica do Gondwana sul-occidental. 1997. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

MILANI, E. J.; FACCINI, U. F.; SCHERER, C. M. S.; ARAÚJO, L. M.; CUPERTINO, J. A. Sequences and stratigraphic hierarchy of the Paraná Basin (Ordovician to Cretaceous), Southern Brazil. *Boletim IG-USP, São Paulo*, p. 125-173. nov. 1998. (Série Científica, n. 29).

MILANI, E. J.; FRANÇA, A. B. & SCHNEIDER, R. L. 1994. Bacia do Paraná. *Boletim de Geociências da PETROBRÁS*, Rio de Janeiro, v. 8, nº. 1, p. 69-82.

MILANI, E.J.; MELO, J.H.G.; SOUZA, P.A.; FERNANDES, L.A. & FRANÇA, A.B. 2007. Bacia do Paraná. Boletim de Geociências da PETROBRÁS, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.265-287.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Base de dados DATA SUS. Castro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Acesso em junho de 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância em Saúde. Zoonoses. Cadernos de Atenção Básica. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Perfil do Município. Disponível em:<[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso junho de 2014.

MIOTTO, R. A. 2010. Demografia e variação genética de Puma concolor (Linnaeus, 1771) na região Nordeste do estado de São Paulo. Tese de doutorado. São Carlos, SP: UFSCAR, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. 127p.

MIOTTO, R. A., CERVINI, M., BEGOTTI, R. A. & GALETTI, Jr., PM. 2012. Monitoring a Puma (Puma concolor) Population in a Fragmented Landscape in Southeast Brazil. *Biotropica* 44 (1): 98–104.

MIRANDA, H.S.; BUSTAMANTE, M.M.C; MIRANDA, A.C. The fire factor. In: University Press, 2002. p. 51-68.

MITTERMEIER, R. A., GIL, R. P., HOFFMAN, M., PILGRIM, J., BROOKS, T., MITTERMEIER, C. G., LAMOREUX, J. e FONSECA, G. A. B. 2005. Hotspots revisited: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. 2 ed., University of Chicago Press, Boston.

MMA & SEMAD. 2004. Aperfeiçoamento do Monitoramento da Qualidade das Água da Bacia do Alto Curso do Rio das Velhas. Relatório 2. PNMA II. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

MONTEIRO, C.A.F. A dinâmica climática e as chuvas do estado de São Paulo: estudo geográfico sob a forma de atlas. São Paulo: IGEOG, 1973.

MONTEIRO, C.A.F. O clima e a organização do espaço no estado de São Paulo: problemas e perspectivas. São Paulo: IGEOG, 1976.



MONTEIRO, E.M. et al . Leishmaniose visceral: estudo de flebotomíneos e infecção canina em Montes Claros, Minas Gerais. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 38: 1-3, 2005.

MORAES, R.A., SAWAYA, R.J. & BARRELA, W. 2007. Composition and diversity of Anuran Amphibians in two Atlantic Forest environments in Southeastern Brazil, Parque Estadual Carlos Botelho, São Paulo, Brazil. Biota Neotrop. 7(2): <http://www.biotaneotropica.org.br/v7n2/pt/abstract?article+bn00307022007> (último acesso em 12/06/2014).

MORATO, R. G. 2009. Puma concolor in: Bressan PM, Kierulff MCM e Sugieda AM. 2009. Fauna ameaçada de extinção no estado de São Paulo – vertebrados. Governo do estado de São Paulo; Fundação Parque Zoológico de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

MORENO, C. E. & HALFFTER, G. 2000. Assessing the completeness of bat biodiversity inventories using species accumulation curves. Journal of Applied Ecology 37: 149-158.

MOTTA, P.E.F.; CURI, N.; FRANZMEIER, D.P. 2002. Relation of soil and geomorphicsurfaces in the Brazilian Cerrado. In: OLIVEIRA, P.S.; MARQUIS, R.J. The Cerrados of Brazil. New York: Columbia University Press. p. 13-32.

MUELLER DOMBOIS, D. Y.; ELLENBERG, M. Aims and methods in vegetation ecology. New York: Willey and Sons, 1974. 547p.

MURCIA C. 1995. Edge effects in in fragmented forests: implications for conservation. Trends in Ecology and Evolution, 10: 85-62.

MYERS, N., MITTERMEIER, R. A., MITTERMEIER, C. G., da, FONSECA, G. A. e KENT, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, 403, 853–858.

NASCIMENTO, B.W.L. Estudo de Flebotomíneos (Diptera: Psychodidae) no município de Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. 105p., 2013.

NEGRÃO, M. F. F. & VALLADARES-PÁDUA, C. 2006. Registros de mamíferos de maior porte na Reserva Florestal do Morro Grande, São Paulo. Biota Neotropica. 6(2): 1 -13.

NESTLE. Disponível em:< [http://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/dairy-partners-america-\(dpa\)-inaugura-novo-centro-de-distribui%C3%A7%C3%A3o-em-araras-\(sp\)](http://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/dairy-partners-america-(dpa)-inaugura-novo-centro-de-distribui%C3%A7%C3%A3o-em-araras-(sp))> Acesso: 27.08.14

NOGUEIRA, M.R., I.P. LIMA, A.L. PERACCHI and N.B. SIMMONS. 2012. New genus and species of nectar-feeding bat from the Atlantic Forest of Southeastern Brazil (Chiroptera: Phyllostomidae: Glossophaginae). *American Museum Novitates* 3747: 1–30.

NORRIS, D., PERES, C. A., HINCHSLIFFE, K. 2008. Terrestrial mammal responses to edges in Amazonian forest patches : a study based on track stations. *Mammalia* 72: 15–23.

OLIVEIRA FILHO, A.T. & FONTES, M.A.L. 2000. Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forests in Southeastern Brazil, and the influence of climate. *Biotropica* 32: 793-810

OLIVEIRA, A. M. S. e BRITO, S. N. A. (Ed.). *Geologia de Engenharia*. São Paulo: ABGE, 1998. 587 p.

OLIVEIRA, J.B. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas, Instituto Agronômico, 1999. Boletim Científico 45, 112p.

OLIVEIRA, J.B.; CAMARGO, M.N.; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida. Campinas, Instituto Agronômico/EMBRAPA Solos. Campinas. 1999. 64p. Inclui mapas

OLIVEIRA, P.S.; MARQUIS, R.J. 2002. *The Cerrados of Brazil*. New York: Columbia

OLIVEIRA, T.G. & CASSARO, K. *Guia de campo dos felinos do Brasil*. São Paulo: Instituto Pró-Carnívoros, sociedade de Zoológicos do Brasil, Fundação Parque Zoológico de São Paulo e Pró-Vida Brasil. p. 80. 2005.

OLIVEIRA, T.G. *Leopardus tigrinus* Schreber, 1775. In: MACHADO, A.B.M.; DRUMMOND, G.M. & PAGLIA, A.P. (Editores). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. MMA, Brasília, DF; Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, MG. Brasília, DF. (Biodiversidade 19). pg. 787-788. 2008.

PAGLIA, A. P., FONSECA, G. A. B., da, RYLANDS, A. B., HERRMANN, G., AGUIAR, L. M. S., CHIARELLO, A. G., LEITE, Y. L. R., COSTA, L. P., SICILIANO, S., KIERULFF, M. C. M., MENDES, S. L., TAVARES, V. da C., MITTERMEIER, R. A. e PATTON, J. L. 2012. *Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals*. 2ª Edição / 2nd Edition. *Occasional Papers in Conservation Biology*, No. 6. Conservation International, Arlington, VA. 76pp.

PARDINI, R. & UMETSU, F. 2006. Pequenos mamíferos não-voadores da Reserva Florestal do Morro Grande – distribuição das espécies e da diversidade em uma área de Mata Atlântica. *Biota Neotrop.* V 6.

PAULA, A.; SILVA, A.F.; MARCO, P.J.; SANTOS, F.A.M.; SOUZA, A.L. Sucessão ecológica da vegetação arbórea em uma Floresta Estacional Semidecidual, Viçosa, MG, Brasil *Acta bot. bras.* 18(3): 407-423. 2004

PEATE, D. W.; HAWKESWORTH, C. J.; MANTOVANI, M. S. M. Chemical stratigraphy of the Paraná lavas (South America): classification of magma types and their spatial distribution. *Bulletin of Volcanology*, Berlin, v. 55, p. 119-139, 1992.

PEEL M. C., B. L., FINLAYSON, E T.A. MCMAHON, 2007. Updated World Map of the Koppen-Geiger Climate Classification. *Hydro. Earth Science Syst. Sci.*, II, 1633-1644.

PEIXOTO, C. A. B. Geodiversidade do estado de São Paulo/ Programa Geologia do Brasil. Levantamento da Geodiversidade. São Paulo: CPRM, 2010. 176 p. CDD 551.098161.

PEIXOTO, G.L.; MARTINS, S.V.; SILVA, A.F.; SILVA, E. Composição florística do componente arbóreo de um trecho de Floresta Atlântica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande, Rio de Janeiro, RJ, Brasil *Acta bot. bras.* 18(1): 151-160. 2004

PEREIRA, I. M.; BOTELHO, S. A.; VAN DEN BERG, E.; OLIVEIRA-FILHO, A. T.; MACHADO, E. L. M. Caracterização ecológica de espécies arbóreas ocorrentes em ambientes de mata ciliar, como subsídio à recomposição de áreas alteradas nas cabeceiras do Rio Grande, Minas Gerais, Brasil. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 235-253, 2010.

PEREIRA-SILVA, E.F.L., DOS SANTOS, J.E., KAGEYAMA, P.Y., HARDT, E. Florística e fitossociologia dos estratos arbustivo e arbóreo de um remanescente de cerradão em uma Unidade de Conservação do Estado de São Paulo. *Revista Brasil. Bot.*, V.27, n.3, p.533-544, jul.-set. 2004

PERES, C. A. 2001. Synergistic effects of subsistence hunting and habitat fragmentation on Amazonian forest vertebrates. *Conserv. Biol.* 15(6): 1490-1505.

PÉREZ-AGUILAR, A.; PETRI, S.; HYPÓLITO, R.; EZAKI, S.; SOUZA, P.A.; JULIANI, C.; MONTEIRO, L.V.S.; AZEVEDO SOBRINHO, J.M.; MOSCHINI, F. 2008. Pavimento Estriado Guaraú, Salto, SP - Marcas de geleira neopaleozóica no sudeste brasileiro. In: Winge, M.; Schobbenhaus, C.; Souza, C.R.G.; Fernandes, A.C.S.; Berbert-Born, M.; Queiroz, E.T.; (Edit.)

Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil  
[<http://sigep.cprm.gov.br/sitio035/sitio035.pdf>].

PERROTTA, M.M. et al. Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1:750.000. São Paulo, CPRM (Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil). 2005. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo em 1:1.000.000 . DAEE/IG-SMA/IPT/CPRM, São Paulo. Nota explicativa. 2005.

PICCIRILLO E. M. & MELFI, A. J. (Eds.). The Mesozoic Flood Volcanism of the Parana Basin: petrogenetic and geophysical aspects. São Paulo: USP, 1988. p. 1-14.

PIELOU, E. C. Ecological diversity. New York: J. Wiley & Sons, 1975.

POMBAL Jr., J. P. C. F. B. HADDAD. 2005. Estratégias e modos reprodutivos de anuros (Amphibia) em uma poça permanente na Serra de Paranapiacaba, Sudeste do Brasil. Papéis Avulsos de Zoologia 45(15): 201-213.

PONÇANO, W.L. 1981. As coberturas cenozóicas. In: BISTRICHI, C.A, CARNEIRO, C.D.R, DANTAS, A.S.L., PONÇANO, W.L., CAMPANHA, GAC., NAGATA, N., ALMEIDA, MA, STEIN, D.P., MELO, M.S. & CREMONINI, O.A. Mapa geológico do Estado de São Paulo. Escala 1:500.000. São Paulo, SICCT, v.1, p.82-126.

PONÇANO, W.L., STEIN, D.P., ALMEIDA, F.F., ALMEIDA, M.A. & MELO, M.S. 1982. A Formação Itaqueri e depósitos correlatos no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 32, Salvador: SBG, v.4, p.1339-1350.

PREFEITURA DE OLÍMPIA. Plano Diretor. Disponível em: <http://www.olimpia.sp.gov.br/index.php?abre=menu=planodiretor>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE. Plano Diretor. Disponível em: [http://www.americobrasiliense.sp.gov.br/site/?page\\_id=1735](http://www.americobrasiliense.sp.gov.br/site/?page_id=1735). Acesso em: 12 de setembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=2995> Acesso em: 25.08.14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Disponível em:<  
[http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/tr\\_rmc.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/tr_rmc.pdf)>  
Acesso em: 22.08.14

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA. Disponível em:<  
[http://www.taquaritinga.sp.gov.br/residuos\\_relatorio\\_parcial/relatorio\\_1.pdf](http://www.taquaritinga.sp.gov.br/residuos_relatorio_parcial/relatorio_1.pdf)>. Acesso em:  
22.08.14

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do  
Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em:  
<[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas201](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas201)>.  
Acesso em: 08.06.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do  
Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em:  
<[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas201](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas201)>.  
Acesso em: 08.06.2014.

RAGATKY, D. 1998. Contribuição a geoquímica e geocronologia do Domínio São Roque e da Nappe de Empurrão Socorro-Guaxupé na região de Igaratá e Piracaia, SP. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Doutorado, 130 p.

RANGEL, E. R. & LAISSON, R. Flebotômicos do Brasil. Editora Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

RATTER, J.A.; BRIDGEWATER, S.; RIBEIRO, J.F. 2003. Analysis of the floristic composition of the Brazilian Cerrado vegetation III: comparison of the woody vegetation of 376 areas. *Edinburgh Journal of Botany* 60:57-109.

RATTER, J.A.; DARGIE, T.C.D. 1992. An analysis of the floristic composition of 26 cerrado areas in Brazil. *Edinburgh Journal of Botany* 49:235-250.

REBOUÇAS A.C. 1978. Potencialidades hidrogeológicas dos basaltos da Bacia do Paraná. In: SBG, Cong. Bras. Geol., 30, Anais, p.1963-1976.

REBOUÇAS, A. 1999. Águas Subterrâneas. In: Rebouças A., Braga B., Tundisi J. (eds.) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras Editora. p. 117-150.

REIS, N. R., PERACCHI, A. L., PEDRO, W. A. & LIMA, I. P. 2011. *Mamíferos do Brasil*. 2ª Ed. Londrina: Nélío R. dos Reis, 439 p.

RENNE, P. R.; ERNESTO, M.; PACCA, I. G.; COE, R. S.; GLEN, J.; PRÉVOT, M.; PERRIN, M. Rapid eruption of the Paraná flood volcanism, rifting of southern Gondwanaland and the Jurassic-Cretaceous boundary Science, Washington, v. 258, p. 975-979, 1992.

RIBEIRO S.C., LIMA F.J., CORREA A.C. de B. Depósitos de encostas em regiões tropicais: uma abordagem sobre a formação de colúvios. Revista Geonorte, Edição Especial, V.2, N.4, p.334 – 342, 2012.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. 1998. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa. P. 89-166.

RIBEIRO, R.S., EGITO, G.T.B.T. & HADDAD, C.F.B. 2005. Chave de identificação: anfíbios anuros da vertente de Jundiá da Serra do Japi, Estado de São Paulo. Biota Neotrop. 5(2): <http://www.biotaneotropica.org.br/v5n2/pt/abstract?identification-key+bn03005022005> (último acesso em 12/06/2014).

RICARDI-BRANCO, F.; CAIRES, E.T.; SILVA, A.M. 2006. Campo de Estromatólitos Gigantes de Santa Rosa de Viterbo, SP - Excelente registro do litoral do mar permiano Irati, Bacia do Paraná, Brasil. In: Winge,M.; Schobbenhaus,C.; Berbert-Born,M.; Queiroz,E.T.; Campos,D.A.; Souza,C.R.G.; Fernandes,A.C.S. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil [<http://sigep.cprm.gov.br/sitio125/sitio125.pdf>].

RICCOMINI, C. 1997. Arcabouço estrutural e aspectos do tectonismo gerador e deformador da Bacia Bauru no Estado de São Paulo. Rev. Bras. Geoc., 27:153-162.

RICCOMINI, C.; TURCQ,B.J.; LEDRU,M.; SANT'ANNA,L.G.; FERRARI,J.A. 2005. Cratera de Colônia, SP - Provável astroblema com registros do paleoclima quaternário na Grande São Paulo. In: Winge,M.; Schobbenhaus,C.; Berbert-Born,M.; Queiroz,E.T.; Campos, D.A.;Souza,C.R.G. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. [<http://sigep.cprm.gov.br/sitio125/sitio125.pdf>].

RINDAT – Rede Integrada Nacional de Detecção de Descargas Atmosféricas. <http://www.rindat.com.br>

ROCHA G.A.; BERTACHINI A.C.; CAMPOS H.C.N.S.; CAIXETA J.B. 1982. Tentativa de zoneamento das características hidráulicas e hidroquímicas do aquífero Bauru. In: SBG/ABAS, Enc. Geol. e Hidrog., São Paulo, Publicação nº 9, 37-56.

ROCHA, O. O Perfil do conhecimento de biodiversidade em águas doces no Brasil. In: Lewinsohn, T.M.; PRADO, P.I.(Ed.). Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

ROCHA, V. J., REIS, N. R., SEKIAMA, M. L .2004. Dieta e dispersão de sementes por *Cerdocyon thous* (Linnaeus) (Carnívora, Canidae), em um fragmento florestal no Paraná, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia* 21: 871–876.

ROCHA-CAMPOS, A.C. 2000a. Varvito de Itu, SP. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil [<http://www.sigep.cprm.gov.br/sitio021/sitio021.htm>].

ROCHA-CAMPOS, A.C. 2000b. Rocha moutonnée de Salto, SP. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil [<http://www.sigep.cprm.gov.br/sitio021/sitio021.htm>].

RODRIGUES, W.C. Fatores que Influenciam no Desenvolvimento dos Insetos. *Info Insetos* 1: 1-4, 2004.

ROMARIZ, D.A. A vegetação. In: Azevedo, A. (ed.) *Brasil: A terra e o homem*; 2 Ed., 1968. v.1, p.521-572.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. Mapa geomorfológico do estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, São Paulo*, v. 10, p. 41-59, 1996.

ROSSA-FERES, D.C., SAWAYA, R.J., FAIVOVICH, J., GIOVANELLI, J.G.R., BRASILEIRO, C.A., SCHIESARI, L., ALEXANDRINO, J. & HADDAD, C.F.B. 2011. Anfíbios do Estado de São Paulo, Brasil: Conhecimento Atual e Perspectivas. *Biota Neotrop.* 11(1a): <http://www.biotaneotropica.org.br/v11n1a/pt/abstract?inventory+bn0041101a2011> (último acesso em 22/12/2010).

RUPPERT, E.E., FOX, R. S. & BARNES, R. D. *Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva*, 7º ed. Editora Roca Ltda, São Paulo-SP, 1145p, 2005.

SAMPAIO, R., LIMA, A. P., MAGNUSSON, W., PERES, C. A. 2010. Long-term persistence of midsized to large-bodied mammals in Amazonian landscapes under varying contexts of forest cover. *Biodiversity & Conservation* 19: 2421–2439.

SANTOS NETO, C.S. 2010. Avaliação da Qualidade da Água de Nascentes. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação Tecnológica em Gestão Ambiental: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. 37 p.



SANTOS, K.; KINOSHITA, L. Flora arbustivo-arbórea do fragmento de floresta estacional semidecidual do Ribeirão Cachoeira, município de Campinas, SP. *Acta Botanica Brasilica*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 325-341, 2003.

SANTOS-FILHO, M. & SILVA, M. N. F. 2002. Uso de habitats por mamíferos em área de Cerrado do Brasil Central: um estudo com armadilhas fotográficas. *Revista Brasileira de Zociências* 4 (1): 57-73.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Recursos Hídricos. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH): 2012/2015. São Paulo: SSRH/CRHi, 2013. 210 p.: il.

SÃO PAULO. Arquivos de malária. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br>, 2013b. Acesso em: 15 de agosto de 2014.

SÃO PAULO. Casos Autóctones e Importados de Dengue Segundo Mês de Primeiros Sintomas Município De São Paulo - 2009 A 2013. Secretaria de Estado da Saúde, São Paulo, 2013a.

SÃO PAULO. Febre Amarela Silvestre, Estado de São Paulo, 2009. Secretaria de Estado da Saúde, São Paulo, 2009.

SATO, T. M., PASSOS, F. C., NOGUEIRA, A. C. 2008. Frugivoria de Morcegos (Mammalia, Chiroptera) em *Cecropia pachystachya* (Urticaceae) e seus efeitos na germinação das sementes. *Papéis Avulsos de Zoologia*. 48 (3): 19-26.

SAWAYA, R.J. 1999. Diversidade, densidade e distribuição altitudinal da anurofauna de serapilheira da Ilha de São Sebastião, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHERER, C.M.S. 1998. Análise estratigráfica e litológica da Formação Botucatu (Eocretáceo da Bacia do Paraná) no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 230p. Tese de Doutorado em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCUDELLER, V.V., MARTINS, F.R. & SHEPHERD, G.J. 2001. Distribution and abundance of arboreal species in the atlantic ombrophilous dense forest in Southeastern Brazil. *Plant Ecol.* 152:185-199.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/offline.html>. Acesso em: 09.06.2014.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/offline.html>> Acesso em: 25.08.2014.

SENA, M.A. 2007. Levantamento da fauna e estudo cromossômico de algumas espécies de Reptilia, Squamata, do município de Cananéia, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SETZER, J. Atlas climático e ecológico do estado de São Paulo. São Paulo: CIBPU, 1966.

SHEPHERD, G.J. 1998. Estudo da diversidade de espécies de Spermatophyta (Fanerógamas) do Estado de São Paulo. In: C.E.M. Bicudo & G.J. Shepherd (eds.). Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil: síntese do conhecimento ao final do século XX. 2: fungos macroscópicos e plantas. São Paulo, Fapesp.

Shimabukuro, P.H.F. & Galati, E.A.B. Checklist dos Phlebotominae (Diptera, Psychodidae) do Estado de São Paulo, Brasil, com comentários sobre sua distribuição geográfica. Biota Neotropica 11:1-20, 2011.

SICK H, 2001, Ornitologia Brasileira. Edição revista e ampliada por Jose Fernando Pacheco. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 862p.

SILVA JÚNIOR, M. C. da et al. FITOSSOCIOLOGIA E ESTRUTURA DIAMÉTRICA NA MATA DE GALERIA DO PITOCO, NA RESERVA ECOLÓGICA DO IBGE, DF Cerne, Lavras, v. 11, n. 2, p. 147-158, abr./jun. 2005

SILVA SANTOS, R. 1991. Palaeonisciformes da Estado de São Paulo. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA. IG-USP. São Paulo. Boletim de Resumos. 11.

SILVA, A.F.; OLIVEIRA, R.V.; SANTOS, N.R.L.; PAULA, A. Um trecho de floresta semidecíduasubmontana da fazenda São Geraldo, Viçosa- MG. R. Árvore, Viçosa-MG, v.27, n.3, p.311-319, 2003

SILVA, L. D. & PASSAMANI, M. 2009. Mamíferos de médio e grande porte em fragmentos florestais no município de Lavras, MG. Zoociências. 11(2): 137 – 144.

SILVEIRA, L. JÁCOMO, A. T. A & DINIZ-FILHO, J. A. F. 2003. Camera trap, line transect census and track survey: a comparative evaluation. Biological Conservation 114 (3): 351-355.

SILVEIRA, M.P. 2004. Aplicação do biomonitoramento para avaliação da qualidade da água em rios. In: Documentos, 36. Embrapa Meio Ambiente Jaguariúna. 68p ISSN 1516-4691.

SIMÕES, M.G. E ANELLI, L.E. 1995. Runnegariella, um novo gênero de Megadesmidae (Pelecypoda) da Formação Corumbataí (Neopermiano), Bacia do Paraná, Brasil. *Geociências* 14(2), 161-173.

SIMÕES, M.G.; MARQUES, A.C.; MELLO, L.H.C.; ANELLI, L.E. 1997. Phylogenetic analysis of the genera of the extinct family Megadesmidae (Pelecypoda, Anomalodesmata), with remarks on its paleoecology and taxonomy. *Journal of Comparative Biology* 2(2), 75- 90.

SIMONE, L.R.L. E MEZZALIRA, S. (1994). Fossil Molluscs of Brazil. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, Instituto Geológico. São Paulo, Brasil.

SIS/UnB - <http://www.obsis.unb.br/index.php?lang=pt-br>

SISTEMA FIRJAM. Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC3393C4EE01339495C2D170BD.htm>>. Acesso em: 09.06.2014.

SOARES, P. C. 1992. Tectônica sinsedimentar cíclica na Bacia do Paraná – controles. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Tese para concurso ao cargo de Professor Titular, 131 p.

SOARES, C.P.B.; NETO, F.P.; SOUZA, A.L. Dendrometria e Inventário Florestal. 1 ed. Ed. UFV, 2006. 276 p.

SONODA, K.C. Monitoramento biológico das águas no bioma Cerrado utilizando insetos aquáticos: uma revisão. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado, 2009. 41 p.

SOS MATA ATLÂNTICA. 2012. Novos dados sobre a situação da Mata Atlântica em <http://www.sosma.org.br/5697/sos-mata-atlantica-e-inpe-divulgam-dados-do-atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-no-periodo-de-2010-a-2011/> .Acesso em 11 de agosto de 2014.

SOUZA, A. L., SOAREAS, C.P.B. Florestas Nativas: Estrutura, Dinâmica e Manejo. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013. 322p.

SRBEK-ARAUJO, A. C & CHIARELLO, A. G. 2007. Armadilhas fotográficas na amostragem de mamíferos: considerações metodológicas e comparação de equipamentos. *Revista Brasileira de Zoologia* 24 (3): 647-656.

SRBEK-ARAUJO, A. C. & CHIARELLO, A. G. 2005. Is camera-trapping an efficient method for surveying mammals in Neotropical forests? A case study in south-eastern Brazil. *Journal of Tropical Ecology*, 21: 1-5.

STEVAUX J.C., SOUZA FILHO E.E., FÚLFARO V.J. 1986. Trato deposicional da Formação Tatuí (P) na área aflorante no nordeste da Bacia do Paraná, Estado de São Paulo. In: SBG, Congresso Brasileiro de Geologia, 34, Goiânia, Anais, 1:219-229.

TABANEZ, M.F.; DURIGAN, G.; KEUROGHLIAN, A.; BARBOSA, A.F.; FREITAS, C.A.; SILVA, C.E.F.; SILVA, D.A.; EATON, D.P.; BRISOLLA, G.; FARIA, H.H.; MATTOS, I.F.A.; LOBO, M.T.; BARBOSA, M.R.; ROSSI, M.; SOUZA, M.G.; MACHADO, R.B.; PFEIFER, R.M.; RAMOS, V.S.; ANDRADE, W.J. & CONTIERI, W.A. 2005. Plano de manejo da Estação Ecológica dos Caetetus. Instituto Florestal Série Registros, 29:1-104.

TARIFA, J.R. e AZEVEDO, T.R. de (org.). Os climas na cidade de São Paulo: teoria e prática. São Paulo: USP, 2001.

THORNTHWAITE, C.W. "An approach toward a rational classification of climate". *Geographical Review*: 55-94, 1948.

TOBLER, M. W., JANOVEC, J. P., CORNEJO, F. 2010. frugivory and seed dispersal by the lowland tapir *Tapirus terrestris* in the peruvian Amazon. *Biotropica* 42: 215–222.

TOJEIRA VELOZO, L. Metodização do estudo das fundações para suportes de linhas de transmissão. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UC. Rio de Janeiro. 152 f. 2010

TORRES, I. L., PIÑERA, E. N., ANDRADE, D. M. G., ALDÁN, E.C. 2004. Ecología de *Tapirus Bairdii* .Perissodactyla: Tapiridae. en la Reserva de la Biosfera el Triunfo .Polígono I., Chiapas, México. *Acta Zoologica Mexicana* 20: 1–21.

TRIPLEHORN, C. A. & JOHNSON, N. F. *Borrer and DeLong's Introduction to the Study of Insects*, 7º Ed. Editora Thomson, Belmont-CA, 864p, 2004.

TROPPIAIR, H. "Ecosistemas e geossistemas do estado de São Paulo". *Boletim de Geografia Teorética*, 13(25): 27-36, 1983.

TROPPIAIR, H. *Geossistemas e geossistemas paulistas*. Rio Claro: Troppmair, 2000.

TUNDISI, J. G. & TUNDISI, T. M. 2008. *Limnologia*. São Paulo: Oficina de Textos.

TURNER, S. P.; REGELORES, M.; KELLEY, S.; HAWKESWORTH, C. J.; MANTOVANI, M. S. M. Magmatism and continental break-up in the South Atlantic: high precision  $^{40}\text{Ar} - ^{39}\text{Ar}$  geochronology. *Earth and Planetary Science Letters*, Amsterdam, v. 121, p. 333-348, 1994.

UEZU, A., METZGER, J., VIELLIARD, J. 2005. Effects of structural and functional connectivity and patch size on the abundance of seven Atlantic Forest bird species. *Biological Conservation* 123: 507–519.

UMETSU, F. & PARDINI, R. 2007. Small mammals in a mosaic of forest remnants and anthropogenic habitats – evaluating matrix quality in a Atlantic forest landscape. *Landscape Ecology*, 22: 517-530.

UNESP. Disponível em: <  
[http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/Economia/NECEE\\_CONJUNTURA\\_REGIAOcentral\\_Elton-Claudio.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/Economia/NECEE_CONJUNTURA_REGIAOcentral_Elton-Claudio.pdf)> Acesso em: 24.08.2014.

UNICAMP. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp>> Acesso em: 26.08.2014.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Disponível em: <  
[http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2147](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2147)> Acesso em: 26.08.2014.

USGS - <http://earthquake.usgs.gov/hazards/>

VAIL, P. R.; MITCHUM, R. M.; THOMPSON, S. Seismic stratigraphy and global changes of sea level, part 3: relative changes of sea level from coastal onlap. In: PAYTON, C. E. (Ed.). *Seismic stratigraphy: applications to hydrocarbon exploration*. Tulsa: American Association of Petroleum Geologists, 1977. p. 63-81.

VELOSO, H. P., RANGEL Filho, A. L. R., LIMA, J.C.A. 1991. *Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 124 p.

VERSATIL COMUNICAÇÃO. Disponível em: <  
[http://www.versatilcomunicacao.com.br/versa/release\\_detalhe.asp?id=714](http://www.versatilcomunicacao.com.br/versa/release_detalhe.asp?id=714)> Acesso em:  
27.08.2014.

VIANNA, A.L.P. 2001. Análise da composição da avifauna associada às categorias alimentares na Estação Ecológica dos Caetetus, municípios de Gália e Alvilândia, São Paulo. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Botucatu.

VIEIRA, L.T. Padrões de diversidade da flora lenhosa dos cerrados do nordeste do Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.239-p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Biologia, Instituto de biologia, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

VOSS, R.S. & JANSA, S.A. 2009. Phylogenetic relationships and classification of didelphid marsupials, an extant radiation of New World metatherian mammals. Bull. Am. Mus. Nat. Hist. 322:1-177.

WECKEL, M., GIULIANO, W. & SILVER, S. 2006. Jaguar (*Panthera onca*) feeding ecology: distribution of predator and prey through time and space. Journal of Zoology, v. 270, p. 25-30.

WERNICK, E. & TÖPFNER, C. Idades do magmatismo brasileiro nos estados de São Paulo e Minas Gerais: implicações na caracterização temporal da evolução do Cinturão Ribeira. In: Simpósio Geologia Sudeste, 5, 1997, Itatiaia. Atas... Itatiaia: Sociedade Brasileira de Geologia/Núcleo Rio de Janeiro - Espírito Santo, 1997, v. 1, p. 159 -161.

WETZEL, R.G. 2001. Limnology: lake and river ecosystems. 3a ed. San Diego: Academic Press. 1006 p.

WILCOLX, B. A. & MURPHY, D. D. 1985. Conservation strategy: the effects of fragmentation on extinction. The American Naturalist, 125 (6): 879-887.

WILDNER et al. 2006, Geologia e Recursos Minerais do Sudoeste do Estado do Paraná, Escala 1:200.000, Brasília: CPRM. (Convênio CPRM/MINEROPAR)

WILLIS, E.O. & ONIKI, Y. 1981. Levantamento preliminar de aves em treze áreas do Estado de São Paulo. Rev. Bras. Biol. 41(1):121-135.

WILLIS, E.O. & ONIKI, Y. 2003. Aves do Estado de São Paulo. Editora Divisa, Rio Claro, SP, p.398

WILSON, Don E. & DEEANN, M. REEDER. 2005. Mammal Species of the World. A Taxonomic and Geographic Reference (3rd ed). Johns Hopkins University Press, 2,142 pp.

WOODROFFE, R. & GINSBERG, J. R. 1998. Inside protected areas edge effects and the extinction of populations inside protected areas. *Science*, 280, 10–13.

ZAHER, H., BARBO, F.E., MARTÍNEZ, P.S., NOGUEIRA, C., RODRIGUES, M.T. & SAWAYA R.J. 2011. Répteis do Estado de São Paulo: Conhecimento Atual e Perspectivas. *Biota Neotrop.*11(1a):

<http://www.biotaneotropica.org.br/v11n1a/pt/abstract?inventory+bn0051101a2011>

(último acesso em 22/12/2010).

ZALÁN PV, WOLFF S, CONCEIÇÃO JCJ, ASTOLF MAM, VIEIRA IS, APPI VT & ZANOTTO OA. 1987. Tectônica e sedimentação da Bacia do Paraná. In: Simpósio sul-brasileiro de geologia, III, Curitiba: Sociedade Brasileira de Geologia, 1: 441-473.

ZALÁN, P. V.; WOLFF, S.; ASTOLFI, M. A. M.; VIEIRA, I. S.; CONCEIÇÃO, J. C. J.; APPI, V. T.; SANTOS NETO, E. V.; CERQUEIRA, J. R.; MARQUES, A. The Paraná Basin, Brazil. In: LEIGHTON, M. W.; KOLATA, D. R.; OLTZ, D. F.; EIDEL, J. J. (Ed.). Interior cratonic basins. Tulsa: American Association of Petroleum Geologists, 1990. p. 681-708.